Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Preferenciais e Ordinárias e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ n .º 06.164.253/0001-87
Rua Tamoios, nº 246, São Paulo – SP
Código ISIN BRGOLLACNPR4

19.002.500 Ações Ordinárias
38.005.000 Ações Preferenciais

Valor da Distribuição: R$940.623.750,00

Código de Negociação na BMF&BOVESPA "GOLL4" (ações preferenciais) e "GOLL3" (ações ordinárias)

Preço por Ação: R$16,50

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia") e o Fundo de Investimento em Participações Asas ("Acionista Vendedor" ou "Acionista Controlador") estão realizando uma oferta que compreende: (i) distribuição pública primária de, inicialmente, 17.275.000 (dezessete milhões, duzentas e setenta e cinco mil) novas ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e 17.275.000 (dezessete milhões, duzentas e setenta e cinco mil) novas ações preferenciais ("Ações Preferenciais da Oferta Primária"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais com direito de voto restrito a determinadas matérias, ("Distribuição Primária"); e (ii) distribuição pública secundária de, inicialmente, 17.275.000 (dezessete milhões, duzentas e setenta e cinco mil) ações preferenciais nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, sendo as ações preferenciais com direito de voto restrito a determinadas matérias, ("Ações Preferenciais da Oferta Secundária" e, em conjunto com as Ações Preferenciais da Oferta Primária, "Ações Preferenciais") ("Distribuição Secundária"), a serem realizadas no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais (Ações Ordinárias e Ações Preferenciais conjuntamente denominadas "Ações") no Brasil e Ações Preferenciais no exterior, inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* ("*ADSs*"), representados por *American Depositary Receipts* ("*ADRs*").

A Oferta Global compreenderá (a) a distribuição pública de Ações Preferenciais e de Ações Ordinárias ("Ações da Oferta Brasileira") no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com a Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471") e com o Código da ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas ("Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas"), a ser coordenada conjuntamente pelo Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. ("Merrill Lynch"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley"), Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e BB Banco de Investimento S.A. ("BB BI" e, em conjunto com o Merrill Lynch, o Itaú BBA, o Morgan Stanley e Bradesco BBI, "Coordenadores da Oferta Brasileira"), com a participação de determinadas instituições consorciadas ("Instituições Consorciadas") e de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, contratadas pelos Coordenadores da Oferta Brasileira ("Coordenadores Contratados" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta Brasileira e com as Instituições Consorciadas, "Instituições Participantes da Oferta Brasileira"), incluindo esforços de colocação das Ações Preferenciais no exterior, exceto nos Estados Unidos da América, a serem realizados pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated ("BofA Merrill Lynch"), pelo Itaú USA Securities Inc. ("Itaú Securities"), pelo Morgan Stanley Co. Incorporated ("Morgan Stanley Inc."), pelo Bradesco Securities Inc. ("Bradesco Securities"), pelo Calyon Securities (USA) Inc., pelo Citigroup Global Markets Inc. ("CGMI") e pelo Raymond James & Associates, Inc. ("Raymond James", e em conjunto com BofA Merrill Lynch, Itaú Securities, Morgan Stanley Inc., Bradesco Securities, Calyon Securities (USA) Inc. e CGMI, "Agentes de Colocação Internacional") e pelo BB Securities Limited, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro não residente no Brasil ("Investidores Estrangeiros"), que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 e alterações posteriores ("Resolução 2689") e da Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000 e alterações posteriores ("Instrução CVM 325") ("Oferta Brasileira"); e, simultaneamente, (b) a distribuição pública de Ações Preferenciais no exterior, inclusive sob a forma de *ADSs* (em conjunto com as Ações da Oferta Brasileira, "Ações da Oferta Global"), sob a coordenação de BofA Merrill Lynch, Itaú Securities, Morgan Stanley Inc. e Bradesco BBI (agindo por meio de sua afiliada, Bradesco Securities) (em conjunto, "Coordenadores da Oferta Internacional"), em uma oferta registrada de acordo com o *Securities Act*, respeitada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor ("Oferta Internacional"), nos termos do *Underwriting and Placement Agreement*. Cada *ADS* representará 1 (uma) Ação Preferencial. Poderá haver realocação de Ações Preferenciais entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, a serem ofertadas inclusive sob a forma de *ADSs*, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior, durante o curso da presente Oferta Global.

A Companhia e o Acionista Vendedor, com a concordância dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional, optaram por acrescer à quantidade total de Ações objeto da Oferta Global em 3.455.000 (três milhões, quatrocentas e cinquenta e cinco mil) Ações Preferenciais e 1.727.500 (um milhão, setecentas e vinte e sete mil e quinhentas) Ações Ordinárias, equivalentes a 10% (dez por cento) das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, nas mesmas condições e preços das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, incluindo Ações Preferenciais sob a forma de ADSs ("Opção de Ações Adicionais"), observada a proporção obrigatória.

Sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Adicionais, a quantidade de Ações a ser inicialmente ofertada no âmbito da Oferta Global (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 5.182.500 (cinco milhões, cento e oitenta e dois mil e quinhentas) Ações Preferenciais de titularidade do Acionista Vendedor, equivalentes a até 15% (quinze por cento) do total das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global ("Ações Suplementares"), sem considerar as Ações Adicionais, inclusive sob a forma de *ADSs* ("*ADSs* Suplementares"), conforme (i) opção de distribuição de Ações Suplementares ("Opção de Ações Suplementares"), deduzidas as *ADSs* Suplementares, outorgada pelo Acionista Vendedor ao Merrill Lynch; e (ii) opção de distribuição de *ADSs* Suplementares, conforme opção outorgada pelo Acionista Vendedor ao BofA Merrill Lynch ("Opção de *ADSs* Suplementares" e, em conjunto com a Opção de Ações Suplementares, "Opção de Lote Suplementar"). A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Merrill Lynch, total ou parcialmente, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Brasileira e a Opção de *ADSs* Suplementares poderá ser exercida pelo BofA Merrill Lynch, total ou parcialmente, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Internacional, e desde que a decisão de sobrealocação de Ações e *ADSs*, conforme o caso, tenha sido tomada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional, respectivamente, no momento em que for fixado o Preço por Ação, ambas a partir da data de publicação do Anúncio de Início, em uma ou mais vezes e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da publicação do Anúncio de Início, nas mesmas condições e preço das Ações ou *ADSs*, conforme o caso, inicialmente ofertadas. Ações Suplementares e as *ADSs* Suplementares, conforme o caso, serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda com relação às Ações Preferenciais e *ADSs* que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global.

O preço de emissão e/ou venda por Ação ("Preço por Ação") foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido no Brasil conjuntamente pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1º, e 44 da Instrução CVM 400, e no exterior pelos Coordenadores da Oferta Internacional ("Procedimento de *Bookbuilding*"). O Preço por Ação foi calculado inicialmente em dólares norte-americanos e convertido para reais com base na taxa de câmbio disponibilizada pelo Banco Central do Brasil através do SISBACEN, na data de celebração do Contrato de Distribuição. O Preço por Ação e o aumento do capital social foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e pela Assembleia Geral de Quotistas do Acionista Vendedor em 8 de outubro de 2009.

As ações preferenciais e as ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA sob os códigos "GOLL4" e "GOLL3", respectivamente, sendo as ações preferenciais negociadas na *New York Stock Exchange* ("*NYSE*"), na forma de *ADSs*, sob o código "GOL". O Programa de *Depositary Receipts* da Companhia para negociação de suas ações preferenciais na *NYSE* foi aprovado pela CVM em 23 de junho de 2004 sob o nº CVM/SRE/RDR/2004/001.

	Preço	Comissões	Recursos Líquidos[2][3]
Por Ação Ordinária	R$ 16,50	R$ 0,63	R$ 15,87
Por Ação Preferencial da Oferta Primária	R$ 16,50	R$ 0,63	R$ 15,87
Por Ação Preferencial da Oferta Secundária[1]	R$ 16,50	R$ 0,00	R$ 16,50
Total	**R$ 940.623.750,00**	**R$ 23.829.135,00**	**R$ 916.794.615,00**

(1) As comissões devidas em função da Oferta Global serão pagas pela Companhia. A Companhia será a única beneficiária final da Oferta Global, uma vez que a totalidade dos recursos obtidos pelo Acionista Vendedor no âmbito da Oferta Secundária, excetuando os recursos obtidos na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, será destinada à subscrição e integralização das Ações Ordinárias a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Distribuição Primária.
(2) Sem levar em conta o exercício da Opção de Lote Suplementares.
(3) Sem dedução das despesas da Oferta Global.

A Oferta Global e a Distribuição Primária foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração da Companhia, realizadas em 24 de agosto de 2009 e 22 de setembro de 2009, cujas atas foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 26 de agosto de 2009 e 23 de setembro de 2009. A Distribuição Secundária foi aprovada pela Assembleia Geral de Quotistas do Acionista Vendedor, de acordo com o disposto em seu regulamento, em reunião realizada em 24 de agosto de 2009.

Registro de Distribuição Pública Primária CVM/SRE/REM/2009/009 e registro de Distribuição Pública Secundária CVM/SRE/SEC/2009/010, ambos em 9 de outubro de 2009.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as ações a serem distribuídas.

Este Prospecto Definitivo não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Ações. Ao decidir adquirir as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO " FATORES DE RISCO" A PARTIR DA PÁGINA 90 DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO DAS AÇÕES.

ANBID

"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA

Bank of America Merrill Lynch — **Agente Estabilizador**

Itaú BBA — **Coordenador Líder**

Morgan Stanley

BBI

BB Investimentos

COORDENADORES CONTRATADOS

CALYON CRÉDIT AGRICOLE CIB

citi

A data deste Prospecto Definitivo é 9 de outubro de 2009.

[Página intencionalmente deixada em branco]

ÍNDICE

DEFINIÇÕES E GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS 9

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES 19

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS 20

- **Introdução 20**
- **Apresentação das Informações Financeiras 21**
- **Demais Informações Financeiras e Operacionais 23**

SUMÁRIO DA COMPANHIA 24

- **Nosso Negócio 24**
- **Pontos fortes da companhia 25**
- **Estratégias da Companhia 28**
- **Estrutura Societária 30**
- **Informações sobre a Companhia 30**

SUMÁRIO DA OFERTA GLOBAL 31

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 46

- **Introdução 46**
- **Apresentação das Informações Financeiras 47**
- **Demonstrações do Resultado, Balanços Patrimoniais e demais Informações Relevantes 48**

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA GLOBAL 51

- **Composição do Capital Social da Companhia 51**
- **Após a Oferta Global 51**
- **Acionista Vendedor 51**
- **Descrição da Oferta Global 52**
- **Quantidade, Valor, Classe, Recursos Líquidos e Espécie das Ações Objeto da Oferta Global 54**
- **Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Objeto da Oferta Global 54**
- **Cotação e Admissão à Negociação das Ações Preferenciais na BM&FBOVESPA e na NYSE 55**
- **Público Alvo da Oferta Brasileira 56**
- **Preço por Ação 56**
- **Quantidade de Ações Ofertadas 57**
- **Montante da Oferta Global 57**
- **Alocação de Recursos 57**
- **Custos de Distribuição 57**
- **Procedimento da Distribuição na Oferta Brasileira 58**
- **Prazo de Colocação e Aquisição 64**
- **Aprovações Societárias 65**
- **Cronograma da Oferta Brasileira 66**
- **Regime de Distribuição com Garantia de Liquidação Financeira 67**

Estabilização do Preço das Ações 68
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta Global 69
Suspensão e Cancelamento de Oferta Pública 69
Inadequação da Oferta Brasileira 70
Relacionamento entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Brasileira 70
Relacionamento entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores Contratados 77
Informações Adicionais 80
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA 81
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA BRASILEIRA 82
Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. 82
Banco Itaú BBA S.A. – Coordenador Líder 82
Banco Morgan Stanley S.A. 84
Banco Bradesco BBI S.A. 84
BB Banco de Investimento S.A. 85
Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. 85
Banco Calyon Brasil S.A. 86
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA 87
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES 88
Companhia 88
Coordenadores da Oferta Brasileira 88
Coordenadores Contratados 88
Consultores Legais da Companhia e do Acionista Vendedor 89
Consultores Legais dos Coordenadores da Oferta Brasileira e da Oferta Internacional 89
Auditores Independentes da Companhia para os três últimos exercícios sociais 89
Declarações da Companhia, do Acionista Vendedor e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 89
FATORES DE RISCO 90
Riscos Relacionados à Companhia e ao Setor Brasileiro de Aviação Civil 90
Riscos Relacionados ao Brasil 95
Riscos Relativos às Nossas Ações Preferenciais e às *ADSs* 98
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 100
CAPITALIZAÇÃO 101
DILUIÇÃO 102
Plano de Opção de Compra de Ações 102
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS 104
Introdução 104
Apresentação das Informações Financeiras 105

Demonstrações do resultado, balanços patrimoniais e demais informações financeiras 106
DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO DAS OPERAÇÕES 109
Nosso Negócio 109
Cenário Econômico Brasileiro 112
Fatores Macroeconômicos Que Afetam os Resultados Operacionais da Companhia 113
Principais Práticas Contábeis 114
Alteração na Lei das Sociedades por Ações 123
Apresentação das Informações Financeiras 125
Principais Fontes de Receitas e Custos da Companhia 126
Discussão e Análise da Demonstração de Resultados e Discussão e Análise do Balanço Patrimonial 126
Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e em 30 de junho de 2009 135
Fontes e usos dos recursos 143
Fluxo de Caixa 143
Liquidez 144
Obrigações Contratuais 145
Capacidade de Pagamento de Compromissos Financeiros 145
Investimentos e Desinvestimentos de Capital nos últimos Três Exercícios 145
Contratos Financeiros Relevantes 146
Operações Não Registradas nas Demonstrações financeiras 148
Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Riscos de Mercado 148
Eventos Subsequentes 149
VISÃO GERAL DO SETOR DE AVIAÇÃO CIVIL 150
Visão Geral 150
Evolução do Mercado Brasileiro de Aviação Civil 151
Regulamentação do Mercado de Aviação Civil Brasileira 151
ATIVIDADES DA COMPANHIA 159
Nosso Negócio 159
Pontos fortes da companhia 160
Estratégias da Companhia 163
Nossa História 164
Investimentos e Desinvestimentos de Capital nos últimos Três Exercícios 165
Objeto Social e Sede 166
Nossa Estrutura Organizacional 166
Modelo Operacional 166
Concorrência 174

TECNOLOGIA 175
INSUMOS E FORNECEDORES 175
PROPRIEDADES, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 175
PROPRIEDADE INTELECTUAL 175
SEGUROS 176
SAZONALIDADE 176
EMPREGADOS 176
CONTRATOS FINANCEIROS 178
CONTRATOS RELEVANTES 178
PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES 179
PROCEDIMENTOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS E ARBITRAIS 179
NOSSA POLÍTICA AMBIENTAL 181
ADMINISTRAÇÃO 182
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 182
DIRETORIA 185
COMITÊS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA 186
CONSELHO FISCAL 187
ENDEREÇO COMERCIAL DOS CONSELHEIROS E DIRETORES 188
TITULARIDADE DE AÇÕES 188
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 189
PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES 189
RELAÇÕES FAMILIARES ENTRE QUAISQUER ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E ENTRE OS ADMINISTRADORES E OS ACIONISTAS CONTROLADORES 191
CONTRATOS OU OBRIGAÇÕES RELEVANTES ENTRE OS ADMINISTRADORES E A NOSSA COMPANHIA 191
PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS ENVOLVENDO NOSSOS ADMINISTRADORES 191
PRINCIPAL ACIONISTA E ACIONISTA VENDEDOR 192
ACIONISTA CONTROLADOR 192
ACORDO DE ACIONISTAS 192
ALTERAÇÕES RELEVANTES RECENTES DA PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE 192
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 193
DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL 195
GERAL 195
OBJETO SOCIAL 195
CAPITAL SOCIAL 195
CAPITAL AUTORIZADO 195
AÇÕES EM TESOURARIA 195
HISTÓRICO DO CAPITAL SOCIAL 196
NEGOCIAÇÃO EM BOLSAS DE VALORES 196

Restrições a Investimento Estrangeiro 197
Direitos Conferidos às Ações 199
Assembleias Gerais 201
Conselho Fiscal 203
Alocação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos 203
Direito de Recesso e Resgate 208
Registro das ações 210
Direito de Preferência 210
Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia 210
Restrições a Operações com Partes Relacionadas 212
Contratos com o Mesmo Grupo 212
Divulgação de Negociações com Ações Realizadas por Acionista Controlador, Conselheiro, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal 212
Arbitragem 213
Cancelamento de Registro de Companhia Aberta 213
Saída do Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa 214
Mecanismos de Proteção à Aquisição Hostil 214
Alienação de Controle 214
Ofertas Públicas de Aquisição de Ações 214
Requisitos para Divulgação 215
Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas 215
Informações Trimestrais e Anuais 216
Divulgação de Ato ou Fato Relevante 216
Reunião Pública com Analistas 216
Calendário Anual 217
INFORMAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS E O MERCADO DE NEGOCIAÇÃO 218
Geral 218
Negociação na BM&FBOVESPA 218
Cotação Histórica das Ações de Nossa Emissão 220
Regulação do Mercado Brasileiro de Valores Mobiliários 221
GOVERNANÇA CORPORATIVA 223
Introdução 223
Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa 223
Adesão ao Nível 2 223
Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC 223
Diferenças Significativas entre nossas Práticas de Governança Corporativa e os Padrões de Governança Corporativa da NYSE 224
RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL 228

ANEXOS

- Estatuto Social da Companhia 231
- Declarações da Companhia, do Acionista Vendedor e do Coordenador Líder nos termos do art. 56 da Instrução CVM 400 251
- Formulário das Informações Anuais – IAN referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 (exceto pelas informações que já constem deste Prospecto) 259
- Deliberações Societárias do Acionista Vendedor relativa à Oferta 285
- Deliberações Societárias da Companhia relativas à Oferta 295

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, respectivas notas explicativas dos exercícios findos naquelas datas e respectivos pareceres dos auditores independentes 305
- Demonstrações Financeiras da Companhia para os semestres encerrados em 30 de junho de 2008 e 2009 e o respectivo relatório de revisão especial dos auditores independentes 483

DEFINIÇÕES E GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

Neste Prospecto, os termos "Companhia", "Gol" ou "Nós" referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., em conjunto com suas Controladas.

Abaixo seguem outras definições relevantes. Os termos relativos à Oferta Global estão definidos na seção "Sumário da Oferta" na página 31 deste Prospecto.

Acionista	Titular de ações ordinárias e/ou ações preferenciais de emissão da Companhia.
Acionista Vendedor ou Acionista Controlador	Fundo de Investimento em Participações Asas.
Ações	Ações Ordinárias e Ações Preferenciais.
Ações da Oferta Brasileira	Ações Preferenciais e Ações Ordinárias a serem distribuídas no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com a Instrução CVM 471 e com o Código da ANBID para Atividades Conveniadas, e com esforços de colocação das Ações Preferenciais no exterior, no âmbito da Oferta Brasileira.
Ações da Oferta Global	Ações da Oferta Brasileira em conjunto com as Ações Preferenciais a serem distribuídas no exterior inclusive sob a forma de *ADSs*.
Ações Ordinárias	19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta Brasileira, a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta Primária.
Ações Preferenciais	Ações Preferenciais da Oferta Primária e Ações Preferenciais da Oferta Secundária, em conjunto.
Ações Preferenciais da Oferta Primária	19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta Global.
Ações Preferenciais da Oferta Secundária	19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor a serem ofertadas no âmbito da Oferta Global.
Ações Prioritárias	Ações da Oferta Primária, inclusive as Ações Adicionais (sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar) destinadas à colocação pública no âmbito da Oferta Prioritária.
Agentes de Colocação Internacional	BofA Merrill Lynch, Itaú Securities, Morgan Stanley Inc., Bradesco Securities, Calyon Securities (USA) Inc., CGMI e Raymond James.
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.

BACEN	Banco Central do Brasil.
BB	Banco do Brasil S.A.
BB BI	BB Banco de Investimento S.A.
BB Securities	BB Securities Limited.
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.
BM&FBOVESPA	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BofA Merrill Lynch	Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated.
Boeing	The Boeing Company.
BR GAAP ou Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo, para os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2008, as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638 e nº 11.941, pelas normas emitidas pela CVM e pelos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Bradesco Securities	Bradesco Securities Inc.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
Calyon	Banco Calyon Brasil S.A.
Câmara de Arbitragem	Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA.
Citi	Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CGMI	Citigroup Global Markets Inc.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Companhia ou Gol	Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
CONAC	Conselho Nacional de Aviação Civil.

Conselheiro Independente	Conforme o Regulamento Nível 2, o Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição). São ainda considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, os quais contemplam quorum e formas para eleição de membros do conselho de administração pelos acionistas minoritários.
Conselho de Administração	O Conselho de Administração da Companhia.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil.
Contrato de Participação Nível 2 da BM&FBOVESPA	Contrato celebrado entre a Companhia, seus administradores, os acionistas controladores à época e a BM&FBOVESPA, em 25 de maio de 2004.
Controladas	VRG Linhas Aéreas S.A., Sky Finance, Gol Finance Cayman e GAC Inc., consideradas em conjunto.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta Brasileira	Merrill Lynch, Itaú BBA, Morgan Stanley, Bradesco BBI e BB BI.
Coordenadores da Oferta Internacional	BofA Merrill Lynch, Itaú Securities, Morgan Stanley Inc. e Bradesco BBI (agindo por meio de sua afiliada, Bradesco Securities).
COPOM	Comitê de Política Monetária.
COTAC	Comissão de Coordenação de Transporte Aéreo Civil.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
DAC	Departamento de Aviação Civil (atualmente ANAC).

DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo.
Deliberação CVM 506	Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006.
Deloitte Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Dólar, USD ou US$	Moeda corrente dos Estados Unidos.
Ernst & Young Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
FGV	Fundação Getulio Vargas.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
Fundo Asas	Fundo de Investimento em Participações Asas, o Acionista Vendedor ou Acionista Controlador.
GAC	GAC Inc., companhia controlada pela Gol, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman.
Gol Finance	Gol Finance Cayman, companhia controlada pela Gol, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman.
Gollog	Serviço de transporte de cargas da Companhia.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
Grupo de Acionistas	Conjunto de dois ou mais acionistas de uma sociedade: (i) que sejam partes de acordo de voto; (ii) se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais; (iii) que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou (iv) que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e *trusts*, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não. No caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como um Grupo de Acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.
GTA	Gol Transportes Aéreos S.A., companhia controlada pela Gol, incorporada e sucedida pela VRG em 2008. Para mais informações ver "Atividades da Companhia – Nossa História – Aquisição da VRG" na página 165 deste Prospecto.

GTI	GTI S.A., companhia controlada pela Gol, incorporada e sucedida pela VRG em 2008. Para mais informações ver "Atividades da Companhia – Nossa História – Aquisição da VRG" na página 165 deste Prospecto.
IBBA	Banco Itaú BBA S.A.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFC	*International Finance Corporation*.
IFRS	*International Financial Reporting Standards* ou Normas Internacionais de Contabilidade.
IGP-M	Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela FGV.
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Instrução CVM 325	Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE.
IR	Imposto sobre a Renda.
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
ISS	Imposto sobre Serviços.
Itaú Securities	Itaú USA Securities, Inc.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Falências	Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei nº 11.638	Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.
Lei nº 11.941	Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.
Lei nº 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Merrill Lynch	Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.
Morgan Stanley	Banco Morgan Stanley S.A.

Morgan Stanley Inc.	Morgan Stanley Co. Incorporated.
MP 449	Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941.
NYSE	New York Stock Exchange.
Oferta Brasileira	Distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, coordenada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em conformidade com a Instrução CVM 400, com a Instrução CVM 471 e com o Código ANBID para Atividades Conveniadas, incluindo esforços de colocação das Ações Preferenciais no exterior, exceto nos Estados Unidos, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional e pelo BB Securities Limited, de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor não residente no Brasil, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei 4.131, da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
Oferta Global	Distribuição pública primária e secundária de 57.007.500 (cinquenta e sete milhões, sete mil e quinhentas) Ações, incluindo Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs*, representadas por *ADRs*, em mercado de balcão não organizado, a qual consiste na Oferta Brasileira e na Oferta Internacional, a serem realizadas simultaneamente, ao Preço por Ação, em montante total de R$940.623.750,00, considerando o Preço por Ação. Para mais informações, vide seção "Informações Sobre Valores Mobiliários Emitidos e o Mercado de Negociação – Cotação Histórica das Ações de Nossa Emissão", na página 220 deste Prospecto.
Oferta Internacional	Distribuição pública primária e secundária de Ações Preferenciais inclusive sob a forma de *ADSs*, representadas por *ADRs*, a ser realizada no exterior, mediante o registro nos Estados Unidos junto à SEC, em conformidade com os procedimentos previstos no Securities Act. Poderá haver realocação de Ações Preferenciais entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional a serem ofertadas inclusive sob a forma de *ADSs*, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior, durante o curso da Oferta Global, na forma prevista no contrato de intersindicalização, a ser celebrado entre os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional (*Intersyndicate Agreement* ou Contrato Intersindical).

Oferta Prioritária	Distribuição de Ações Prioritárias aos Acionistas que venham a realizar solicitações de reserva mediante o preenchimento de Pedido de Reserva durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária, sendo assegurado a cada um dos Acionistas que realizar Pedido de Reserva no âmbito da Oferta Prioritária subscrever Ações Prioritárias de mesma espécie e até o limite proporcional de sua participação no capital social total da Companhia. Cada ação ordinária e cada ação preferencial, de emissão da Companhia, de titularidade do Acionista assegurará ao Acionista o direito de subscrição de 0,151273467 Ação Ordinária e de 0,151273467 Ação Preferencial. Observado que a Oferta Prioritária não será estendida aos detentores de *ADSs* ou de ações preferenciais residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos na data deste Prospecto, dado que a oferta e a venda de Ações Preferenciais, inclusive sob a forma de *ADSs* estão sujeitas às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos e certas características da Oferta Prioritária podem não ser compatíveis com tal regulamentação.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.
Poder de Controle e termos correlatos, como Controle, Controlador, Controlada e sob Controle comum	O poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações ordinárias que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações ordinárias que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.
Programa *Smiles*	Programa de milhagem operado pela VRG que proporciona viagens e outros prêmios aos beneficiários do programa, baseado nas milhas acumuladas.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Preferenciais e Ordinárias e de Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Preferenciais e Ordinárias e de Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
Prospectos	Em conjunto, o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo.
Raymond James	Raymond James & Associates.
Real ou R$	Moeda corrente do Brasil.

Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos administradores e dos controladores.
Regulamento Nível 2	Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 instituído pela BM&FBOVESPA que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Segmento Nível 2, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores, seu conselho fiscal, se instalado, e seus acionistas controladores.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos EUA.
Securities Act	*Securities Act* de 1933, dos Estados Unidos, conforme alterado.
Segmento Nível 2	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SKY Finance	SKY Finance, sociedade controlada pela Gol, devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo.
US GAAP	*United States Generally Accepted Accounting Principles* ou princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos.
Varig	Varig S.A., sociedade em recuperação judicial e atualmente denominada Flex S.A.
Voe Fácil	Programa de venda parcelada de passagens da Companhia.
VRG	VRG Linhas Aéreas S.A., companhia controlada pela Gol.

Este Prospecto usa os seguintes termos para descrever os indicadores de desempenho operacional usuais no setor de aviação civil:

Arrendamento suplementar de aeronaves	Pagamentos feitos em cumprimento às obrigações constantes em nossos contratos de arrendamento operacional, relativos a determinadas despesas de manutenção, com base no número de horas voadas.
Assento-quilômetro oferecido (*available seat kilometers* ou ASK)	Soma dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de assentos disponíveis em cada etapa de voo pela distância da etapa, medida em quilômetros.
Capacidade	Capacidade de uma aeronave, medida em termos de assentos-quilômetro oferecidos.

Custo operacional por assento disponível por quilômetro (*operating expenses per available seat kilometer* ou CASK)	Custo operacional dividido pelo total de assentos-quilômetro oferecidos.
EBITDAR	Representa o lucro operacional antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e custos com arrendamentos mercantis de aeronaves e resultados não operacionais. O EBITDAR é um indicador não GAAP apresentado como informação adicional para nossos investidores.
Etapa de voo	Distância compreendida entre uma decolagem e um pouso de uma aeronave.
Etapa média ou distância média de voo (*average stage length*)	Número médio de quilômetros voados por etapa realizada.
GDS	*Global Distribution System*, um sistema eletrônico de venda de passagens utilizado por grande parte das companhias aéreas mundiais.
HOTRAN	Horário de Transporte Aéreo, que é a autorização concedida pelo DAC (atualmente concedida pela ANAC) para que uma companhia aérea preste serviços aéreos regulares em uma determinada rota em um determinado horário.
IOSA	Auditoria de Segurança Operacional da International Air Transport Association – IATA.
Passageiro-quilômetro transportado (*revenue passenger kilometers* ou RPK)	Soma dos produtos obtidos ao multiplicar-se o número de passageiros pagantes em uma etapa de voo pela distância da etapa.
Passageiros pagantes *(revenue passengers)*	Número total de passageiros que adquiriram passagens e efetivamente voaram em todos os voos da Companhia em um determinado período.
Receita de passageiros por assento-quilômetro oferecido (*passenger revenue per available seat kilometer*)	Receita de passageiros dividida pelo total de assentos-quilômetro oferecidos.
Receita operacional por assento-quilômetro oferecido (*operating revenue per available seat kilometer* ou RASK)	Receita operacional dividida pelo total de assentos-quilômetro oferecidos.
Slot	O direito de decolar ou pousar uma aeronave em determinado aeroporto durante determinado período de tempo.
Taxa de ocupação (*load factor*)	Capacidade efetivamente utilizada de assentos da aeronave (calculada dividindo-se o número de passageiros-quilômetro transportados pelo número de assentos-quilômetro oferecidos).

Taxa de ocupação *break-even* (*break-even load factor*)	Taxa de ocupação hipotética necessária para que as receitas operacionais auferidas correspondam às despesas operacionais incorridas.
Taxa de utilização de aeronave	Número médio de horas por dia em que a aeronave esteve em operação.
Yield	Valor médio pago por um passageiro para voar um quilômetro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, principalmente nas seções "Sumário da Companhia", "Fatores de Risco", "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações" e "Atividades da Companhia", nas páginas 24, 90, 109 e 159, respectivamente.

As estimativas e declarações acerca do futuro baseiam-se, principalmente, em expectativas atuais sobre eventos futuros, bem como em tendências que afetam ou podem vir a afetar nossos negócios e resultados. Embora a Companhia acredite que estas estimativas e declarações acerca do futuro encontram-se baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos em outras seções deste Prospecto, podem vir a fazer com que os resultados efetivos sejam substancialmente diferentes dos resultados previstos em nossas estimativas e declarações ou daqueles obtidos no passado, inclusive, entre outros, os seguintes:

- a conjuntura econômica, política e de negócios como um todo no Brasil e em outros mercados sul-americanos nos quais atuamos;
- os efeitos da crise global do mercado financeiro e da crise econômica;
- as expectativas e estimativas da administração quanto ao nosso futuro desempenho financeiro assim como planos e programas financeiros;
- nosso nível de obrigações fixas;
- nossos planos de investimentos;
- nossa capacidade de obter financiamentos em prazos aceitáveis;
- inflação e flutuações da taxa de câmbio do Real;
- a regulamentação governamental existente e futura, inclusive controles sobre capacidade de tráfego aéreo;
- aumento nos custos de combustíveis, de manutenção e prêmios de seguros;
- alterações nos preços de mercado, demanda e preferências dos clientes e condições competitivas;
- variações cíclicas e sazonais em nossos resultados operacionais;
- defeitos ou problemas mecânicos em nossas aeronaves;
- nossa capacidade de implementar com sucesso nossa estratégia;
- mudanças na infraestrutura da aviação civil brasileira, incluindo controle de tráfego aéreo, de espaço aéreo e da infraestrutura de aeroportos; e
- os fatores de risco apresentados na seção "Fatores de Risco", na página 90 deste Prospecto.

Nossas estimativas e projeções envolvem riscos e incertezas e não constituem garantia de desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos futuros podem ser substancialmente diferentes das expectativas constantes em tais estimativas e projeções. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem vir a não se concretizar e, ainda, os resultados futuros e o nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas ou dos obtidos no passado em razão dos fatores mencionados acima, além de outros não especificamente mencionados nesta seção. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas, projeções e declarações sobre o futuro para tomar uma decisão de investimento nas Ações. A Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta Brasileira, os Coordenadores da Oferta Internacional e os Agentes de Colocação Internacional não assumem qualquer obrigação de atualizar ou de revisar tais informações.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, bem como com as Seções "Resumo das Demonstrações Financeiras", "Informações Financeiras Selecionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações", nas páginas 46, 104 e 109, respectivamente, deste Prospecto.

INTRODUÇÃO

O resumo de nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 é derivado das demonstrações financeiras consolidadas constantes das páginas 305 a 481 deste Prospecto, tendo sido auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, conforme indicado nos seus respectivos pareceres anexos a este Prospecto nas páginas 305 a 481.

Nossas informações financeiras para os trimestres e semestres encerrados em 30 de junho de 2008 e 2009 foram extraídas de nossas informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009 apresentadas nas páginas 483 a 535 do presente Prospecto. As informações financeiras referentes aos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2009 foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638 e pela MP 449, posteriormente convertida na Lei n° 11.941. As informações financeiras referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2008 foram objeto de revisão pela Ernst & Young Auditores Independentes e as informações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009 foram objeto de revisão pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, cujo relatório de revisão especial sem ressalva contém os seguintes parágrafos de ênfase: (i) os balanços patrimoniais (individual e consolidado) levantados em 31 de março de 2009, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes; (ii) conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações do resultado (individual e consolidada) e as respectivas notas explicativas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM nº 506/06. Essas demonstrações do resultado (individual e consolidada) e respectivas notas explicativas, referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2008, ajustadas e reapresentadas, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sobre revisão especial, sem ressalvas, datado de 6 de agosto de 2008; e (iii) as práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das normas internacionais de contabilidade. Informações relativas à natureza e os efeitos de tais diferenças estão descritas na nota explicativa nº 2 às informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009. Os referidos relatórios de revisão estão anexos a este Prospecto nas páginas 483 a 535.

Para mais informações sobre as alterações à Lei das Sociedades por Ações, ver seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e Resultado das Operações - Alteração na Lei das Sociedades por Ações" na página 123 deste Prospecto.

De acordo com a nossa administração, as demonstrações financeiras e as informações trimestrais acima referidas refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado de nossas operações para os referidos exercícios/semestres. Os resultados indicados para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2009 não são um indicativo dos resultados esperados para o exercício de 2009.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Para a leitura e análise das demonstrações e demais informações financeiras a elas referenciadas incluídas neste Prospecto, devem ser considerados os seguintes aspectos quanto à sua elaboração e forma de apresentação:

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008

- o balanço patrimonial (controladora e consolidado) levantado em 31 de dezembro de 2008, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) e dos valores adicionados (controladora e consolidado), correspondente ao exercício encerrado naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449, posteriormente convertida na Lei nº 11.941.

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2007, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora), das origens e aplicações de recursos (controladora e consolidado), dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) e dos valores adicionados (controladora e consolidado), correspondentes ao exercício encerrado naquelas datas, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes a época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449, posteriormente convertida em Lei nº 11.941.

As demonstrações financeiras acima referidas foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2009

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 30 de junho de 2008 e 2009, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), correspondentes ao semestre encerrado naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449, posteriormente convertida em Lei nº 11.941.

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2008 foram revisadas pela Ernst & Young Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. As informações financeiras contidas nas informações trimestrais referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Na opinião de nossa administração, as demonstrações financeiras e informações semestrais anexas a este Prospecto, das páginas 305 à 535, apresentam adequadamente o resultado de nossas operações e nossa situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Os resultados financeiros indicados nas referidas demonstrações financeiras não indicam, necessariamente, os resultados que podem ser esperados em qualquer outro período.

Adicionalmente, para fins de análise das informações financeiras incluídas nesta seção, deve-se considerar o fato de que as demonstrações financeiras referentes a 2008 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449, posteriormente convertida em Lei nº 11.941, e as demonstrações financeiras referentes a 2006 e 2007 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes à época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449, posteriormente convertida em Lei nº 11.941. Portanto, as informações financeiras

referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2008 incluídas neste Prospecto apresentam limitações na sua comparabilidade.

Resultados

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em milhões de Reais)								Semestre encerrado em 30 de junho de (em milhões de Reais)				
Demonstração do Resultado	**2006[1]**	**AV**	**2007[1]**	**AV [2]**	**2008[3]**	**AV [1]**	**Var. 07/06**	**Var. 08/07**	**2008[3]**	**AV [1]**	**2009[3]**	**AV [1]**	**Var. 1S09/ 1S08**
Receita operacional bruta													
Transporte de passageiros	3.722,1	97,9%	4.742,4	95,5%	6.131,2	95,7%	27,4%	29,3%	2.952,0	96,3%	2.748,5	94,9%	-6,9%
Transporte de cargas	126,1	3,3%	172,0	3,5%	218,9	3,4%	36,4%	27,3%	104,6	3,4%	92,8	3,2%	-11,3%
Outras	103,7	2,7%	244,0	4,9%	321,9	5,0%	135,3%	31,9%	130,0	4,2%	183,1	6,3%	40,8%
Receita operacional bruta	**3.951,9**	**103,9%**	**5.158,5**	**103,9%**	**6.672,0**	**104,1%**	**30,5%**	**29,3%**	**3.186,6**	**104,0%**	**3.024,4**	**104,4%**	**-5,1%**
Impostos e contribuições	(149,8)	-3,9%	(191,2)	-3,7%	(262,4)	-4,1%	27,6%	37,3%	(121,5)	-4,0%	(127,3)	-4,4%	4,8%
Receita operacional líquida	**3.802,0**	**100,0%**	**4.967,3**	**100,0%**	**6.409,6**	**100,0%**	**30,7%**	**29,0%**	**3.065,1**	**100,0%**	**2.897,1**	**100,0%**	**-5,5%**
Custos e despesas operacionais													
Com pessoal	(410,8)	-10,8%	(794,4)	-16,0%	(983,9)	-15,4%	93,4%	23,8%	(488,3)	-15,9%	(523,2)	-18,1%	7,1%
Combustíveis e lubrificantes	(1.227,0)	-32,3%	(1.898,8)	-38,2%	(2.630,8)	-41,1%	54,8%	38,6%	(1.397,8)	-45,6%	(875,9)	-30,2%	-37,3%
Arrendamento de aeronaves	(318,2)	-8,3%	(558,6)	-11,3%	(645,1)	-10,1%	75,6%	15,5%	(311,8)	-10,2%	(353,9)	-12,2%	13,5%
Comerciais e publicidade	(414,6)	-10,9%	(367,9)	-7,4%	(588,7)	-9,2%	-11,3%	60,0%	(262,6)	-8,6%	(168,6)	-5,8%	-35,8%
Prestação de serviços	(199,4)	-5,3%	(348,7)	-7,0%	(422,2)	-6,6%	74,9%	21,0%	(226,9)	-7,4%	(177,7)	-6,1%	-21,7%
Manutenção e reparo	(146,5)	-3,9%	(318,9)	-6,4%	(388,0)	-6,1%	117,7%	21,7%	(154,6)	-5,0%	(199,4)	-6,9%	-29,0%
Tarifas pouso e decolagem	(157,7)	-4,2%	(273,7)	-5,5%	(338,4)	-5,3%	73,5%	23,7%	(168,6)	-5,5%	(160,4)	-5,5%	-4,9%
Depreciação e amortização	(58,2)	-1,5%	(101,7)	-2,1%	(138,3)	-2,2%	74,7%	35,9%	(65,6)	-2,1%	(69,2)	-2,4%	5,5%
Outras despesas	(260,6)	-6,9%	(364,7)	-7,3%	(359,5)	-5,6%	39,9%	-1,4%	(239,2)	-7,8%	(187,7)	-6,5%	-21,5%
Custos e despesas operacionais	(3.193,1)	-84,0%	(5.027,5)	-101,2%	(6.494,8)	-101,3%	57,5%	29,2%	(3.315,4)	-108,2%	(2.716,0)	-93,7%	-18,1%
Resultado operacional	**608,9**	**16,0%**	**(60,2)**	**-1,2%**	**(85,3)**	**-1,3%**	**nm[5]**	**41,6%**	**(250,3)**	**-8,2%**	**181,1**	**6,3%**	**-172,4%**
Resultado não-operacional	98,1	2,6%	(34,4)	-0,7%	-	-	nm[5]	nm[5]	-	-	-	-	-
Resultado financeiro	**266,7**	**7,0%**	**106,2**	**-2,1%**	**(1.106,4)**	**-17,3%**	**-60,2%**	**nm[5]**	**151,7**	**4,9%**	**357,1**	**12,3%**	**135,4%**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**973,7**	**22,4%**	**11,6**	**0,2%**	**(1.191,7)**	**-18,6%**	**-98,8%**	**nm[5]**	**(98,6)**	**-3,2%**	**538,2**	**18,6%**	**-645,8%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(289,2)	-7,6%	256,9	5,2%	(45,5)	-0,7%	-188,8%	-117,7%	(91,2)	-3,0%	(143,1)	-4,9%	56,9%
Lucro líquido (Prejuízo)	**684,5**	**17,1%**	**268,5**	**5,4%**	**(1.237,1)**	**-19,3%**	**-60,8%**	**nm[5]**	**(189,8)**	**-6,2%**	**395,1**	**13,6%**	**nm[5]**
Ações em circulação, final	196.206,5	-	202.300,3	-	202.300,6	-	3,1%	-	202.300,6	-	228.394,3	-	12,9%
Lucro (Prejuízo) por ação (R$)	3,5	-	1,3	-	(6,1)	-	-61,9%	-	(0,9)	-	1,7	-	-288,9%
EBITDAR[4]	985,4	25,9%	600,1	12,1%	698,2	10,9%	-39,1%	16,3%	127,1	4,2%	604,1	20,9%	375,3%

(1) De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007
(2) Análise Vertical
(3) Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.
(4) EBITDAR (lucro operacional antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e custos com arrendamentos mercantis de aeronaves e resultados não operacionais) é um indicador não GAAP apresentado como informação adicional para nossos investidores. Normalmente apresentamos o EBITDAR, pois acreditamos que este indicador é útil para medir o desempenho operacional de companhias aéreas, inclusive o nosso, e do setor de transportes aéreos, em que parte significativa das aeronaves é arrendada e um importante item na base de custo. Acreditamos que o impacto das despesas com arrendamento de aeronaves deve ser considerado junto com o impacto de depreciação e amortização. Assim, esse indicador mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação operacional com outras empresas do setor. No entanto, nenhum número deverá ser considerado isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis brasileiras, ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia. Além disso, nossos cálculos podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias. Para reconciliação do EBITDAR com o lucro (prejuízo) líquido, ver tabela "Outras Informações" abaixo.
(5) nm: não mensurado

Informações Financeiras e Operacionais	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		Período encerrado em 30 de junho de	
	2007	2008	2008	2009
Passageiros-quilômetro transportados (RPK)	22.670	25.308	13.734	11.616
Assento-quilômetro oferecido - ASK (em milhares)	34.349	41.107	21.735	19.183
Taxa de ocupação (%)	66,0%	61,6%	63,2%	60,5%
Yield bruto por passageiro/km (centavos)	20,9	24,2	21,5	23,7
Uso de aeronave (hora-bloco por dia)	13,8	12,1	12,6	11,3
Média da Frota Operacional	88,6	106,4	106,5	107,8
Receita operacional por assento-quilômetro oferecido(centavos)	14,5	15,6	14,1	15,1
Custo operacional por assento-quilômetro disponível (centavos)	14,6	15,8	15,3	14,2
Receita Operacional Líquida (em milhões)	4.967,3	6.409,6	3.065,1	2.897,1
Custo Operacional (em milhões)	(5.027,5)	(6.494,8)	(3.315,4)	(2.716,0)
Lucro (Prejuízo) Operacional (em milhões)	(60,2)	(85,3)	(250,3)	181,1
Margem Operacional (%)	-1,2%	-1,3%	-8,2%	6,3%
Lucro Líquido (em milhões)	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Margem Líquida (%)	5,4%	-19,3%	-6,2%	13,6%
EBITDAR (em milhões)[2]	600,1	698,2	127,1	604,1
Margem EBITDAR (%)	12,1%	10,9%	4,1%	20,9%

Outras Informações	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		Período encerrado em 30 de junho de	
	2007	2008	2008	2009
	(em R$/milhões)			
Cálculo do EBITDAR:				
Lucro (prejuízo) líquido	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Despesas (receitas) financeiras líquidas	(106,2)	1.106,4	(151,7)	(357,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(256,9)	45,5	91,2	143,0
Depreciação e amortização	101,7	138,3	65,6	69,2
Custos com arrendamento mercantil de aeronaves	558,6	645,1	311,8	353,9
Resultados não-operacionais[1]	34,4	-	-	-
EBITDAR[2]	600,1	698,2	127,1	604,1

(1) Os resultados não-operacionais foram extintos pela MP 449 e, portanto, passaram a ser apresentados no grupo "Outras receitas (despesas) operacionais" a partir de 2008. Desta forma, o EBITDAR apresentado em 2007 e em 2008 apresenta limitações na sua comparabilidade.
(2) EBITDAR (lucro operacional antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e custos com arrendamentos mercantis de aeronaves e resultados não operacionais) é um indicador não GAAP apresentado como informação adicional para nossos investidores. Normalmente apresentamos o EBITDAR, pois acreditamos que este indicador é útil para medir o desempenho operacional de companhias aéreas, inclusive o nosso, e do setor de transportes aéreos, em que parte significativa das aeronaves é arrendada e um importante item na base de custo. Acreditamos que o impacto das despesas com arrendamento de aeronaves deve ser considerado junto com o impacto de depreciação e amortização. Assim, esse indicador mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação operacional com outras empresas do setor. No entanto, nenhum número deverá ser considerado isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis brasileiras, ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia. Além disso, nossos cálculos podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias.

DEMAIS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS

Determinados valores e porcentagens incluídos neste Prospecto foram arredondados, sendo que os totais apresentados em algumas tabelas podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

As informações incluídas neste Prospecto relativas ao nosso setor de atividade, bem como as estimativas a respeito de participações de mercado, foram obtidas por meio de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor. Foram incluídas informações de relatórios elaborados por fontes públicas oficiais, como o BACEN, o IBGE, a INFRAERO, entre outras. As informações que constam dessas publicações são extraídas de fontes consideradas confiáveis, mas não podemos garantir a exatidão e a integridade dessas informações. Os referidos levantamentos internos e estimativas não foram objeto de comprovação independente. A Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Agentes de Colocação Internacional não podem garantir a exatidão dessas informações.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário contém um resumo das atividades e informações contábeis e operacionais da Companhia e não apresenta todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O investidor deve ler este Prospecto integralmente, incluindo as informações contidas nas seções "Fatores de Risco" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional", nas páginas 90 e 109, respectivamente, assim como nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento nas Ações.

NOSSO NEGÓCIO

Acreditamos ser uma das maiores companhias aéreas de baixo custo e baixa tarifa (*low-cost low-fare*) do mundo em termos de passageiros transportados, e a única companhia nessa categoria que oferece voos frequentes em rotas que ligam todas as principais cidades do Brasil entre si e estas às principais cidades da América do Sul. Temos uma frota operacional padronizada de 110 aeronaves Boeing 737, e oferecemos voos para grande número de destinos aos nossos clientes.

Desde o início de nossas operações em 2001, nosso serviço simples, acessível e confiável e nossa ênfase nos mercados que eram precariamente servidos ou não possuíam como alternativa bilhetes aéreos com tarifas menores, têm levado a forte reconhecimento de nossa marca e a um rápido crescimento de nossa participação de mercado. Fomos a primeira companhia a introduzir com êxito práticas e tecnologias do segmento de transportes de baixo custo na América Latina. Possuímos uma base de receita diversificada, com clientes que vão desde passageiros executivos a turistas que viajam para destinos situados em todo o Brasil e na América do Sul. Nossa estratégia é aumentar o tamanho de nossa participação de mercado atraindo novos passageiros do Brasil e da América do Sul, bem como diversificar nossas fontes de receita por meio de nossa rede consolidada de voos, moderna frota de aeronaves, marketing direcionado e nosso Programa *Smiles*. Acreditamos que o *Smiles* é o maior programa de fidelidade da América do Sul, com mais de seis milhões de associados, que oferece diversos e atraentes negócios secundários, tais como nossos serviços de transporte aéreo (Gollog) e uma variedade de mecanismos de pagamento (incluindo o Voe Fácil) concebidos para facilitar a compra de nossos bilhetes por clientes das classes de maior renda. As receitas brutas de transporte de passageiros representaram 91,9% e 90,9%, e as receitas acessórias 8,1% e 9,1%, de nossa receita bruta em 2008 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, respectivamente.

Em 30 de junho de 2009 oferecíamos cerca de 740 voos diários para 58 destinos, ligando as mais importantes cidades do Brasil, bem como os principais destinos na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Continuaremos avaliando atentamente as oportunidades de levar adiante o crescimento de nossa Companhia aumentando a frequência de voos para nossos mercados de alta demanda e oferecendo novas rotas nesses mercados (*e.g.*, para Ilha de Aruba, no Caribe), metas que serão alcançadas com nossas aeronaves Boeing 737.

Em abril de 2007, adquirimos a VRG com a intenção de aprimorar, no longo prazo, nossa posição nos competitivos setores de transporte de passageiros brasileiro e latino-americano. A VRG é uma companhia formada a partir de ativos (Unidade Produtiva Isolada) da antiga Varig, alienados sob a proteção da Lei de Falências, que buscou recuperação judicial em junho de 2005. Os direitos às rotas e à operação em aeroportos nos permitiram expandir nossas atividades no Brasil e na América do Sul e aumentar nossos *slots* no aeroporto de Congonhas em São Paulo, o mais importante para nossas operações, de 138 *slots* em 2006 para 232 *slots* no final de 2008. A aquisição foi aprovada pela ANAC em abril de 2007 e pelo CADE em junho de 2008. Em 30 de setembro de 2008, finalizamos uma reestruturação societária que resultou na incorporação de nossa antiga subsidiária operacional, GTA, pela VRG e permitiu a integração do *Smiles* à nossa rede consolidada de voos.

Após referida reestruturação societária, conseguimos melhorar nossos resultados operacionais que passaram de um resultado negativo de R$250,3 milhões, com margem operacional negativa de 8,2% no primeiro semestre de 2008, para um resultado positivo de R$181,1 milhões no primeiro semestre de

2009, com margem operacional positiva de 6,3%. Estas melhoras em nossos resultados operacionais se devem principalmente à reestruturação societária, que possibilitou a redução de nossos custos operacionais, bem como flexibilizou e aprimorou nossa estrutura operacional, permitindo-nos explorar sinergias e fornecer um serviço de transporte aéreo mais eficiente por meio de uma rede integrada de destinos no Brasil e na América do Sul, bem como fortalecer nosso Programa *Smiles*.

A tabela a seguir contém alguns dos principais indicadores financeiros e operacionais não auditados consolidados para os períodos indicados:

Informações Financeiras e Operacionais (não auditadas)	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de**		**Período encerrado em 30 de junho de**	
	2007	**2008**	**2008**	**2009**
Passageiros-quilômetro transportados (RPK)	22.670	25.308	13.734	11.616
Assento-quilômetro oferecido - ASK (em milhares)	34.349	41.107	21.735	19.183
Taxa de ocupação (%)	66,0%	61,6%	63,2%	60,5%
Yield bruto por passageiro/km (centavos)	20,9	24,2	21,5	23,7
Uso de aeronave (hora-bloco por dia)	13,8	12,1	12,6	11,3
Média da Frota Operacional	88,6	106,4	106,5	107,8
Receita operacional por assento-quilômetro oferecido(centavos)	14,5	15,6	14,1	15,1
Custo operacional por assento-quilômetro disponível (centavos)	14,6	15,8	15,3	14,2
Receita Operacional Líquida (em milhões)	4.967,3	6.409,6	3.065,1	2.897,1
Custo Operacional (em milhões)	(5.027,5)	(6.494,8)	(3.315,4)	(2.716,0)
Lucro (Prejuízo) Operacional (em milhões)	(60,2)	(85,3)	(250,3)	181,1
Margem Operacional (%)	-1,2%	-1,3%	-8,2%	6,3%
Lucro Líquido (em milhões)	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Margem Líquida (%)	5,4%	-19,3%	-6,2%	13,6%
EBITDAR (em milhões)[(2)]	600,1	698,2	127,1	604,1
Margem EBITDAR (%)	12,1%	10,9%	4,1%	20,9%

Outras Informações	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de**		**Período encerrado em 30 de junho de**	
	2007	**2008**	**2008**	**2009**
	(em R$/milhões)			
Cálculo do EBITDAR:				
Lucro (prejuízo) líquido	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Despesas (receitas) financeiras líquidas	(106,2)	1.106,4	(151,7)	(357,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(256,9)	45,5	91,2	143,0
Depreciação e amortização	101,7	138,3	65,6	69,2
Custos com arrendamento mercantil de aeronaves	558,6	645,1	311,8	353,9
Resultados não-operacionais[(1)]	34,4	-	-	-
EBITDAR[(2)]	600,1	698,2	127,1	604,1

(1) Os resultados não-operacionais foram extintos pela MP 449 e, portanto, passaram a ser apresentados no grupo "Outras receitas (despesas) operacionais" a partir de 2008. Desta forma, o EBITDAR apresentado em 2007 e em 2008 apresenta limitações na sua comparabilidade.
(2) EBITDAR (lucro operacional antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e custos com arrendamentos mercantis de aeronaves e resultados não operacionais) é um indicador não GAAP apresentado como informação adicional para nossos investidores. Normalmente apresentamos o EBITDAR, pois acreditamos que este indicador é útil para medir o desempenho operacional de companhias aéreas, inclusive o nosso, e do setor de transportes aéreos, em que parte significativa das aeronaves é arrendada e um importante item na base de custo. Acreditamos que o impacto das despesas com arrendamento de aeronaves deve ser considerado junto com o impacto de depreciação e amortização. Assim, esse indicador mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação operacional com outras empresas do setor. No entanto, nenhum número deverá ser considerado isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis brasileiras, ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia. Além disso, nossos cálculos podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias.

PONTOS FORTES DA COMPANHIA

A Companhia acredita que seus principais pontos fortes são:

Mantemos baixos nossos custos operacionais. Nosso custo operacional por assento-quilômetro oferecido no período encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R$15,8 e em 30 de junho de 2009, de R$14,2. Acreditamos que nosso custo por assento-quilômetro oferecido referente aos exercícios ora indicados, ajustado pela média de quilômetros percorridos por voo, tenha sido ao longo do ano o menor

do mercado interno e um dos mais baixos entre as companhias aéreas de baixo custo, com base na nossa análise de dados coletados a partir de informações publicadas por outras companhias do setor e disponíveis ao público.

Nosso modelo de negócios se baseia em inovação e melhores práticas adotadas a fim de incrementar nossa eficiência operacional, dentre as quais:

Operação de frota nova e padronizada. Em 30 de junho de 2009, nossa frota operacional de 110 aeronaves Boeing 737 era uma das maiores e mais jovens frotas da América Latina, com uma média de 6,8 anos. Planejamos substituir nossas aeronaves arrendadas Boeing 737-300 por Boeing 737-800 e 737-700 *Next Generation*, bem como subarrendar nossos Boeing 767 até o final de 2010. Pretendemos utilizar exclusivamente a aeronave Boeing 737-800 e 737-700 *Next Generation*, pois o fato de termos uma frota homogênea reduz nossos custos de estoque, uma vez que isto resulta na diminuição do número de peças sobressalentes necessárias, bem como da necessidade de treinar nossos pilotos para operarem diferentes tipos de aeronaves. Esse fato também simplifica nossos procedimentos operacionais e de manutenção. Dos nossos 121 pedidos firmes de compra e 40 opções de compra realizados em 2007, em 30 de junho de 2009, tínhamos 99 pedidos firmes de compra remanescentes para aeronaves Boeing 737-800 *Next Generation* a serem entregues em 2016 e 40 opções de compra adicionais. Esperamos, com isso, ser capazes de diminuir ainda mais a idade de nossa frota para controlar melhor nossos custos de manutenção.

Eficiência na manutenção. Realizamos internamente os serviços de manutenção pesada de nossas aeronaves Boeing 737 em nosso centro de manutenção de aeronaves localizado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, Minas Gerais. Utilizamos a nova instalação para realizar manutenção pesada de fuselagem, manutenção preventiva, e reestruturações da configuração interna das aeronaves. Com nosso sistema de manutenção por fases para nossas aeronaves Boeing *Next Generation* 737-700 e 737-800, conseguimos realizar trabalho de manutenção diariamente sem sacrificar tempo de receita da aeronave e programar manutenção preventiva com maior regularidade e próximo à sua utilização, reduzindo custos. Somos uma das poucas companhias aéreas do mundo que se beneficia plenamente da filosofia de manutenção em fases do Boeing 737 *Next Generation*, sustentada por amplos investimentos em pessoal, material, ferramentas e equipamentos.

Eficiência na utilização da Internet e outros meios tecnológicos. O uso efetivo de tecnologia nos permite manter nossos custos baixos e nossas operações altamente eficientes. Buscamos manter nossos canais de distribuição simplificados e convenientes de forma a permitir que nossos clientes interajam conosco através da Internet. Em 2008, efetuamos a maioria das vendas de passagens por meio de uma combinação de vendas em nosso site na Internet (79,0%) e em nosso *call center* (7,0%). Além disso, nossos clientes podem fazer check-in de seus voos on-line e por telefones celulares aptos a navegar na Internet. Acreditamos ser uma das maiores empresas de comércio eletrônico no Brasil e na América Latina, com R$4,8 bilhões em vendas de passagens (líquido) por meio de nosso site. Usufruímos de reduções de custo associadas à venda automatizada de passagens, tornando a seleção de opções de viagem mais conveniente para nossos clientes. Além disso, podemos oferecer a nossos clientes outros produtos relacionados a viagens utilizando tais meios tecnológicos.

Estimulamos a Demanda por nosso Serviço. Acreditamos que, por meio de nossos serviços diferenciados, criamos demanda para serviços de viagem aérea. Procuramos, em geral, manter nossas tarifas mais baixas do que as tarifas de nossos concorrentes internos. Identificamos e estimulamos uma demanda, tanto entre passageiros de viagens de negócios como entre passageiros de viagens de lazer, por viagens aéreas que sejam ao mesmo tempo seguras, convenientes, simples e acessíveis em relação às viagens aéreas, de ônibus ou de carro tradicionais. Ao combinar baixas tarifas com serviços simplificados e confiáveis, aumentamos, de maneira bem sucedida, a participação de mercado, fortalecemos a fidelização de passageiros, além de atrairmos um novo grupo de passageiros em nossos mercados. Anteriormente, estes novos passageiros não consideravam a viagem aérea como uma

alternativa devido aos preços mais altos e aos procedimentos de venda mais complicados, que eram a prática do mercado antes do início de nossas operações. Por exemplo, nossos voos noturnos, para os quais oferecemos, desde 2005, tarifas bastante competitivas, mostraram-se muito bem-sucedidos, proporcionando taxas de ocupação maiores que as de nossos outros voos. Em 2008, começamos a oferecer tarifas mais atrativas para certas rotas com tempo mínimo de permanência. Estimamos que, em média, aproximadamente 10,0% de nossos clientes sejam passageiros de primeira viagem ou que não tenham realizado nenhuma viagem aérea no último ano. Temos desenvolvido e desenvolveremos ainda mais mecanismos de pagamento flexível, como pagamentos em débito e pagamentos parcelados em longo prazo (Voe Fácil), com os quais esperamos aumentar nosso potencial de mercado e clientela a uma quantidade maior de classes sociais e, consequentemente, penetrar ainda mais nesses mercados e clientes.

Temos Forte Posição de Mercado nos Principais Aeroportos Brasileiros. Desde a aquisição da VRG, temos a maioria dos voos nos aeroportos mais movimentados do Brasil: Congonhas (São Paulo), Santos Dumont e Galeão (Rio de Janeiro), Juscelino Kubitschek (Brasília) e Confins (Belo Horizonte), conforme dados da INFRAERO. As rotas entre esses aeroportos estão entre as mais lucrativas de nossos mercados, com maiores *yields* alcançados principalmente graças aos viajantes do segmento corporativo. Em Congonhas, um aeroporto com restrições de *slots*, fomos os líderes em termos pousos e decolagens em 2008, de acordo com dados divulgados pela INFRAERO.

Acreditamos ter o Maior Programa de Fidelidade da América Latina. Temos um programa de fidelidade (*Smiles*), que consideramos ser uma forte ferramenta de relacionamento e que está disponível a todos os passageiros. O Programa *Smiles* é uma de nossas fontes de receita, uma vez que nos permite vender milhas diretamente para empresas para fins de marketing ou utilizá-las como benefícios aos portadores de cartões de crédito de bandeira compartilhada. Mantém parcerias com cadeias de hotéis, empresas de aluguel de automóveis, editores e escolas, bem como com alguns dos maiores bancos do Brasil e da América do Sul e administradoras de cartões de crédito. Desde 2008, o Programa *Smiles* tem oferecido uma série de promoções de marketing visando envolver novamente seus associados e expandir a base de clientes. O Programa *Smiles* possuía mais de seis milhões de associados em junho de 2009. Em 30 de junho, celebramos uma parceria com o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil para emissão e administração de cartões de crédito no formato "Co-Branded". Por meio dessa parceria, as instituições financeiras poderão emitir cartões de crédito com a marca *Smiles*. Como parte do acordo, receberemos aproximadamente R$255,0 milhões (R$104,0 milhões já recebidos em junho de 2009), relativos à venda de milhas do Programa *Smiles*, direito de acesso e de utilização do cadastro pelas instituições financeiras e participação no faturamento registrados nos cartões emitidos.

Temos Marcas Fortes, Amplamente Reconhecidas. Acreditamos que a marca Gol tornou-se sinônimo de inovação e boa relação custo-benefício no mercado de aviação civil. Nossos clientes identificam a Gol como segura, acessível, adequada, justa e confiável, e nosso estilo moderno e simplificado na prestação de serviços de transporte aéreo nos distingue na aviação civil doméstica brasileira. Nossas marcas *Smiles*, Gollog e Voe Fácil nos permitem alcançar reconhecimento valioso do cliente em vários segmentos de negócios, além de criar para nós uma ferramenta para diversificação da marca. Nossa marca Varig é amplamente conhecida nos mercados brasileiro e sul-americano em que operamos.

Equipe Administrativa Experiente e o Alto Padrão de Governança Corporativa. Nossos acionistas controladores indiretos operam no mercado nacional de transporte de passageiros há mais de 50 anos e nossos principais executivos têm, em média, 25 anos de experiência no setor brasileiro de transporte de passageiros. Esta experiência tem nos ajudado a desenvolver os elementos mais importantes de nosso modelo de negócio de baixo custo. Nossas práticas de governança corporativa superam aquelas exibidas pela maioria, emissores na indústria de transporte e emissores de mercados emergentes, com o uso ativo e eficiente de comissões especializadas, formadas por profissionais altamente qualificados e membros da alta administração que agregam valor às decisões tomadas na gestão cotidiana de nossa Companhia. Três membros do nosso Conselho de Administração, incluindo o presidente, são conselheiros independentes. Todos os membros de nosso Conselho de Administração têm

experiência ampla e internacionalmente reconhecida nas áreas da finanças corporativas, gerência de negócio, operação bancária e na indústria de transporte.

ESTRATÉGIAS DA COMPANHIA

Descrevemos abaixo os principais fatores de sucesso para o desenvolvimento de nossas atividades nos próximos anos:

Tirar Proveito de Nossa Forte Posição de Mercado no Brasil e na América Latina. Pretendemos tirar proveito de nossa forte posição de mercado, com o maior número de rotas e frequência de voos nos principais aeroportos do Brasil, da nossa malha aérea consolidada e do nosso Programa *Smiles*, a fim de aumentar a penetração em todos os segmentos de passageiros. Focamos as operações brasileiras e os destinos selecionados na América do Sul que são ou devem tornar-se lucrativos, buscando sempre aproveitar de nossa malha aérea.

Incrementar a Eficiência Operacional. Continuar a reduzir nossos custos operacionais por assento-quilômetro oferecido é uma das chaves para aumentar nossa rentabilidade. Pretendemos nos manter como uma das companhias aéreas com custos operacionais mais baixos em âmbito mundial. Pretendemos reduzir a média de idade de nossa frota com uso eficiente de combustível ao mesmo tempo em que garantimos altas taxas de utilização. Esperamos devolver ou subarrendar 21 das nossas aeronaves Boeing 737-300 e 767 até o final de 2010. Manteremos nossa política de redução dos custos operacionais em termos de passageiros por assento-quilômetro oferecido por meio da utilização eficiente de nossas aeronaves, concentrando esforços na redução do tempo de escala das aeronaves nos aeroportos e mantendo um alto número de voos diários por aeronave. Também continuaremos a utilizar inovações tecnológicas sempre que possível para reduzir nossos custos de distribuição e melhorar nossa eficiência operacional. Esperamos nos beneficiar de economias de escala e reduzir nosso custo médio por assento-quilômetro oferecido à medida que adicionamos aeronaves a uma já estabelecida e eficiente infraestrutura operacional.

Incrementar nossa Liquidez e Posição de Caixa. Acreditamos que é fundamental para nossas atividades termos liquidez e posição de caixa fortalecidas. Portanto, pretendemos reforçar nosso caixa para que possamos ter maior flexibilidade operacional e estabilidade financeira. Pretendemos utilizar os recursos provenientes da Oferta Global para reforçar o balanço patrimonial, especialmente nossas disponibilidades, proporcionando maior liquidez e capital de giro para as atividades do curso normal dos negócios da Companhia, visando alcançar nosso objetivo de contar com caixa equivalente a, no mínimo, 20,0% de nossa receita líquida operacional nos últimos 12 meses. Acreditamos que um balanço patrimonial reforçado, em conjunto com uma contínua geração de fluxo de caixa operacional, nos proporcionarão maior flexibilidade operacional, permitindo responder rapidamente às mudanças no mercado e explorar oportunidades.

Estimular a Demanda. Nossa ampla oferta de serviços de qualidade busca popularizar o transporte aéreo e estimular a demanda, especialmente de passageiros em viagens de lazer e de negócios de empresas de pequeno a médio porte, os quais, na ausência de nossos serviços, utilizariam outros meios de transporte ou não viajariam. Continuaremos oferecendo a nossos clientes formas de pagamento flexíveis, tais como pagamentos em débito, pagamentos parcelados no cartão de crédito e pagamentos parcelados mensalmente na forma de crédito direto. Por exemplo, nosso Programa Voe Fácil, que permite aos clientes qualificados pagar passagens aéreas em até 36 parcelas mensais como uma forma inovadora de aquisição de passagens aéreas, é especialmente destinado a facilitar a compra de nossas passagens por clientes pertencentes a uma maior variedade de classes de renda.

Expandir Nossa Base de Clientes. No planejamento da expansão de nossos negócios, continuaremos estabelecendo nossas rotas e frequências de voo com base no volume e no tipo de demanda nas regiões que atendemos, tanto no Brasil como na América do Sul. Estamos comprometidos em oferecer viagens aéreas a uma grande gama de viajantes. Continuaremos a popularização das viagens aéreas tornando mais acessíveis voos com tarifas baixas a uma parte maior da população, incluindo todo tipo de passageiros em viagens de negócios de pequenas e médias empresas.

Continuaremos a avaliar cuidadosamente oportunidades para atender a demanda por viagens de lazer, oferecendo mais assentos a preços mais baixos, aumentando a frequência de voos em rotas já existentes e adicionando outras rotas que contribuirão para a nossa rede e para as quais percebemos uma demanda de mercado no Brasil. Além disso, ao oferecermos voos para destinos na América do Sul com escalas integradas em nossa rede, criamos oportunidades de aumento de tráfego e aumento de nossa taxa de ocupação, em linha com a nossa estratégia de expandir nossa rede e estimular a demanda por nossos serviços.

Acreditamos possuir a melhor plataforma para expandir nossa base de clientes no mercado em que operamos. Nossos serviços padronizados e tarifas menores atraem turistas de todas as faixas de renda. Além disso, com a integração do Programa *Smiles* às nossas operações consolidadas esperamos aumentar a penetração no segmento corporativo. Obtivemos nossa certificação de segurança de companhias aéreas (IOSA) em agosto de 2009, o que, combinado à integração do Programa *Smiles* a nossa rede consolidada de voos, acreditamos nos tornará a parceira preferida das grandes companhias aéreas internacionais que operam no Brasil, com as quais não competimos nas rotas intercontinentais. Esperamos que com essas parcerias nossos clientes possam usar suas milhas acumuladas com o Programa *Smiles* para voar até destinos internacionais na América do Norte, na Europa e na Ásia. Pretendemos fortalecer nossas parcerias existentes e estabelecer novas parcerias com as grandes companhias aéreas internacionais na forma de acordos de *code share* para aumentar ainda mais nossa rede de conexões internacionais, taxas de ocupação e lucratividade. No segundo trimestre de 2009, assinamos um acordo de cooperação comercial com a Air France-KLM que será implementado em duas fases e permitirá a integração do nosso Programa *Smiles* ao programa *Flying Blue* da Air France-KLM, abrindo caminho para um futuro acordo de *code share*. Pretendemos fortalecer nossas parcerias existentes e estabelecer novas parcerias com as grandes companhias aéreas internacionais na forma de acordos de *code share* para aumentar ainda mais nossa rede de conexões internacionais, taxas de ocupação e lucratividade. Em 2009, assinamos dois importantes acordos de *code share*, com a Air France-KLM em abril e com a American Airlines em julho.

Buscamos avaliar novas parcerias com instituições financeiras, redes de varejo, locadora de veículos e companhias de seguro. Isto porque acreditamos que tais parcerias poderão contribuir para o aumento do número de passageiros e de nossas receitas acessórias, uma vez que poderiam reforçar nossa rede de rotas, nosso Programa Smiles e nossas vendas por meio de nosso website (*e-commerce*).

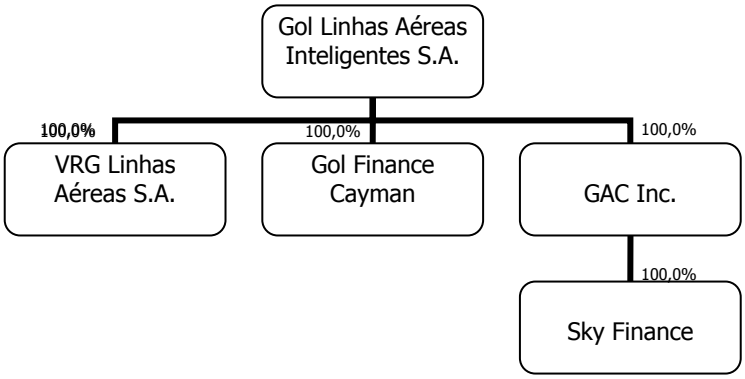
Estabelecer e Aumentar Ainda Mais Nossos Negócios de Receitas Acessórias. Nossas receitas acessórias provêm de nossos negócios conjuntos Gollog, Voe Fácil, assim como taxas por cancelamento ou mudanças de voos, taxas por excesso de bagagem e outros serviços inerentes. A receita acessória representa um fluxo de receita significativo e crescente, que passou de R$234,7 milhões no primeiro semestre de 2008 para R$275,8 milhões no primeiro semestre de 2009. Queremos continuar a crescer neste negócio, que nos garante uma receita adicional sem praticamente nenhum custo adicional.

Por meio do Gollog, nosso serviço de transporte de cargas, fazemos uso eficiente de capacidade extra de nossa aeronave transportando carga. O programa Voe Fácil permite que clientes selecionados paguem por passagens aéreas em até 36 parcelas mensais, com juros. Aumentando a penetração do programa Voe Fácil, acreditamos ser capazes de incentivar a demanda por nossas passagens e aumentar nossos negócios de receitas acessórias. Estamos constantemente avaliando oportunidades para gerar outras receitas acessórias, como seguros de viagem, atividades de marketing e outros serviços que podem nos ajudar a aproveitar melhor o grande número de passageiros nos voos de nossas aeronaves e os grandes volumes de clientes usando nosso site.

Acreditamos que a oferta de produtos relacionados com viagem por meio nosso website é fundamental para o crescimento de nossas receitas acessórias. Pretendemos oferecer conforto e conveniência para nossos clientes disponibilizando em nosso website uma variedade de produtos que poderão ser comprados por meio de uma única fatura. Adicionalmente, planejamos integrar os websites do *Smiles* e da Gollog com o nosso portal de viagens para simplificar o acesso de nossos clientes.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Na data deste Prospecto, possuíamos a seguinte estrutura societária:



INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A sede da Companhia está localizada na Rua Tamoios, nº 246, térreo, bairro do Jardim Aeroporto, CEP 04630-000, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil. O número de telefone de nosso departamento de relações com investidores é +55 11 2128-4700 e o nosso número de telefone geral é +55 11 2128-4000. Nosso *website* é www.voegol.com.br. Informações aos investidores poderão ser encontradas em nosso *website* www.voegol.com.br/ri. As informações contidas em nosso *website* ou que podem se acessadas por meio dele não integram este Prospecto e não são a ele incorporadas por referência, e não serão consideradas parte integrante do mesmo.

SUMÁRIO DA OFERTA GLOBAL

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir em Ações da Companhia. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas na seção "Fatores de Risco", a partir da página 90 deste Prospecto, e nas demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas, antes de tomar a decisão de adquirir as Ações da Companhia.

Segue, abaixo, breve resumo de alguns dos termos e condições da Oferta Global:

Companhia	Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
Acionista Vendedor ou Acionista Controlador	Fundo de Investimento em Participações Asas.
Acionistas	Titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Agente Estabilizador	Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.
Agente Estabilizador Internacional	Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated.
Coordenadores da Oferta Brasileira	Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Morgan Stanley S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e o BB Banco de Investimento S.A.
Coordenadores da Oferta Internacional	Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Itaú USA Securities, Inc., Morgan Stanley Co. Incorporated, Banco Bradesco BBI S.A. (agindo por meio de sua afiliada, Bradesco Securities, Inc.).
Agentes de Colocação Internacional	Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Itaú USA Securities, Inc., Morgan Stanley Co. Incorporated, Bradesco Securities, Inc., Calyon Securities (USA) Inc., Citigroup Global Markets Inc. e Raymond James & Associates, Inc.
Instituições Consorciadas	Corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA e outras instituições financeiras que não sejam corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA, contratadas pelos coordenadores da oferta brasileira para efetuar exclusivamente esforços de colocação de ações da oferta brasileira aos investidores não institucionais.
Coordenadores Contratados	Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Calyon Brasil S.A.
Corretora	Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Ações Ordinárias	19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta Brasileira, a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta Primária.
Ações Preferenciais	Ações Preferenciais da Oferta Primária e Ações Preferenciais da Oferta Secundária, em conjunto.
Ações Preferenciais da Oferta Primária	19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta Global.
Ações Preferenciais da Oferta Secundária	19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, a serem ofertadas no âmbito da Oferta Global.
Ações	Ações Ordinárias e Ações Preferenciais.
Ações da Oferta Brasileira	Ações Preferenciais e Ações Ordinárias a serem distribuídas no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com a Instrução CVM 471 e com o Código ANBID para Atividades Conveniadas; e com esforços de colocação das Ações Preferenciais no exterior, no âmbito da Oferta Brasileira.
Ações da Oferta Global	Ações da Oferta Brasileira em conjunto com as Ações Preferenciais a serem distribuídas no exterior inclusive sob a forma de *ADSs*.
Ações Prioritárias	Ações objeto da Distribuição Primária, inclusive as Ações Adicionais (sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar) destinadas à colocação pública no âmbito da Oferta Prioritária.
Instituições Participantes da Oferta Brasileira	Os Coordenadores da Oferta Brasileira em conjunto com as Instituições Consorciadas e os Coordenadores Contratados.
Instituição Financeira Escrituradora das Ações	Itaú Unibanco S.A.
Programa de *Depositary Receipts*	O Programa de *Depositary Receipts* da Companhia foi aprovado pela CVM em 23 de junho de 2004 sob o registro CVM/SRE/RDR/2004/001.
Instituição Financeira Custodiante das *ADSs*	Itaú Unibanco S.A.
Banco Depositário das *ADSs*	The Bank of New York Mellon.

Oferta Global	Distribuição pública primária e secundária de 57.007.500 (cinquenta e sete milhões, sete mil e quinhentas) Ações, incluindo Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs*, representadas por *ADRs*, em mercado de balcão não organizado, a qual consiste na Oferta Brasileira e na Oferta Internacional, a serem realizadas simultaneamente, ao Preço por Ação, em montante total de R$940.623.750,00, considerando o Preço por Ação. Para mais informações, vide seção "Informações Sobre Valores Mobiliários Emitidos e o Mercado de Negociação – Cotação Histórica das Ações de Nossa Emissão", na página 220 deste Prospecto.
Oferta Brasileira	Distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, coordenada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em conformidade com a Instrução CVM 400, com a Instrução CVM 471 e com o Código ANBID para Atividades Conveniadas, incluindo esforços de colocação das Ações Preferenciais no exterior, exceto nos Estados Unidos, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional e pela BB Securities Limited, de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor não residente no Brasil, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei 4.131, da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
Oferta Internacional	Distribuição pública primária e secundária de Ações Preferenciais, inclusive sob a forma de *ADSs*, representadas por *ADRs*, a ser realizada no exterior, mediante o registro nos Estados Unidos junto à SEC, em conformidade com os procedimentos previstos no *Securities Act*. Poderá haver realocação de Ações Preferenciais entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, a serem ofertadas inclusive sob a forma de *ADSs*, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior, durante o curso da Oferta Global, na forma prevista no contrato de intersindicalização, a ser celebrado entre os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional (*Intersyndicate Agreement* ou Contrato Intersindical).
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública Primária de Ações Preferenciais e Ordinárias e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, VRG, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a BM&FBOVESPA.

Contrato de Distribuição Internacional	*Underwriting and Placement Agreement* celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, VRG, os Coordenadores da Oferta Internacional, os Agentes de Colocação Internacional e o BB Securities Limited.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização das Ações Preferenciais de Emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a Corretora, nos termos do art. 23, parágrafo 3º da Instrução 400.
Anúncio de Início	Anúncio de Início de Distribuição Primária de Ações Preferenciais e Ordinárias e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Companhia nos termos do art. 52 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento de Distribuição Primária de Ações Preferenciais e Ordinárias e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Companhia nos termos do art. 29 da Instrução CVM 400.
Distribuição Primária	Distribuição pública primária de 19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) Ações Ordinárias e 19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) Ações Preferenciais da Oferta Primária, ambas a serem emitidas pela Companhia dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com prioridade dos atuais acionistas da Companhia na subscrição de referidas Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, nos termos da Oferta Prioritária.
Distribuição Secundária	Distribuição pública secundária de 19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) Ações Preferenciais da Oferta Secundária, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor.

Oferta Prioritária	Distribuição de Ações Prioritárias aos Acionistas que realizaram solicitações de reserva mediante o preenchimento de Pedido de Reserva durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária, sendo assegurado a cada um dos Acionistas que realizou Pedido de Reserva no âmbito da Oferta Prioritária subscrever Ações Prioritárias de mesma espécie e até o limite proporcional de sua participação no capital social total da Companhia. Cada ação ordinária e cada ação preferencial, de emissão da Companhia, de titularidade do Acionista assegurará ao Acionista o direito de subscrição de 0,151273467 Ação Ordinária e de 0,151273467 Ação Preferencial. Observado que a Oferta Prioritária não será estendida aos detentores de *ADS*s ou de ações preferenciais residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos da América, na data deste Prospecto, dado que a oferta e a venda das Ações Preferenciais, inclusive sob a forma de *ADS*s, estão sujeitas às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos e certas características da Oferta Prioritária podem não ser compatíveis com tal regulamentação.
Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador	Todas as Ações Ordinárias emitidas no âmbito da Oferta Brasileira, inclusive no âmbito da Oferta Prioritária e da Opção de Ações Adicionais, serão subscritas e integralizadas pelo Acionista Controlador, que já manifestou à Companhia e aos Coordenadores da Oferta Brasileira sua intenção firme de (i) subscrever e integralizar a totalidade das Ações Ordinárias a serem emitidas no âmbito da Distribuição Primária, condicionada à conclusão da Oferta Secundária, inclusive, as Ações Adicionais, sem limite de preço máximo por Ação Ordinária na forma da dispensa concedida pela CVM por meio de decisão de seu colegiado, na reunião nº 34/09, realizada em 8 de setembro de 2009 nos termos da qual a CVM autorizou a subscrição de ações ordinárias pelo Acionista Controlador no caso de distribuição com excesso de demanda, não sendo excepcionalmente aplicada, portanto, a vedação contida no artigo 55 da Instrução CVM 400, (ii) efetuar o pagamento pontual do Pedido de Reserva celebrado no âmbito da Oferta Prioritária, conforme disposto no Contrato de Distribuição, e (iii) não desistir do Pedido de Reserva conforme item "Oferta Prioritária", letras (j) e (k) da seção "Informações Relativas à Oferta Global". Adicionalmente, o Acionista Controlador manifestou sua intenção firme e irretratável de não exercer seu direito de prioridade com relação às Ações Preferenciais da Oferta Prioritária. Os recursos obtidos pelo Acionista Controlador na Distribuição Secundária, incluindo os recursos obtidos no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais e excetuando os recursos obtidos na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, serão integralmente aplicados pelo Acionista Controlador na subscrição e integralização das Ações Ordinárias.

Oferta de Varejo	Oferta realizada a Investidores Não Institucionais.
Oferta Institucional	Oferta realizada a Investidores Institucionais.
Opção de Ações Adicionais	A Companhia e o Acionista Vendedor, com a concordância dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional, optaram por acrescer à quantidade total de Ações objeto da Oferta Global, um lote adicional de 3.455.000 Ações Preferenciais e 1.727.500 Ações Ordinárias, equivalente a 10% (dez por cento) das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, incluindo Ações Preferenciais na forma de *ADSs*, observada a Proporção Obrigatória. O Acionista Controlador já se manifestou, nos termos do Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador, sua intenção firme de subscrever e integralizar a totalidade das Ações Adicionais que sejam Ações Ordinárias, sem limite de preço máximo por Ação Ordinária na forma da dispensa concedida pela CVM por meio de decisão de seu colegiado, na reunião nº 34/09, realizada em 8 de setembro de 2009 nos termos da qual a CVM autorizou a subscrição de ações ordinárias pelo Acionista Controlador no caso de distribuição com excesso de demanda, não sendo excepcionalmente aplicada, portanto, a vedação contida no artigo 55 da Instrução CVM 400.
Opção de Lote Suplementar	A quantidade total de Ações objeto da Oferta Global (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 5.182.500 Ações Preferenciais de titularidade do Acionista Vendedor, equivalentes a até 15% (quinze por cento) das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, inclusive Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs*, conforme "Opção de Ações Suplementares" e "Opção de *ADSs* Suplementares". A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Merrill Lynch, total ou parcialmente, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Brasileira, e a Opção de *ADSs* Suplementares poderá ser exercida por Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, total ou parcialmente, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Internacional e desde que a decisão de sobrealocação de Ações e *ADSs*, conforme o caso, tenha sido tomada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional, respectivamente, no momento em que for fixado o Preço por Ação, ambas a partir da data de publicação do Anúncio de Início, em uma ou mais vezes, e por um período de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data de publicação do Anúncio de Início, nas mesmas condições e preço das Ações ou das *ADSs*, conforme o

	caso, inicialmente ofertadas. As Ações Suplementares e as *ADSs* Suplementares serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda referente às Ações Preferenciais e *ADSs* que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global.
Opção de Ações Suplementares	Opção de distribuição de Ações Suplementares, deduzidas as *ADSs* Suplementares, outorgada pelo Acionista Vendedor ao Merrill Lynch.
Opção de *ADSs* Suplementares	Opção de distribuição de *ADSs* Suplementares outorgada pelo Acionista Vendedor ao Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated.
Ações Adicionais	Quantidade de Ações equivalentes a 10% (dez por cento) das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, a ser distribuída nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, incluindo Ações Preferenciais na forma de *ADSs* e observada a Proporção Obrigatória.
Ações Suplementares	Quantidade de Ações Preferenciais equivalentes a até 15% (quinze por cento) das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global (excluindo as Ações Adicionais).
***ADSs* Suplementares**	Quantidade de Ações Preferenciais equivalentes a até 15% (quinze por cento) das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas sob a forma de *ADSs* no âmbito da Oferta Global (excluindo as Ações Adicionais).
Realocação entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional	Poderá haver realocação de Ações Preferenciais entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, a serem ofertadas inclusive sob a forma de *ADSs*, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante o curso normal da Oferta Global.
***American Depositary Shares* ("*ADSs*")**	Cada *ADS* corresponde a 1 (uma) Ação Preferencial. As Ações Preferenciais são custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A., na qualidade de custodiante das Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs*. As *ADSs* serão representadas por *American Depositary Receipts* ("*ADRs*").
Proporção Obrigatória	Toda e qualquer distribuição primária de Ações no âmbito da Oferta Global, inclusive no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais, deverá ser obrigatoriamente composta na proporção de 50% (cinquenta por cento) de Ações Ordinárias e 50% (cinquenta por cento) de Ações Preferenciais (inclusive sob a forma de *ADSs*), a fim de atender o disposto no parágrafo 2º do art. 15 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, a proporção de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais objeto da Oferta Global, inclusive no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais, mas excluindo a hipótese de exercício da Opção de Lote

Suplementar, será sempre de 1/3 (um terço) de Ações Ordinárias e 2/3 (dois terços) de Ações Preferenciais, sendo que desses 2/3, 50% será constituído de ações da Oferta Primária e 50% de ações da Oferta Secundária.

Preço por Ação

No âmbito da Oferta Global, o Preço por Ação é o mesmo para as Ações Ordinárias e para as Ações Preferenciais: R$16,50.

O Preço por Ação foi fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva e (ii) conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, em consonância com o disposto nos artigos 23, parágrafo 1º e 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro (a) a cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, (b) a cotação das *ADSs* na *NYSE,* e (c) as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto aos Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

TENDO EM VISTA O EXCESSO DE DEMANDA SUPERIOR EM $^{1}/_{3}$ (UM TERÇO) À QUANTIDADE DE AÇÕES OBJETO DA OFERTA GLOBAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA INSTRUÇÃO CVM 400, NÃO FORAM ACEITAS ORDENS DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS E INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS QUE SEJAM PESSOAS VINCULADAS DURANTE O PROCESSO DE *BOOKBUILDING*. Não foram consideradas investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta Global: (i) as Ações adquiridas/subscritas em decorrência de contratos de total return swaps, firmados no exterior, para proteção (hedge) de operações com derivativos, (ii) as Ações subscritas pelos Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, (iii) as Ações Ordinárias subscritas em razão do Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador, e (iv) as Ações Ordinárias subscritas pelo Acionista Controlador no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais, na forma da dispensa concedida pela CVM por meio de decisão de seu colegiado na reunião nº 34/09, realizada em 8 de setembro de 2009 nos termos da qual a CVM autorizou a subscrição de ações ordinárias pelo Acionista Controlador no caso de distribuição com excesso de demanda, não sendo excepcionalmente aplicada, portanto, a vedação contida no artigo 55 da Instrução CVM 400. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco – Risco de má formação do Preço por Ação e/ou de liquidez das ações de nossa emissão no mercado secundário", na página 99 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido no Brasil conjuntamente pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1º, e 44 da Instrução CVM 400, e no exterior pelos Coordenadores da Oferta Internacional.
Valor Total da Oferta	R$940.623.750,00, calculado com base no Preço por Ação, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.
Capital Social	O capital social da Companhia atualmente encontra-se divido em 114.197.158 ações ordinárias e 114.197.155 ações preferenciais.
Ações em Circulação (*Free Float*)	Na data deste Prospecto, o *Free Float* é de 22,2% do Capital Social da Companhia. Após a liquidação da Oferta Global, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar, estimamos que o *Free Float* passará a ser de 33,3% do nosso capital social.
Direitos e Vantagens das Ações	As Ações garantem aos seus titulares os direitos, vantagens e restrições estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Estatuto Social da Companhia e pelo Regulamento Nível 2. Para maiores informações, vide seção "Descrição do Capital Social – Direitos Conferidos às Ações" na página 199 deste Prospecto.
Direito a Dividendos	As Ações conferem direito ao recebimento de dividendos integrais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social, a menos que o nosso Conselho de Administração determine que o pagamento de tal valor mínimo não seja aconselhável em virtude de nossas condições financeiras. Ver "Dividendos e Política de Dividendos". Após a Oferta Global, as Ações conferirão aos seus detentores o direito ao recebimento de quaisquer dividendos integrais que declararmos após a liquidação da aquisição das Ações e/ou *ADS*s pelos investidores na Oferta Global.
Mercado para as Ações Preferenciais	Nossas ações preferenciais estão admitidas para negociação na BM&FBOVESPA sob o código "GOLL4". As ADSs estão admitidas para negociação na *NYSE*, sob o código "GOL".
Mercado para as Ações Ordinárias	As Ações Ordinárias de emissão da Companhia estão admitidas para negociação na BM&FBOVESPA sob o código "GOLL3". As Ações Ordinárias não são nem serão listadas para negociação na NYSE ou em qualquer outro mercado no Brasil ou no exterior.

Destinação de Recursos	Os recursos provenientes da Distribuição Primária são da ordem de R$603,3 milhões (baseado no Preço por Ação), após a dedução de comissões e despesas estimadas. A Companhia pretende empregar estes recursos conforme indicado na seção "*Destinação de Recursos*" na página 100 deste Prospecto. A Companhia não receberá, diretamente, nenhum recurso proveniente da Distribuição Secundária. Os recursos obtidos pelo Acionista Controlador na Distribuição Secundária, incluindo os recursos obtidos no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais e excetuando os recursos obtidos na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, serão integralmente e obrigatoriamente aplicados pelo Acionista Controlador na subscrição e integralização das Ações Ordinárias. Embora a Companhia não receba diretamente os recursos decorrentes da Distribuição Secundária realizada pelo Acionista Vendedor, este utilizará a totalidade dos recursos obtidos com a venda das 19.002.500 Ações Preferenciais da Oferta Secundária, (incluindo os recursos obtidos no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais e excluindo os recursos obtidos com o exercício da Opção de Lote Suplementar), para subscrever 17.275.000 Ações Ordinárias distribuídas no âmbito da Distribuição Primária e 1.727.500 Ações Ordinárias no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais, no mesmo preço por Ações Preferenciais da Oferta Secundária, conforme Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador.
Preferência na Liquidação	As ações preferenciais conferem prioridade em relação às ações ordinárias de emissão da Companhia, em caso de liquidação da Companhia, no reembolso de capital, sem prêmio, além dos demais direitos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Direito de Venda Conjunta (*Tag-Along*)	Em caso de alienação do Poder de Controle da Companhia, os titulares das Ações da Companhia têm o direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações, que deverá ser efetivada pelo adquirente do Poder de Controle, de forma a assegurar tratamento igualitário ao dispensado ao acionista controlador alienante.

Restrição à Negociação de Ações (*Lock-up*)	A Companhia, seus administradores e o Acionista Vendedor firmaram acordo de não disposição de ações (*Lock-up*), pelo qual não poderão oferecer à venda, vender, contratar ou concordar em vender, empenhar, ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, quaisquer ações de emissão da Companhia que sejam de sua titularidade, ou outros valores mobiliários passíveis de conversão, permuta ou exercício sob a forma de ações de emissão da Companhia, bem como negociar Ações e derivativos lastreados em Ações, por um período de 90 (noventa) dias contados da publicação do Anúncio de Início, inclusive ("Período de *Lock-up*"), salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta Internacional, e exceto com relação às Ações Suplementares e às Ações objeto de empréstimo a ser concedido ao Agente Estabilizador objetivando as atividades previstas no Contrato de Estabilização.
Poder de Controle	Atualmente o Acionista Controlador detém aproximadamente 100% de nossas ações ordinárias e 52,4% de nossas ações preferenciais e imediatamente após a Oferta Global (sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar), o Acionista Controlador deterá, individualmente ou em conjunto, 100% de nossas ações ordinárias e 32,3% de nossas ações preferenciais.
Público Alvo da Oferta Brasileira	(i) Acionistas que venham a realizar solicitações de reserva mediante o preenchimento do Pedido de Reserva durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária; (ii) Investidores Não Institucionais, que decidirem participar da Oferta de Varejo, por meio da efetivação de Pedidos de Reserva no Período de Reserva da Oferta de Varejo, destinados à aquisição de Ações no âmbito da Oferta Brasileira; e (iii) Investidores Institucionais locais e estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas física e jurídica residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, bem como clubes de investimento (registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor) que decidiram participar da Oferta de Varejo, no âmbito da Oferta Brasileira, por meio da efetivação de Pedidos de Reserva no Período de Reserva da Oferta de Varejo, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 (três mil Reais) e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 (trezentos mil Reais) por Investidor Não Institucional. Recomendou-se aos Investidores Não Institucionais verificar com a Instituição Participante da Oferta Brasileira de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta, a seu exclusivo critério, exigiria manutenção dos recursos em conta de investimento aberta ou mantida perante a mesma, para fins de garantia do Pedido de Reserva solicitado.

Investidores Institucionais	Investidores pessoas física, jurídica e clubes de investimento (registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor) cujos valores de investimento excedam o limite de R$300.000,00 (trezentos mil Reais) estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e Investidores Estrangeiros.
Investidores Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados no exterior, exceto nos Estados Unidos, de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro não residente no Brasil.
Pessoas Vinculadas	Pessoas que sejam (a) administradores ou controladores da Companhia ou do Acionista Vendedor; (b) administradores ou controladores dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta Global, bem como (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até segundo grau das pessoas identificadas nos itens (a), (b) e (c) acima.
Pedido de Reserva	Formulário específico para realização de pedido de reserva das Ações da Oferta Brasileira pelos Acionistas, no âmbito da Oferta Prioritária, e pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo.
Período de Reserva da Oferta de Varejo	Os Investidores Não Institucionais puderam realizar seus respectivos Pedidos de Reserva no período compreendido entre 2 de outubro de 2009, inclusive, e 7 de outubro de 2009, inclusive.
Período de Reserva da Oferta Prioritária	Período de 2 (dois) dias úteis para os Acionistas manifestarem seu interesse em participar da Oferta Prioritária, devendo ter realizado seus Pedidos de Reserva no período de 30 de setembro de 2009, inclusive, a 1º de outubro de 2009, inclusive.
Prazo de Distribuição	Prazo para os Coordenadores da Oferta Brasileira e para os Coordenadores da Oferta Internacional efetuarem a colocação das Ações, de até 3 (três) dias úteis contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início.
Primeira Data de Corte	22 de setembro de 2009, ocasião em que foi verificado o Limite de Subscrição Proporcional, conforme as posições de custódia de cada um dos Acionistas na BM&FBOVESPA ou nas instituições depositárias das ações de emissão da Companhia, conforme o caso, para fins de identificação dos Acionistas que tiveram de direito de participar da Oferta Prioritária.

Segunda Data de Corte	5 de outubro de 2009, ocasião em que foi ajustado o Limite de Subscrição Proporcional verificado na Primeira Data de Corte, caso a posição em custódia das ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista, verificada com a BM&FBOVESPA ou com as respectivas instituições depositárias, tenha sido inferior ou superior à respectiva posição em custódia verificada na Primeira Data de Corte.
Prazo de Distribuição	Prazo máximo de 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início, para realização da distribuição das Ações objeto da Oferta Global, nos termos do art. 18 da Instrução CVM 400.
Data de Liquidação	A liquidação física e financeira da Oferta Global será realizada no último dia do Prazo de Distribuição.
Data de Liquidação das Ações Suplementares e das *ADSs* Suplementares	A liquidação física e financeira das Ações Suplementares e das *ADSs* Suplementares será realizada até 3 (três) dias úteis contados a partir da data do exercício da Opção de Lote Suplementar.
Regime de Colocação	As Ações Preferenciais objeto objeto da Oferta Brasileira serão colocadas em regime de garantia firme de liquidação, individual e não-solidária, prestada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira. Todas as Ações Ordinárias emitidas no âmbito da Oferta Brasileira, inclusive no âmbito da Oferta Prioritária e da Opção de Ações Adicionais, serão subscritas e integralizadas pelo Acionista Controlador pelo Preço por Ação, conforme Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador. Caso a totalidade das Ações não seja liquidada até o último dia do Prazo de Distribuição, os Coordenadores da Oferta Brasileira, na proporção indicada na seção "Informações Relativas à Oferta Global – Regime de Distribuição com Garantia de Liquidação Financeira" na página 67 deste Prospecto, deverão liquidar financeiramente a totalidade do saldo resultante da diferença entre (a) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada; e (b) o número de Ações efetivamente colocado e liquidado, observado o limite e a proporção da garantia firme de liquidação, individual e não solidária, prestada por cada Coordenador da Oferta Brasileira. Esta garantia é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, deferido o registro da Oferta Brasileira pela CVM, assinado o Contrato de Distribuição, disponibilizado o Prospecto Definitivo e publicado o Anúncio de Início. Os Coordenadores da Oferta Brasileira poderão alocar Ações Preferenciais para distribuição pelos Coordenadores da Oferta Internacional no exterior no âmbito da Oferta Internacional, inclusive sob a forma de *ADSs*, representadas por *ADRs*, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Estabilização do Preço das Ações	O Merrill Lynch, por intermédio da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, poderá realizar atividades de estabilização de preço das Ações Preferenciais no âmbito da Oferta Brasileira, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, por meio de operações de compra e venda de Ações Preferenciais, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi aprovado pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400.
Estabilização do Preço das ADSs	Será constituído um mecanismo para a estabilização do preço das Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs*, objeto da Oferta Internacional. As atividades de estabilização de preço das *ADSs* no exterior serão exercidas ao exclusivo critério do BofA Merrill Lynch, sendo que, uma vez iniciadas, poderão ser descontinuadas a qualquer momento.
Direitos de Voto das Ações Preferenciais	As Ações Preferenciais não conferem direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral de acionistas, exceto nas circunstâncias especiais previstas em lei e no nosso Estatuto Social. Ver "Descrição do Capital Social" na página 195 deste Prospecto.
Fatores de Risco	Para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Ações, vide seção "Fatores de Risco", a partir da página 90 deste Prospecto.
Inadequação da Oferta Brasileira	Não há inadequação específica da Oferta Brasileira a determinado grupo ou categoria de investidor. No entanto, a Oferta Brasileira não é adequada a investidores avessos ao risco inerente ao investimento em ações. Como todo e qualquer investimento em ações, a aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, a partir da página 90, para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados em relação à aquisição das Ações.
Aprovações Societárias	A realização da Oferta Global e da Distribuição Primária foram aprovadas em Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 24 de agosto de 2009 e 22 de setembro de 2009, cujas atas foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 26 de agosto de 2009 e 23 de setembro de 2009, respectivamente. A Distribuição Secundária foi aprovada pela Assembleia Geral de Quotistas do Acionista Vendedor, de acordo com o disposto em seu regulamento, em reunião realizada em 24 de agosto de 2009. O aumento de capital e o Preço por Ação foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 8 de outubro de 2009.

Declarações

Nossa declaração, a declaração do Acionista Vendedor e a declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, estão anexas a este Prospecto nas páginas 253, 255 e 257.

Informações Adicionais

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta Global" deste Prospecto, a partir da página 51. O pedido de análise prévia da Oferta Brasileira foi protocolizado junto à ANBID pela Companhia e pelo Coordenador Líder da Oferta Brasileira em 25 de agosto de 2009, e os registros da Oferta Primária e da Oferta Secundária foram concedidos pela CVM em 9 de outubro de 2009, sob nº CVM/SRE/REM/2009/009 e CVM/SRE/SEC/2009/010, respectivamente. Informações adicionais sobre a Oferta Brasileira poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta Brasileira, nos endereços indicados na seção "Informações Relativas à Oferta Global" deste Prospecto, a partir da página 51.

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, bem como com as Seções "Informações Financeiras Selecionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações", nas páginas 104 e 109, respectivamente, deste Prospecto.

INTRODUÇÃO

O resumo de nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 é derivado das demonstrações financeiras consolidadas constantes das páginas 305 a 481 deste Prospecto, tendo sido auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, conforme indicado nos seus respectivos pareceres anexos a este Prospecto nas páginas 305 a 481.

Nossas informações financeiras para os trimestres e semestres encerrados em 30 de junho de 2008 e 2009 foram extraídas de nossas informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009 apresentadas nas páginas 483 a 535 do presente Prospecto. As informações financeiras referentes aos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2009 foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638 e pela MP 449, posteriormente convertida na Lei n° 11.941. As informações financeiras referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2008 foram objeto de revisão pela Ernst & Young Auditores Independentes e as informações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009 foram objeto de revisão pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, cujo relatório de revisão especial sem ressalva contém os seguintes parágrafos de ênfase: (i) os balanços patrimoniais (individual e consolidado) levantados em 31 de março de 2009, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes; (ii) conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações do resultado (individual e consolidada) e as respectivas notas explicativas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM nº 506/06. Essas demonstrações do resultado (individual e consolidada) e respectivas notas explicativas, referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2008, ajustadas e reapresentadas, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sobre revisão especial, sem ressalvas, datado de 6 de agosto de 2008; e (iii) as práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das normas internacionais de contabilidade. Informações relativas à natureza e os efeitos de tais diferenças estão descritas na nota explicativa nº 2 às informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009. Os referidos relatórios de revisão estão anexos a este Prospecto nas páginas 483 a 535.

Para maiores informações sobre as alterações à Lei das Sociedades por Ações, ver seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e Resultado das Operações - Alteração na Lei das Sociedades por Ações" na página 123 deste Prospecto.

De acordo com a nossa administração, as demonstrações financeiras e informações trimestrais acima referidas refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado de nossas operações para os referidos exercícios/semestres. Os resultados indicados para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2009 não são um indicativo dos resultados esperados para o exercício de 2009.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Para a leitura e análise das demonstrações e demais informações financeiras à elas referenciadas incluídas neste Prospecto, devem ser considerados os seguintes aspectos quanto à sua elaboração e forma de apresentação:

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008

- o balanço patrimonial (controladora e consolidado) levantado em 31 de dezembro de 2008, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) e dos valores adicionados (controladora e consolidado), correspondente ao exercício encerrado naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2007, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora), das origens e aplicações de recursos (controladora e consolidado), dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) e dos valores adicionados (controladora e consolidado), correspondentes ao exercício encerrado naquelas datas, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes a época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.

As demonstrações financeiras acima referidas foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2009

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 30 de junho de 2008 e 2009, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), correspondentes ao trimestre e semestre encerrados naquelas datas, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2008 foram revisadas pela Ernst & Young Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. As informações trimestrais referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON em conjunto com o CFC.

Na opinião de nossa administração, as demonstrações financeiras anuais e semestrais anexas a este Prospecto, das páginas 305 à 535, apresentam adequadamente o resultado de nossas operações e nossa situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Os resultados financeiros indicados nas referidas demonstrações financeiras não indicam, necessariamente, os resultados que podem ser esperados em qualquer outro período.

Adicionalmente, para fins de análise das informações financeiras incluídas nesta seção, deve-se considerar o fato de que as demonstrações financeiras referentes a 2008 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449, e as demonstrações financeiras referentes a 2007 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes à época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449. Portanto, as informações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2008 incluídas neste Prospecto apresentam limitações na sua comparabilidade.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO, BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Seguem abaixo as demonstrações de resultados, nossos balanços patrimoniais e outras informações financeiras e operacionais consolidadas para os exercícios e semestres indicados, preparadas de acordo com o BR GAAP:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em milhões de Reais)								Semestre encerrado em 30 de junho de (em milhões de Reais)				
Demonstração do Resultado	**2006[1]**	**AV**	**2007[1]**	**AV [2]**	**2008[3]**	**AV [1]**	**Var. 07/06**	**Var. 08/07**	**2008[3]**	**AV [1]**	**2009[3]**	**AV [1]**	**Var. 1S09/ 1S08**
Receita operacional bruta													
Transporte de passageiros	3.722,1	97,9%	4.742,4	95,5%	6.131,2	95,7%	27,4%	29,3%	2.952,0	96,3%	2.748,5	94,9%	-6,9%
Transporte de cargas	126,1	3,3%	172,0	3,5%	218,9	3,4%	36,4%	27,3%	104,6	3,4%	92,8	3,2%	-11,3%
Outras	103,7	2,7%	244,0	4,9%	321,9	5,0%	135,3%	31,9%	130,0	4,2%	183,1	6,3%	40,8%
Receita operacional bruta	**3.951,9**	**103,9%**	**5.158,5**	**103,9%**	**6.672,0**	**104,1%**	**30,5%**	**29,3%**	**3.186,6**	**104,0%**	**3.024,4**	**104,4%**	**-5,1%**
Impostos e contribuições	(149,8)	-3,9%	(191,2)	-3,7%	(262,4)	-4,1%	27,6%	37,3%	(121,5)	-4,0%	(127,3)	-4,4%	4,8%
Receita operacional líquida	**3.802,0**	**100,0%**	**4.967,3**	**100,0%**	**6.409,6**	**100,0%**	**30,7%**	**29,0%**	**3.065,1**	**100,0%**	**2.897,1**	**100,0%**	**-5,5%**
Custos e despesas operacionais													
Com pessoal	(410,8)	-10,8%	(794,4)	-16,0%	(983,9)	-15,4%	93,4%	23,8%	(488,3)	-15,9%	(523,2)	-18,1%	7,1%
Combustíveis e lubrificantes	(1.227,0)	-32,3%	(1.898,8)	-38,2%	(2.630,8)	-41,1%	54,8%	38,6%	(1.397,8)	-45,6%	(875,9)	-30,2%	-37,3%
Arrendamento de aeronaves	(318,2)	-8,3%	(558,6)	-11,3%	(645,1)	-10,1%	75,6%	15,5%	(311,8)	-10,2%	(353,9)	-12,2%	13,5%
Comerciais e publicidade	(414,6)	-10,9%	(367,9)	-7,4%	(588,7)	-9,2%	-11,3%	60,0%	(262,6)	-8,6%	(168,6)	-5,8%	-35,8%
Prestação de serviços	(199,4)	-5,3%	(348,7)	-7,0%	(422,2)	-6,6%	74,9%	21,0%	(226,9)	-7,4%	(177,7)	-6,1%	-21,7%
Manutenção e reparo	(146,5)	-3,9%	(318,9)	-6,4%	(388,0)	-6,1%	117,7%	21,7%	(154,6)	-5,0%	(199,4)	-6,9%	-29,0%
Tarifas pouso e decolagem	(157,7)	-4,2%	(273,7)	-5,5%	(338,4)	-5,3%	73,5%	23,7%	(168,6)	-5,5%	(160,4)	-5,5%	-4,9%
Depreciação e amortização	(58,2)	-1,5%	(101,7)	-2,1%	(138,3)	-2,2%	74,7%	35,9%	(65,6)	-2,1%	(69,2)	-2,4%	5,5%
Outras despesas	(260,6)	-6,9%	(364,7)	-7,3%	(359,5)	-5,6%	39,9%	-1,4%	(239,2)	-7,8%	(187,7)	-6,5%	-21,5%
Custos e despesas operacionais	(3.193,1)	-84,0%	(5.027,5)	-101,2%	(6.494,8)	-101,3%	57,5%	29,2%	(3.315,4)	-108,2%	(2.716,0)	-93,7%	-18,1%
Resultado operacional	**608,9**	**16,0%**	**(60,2)**	**-1,2%**	**(85,3)**	**-1,3%**	**nm[5]**	**41,6%**	**(250,3)**	**-8,2%**	**181,1**	**6,3%**	**-172,4%**
Resultado não-operacional	98,1	2,6%	(34,4)	-0,7%	-	-	nm[5]	nm[5]	-	-	-	-	-
Resultado financeiro	**266,7**	**7,0%**	**106,2**	**-2,1%**	**(1.106,4)**	**-17,3%**	**-60,2%**	**nm[5]**	**151,7**	**4,9%**	**357,1**	**12,3%**	**135,4%**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**973,7**	**22,4%**	**11,6**	**0,2%**	**(1.191,7)**	**-18,6%**	**-98,8%**	**nm[5]**	**(98,6)**	**-3,2%**	**538,2**	**18,6%**	**-645,8%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(289,2)	-7,6%	256,9	5,2%	(45,5)	-0,7%	-188,8%	-117,7%	(91,2)	-3,0%	(143,1)	-4,9%	56,9%
Lucro líquido (Prejuízo)	**684,5**	**17,1%**	**268,5**	**5,4%**	**(1.237,1)**	**-19,3%**	**-60,8%**	**nm[5]**	**(189,8)**	**-6,2%**	**395,1**	**13,6%**	**nm[5]**
Ações em circulação, final	196.206,5	-	202.300,3	-	202.300,6	-	3,1%	-	202.300,6	-	228.394,3	-	12,9%
Lucro (Prejuízo) por ação (R$)	3,5	-	1,3	-	(6,1)	-	-61,9%	-	(0,9)	-	1,7	-	-288,9%
EBITDAR[4]	985,4	25,9%	600,1	12,1%	698,2	10,9%	-39,1%	16,3%	127,1	4,2%	604,1	20,9%	375,3%

(1) De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007
(2) Análise Vertical
(3) Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.
(4) EBITDAR (lucro operacional antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e custos com arrendamentos mercantis de aeronaves e resultados não operacionais) é um indicador não GAAP apresentado como informação adicional para nossos investidores. Normalmente apresentamos o EBITDAR, pois acreditamos que este indicador é útil para medir o desempenho operacional de companhias aéreas, inclusive o nosso, e do setor de transportes aéreos, em que parte significativa das aeronaves é arrendada e um importante item na base de custo. Acreditamos que o impacto das despesas com arrendamento de aeronaves deve ser considerado junto com o impacto de depreciação e amortização. Assim, esse indicador mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação operacional com outras empresas do setor. No entanto, nenhum número deverá ser considerado isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis brasileiras, ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia. Além disso, nossos cálculos podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias. Para reconciliação do EBITDAR com o lucro (prejuízo) líquido, ver tabela "Outras Informações" abaixo.
(5) nm: não mensurado

Balanços Patrimoniais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em milhões de Reais)								Semestre encerrado em 30 de junho de (em milhões de Reais)		
	2006[1]	AV [2]	2007[1]	AV [2]	2008	AV [2]	Variação 07/06	Variação 08/07	2009	AV [2]	Variação 1S09/08
Ativo											
Circulante											
Disponibilidades	700,0	18,5%	916,2	15,9%	194,0	2,8%	30,9%	-78,8%	188,7	2,6%	-2,7%
Caixa Restrito	-	-	-	-	176,7	2,6%	nm[3]	nm[3]	13,2	0,2%	-92, 5%
Investimentos de curto prazo	1.006,4	26,6%	516,6	9,0%	221,0	3,2%	48,7%	-57,2%	411,9	5,6%	86,4%
Contas a receber	659,3	17,4%	916,1	15,9%	344,9	5,0%	38,9%	-62,4%	533,9	7,3%	54,8%
Estoques	75,2	2,0%	215,8	3,7%	206,4	3,0%	187,1%	-4,4%	237,1	3,2%	14,9%
Impostos diferidos e a compensar	73,5	1,9%	65,2	1,1%	110,8	1,6%	11,2%	69,8%	66,5	0,9%	-40,0%
Depósitos de manutenção	-	-	-	-	-	-	-	-	82,6	1,1%	nm[2]
Despesas antecipadas	64,5	1,7%	143,8	2,5%	123,8	1,8%	122,9%	-13,9%	108,2	1,5%	-12,6%
Créditos com empresas de arrendamento	87,8	2,3%	149,7	2,6%	129,8	1,9%	70,5%	-13,3%	111,9	1,5%	-13,8%
Outros créditos e valores	58,0	1,5%	144,5	2,5%	49,4	0,7%	149,1%	-65,8%	42,4	0,6%	-14,2%
Total do ativo circulante	**2.724,6**	**72,1%**	**3.067,9**	**53,2%**	**1.556,7**	**22,6%**	**12,6%**	**-49,3%**	**1.796,4**	**24,5%**	**15,4%**
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Depósitos em garantia	72,7	1,9%	163,5	2,8%	209,6	3,1%	124,8%	28,2%	379,7	5,2%	81,2%
Depósitos para manutenção	-	-	-	-	392,0	5,7%	-	nm[3]	327,6	4,5%	-16,4%
Caixa restrito	-	-	-	-	6,6	0,1%	-	nm[3]	7,0	0, 1%	6,1%
Impostos diferidos	23,5	0,6%	367,1	6,4%	620,5	9,0%	nm[3]	69,0%	633,0	8,6%	2,0%
Créditos com empresas de arrendamento	145,6	3,9%	-	-	-	-	-	-	-	-	nm[3]
Outros créditos e valores	2,9	0,9%	5,6	0,1%	72,8	1,1,%	93,6%	nm[3]	78,9	1,1%	8,4%
Total do realizável a longo prazo	**244,7**	**6,5%**	**536,2**	**9,3%**	**1.301,5**	**18,9%**	**119,2%**	**142,7%**	**1.426,2**	**19,5%**	**9,6%**
Ativo Permantente											
Investimentos	2,3	0,1%	884,9	15,4%	-	-	nm[3]	-	-	-	nm[3]
Imobilizado	795,4	21,0%	1.251,4	21,7%	2.998,8	43,6%	57,3%	139,6%	3.096,4	42,2%	3,3%
Intangível	-	-	-	-	1.024,3	14,9%	-	-	1.025,9	14,0%	0,2%
Diferido	13,3	0,4%	24,5	0,4%	-	-	84,6%	-100,0%	-	-	nm[3]
Total do ativo permantente	**810,9**	**21,5%**	**2.160,7**	**37,5%**	**4.023,1**	**58,5%**	**166,5%**	**86,2%**	**4.122,3**	**56,1%**	**2,5%**
Total do Ativo não circulante	**1.055,6**	**27,9%**	**2.696,9**	**46,8%**	**5.324,5**	**77,4%**	**155,5%**	**97,4%**	**5.548,5**	**75,5%**	**4,2%**
Total do ativo	**3.780,2**	**100,0%**	**5.764,8**	**100,0%**	**6.881,2**	**100,0%**	**52,5%**	**19,4%**	**7.344,9**	**100,0%**	**6,7%**
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	140,7	3,7%	824,1	14,3%	809,5	11,8%	485,8%	-1,8%	748,0	10,2%	-7,6%
Fornecedores	124,1	3,3%	326,4	5,7%	283,7	4,1%	163,0%	-13,1%	319,8	4,4%	12,7%
Arrendamentos operacionais a pagar	18,3	0,5%	36,0	0,6%	43,1	0,6%	97,2%	19,8%	48,5	0,7%	12,5%
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	-	-	157,9	2,3%	-	nm[2]	123,4	1,7%	-21,9%
Obrigações trabalhistas	87,8	2,3%	163,4	2,8%	146,8	2,1%	86,1%	-10,2%	211,1	2,9%	43, 8%
Obrigações fiscais	100,2	2,7%	68,0	1,2%	39,6	0,6%	-32,1%	-41,8%	36,2	0,5%	-8,6%
Taxas e tarifas aeroportuárias	39,2	1,0%	84,3	1,5%	97,2	1,4%	115,0%	15,3%	74,2	1,0%	-23,7%
Transportes a executar	335,3	8,9%	472,9	8,2%	572,6	8,3%	41,0%	21,1%	486,4	6,6%	-15, 1%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	43,0	1,1%	75,6	1,3%	0,6	0,0%	76,0%	-99,2%	0,6	0,0%	-
Programa de milhagem	-	-	50,1	0,9%	18,4	0,3%	-	-63,3%	57,6	0,8%	213,0%
Seguros a pagar	-	-	44,2	0,8%	54,4	0,8%	-	23,3%	-	-	-100,0%
Outras obrigações	67,0	1,8%	47,6	0,8%	278,8	4,1%	-29,0%	486,0%	125,1	1,7%	-55,1%
Total do passivo circulante	**955,5**	**25,3%**	**2.192,5**	**38,0%**	**2.502,7**	**36,4%**	**129,5%**	**14,2%**	**2.231,0**	**30,4%**	**-10,9%**
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	727,0	19,2%	1.066,1	18,5%	1.023,2	14,9%	46,6%	-4,0%	1.088,5	14,8%	6,4%
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	-	-	1.415,7	20,6%	nm[3]	nm[3]	1.237,2	16,8%	-12,6%
Impostos diferidos	-	-	-	-	327,7	4,8%	-	-	503,9	6,9%	53,7%
Provisão para contingências	5,7	0,2%	32,1	0,6%	72,3	1,1,%	461,2%	125,5%	58,1	0,8%	-19,7%
Programa de milhagem	-	-	-	-	-	-	-	-	64,0	0,9%	-
Outras obrigações	24,0	0,6%	63,1	1,1%	205,1	3,0%	163,1%	225,0%	216,1	2,9%	5,4%
Total do passivo não circulante	**756,7**	**20,0%**	**1.161,3**	**20,1%**	**3.044,1**	**44,2%**	**53,5%**	**162,1%**	**3.167,8**	**43,1%**	**4,1%**
Patrimônio líquido											
Capital social	993,7	26,3%	1.364,0	23,7%	1.364,0	19,8%	37,3%	-	1.567,5	21,3%	14,9%
Reservas de capital	89,6	2,4%	89,6	1,6%	89,6	1,3%	-	-	89,6	1,2%	-
Reservas de lucros	989,1	26,2%	954,8	16,6%	918,6	13,4%	-3,5%	-3,8%	918,6	12,5%	-
Remuneração diferida	-	-	-	-	14,4	0,2%	-	-	16,9	0,2%	17,4%
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(41,2)	-0,6%	-	-	(41,2)	-0,6%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(4,3)	-0,1%	2,7	0,1%	(16,4)	-0,2%	nm[3]	nm[3]	(5,7)	-0,1%	-65,2%
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(994,6)	-14,5%	-	-	(599,5)	-8,2%	-39,7%
Total do patrimônio líquido	**2.068,0**	**54,7%**	**2.411,0**	**41,8%**	**1.334,4**	**19,4%**	**16,6%**	**-44,7%**	**1.946,2**	**26,5%**	**45,8%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.780,2**	**100,0%**	**5.764,8**	**100,0%**	**6.881,2**	**100,0%**	**52,5%**	**19,4%**	**7.344,9**	**100,0%**	**6,7%**

(1) De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007
(2) Análise Vertical
(3) nm: não mensurado

Informações Financeiras e Operacionais	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		Período encerrado em 30 de junho de	
	2007	2008	2008	2009
Passageiros-quilômetro transportados (RPK)	22.670	25.308	13.734	11.616
Assento-quilômetro oferecido - ASK (em milhares)	34.349	41.107	21.735	19.183
Taxa de ocupação (%)	66,0%	61,6%	63,2%	60,5%
Yield bruto por passageiro/km (centavos)	20,9	24,2	21,5	23,7
Uso de aeronave (hora-bloco por dia)	13,8	12,1	12,6	11,3
Média da Frota Operacional	88,6	106,4	106,5	107,8
Receita operacional por assento-quilômetro oferecido(centavos)	14,5	15,6	14,1	15,1
Custo operacional por assento-quilômetro disponível (centavos)	14,6	15,8	15,3	14,2
Receita Operacional Líquida (em milhões)	4.967,3	6.409,6	3.065,1	2.897,1
Custo Operacional (em milhões)	(5.027,5)	(6.494,8)	(3.315,4)	(2.716,0)
Lucro (Prejuízo) Operacional (em milhões)	(60,2)	(85,3)	(250,3)	181,1
Margem Operacional (%)	-1,2%	-1,3%	-8,2%	6,3%
Lucro Líquido (em milhões)	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Margem Líquida (%)	5,4%	-19,3%	-6,2%	13,6%
EBITDAR (em milhões)[(2)]	600,1	698,2	127,1	604,1
Margem EBITDAR (%)	12,1%	10,9%	4,1%	20,9%

Outras Informações	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		Período encerrado em 30 de junho de	
	2007	2008	2008	2009
		(em R$/milhões)		
Cálculo do EBITDAR:				
Lucro (prejuízo) líquido	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Despesas (receitas) financeiras líquidas	(106,2)	1.106,4	(151,7)	(357,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(256,9)	45,5	91,2	143,0
Depreciação e amortização	101,7	138,3	65,6	69,2
Custos com arrendamento mercantil de aeronaves	558,6	645,1	311,8	353,9
Resultados não-operacionais[(1)]	34,4	-	-	-
EBITDAR[(2)]	600,1	698,2	127,1	604,1

(1) Os resultados não-operacionais foram extintos pela MP 449 e, portanto, passaram a ser apresentados no grupo "Outras receitas (despesas) operacionais" a partir de 2008. Desta forma, o EBITDAR apresentado em 2007 e em 2008 apresenta limitações na sua comparabilidade.

(2) EBITDAR (lucro operacional antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e custos com arrendamentos mercantis de aeronaves e resultados não operacionais) é um indicador não GAAP apresentado como informação adicional para nossos investidores. Normalmente apresentamos o EBITDAR, pois acreditamos que este indicador é útil para medir o desempenho operacional de companhias aéreas, inclusive o nosso, e do setor de transportes aéreos, em que parte significativa das aeronaves é arrendada e um importante item na base de custo. Acreditamos que o impacto das despesas com arrendamento de aeronaves deve ser considerado junto com o impacto de depreciação e amortização. Assim, esse indicador mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação operacional com outras empresas do setor. No entanto, nenhum número deverá ser considerado isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis brasileiras, ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia. Além disso, nossos cálculos podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA GLOBAL

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R$1.567.476.838,51 totalmente subscrito e integralizado, representado por 114.197.158 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e 114.197.155 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nosso capital social autorizado poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de Reais), por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de Ações a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização das Ações dentro do capital autorizado.

A composição do capital social da Companhia na data deste Prospecto é a seguinte:

	Subscrito/Integralizado	
Espécie e classe das ações	**Quantidade**	**Valor (R$)**
Ordinárias	114.197.158	783.738.429,55
Preferenciais	114.197.155	783.738.408,96
Total	**228.394.313**	**1.567.476.838,51**

Após a conclusão da Oferta Global, o capital social da Companhia subscrito e integralizado deverá ser de R$2.194.559.338,51, representado por 133.199.658 ações ordinárias e 133.199.655 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

	Subscrito/**Integralizado**	
Espécie e Classe	**Quantidade**	**Valor (R$)**
Ordinárias	133.199.658	1.097.279.679,55
Preferenciais	133.199.655	1.097.279.658,96
Total	**266.399.313**	**2.194.559.338,51**

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias e ações preferenciais detidas pelos acionistas detentores de 5% ou mais das ações de emissão da Companhia, por conselheiros e diretores, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta Global, sem considerar o exercício (i) do direito de prioridade dos demais acionistas; e (ii) da Opção de Lote Suplementar:

	Na data deste Prospecto			
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**	
Acionistas	**Ações**	**%**	**Ações**	**%**
Fundo de Investimento em Participações Asas	114.197.142	100,0%	59.795.617	52,4%
Conselheiros e Diretores	16	0,0%	2.064.787	1,8%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	1.574.200	1,4%
Mercado (free float)	0	0,0%	50.762.551	44,5%
Total	**114.197.158**	**100,0%**	**114.197.155**	**100,0%**

	Após a Oferta Global			
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**	
Acionistas	**Ações**	**%**	**Ações**	**%**
Fundo de Investimento em Participações Asas	133.199.642	100,0%	40.793.117	30,6%
Conselheiros e Diretores	16	0,0%	2.064.787	1,6%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	1.574.200	1,2%
Mercado (free float)	0	0,0%	88.767.551	66,6%
Total	**133.199.658**	**100,0%**	**133.199.655**	**100,0%**

ACIONISTA VENDEDOR

O Acionista Vendedor é o Fundo de Investimento em Participações Asas. Para informações adicionais acerca do Acionista Vendedor, veja a seção "Principal Acionista e Acionista Vendedor" na página 192 deste Prospecto.

DESCRIÇÃO DA OFERTA GLOBAL

A Oferta Global compreenderá (i) a Distribuição Primária de, inicialmente, 17.275.000 (dezessete milhões, duzentas e setenta e cinco mil) novas Ações Ordinárias e 17.275.000 (dezessete milhões, duzentas e setenta e cinco mil) novas Ações Preferenciais da Oferta Primária, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais com direito de voto restrito a determinadas matérias; e (ii) a Distribuição Secundária de, inicialmente, 17.275.000 (dezessete milhões, duzentas e setenta e cinco mil) Ações Preferenciais da Oferta Secundária (Ações Preferenciais da Oferta Primária e Ações Preferenciais da Oferta Secundária conjuntamente denominadas "Ações Preferenciais"), a serem realizadas no âmbito da Oferta Global, com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais (Ações Ordinárias e Ações Preferenciais conjuntamente denominadas "Ações") no Brasil e Ações Preferenciais no exterior, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*.

A Oferta Global será realizada por meio de (a) uma distribuição pública primária e secundária de Ações Preferenciais e de Ações Ordinárias ("Ações da Oferta Brasileira"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com a Instrução CVM 471 e com o Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas, a ser coordenada conjuntamente pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, com a participação das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, incluindo esforços de colocação das Ações Preferenciais no exterior, exceto nos Estados Unidos, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional e pela BB Securities Limited, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada Investidor Estrangeiro, que invista no Brasil em conformidade com a Lei nº 4.131, a Resolução 2.689 e a Instrução CVM 325 ("Oferta Brasileira"); e, simultaneamente, (b) uma distribuição pública primária e secundária de Ações Preferenciais no exterior, inclusive sob a forma de *ADSs* (em conjunto com as Ações da Oferta Brasileira, "Ações da Oferta Global"), sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta Internacional, em uma oferta registrada de acordo com o *Securities Act*, respeitada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor ("Oferta Internacional"), nos termos do *Underwriting and Placement Agreement*. Cada *ADS* representará 1 (uma) Ação Preferencial.

A Oferta Brasileira será realizada no Brasil, com esforços de venda no exterior, exceto nos Estados Unidos, mediante registro junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, na Instrução CVM 471 e no Código ANBID para Atividades Conveniadas. A Oferta Brasileira não foi e nem será registrada na SEC ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer país, exceto o Brasil.

A Oferta Internacional será realizada mediante o registro nos Estados Unidos junto à SEC, em conformidade com os procedimentos previstos no Securities Act.

No âmbito da Oferta Global, serão distribuídas, inicialmente, (a) 17.275.000 (dezessete milhões, duzentas e setenta e cinco mil) Ações Ordinárias e 17.275.000 (dezessete milhões, duzentas e setenta e cinco mil) Ações Preferenciais da Oferta Primária (diretamente ou sob a forma de *ADSs*), ambas a serem emitidas pela Companhia dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com prioridade para os Acionistas na subscrição de referidas Ações Ordinárias e Ações Preferenciais da Oferta Primária, nos termos da Oferta Prioritária descrita abaixo, objeto da Distribuição Primária; e (b) 17.275.000 (dezessete milhões, duzentos e setenta e cinco mil) Ações Preferenciais da Oferta Secundária (diretamente ou sob a forma de *ADSs*) de titularidade do Acionista Vendedor, objeto da Distribuição Secundária.

Poderá haver realocação de Ações Preferenciais entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, a serem ofertadas inclusive sob a forma de *ADSs*, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior, durante o curso da presente Oferta Global, na forma prevista no Intersyndicate Agreement, a ser celebrado entre os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional.

A Companhia e o Acionista Vendedor, com a concordância dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional optaram por acrescer à quantidade total de Ações objeto da Oferta Global um lote adicional de 1.727.500 (um milhão, setecentas e vinte e sete mil e quinhentas) Ações Ordinárias e 3.455.000 (três milhões, quatrocentas e cinquenta e cinco mil) Ações Preferenciais,

equivalentes a 10% (dez por cento) das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, incluindo Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs* ("Ações Adicionais"), observada a proporção obrigatória referida no item "Proporção Obrigatória entre Ações Ordinárias e Ações Preferenciais" abaixo ("Opção de Ações Adicionais"). O Acionista Controlador já se manifestou, nos termos do Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador abaixo, sua intenção firme de subscrever e integralizar a totalidade das Ações Adicionais que sejam Ações Ordinárias, sem limite de preço máximo por Ação Ordinária na forma da dispensa concedida pela CVM por meio de decisão de seu colegiado na reunião nº 34/09, realizada em 8 de setembro de 2009 nos termos da qual a CVM autorizou a subscrição de ações ordinárias pelo Acionista Controlador no caso de distribuição com excesso de demanda, não sendo excepcionalmente aplicada, portanto, a vedação contida no artigo 55 da Instrução CVM 400.

Sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Adicionais, a quantidade de Ações a ser inicialmente ofertada no âmbito da Oferta Global (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 5.182.500 (cinco milhões, cento e oitenta e duas mil e quinhentas) Ações Preferenciais de titularidade do Acionista Vendedor, equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações Preferenciais inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global ("Ações Suplementares"), inclusive Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs* ("*ADSs* Suplementares"), conforme (i) opção de distribuição de Ações Suplementares ("Opção de Ações Suplementares"), deduzidas as *ADSs* Suplementares que forem objeto de exercício da Opção de *ADSs* Suplementares, outorgada pelo Acionista Vendedor ao Merrill Lynch; e (ii) opção de distribuição de *ADSs* Suplementares, outorgada pelo Acionista Vendedor ao BofA Merrill Lynch ("Opção de *ADSs* Suplementares", e em conjunto com a Opção de Ações Suplementares, "Opção de Lote Suplementar"). A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Merrill Lynch, total ou parcialmente, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Brasileira e a Opção de *ADSs* Suplementares poderá ser exercida pelo BofA Merrill Lynch, total ou parcialmente, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Internacional e desde que a decisão de sobrealocação de Ações e *ADSs*, conforme o caso, tenha sido tomada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional, respectivamente, no momento em que for fixado o Preço por Ação, ambas a partir da data de publicação do Anúncio de Início, em uma ou mais vezes, e por um período de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data de publicação do Anúncio de Início, nas mesmas condições e preço das Ações ou das *ADSs*, conforme o caso, inicialmente ofertadas. As Ações Suplementares e as *ADSs* Suplementares serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda relacionado às Ações Preferenciais e *ADSs* que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional e pela BB Securities Limited junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385.

Proporção Obrigatória entre Ações Ordinárias e Ações Preferenciais

Toda e qualquer distribuição primária de Ações no âmbito da Oferta Global, inclusive no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais, deverá ser obrigatoriamente composta na proporção de 50% (cinquenta por cento) de Ações Ordinárias e 50% (cinquenta por cento) de Ações Preferenciais (inclusive sob a forma de *ADSs*), a fim de atender o disposto no parágrafo 2º do art. 15 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, a proporção de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais objeto da Oferta Global, inclusive no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais mas excluindo a hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, será sempre de 1/3 (um terço) de Ações Ordinárias e 2/3 (dois terços) de Ações Preferenciais, sendo que desses 2/3, 50% será constituído de ações da Oferta Primária e 50% de ações da Oferta Secundária.

Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador

Todas as Ações Ordinárias emitidas no âmbito da Oferta Brasileira, inclusive no âmbito da Oferta Prioritária e da Opção de Ações Adicionais, serão subscritas e integralizadas pelo Acionista Controlador pelo mesmo Preço por Ação, que já manifestou à Companhia e aos Coordenadores da Oferta Brasileira sua intenção firme de (i) subscrever e integralizar a totalidade das Ações Ordinárias a serem emitidas no

âmbito da Distribuição Primária, condicionada à conclusão da Oferta Secundária, inclusive no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais, sem limite de preço máximo por Ação Ordinária, na forma da dispensa concedida pela CVM por meio de decisão de seu colegiado na reunião nº 34/09, realizada em 8 de setembro de 2009 nos termos da qual a CVM autorizou a subscrição de ações ordinárias pelo Acionista Controlador no caso de distribuição com excesso de demanda, não sendo excepcionalmente aplicada, portanto, a vedação contida no artigo 55 da Instrução CVM 400, (ii) efetuar o pagamento pontual do Pedido de Reserva celebrado no âmbito da Oferta Prioritária, conforme disposto no Contrato de Distribuição, e (iii) não desistir do Pedido de Reserva conforme item "Oferta de Varejo", letras (j) e (k) abaixo ("Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador"). Adicionalmente, o Acionista Controlador manifestou sua intenção firme e irretratável de não exercer seu direito de prioridade com relação às Ações Preferenciais da Oferta Prioritária.

Os recursos obtidos pelo Acionista Controlador na Distribuição Secundária, incluindo os recursos obtidos na hipótese de exercício da Opção de Ações Adicionais e excetuando os recursos obtidos na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, serão integralmente aplicados pelo Acionista Controlador na subscrição e integralização de Ações Ordinárias.

QUANTIDADE, VALOR, CLASSE, RECURSOS LÍQUIDOS E ESPÉCIE DAS AÇÕES OBJETO DA OFERTA GLOBAL

Na hipótese de não haver o exercício da Opção de Lote Suplementar:

Ofertante	Quantidade de Ações Ordinárias	Preço por Ação (R$)	Quantidade de Ações Preferenciais[1]	Preço por Ação (R$)	Montante (R$/milhões)[3]	Recursos líquidos de Comissões (R$)[2][3]
Companhia	19.002.500	16,50	19.002.500	16,50	627,1	603,3
Acionista Vendedor	0	16,50	19.002.500	16,50	313,5	313,5
Total	**19.002.500**	**16,50**	**38.005.000**	**16,50**	**940,6**	**916,8**

(1) Inclusive sob a forma de *ADSs*.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta Global.
(3) Calculado com base no Preço por Ação, e sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.

Na hipótese de haver o exercício da Opção de Lote Suplementar e da Opção de Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade de Ações Ordinárias	Preço por Ação (R$)	Quantidade de Ações Preferenciais[1]	Preço por Ação (R$)	Montante (R$/milhões)[3]	Recursos líquidos de Comissões (R$)[2][3]
Companhia	19.002.500	16,50	19.002.500	16,50	627,1	603,3
Acionista Vendedor	0	16,50	24.185.000	16,50	399,1	395,8
Total	**19.002.500**	**16,50**	**43.187.500**	**16,50**	**1.026,1**	**999,1**

(1) Inclusive sob a forma de *ADSs*.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta Global.
(3) Calculado com base no Preço por Ação, e sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.

DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES OBJETO DA OFERTA GLOBAL

Ações Ordinárias

As Ações Ordinárias objeto da Oferta Brasileira conferem ao seu titular o direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que a cada Ação Ordinária corresponderá 1 (um) voto nas deliberações sociais, além do direito ao recebimento integral de dividendos.

Ações Preferenciais

As Ações Preferenciais objeto da Oferta Global conferem:

(a) a seus titulares, na hipótese de aquisição de controle da Companhia, o direito de ter as suas ações preferenciais incluídas em oferta pública de aquisição de ações (tag-along) em decorrência da alienação do controle da Companhia, a 100% (cem por cento) do preço pago por ação ordinária do bloco de controle;

(b) prioridade em relação às ações ordinárias de emissão da Companhia, em caso de liquidação da Companhia, no reembolso de capital, sem prêmio; e

(c) direito ao recebimento integral de dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As Ações Preferenciais objeto da Oferta Global farão jus ao recebimento integral de dividendos e a todos os demais benefícios que forem conferidos aos demais detentores das Ações Preferenciais de emissão da Companhia a partir da data de sua subscrição e/ou aquisição, nos termos do previsto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia. As Ações Preferenciais não conferem direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral de acionistas, exceto nas circunstâncias especiais previstas em lei e no nosso Estatuto Social. Ver "Descrição do Capital Social" na página 195 deste Prospecto.

COTAÇÃO E ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES PREFERENCIAIS NA BM&FBOVESPA E NA NYSE

A tabela abaixo indica as cotações mínima, média e máxima das ações preferenciais de nossa emissão na BM&FBOVESPA e dos ADSs na NYSE, para os períodos indicados. A totalidade de nossas ações ordinárias são detidas pelo Acionista Controlador e por nossos conselheiros, não possuem liquidez e, portanto, não possuem cotações mínima, média e máxima.

	BM&FBOVESPA			**NYSE**		
	Reais por Ação Preferencial			**Dólar por ADS**		
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Mínimo**	**Médio**	**Máximo**
2004	23,40	27,79	41,48	7,91	10,09	15,88
2005	29,95	37,66	63,31	11,78	16,08	27,99
2006	51,78	65,32	79,04	24,25	30,73	39,20
2007						
Primeiro trimestre de 2007	51,44	58,73	65,01	25,18	28,31	31,37
Segundo trimestre de 2007	53,38	58,57	63,56	26,57	29,74	33,51
Terceiro trimestre de 2007	35,75	46,26	61,52	18,75	24,22	32,20
Quarto trimestre de 2007	41,36	44,87	47,75	22,72	25,11	27,21
2008						
Primeiro trimestre de 2008	25,23	31,62	42,11	14,66	18,28	23,82
Segundo trimestre de 2008	17,92	24,45	29,12	11,25	14,78	17,71
Terceiro trimestre de 2008	11,51	14,96	19,10	5,94	9,03	11,99
Quarto trimestre de 2008	6,90	9,37	13,05	2,93	4,14	6,96
2009						
Janeiro	10,02	10,93	11,96	4,27	4,71	5,26
Fevereiro	9,32	9,81	10,22	3,75	4,17	4,55
Março	6,65	8,04	9,80	2,83	3,46	4,16
Abril	6,58	7,29	7,63	2,86	3,31	3,57
Maio	7,61	8,70	9,40	3,58	4,20	4,55
Junho	8,80	10,42	11,62	4,50	5,35	6,10
Julho	10,93	13,19	15,21	5,65	6,79	8,02
Agosto	14,14	17,57	20,50	7,66	9,53	11,08
Setembro	17,58	18,33	18,80	9,40	10,06	10,46
Outubro[1]	17,06	17,93	18,38	9,86	10,16	10,47

Fonte: BM&FBOVESPA

(1) Até 8 de outubro de 2009.

Em 25 de maio de 2004, a Companhia e seus administradores celebraram com a BM&FBOVESPA Contrato de Adoção do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, de acordo com o qual as ações de emissão da Companhia passaram a ser admitidas à negociação no Nível 2, sendo as ações ordinárias sob o código "GOLL3" e as ações preferenciais sob o código"GOLL4".

Em 23 de junho de 2004, o Programa de DR da Companhia para negociação de suas ações preferenciais na NYSE foi aprovado pela CVM sob o nº CVM/SRE/RDR/2004/001. As ações preferenciais de emissão da Companhia são negociadas na NYSE, na forma de ADSs, sob o código "GOL".

PÚBLICO ALVO DA OFERTA BRASILEIRA

As Instituições Participantes da Oferta Brasileira realizarão a distribuição das Ações objeto da Oferta Brasileira por meio de três ofertas distintas, quais sejam, (i) a Oferta Prioritária destinada aos Acionistas da Companhia, (ii) a Oferta de Varejo, direcionada a Investidores Não Institucionais; e (iii) a Oferta Institucional, direcionada a Investidores Institucionais, de acordo com as regras de alocação previstas abaixo e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento Nível 2.

A Oferta Prioritária foi realizada exclusivamente junto aos Acionistas, de forma a assegurar sua participação na Oferta Global, não podendo os direitos decorrentes da Oferta Prioritária serem negociados ou cedidos pelos Acionistas. No âmbito da Oferta Prioritária, a totalidade das Ações a serem emitidas pela Companhia e inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais, as Ações Suplementares e ADSs Suplementares), será destinada prioritariamente à colocação pública aos Acionistas que desejarem exercer seu direito de prioridade de acordo com o procedimento descrito abaixo.

A Oferta Prioritária não foi estendida aos detentores de ADSs ou de ações preferenciais residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos, dado que a oferta e a venda das Ações Preferenciais, inclusive sob a forma de ADSs, estão sujeitas às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos e certas características da Oferta Prioritária podem não ser compatíveis com tal regulamentação.

A Oferta de Varejo será realizada pelas Instituições Participantes da Oferta Brasileira junto a Investidores Não Institucionais, e que realizaram solicitação de reserva para aquisição de Ações no âmbito da Oferta Brasileira, mediante o preenchimento de formulário específico durante o Período de Reserva, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 (três mil Reais) e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 (trezentos mil Reais) por Investidor Não Institucional.

A Oferta Institucional será realizada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira junto a Investidores Institucionais.

PREÇO POR AÇÃO

No âmbito da Oferta Global, o Preço por Ação é o mesmo para as Ações Ordinárias e para as Ações Preferenciais.

O Preço por Ação foi fixado após a efetivação dos Pedidos de Reserva e a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, tendo como parâmetro (a) a cotação das Ações Preferenciais na BM&FBOVESPA, (b) a cotação das ADSs na NYSE; e (c) as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto aos Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding. O Preço por Ação foi calculado inicialmente em dólares norte-americanos e convertido para Reais com base na taxa de câmbio disponibilizada pelo Banco Central do Brasil através do SISBACEN, na data de celebração do Contrato de Distribuição.

Os Acionistas que aderiram à Oferta Prioritária e os Investidores Não Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de Bookbuilding nem, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.

A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço por Ação foi devidamente justificada, tendo em vista que tal preço não promoverá a diluição injustificada na participação societária dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas ordens de aquisição de Ações no contexto da Oferta Global.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, houve excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações objeto da Oferta Global, e não foram aceitas as ordens de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de Bookbuilding. Não foram consideradas investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta Global: (i) as Ações subscritas/adquiridas em decorrência de contratos de *total return swaps*, firmados no exterior, para

proteção (*hedge*) de operações com derivativos, (ii) as Ações subscritas pelos Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, (iii) as Ações Ordinárias subscritas em razão do Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador, e (iv) as Ações Ordinárias subscritas pelo Acionista Controlador no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais, na forma da dispensa concedida pela CVM por meio de decisão de seu colegiado na reunião nº 34/09, realizada em 8 de setembro de 2009 nos termos da qual a CVM autorizou a subscrição de ações ordinárias pelo Acionista Controlador no caso de distribuição com excesso de demanda, não sendo excepcionalmente aplicada, portanto, a vedação contida no artigo 55 da Instrução CVM 400. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco – Risco de má formação do Preço por Ação e/ou de liquidez das Ações no mercado secundário", na página 99 deste Prospecto.

QUANTIDADE DE AÇÕES OFERTADAS

Serão ofertadas, inicialmente, 38.005.000 (trinta e oito milhões e cinco mil) Ações Preferenciais e 19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) Ações Ordinárias no âmbito da Oferta Global, sem considerar a Opção de Lote Suplementar, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, inclusive, no que diz respeito às Ações Preferenciais, sob a forma de ADSs, representadas por ADRs.

MONTANTE DA OFERTA GLOBAL

O montante da Oferta Global será de R$940.623.750,00, calculado com base no Preço por Ação, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos provenientes da Distribuição Primária são da ordem de R$603,3 milhões (baseado no Preço por Ação), após a dedução de comissões e despesas estimadas. A Companhia pretende empregar estes recursos conforme indicado na seção "Destinação de Recursos" na página 100 deste Prospecto. A Companhia não receberá nenhum recurso proveniente da Distribuição Secundária.

Os recursos obtidos pelo Acionista Controlador na Distribuição Secundária, incluindo os recursos obtidos no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais e excetuando os recursos obtidos na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, serão integralmente e obrigatoriamente aplicados pelo Acionista Controlador na subscrição e integralização das Ações Ordinárias. Embora a Companhia não receba diretamente os recursos decorrentes da Distribuição Secundária realizada pelo Acionista Vendedor, este utilizará a totalidade dos recursos obtidos com a venda das 19.002.500 Ações Preferenciais da Oferta Secundária, (incluindo os recursos obtidos no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais e excluindo os recursos obtidos com o exercício da Opção de Lote Suplementar), para subscrever 17.275.000 Ações Ordinárias distribuídas no âmbito da Distribuição Primária e 1.727.500 Ações Ordinárias no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais, no mesmo preço por Ações Preferenciais da Oferta Secundária, conforme Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador.

CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO

As comissões devidas aos Coordenadores da Oferta Brasileira e aos Coordenadores da Oferta Internacional em função da Oferta Global serão pagas pela Companhia, com exceção das comissões devidas aos Coordenadores da Oferta Brasileira e aos Coordenadores da Oferta Internacional em função do exercício da Opção de Lote Suplementar, as quais serão pagas pelo Acionista Vendedor, nos termos do Contrato de Distribuição.

Considerando-se que, excetuando os recursos obtidos na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, a Companhia será a única beneficiária final da Oferta Global, uma vez que a totalidade dos recursos obtidos pelo Acionista Vendedor no âmbito da Oferta Secundária, excetuando os recursos obtidos na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, será destinada à subscrição e

integralização das Ações Ordinárias a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Distribuição Primária, a totalidade das despesas relativas à Oferta Global será paga pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção dos recursos por cada um deles recebidos e não utilizados na subscrição de Ações Ordinárias no âmbito da Oferta Global.

Segue, abaixo, a descrição dos custos estimados da Oferta Global sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor (R$)	Valor por Ação[1]	% em Relação ao Valor por Ação[1]
Comissão de Coordenação	3.448.954,00	0,9	0,55%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	3.448.954,00	0,9	0,55%
Comissão de Colocação	10.346.861,00	0,27	1,65%
Comissão de Sucesso	5.549.680,00	0,15	0,89%
Comissão da Oferta de Varejo Internacional[2]	1.034.686,00	0,03	0,17%
Total de Comissões	**23.829.135,00**	**0,63**	**3,80%**
Taxa de Registro da CVM	164.540,00	0,00	0,03%
Taxa de Registro da ANBID	72.000,00	0,00	0,01%
Despesas com Advogados[3]	1.548.303,00	0,04	0,25%
Despesas com Auditoria Externa[3]	698.818,00	0,02	0,11%
Despesas com Publicidade	399.900,00	0,01	0,06%
Outras Despesas[3]	1.000.000,00	0,03	0,16%
Total de Comissões e Despesas	**27.712.696,00**	**0,73**	**4,42%**

(1) Calculado com base no Preço por Ação, e sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.
(2) Percentual de 1,65% incidente sobre o produto resultante da quantidade de *ADSs* alocada à oferta de varejo, no âmbito da Oferta Internacional, e o Preço por *ADS*, sendo que, exclusivamente para fins de cálculo da Comissão da Oferta de Varejo Internacional, a quantidade total de *ADSs* alocada à oferta de varejo, no âmbito da Oferta Internacional, estará limitada a 10% das Ações Preferenciais ofertadas no âmbito da Oferta Global, inclusive sob a forma de *ADSs* (considerando o exercício da Opção de Ações Adicionais e da Opção de Lote Suplementar).
(3) Despesas estimadas da Oferta Global, incluindo custos estimados com *road show* e emolumentos BM&FBOVESPA.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor às Instituições Participantes da Oferta Brasileira ou aos Coordenadores da Oferta Internacional, exceto pela remuneração descrita acima, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração devida às Instituições Participantes da Oferta Brasileira e aos Coordenadores da Oferta Internacional que dependa do Preço por Ação, com exceção dos eventuais ganhos oriundos do Contrato de Estabilização.

PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO NA OFERTA BRASILEIRA

Oferta Prioritária

No contexto da Oferta Prioritária, a totalidade das Ações, incluindo as Ações Adicionais, observado o compromisso de subscrição do Acionista Controlador, inicialmente ofertadas (sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar) no âmbito da Distribuição Primária ("Ações Prioritárias"), foi destinada prioritariamente à colocação pública aos Acionistas residentes e domiciliados ou com sede no Brasil que exerceram seu direito de prioridade de acordo com o procedimento abaixo indicado, observado que a Oferta Prioritária não será estendida aos detentores de *ADSs* ou ações preferenciais residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos, dado que a oferta e a venda das Ações Preferenciais, inclusive sob a forma de *ADSs*, estão sujeitas às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos e certas características da Oferta Prioritária podem não ser compatíveis com tal regulamentação:

(a) cada um dos Acionistas interessados em participar da Oferta Prioritária solicitou reserva de Ações Prioritárias junto a uma única Instituição Participante da Oferta Brasileira, mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (j), (k), (l) e (m) abaixo, durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária (conforme definido no item (d) abaixo). Recomendou-se aos Acionistas verificar com a Instituição Participante da Oferta Brasileira de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigiria, a seu exclusivo critério, a manutenção de recursos em conta de investimento ou conta-corrente aberta e/ou mantida junto à mesma, para fins de garantia do Pedido de Reserva.

(b) os Acionistas puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme o previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Acionista tenha optado por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação tenha sido fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado pelo Acionista, o respectivo Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Participante da Oferta Brasileira;

(c) **a Oferta Prioritária não foi estendida aos detentores de ADSs e ações preferenciais residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos na data deste Prospecto, dado que a oferta e a venda de Ações Preferenciais, inclusive sob a forma de ADSs estão sujeitas às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, e certas características da Oferta Prioritária podem não ser compatíveis com tal regulamentação;**

(d) os Acionistas tiveram o prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestar seu interesse em participar da Oferta Prioritária, devendo realizar seus Pedidos de Reserva no período de 30 de setembro de 2009, inclusive, a 1º de outubro de 2009, inclusive ("Período de Reserva da Oferta Prioritária");

(e) será assegurado a cada um dos Acionistas que realizou Pedido de Reserva subscrever Ações Prioritárias de mesma espécie das quais for proprietário até o limite proporcional de sua participação no capital social total da Companhia, sendo que cada ação ordinária e cada ação preferencial, de emissão da Companhia de titularidade do Acionista, assegurará ao Acionista o direito de subscrição de 0,151273467 Ação Ordinária e de 0,151273467 Ação Preferencial da Oferta Brasileira, respectivamente ("Limite de Subscrição Proporcional"). A verificação do Limite de Subscrição Proporcional foi realizada ao final do dia 22 de setembro de 2009 ("Primeira Data de Corte"), conforme as posições de custódia em tal data de cada um dos Acionistas na BM&FBOVESPA ou nas instituições depositárias das ações de emissão da Companhia, conforme o caso, desconsiderando-se as frações, observado que, caso a respectiva posição em custódia das ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista, verificada com a BM&FBOVESPA ou com as respectivas instituições depositárias ao final do dia 5 de outubro de 2009 ("Segunda Data de Corte"), seja inferior ou superior à respectiva posição em custódia verificada na Primeira Data de Corte, o Limite de Subscrição Proporcional será ajustado para a respectiva posição do Acionista na Segunda Data de Corte.

(f) Não houve reserva de sobras no âmbito da Oferta Prioritária. Eventuais Ações Prioritárias remanescentes, foram destinadas à Oferta de Varejo. As Ações Ordinárias remanescentes, serão, em sua totalidade, subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Acionista Controlador, conforme o Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador.

(g) após a concessão do registro da Oferta Brasileira pela CVM, cada Instituição Participante da Oferta Brasileira deverá informar a quantidade de Ações adquiridas (incluindo as Ações Prioritárias) e o correspondente valor do investimento ao Acionista que com ela realizar Pedido de Reserva, até às 12:00 horas do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva;

(h) cada Acionista deverá efetuar o pagamento do valor indicado conforme o item (g) acima à Instituição Participante da Oferta Brasileira junto à qual tenha realizado seu Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação, conforme abaixo definido. Não havendo pagamento pontual, o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Participante da Oferta Brasileira junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(i) após às 16:00 horas da Data de Liquidação, a BM&FBOVESPA, em nome de cada uma das Instituições Participantes da Oferta Brasileira junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Acionista que com ela tenha realizado o seu Pedido de Reserva, o número de Ações (incluindo as Ações Prioritárias) correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência prevista nos itens (j) e (k) abaixo e de cancelamento previstas nos itens (b) acima, (l) e (m) abaixo. Caso tal

relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;

(j) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Acionista ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, o Acionista poderá desistir do Pedido de Reserva, sem qualquer ônus, até às 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de publicação de anúncio de retificação, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva. Caso o Acionista não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva no prazo mencionado acima, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;

(k) na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta Global, respectivamente nos termos do artigo 20 e do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Acionista poderá desistir do Pedido de Reserva até às 12:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou a modificação da Oferta Global. Nessa hipótese, cada Acionista deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta Brasileira que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva, o qual será automaticamente cancelado pela referida Instituição Participante da Oferta. Caso o Acionista não informe por escrito, sua desistência do Pedido de Reserva no prazo mencionado acima, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos no respectivo Pedido de Reserva;

(l) na hipótese de não haver a conclusão da Oferta Global, ou na hipótese de resilição do Contrato de Distribuição, ou, ainda, em qualquer outra hipótese de devolução de Pedido de Reserva em função de expressa disposição legal, os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e as Instituições Participantes da Oferta Brasileira comunicarão aos Acionistas que com elas tenham realizado o Pedido de Reserva, o cancelamento da Oferta Global, o que ocorrerá, inclusive, por meio de publicação de aviso ao mercado;

(m) na hipótese de descumprimento, por qualquer das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, de quaisquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta Global, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, tal Instituição Participante da Oferta deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação de Ações no âmbito da Oferta Global, sendo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido. A Instituição Participante da Oferta a que se refere este item (m) deverá informar imediatamente aos Acionistas que com ela tenham feito reserva sobre o referido cancelamento; e

(n) caso o Acionista já tenha efetuado o pagamento e venha a desistir do Pedido de Reserva, nos termos dos itens (j) e (k), ou ocorram as hipóteses previstas nos itens (l) e (m) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária ou qualquer outro acréscimo, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva ou do cancelamento da Oferta Global e/ou do Pedido de Reserva, conforme o caso.

Os direitos decorrentes da Oferta Prioritária aqui descrita não poderão ser negociados ou cedidos pelos Acionistas.

Os Acionistas interessados em subscrever Ações no âmbito da Oferta Prioritária e cujas ações de emissão da Companhia estejam custodiadas na instituição financeira depositária das Ações (Itaú Unibanco S.A.) deverão certificar-se de que seus respectivos cadastros estejam atualizados no Itaú Unibanco S.A., devendo, ainda observar os procedimentos descritos abaixo. Os Acionistas interessados em subscrever Ações no âmbito da Oferta Prioritária e cujas ações de emissão da Companhia estejam custodiadas na BM&FBOVESPA deverão certificar-se de que seus respectivos cadastros estejam atualizados em uma das Instituições Participantes da Oferta, devendo, ainda, observar os procedimentos para a Oferta Prioritária descritos nesta seção.

O Acionista Controlador, ou seja, o Fundo de Investimento em Participações Asas, manifestou sua intenção firme em subscrever a totalidade das Ações Ordinárias a que tenha direito na Oferta Prioritária, condicionada à conclusão da Oferta Secundária. Adicionalmente, o Acionista Controlador manifestou sua intenção firme e irretratável de não exercer seu direito de prioridade na subscrição de Ações Preferenciais da Oferta Primária que sejam objeto da Oferta Prioritária.

Caso a totalidade dos Acionistas exerça a sua prioridade para a subscrição das Ações Prioritárias, a totalidade das Ações Ordinárias e das Ações Preferenciais da Oferta Primária será destinada exclusivamente à Oferta Prioritária.

As Instituições Participantes da Oferta Brasileira somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Acionistas titulares de conta-corrente ou conta investimento bancária mantida pelo respectivo investidor.

Oferta de Varejo

Após o atendimento da Oferta Prioritária, a Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não Institucionais, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 (três mil Reais) e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 (trezentos mil Reais) por Investidor Não Institucional.

Após o encerramento do Período de Reserva da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo), a realização do Procedimento de Bookbuilding, a concessão do competente registro da Oferta Brasileira pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira realizarão a distribuição pública das Ações Preferenciais objeto da Oferta Brasileira, em regime de garantia firme de liquidação, individual e não solidária, conforme determinado no Contrato de Distribuição, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira em mercado de balcão não-organizado, e nos termos previstos no artigo 21 da Instrução CVM 400, observado o disposto a seguir. Todas as Ações Ordinárias emitidas no âmbito da Oferta Brasileira, inclusive no âmbito da Oferta Prioritária e da Opção de Ações Adicionais, serão subscritas e integralizadas pelo Acionista Controlador pelo Preço por Ação, conforme Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador previsto acima.

Foi concedido aos Investidores Não Institucionais o prazo de 4 (quatro) dias úteis, a ser iniciado em 2 de setembro de 2009, inclusive, e encerrado em 7 de outubro de 2009, inclusive ("Período de Reserva da Oferta de Varejo"), para a realização de Pedido de Reserva. Os Investidores Não Institucionais, que aderiram à Oferta de Varejo, deverão ter realizado os seus Pedidos de Reserva junto a qualquer uma das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, nos locais indicados abaixo no item "Informações Adicionais" na página 80 deste Prospecto e nas dependências das Instituições Consorciadas indicadas no Aviso ao Mercado por oportunidade de sua republicação em 30 de setembro de 2009. A Companhia, o Acionista Vendedor e as Instituições Participantes da Oferta Brasileira recomendaram aos Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva a leitura atenta e cuidadosa dos termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente no que diz respeito à confirmação e desistência do Pedido de Reserva, bem como do Prospecto Preliminar.

No contexto da Oferta de Varejo, um percentual de 15% (quinze por cento) da totalidade das Ações Preferenciais (inclusive sob a forma de *ADSs*) da Oferta Global, excluindo as Ações Adicionais, as Ações Suplementares e as ADSs Suplementares, foi destinado prioritariamente à colocação pública junto a investidores não institucionais residentes no Brasil e no exterior, sendo que foi assegurado que 10% do total das Ações Preferenciais alocadas para a Oferta Brasileira, excluindo as Ações Adicionais, as Ações Suplementares e as *ADSs* Suplementares, será destinado a investidores não-institucionais no Brasil, caso haja demanda.

(a) os Investidores Não Institucionais interessados deverão ter solicitado reservas de Ações da Oferta Brasileira junto a uma única Instituição Participante da Oferta Brasileira, mediante o preenchimento de Pedido de Reserva celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (h), (i), (k) e (l) abaixo, durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo, o qual poderá ser estendido por decisão da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta Brasileira, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 (três mil Reais) e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 (trezentos mil Reais) por Investidor Não Institucional. Recomendou-se aos Investidores Não Institucionais

verificar com a Instituição Participante da Oferta Brasileira de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigiria, a seu exclusivo critério, a manutenção de recursos em conta de investimento ou conta-corrente aberta e/ou mantida junto à mesma, para fins de garantia do Pedido de Reserva;

(b) os Investidores Não Institucionais puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme o previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não Institucional tenha optado por estipular um preço máximo por ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação tenha sido fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado pelo investidor, o respectivo Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Participante da Oferta Brasileira;

(c) após a concessão do registro da Oferta Brasileira pela CVM, cada Instituição Participante da Oferta Brasileira deverá informar a quantidade de Ações adquiridas e o correspondente valor do investimento ao Investidor Não Institucional que com ela realizar Pedido de Reserva, até às 12:00 horas do dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio, conforme previsto no item (g) abaixo;

(d) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado conforme o item (c) acima à Instituição Participante da Oferta Brasileira junto à qual tenha realizado seu Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Participante da Oferta Brasileira junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(e) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior ao número de Ações Preferenciais, destinadas à Oferta de Varejo, excluindo as Ações Adicionais, as Ações Suplementares e as ADSs Suplementares, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas, conforme indicado no correspondente Pedido de Reserva;

(f) os Coordenadores da Oferta Brasileira em conjunto com os Agentes de Colocação Internacional e o BB Securities Limited poderão realocar as Ações Preferenciais destinadas à Oferta de Varejo entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, se necessário e conforme o caso, para assegurar que, no mínimo, 10% (dez por cento) da totalidade das Ações Preferenciais alocadas para a Oferta Brasileira, excluindo as Ações Adicionais, as Ações Suplementares e as ADSs Suplementares, sejam destinadas prioritariamente a Investidores Não Institucionais residentes no Brasil, conforme o caso;

(g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não Institucionais seja superior ao número de Ações Preferenciais, inclusive sob a forma de ADSs, destinadas à Oferta de Varejo, excluindo as Ações Adicionais, as Ações Suplementares e as ADSs Suplementares, será realizado rateio de tais Ações entre todos os Investidores Não Institucionais. **O critério de rateio para os Investidores Não Institucionais será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas aos Investidores Não Institucionais, entre todos os Investidores Não Institucionais, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva, até que se esgote a quantidade de Ações destinada prioritariamente à colocação junto aos Investidores Não Institucionais.** Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta Brasileira, a quantidade de Ações destinada a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, haverá rateio proporcional entre os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações;

(h) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional, ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva, sem qualquer ônus, até às 12:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de publicação de anúncio de retificação,

devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva. Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva no prazo mencionado acima, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;

(i) na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta Global, respectivamente nos termos do artigo 20 e do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até às 12:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou a modificação da Oferta Global. Nessa hipótese, cada Investidor Não Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta Brasileira que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva, o qual será automaticamente cancelado pela referida Instituição Participante da Oferta. Caso o Investidor Não Institucional não informe por escrito, sua desistência do Pedido de Reserva no prazo mencionado acima, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos no respectivo Pedido de Reserva;

(j) após às 16:00 horas da Data de Liquidação (conforme abaixo definido), a BM&FBOVESPA, em nome de cada uma das Instituições Participantes da Oferta Brasileira junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional que com ela tenha realizado o seu Pedido de Reserva, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência prevista nos itens (h) e (i) acima e de cancelamento previstas no item (b) acima e (k) e (l) abaixo, e a possibilidade de rateio prevista no item (g) acima. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;

(k) na hipótese de não haver a conclusão da Oferta Global, ou na hipótese de resilição do Contrato de Distribuição, ou, ainda, em qualquer outra hipótese de devolução de Pedido de Reserva em função de expressa disposição legal, os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e as Instituições Participantes da Oferta Brasileira comunicarão aos Investidores Não Institucionais que com elas tenham realizado o Pedido de Reserva o cancelamento da Oferta Global, o que ocorrerá, inclusive, por meio de publicação de aviso ao mercado

(l) na hipótese de descumprimento, por qualquer das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, de quaisquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta Global, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, tal Instituição Participante da Oferta Brasileira deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação de Ações no âmbito da Oferta Global, sendo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido. A Instituição Participante da Oferta Brasileira a que se refere este item (l) deverá informar imediatamente aos Investidores Não Institucionais que com ela tenham feito reserva sobre o referido cancelamento; e

(m) caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e venha a desistir do Pedido de Reserva, nos termos dos itens (h) e (i), ou ocorram as hipóteses previstas nos itens (k) e (l) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária ou qualquer outro acréscimo, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva ou do cancelamento da Oferta Global e/ou do Pedido de Reserva, conforme o caso.

As Instituições Participantes da Oferta Brasileira atenderam somente aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta-corrente ou conta investimento bancária mantida pelo respectivo investidor. **Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ter lido cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar.**

Em vista do excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações da Oferta Global, não computadas as Ações Suplementares e as *ADSs* Suplementares, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, ficou vedada a colocação pelos Coordenadores da Oferta Brasileira e pelos Coordenadores da Oferta Internacional de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam controladores ou administradores dos Coordenadores da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta

Internacional, da Companhia, do Acionista Vendedor e de outras pessoas vinculadas à Oferta Global, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau. Não foram consideradas investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta Global: (i) as Ações subscritas/adquiridas em decorrência de contratos de *total return swaps*, firmados no exterior, para proteção (*hedge*) de operações com derivativos, (ii) as Ações subscritas pelos Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, (iii) as Ações Ordinárias subscritas em razão do Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador, e (iv) as Ações Ordinárias subscritas pelo Acionista Controlador no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais, na forma da dispensa concedida pela CVM por meio de decisão de seu colegiado na reunião nº 34/09, realizada em 8 de setembro de 2009 nos termos da qual a CVM autorizou a subscrição de ações ordinárias pelo Acionista Controlador no caso de distribuição com excesso de demanda, não sendo excepcionalmente aplicada, portanto, a vedação contida no artigo 55 da Instrução CVM 400.

Oferta Institucional

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, não sendo admitidas para Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento.

Caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento, nos termos e condições descritos acima, dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não Institucionais e dos Acionistas no âmbito da Oferta de Varejo e Oferta Prioritária, respectivamente, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta Internacional e dos Coordenadores da Oferta Brasileira, melhor atendam ao objetivo desta Oferta Global de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação, ao longo do tempo, sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, levando-se em conta, ainda, as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta Internacional e dos Coordenadores da Oferta Brasileira, em conformidade com o plano de distribuição desenvolvido pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional em conjunto com a Companhia e com o Acionista Vendedor.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações objeto da Oferta Brasileira mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição/aquisição das Ações.

Em vista do excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações da Oferta Global, não computadas as Ações Suplementares e as *ADSs* Suplementares, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, ficou vedada a colocação de Ações pelos Coordenadores da Oferta Brasileira e pelos Coordenadores da Oferta Internacional junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Não foram consideradas investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta Global: (i) as Ações subscritas/adquiridas em decorrência de contratos de *total return swaps*, firmados no exterior para proteção (*hedge*) de operações com derivativos, (ii) as Ações subscritas pelos Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, (iii) as Ações Ordinárias subscritas em razão do Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador, e (iv) na forma da dispensa concedida pela CVM em 9 de setembro de 2009, as Ações Ordinárias subscritas no âmbito do exercício da Opção de Ações Adicionais.

PRAZO DE COLOCAÇÃO E AQUISIÇÃO

O prazo para a distribuição das Ações objeto da Oferta Global terá início na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de até 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Distribuição").

Os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional terão o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, exclusive, para efetuar a

colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta Global será realizada no último dia do Prazo de Distribuição), exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares e de ADSs Suplementares, cuja liquidação ocorrerá dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de exercício da Opção de Lote Suplementar.

A data de início da Oferta Global será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400.

O término da Oferta Global e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o previsto no artigo 29 da Instrução CVM 400.

APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

A realização da Oferta Global e da Distribuição Primária foram aprovadas em Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 24 de agosto de 2009 e 22 de setembro de 2009, cujas atas foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 26 de agosto de 2009 e 23 de setembro de 2009, respectivamente. A Distribuição Secundária foi aprovada pela Assembleia Geral de Quotistas do Acionista Vendedor, de acordo com o disposto em seu regulamento, em reunião realizada em 24 de agosto de 2009.

O Preço por Ação foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e pela Assembleia Geral de Quotistas do Acionista Vendedor em 8 de outubro de 2009. Os atos societários que autorizam a distribuição pública primária e secundária das ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor devidamente assinados e registrados nos órgãos competentes encontram-se à disposição dos investidores e da CVM na sede da Companhia.

Os anúncios relativos à divulgação da Oferta Global, quais sejam: (i) Aviso ao Mercado; (ii) Anúncio de Início; e (iii) Anúncio de Encerramento, serão publicados no jornal Valor Econômico pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, nos termos da Instrução CVM 400.

CRONOGRAMA DA OFERTA BRASILEIRA

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta Brasileira, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Evento	Data Prevista [1]
1.	Protocolo na ANBID do pedido de análise prévia da Oferta Brasileira, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471. Disponibilização da Minuta do Prospecto Preliminar nas páginas da rede mundial de computadores da CVM, da Companhia e dos Coordenadores da Oferta Brasileira.	25 de agosto de 2009.
2.	Publicação do Fato Relevante comunicando o protocolo na ANBID do pedido de análise prévia da Oferta Brasileira, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471.	26 de agosto de 2009.
3.	Publicação do Aviso ao Mercado sem a indicação dos logos das Instituições Consorciadas. Disponibilização do Prospecto Preliminar. Início das apresentações do Roadshow. Início de Procedimento de Bookbuilding.	23 de setembro de 2009
4.	Publicação do Aviso ao Mercado com a indicação dos logos das Instituições Consorciadas. Início do Período de Reserva da Oferta Prioritária.	30 de setembro de 2009
5.	Encerramento do Período de Reserva da Oferta Prioritária.	1 de outubro de 2009
6.	Início do Período de Reserva da Oferta de Varejo	2 de outubro de 2009
7.	Encerramento do Período de Reserva da Oferta de Varejo.	7 de outubro de 2009
8.	Encerramento das apresentações do Roadshow. Encerramento do Procedimento de Bookbuilding. Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovando o Preço por Ação. Reunião da Assembleia de Quotistas do Acionista Vendedor aprovando o Preço por Ação. Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Distribuição e demais contratos relacionados à Oferta Global. Início do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar.	8 de outubro de 2009
9.	Concessão do Registro da Oferta Brasileira pela CVM. Publicação do Anúncio de Início. Disponibilização do Prospecto Definitivo.	9 de outubro de 2009
10.	Início do prazo de negociação das Ações da Oferta Brasileira.	13 de outubro de 2009
11.	Data de Liquidação da Oferta Global.	15 de outubro de 2009
12.	Encerramento do prazo para o exercício da Opção de Lote Suplementar	9 de novembro de 2009
13.	Data Máxima de Liquidação das Ações Suplementares e das ADSs Suplementares.	12 de novembro de 2009
14.	Data máxima para publicação do Anúncio de Encerramento.	8 de abril de 2010

[1] Todas as datas previstas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações, sem aviso prévio, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional.

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição foi celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, a VRG, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a BM&FBOVESPA. De acordo com os termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta Brasileira concordaram em distribuir em regime de garantia firme de liquidação, individual e não solidária, a totalidade das Ações Preferenciais objeto da Oferta Brasileira. O Contrato de Distribuição contempla os demais termos e condições da Oferta Brasileira descritos nesta seção. Todas as Ações Ordinárias emitidas no âmbito da Oferta Brasileira, inclusive no âmbito da Oferta Prioritária e da Opção de Ações Adicionais, serão subscritas e integralizadas pelo Acionista Controlador pelo Preço por Ação, conforme Compromisso de Subscrição e Integralização do Acionista Controlador previsto acima

Também foi celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, a VRG, os Agentes de Colocação Internacional, a BB Securities Limited e os Coordenadores da Oferta Internacional o Contrato de Distribuição Internacional, segundo o qual os Coordenadores da Oferta Internacional realizarão a colocação de Ações Preferenciais, sob a forma de *ADSs* no exterior e os coordenadores da Oferta Internacional, os Agentes de Colocação Internacional e a BB Securities Limited realizarão esforços de colocação das Ações da Oferta Brasileira no exterior para investidores institucionais estrangeiros, em regime de garantia firme de liquidação, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão observar mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que as obrigações dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional estão sujeitas a determinadas condições, como (i) a entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia, do Acionista Vendedor, da VRG e dos Coordenadores da Oferta Brasileira; (ii) a assinatura de contratos

de lock-up pela Companhia, pelos administradores da Companhia e pelo Acionista Vendedor; (iii) a emissão de cartas de conforto pelos auditores independentes da Companhia, relativas às demonstrações financeiras consolidadas e demais informações contábeis neste Prospecto, no Form F3 Prospectus a ser utilizado nos esforços de colocação das Ações Preferenciais no exterior e na Oferta Internacional; e (iv) a obtenção de outros certificados. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia, a VRG e o Acionista Vendedor obrigam-se a indenizar os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências. As Ações e os ADSs serão ofertados pelas Instituições Participantes da Oferta Brasileira e pelos Coordenadores da Oferta Internacional, respectivamente, pelo Preço por Ação e pelo Preço por ADS, respectivamente, a serem definidos após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding. O Contrato de Distribuição Internacional possui declarações específicas em relação à observância das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, caso descumpridas, poderão dar ensejo a potenciais procedimentos judiciais.

O Contrato de Distribuição Internacional apresenta cláusula de indenização em favor dos Coordenadores da Oferta Internacional caso estes venham a sofrer perdas no exterior em razão de informações incorretas relevantes ou omissões relevantes no Form F3 Prospectus. Caso os Coordenadores da Oferta Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a tais questões, estes poderão ter direito de regresso contra a Companhia, VRG e o Acionista Vendedor em razão dessa cláusula de indenização (para informações adicionais, vide seção "Fatores de Risco – Riscos Relativos às Nossas Ações Preferenciais e às ADSs" na página 98 deste Prospecto).

O Contrato de Distribuição Internacional apresenta cláusula de indenização em favor dos Coordenadores da Oferta Internacional e dos Agentes de Colocação Internacional caso estes venham a sofrer perdas no exterior em razão de informações incorretas relevantes ou omissões relevantes no *Form F3 Prospectus*. Caso os Coordenadores da Oferta Internacional e os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a tais questões, estes poderão ter direito de regresso contra a Companhia, VRG e o Acionista Vendedor em razão dessa cláusula de indenização (para informações adicionais, vide seção "Fatores de Risco – Riscos Relativos às Nossas Ações Preferenciais e às ADSs" na página 98 deste Prospecto).

Cópias do Contrato de Distribuição poderão ser obtidas junto ao Coordenador Líder da Oferta Brasileira e à CVM, nos endereços indicados no item "Informações Adicionais", na página 80 deste Prospecto, a partir da data de publicação do Anúncio de Início.

REGIME DE DISTRIBUIÇÃO COM GARANTIA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com o Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta Brasileira concordaram em distribuir em regime de garantia firme de liquidação, sem presunção de solidariedade, a totalidade das Ações Preferenciais objeto da Oferta Brasileira, de acordo com as quantidades de ações indicadas na tabela abaixo.

Coordenadores da Oferta Brasileira	Quantidade de Ações Preferenciais da Oferta Brasileira(1)	Percentual do Total
Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.	4.999.970	23,3%
Banco Itaú BBA S.A.	4.999.971	23,3%
Banco Morgan Stanley S.A.	4.999.970	23,3%
Banco Bradesco BBI S.A.	3.214.267	15,0%
BB Banco de Investimento S.A.	3.214.267	15,0%
Total	**21.428.445**	**100,0%**

(1) Sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar e da Opção de Ações Adicionais.

Caso a totalidade das Ações não seja liquidada na data de liquidação, os Coordenadores da Oferta Brasileira deverão liquidar financeiramente pelo Preço por Ação a totalidade do saldo resultante da diferença entre (a) o número de Ações Preferenciais objeto da garantia firme de liquidação individualmente prestada; e (b) o número de Ações Preferenciais efetivamente colocado e liquidado por tal Coordenador, observado o limite e a proporção da garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador da Oferta Brasileira, conforme determinado no Contrato de Distribuição. Essa garantia é

vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, deferido o registro da Oferta Brasileira pela CVM, assinado o Contrato de Distribuição, disponibilizado o Prospecto Definitivo e publicado o Anúncio de Início.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Brasileira.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores da Oferta Brasileira eventualmente venham a subscrever Ações da Oferta Brasileira nos termos acima e tenham interesse em vender tais Ações da Oferta Brasileira antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda de tais Ações da Oferta Brasileira será o preço de mercado das ações de nossa emissão, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização.

Os Coordenadores da Oferta Brasileira poderão alocar Ações Preferenciais para distribuição pelos Coordenadores da Oferta Internacional no exterior no âmbito da Oferta Internacional, inclusive sob a forma de *ADSs*, representadas por *ADRs*, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Restrições à Negociação de Ações (Lock-Up)

Nos termos dos contratos de restrição à negociação de ações de emissão da Companhia assinados com os Coordenadores da Oferta Internacional, salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta Internacional, (i) a Companhia, seus administradores e o Acionista Vendedor obrigam-se, desde a data da primeira publicação do Aviso ao Mercado, até o término do prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive ("Período de Lock-up"), a não oferecer à venda, vender, contratar ou concordar em vender, empenhar, ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, quaisquer ações de emissão da Companhia que sejam de sua titularidade, ou outros valores mobiliários passíveis de conversão, permuta ou exercício sob a forma de ações de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários"), bem como abster-se de celebrar operação de swap, hedge ou de outra natureza que venha a transferir, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos advindos da titularidade de Valores Mobiliários, quer tais operações sejam liquidadas mediante a entrega de ações de emissão da Companhia ou de outros Valores Mobiliários, quer sejam liquidadas em dinheiro ou de outra forma, exceto com relação à venda das Ações Adicionais, das Ações Suplementares e das ADSs Suplementares. A presente restrição à negociação de ações abrange a divulgação pública de qualquer intenção de realizar tal oferta, venda, penhor ou alienação ou de celebrar tal operação ou as operações de swap, hedge ou de outra natureza. Quaisquer Valores Mobiliários recebidos mediante exercício de opções outorgadas a quaisquer das partes sujeitas à restrição à negociação de ações estarão igualmente sujeitos à restrição à transferência de ações. Os Valores Mobiliários que venham a ser adquiridos pelos Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações no mercado aberto não estarão sujeitos às referidas restrições mencionadas acima. Não obstante o disposto acima, as operações vedadas durante o Período de Lock-up por força dos referidos contratos estão sujeitas a determinadas exceções ("Transferências Permitidas"), conforme no descrito Contrato de Distribuição.

ESTABILIZAÇÃO DO PREÇO DAS AÇÕES

Será constituído um mecanismo para a estabilização do preço das Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs*, objeto da Oferta Internacional. As atividades de estabilização de preço das *ADSs* no exterior serão exercidas ao exclusivo critério do BofA Merrill Lynch, sendo que, uma vez iniciadas, poderão ser descontinuadas a qualquer momento.

Adicionalmente, o Merrill Lynch, por intermédio da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), poderá realizar atividades de estabilização do preço das Ações Preferenciais, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do Anúncio de Início, por meio de operações de compra e venda de Ações Preferenciais de emissão da Companhia. As atividades de estabilização do preço das Ações Preferenciais serão realizadas conforme as disposições legais aplicáveis

e conforme disposto no Contrato de Estabilização, o qual será aprovado previamente pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400.

Não existe obrigação por parte do Merrill Lynch ou da Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização.

O Contrato de Estabilização está disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Coordenador Líder da Oferta Brasileira e à CVM, nos endereços indicados no item "Informações Adicionais", na página 80 deste Prospecto.

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA OFERTA GLOBAL

A Companhia e o Acionista Vendedor poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou revogação da Oferta Global, caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta Global existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e/ou pelo Acionista Vendedor. Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta Global, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta Global seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta Global poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias. Se a Oferta Global for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta Global ou qualquer modificação na Oferta Global será imediatamente divulgada por meio do jornal Valor Econômico, veículo também usado para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, e as Instituições Participantes da Oferta deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta Brasileira, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesta hipótese, os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Revogação" e "Anúncio de Retificação").

Com a publicação do Anúncio de Revogação, a Oferta Global e todos os atos de aceitação anteriores ou posteriores ao Anúncio de Revogação tornar-se-ão ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração, correção monetária ou qualquer outro acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta Global só aceitarão ordens no Procedimento de Bookbuilding e Pedidos de Reserva daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta Global serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de Bookbuilding ou Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação anterior.

SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DE OFERTA PÚBLICA

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta, caso: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do seu registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta, quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento que sejam sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta

não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta Global será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta Global, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta Global, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária.

INADEQUAÇÃO DA OFERTA BRASILEIRA

Não há inadequação específica da Oferta Brasileira a determinado grupo ou categoria de investidor. No entanto, a presente Oferta Brasileira não é adequada a investidores avessos ao risco inerente ao investimento em ações. Como todo e qualquer investimento em ações, a aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, a partir da página 90, para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados em relação à aquisição das Ações.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA

Relacionamento entre a Companhia e o Merrill Lynch

Além do relacionamento referente à Oferta Global, mantivemos e mantemos relacionamento comercial com o Merrill Lynch e/ou com sociedades de seu conglomerado econômico de acordo com a descrição abaixo. Poderemos vir a contratar, no futuro, o Merrill Lynch ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras e bancárias usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

O Merrill Lynch atuou como coordenador contratado da oferta brasileira e o Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated atuou como coordenador da oferta internacional nas ofertas de distribuição pública de nossas ações em 2004 e 2005. Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Merrill Lynch à Companhia, seus acionistas controladores ou sociedades controladas pela Companhia vinculados à presente Oferta.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Merrill Lynch concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções vinculados à presente Oferta.

O Merrill Lynch International ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar operações de derivativos relacionadas com as Ações ou os *ADSs*, agindo por conta e ordem de seus clientes. Neste sentido, o Merrill Lynch International ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações ou *ADSs* na Oferta Global como forma de proteção (*hedge*) relacionada com essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta Global.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Merrill Lynch eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado - em todos os

casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" acima, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia, à referida instituição intermediária ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre a Companhia e o Merrill Lynch não constitui conflito de interesses do Merrill Lynch com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Merrill Lynch

Além do relacionamento referente à Oferta Global, o Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não possuem, nesta data, qualquer operação direta relevante com o Acionista Vendedor. No entanto, o Merrill Lynch possui relacionamento comercial com a Companhia, empresa controlada pelo Acionista Vendedor, conforme descrito no item "Relacionamento entre a Companhia e o Merrill Lynch" acima.

O Merrill Lynch não possui relacionamento comercial com os cotistas do Acionista Vendedor, mas eles poderão, no futuro, vir a contratar o Merrill Lynch ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras e bancárias usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência do eventual exercício da Opção de Lote Suplementar, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" acima, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo Acionista Vendedor, à referida instituição intermediária ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Merrill Lynch não constitui conflito de interesses do Merrill Lynch com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA.

Além do relacionamento referente à Oferta Global, nossa Companhia manteve e mantém relacionamento comercial com o Itaú BBA e demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro, no Brasil e no exterior, de acordo com a descrição abaixo. Nesse contexto, o Itaú BBA realiza diversas operações de crédito com nossa Companhia, além de serviços bancários, tais como serviço de folha de pagamento, serviços de cash management, aplicações financeiras e operações de câmbio. Poderemos, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de nossas atividades.

O Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar operações de derivativos relacionadas com as Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. Neste sentido, o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta Global como forma de proteção (hedge) relacionada com essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta Global.

Cartas de Crédito dadas em Garantia para Operações de Leasing e Manutenção de Aeronaves

O Itaú BBA é credor de diversas operações de carta de crédito cujos beneficiários são empresas de arrendamento mercantil de aeronaves no valor total aproximado de R$30,7 milhões e com vencimentos finais até 18 de Abril de 2010. A finalidade destas transações é prover garantia para as operações de leasing de aeronaves, tanto de pagamento como de manutenção.

Fiança Bancária para Garantir Obrigações junto ao BNDES

O Itaú BBA é credor de uma carta fiança contratado por nossa Companhia em 04 de março de 2008 e renovada em 2 de março de 2009 e novamente em 12 de maio de 2009 no valor aproximado de R$51,6 milhões e vencimento final em 6 de novembro de 2009. O objetivo dessa carta de fiança é garantir ao beneficiário (BNDES) o não cumprimento de condições contratuais restritivas previstas no contrato de financiamento junto ao BNDES.

Cash Management

Temos contratado com o Itaú BBA convênios de cash management, relativos à prestação de serviços de pagamento a fornecedores, folha de pagamento e cobrança bancária.

Com exceção do acima descrito, não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Itaú BBA à Companhia, seus acionistas controladores ou sociedades controladas pela Companhia vinculados à presente Oferta.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Itaú BBA concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções vinculados à presente Oferta.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Itaú BBA eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado - em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social

Inexistência de Operações Vinculadas à Operação

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta no item "Custos de Distribuição" acima, o Itaú BBA não receberá de nós nenhum outro tipo de remuneração referente à Oferta, com exceção dos eventuais ganhos advindos da estabilização.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA não constitui conflito de interesses do Itaú BBA com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA.

Exceção feita à presente Oferta Brasileira, o Itaú BBA não possui, nesta data, qualquer operação direta relevante com o Acionista Vendedor. No entanto, o Itaú BBA possui relacionamento comercial com a Companhia, empresa controlada pelo Acionista Vendedor, conforme descrito no item "Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA" acima.

Adicionalmente, o Itaú BBA não possui nesta data relacionamento com os cotistas do Acionista Vendedor, exceto no que se relaciona a presente Oferta. O Sr. Joaquim Constantino Neto possui conta corrente aberta junto ao Itaú Unibanco S.A.

Além dos relacionamentos descritos acima, os cotistas do Acionista Vendedor poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA para assessorá-los na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações de derivativos, de empréstimo, de câmbio ou quaisquer outras operações usuais de banco de investimento nos mercados local e global.

Além da remuneração referente à eventual colocação das Ações no âmbito do exercício da Opção de Lote Suplementar especificada no item "Custos de Distribuição" acima, o Itaú BBA não receberá do Acionista Vendedor nenhum outro tipo de remuneração referente à Oferta, com exceção dos eventuais ganhos advindos da estabilização.

Itaú USA Securities, Inc. e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações da Oferta Brasileira e/ou os ADSs como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações da Oferta Brasileira e/ou os ADSs, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). Itaú USA Securities, Inc. e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações da Oferta Brasileira e/ou os ADSs como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações da Oferta Brasileira e/ou os ADSs.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA não constitui conflito de interesses do Itaú BBA com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley

Em adição ao que se refere à Oferta, mantivemos e mantemos relacionamento comercial com o Morgan Stanley e com a Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Efetuamos esporadicamente operações de câmbio e derivativos com o Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico. O Morgan Stanley & Co. Incorporated emitiu *fairness opinion* para a Companhia com relação à aquisição da VRG. Adicionalmente, o Morgan Stanley e o Morgan Stanley & Co Incorporated participaram como coordenador brasileiro e internacional, respectivamente, em ofertas públicas e privadas de valores mobiliários de nossa emissão.

Poderemos, no futuro, contratar o Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Morgan Stanley à Companhia, seus acionistas controladores ou sociedades controladas pela Companhia vinculados à presente Oferta.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Morgan Stanley concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções vinculados à presente Oferta.

O Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar operações de derivativos relacionadas com as Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. Neste sentido, o Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) relacionada com essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Morgan Stanley eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado - em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta especificada no item "Custos de Distribuição" acima, o Morgan Stanley não receberá da Companhia nenhum outro tipo de remuneração dependente do Preço por Ação.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley não constitui conflito de interesses do Morgan Stanley com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Morgan Stanley

Além da presente Oferta, o Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico não mantêm quaisquer relações comerciais com o Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar operações de derivativos relacionadas com as Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. Neste sentido, o Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) relacionada com essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Além da remuneração referente à eventual colocação das Ações no âmbito do exercício da Opção de Lote Suplementar especificada no item "Custo de Distribuição" acima, o Morgan Stanley não receberá do Acionista Vendedor nenhum outro tipo de remuneração dependente do Preço por Ação.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Morgan Stanley não constitui conflito de interesses do Morgan Stanley com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI.

Além do relacionamento referente à presente Oferta Global, o Bradesco BBI não possui nenhum outro relacionamento conosco. Entretanto, o controlador do Bradesco BBI, o Banco Bradesco S.A., mantém relacionamento conosco por meio das seguintes transações financeiras e/ou comerciais:

(i) cédula de crédito bancário - empréstimo de capital de giro - emitida pela VRG no valor de R$50,0 milhões com vencimento em 3 de fevereiro de 2010, remunerada por um percentual do CDI – Certificado de Depósito Interbancário -, garantida por aval da Gol;

(ii) operação de fiança bancária, firmada com a afiançada Gol, no valor de R$ 39,9 milhões, com vencimento em 21 de setembro de 2009, remunerada por comissão pré-fixada, sem garantia;

(iii) operação de fiança bancária, firmada com a afiançada VRG no valor de R$ 5,0 milhões, com vencimento indeterminado, remunerada por comissão pré-fixada, com garantia de aval da Gol;

(iv) parceria para a emissão e administração de cartões de crédito "co-branded" em conjunto com o Banco do Brasil . Como parte do acordo, receberemos aproximadamente R$255,0 milhões (R$104 milhões já recebidos em junho de 2009), relativos à venda de milhas do Programa Smiles, direito de acesso e de utilização do cadastro pelas instituições financeiras e participação no faturamento registrados nos cartões emitidos; e

(v) outras transações de menor relevância, como contratos de arrendamento mercantil e bonds adquiridos através da tesouraria do Banco Bradesco S.A.

Ademais, a Companhia e/ou suas subsidiárias e o Banco Bradesco S.A. também têm relacionamentos relativos a mecanismos de recebimentos da Companhia, pagamentos a fornecedores e pagamentos de tributos.

Com exceção do acima descrito, não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Bradesco BBI à Companhia, seus acionistas controladores ou sociedades controladas pela Companhia vinculados à presente Oferta.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Bradesco BBI concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções vinculados à presente Oferta.

Poderemos, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades do conglomerado econômico do Banco Bradesco S.A. para a realização de operações financeiras em geral, incluindo, mas não se limitando a, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento,

formador de mercado, operações de crédito, serviços de custódia, consultoria financeira e/ou quaisquer outras operações financeiras úteis e/ou necessárias à condução das nossas atividades.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Bradesco BBI eventualmente possuem ações de nossa emissão diretamente adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado - em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta Global especificada no item "Custos de Distribuição" acima, o Bradesco BBI não receberá de nós nenhum outro tipo de remuneração referente à presente Oferta Global.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI não constitui conflito de interesses do Bradesco BBI com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI.

Além do relacionamento referente à presente Oferta Global, o Bradesco BBI, bem como seu controlador, o Banco Bradesco S.A., não mantêm relações comerciais com o Acionista Vendedor.

Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades do conglomerado econômico do Banco Bradesco S.A para a realização de operações financeiras em geral, incluindo, mas não se limitando a, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, operações de crédito, serviços de custódia, consultoria financeira e/ou quaisquer outras operações financeiras úteis e/ou necessárias à condução das suas atividades.

Adicionalmente, o Bradesco BBI possui relacionamento com os cotistas do Acionista Vendedor, conforme descrito abaixo:

Sr. Henrique Constantino

O Sr. Henrique Constantino (i) possui conta corrente no Banco Bradesco S.A. e (ii) mantém relações comerciais com o Bradesco BBI relativas à presente Oferta Global.

Sr. Joaquim Constantino Neto

O Sr. Joaquim Constantino Neto (i) possui conta corrente no Banco Bradesco S.A. e (ii) mantém relações comerciais com o Bradesco BBI relativas à presente Oferta Global.

Sr. Ricardo Constantino

O Sr. Ricardo Constantino não mantém relações comerciais diretas com o Bradesco BBI, exceto no que se relaciona à presente Oferta Global.

Sr. Constantino de Oliveira Junior

O Sr. Constantino de Oliveira Junior não mantém relações comerciais diretas com o Bradesco BBI, exceto no que se relaciona à presente Oferta Global.

Além dos relacionamentos descritos acima, os cotistas do Acionista Vendedor poderão, no futuro, contratar o Bradesco BBI para assessorá-los na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações de derivativos, de empréstimo, de câmbio ou quaisquer outras operações usuais de banco de investimento nos mercados local e global.

Além da remuneração referente à eventual colocação das Ações no âmbito do exercício da Opção de Lote Suplementar especificada no item "Custos de Distribuição" acima, o Bradesco BBI não receberá do Acionista Vendedor nenhum outro tipo de remuneração referente à Oferta Global.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI não constitui conflito de interesses do Bradesco BBI com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre a Companhia e o BB BI.

O BB BI é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. ("BB") para o exercício da atividade de banco de investimento.

O BB é credor da Companhia em diversos empréstimos e linhas de crédito.

Adicionalmente, mantemos convênio de comércio eletrônico com o BB e possuímos um programa de relacionamento, de acordo com o qual há conversão de pontos de cartões de crédito para o nosso Programa Smiles. Efetuamos acordo com o BB para emissão e administração de cartões de crédito, no formato "co-branded". Além disto, temos contratado com o BB convênios de cash management, relativos à prestação de serviços de pagamento e recebimento e câmbio.

Nos últimos 12 meses, o BB e/ou outras instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro participaram das seguintes operações com a Companhia:

(i) Emissão de debêntures, no valor total de R$400 milhões, cujo saldo, em 14 de agosto de 2009, era de R$400,2 milhões, com vencimento em 13 maio de 2011, remunerada por um percentual do CDI, com garantia de cessão de direitos creditórios faturas cartão;

(ii) Operação de Aquisição de Recebíveis Faturas de Cartão de Crédito – sem coobrigação do cedente, no valor de R$ 54,5 milhões, cujo saldo em 14 de agosto de 2009 era de R$36,0 milhões, com vencimento em 28 de agosto de 2009, com remuneração pré-fixada, sem garantias;

(iii) Operação de conta garantida, no valor total de R$2,0 milhões, com saldo em 14 de agosto de 2009 de R$2,0 milhões, com vencimento em 2010, remunerada por um percentual do CDI, sem garantia; e

(iv) Operação sindicalizada de capital de giro no exterior, com a participação do BB em até US$36,5 milhões, cujo saldo devedor em 14 de agosto de 2009 era de US$ 9,4 milhões, com vencimento máximo até março de 2010, remunerada pela LIBOR trimestral, acrescida de juros pré-fixados, com garantias de cessão de direitos sobre os contratos de compra firmados entre nós e a Boeing Co. e penhor da totalidade das ações da Sky Finance com nomeação da Boeing como Remarketing Agent e coobrigação da GTA.

Com exceção do acima descrito, não existem empréstimos em aberto concedidos pelo BB BI à Companhia, seus acionistas controladores ou sociedades controladas pela Companhia vinculados à presente Oferta.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o BB BI concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções vinculados à presente Oferta.

Sociedades integrantes do grupo econômico do BB possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimentos administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingirão, nos últimos 12 meses, 5% de nosso capital social.

O BB BI atuou como coordenador contratado em nossa oferta de ações em abril de 2005.

Exceto pelo disposto acima, nós não possuímos qualquer outro relacionamento com o BB BI. Nós poderemos, no futuro, contratar com o BB BI ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais necessárias à condução de nossas atividades.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista no item "Custos de Distribuição" acima, não há qualquer outra a ser paga por nós ao BB BI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre a Companhia e o BB BI não constitui conflito de interesses do BB BI com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BB BI

Exceção feita à presente Oferta Brasileira, o BB BI não possui, nesta data, qualquer operação direta relevante com o Acionista Vendedor. No entanto, o BB BI possui relacionamento comercial com a Companhia, empresa controlada pelo Acionista Vendedor, conforme descrito no item "Relacionamento entre a Companhia e o BB BI" acima.

Adicionalmente, o BB possui relacionamento com os cotistas do Acionista Vendedor, conforme descrito abaixo:

O Sr. Henrique Constantino possui conta cartão no BB, porém não possui plástico em utilização.

O Sr. Ricardo Constantino possui conta poupança no BB.

O Sr. Joaquim Constantino Neto não mantém relações comerciais diretas com o BB e com o BB BI, exceto no que se relaciona à presente Oferta.

O Sr. Constantino de Oliveira Junior possui conta corrente no BB.

Além dos relacionamentos descritos acima, os cotistas do Acionista Vendedor poderão, no futuro, contratar o BB ou o BB BI para assessorá-los na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações de derivativos, de empréstimo, de câmbio ou quaisquer outras operações usuais de banco de investimento nos mercados local e global.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista no item "Custos de Distribuição" acima, a ser paga no âmbito do eventual exercício da Opção de Lote Suplementar não há qualquer outra a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BB BI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BB BI não constitui conflito de interesses do BB BI com relação à Oferta Global.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES CONTRATADOS

Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Além do relacionamento referente à presente Oferta Global, o Citi e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, no Brasil e no exterior, mantém relacionamento conosco por meio da seguinte transação financeira:

(i) O Banco Citibank S.A. atuou como Joint Lead Manager e Bookrunner na operação de empréstimo para adiantamento de aquisição de aeronaves no valor de US$ 310 milhões, datada de 15 de outubro de 2007, entre Sky Finance, como tomador, VRG Linhas Aereas S/A, como garantidor, e Citibank N.A., como agente administrativo e um dos credores. Na data deste prospecto, o Banco Citibank S.A. é credor no valor total aproximado de R$ 34,1 milhões referente a este empréstimo, com vencimento final de 31 de março de 2010.

Com exceção do acima descrito, não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Citi à Companhia, seus acionistas controladores ou sociedades controladas pela Companhia vinculados à presente Oferta.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Citi concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções vinculados à presente Oferta.

Ademais, a Companhia e/ou suas subsidiárias e o Banco Citibank S.A. também têm relacionamentos relativos à prestação de serviços de cash management, aplicações financeiras e operações de câmbio e derivativos.

Poderemos, no futuro, contratar o Citi e/ou sociedades do seu conglomerado econômico no Brasil e no exterior para a realização de operações financeiras em geral, incluindo, mas não se limitando a, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, operações de crédito, serviços de custódia, consultoria financeira e/ou quaisquer outras operações financeiras úteis e/ou necessárias à condução das nossas atividades.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Citi eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado - em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta Global especificada no item "Custos de Distribuição" acima, o Citi não receberá de nós nenhum outro tipo de remuneração referente à presente Oferta Global.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre a Companhia e o Citi não constitui conflito de interesses do Citi com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Citi

Além do relacionamento referente à presente Oferta Global, o Citi não mantém relações comerciais com o Acionista Vendedor

Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Citi e/ou sociedades do seu conglomerado econômico no Brasil e no exterior para a realização de operações financeiras em geral, incluindo, mas não se limitando a, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, operações de crédito, serviços de custódia, consultoria financeira e/ou quaisquer outras operações financeiras úteis e/ou necessárias à condução das suas atividades.

Adicionalmente, o Citi não possui relacionamento com os cotistas do Acionista Vendedor. Os cotistas do Acionista Vendedor poderão, no futuro, contratar o Citi e/ou sociedades do seu conglomerado econômico no Brasil e no exterior para assessorá-los na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações de derivativos, de empréstimo, de câmbio ou quaisquer outras operações usuais de banco de investimento nos mercados local e global.

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta Global especificada no item "Custos de Distribuição" acima, o Citi não receberá de nós nenhum outro tipo de remuneração referente à presente Oferta Global.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Citi não constitui conflito de interesses do Citi com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre a Companhia e o Calyon

Além do relacionamento referente à presente Oferta Global, o Calyon não possui nenhum outro relacionamento conosco. Entretanto, o controlador do Calyon mantém relacionamento conosco por meio das seguintes transações financeiras e/ou comerciais:

(i) Operação de financiamento dos adiantamentos para aquisição de aeronaves *("Pre-delivery Payments - PDP Financing"*), firmada com a VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de US$ 46 milhões, com vencimento em dezembro de 2010, remunerada por juros pre-fixados acrescidos da taxa básica de juros internacionais ("LIBOR"), garantida pela cessão dos contratos de compra e venda de aeronaves celebrados entre a Companhia e a Boeing;

(ii) operações de derivativos de taxa de juros ("*Swap Amortizing*"), firmadas com a VRG Linhas Aéreas S.A., com vencimento em julho de 2010, remunerada por comissão pré-fixada, sem garantia;

Com exceção do acima descrito, não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Calyon à Companhia, seus acionistas controladores ou sociedades controladas pela Companhia vinculados à presente Oferta.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Calyon concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções vinculados à presente Oferta.

Poderemos, no futuro, contratar o Calyon e/ou sociedades do conglomerado econômico do Calyon, para a realização de operações financeiras em geral, incluindo, mas não se limitando a, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, operações de crédito, serviços de custódia, consultoria financeira e/ou quaisquer outras operações financeiras úteis e/ou necessárias à condução das nossas atividades.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Calyon eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado - em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta Global especificada no item "Custos de Distribuição" acima, o Calyon não receberá de nós nenhum outro tipo de remuneração referente à presente Oferta Global.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre a Companhia e o Calyon não constitui conflito de interesses do Calyon com relação à Oferta Global.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Calyon

Além do relacionamento referente à presente Oferta Global, o Calyon, bem como seu controlador, não mantêm relações comerciais com o Acionista Vendedor.

Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Calyon e/ou sociedades do conglomerado econômico do Calyon para a realização de operações financeiras em geral, incluindo, mas não se limitando a, investimentos, prestação de serviços de custódia, consultoria financeira e/ou quaisquer outras operações financeiras úteis e/ou necessárias à condução das suas atividades.

Adicionalmente, o Calyon, bem como seu controladornão mantêm relações comerciais com os cotistas do Acionista Vendedor.

Entretanto, os cotistas do Acionista Vendedor poderão no futuro, contratar o Calyon e/ou sociedades do conglomerado econômico do Calyon para a realização de operações financeiras em geral, incluindo, mas não se limitando a, investimentos, colocação de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento ou em quaisquer outras operações de derivativos, de empréstimo, de câmbio ou quaisquer outras operações financeiras usuais nos mercados local e global.

Além da remuneração referente à eventual colocação das Ações no âmbito do exercício da Opção de Lote Suplementar especificada no item "Custos de Distribuição" acima, o Calyon não receberá do Acionista Vendedor nenhum outro tipo de remuneração referente à Oferta Global.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Calyon não constitui conflito de interesses do Calyon com relação à Oferta Global.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A instituição financeira depositária contratada para prestação de serviços de escrituração das Ações é o Itaú Unibanco S.A.

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de depósito das *ADSs* é o The Bank of New York Mellon.

A instituição financeira custodiante das Ações subjacentes às ADSs é o Itaú Unibanco S.A.

A Companhia possui o registro de companhia aberta junto à CVM sob o código 01956-9, concedido em 9 de junho de 2004.

Nos termos da Instrução CVM 400, da Instrução 471 e do Código de Auto-Regulação para as Atividades Conveniadas, a Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder da Oferta Brasileira protocolizaram na ANBID pedido de análise da Oferta Brasileira, em 25 de agosto de 2009, e os registros da Oferta Primária e da Oferta Secundária foram concedidos pela CVM em 9 de outubro de 2009, sob os nº CVM/SRE/REM/2009/009 e CVM/SRE/SEC/2009/010, respectivamente.

Este Prospecto Definitivo está disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br); (ii) BM&FBOVESPA, situada na Rua XV de Novembro, nº275, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.bm&fbovespa.com.br); (iii) Companhia, com escritório na Praça Comandante Linneu Gomes, S/N, Portaria 3, Jardim Aeroporto, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.voegol.com.br/ri); (iv) Banco Bradesco BBI S.A., estabelecido na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, São Paulo, SP (www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas); (v) Banco Itaú BBA S.A., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.itaubba.com.br); (vi) Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 18º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.merrilllynch-brasil.com.br); (vii) Banco Morgan Stanley S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º andar e 7º andar, parte, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.morganstanley.com.br); e (viii) BB Banco de Investimento S.A., com sede na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (www.bb.com.br/ofertapublica).

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelos Coordenadores da Oferta Brasileira à nossa Companhia, nossos Acionistas ou nossas Controladas vinculados à presente Oferta Global. Para informações adicionais sobre outras operações envolvendo a nós e os Coordenadores da Oferta Brasileira, ver seção "Informações Relativas à Oferta Global - Relacionamento entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Brasileira" na página 70 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA BRASILEIRA

BANCO MERRILL LYNCH DE INVESTIMENTOS S.A.

O Merrill Lynch está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 250 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A recente fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que acreditamos ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado BofA Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 ATMs e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Merrill Lynch, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na NYSE.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo atingido a maior participação de mercado em investment banking e a primeira posição em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos no primeiro trimestre de 2009, de acordo com a Dealogic. Foi ainda considerado "Leveraged Loan House" do ano das Américas pelo IFR de 2008. A transferência indireta do controle do Merrill Lynch pelo Bank of America, no Brasil, encontra-se pendente de autorização pelo Banco Central.

BANCO ITAÚ BBA S.A. – COORDENADOR LÍDER

Histórico do Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do grupo Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. Com trajetória marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Itaú e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2008, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: os ativos de R$130,3 bilhões, patrimônio líquido de R$5,9 bilhões e lucro líquido de R$411,0 milhões.

A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o maior banco da Áustria. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do Banco Central para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na Área Internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA

Capital. Adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA adquiriu novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporate e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacada atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e rapidamente consolidou como um importante player de mercado em fusões e aquisições, equities e fixed income local. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em fixed income internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o Banco Central do Brasil aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área Corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de Tesouraria Institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e tesouraria da América Latina.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de Investment Banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2008, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R$31,8 bilhões. Nos rankings ANBID e Thomson Finance, o banco fechou o ano de 2008 em primeiro lugar com participação no mercado de 25%.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2008, o Itaú BBA participou de operações de debêntures e notas promissórias que totalizaram R$15,1 bilhões e operações de securitização que atingiram R$2,0 bilhões. De acordo com o ranking ANBID, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no ranking 2008 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. As participações de mercado somaram, respectivamente, 46% e 42%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no volume de operações realizadas em 2008, o Itaú BBA ficou em terceiro lugar, com volume total de transações de R$65,8 bilhões.

Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil. Nos últimos dois anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

BANCO MORGAN STANLEY S.A.

O Morgan Stanley foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971 ingressou no mercado de sales & trading, e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, o Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem prime. Em 1986, abriu seu capital na NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co., originando umas das empresas globais líderes no mercado de *securities*, *asset management* e *credit services*. Em 2008, tornou-se um bank holding company e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma joint venture com Smith Barney, combinando seus negócios de wealth management.

Atualmente o Morgan Stanley atua nas áreas de (i) *institutional securities* que engloba serviços de captação de recursos; de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, real estate e project finance; empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e commodities; (ii) *global wealth management group* que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) *asset management* englobando produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de hedge, fundos de fundos, e merchant banking, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de dezembro de 2008, o Morgan Stanley apresentou receita líquida de US$24.739,0 milhões e ativos totais no valor de US$658.812,0 milhões.

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e em 2001 fortaleceu sua posição no país ao constituir o Banco Morgan Stanley e a Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O Banco Morgan Stanley é um é um banco múltiplo devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente o Banco Morgan Stanley desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

BANCO BRADESCO BBI S.A.

O Bradesco BBI atua com foco no relacionamento de longo prazo com seus clientes, oferecendo soluções em todas as áreas de banco de investimento, o que inclui operações de mercado de capitais, fusões e aquisições, financiamento de projetos e operações estruturadas, além de contar com corretora de valores mobiliários, private banking e asset management. Além do mercado local, o Bradesco BBI também atua no mercado internacional, por meio de escritórios nos Estados Unidos e Europa, originando e estruturando operações junto a investidores estrangeiros.

Confirmamos o excelente desempenho do Bradesco BBI na área de banco de investimento através das seguintes operações de destaque:

- Líder na prestação de assessoria em operações de fusões e aquisições e líder em operações de reestruturações societárias/OPAs, no primeiro semestre de 2009, segundo o "Ranking de Anúncio" da ANBID.

- Papel relevante nas maiores operações de renda variável dos últimos anos. Coordenador líder, em 2009, da maior oferta pública inicial de ações da história do Brasil: o IPO da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, que totalizou R$8,4 bilhões. Em 2008, atuou como coordenador nas ofertas públicas de emissão de ações da Metalúrgica Gerdau S.A., no valor de R$1,5 bilhão, da Gerdau S.A., no valor de R$2,9 bilhões, da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R$19,4 bilhões e como Co-Lead na oferta da Visa Inc., no valor de US$19,7 bilhões. O Bradesco BBI também atuou como coordenador líder no IPO da Bolsa de Mercadorias e Futuros do Brasil – BM&F, no valor de R$ 6,0 bilhões, em outubro de 2007.

- Líder em operações de renda fixa no mercado doméstico no primeiro semestre de 2009, de acordo com o ranking de originação ANBID - com participação de mercado de 30,3% e volume de R$4,8 bilhões.

- Assessor e estruturador financeiro, em 2008, para importantes projetos de diferentes setores da economia, dentre os quais se destacam: hidrelétricas do complexo Madeira e complexos portuários patrocinados pela LLX Logística.

Ademais, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, segundo dados do BACEN, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. O Bradesco mantém extensa rede de atendimento, fundamentada em padrões modernos de eficiência e tecnologia e que permite oferecer, a seus 20,4 milhões de correntistas, comodidade e segurança. Clientes e usuários têm à disposição 41.067 pontos de atendimento, entre eles, 4.598 agências e 6.011 unidades do Banco Postal.

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

O BB BI é uma empresa pertencente ao conglomerado Banco do Brasil, criada para executar atividades de banco de investimentos.

Em operações de renda variável, o BB BI mantém posição entre os principais participantes em ofertas públicas, apoiado em mais de 16 mil pontos de atendimento espalhados por todo o Brasil e em outros 22 países. Em 2008, atuou como coordenador líder na oferta pública de ações de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, no valor de R$460,0 milhões, e como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Vale S.A., no valor de R$19,4 bilhões. Em 2009, atuou como coordenador na oferta pública inicial de ações de emissão da Visanet, no valor de R$8,4 bilhões, além de estar participando como coordenador da operação da Brasil Foods e como coordenador contratado na operação de Natura. Ocupa o terceiro lugar no ranking ANBID de distribuição de renda variável de 2008, com o valor de R$4,2 bilhões e 12,4% de participação de mercado.

Para seus 30 milhões de clientes, disponibiliza serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências, Internet (home broker) e celular, que resultou em volume de R$14,4 bilhões. Em 2008, participou de 15 operações de renda fixa com volume de R$3,9 bilhões. Na custódia de ativos no mercado doméstico, ocupa o segundo lugar no ranking ANBID, com 24% de participação. No mercado de capitais internacional, o Banco do Brasil, por meio de sua corretora externa, BB Securities Limited, liderou duas emissões, totalizando US$180,0 milhões, além de atuar como co-manager na emissão realizada pelo Tesouro Nacional no valor de US$525,0 milhões e na operação do BNDES no valor de US$1,0 bilhão. O BB BI conta ainda com ampla experiência em assessoria e estruturação de operações de fusões e aquisições envolvendo empresas dos setores de energia elétrica, portuário, transportes e saneamento, dentre outros.

CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citi, que está presente em mais de 140 países. No Brasil, o Citibank está presente desde 1915, atende diretamente a mais de 400 mil contas de clientes e possui mais de 6 milhões de cartões de crédito emitidos.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela BM&FBOVESPA, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures e emprestar valores mobiliários para venda (conta margem).

Em fevereiro de 2009, o Citi adquiriu a Intra S.A. Corretora de Câmbio e Valores, com mais de 15.000 contas ativas de clientes. Com essa aquisição, o Citi ampliou o mercado de atuação e passou a se dedicar também ao segmento de varejo.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais, tendo participado, recentemente, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão de Gafisa S.A., no valor de R$1.171 milhões,

Redecard S.A., no valor de R$4.643 milhões, BR Malls Participações S.A., no valor de R$664 milhões, Redecard S.A., no valor de R$1.217 milhões, Hypermarcas S.A., no valor de R$612 milhões, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, no valor de R$460 milhões, Vale S.A., no valor de R$19,4 bilhões, Redecard S.A., no valor de R$2.213 milhões, BR Malls Participações S.A., no valor de R$836 milhões, Light S.A., no valor de R$772 milhões, Hypermarcas S.A., no valor de R$794 milhões, entre outras operações.

BANCO CALYON BRASIL S.A.

O Calyon é o braço de banco de atacado do Grupo Crédit Agricole, um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, segundo ranking da revista The Banker, líder no varejo na França, com mais de 9.000 agências (entre agências das redes Crédit Agricole e LCL), e presente em 74 países, com 58 milhões de clientes e 64 bilhões de euros de patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008.

O Calyon foi criado em 2004, como resultado da combinação dos negócios de Corporate & Investment Banking do Crédit Lyonnais e do Crédit Agricole Indosuez. O Calyon conta com 13 mil funcionários em 57 países, atuando em 4 linhas de negócio principais: (i) Coverage & Investment Banking, (ii) Equity Brokerage & Derivatives, (iii) Fixed Income e (iv) Structured Finance. Em 31 de dezembro de 2008, o Calyon tinha um total de ativos de 857 bilhões de euros e patrimônio líquido de 14 bilhões de euros.

O Grupo Calyon está presente no país desde 1948, inicialmente por intermédio do Crédit Lyonnais. A subsidiária brasileira, o Banco Calyon Brasil S.A., é um banco múltiplo com foco em operações de financiamento e crédito, operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos (por intermédio de sua subsidiária Calyon Corporate Finance Brasil - Consultoria Financeira Ltda.), incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais. O Grupo Calyon também opera no Brasil por intermédio da Crédit Agricole Brasil S.A. DTVM, cujo foco é a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação da Companhia	Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.164.253/0001-87, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35.300.324.441.
Sede	A sede da Companhia está localizada na Rua Tamoios, nº 246, térreo, bairro do Jardim Aeroporto, CEP 04630-000, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores da Companhia localiza-se na Rua Tamoios, nº 246, térreo, bairro do Jardim Aeroporto, CEP 04630-000, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, e o responsável por essa diretoria é o Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores é +55 11 2128-4700 e o seu endereço eletrônico é ri@golnaweb.com.br.
Auditores Independentes da Companhia	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Banco Escriturador das Ações Ordinárias e das Ações Preferenciais	Banco Itaú Unibanco S.A.
Listagem das ações	Em 25 de maio de 2004, foi celebrado um Contrato de Adoção do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 com a BM&FBOVESPA. As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia estão listadas no segmento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, no qual são negociadas sob os códigos "GOLL3" e "GOLL4", respectivamente.
Jornais em que Divulga Informações	A Companhia divulga informações no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico. As informações sobre a oferta serão divulgadas no jornal Valor Econômico.
***Website* da Companhia**	www.voegol.com.br. As informações constantes do *website* da Companhia não integram o presente Prospecto e não devem ser a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Quaisquer informações ou esclarecimentos adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidos junto: (i) à Companhia, em sua sede; (ii) aos Coordenadores da Oferta Brasileira nos endereços indicados neste Prospecto ou nos seus respectivos *websites*: www.itaubba.com.br; www.merrilllynch-brasil.com.br; www.morganstanley.com.br; www.bradescobbi.com.br; e www.bb.com.br/ofertapublica; (iii) à BM&FBOVESPA, na Rua XV de Novembro 275, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ou em seu *website*: www.bmfbovespa.com.br; ou (iv) à CVM, Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ou em seu *website*: www.cvm.gov.br.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

COMPANHIA

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

Rua Tamoios, nº 246, térreo, bairro do Jardim Aeroporto
São Paulo, SP
Fone: (55 11) 2128-4700
Fax: (55 11) 5033-4319
e-mail: ri@golnaweb.com.br
Diretor de Relações com Investidores: Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira

COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar
04538-132 – São Paulo, SP
Fone: (11) 3708-8000
Fax: (11) 3708-8107
At.: Sr. Fernando Iunes
http://www.itaubba.com.br

Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 18º andar
04538-132 - São Paulo, SP
Fone: (11) 2188-4000
Fax: (11) 2188-4009
At.: Sr. João Paulo Torres
http://www.merrilllynch-brasil.com.br

Banco Morgan Stanley S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 6º andar, 7º andar, parte
04538-132 - São Paulo, SP
Fone: (11) 3048-6000
Fax: (11) 3048-6010
At.: Sr. Ricardo Behar
http://www.morganstanley.com.br

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar
01310-917 - São Paulo, SP
Fone: (11) 2178-4800
Fax (11) 2178-4880
At.: Sr. Fernando Buso
http://www.bradescobbi.com.br

BB Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar
01333-010 - Rio de Janeiro, RJ
Fone: (21) 3808-6340
Fax: (21) 2262-3862
At.: Sr. Renato Bezerra dos Santos
http://www.bb.com.br

COORDENADORES CONTRATADOS

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, 1.111
11º andar (parte) e 14º andar (parte)
01311-920 - São Paulo, SP
Tel.: (11) 4009-3501
Fax: (11) 2845-2402
At.: Sr. Persio Dangot
http://corporate.citibank.com.br

Banco Calyon Brasil S.A.
Alameda Itu, 852, 16º andar
01421-001 - São Paulo SP
Tel: (0xx11) 3896 6295
Fax: (0xx11) 3896 6255
At.: Sra. Graciema Bertoletti
www.calyon.com.br

CONSULTORES LEGAIS DA COMPANHIA E DO ACIONISTA VENDEDOR

Em Direito Brasileiro

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Al. Joaquim Eugênio de Lima, 447
01403-001 - São Paulo, SP
Fone: (11) 3147-7600
Fax: (11) 3147-7770
At.: Sr. Daniel Calhman de Miranda /
Sr. Jean Marcel Arakawa

Em Direito Norte-Americano

Shearman & Sterling LLP

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400,
17º andar
04538-132 - São Paulo, SP
Fone: (11) 3702-2200
Fax: (11) 3702-2224
At.: Sr. Andrew B. Jánszky /
Sr. Robert Ellison

CONSULTORES LEGAIS DOS COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA E DA OFERTA INTERNACIONAL

Em Direito Brasileiro

Souza, Cescon, Barrieu & Flesch

Rua Funchal, 418, 11º andar
São Paulo, SP
Fone: (11) 3089-6500
Fax: (11) 3089-6565
At.: Sr. Ronald Herscovici /
Sr. Joaquim José Aceturi de Oliveira

Em Direito Norte-Americano

Davis Polk & Wardwell LLP

450 Lexington Avenue
New York, NY
Fone: +1 212 450-400
Fax: +1 212 701 5800
At.: Sr. Manuel Garciadiaz /
Sr. Maurice Blanco

AUDITORES INDEPENDENTES DA COMPANHIA PARA OS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009

Rua Alexandre Dumas, 1.981
São Paulo-SP
Fone: (11) 5186-1229
Fax: (11) 5186-1333
At.: Sr. José Domingos do Prado

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e o semestre encerrado em 30 de junho de 2008

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830
São Paulo-SP
Fone: (11) 2112 5200
Fax: (11) 2112 5780
At.: Sr. Luiz Carlos Passetti

DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR E DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

As declarações da Companhia, do Acionista Vendedor e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas ao presente Prospecto, nas páginas 253, 255 e 257.

FATORES DE RISCO

O investimento nas Ações ou nas ADSs *da Companhia envolve alto grau de risco. Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos a seguir. Nossos negócios, nossa situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa e significativa por quaisquer destes riscos. O preço de negociação das Ações e das* ADSs *podem diminuir em decorrência de quaisquer destes riscos ou outros fatores, e os potenciais investidores poderão perder a totalidade ou parte de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente, segundo acreditamos, poderão nos afetar de maneira relevante. Outros riscos desconhecidos por nós ou que são considerados irrelevantes neste momento também poderão causar efeito adverso relevante em nossos negócios e/ou no preço de negociação das Ações e das* ADSs*.*

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou causará "efeito adverso" ou "efeito negativo" sobre os nossos negócios significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e negócios futuros da Companhia, bem como no preço das Ações ou das ADSs*. As expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas neste contexto.*

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA E AO SETOR BRASILEIRO DE AVIAÇÃO CIVIL

Alterações na estrutura de regulação da aviação civil brasileira poderão afetar de forma adversa nossos negócios e resultados operacionais.

As autoridades brasileiras que fiscalizam o setor da aviação monitoram e influenciam os acontecimentos do mercado de aviação civil do Brasil. Por exemplo, o predecessor da ANAC, o DAC, havia estabelecido critérios mais rigorosos a serem observados pelas empresas de transporte aéreo para a criação de novas rotas ou frequências adicionais de voos, visando evitar excesso de oferta. Por outro lado, a ANAC tem, recentemente, adotado políticas que afrouxem as estruturas do mercado e aumentem a concorrência. As políticas da ANAC e das outras autoridades brasileiras que fiscalizam o setor da aviação podem afetar negativamente nossas operações. Por exemplo, em 2008, a ANAC emitiu uma regulamentação estabelecendo um tempo mínimo para permanência de aeronaves em solo de 40 minutos entre o pouso e a decolagem, no Aeroporto Internacional de São Paulo em Guarulhos, no Aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro e nos aeroportos de Brasília, e de 30 minutos nos demais aeroportos brasileiros. Essa regulamentação afetou negativamente nossa capacidade de aumentar a utilização de nossas aeronaves minimizando o período entre os voos.

Adicionalmente, diversas iniciativas legislativas foram tomadas pelo Congresso Nacional, incluindo a elaboração de um projeto de lei que substituiria a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, o atual Código Brasileiro de Aeronáutica. Esse projeto de lei trata em geral de matérias relacionadas à aviação civil, incluindo concessões de aeroportos, proteção ao consumidor, aumento da participação de investidores estrangeiros nas companhias aéreas, limitação da responsabilidade civil de companhias aéreas, seguro obrigatório e multas. Tal projeto de lei ainda está sendo debatido na Câmara dos Deputados. Se aprovado, deverá ser encaminhado ao Senado Federal para nova aprovação antes de ser enviado ao Executivo para sanção presidencial. Caso a estrutura de regulação da aviação civil brasileira seja alterada no futuro, ou a ANAC implemente restrições adicionais, nossos planos de crescimento e nossos negócios e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa.

Mudanças nas condições econômicas poderão afetar o setor de aviação civil em geral e, consequentemente, nossos resultados operacionais e nossa capacidade de obter financiamentos em condições favoráveis.

Nossas operações e o setor de aviação civil em geral são sensíveis a mudanças nas condições econômicas. Condições econômicas gerais desfavoráveis, tais como altas taxas de desemprego, mercado de crédito restrito e aumento dos custos operacionais, podem reduzir os gastos com viagens de lazer e

negócios. Uma situação econômica desfavorável também pode afetar nossa capacidade de aumentar tarifas para neutralizar o aumento dos custos de combustível, mão-de-obra e outros. Um ambiente econômico cada vez mais desfavorável provavelmente teria efeitos negativos sobre nossos resultados operacionais.

Fatores como a persistência da situação econômica desfavorável, um substancial declínio da demanda por viagens aéreas ou a contínua instabilidade dos mercados de crédito e de capitais poderiam resultar em uma pressão sobre nossos custos de financiamento, resultados operacionais e condição financeira, com efeitos em nossos crescimento e planos de investimento. Além disso, tais fatores poderiam ter um impacto negativo em nossa capacidade de obter financiamentos em termos aceitáveis e em nossa liquidez de modo geral.

Problemas técnicos e operacionais na infraestrutura da aviação civil brasileira, incluindo sistemas de controle de tráfego aéreo, espaço aéreo e infraestrutura de aeroportos, podem ter um efeito material adverso sobre nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossas estratégias.

Dependemos de melhorias na coordenação e desenvolvimento do controle do espaço aéreo brasileiro e na infraestrutura de aeroportos brasileira, que, devido principalmente ao considerável crescimento da aviação civil brasileira nos últimos anos, exige melhorias substanciais e investimentos governamentais. Se as medidas tomadas e investimentos feitos pelo governo brasileiro e autoridades reguladoras não forem suficientes ou efetivas, problemas com o controle de tráfego aéreo e as dificuldades relacionadas com a administração e coordenação do setor poderão ocorrer novamente ou até piorar, o que poderá exercer um efeito material adverso sobre nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossas estratégias.

Operamos em um setor altamente competitivo.

Enfrentamos intensa concorrência nas rotas domésticas de companhias aéreas de voos regulares e voos não regulares (*charter)*. Além da concorrência entre companhias aéreas brasileiras de voo agendado e operadoras de voo fretado, a aviação civil brasileira enfrenta concorrência de outras companhias que oferecem alternativas de transporte terrestre, tais como companhias de transporte rodoviário interestadual. Também podemos enfrentar concorrência de companhias aéreas internacionais à medida que introduzimos e expandimos voos entre o Brasil e outros destinos da América do Sul. Além disso, as autoridades aéreas brasileiras têm competência para autorizar ou negar a entrada de novos participantes no mercado em que atuamos. Podemos enfrentar maior concorrência no futuro.

Nossos concorrentes atuais ou futuros poderão oferecer tarifas inferiores às nossas, aumentar a capacidade de suas rotas em um esforço para aumentar suas respectivas participações de mercado ou tentar conduzir as próprias operações de baixo custo e baixa tarifa. Nesse caso, não podemos garantir que nossos níveis de tarifas ou tráfego de passageiros não venham a ser afetados de maneira adversa e não tenham um impacto adverso em nossos negócios e nossos resultados de operações.

O insucesso em implementar nossa estratégia prejudicaria o valor de mercado das Ações Preferenciais e das ADSs.

Nossa estratégia envolve a capitalização em nossa forte posição de mercado no Brasil e na América Latina com o maior número de rotas nos aeroportos mais importantes do Brasil, nossa rede aérea consolidada e nosso programa de milhagem *Smiles* a fim de aumentar nossa penetração em todos os segmentos de passageiros.

Slots no aeroporto de Congonhas em São Paulo, o mais importante no tocante a nossas operações, são completamente utilizados. O Santos Dumont, no Rio de Janeiro, muito utilizado e que oferece ponte aérea entre Rio e São Paulo a cada 30 minutos, tem certas restrições de *slots*. Vários outros aeroportos brasileiros, como o Aeroporto Internacional de Brasília e o Aeroporto Internacional de São Paulo, por exemplo, possuem números limitados de *slots* por dia em razão de suas limitações estruturais. Qualquer fator que impeça ou atrase nosso acesso a aeroportos ou rotas que sejam vitais em nossa estratégia, ou nossa incapacidade de manter nossos *slots* atuais e de obter *slots* adicionais nos aeroportos Santos

Dumont e Congonhas, poderia afetar de maneira negativa nossas operações. Além disso, não podemos assegurar que será feito qualquer investimento por parte do governo brasileiro na infraestrutura da aviação brasileira visando permitir um aumento da capacidade em aeroportos congestionados e consequentemente de concessões de novos *slots* para as companhias aéreas.

Podemos estar sujeitos a riscos maiores de litígio relacionados às operações da empresa antecessora da VRG

Embora a Lei de Falências proteja a Companhia de quaisquer riscos relacionados à sucessão legal da empresa antecessora da VRG, empresa da qual, no contexto de seu processo de falência, adquirimos certos ativos para a criação da VRG, não podemos prever o número e a quantidade de imprevistos relacionados a ações judiciais que façam reivindicações ligadas a essa sucessão. Após a aquisição da VRG, tivemos um aumento significativo de processos judiciais, especialmente ações trabalhistas contra a VRG. Não podemos prever o resultado desses processos judiciais e valores de eventuais desembolsos adicionais, que podem afetar de maneira adversa nossas margens operacionais consolidadas e nossos resultados de operações.

Temos custos significativos recorrentes de arrendamento de aeronaves e incorreremos em mais custos fixos que podem prejudicar nossa capacidade de atingir nossas metas estratégicas.

Temos custos significativos, relacionados principalmente à operações de arrendamento operacional de nossos aviões e turbinas, dos quais 115 arrendamentos são fixados com taxas variáveis, baseado na taxa LIBOR ou em taxas de juros dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2008 tivemos compromissos de R$15,8 bilhões para a compra de 94 aeronaves Boeing 737-800 *Next Generation* adicionais, baseado no preço de tabela das aeronaves, cujo preço real que pagaremos pelas aeronaves poderá ser menor devido aos descontos junto aos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2008, tínhamos US$ 2.024,4 milhões em dívidas de longo prazo, excluindo nossos bônus perpétuos no montante de R$414,4 milhões. Esperamos incorrer em obrigações e dívidas fixas adicionais conforme aceitarmos entrega de novas aeronaves e outros equipamentos para implementar nossa estratégia.

Custos fixos significativos poderão:

- limitar nossa capacidade de obter financiamentos adicionais para nossos planos de expansão, capital de giro e outros propósitos;

- comprometer parte substancial do nosso fluxo de caixa gerado por nossas operações para atender nossas obrigações fixas nos termos de arrendamento operacional de aeronaves e compromissos de compra de aeronaves;

- fazer com que incorramos em despesas significativamente mais elevadas com arrendamento mercantil ou com juros do que nossas atuais despesas desse tipo, caso a taxa LIBOR ou as taxas de juros dos Estados Unidos aumentem; ou

- limitar nossa capacidade de planejar ou reagir a mudanças em nossos negócios e no setor de aviação civil e na conjuntura econômica em geral.

Nossa capacidade de efetuar pagamentos programados referentes às nossas obrigações fixas, incluindo dívidas que poderemos vir a incorrer, dependerá de nosso desempenho operacional e fluxo de caixa, que por sua vez dependerão da conjuntura econômica e política vigente e de fatores financeiros, competitivos, regulatórios, comerciais e de outros fatores, muitos dos quais estão fora de nosso controle. Ademais, nossa capacidade de aumentar tarifas para compensar um aumento de nossos custos fixos poderá ser afetada adversamente, caso as autoridades brasileiras de aviação civil imponham quaisquer mecanismos de controle de tarifas.

Talvez tenhamos de utilizar nossos recursos de caixa para financiar parte de nossas aeronaves com pedido de compra firme. Talvez não tenhamos recursos de caixa suficientes disponíveis para tanto.

Atualmente financiamos nossas aeronaves principalmente através de operações de arrendamento operacional. Como resultado de nossos pedidos firmes de compra para a aquisição de 99 aeronaves Boeing 737-800 *Next Generation* em 30 de junho de 2009, pretendemos ser proprietários de uma parte maior de nossa frota e, ainda, continuar a arrendar aeronaves principalmente através de operações de arrendamento operacional de longo prazo. Os pedidos firmes de compra representam um compromisso financeiro significativo para nossa Companhia. Nos últimos anos financiamos e pretendemos continuar a financiar nossas novas aeronaves Boeing 737-800 *Next Generation* com o compromisso que recebemos do *Export-Import Bank* dos Estados Unidos para com nossa Companhia de prestação de garantias cobrindo 85% do preço total de compra das aeronaves com pedido firme de compra. Apesar de esperarmos que a garantia do *Export-Import Bank* dos Estados Unidos nos ajudará a obter financiamento de baixo custo para a aquisição de aeronaves com pedido firme de compra, talvez tenhamos que utilizar nossos próprios recursos de caixa para os 15,0% remanescentes do preço total de compra das aeronaves com pedido firme de compra. Em 30 de junho de 2009, tínhamos R$188,6 milhões de disponibilidades de caixa e investimentos de curto prazo em depósitos *overnight* e certificados de depósito de bancos brasileiros sólidos e valores mobiliários, principalmente títulos públicos do governo brasileiro com alta classificação de risco, não incluindo R$13,2 milhões em caixa restrito. Caso o valor ou a liquidez destes investimentos diminuam, ou caso não disponhamos de recursos de caixa suficientes, poderemos ser obrigados a modificar nossos planos de aquisição de aeronaves ou incorrer em custos de financiamento mais altos do que os previstos, o que acarretaria um impacto adverso sobre a execução de nossa estratégia e sobre nossos negócios, podendo, inclusive, afetar adversamente os resultados operacionais.

Flutuações substanciais nos custos de combustível ou a indisponibilidade de quantidades suficientes de combustível prejudicariam nossos negócios.

Os custos de combustível, que aumentaram recentemente em níveis históricos, constituem parcela significativa das nossas despesas operacionais, respondendo por 32,2% de nossas despesas operacionais no semestre encerrado em 30 de junho de 2009. Historicamente, os preços de combustível internacionais e nacionais estão sujeitos a oscilações com base em questões geopolíticas e na oferta e procura. Em 2008, o preço do WTI chegou a US$145,3 por barril, em março, porém, caiu para US$44,6 por barril no final do ano. A disponibilidade de combustível está também sujeita a períodos de escassez e oferta excessiva no mercado e é afetada pela demanda tanto de combustível para aquecimento residencial como de gasolina. Na hipótese de escassez do suprimento de combustível local ou internacional, os preços de combustível poderão aumentar.

Ademais, praticamente todo o nosso combustível é fornecido exclusivamente pela Petrobras Distribuidora S.A.. Caso a Petrobras Distribuidora seja incapaz de realizar ou decida suspender o fornecimento de combustível nos prazos e quantidades de que necessitamos, ou caso a Petrobras Distribuidora S.A. venha a aumentar significativamente o preço atualmente cobrado pelo combustível, nossos negócios e resultados operacionais seriam afetados adversamente.

Não é possível prever com qualquer grau de certeza o preço e a futura disponibilidade de combustível. Nossas operações de hedge somado ao nosso histórico de repasse da maioria dos aumentos de preços de combustível por meio do ajuste de nossa estrutura tarifária poderão ser insuficientes para nos proteger de aumentos nos preços de combustível.

Temos apenas um número limitado de fornecedores para nossas aeronaves e turbinas.

Um dos elementos principais de nossa atual estratégia de negócios é reduzir custos operacionais, operando uma frota homogênea de aeronaves equipadas com um único tipo de turbina. Após extensa pesquisa e análise, escolhemos a aeronave Boeing 737-700-800 *Next Generation* e a turbina CFM 56-7B da CFM International. Pretendemos continuar a operar apenas aeronaves do modelo Boeing 737-700/800 *Next Generation* e turbinas do modelo CFM 56-7B no futuro previsível. Caso a Boeing ou a CFM

International sejam incapazes de cumprir suas obrigações contratuais, teremos que encontrar outro fornecedor para um tipo similar de aeronave ou turbina, conforme o caso.

Caso tenhamos que adquirir ou financiar aeronaves junto a outro fornecedor, poderemos perder os benefícios decorrentes da atual composição de nossa frota. Não podemos assegurar que as aeronaves substitutas tenham as mesmas vantagens operacionais que a aeronave Boeing 737-700/800 *Next Generation* ou que possamos adquirir ou arrendar turbinas que sejam tão confiáveis e eficientes quanto o modelo de turbinas CFM 56-7B. Poderemos ainda incorrer em custos substanciais de transição, inclusive custos associados com o treinamento de empregados, substituição de manuais e adaptação de instalações, na medida em que tais custos não sejam cobertos por tal fornecedor alternativo. Nossas operações também poderiam ser prejudicadas pela falha ou incapacidade da Boeing ou da CFM International de fornecer partes suficientes ou serviços de suporte nos prazos necessários.

Nossos negócios também seriam significativamente afetados se um defeito de fabricação ou um problema mecânico com a aeronave Boeing 737-700/800 *Next Generation* ou com as turbinas CFM 56-7B usadas em nossas aeronaves fosse constatado, obrigando nossas aeronaves a permanecerem em solo enquanto tal defeito ou problema fosse corrigido, supondo que tal correção fosse possível. O uso de um modelo de aeronave poderia ser suspenso ou restringido pela ANAC caso quaisquer problemas mecânicos, de fabricação, ou outros conhecidos ou constatados posteriormente, enquanto a ANAC conduz uma investigação. Nossos negócios também seriam significativamente prejudicados caso o público se recusasse a voar em nossas aeronaves devido a suspeita de que a aeronave Boeing 737-700/800 *Next Generation* ou de que as turbinas CFM 56-7B possuam problemas de segurança ou outros problemas, sejam eles Reais ou visíveis, ou caso ocorresse um acidente envolvendo uma aeronave Boeing 737-700/800 *Next Generation* ou a turbina CFM 56-7B.

A perda de nossos altos executivos e de funcionários importantes poderá afetar nossos negócios.

Nossos negócios dependem significantemente de esforços do Diretor Presidente, que tem sido peça chave na formação da cultura de nossa Companhia. Caso os serviços do nosso Diretor Presidente ou alguns dos importantes membros de nossa administração tornem-se indisponíveis para nós, poderemos ter dificuldade para encontrar substitutos à altura, o que poderá prejudicar nossos negócios e resultados operacionais.

Dependemos em grande medida de sistemas automatizados e qualquer falha destes sistemas pode prejudicar nossos negócios.

Dependemos de sistemas automatizados para operar nossos negócios, inclusive nosso sistema computadorizado de reservas e vendas de passagens, nosso sistema de telecomunicações e nosso *website.* Nosso *website* e nosso sistema de reservas e vendas precisam ser capazes de suportar um grande volume de tráfego e prover informações importantes sobre os voos. Falhas substanciais ou repetidas em nosso *website*, em nosso sistema de vendas de passagens ou em nosso sistema de telecomunicações podem reduzir a atratividade de nossos serviços e podem levar nossos clientes a comprar passagens em outras companhias aéreas. Qualquer interrupção nesses sistemas pode resultar em perda de informações importantes, aumento de nossos custos e prejudicar de forma geral nossos negócios.

Baseamos nossas operações em uma alta utilização diária de aeronaves para aumentar nossas receitas e reduzir nossos custos. A alta utilização de aeronaves também nos torna vulneráveis a atrasos.

Um dos elementos principais de nossa estratégia de negócios é manter uma alta taxa de utilização diária de nossas aeronaves. A alta taxa de utilização diária de nossas aeronaves nos permite gerar mais receita proveniente de nossas aeronaves e diluir nossos custos fixos, o que é alcançado em parte em operações com reduzidos tempos de escala nos aeroportos, para que seja possível voar mais horas em média por dia. Nossa taxa de utilização diária de aeronaves pode ser afetada adversamente por diversos fatores que estão fora de nosso controle, inclusive, entre outros, tráfego aéreo e congestionamento de aeroportos,

condições meteorológicas adversas e atrasos de terceiros prestadores de serviços de abastecimento de combustível e de operações aeroportuárias de solo. Em 2008, a utilização de nossas aeronaves foi negativamente afetada em função de uma nova regulamentação que entrou em vigor em março de 2008 e aumentou o tempo de escala das aeronaves nos aeroportos e da operação paralela de duas companhias aéreas, a GTA e a VRG, até nossa reestruturação societária ocorrida em setembro de 2008.

A alta utilização de aeronaves aumenta o risco de que o atraso de uma aeronave em um determinado voo gere atrasos em uma série de voos programados para esta aeronave ao longo do dia, e potencialmente no dia seguinte, o que pode resultar em deterioração de seu desempenho operacional, levando à insatisfação de nossos passageiros em razão de atrasos ou cancelamento de voos e conexões perdidas.

Nossa reputação e nossos resultados financeiros podem ser prejudicados caso ocorra um acidente ou incidente envolvendo nossas aeronaves ou nossa espécie de aeronave.

Acidentes ou incidentes envolvendo nossas aeronaves podem acarretar significativas reivindicações por parte de passageiros prejudicados e por terceiros, além de custos significativos de reparo ou substituição de aeronaves danificadas e a paralisação temporária ou permanente do serviço da aeronave. Somos obrigados pela ANAC e pelas companhias arrendadoras, nos termos dos nossos contratos de arrendamento operacional, a contratar seguros de responsabilidade civil. Mantemos coberturas de seguros de responsabilidade civil em valores e do tipo geralmente compatíveis com a prática do setor, no entanto, poderemos ser forçados a arcar com prejuízos substanciais caso ocorra algum acidente. Reivindicações substanciais resultantes de um acidente que forem superiores às coberturas de nossos seguros podem prejudicar nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, qualquer acidente ou incidente com nossas aeronaves, mesmo que totalmente coberto por seguro, ou acidente ou incidente com aeronaves Boeing 737 *Next Generation* ou aeronaves de qualquer outra companhia aérea brasileira pode causar impressões negativas ao público de que nós, ou o sistema de transporte aéreo brasileiro, oferecemos voos menos seguros ou confiáveis do que outras companhias aéreas, o que prejudicaria nossos negócios e resultados operacionais.

Nosso Acionista Controlador tem poderes para orientar nossos negócios e atividades e seus interesses podem conflitar com os interesses dos demais acionistas

Nosso Acionista Controlador tem poderes para, entre outras coisas, (i) eleger a maioria dos nossos conselheiros, e (ii) decidir o resultado de qualquer ação que exija a aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos e a data e pagamento de quaisquer dividendos futuros, observados os requisitos de distribuição mínima obrigatória de dividendos nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Se determinados acionistas exercerem os direitos de venda conjunta (*tag-along*) com relação à mudança de controle de nossa Companhia e se tais acionistas tiverem direito a proteções específicas com relação a operações entre nosso Acionista Controlador e partes relacionadas, nosso Acionista Controlador poderá ter interesse em realizar operações de aquisição, alienações, financiamentos ou operações similares, em condições que podem não se alinhar com os interesses dos demais acionistas detentores de nossas ações preferenciais.

RISCOS RELACIONADOS AO BRASIL

***O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência e a conjuntura política e econômica do Brasil poderão prejudicar* nosso negócio e o preço de negociação das ADSs e de nossas ações preferenciais.**

O Governo Federal frequentemente intervém na economia brasileira e ocasionalmente implementa mudanças significativas na política e regulamentação econômica. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e dar efeito a outras políticas e regulamentos incluem, dentre outras medidas, aumentos das taxas de juros, mudanças de políticas fiscais, controle sobre preços, desvalorizações da moeda, controles sobre o fluxo de capital e limites às importações, entre outras medidas. Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados por mudanças de políticas e regulamentos nos níveis federal, estadual ou municipal que envolvam ou afetem fatores tais como:

- taxas de juros;
- variações cambiais;
- inflação;
- liquidez do mercado doméstico de crédito e de capitais;
- políticas fiscais;
- taxas de câmbio e controles sobre o câmbio e restrições sobre remessas ao exterior, como aquelas que foram brevemente impostas em 1989 e no início de 1990; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar de maneira adversa nossa situação financeira e resultados operacionais e o preço de mercado das ADSs e de nossas ações preferenciais.

Durante as últimas décadas, a moeda brasileira teve frequentes e substanciais variações em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Entre 2000 e 2002, o Real desvalorizou-se consideravelmente em face do Dólar, chegando a uma taxa de R$3,53 por US$1,00 no final de 2002. Entre 2003 e meados de 2008 o Real valorizou-se significativamente em relação ao Dólar, impulsionado pela estabilização do ambiente macroeconômico e por um forte aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil, com a taxa de câmbio atingindo R$1,56 por US$1,00 em agosto de 2008. No contexto da crise que atinge os mercados financeiros globais desde meados de 2008, o Real desvalorizou-se 31,9% em relação ao Dólar ao longo de 2008, alcançando a taxa de R$2,34 por US$1,00 no final de 2008. Em 30 de junho de 2009 a taxa de câmbio era R$1,95 por US$1,00.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar poderia criar pressões inflacionárias no Brasil e causar o aumento das taxas de juros, o que por sua vez poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira de modo geral e prejudicar tanto nossa situação financeira como nossos resultados operacionais, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do Real em relação ao Dólar poderia, como no contexto da atual desaceleração da atividade econômica, levar à redução do consumo, a pressões deflacionárias e a um menor crescimento da economia de modo geral. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras poderia resultar na piora da balança comercial brasileira, bem como refrear o crescimento baseado nas exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou a valorização do Real poderiam ter um efeito substancial e negativo no crescimento da economia brasileira, bem como em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Substancialmente, a totalidade de nossa receita de transporte de passageiros de carga e investimentos temporários é denominada em Reais, e uma parte significativa de nossas despesas operacionais, tais como combustível, serviços de manutenção de aeronaves e turbinas, pagamentos de arrendamento mercantil de aeronaves, e seguros de aeronaves, é denominada em Dólares ou atrelada a essa moeda. Mantemos depósitos denominados em Dólar ese depósitos de reserva de manutenção, nos termos de alguns de nossos contratos de arrendamento operacional de aeronave. No período fiscal encerrado em 30 de junho de 2009, 53,0% de nossas despesas operacionais eram denominadas em Dólares ou atreladas a essa moeda. Ademais, o preço de compra das 99 aeronaves Boeing 737 *Next Generation,* para as quais temos no momento pedidos firmes de compra a partir de 31 de dezembro de 2008, e das 36 aeronaves Boeing 737 *Next Generation,* para as quais temos no momento opções de compra, são denominados em Dólares. Ao final de 2008, 93,6% de nosso endividamento eram denominados em Dólares.

Não podemos garantir que conseguiremos dar continuidade às nossas ações históricas de ajuste de tarifas em resposta à desvalorização do Real e aumentos do preço dos combustíveis (que são cobrados em Dólares), e para mitigar o efeito de desvalorizações do Real, e firmássemos contratos de *hedge* com a finalidade de nos proteger contra os efeitos desses acontecimentos. Na medida em que não seja possível

reajustar nossas tarifas ou obter proteção efetiva por meio de *hedge* contra esses acontecimentos, tal fato poderá levar a uma diminuição de nossas margens de lucro ou prejuízos operacionais causados por aumento dos custos denominados em Dólares, aumentos da despesa de juros ou perdas cambiais com relação a obrigações e dívidas fixas denominadas em moeda estrangeira sem *hedge*.

Nossas obrigações de pagamento futuro de arrendamento operacional denominadas em Dólares totalizaram US$2.973,7 milhões, e R$2.759,5 milhões de outros endividamentos denominado em Dólares em 30 de junho de 2009. Poderemos incorrer em obrigações adicionais de pagamento substanciais denominadas em Dólares em operações de arrendamento operacional ou financeiras, e dívidas denominadas em Dólares e estarmos sujeitos a aumentos nos custos com combustível atrelados ao Dólar. Em 30 de junho de 2009, tínhamos um programa de *hedge* de curto prazo para cobrir parte de nossas obrigações de arrendamento operacional denominadas em Dólares, nossas despesas de combustível atreladas ao Dólar,bem como nossa exposição às taxas de juros.

A desvalorização do Real também reduz o valor de distribuições e dividendos em Dólares com relação às *ADSs* e o contravalor em Dólares do preço de mercado de nossas ações preferenciais e, consequentemente, das *ADSs*.

Esforços do governo para combater a inflação podem retardar o crescimento da economia brasileira e prejudicar nossos negócios.

No passado o Brasil sofreu taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre 2004 e 2008, a taxa básica de juros (SELIC) do Brasil variou entre 19,25% e 11,25% ao ano. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. As rigorosas políticas monetárias com altas taxas de juros podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia afetar nossa Companhia negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar as tarifas praticadas para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, incluindo os Estados Unidos e países de mercado emergente, podem afetar adversamente o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros, inclusive das ADSs e nossas ações preferenciais.

O valor de mercado para os valores mobiliários de emissão de emissoras brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, da União Europeia e de outros países do mercado emergente. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Isto pode afetar adversamente o preço de negociação das *ADSs* e de nossas ações preferenciais, podendo, ademais, dificultar ou mesmo impedir nosso acesso ao mercado de capitais e o financiamento de nossas operações em termos aceitáveis no futuro.

A crise financeira global tem tido consequências importantes, inclusive no Brasil, tais como volatilidade nos mercados de capitais e de crédito, contração do crédito, aumento nas taxas de juros, desaceleração generalizada da atividade econômica, volatilidade cambial e pressões inflacionárias, entre outras, que direta ou indiretamente podem afetar desfavoravelmente tanto nossa Companhia como o preço de mercado dos títulos brasileiros, incluindo as *ADSs* e nossas ações preferenciais.

RISCOS RELATIVOS ÀS NOSSAS AÇÕES PREFERENCIAIS E ÀS *ADSs*

O mercado secundário para nossas ações preferenciais e às ADSs pode não se manter ativo e líquido, limitando a capacidade de venda das nossas ações preferenciais e das ADSs pelo preço e data desejados.

A liquidez de mercado dos valores mobiliários está frequentemente relacionada ao volume de ações detidas por acionistas que não sejam o acionista controlador ou partes a ele relacionadas. Mercados mais líquidos e ativos normalmente resultam em menor volatilidade de preços e execução mais eficiente de ordens de compra e venda de investidores. Não podemos prever se o mercado de negociação de nossas ações preferenciais e *ADSs* permanecerá líquido. O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve com frequência maior risco do que o investimento em valores mobiliários de emissores dos Estados Unidos, sendo tais investimentos em geral considerados mais especulativos por natureza. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores dos Estados Unidos. Dessa forma, embora o acionista tenha direito de a qualquer tempo retirar do depositário as ações preferenciais subjacentes às *ADSs*, sua capacidade para vender as ações preferenciais subjacentes às *ADSs* por preço e na data desejados poderá ficar substancialmente limitada. Existe, ademais, concentração significativamente maior no mercado brasileiro de valores mobiliários do que nos principais mercados de valores dos Estados Unidos. As dez maiores empresas, em termos de capitalização bursátil, representaram 52,4% da capitalização total da BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2008. As dez principais ações em termos de volume de negociação responderam, respectivamente, por 46,1%, 41,5% e 53,2% de todas as ações negociadas na BM&FBOVESPA em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. Estes fatores podem afetar o valor de mercado e a liquidez de nossas ações preferenciais e *ADSs*.

Os detentores das ADSs e de nossas ações preferenciais poderão não receber quaisquer dividendos.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar a nossos acionistas dividendo mínimo anual de 25% de nosso lucro líquido anual, conforme apurado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido ajustado poderá ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então ser retido conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Poderemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício fiscal se o nosso Conselho de Administração decidir que tal pagamento seria desaconselhável diante de nossa situação financeira.

Os interesses dos diretores e, em alguns casos excepcionais, dos nossos empregados podem ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que lhe são outorgadas opções de compra ou de subscrição de ações de nossa emissão.

Temos Planos de Opção de Compra ou de Subscrição de Ações da Companhia, com os quais buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

O fato dos nossos diretores e empregados e de nossas sociedades controladas poderem receber opções de compra ou de subscrição de ações de nossa emissão a um preço de exercício inferior ao preço de mercado das nossas ações pode levar tais pessoas a ficarem com seus interesses excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, o que pode causar um impacto negativo aos nossos negócios. Para informações adicionais sobre os Planos de Opção de Compra ou de Subscrição de Ações da Companhia, veja a seção "Diluição" e "Administração - Planos de Opção de Compra" nas páginas 102 e 189 deste Prospecto.

Há risco de má formação do Preço por Ação e/ou de liquidez das ações de nossa emissão no mercado secundário.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso haja excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações objeto da Oferta serão aceitas as ordens de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 10% do total de Ações objeto da Oferta. Nesta hipótese, os potenciais investidores nas Ações devem estar cientes de que, em função da aceitação das ordens de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de *Bookbuilding*, existe o risco de má formação do Preço por Ação e/ou de baixa liquidez das ações de nossa emissão no mercado secundário.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2008, a capitalização de mercado da BM&FBOVESPA era de aproximadamente R$1.375,3 bilhões (US$588,5 bilhões), tendo sido negociado no ano encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma média de R$5,5 bilhões (US$3,0 bilhões) por dia. Como comparação, a NYSE teve uma capitalização de mercado, em 31 de dezembro de 2008, de US$9,2 trilhões. Existe uma concentração significativa no mercado de capitais brasileiro. As dez principais ações, em volume de negociação, responderam por aproximadamente 53,1% de todas as ações negociadas na BM&FBOVESPA no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso nos preços das ações de nossa emissão.

O preço de mercado das ações de nossa emissão poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Prospecto ou por motivos relacionados ao nosso desempenho.

Após a conclusão da Oferta, a capacidade do adquirente das Ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados poderá ser substancialmente limitada.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Global serão de R$603,3 milhões, com base no Preço por Ação de R$16,50, após a dedução das comissões devidas por nós no âmbito da Oferta Brasileira, de aproximadamente R$23,8 milhões.

Pretendemos utilizar 100% dos recursos líquidos provenientes da Oferta Global, ou R$603,3 milhões, após a dedução das comissões acima mencionadas, para reforçar nosso balanço patrimonial, especialmente nosso caixa e disponibilidades, visando alcançar mais rapidamente nosso objetivo de contar com caixa equivalente a, no mínimo, 20% de nossa receita líquida operacional referente aos 12 meses anteriores. Acreditamos que um balanço patrimonial reforçado, combinado com uma contínua geração de fluxo de caixa operacional, nos garantirá maior flexibilidade operacional, permitindo responder rapidamente às mudanças no mercado e explorar oportunidades. Para mais informações sobre nossas estratégias, ver seção "Estratégias da Companhia - Incrementar nossa Liquidez e Posição de Caixa" na página 163 deste Prospecto.

Embora a Companhia não receba diretamente os recursos decorrentes da Distribuição Secundária realizada pelo Acionista Vendedor, este utilizará a totalidade dos recursos obtidos com a venda das 19.002.500 Ações Preferenciais da Oferta Secundária (excluindo os recursos obtidos com o exercício da Opção de Lote Suplementar) para subscrever 19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) Ações Ordinárias distribuídas no âmbito da Distribuição Primária, no mesmo preço por Ações Preferenciais da Oferta Secundária, conforme compromisso de subscrição e integralização do Acionista Controlador assumido perante a Companhia e os Coordenadores da Oferta Brasileira.

Para informações adicionais sobre o impacto dos recursos líquidos a serem recebidos por nós em decorrência da presente Oferta Global em nossa situação patrimonial, veja coluna "Ajustado" da tabela da seção "Capitalização", na página 101 deste Prospecto. Em suma, registraremos um aumento no nível de caixa e disponibilidades para nossas operações e investimentos.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações consolidadas sobre nosso caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo e nosso patrimônio líquido em 30 de junho de 2009, tal como ajustados para refletir o recebimento de recursos líquidos estimados em aproximadamente R$603,3 milhões, após a dedução das comissões devidas por nós no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$16,50, provenientes da emissão de 38.005.000 Ações no âmbito da Distribuição Primária.

As informações descritas abaixo relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2009 são derivadas de nossas informações trimestrais.

A tabela a seguir deve ser lida em conjunto com as seções "Apresentação das Informações Financeiras e Operacionais", "Informações Financeiras Selecionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e Resultado das Operações" nas páginas 20, 104 e 109, respectivamente, deste Prospecto, e com as nossas informações trimestrais anexas a neste Prospecto.

	30 de junho de 2009 (em milhões de R$)	
	Efetivo	**Ajustado**
Ativos Financeiros	**613,8**	**1.217,1**
Disponibilidades	188,7	792,0
Caixa restrito	13,2	13,2
Investimentos a curto prazo	411,9	411,9
Empréstimos e Financiamentos	**3.197,1**	**3.197,1**
Empréstimos e Financiamentos de curto prazo	748,0	748,0
Empréstimos e Financiamentos de longo prazo	1.088,5	1.088,5
Arrendamentos financeiros de curto prazo	123,4	123,4
Arrendamentos financeiros de longo prazo	1.237,2	1.237,2
Patrimônio líquido	**1.946,2**	**2.549,5**
Capitalização Total[(1)]	**5.143,3**	**5.746,6**

[(1)] Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, arrendamentos financeiros e do patrimônio líquido.

Não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 30 de junho de 2009.

DILUIÇÃO

Em 30 de junho de 2009, o valor do nosso patrimônio líquido consolidado era de R$1,95 bilhão e o valor patrimonial por ação de nossa emissão, na mesma data, era de aproximadamente R$8,52. O valor patrimonial por ação foi determinado pela divisão do patrimônio líquido pelo número total de ações representativas de nosso capital social em 30 de junho de 2009.

Considerando-se a subscrição das 38.005.000 (trinta e oito milhões e cinco mil) Ações objeto da Distribuição Primária, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar, pelo Preço por Ação de R$16,50, o valor do nosso patrimônio líquido estimado, seria de, aproximadamente, R$2,57 bilhões, ou R$9,66 por ação.

Considerando o Preço por Ação acima, a efetivação da Oferta Global representaria um aumento imediato do valor patrimonial contábil por ação correspondente a R$1,14 por ação para os acionistas existentes e uma diluição imediata do valor patrimonial contábil por ação, em 30 de junho de 2009, de R$6,84 para os novos investidores no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

A tabela a seguir ilustra essa diluição, calculada com base no Preço por Ação:

Diluição	
Preço por Ação	16,50
Valor Patrimonial por ação em 30 de junho de 2009	8,52
Aumento do valor patrimonial por ação atribuído aos atuais acionistas	1,14
Valor Patrimonial por ação após oferta	9,66
Diluição por Ação para os Novos Acionistas	6,84
Percentual de diluição por ação para os Novos Acionistas	41%

A presente tabela não considera o exercício de opções de compra de ações de nossa emissão.

O Preço por Ação não guarda relação com o valor patrimonial e foi fixado com base na conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, realizado junto aos Investidores Institucionais.

Um aumento (diminuição) de R$1,0 no Preço por Ação de R$16,50, aumentaria (diminuiria) (i) nosso valor patrimonial por ação em R$1,28; e (ii) a diluição do valor patrimonial de nossas ações para novos acionistas seria no montante de R$7,70 por ação.

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2004, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações. O Plano é administrado por nosso comitê de políticas de gestão de pessoas e governança corporativa e pelo nosso Conselho de Administração e estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão aos indivíduos selecionados a exclusivo critério do Comitê que estiverem exercendo os cargos de vice-presidente, diretor, assessor, gerente geral ou gerente da Companhia e de suas controladas ("Colaboradores Elegíveis"), nos termos disciplinados no Plano. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2009, algumas das condições do Plano foram alteradas. O plano é válido por dez anos.

Em 2006, outorgamos Opções de até 113.379 de nossas ações preferenciais a nossos conselheiros e determinados colaboradores a uma média ponderada do preço de exercício de R$65,85 por ação. Em 2008, emitimos até 190.296 opções de compra de ações, ao preço de exercício médio ponderado de R$45,46 por ação. Em 4 de fevereiro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a continuação do Plano em 2009 e a emissão de até 925.800 ações preferenciais ao preço de exercício médio ponderado de R$10,52 por ação para outorga de Opções. A decisão aumenta o número de Opções outorgadas para 1,2 milhão nos últimos três anos, ou 0,6% da totalidade de nossas ações. A finalidade de nosso Plano é alinhar os interesses dos acionistas aos da alta administração. Reconhecemos como despesa no semestre encerrado em 30 de junho de 2009 o valor de R$2,5 milhões (consolidado), referentes ao total das Opções outorgadas.

Apresentamos abaixo a movimentação das opções outorgadas pela Companhia em 30 de junho de 2009:

	Opções de compra	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2008	366.987	48,05
Concedidas	925.800	10,52
Opções em circulação em 31 de março de 2009	1.292.787	21,17
Canceladas	(402.783)	10,82
Opções em circulação em 30 de junho de 2009	890.004	25,86
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2008	151.436	46,23
Quantidade de opções exercíveis em 31 de março de 2009	151.569	46,20
Quantidade de opções exercíveis em 30 de junho de 2009	150.659	46,18

Em 30 de junho de 2009, com base no valor do preço de exercício das opções de R$10,15, caso todas as opções atualmente outorgadas fossem exercidas, emitiríamos 925.800 ações, o que representaria uma diluição de 0,4% em relação ao total de ações da Companhia, de 228.394.313 ações.

Para informações adicionais sobre o nosso Plano de Opção de Compra de Ações, veja a seção "Administração –Plano de Opção de Compra de Ações", na página 102 deste Prospecto.

Descrevemos abaixo os eventos de subscrição e/ou aquisição de nossas Ações por nossos administradores, Acionista Controlador ou detentores de opções ocorridos nos últimos cinco anos, bem como o preço pago por ação nesses eventos.

Em 20 de março de 2009, nosso Conselho de Administração aprovou um aumento de capital social por meio da emissão de 6.606.366 ações ordinárias e 19.487.356 ações preferenciais, com o propósito de melhorar a posição de caixa e a estrutura de capital da Companhia e garantir o nível dos investimentos planejados. As ações ordinárias e preferenciais foram emitidas ao valor de R$7,8 por ação. Nosso Acionista Controlador subscreveu e integralizou praticamente a totalidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas em 20 de março de 2009, pelo valor total de R$203,5 milhões, respeitado o direito de preferência e demais direitos conferidos aos acionistas, tendo o Conselho de Administração da Companhia homologado referido aumento de capital em 02 de junho de 2009.

A tabela abaixo indica o total de opções de compra de ações concedidas e exercidas por nossos colaboradores, e os seus respectivos preços de exercício:

	Planos de opções de compra de ações				
	2005	2006	2007	2008	2009
Total de opções concedidas	87.418	99.816	113.379	190.296	925.800
Total de opções exercidas	10.746	1.159	-	-	-
Preço de exercício da opção	33,06	47,30	65,85	45,46	10,52
Valor justo na data da concessão	29,22	51,68	46,61	29,27	8,53

Durante os últimos cinco anos, os administradores da Companhia adquiriram o total de 1.416.709 ações preferenciais, pelo valor total de R$23,5 milhões, ou, em média, R$18,68 por ação.

Em razão desta Oferta Global, o nosso capital social será aumentado em R$627,1 milhões, mediante a emissão de 19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) Ações Ordinárias e 19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) Ações Preferenciais, ao Preço por Ação de R$16,50.

Para informações adicionais sobre os aumentos de capital, ver a seção "Descrição do Capital Social - Histórico do Capital Social", na página 196 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto, e com as Seções "Resumo das Demonstrações Financeiras" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações" nas páginas 46 e 109, respectivamente.

INTRODUÇÃO

O resumo de nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 é derivado das demonstrações financeiras consolidadas constantes das páginas 305 a 481 deste Prospecto, tendo sido auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, conforme indicado nos seus respectivos pareceres anexos a este Prospecto nas páginas 305 a 481.

Nossas informações financeiras para os trimestres e semestres encerrados em 30 de junho de 2008 e 2009 foram extraídas de nossas informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009 apresentadas nas páginas 483 a 535 do presente Prospecto. As informações financeiras referentes aos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2009 foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638 e pela MP 449, posteriormente convertida na Lei n° 11.941. As informações financeiras referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2008 foram objeto de revisão pela Ernst & Young Auditores Independentes e as informações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009 foram objeto de revisão pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, cujo relatório de revisão especial sem ressalva contém os seguintes parágrafos de ênfase: (i) os balanços patrimoniais (individual e consolidado) levantados em 31 de março de 2009, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes; (ii) conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações do resultado (individual e consolidada) e as respectivas notas explicativas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM nº 506/06. Essas demonstrações do resultado (individual e consolidada) e respectivas notas explicativas, referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2008, ajustadas e reapresentadas, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sobre revisão especial, sem ressalvas, datado de 6 de agosto de 2008; e (iii) as práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das normas internacionais de contabilidade. Informações relativas à natureza e os efeitos de tais diferenças estão descritas na nota explicativa nº 2 às informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009. Os referidos relatórios de revisão estão anexos a este Prospecto nas páginas 483 a 535.

Para maiores informações sobre as alterações à Lei das Sociedades por Ações, ver seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e Resultado das Operações - Alteração na Lei das Sociedades por Ações" na página 123 deste Prospecto.

De acordo com a nossa administração, as demonstrações financeiras e informações trimestrais acima referidas refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado de nossas operações para os referidos exercícios/semestres. Os resultados indicados para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2009 não são um indicativo dos resultados esperados para o exercício de 2009.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Para a leitura e análise das demonstrações e demais informações financeiras a elas referenciadas incluídas neste Prospecto, devem ser considerados os seguintes aspectos quanto à sua elaboração e forma de apresentação:

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008

- o balanço patrimonial (controladora e consolidado) levantado em 31 de dezembro de 2008, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) e dos valores adicionados (controladora e consolidado), correspondente ao exercício encerrado naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2007, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora), das origens e aplicações de recursos (controladora e consolidado), dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) e dos valores adicionados (controladora e consolidado), correspondentes ao exercício encerrado naquelas datas, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes a época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.

As demonstrações financeiras acima referidas foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2009

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 30 de junho de 2008 e 2009, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), correspondentes ao semestre encerrado naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2008 foram revisadas pela Ernst & Young Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON em conjunto com o CFC.

Na opinião de nossa administração, as demonstrações financeiras e informações trimestrais anexas a este Prospecto, das páginas 305 à 535, apresentam adequadamente o resultado de nossas operações e nossa situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Os resultados financeiros indicados nas referidas demonstrações financeiras não indicam, necessariamente, os resultados que podem ser esperados em qualquer outro período.

Adicionalmente, para fins de análise das informações financeiras incluídas nesta seção, deve-se considerar o fato de que as demonstrações financeiras referentes a 2008 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449, e as demonstrações financeiras referentes a 2006 e 2007 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes à época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449. Portanto, as informações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2008 incluídas neste Prospecto apresentam limitações na sua comparabilidade.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO, BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMAIS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Seguem abaixo as demonstrações de resultados, nossos balanços patrimoniais e outras informações financeiras e operacionais consolidadas para os exercícios e semestres indicados, preparadas de acordo com o BR GAAP:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em milhões de Reais)								Semestre encerrado em 30 de junho de (em milhões de Reais)				
Demonstração do Resultado	**2006[1]**	**AV**	**2007[1]**	**AV [2]**	**2008[3]**	**AV [1]**	**Var. 07/06**	**Var. 08/07**	**2008[3]**	**AV [1]**	**2009[3]**	**AV [1]**	**Var. 1S09/ 1S08**
Receita operacional bruta													
Transporte de passageiros	3.722,1	97,9%	4.742,4	95,5%	6.131,2	95,7%	27,4%	29,3%	2.952,0	96,3%	2.748,5	94,9%	-6,9%
Transporte de cargas	126,1	3,3%	172,0	3,5%	218,9	3,4%	36,4%	27,3%	104,6	3,4%	92,8	3,2%	-11,3%
Outras	103,7	2,7%	244,0	4,9%	321,9	5,0%	135,3%	31,9%	130,0	4,2%	183,1	6,3%	40,8%
Receita operacional bruta	**3.951,9**	**103,9%**	**5.158,5**	**103,9%**	**6.672,0**	**104,1%**	**30,5%**	**29,3%**	**3.186,6**	**104,0%**	**3.024,4**	**104,4%**	**-5,1%**
Impostos e contribuições	(149,8)	-3,9%	(191,2)	-3,7%	(262,4)	-4,1%	27,6%	37,3%	(121,5)	-4,0%	(127,3)	-4,4%	4,8%
Receita operacional líquida	**3.802,0**	**100,0%**	**4.967,3**	**100,0%**	**6.409,6**	**100,0%**	**30,7%**	**29,0%**	**3.065,1**	**100,0%**	**2.897,1**	**100,0%**	**-5,5%**
Custos e despesas operacionais													
Com pessoal	(410,8)	-10,8%	(794,4)	-16,0%	(983,9)	-15,4%	93,4%	23,8%	(488,3)	-15,9%	(523,2)	-18,1%	7,1%
Combustíveis e lubrificantes	(1.227,0)	-32,3%	(1.898,8)	-38,2%	(2.630,8)	-41,1%	54,8%	38,6%	(1.397,8)	-45,6%	(875,9)	-30,2%	-37,3%
Arrendamento de aeronaves	(318,2)	-8,3%	(558,6)	-11,3%	(645,1)	-10,1%	75,6%	15,5%	(311,8)	-10,2%	(353,9)	-12,2%	13,5%
Comerciais e publicidade	(414,6)	-10,9%	(367,9)	-7,4%	(588,7)	-9,2%	-11,3%	60,0%	(262,6)	-8,6%	(168,6)	-5,8%	-35,8%
Prestação de serviços	(199,4)	-5,3%	(348,7)	-7,0%	(422,2)	-6,6%	74,9%	21,0%	(226,9)	-7,4%	(177,7)	-6,1%	-21,7%
Manutenção e reparo	(146,5)	-3,9%	(318,9)	-6,4%	(388,0)	-6,1%	117,7%	21,7%	(154,6)	-5,0%	(199,4)	-6,9%	-29,0%
Tarifas pouso e decolagem	(157,7)	-4,2%	(273,7)	-5,5%	(338,4)	-5,3%	73,5%	23,7%	(168,6)	-5,5%	(160,4)	-5,5%	-4,9%
Depreciação e amortização	(58,2)	-1,5%	(101,7)	-2,1%	(138,3)	-2,2%	74,7%	35,9%	(65,6)	-2,1%	(69,2)	-2,4%	5,5%
Outras despesas	(260,6)	-6,9%	(364,7)	-7,3%	(359,5)	-5,6%	39,9%	-1,4%	(239,2)	-7,8%	(187,7)	-6,5%	-21,5%
Custos e despesas operacionais	(3.193,1)	-84,0%	(5.027,5)	-101,2%	(6.494,8)	-101,3%	57,5%	29,2%	(3.315,4)	-108,2%	(2.716,0)	-93,7%	-18,1%
Resultado operacional	**608,9**	**16,0%**	**(60,2)**	**-1,2%**	**(85,3)**	**-1,3%**	**nm[5]**	**41,6%**	**(250,3)**	**-8,2%**	**181,1**	**6,3%**	**-172,4%**
Resultado não-operacional	98,1	2,6%	(34,4)	-0,7%	-	-	nm[5]	nm[5]	-	-	-	-	-
Resultado financeiro	**266,7**	**7,0%**	**106,2**	**-2,1%**	**(1.106,4)**	**-17,3%**	**-60,2%**	**nm[5]**	**151,7**	**4,9%**	**357,1**	**12,3%**	**135,4%**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**973,7**	**22,4%**	**11,6**	**0,2%**	**(1.191,7)**	**-18,6%**	**-98,8%**	**nm[5]**	**(98,6)**	**-3,2%**	**538,2**	**18,6%**	**-645,8%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(289,2)	-7,6%	256,9	5,2%	(45,5)	-0,7%	-188,8%	-117,7%	(91,2)	-3,0%	(143,1)	-4,9%	56,9%
Lucro líquido (Prejuízo)	**684,5**	**17,1%**	**268,5**	**5,4%**	**(1.237,1)**	**-19,3%**	**-60,8%**	**nm[5]**	**(189,8)**	**-6,2%**	**395,1**	**13,6%**	**nm[5]**
Ações em circulação, final	196.206,5	-	202.300,3	-	202.300,6	-	3,1%	-	202.300,6	-	228.394,3	-	12,9%
Lucro (Prejuízo) por ação (R$)	3,5	-	1,3	-	(6,1)	-	-61,9%	-	(0,9)	-	1,7	-	-288,9%
EBITDAR[4]	985,4	25,9%	600,1	12,1%	698,2	10,9%	-39,1%	16,3%	127,1	4,2%	604,1	20,9%	375,3%

(1) De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007
(2) Análise Vertical
(3) Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.
(4) EBITDAR (lucro operacional antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e custos com arrendamentos mercantis de aeronaves e resultados não operacionais) é um indicador não GAAP apresentado como informação adicional para nossos investidores. Normalmente apresentamos o EBITDAR, pois acreditamos que este indicador é útil para medir o desempenho operacional de companhias aéreas, inclusive o nosso, e do setor de transportes aéreos, em que parte significativa das aeronaves é arrendada e um importante item na base de custo. Acreditamos que o impacto das despesas com arrendamento de aeronaves deve ser considerado junto com o impacto de depreciação e amortização. Assim, esse indicador mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação operacional com outras empresas do setor. No entanto, nenhum número deverá ser considerado isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis brasileiras, ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia. Além disso, nossos cálculos podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias. Para reconciliação do EBITDAR com o lucro (prejuízo) líquido, ver tabela "Outras Informações" abaixo.
(5) nm: não mensurado

Balanços Patrimoniais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em milhões de Reais)								Semestre encerrado em 30 de junho de (em milhões de Reais)		
	2006[1]	AV [2]	2007[1]	AV [2]	2008	AV [2]	Variação 07/06	Variação 08/07	2009	AV [2]	Variação 1S09/08
Ativo											
Circulante											
Disponibilidades	700,0	18,5%	916,2	15,9%	194,0	2,8%	30,9%	-78,8%	188,7	2,6%	-2,7%
Caixa Restrito	-	-	-	-	176,7	2,6%	nm[3]	nm[3]	13,2	0,2%	-92, 5%
Investimentos de curto prazo	1.006,4	26,6%	516,6	9,0%	221,0	3,2%	48,7%	-57,2%	411,9	5,6%	86,4%
Contas a receber	659,3	17,4%	916,1	15,9%	344,9	5,0%	38,9%	-62,4%	533,9	7,3%	54,8%
Estoques	75,2	2,0%	215,8	3,7%	206,4	3,0%	187,1%	-4,4%	237,1	3,2%	14,9%
Impostos diferidos e a compensar	73,5	1,9%	65,2	1,1%	110,8	1,6%	11,2%	69,8%	66,5	0,9%	-40,0%
Depósitos de manutenção	-	-	-	-	-	-	-	-	82,6	1,1%	nm[3]
Despesas antecipadas	64,5	1,7%	143,8	2,5%	123,8	1,8%	122,9%	-13,9%	108,2	1,5%	-12,6%
Créditos com empresas de arrendamento	87,8	2,3%	149,7	2,6%	129,8	1,9%	70,5%	-13,3%	111,9	1,5%	-13,8%
Outros créditos e valores	58,0	1,5%	144,5	2,5%	49,4	0,7%	149,1%	-65,8%	42,4	0,6%	-14,2%
Total do ativo circulante	**2.724,6**	**72,1%**	**3.067,9**	**53,2%**	**1.556,7**	**22,6%**	**12,6%**	**-49,3%**	**1.796,4**	**24,5%**	**15,4%**
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Depósitos em garantia	72,7	1,9%	163,5	2,8%	209,6	3,1%	124,8%	28,2%	379,7	5,2%	81,2%
Depósitos para manutenção	-	-	-	-	392,0	5,7%	-	nm[3]	327,6	4,5%	-16,4%
Caixa restrito	-	-	-	-	6,6	0,1%	-	nm[3]	7,0	0, 1%	6,1%
Impostos diferidos	23,5	0,6%	367,1	6,4%	620,5	9,0%	nm[3]	69,0%	633,0	8,6%	2,0%
Créditos com empresas de arrendamento	145,6	3,9%	-	-	-	-	-	-	-	-	nm[3]
Outros créditos e valores	2,9	0,9%	5,6	0,1%	72,8	1,1,%	93,6%	nm[3]	78,5	1,1%	8,4%
Total do realizável a longo prazo	**244,7**	**6,5%**	**536,2**	**9,3%**	**1.301,5**	**18,9%**	**119,2%**	**142,7%**	**1.426,2**	**19,5%**	**9,6%**
Ativo Permantente											
Investimentos	2,3	0,1%	884,9	15,4%	-	-	nm[3]	-	-	-	nm[3]
Imobilizado	795,4	21,0%	1.251,4	21,7%	2.998,8	43,6%	57,3%	139,6%	3.096,4	42,2%	3,3%
Intangível	-	-	-	-	1.024,3	14,9%	-	-	1.025,9	14,0%	0,2%
Diferido	13,3	0,4%	24,5	0,4%	-	-	84,6%	-100,0%	-	-	nm[3]
Total do ativo permantente	**810,9**	**21,5%**	**2.160,7**	**37,5%**	**4.023,1**	**58,5%**	**166,5%**	**86,2%**	**4.122,3**	**56,1%**	**2,5%**
Total do Ativo não circulante	**1.055,6**	**27,9%**	**2.696,9**	**46,8%**	**5.324,5**	**77,4%**	**155,5%**	**97,4%**	**5.548,5**	**75,5%**	**4,2%**
Total do ativo	**3.780,2**	**100,0%**	**5.764,8**	**100,0%**	**6.881,2**	**100,0%**	**52,5%**	**19,4%**	**7.344,9**	**100,0%**	**6,7%**
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	140,7	3,7%	824,1	14,3%	809,5	11,8%	485,8%	-1,8%	748,0	10,2%	-7,6%
Fornecedores	124,1	3,3%	326,4	5,7%	283,7	4,1%	163,0%	-13,1%	319,8	4,4%	12,7%
Arrendamentos operacionais a pagar	18,3	0,5%	36,0	0,6%	43,1	0,6%	97,2%	19,8%	48,5	0,7%	12,5%
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	-	-	157,9	2,3%	-	nm[3]	123,4	1,7%	-21,9%
Obrigações trabalhistas	87,8	2,3%	163,4	2,8%	146,8	2,1%	86,1%	-10,2%	211,1	2,9%	43, 8%
Obrigações fiscais	100,2	2,7%	68,0	1,2%	39,6	0,6%	-32,1%	-41,8%	36,2	0,5%	-8,6%
Taxas e tarifas aeroportuárias	39,2	1,0%	84,3	1,5%	97,2	1,4%	115,0%	15,3%	74,2	1,0%	-23,7%
Transportes a executar	335,3	8,9%	472,9	8,2%	572,6	8,3%	41,0%	21,1%	486,4	6,6%	-15,1%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	43,0	1,1%	75,6	1,3%	0,6	0,0%	76,0%	-99,2%	0,6	0,0%	-
Programa de milhagem	-	-	50,1	0,9%	18,4	0,3%	-	-63,3%	57,6	0,8%	213,0%
Seguros a pagar	-	-	44,2	0,8%	54,4	0,8%	-	23,3%	-	-	-100,0%
Outras obrigações	67,0	1,8%	47,6	0,8%	278,8	4,1%	-29,0%	486,0%	125,1	1,7%	-55,1%
Total do passivo circulante	**955,5**	**25,3%**	**2.192,5**	**38,0%**	**2.502,7**	**36,4%**	**129,5%**	**14,2%**	**2.231,0**	**30,4%**	**-10,9%**
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	727,0	19,2%	1.066,1	18,5%	1.023,2	14,9%	46,6%	-4,0%	1.088,5	14,8%	6,4%
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	-	-	1.415,7	20,6%	nm[3]	nm[3]	1.237,2	16,8%	-12,6%
Impostos diferidos	-	-	-	-	327,7	4,8%	-	-	503,9	6,9%	53,7%
Provisão para contingências	5,7	0,2%	32,1	0,6%	72,3	1,1,%	461,2%	125,5%	58,1	0,8%	-19,7%
Programa de milhagem	-	-	-	-	-	-	-	-	64,0	0,9%	-
Outras obrigações	24,0	0,6%	63,1	1,1%	205,1	3,0%	163,1%	225,0%	216,1	2,9%	5,4%
Total do passivo não circulante	**756,7**	**20,0%**	**1.161,3**	**20,1%**	**3.044,1**	**44,2%**	**53,5%**	**162,1%**	**3.167,8**	**43,1%**	**4,1%**
Patrimônio líquido											
Capital social	993,7	26,3%	1.364,0	23,7%	1.364,0	19,8%	37,3%	-	1.567,5	21,3%	14,9%
Reservas de capital	89,6	2,4%	89,6	1,6%	89,6	1,3%	-	-	89,6	1,2%	-
Reservas de lucros	989,1	26,2%	954,8	16,6%	918,6	13,4%	-3,5%	-3,8%	918,6	12,5%	-
Remuneração diferida	-	-	-	-	14,4	0,2%	-	-	16,9	0,2%	17,4%
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(41,2)	-0,6%	-	-	(41,2)	-0,6%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(4,3)	-0,1%	2,7	0,1%	(16,4)	-0,2%	nm[3]	nm[3]	(5,7)	-0,1%	-65,2%
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(994,6)	-14,5%	-	-	(599,5)	-8,2%	-39,7%
Total do patrimônio líquido	**2.068,0**	**54,7%**	**2.411,0**	**41,8%**	**1.334,4**	**19,4%**	**16,6%**	**-44,7%**	**1.946,2**	**26,5%**	**45,8%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.780,2**	**100,0%**	**5.764,8**	**100,0%**	**6.881,2**	**100,0%**	**52,5%**	**19,4%**	**7.344,9**	**100,0%**	**6,7%**

(1) De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007
(2) Análise Vertical
(3) nm: não mensurado

Informações Financeiras e Operacionais	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		Período encerrado em 30 de junho de	
	2007	2008	2008	2009
Passageiros-quilômetro transportados (RPK)	22.670	25.308	13.734	11.616
Assento-quilômetro oferecido - ASK (em milhares)	34.349	41.107	21.735	19.183
Taxa de ocupação (%)	66,0%	61,6%	63,2%	60,5%
Yield bruto por passageiro/km (centavos)	20,9	24,2	21,5	23,7
Uso de aeronave (hora-bloco por dia)	13,8	12,1	12,6	11,3
Média da Frota Operacional	88,6	106,4	106,5	107,8
Receita operacional por assento-quilômetro oferecido(centavos)	14,5	15,6	14,1	15,1
Custo operacional por assento-quilômetro disponível (centavos)	14,6	15,8	15,3	14,2
Receita Operacional Líquida (em milhões)	4.967,3	6.409,6	3.065,1	2.897,1
Custo Operacional (em milhões)	(5.027,5)	(6.494,8)	(3.315,4)	(2.716,0)
Lucro (Prejuízo) Operacional (em milhões)	(60,2)	(85,3)	(250,3)	181,1
Margem Operacional (%)	-1,2%	-1,3%	-8,2%	6,3%
Lucro Líquido (em milhões)	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Margem Líquida (%)	5,4%	-19,3%	-6,2%	13,6%
EBITDAR (em milhões)[2]	600,1	698,2	127,1	604,1
Margem EBITDAR (%)	12,1%	10,9%	4,1%	20,9%

Outras Informações	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		Período encerrado em 30 de junho de	
	2007	2008	2008	2009
		(em R$/milhões)		
Cálculo do EBITDAR:				
Lucro (prejuízo) líquido	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Despesas (receitas) financeiras líquidas	(106,2)	1.106,4	(151,7)	(357,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(256,9)	45,5	91,2	143,0
Depreciação e amortização	101,7	138,3	65,6	69,2
Custos com arrendamento mercantil de aeronaves	558,6	645,1	311,8	353,9
Resultados não-operacionais[1]	34,4	-	-	-
EBITDAR[2]	600,1	698,2	127,1	604,1

(1) Os resultados não-operacionais foram extintos pela MP 449 e, portanto, passaram a ser apresentados no grupo "Outras receitas (despesas) operacionais" a partir de 2008. Desta forma, o EBITDAR apresentado em 2007 e em 2008 apresenta limitações na sua comparabilidade.

(2) EBITDAR (lucro operacional antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e custos com arrendamentos mercantis de aeronaves e resultados não operacionais) é um indicador não GAAP apresentado como informação adicional para nossos investidores. Normalmente apresentamos o EBITDAR, pois acreditamos que este indicador é útil para medir o desempenho operacional de companhias aéreas, inclusive o nosso, e do setor de transportes aéreos, em que parte significativa das aeronaves é arrendada e um importante item na base de custo. Acreditamos que o impacto das despesas com arrendamento de aeronaves deve ser considerado junto com o impacto de depreciação e amortização. Assim, esse indicador mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação operacional com outras empresas do setor. No entanto, nenhum número deverá ser considerado isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis brasileiras, ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia. Além disso, nossos cálculos podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO DAS OPERAÇÕES

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia é baseada nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia para e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e as demonstrações financeiras revisadas da Companhia para os semestres encerrados em 30 de junho de 2008 e de 2009 e deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia para e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e as demonstrações financeiras revisadas da Companhia para os semestres encerrados em 30 de junho de 2008 e de 2009, além das respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, bem como com as informações constantes das seções "Apresentação das Informações Financeiras e Operacionais", "Resumo das Demonstrações Financeiras" e "Informações Financeiras Selecionadas", nas páginas 20, 46 e 104, respectivamente, deste Prospecto.

As demonstrações financeiras comentadas nesta seção requerem, em sua elaboração, a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos e receitas e despesas nos exercícios e semestres demonstrados, e que estão sujeitos a riscos e incertezas. Os resultados reais poderão diferir substancialmente daqueles indicados nessas previsões em decorrência de diversos fatores que afetam os negócios da Companhia, inclusive, entre outros, aqueles constantes na seção "Fatores de Risco", na página 90 deste Prospecto, e outras questões discutidas neste Prospecto.

NOSSO NEGÓCIO

Acreditamos ser uma das maiores companhias aéreas de baixo custo e baixa tarifa (*low-cost low-fare*) do mundo em termos de passageiros transportados em 2008, e a única companhia nessa categoria que oferece voos frequentes em rotas que ligam todas as principais cidades do Brasil entre si e estas às principais cidades da América do Sul. Temos uma frota operacional padronizada de 110 aeronaves Boeing 737, e oferecemos vôos para grande número de destinos aos nossos clientes.

Desde o início de nossas operações em 2001, nosso serviço simples, acessível e confiável e nossa ênfase nos mercados que eram precariamente servidos ou não possuíam como alternativa bilhetes aéreos com tarifas menores, têm levado a forte reconhecimento de nossa marca e a um rápido crescimento de nossa participação de mercado. Fomos a primeira companhia a introduzir com êxito práticas e tecnologias do segmento de transportes de baixo custo na América Latina. Possuímos uma base de receita diversificada, com clientes que vão desde passageiros executivos a turistas que viajam para destinos situados em todo o Brasil e na América do Sul. Nossa estratégia é aumentar o tamanho de nossa participação de mercado atraindo novos passageiros do Brasil e da América do Sul, bem como diversificar nossas fontes de receita por meio de nossa rede consolidada de voos, moderna frota de aeronaves, marketing direcionado e nosso Programa *Smiles*. Acreditamos que o *Smiles* é o maior programa de fidelidade da América do Sul, com mais de seis milhões de associados, que oferece diversos e atraentes negócios secundários, tais como nossos serviços de transporte aéreo (Gollog) e uma variedade de mecanismos de pagamento (incluindo o Voe Fácil) concebidos para facilitar a compra de nossos bilhetes por clientes das classes de maior renda. As receitas brutas de transporte de passageiros representaram 91,9% e 90,9%, e as receitas acessórias 8,1% e 9,1%, de nossa receita bruta em 2008 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, respectivamente.

Em 30 de junho de 2009 oferecíamos cerca de 740 voos diários para 58 destinos, ligando as mais importantes cidades do Brasil, bem como os principais destinos na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Continuaremos avaliando atentamente as oportunidades de levar adiante o crescimento de nossa Companhia aumentando a frequência de voos para nossos mercados de alta demanda e oferecendo novas rotas nesses mercados (*e.g.*, para Ilha de Aruba, no Caribe), metas que serão alcançadas com nossas aeronaves Boeing 737.

Em abril de 2007, adquirimos a VRG com a intenção de aprimorar, no longo prazo, nossa posição nos competitivos setores de transporte de passageiros brasileiro e latino-americano. A VRG é uma companhia

formada a partir de ativos (Unidade Produtiva Isolada) da antiga Varig, alienados sob a proteção da Lei de Falências, que buscou recuperação judicial em junho de 2005. Os direitos às rotas e à operação em aeroportos nos permitiram expandir nossas atividades no Brasil e na América do Sul e aumentar nossos *slots* no aeroporto de Congonhas em São Paulo, o mais importante para nossas operações, de 138 *slots* em 2006 para 232 *slots* no final de 2008. A aquisição foi aprovada pela ANAC em abril de 2007 e pelo CADE em junho de 2008. Em 30 de setembro de2008, finalizamos uma reestruturação societária que resultou na incorporação de nossa antiga subsidiária operacional, GTA, pela VRG e permitiu a integração do *Smiles* à nossa rede consolidada de voos.

Após referida reestruturação societária, conseguimos melhorar nossos resultados operacionais que passaram de um resultado negativo de R$250,3 milhões, com margem operacional negativa de 8,2% no primeiro semestre de 2008, para um resultado positivo de R$181,1 milhões no primeiro semestre de 2009, com margem operacional positiva de 6,3%. Estas melhoras em nossos resultados operacionais se devem principalmente à reestruturação societária, que possibilitou a redução de nossos custos operacionais, bem como flexibilizou e aprimorou nossa estrutura operacional, permitindo-nos explorar sinergias e fornecer um serviço de transporte aéreo mais eficiente por meio de uma rede integrada de destinos no Brasil e na América do Sul, bem como fortalecer nosso Programa *Smiles*.

A tabela a seguir contém alguns dos principais indicadores financeiros e operacionais não auditados consolidados para os períodos indicados:

Informações Financeiras e Operacionais (não auditadas)	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de**		**Período encerrado em 30 de junho de**	
	2007	**2008**	**2008**	**2009**
Passageiros-quilômetro transportados (RPK)	22.670	25.308	13.734	11.616
Assento-quilômetro oferecido - ASK (em milhares)	34.349	41.107	21.735	19.183
Taxa de ocupação (%)	66,0%	61,6%	63,2%	60,5%
Yield bruto por passageiro/km (centavos)	20,9	24,2	21,5	23,7
Uso de aeronave (hora-bloco por dia)	13,8	12,1	12,6	11,3
Média da Frota Operacional	88,6	106,4	106,5	107,8
Receita operacional por assento-quilômetro oferecido(centavos)	14,5	15,6	14,1	15,1
Custo operacional por assento-quilômetro disponível (centavos)	14,6	15,8	15,3	14,2
Receita Operacional Líquida (em milhões)	4.967,3	6.409,6	3.065,1	2.897,1
Custo Operacional (em milhões)	(5.027,5)	(6.494,8)	(3.315,4)	(2.716,0)
Lucro (Prejuízo) Operacional (em milhões)	(60,2)	(85,3)	(250,3)	181,1
Margem Operacional (%)	-1,2%	-1,3%	-8,2%	6,3%
Lucro Líquido (em milhões)	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Margem Líquida (%)	5,4%	-19,3%	-6,2%	13,6%
EBITDAR (em milhões)[(2)]	600,1	698,2	127,1	604,1
Margem EBITDAR (%)	12,1%	10,9%	4,1%	20,9%

Outras Informações	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		Período encerrado em 30 de junho de	
	2007	2008	2008	2009
	(em R$/milhões)			
Cálculo do EBITDAR:				
Lucro (prejuízo) líquido	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Despesas (receitas) financeiras líquidas	(106,2)	1.106,4	(151,7)	(357,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(256,9)	45,5	91,2	143,0
Depreciação e amortização	101,7	138,3	65,6	69,2
Custos com arrendamento mercantil de aeronaves	558,6	645,1	311,8	353,9
Resultados não-operacionais[1]	34,4	-	-	-
EBITDAR[2]	600,1	698,2	127,1	604,1

(1) Os resultados não-operacionais foram extintos pela MP 449 e, portanto, passaram a ser apresentados no grupo "Outras receitas (despesas) operacionais" a partir de 2008. Desta forma, o EBITDAR apresentado em 2007 e em 2008 apresenta limitações na sua comparabilidade.
(2) EBITDAR (lucro operacional antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e custos com arrendamentos mercantis de aeronaves e resultados não operacionais) é um indicador não GAAP apresentado como informação adicional para nossos investidores. Normalmente apresentamos o EBITDAR, pois acreditamos que este indicador é útil para medir o desempenho operacional de companhias aéreas, inclusive o nosso, e do setor de transportes aéreos, em que parte significativa das aeronaves é arrendada e um importante item na base de custo. Acreditamos que o impacto das despesas com arrendamento de aeronaves deve ser considerado junto com o impacto de depreciação e amortização. Assim, esse indicador mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação operacional com outras empresas do setor. No entanto, nenhum número deverá ser considerado isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis brasileiras, ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia. Além disso, nossos cálculos podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias.

Nos primeiros seis meses de 2009, a demanda por voos domésticos no mercado brasileiro, em termos de passageiro-quilômetro transportado (RPK doméstico), aumentou 3,1% em relação ao mesmo período de 2008 e a oferta por esses voos diminuiu 10,1%. Em relação aos voos internacionais, a demanda e a oferta neste período diminuíram 5,6% e 3,0%, respectivamente. Entretanto, não obstante se tenha verificado tal crescimento estatístico na demanda por voos domésticos, acreditamos que não houve crescimento real neste período, principalmente devido ao aumento da oferta de passagens com tarifas baixas (*low-fare seats*) para nossos clientes, bem como de passagens com tarifas promocionais para novos clientes. Em termos gerais, verificou-se que a demanda e a oferta por voos no mercado brasileiro aumentaram 0,5% e 6,2%, respectivamente, tendo uma média de ocupação de 60,5% nos primeiros seis meses de 2009.

A demanda por voos domésticos da Companhia reduziu 4,8% nos primeiros seis meses de 2009, em termos de passageiro-quilômetro transportado, quando comparada ao mesmo período de 2008, resultando em uma média de ocupação de 62,3% no período. Em relação aos voos internacionais, a demanda e a oferta neste mesmo período diminuíram 53,3% e 47,2%, respectivamente, redução essa decorrente principalmente do cancelamento de determinadas rotas de longo curso para Europa a partir de julho de 2008, alcançando uma média de ocupação de 50,2% nos primeiros seis meses de 2009.

Em julho de 2009, a demanda por nossa nova rede de rotas integradas apresentou um crescimento pelo quarto mês consecutivo. Sem prejuízo do período favorável para a indústria de aviação civil em geral, o volume de tráfego de passageiro aumentou em comparação a junho 2009 devido aos seguintes fatores: (i) férias escolares de verão; (ii) aumento da oferta de passagens com tarifas baixas visando otimizar a ocupação dos aviões, o *yields* e nossa estrutura de custos; e (iii) reativação do Programa *Smiles*. Em consequência disso, em julho de 2009, verificamos um crescimento de 7,4% em termos de passageiro-quilômetro transportado em relação a julho de 2008 e um aumento de 20,3% quando comparado a junho de 2009. Além disso, em julho de 2009, obtivemos a maior taxa de ocupação (71,5%) desde a aquisição da VRG em abril de 2007, representando um aumento de 6,8% quando comparada a taxa de ocupação de 64,7% de julho de 2008 e de 7,7% em relação ao mês de junho de 2009 em que tal taxa era de 63,8%. Em junho de 2009, nossa taxa de ocupação era de 65,6% nos voos domésticos e de 51,4% nos voos internacionais.

Tendo em vista o atual cenário, caracterizado por menor crescimento da demanda após a redução da gravidade da crise financeira global, estamos buscando aperfeiçoar nossa gestão de capacidade por meio do controle do tamanho de nossa frota, das Taxas de utilização de nossas aeronaves e do *Yield*, analisando a recuperação da demanda nos mercados doméstico e internacional. Tais iniciativas estão em linha com nossa estratégia de priorizar a rentabilidade, que esperamos contribuir para o equilíbrio entre oferta e demanda, resultando em um aumento na Taxa de ocupação e em maior diluição de nossos

custos operacionais. Acreditamos que o crescimento anual do setor brasileiro de aviação civil, esperado para 2009 entre 2% e 4%, somente ocorrerá durante o segundo semestre de 2009. Mais recentemente, ao final do terceiro trimestre de 2009, observamos um crescimento na Capacidade e menor *Yield*, os quais esperamos permanecer abaixo dos níveis de 2008. No mesmo período, enfrentamos concorrência em relação aos preços das tarifas de voos domésticos, de tendência sazonal. Embora tenhamos enfrentado tal concorrência no passado, não podemos assegurar a extensão e a severidade desta concorrência recente e, portanto, seu impacto nos resultados de nossas operações.

CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

Como empresa que tem substancialmente todas as suas operações atualmente no Brasil, somos afetados pela conjuntura econômica do país. Embora nosso crescimento, desde 2001, tenha sido principalmente impulsionado pela nossa expansão para novos mercados e ao aumento da frequência de voos, também fomos afetados pelas condições macroeconômicas do Brasil. Nosso crescimento ultrapassou o crescimento de nossos principais concorrentes em razão da forte demanda por nosso serviço de baixa tarifa. Em 2008, nossa receita com passageiro por quilômetro cresceu 11,6%. Acreditamos que a taxa de crescimento do PIB é cada vez mais importante na determinação de nossa capacidade de crescimento futuro e nossos resultados operacionais.

Nossos resultados operacionais são afetados pelas variações cambiais. A grande maioria de nossas receitas é expressa em Reais (sendo uma pequena parcela de nossas receitas de voos internacionais denominadas em outras moedas); porém, parte significativa de nossas despesas operacionais é devida em Dólares ou atrelada ao Dólar, tais como os pagamentos devidos nos termos de nossos contratos de arrendamento operacional de aeronaves, reserva e depósitos relacionados à manutenção e aos custos com combustível. Com base em análises estatísticas de nossos sete primeiros anos de operação, acreditamos que nossas receitas apresentam alta correlação com a taxa de câmbio Real/Dólar e com os preços de combustível, visto que as flutuações do Real e aumentos dos preços de combustível são geralmente incorporados às estruturas tarifárias das companhias aéreas brasileiras. Em 2008, 56,4% de nossas despesas operacionais (incluindo combustível) são expressas em Dólares ou atreladas a essa moeda, variando, dessa forma, com a taxa de câmbio Real/Dólar. Acreditamos que nossos programas de *hedge* e variação cambial dos preços de combustível nos protegem de oscilações de curto prazo na taxa de câmbio Real/Dólar e nos preços de combustíveis de aeronaves. De maneira geral, acreditamos que a combinação de nosso fluxo de receitas, dada sua correlação com as variações na taxa de câmbio Real/Dólar, combinado com a proteção de *hedge* cambial de curto prazo sobre nossas despesas atreladas à variação do Dólar, mitigará o impacto negativo de oscilações abruptas na taxa de câmbio Real/Dólar sobre nossas despesas operacionais.

A inflação também teve, e poderá continuar a ter, efeito sobre nossa situação financeira e resultados operacionais. Em 2008, 73,3% de nossas despesas operacionais (excluindo combustível) foram denominadas em Reais. Os fornecedores e prestadores de serviços relacionados a estas despesas geralmente tentam aumentar seus preços para refletir a inflação brasileira.

Na segunda metade de 2008, a economia brasileira começou a refletir os efeitos da crise econômica e dos mercados financeiros mundiais com um menor crescimento do PIB, desvalorização do Real, o aumento das taxas de desemprego, a diminuição de liquidez e a queda nos gastos dos consumidores. Isso levou a um desaquecimento do setor aeroviário que, segundo acreditamos, deverá se manter no curto prazo.

A tabela a seguir apresenta dados relativos ao crescimento real do PIB, à inflação, às taxas de juros, à taxa de câmbio do Dólar e aos preços do petróleo para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de			Em 30 de junho de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Crescimento real do produto interno bruto	2,9%	5,4%	5,1%	n.a.	n.a.
Inflação (IGP-M)[1]	3,8%	7,7%	9,8%	6,8%	(1,2%)
Inflação (IPCA)[2]	3,1%	4,5%	5,9%	3,6%	2,6%
Taxa CDI[3]	13,2%	11,1%	13,5%	12,0%	9,4%
Taxa LIBOR[4]	5,4%	4,7%	1,5%	2,8%	0,6%
Desvalorização (valorização) do Real em relação ao Dólar	(8,7%)	(17,2%)	32,0%	(17,4%)	22,6%
Taxa de câmbio no final do exercício - US$ 1,00	R$ 2,138	R$1,771	R$ 2,337	R$ 1,592	R$ 1,952
Taxa de câmbio média - US$ 1,00[5]	R$ 2,150	R$ 1,948	R$ 1,836	R$ 1,697	R$ 2,192
Preço do petróleo bruto West Texas Intermediate (por barril)	US$ 61,0	US$ 96,0	US$ 44,6	US$ 140,0	US$ 69,8
Aumento (diminuição) de final de ano do preço do petróleo bruto West Texas Intermediate (por barril)	0,0%	57,2%	(53,5%)	98,6%	(50,1%)
Preço do petróleo bruto West Texas Intermediate (médio por barril no período)	US$ 66,1	US$ 72,2	US$ 99,9	US$ 111,1	US$ 51,5
Aumento (diminuição) médio do preço do petróleo bruto West Texas Intermediate (por barril)	16,8%	9,3%	38,3%	80,6%	(53,7%)

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Banco Central, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Bloomberg
(1) IGP-M é um índice de inflação medido e publicado pela Fundação Getúlio Vargas;
(2) IPCA é um índice de inflação medido e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
(3) A taxa CDI corresponde à média das taxas de juros overnight do mercado interbancário no Brasil (acumulada para o final do período mensal, anualizada);
(4) Taxa LIBOR trimestral para depósitos em Dólares referente ao último dia do período. A taxa LIBOR é a taxa interbancária de Londres, que é a taxa aplicável ao mercado interbancário internacional de curto prazo.
(5) Representa a média das taxas de câmbio do último dia de cada mês do período.

FATORES MACROECONÔMICOS QUE AFETAM OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA COMPANHIA

Os riscos inerentes às nossas obrigações contratuais sensíveis a riscos de mercado são as perdas potenciais decorrentes de alterações adversas nos preços de combustíveis, taxas de câmbio Real/Dólar e taxas de juros.

Combustível para Aeronaves

Nossos resultados operacionais são afetados por mudanças no preço de combustível necessário para operar nossa frota de aeronaves. Para administrar o risco de preço, contratamos instrumentos derivativos (*hedge*) de petróleo bruto e de óleo para aquecimento. Todos os nossos instrumentos derivativos devem ter liquidez a tal ponto que nos permita ajustes de posição e tenham preços que sejam amplamente divulgados. Evitamos concentração de risco de crédito. Todos os contratos existentes são liquidados mensalmente. Não adquirimos ou contratamos instrumentos derivativos para fins especulativos ou de investimento. Em 31 de dezembro de 2008, contratamos instrumentos derivativos de petróleo bruto correspondendo a até 2.046.250 barris de petróleo que totalizaram um valor de R$102,3 milhões. Se o preço do combustível aumentar em 10,0% em relação ao preço médio de 2008 baseado no consumo de combustível esperado para 2009, ele resultaria em um aumento no custo de combustível de aproximadamente R$99,1 milhões, não considerando o efeito de nossos contratos derivativos. Adquirimos praticamente todo o combustível e os lubrificantes que utilizamos de um só fornecedor.

Moedas Estrangeiras

Uma parte significativa de nossos custos e despesas operacionais, tais como serviços de manutenção de turbinas e de aeronaves, pagamentos referentes ao arrendamento de aeronaves e seguro de aeronaves, é expressa em Dólares. Para gerenciarmos o risco cambial, contratamos instrumentos derivativos com várias contrapartes com o fim de nos proteger contra possível depreciação ou desvalorização do Real em relação ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2008 nós tínhamos contratos futuros pendentes. O justo valor desses contratos era de R$9,4 milhões. Como medida de nosso risco de mercado com relação à nossa exposição cambial, um aumento nas despesas de manutenção de turbinas e aeronaves, pagamentos de arrendamento operacional de aeronaves e seguro de aeronaves, decorrente de uma desvalorização hipotética de R$0,1 do Real frente ao Dólar seria de aproximadamente R$58,6 milhões, não considerando nossos instrumentos derivativos.

Taxa de Juros

Nossos ganhos são afetados por alterações nas taxas de juros devido ao impacto que tais alterações têm sobre as despesas relativas a juros de instrumentos de dívida de taxa variável, contratos de arrendamento mercantil de taxa variável e receita de juros gerada pelo nosso saldo de caixa e de

investimentos. Em 31 de dezembro de 2008, 13,9% de nossas despesas com arrendamento de aeronaves tinham taxas de juros variáveis. Um aumento hipotético de 10,0% nas taxas de juros do mercado em 31 de dezembro de 2008 aumentaria nossas despesas com juros e arrendamento de aeronaves em aproximadamente R$135,4 milhões em 2009. Uma redução hipotética de 10,0% nas taxas de juros do mercado em 31 de dezembro de 2008 reduziria nossas receitas de juros decorrentes de disponibilidades de caixa e investimentos de curto prazo em aproximadamente R$10,0 milhões. Tais montantes foram determinados considerando o impacto de uma taxa de juros hipotética sobre nossas dívidas com taxa flutuante, contratos de arrendamentos mercantis com taxa variável e saldos de disponibilidades de caixa e investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2008. Operamos ainda 90 aeronaves sob arrendamentos operacionais e de capital cujas taxas de juros são fixas e, portanto, não são considerados instrumentos financeiros sensíveis ao mercado, razão pela qual não estão incluídos na análise de sensibilidade de taxa de juros acima.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das suas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da nossa Companhia e das controladas diretas VRG, que incorporou e sucedeu a GTA e a GTI. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma horizontalmente os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação das participações da controladora no capital, na reserva e no resultado acumulado das controlada e dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas entre a Companhia a controlada. Os fundos exclusivos registrados como investimentos de curto prazo estão consolidados.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de transporte de passageiros são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços. As obrigações por passagens vendidas correspondentes aos transportes a executar são demonstradas no passivo circulante, tendo como prazo de utilização o período de um ano. As receitas de transporte de cargas são reconhecidas quando o transporte é executado. As outras receitas são representadas por serviços de fretamento, taxas de alteração de reservas de vôos, receitas com venda de milhas e outros serviços, as quais são reconhecidas quando os serviços são prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado.

Disponibilidades

Incluem caixa, saldos em conta movimento e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias da data do balanço e com risco insignificante de mudança no seu valor de mercado. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, são classificadas na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos.

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício. Posteriormente

ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos, conforme descrito a seguir:

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem os ativos financeiros adquiridos com o propósito de venda e recompra no curto prazo, designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, mensurados pelo seu valor justo sendo os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

b. Ativos ou passivos financeiros mantidos até o vencimento: incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros, utilizando uma taxa de desconto que, quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

c. Empréstimos (concedidos) e recebíveis: incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, os quais após o reconhecimento inicial são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

d. Disponíveis para venda: incluem os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias acima, mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, e reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Os investimentos de curto prazo em títulos de renda fixa, renda variável, títulos públicos e Certificados de Depósitos Bancários – CDB se referem às aplicações financeiras resgatáveis em prazo superior a 90 dias da data do balanço e são adquiridos com propósito de reduzir a deterioração do caixa no tempo. A política de caixa da Companhia determina que sejam adquiridos títulos que tenham as características de serem rapidamente conversíveis em caixa, custos reduzidos de transação, sejam de natureza altamente líquida e contratados com instituições financeiras de primeira linha. A Companhia não pratica investimentos em títulos com objetivo especulativos ou de realizar negociações.

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. A cada data de balanço são remensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são

remensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Diante da inexistência de mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, a referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, a análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

Como parte do seu programa de gerenciamento de risco, a Companhia utiliza uma variedade de instrumentos financeiros, incluindo opções de compra de petróleo, estruturas de "*collar*" de petróleo, acordos de *swap* de preço fixo de petróleo e contratos futuros em moeda estrangeira. A Companhia não detém ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins de negociação.

Como não há um mercado de futuros de combustível para aviação no Brasil, a Companhia utiliza derivativos internacionais de petróleo bruto para proteger a sua exposição em relação a aumentos no preço do combustível de aviação. Historicamente, tem existido uma alta correlação entre os preços de petróleo bruto internacionais e os preços do combustível brasileiro para aviação no Brasil, fazendo com que os derivativos de petróleo bruto sejam efetivos na compensação das flutuações dos preços de combustível para aviação fornecendo proteção de curto prazo contra um aumento brusco nos preços médios do combustível de aviação.

Dado que a maioria dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia para o combustível não são negociados em um mercado de bolsa, a Companhia estima seus valores justos dependendo do tipo de instrumento mediante a utilização de um método de valorização a valor presente ou um modelo padrão de precificação de opções com premissas sobre preços de commodities amparado em observações nos mercados respectivos. Da mesma forma, como não há um mercado de futuros confiável para combustível de aviação, a Companhia estima os preços futuros de combustível para aviação a fim de medir a eficácia dos instrumentos de hedge na compensação de mudanças nos preços.

A Companhia também utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos futuros de moeda e de *swaps* de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e são posteriormente remensurados. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros, quando o valor justo apresenta ganho e como passivos financeiros quando o valor justo apresenta perda.

O valor justo de contratos futuros de moeda é a diferença entre a taxa de câmbio futura e a taxa do contrato. A taxa futura de câmbio é referenciada à taxa de câmbio atual para contratos com vencimento e características semelhantes. O valor justo dos contratos de *swaps* de taxas de juros é determinado por referência a valores de mercado para instrumentos similares.

Para fins de contabilização de *hedge*, o instrumento de hedge é classificado como hedge de fluxo de caixa quando proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início de uma transação de *hedge*, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação

inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser *protegido* e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. A expectativa é que tais instrumentos de *hedge* sejam altamente efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido altamente efetivos durante todo o período para as quais foram designados.

Os instrumentos de *hedge* que estiverem em conformidade com o critério de contabilização de hedge acima descrito estão registrados da seguinte forma:

Hedge *de fluxo de caixa*

A parcela efetiva do ganho ou perda no instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, enquanto qualquer porção inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do exercício. Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado quando o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do *hedge*. Quando o item objeto da cobertura de hedge é o custo de um ativo ou passivo não-monetário, os montantes alocados ao patrimônio líquido são reconhecidos pelo valor contábil inicial de um ativo ou passivo não-monetário.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogada, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

Os contratos derivativos em aberto são designados como hedge de fluxo de caixa para fins de contabilização. Enquanto em abertos, esses contratos são registrados pelo valor justo no balanço patrimonial com a porção efetiva da mudança em seu valor justo registrada no patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial em resultados não realizado de hedge. Todas as mudanças no valor justo dos instrumentos considerados efetivos, por definição, são registradas em resultado não realizado de hedge até que a exposição se realize, como por exemplo, o combustível seja consumido. As alterações no valor justo que não são consideradas efetivas são registradas como receitas ou despesas financeiras na demonstração do resultado.

A Companhia mensura a efetividade dos instrumentos de hedge para compensar as variações de preços com base na política contábil para mensuração da efetividade dos instrumentos derivativos definida na política de gerenciamento de riscos da Companhia, que considera efetivos os instrumentos que compensem entre 80,0% e 125,0% da variação no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

Qualquer ganho ou perda decorrente de alterações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o ano que não são qualificados para contabilização de hedge, bem como, a porção inefetiva dos instrumentos designados para contabilização de hedge são reconhecidos diretamente ao resultado.

Classificação circulante e não-circulante

Instrumentos financeiros derivativos inefetivos são classificados como circulante e não-circulante ou segregados entre circulante e não-circulante conforme avaliação dos fatos e circunstâncias.

Instrumentos financeiros derivativos que são designados como *hedge* e efetivos são classificados de maneira consistente com a classificação do item objeto do hedge. O instrumento financeiro derivativo é segregado entre circulante e não-circulante somente se esta segregação puder ser feita de forma confiável.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é determinado usando os valores de fechamento no período e cotações subjacentes relevantes, exceto para os contratos de opção, cujos valores são determinados por meio da adoção de metodologia de precificação (*Black & Scholes*), sendo as

variáveis e informações relativas aos coeficientes de volatilidade obtidas por meio de reconhecidos provedores de informações de mercado.

Contas a Receber

Estão apresentadas a valores de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja realização é incerta, mediante análise de riscos e análise histórica da recuperação dos valores em atraso.

Estoques

Os estoques são compostos por materiais de consumo e de manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado, incluem as importações em andamento e estão reduzidos por provisões para estoques com baixa movimentação e obsolescência, quando aplicável.

Depósitos em garantia

Incluem os depósitos em garantia de contratos de arrendamento e os depósitos judiciais. Conforme requerido pelos contratos de arrendamento, a Companhia efetua depósitos como garantias para as empresas de arrendamento mercantil, os quais são denominados em Dólares, não rendem juros e são reembolsáveis ao término dos contratos.

Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Os contratos de arrendamento de aeronaves estabelecem que a Companhia é responsável pela manutenção das aeronaves arrendadas. A Companhia efetua depósitos para manutenção para aeronaves e motores que serão aplicados em eventos futuros de manutenção. O valor dos depósitos é determinado nos contratos de arrendamento com base em medidas de desempenho, como horas de vôo ou ciclos, e os depósitos são utilizados para pagamento das manutenções efetuadas, podendo ser reembolsados à Companhia ao término dos contratos de arrendamento. Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia das obrigações contratuais relativas à manutenção ou o risco associado às atividades e aos custos de manutenção das aeronaves de sua responsabilidade como arrendatária. A Companhia detém o direito de escolher os fornecedores para realizar as manutenções ou realizá-las internamente. Os custos com manutenção são reconhecidos no resultado quando efetivamente incorridos, de acordo com a política de contabilização de gastos com manutenção. Alguns dos contratos estabelecem que os depósitos existentes, em excesso aos custos com manutenção incorridos não são reembolsáveis à Companhia. Tais excessos podem ocorrer se os valores anteriormente utilizados para manutenção forem menores que os valores depositados. Quaisquer excessos detidos pelo arrendador na data de expiração do contrato, os quais não são considerados significativos, são reconhecidos como despesa adicional de arrendamento a partir da data em que não mais seja provável que os depósitos existentes serão utilizados para manutenção. A Companhia efetua análise das condições das aeronaves no início do contrato de arrendamento e em bases trimestrais e anuais ou quando ocorrerem eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que os montantes não serão recuperáveis com o objetivo de avaliar uma potencial perda de substância desses valores.

A política contábil de gastos com manutenção requer que a Companhia estime o custo de todas as manutenções requeridas durante o período do arrendamento. Essas estimativas são baseadas na experiência da Administração da Companhia e nos dados da indústria disponíveis, incluindo relatórios estatísticos de histórico de operação da frota publicados pelos fabricantes de motores e componentes das aeronaves. Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir os depósitos por cartas de crédito para permitir a utilização dos depósitos para cobrir outros desembolsos relativos aos contratos de arrendamento. Muitos dos contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção.

A Administração efetua análises regulares da recuperação dos depósitos para manutenção e acredita que os valores refletidos no balanço consolidado como depósitos para manutenção de aeronaves e motores são recuperáveis. Não há indicadores de deterioração dos depósitos de manutenção.

Investimentos

Os investimentos em controladas são registrados e avaliados com base no método de equivalência patrimonial reconhecida no resultado como receita ou despesa operacional, utilizando as demonstrações financeiras da controlada elaboradas na mesma data, com base em práticas contábeis consistentes com as práticas da Companhia. Os investimentos em empresas controladas que representam na essência uma extensão da Companhia no exterior, foram incluídos linha a linha nas demonstrações individuais e consolidadas e os demais investimentos reconhecidos e avaliados ao custo de aquisição.

Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção que incluem juros e demais encargos financeiros. No imobilizado são também registrados os pré-pagamentos de aeronaves em fabricação que incluem os juros e encargos financeiros incorridos durante a fase de fabricação das aeronaves e as benfeitorias em bens de terceiros. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. As benfeitorias em bens de terceiros, aeronaves, móveis e bases aeroportuárias são depreciadas com base no prazo dos contratos de aluguel ou arrendamentos.

Os gastos com manutenção de componentes do imobilizado são registrados de acordo com o método de parada programada, com base no qual os custos diretos relacionados a peças a serem substituídas durante a manutenção são registrados como um componente específico do imobilizado depreciado ao longo da vida útil, que é definida como o período até a próxima manutenção programada.

Os contratos de arrendamento mercantil classificados sob a modalidade financeira são reconhecidos no ativo e no passivo com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de inicio do contrato de arrendamento quando o contrato de arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem a Companhia. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante com base no valor presente das contraprestações remanescentes a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor total das contraprestações vincendas é apropriada ao resultado como despesa financeira pelo prazo remanescente do contrato com base no método do custo amortizado e na taxa de juros efetiva.

Os valores registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica remanescente estimada e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os valores dos arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado à medida que ocorrem os pagamentos das contraprestações.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* são reconhecidos imediatamente no resultado quando for certo que a transação foi estabelecida a valor justo, exceto se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado, quando os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o período que se espera que o ativo seja utilizado. Na hipótese do preço de venda ser superior ao valor justo do bem, o valor excedente ao valor justo é diferido e amortizado como uma redução das despesas com arrendamentos, durante o período em que se espera que o ativo será utilizado.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os direitos de uso de softwares e o ágio apurado na aquisição de empresas decorrente da expectativa de rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, e são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável.

O ágio decorrente de aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e seria amortizado na proporção da geração de lucros no prazo máximo de 10 anos da data de sua formação. Com base nas projeções de resultados da empresa adquirida, que contemplavam a sua reestruturação, concluída no último trimestre de 2008, não houve amortização do ágio em 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009 o ágio não será mais amortizado e será submetido a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

Programa de milhagem

O programa de milhagem denominado *Smiles* consiste na conversão de milhas acumuladas pelos passageiros ao utilizarem os vôos da Companhia e os serviços e produtos contratados com empresas não-aéreas do segmento financeiro, petroleiro, hoteleiro e securitário em prêmios e passagens. As obrigações relacionadas com milhas emitidas, acumuladas e não resgatadas são reconhecidas em contrapartida de despesas comerciais. As obrigações são estimadas utilizando o total estimado de bilhetes a conceder, os quais são valorizados com base no custo incremental que consiste no custo adicional por passageiro embarcado, assumindo-se que os assentos ofertados pelo programa não seriam ocupados por passageiros pagantes. Até 31 de dezembro de 2007, as receitas decorrentes de milhas vendidas para empresas não aéreas parceiras do programa de milhagem *Smiles* eram registradas como outras receitas quando as milhas são vendidas. Com a adoção das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449, a partir das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a parcela de receita de vendas de passagens relativa às milhas é diferida, sendo reconhecida no resultado somente quando o transporte do passageiro contemplado com a utilização de milhas for efetuado.

Redução ao valor recuperável

Deterioração de ativos não-financeiros

A Companhia avalia se há qualquer indício de deterioração em todos os ativos não-financeiros, inclusive o ágio, o imobilizado, outros intangíveis e outros ativos para cada data de divulgação. A recuperação do ágio é testada anualmente ou, em outros momentos, quando existem indícios de perda do valor recuperável. O montante recuperável tem sido determinado com base no valor em uso da unidade geradora de caixa consolidada. O valor em uso é determinado utilizando premissas para determinar o fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, estabelecidas pela Administração mediante o uso de estimativas.

Outros ativos não-financeiros também são testados para perda de valor recuperável quando existem indícios de que o valor contábil pode não ser recuperado.

Deterioração de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia reconhece as mudanças no valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda no patrimônio líquido. Quando existe uma redução no valor justo destes ativos, a Administração faz julgamentos sobre este declínio para determinar se existe perda no valor recuperável a ser reconhecida no resultado.

Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

Custo para devolução de aeronaves sob a modalidade de arrendamento operacional

A Companhia é contratualmente requerida a devolver as aeronaves arrendadas em um nível definido de atividade. A Companhia reconhece as obrigações relacionadas com os custos de devolução das aeronaves nas condições contratualmente requeridas quando as condições da aeronave não estejam em conformidade com as condições contratuais de devolução usando estimativas amparadas na experiência da Administração e em dados da indústria disponíveis.

Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15,0% mais adicional de 10,0% sobre o lucro tributável excedente a R$240,0 mil ao ano, e a contribuição social é constituída à alíquota de 9,0% sobre a base tributável.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são decorrentes dos prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social, das adições temporárias ao lucro tributável e das diferenças temporárias decorrentes da neutralidade para fins tributários, mediante a opção da Companhia e sua controlada direta pelo Regime Tributário de Transição (RTT) na adoção da Lei 11.638 e MP 449. Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos acumulados e base negativa de contribuição social são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros futuros para sua utilização, observando-se as limitações legais, com base em projeções de resultados futuros fundamentadas em premissas internas aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia, e em cenários econômicos futuros, sujeitos a alterações.

Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativas com base em premissas que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: valor residual do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos (somente em 2008); a mensuração do valor justo de remunerações baseadas em ações e de instrumentos financeiros (somente em 2008); as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis (somente em 2008); a quantidade de bilhetes que serão emitidos decorrentes de milhagem auferida pelos clientes, as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM n°. 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente.

Remuneração com base em ações

As despesas com remuneração decorrentes da concessão de opções de compra de ações da Companhia são reconhecidas nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo na data da outorga. Após o reconhecimento inicial, os valores de transações que serão liquidados por meio da emissão de ações não são ajustados. As despesas são reconhecidas no resultado durante o período de aquisição dos direitos estabelecidos no plano de remuneração com base em opções de compra de ações concedidas.

Ajuste ao valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Conversão de saldos e transações denominadas em moeda estrangeira

A moeda funcional utilizada para preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e controladas é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que, por não possuírem independência administrativa, financeira e operacional, elas se configuram como uma extensão das atividades comerciais da controladora no Brasil e foram tratadas como filiais da Companhia. Dessa forma, os seus ativos, passivos, receitas, despesas e fluxos de caixa são considerados em Reais e distribuídos, linha a linha, nas demonstrações financeiras da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

Conciliação com as divulgações IFRS

As ações preferenciais da Companhia são negociadas sob a forma de *ADS* na NYSE nos Estados Unidos, e desta forma, a Companhia está sujeita às normas da SEC. Com o objetivo de prover informações em uma base única e consistente, e que ao mesmo tempo atenda aos requerimentos dos reguladores em todos os mercados onde suas ações são negociadas, a Companhia adotou em 2008 o padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, beneficiando os usuários das informações e favorecendo o processo de aderência plena à Lei nº 11.638 na elaboração das demonstrações financeiras societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Conforme facultado pela SEC e visando atender às necessidades de informações dos mercados em que opera, a Companhia divulga suas demonstrações financeiras societárias e em IFRS simultaneamente. Considerando o atual estágio da convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade, ainda existem diferenças entre as demonstrações financeiras societárias da Companhia e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Em 31 de dezembro de 2008, a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido é como segue:

Conforme legislação societária	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
	1.334.393	**(1.237.114)**
Programa de milhagem	(29.663)	(3.385)
Efeitos da aquisição de empresas	(232.422)	-
Imposto de renda diferido	(700)	1.152
Conforme IFRS	**1.071.608**	**(1.239.347)**

Programa de milhagem

Para fins de IFRS, o valor justo da parcela da receita de vendas de passagens relativa às milhas é identificada, segregada das receitas de passagens e diferida para ser reconhecida no resultado quando o transporte do passageiro contemplado com a utilização das milhas é efetuado, enquanto que nas demonstrações financeiras societárias a prática contábil conhecida como custo incremental é adotada.

Diferença na contabilização de aquisições de empresas

Para fins de IFRS o método de alocação do preço de compra com base nos valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos é utilizado, sendo o ágio resultante não amortizado. Nas demonstrações financeiras societárias o ágio apurado nas aquisições de empresas ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foi determinado com base no patrimônio líquido contábil.

Imposto de renda diferido

Diferenças temporárias relativas às diferenças de critérios contábeis entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

ALTERAÇÃO NA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

Com a promulgação da Lei nº 11.638 e edição da MP 449, sendo esta última posteriormente convertida na Lei nº 11.941, foram alterados, revogados e introduzidos diversos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações sobre matéria contábil, em vigência a partir do encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, e aplicáveis a todas as entidades constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto e sociedades de grande porte.

Essas alterações têm como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de harmonização das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelos órgãos reguladores e pela CVM em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

Adicionalmente, em decorrência da promulgação das referidas Lei e Medida Provisória, durante 2008 foram editados pelo CPC diversos pronunciamentos com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de nossas controladas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Plano de Contas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, pronunciamentos técnicos do CPC, e com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638 e MP 449, convertida na Lei nº 11.941, alinhados com as práticas contábeis internacionais especificas do setor, emanadas das normas internacionais de contabilidade, quando da ausência de normas locais específicas.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638 e da MP 449, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 1° de janeiro de 2008. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas

contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

O CPC 13 desobrigou as companhias de aplicar o disposto na NPC 12 e Deliberação CVM nº 506/06 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, na adoção inicial da Lei nº 11.638 e MP nº 449. Essa deliberação requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, as companhias demonstrem o balanço de abertura para as contas ou grupo de contas relativos ao período mais antigo, para fins de comparação, bem como que os demais valores comparativos sejam apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.

A Companhia exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007, e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638 e da MP 449, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As alterações nas práticas contábeis, que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2008, foram mensuradas e registradas com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. Para mais informações, ver a nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 e 2007 – "Base de Preparação e Apresentação das Informações Financeiras e Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08" – anexas a este Prospecto, na página 406.

Da mesma maneira, a demonstração de resultado do período findo em 30 de junho de 2008, foi reapresentada para refletir os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638 e MP nº 449. Ademais, em 27 de maio de 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941, que substituiu porém, não introduziu alterações relevantes à MP nº 449, de 3 de dezembro de 2008, aplicável à Companhia cujos efeitos estão descritas na Nota nº 3 às demonstrações financeiras anuais refeitas da Companhia anexas a este Prospecto, na página 406. Com base nos novos pronunciamentos do CPC que foram aprovados em 08 de maio de 2009 e 26 de junho de 2009 respectivamente, CPC 20 – custos de empréstimos e CPC 27 – ativo imobilizado, para os quais terão aplicação obrigatória nas divulgações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia avaliou e adotou antecipadamente nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, através da adoção dos pronunciamentos internacionais – IAS 32 – custos de empréstimos e IAS 16 – ativo imobilizado.

De modo a facilitar a análise das demonstrações financeiras da Companhia (tendo em vista que as demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007 não foram elaborados de acordo com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449), a Companhia incluiu na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 – "Base de Preparação e Apresentação das Informações Financeiras e Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08" – anexas a este Prospecto, na página 406.

A Companhia e sua controlada direta optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela MP 449, por meio do qual as apurações do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, no ano de 2009. Para o biênio 2008-2009, tais apurações continuaram a ser determinadas com base nos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei das Sociedades por Ações, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638 e MP nº 449 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371.

Adicionalmente, em continuidade a esse processo de convergência, deverão ser editados novos pronunciamentos contábeis – CPCs os quais podem eventualmente trazer impactos relevantes sobre o resultado das operações da Companhia, e consequentemente a base para cálculo dos dividendos. A

Companhia não tem controle e não pode prever quais serão os novos pronunciamentos contábeis a serem emitidos em 2009 e nos anos seguintes.

Ressaltamos que as futuras demonstrações financeiras a serem elaboradas pela Companhia poderão eventualmente vir a ser alteradas de maneira relevante em decorrência de diversos pronunciamentos contábeis previstos para serem emitidos pelo CPC e normatizados pela CVM no decorrer do exercício de 2009.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

O resumo de nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 é derivado das demonstrações financeiras consolidadas constantes das páginas 305 a 481 deste Prospecto, tendo sido auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, conforme indicado nos seus respectivos pareceres anexos a este Prospecto nas páginas 305 a 481.

Nossas informações financeiras para os trimestres e semestres encerrados em 30 de junho de 2008 e 2009 foram extraídas de nossas informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009 apresentadas nas páginas 483 a 535 do presente Prospecto. As informações financeiras referentes aos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2009 foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n° 11.638 e pela MP 449, posteriormente convertida na Lei n° 11.941. As informações financeiras referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2008 foram objeto de revisão pela Ernst & Young Auditores Independentes e as informações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009 foram objeto de revisão pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, cujo relatório de revisão especial sem ressalva contém os seguintes parágrafos de ênfase: (i) os balanços patrimoniais (individual e consolidado) levantados em 31 de março de 2009, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes; (ii) conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações do resultado (individual e consolidada) e as respectivas notas explicativas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM nº 506/06. Essas demonstrações do resultado (individual e consolidada) e respectivas notas explicativas, referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2008, ajustadas e reapresentadas, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sobre revisão especial, sem ressalvas, datado de 6 de agosto de 2008; e (iii) as práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das normas internacionais de contabilidade. Informações relativas à natureza e os efeitos de tais diferenças estão descritas na nota explicativa nº 2 às informações trimestrais relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009. Os referidos relatórios de revisão estão anexos a este Prospecto nas páginas 483 a 535.

Para a leitura e análise das demonstrações e demais informações financeiras a elas referenciadas incluídas neste Prospecto, devem ser considerados os seguintes aspectos quanto à sua elaboração e forma de apresentação:

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008

- o balanço patrimonial (controladora e consolidado) levantado em 31 de dezembro de 2008, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) e dos valores adicionados (controladora e consolidado), correspondente ao exercício encerrado naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2007, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora), das origens e aplicações de recursos (controladora e consolidado), dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) e dos valores adicionados (controladora e consolidado), correspondentes ao exercício encerrado naquelas datas, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM vigentes a época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.

As demonstrações financeiras acima referidas foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2009

- os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 30 de junho de 2008 e 2009, bem como as respectivas demonstrações do resultado (controladora e consolidado), das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), correspondentes ao semestre encerrado naquela data, foram elaborados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2008 foram revisadas pela Ernst & Young Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON em conjunto com o CFC.

Na opinião de nossa administração, as demonstrações financeiras e informações trimestrais anexas a este Prospecto, das páginas 305 à 535, apresentam adequadamente o resultado de nossas operações e nossa situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Os resultados financeiros indicados nas referidas demonstrações financeiras não indicam, necessariamente, os resultados que podem ser esperados em qualquer outro período.

Adicionalmente, para fins de análise das informações financeiras incluídas nesta seção, deve-se considerar o fato de que as demonstrações financeiras referentes a 2008 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449, e as demonstrações financeiras referentes a 2006 e 2007 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes à época de sua elaboração, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449. Portanto, as informações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2008 incluídas neste Prospecto apresentam limitações na sua comparabilidade.

PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS E CUSTOS DA COMPANHIA

Nossa principal fonte de receita provém do transporte de passageiros e cargas. Nossos custos operacionais estão relacionados às nossas atividades e compreendem as despesas comerciais, as despesas administrativas e as despesas (receitas) financeiras líquidas.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DISCUSSÃO E ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Resultados operacionais em 2006, 2007 e 2008 e nos semestres encerrados em 30 de junho de 2008 e 30 de junho de 2009

A tabela abaixo apresenta um resumo da composição da receita total líquida da Companhia e as variações ocorridas nos períodos apresentados:

Demonstração do Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em milhões de Reais)								Semestre encerrado em 30 de junho de (em milhões de Reais)				
	2006[1]	AV	2007[1]	AV [2]	2008[3]	AV [1]	Var. 07/06	Var. 08/07	2008[3]	AV [1]	2009[3]	AV [1]	Var. 1S09/ 1S08
Receita operacional bruta													
Transporte de passageiros	3.722,1	97,9%	4.742,4	95,5%	6.131,2	95,7%	27,4%	29,3%	2.952,0	96,3%	2.748,5	94,9%	-6,9%
Transporte de cargas	126,1	3,3%	172,0	3,5%	218,9	3,4%	36,4%	27,3%	104,6	3,4%	92,8	3,2%	-11,3%
Outras	103,7	2,7%	244,0	4,9%	321,9	5,0%	135,3%	31,9%	130,0	4,2%	183,1	6,3%	40,8%
Receita operacional bruta	**3.951,9**	**103,9%**	**5.158,5**	**103,9%**	**6.672,0**	**104,1%**	**30,5%**	**29,3%**	**3.186,6**	**104,0%**	**3.024,4**	**104,4%**	**-5,1%**
Impostos e contribuições	(149,8)	-3,9%	(191,2)	-3,7%	(262,4)	-4,1%	27,6%	37,3%	(121,5)	-4,0%	(127,3)	-4,4%	4,8%
Receita operacional líquida	**3.802,0**	**100,0%**	**4.967,3**	**100,0%**	**6.409,6**	**100,0%**	**30,7%**	**29,0%**	**3.065,1**	**100,0%**	**2.897,1**	**100,0%**	**-5,5%**
Custos e despesas operacionais													
Com pessoal	(410,8)	-10,8%	(794,4)	-16,0%	(983,9)	-15,4%	93,4%	23,8%	(488,3)	-15,9%	(523,2)	-18,1%	7,1%
Combustíveis e lubrificantes	(1.227,0)	-32,3%	(1.898,8)	-38,2%	(2.630,8)	-41,1%	54,8%	38,6%	(1.397,8)	-45,6%	(875,9)	-30,2%	-37,3%
Arrendamento de aeronaves	(318,2)	-8,3%	(558,6)	-11,3%	(645,1)	-10,1%	75,6%	15,5%	(311,8)	-10,2%	(353,9)	-12,2%	13,5%
Comerciais e publicidade	(414,6)	-10,9%	(367,9)	-7,4%	(588,7)	-9,2%	-11,3%	60,0%	(262,6)	-8,6%	(168,8)	-5,8%	-35,8%
Prestação de serviços	(199,4)	-5,3%	(348,7)	-7,0%	(422,2)	-6,6%	74,9%	21,0%	(226,9)	-7,4%	(177,7)	-6,1%	-21,7%
Manutenção e reparo	(146,5)	-3,9%	(318,9)	-6,4%	(388,0)	-6,1%	117,7%	21,7%	(154,6)	-5,0%	(199,4)	-6,9%	-29,0%
Tarifas pouso e decolagem	(157,7)	-4,2%	(273,7)	-5,5%	(338,4)	-5,3%	73,5%	23,7%	(168,6)	-5,5%	(160,4)	-5,5%	-4,9%
Depreciação e amortização	(58,2)	-1,5%	(101,7)	-2,1%	(138,3)	-2,2%	74,7%	35,9%	(65,6)	-2,1%	(69,2)	-2,4%	5,5%
Outras despesas	(260,6)	-6,9%	(364,7)	-7,3%	(359,5)	-5,6%	39,9%	-1,4%	(239,2)	-7,8%	(187,7)	-6,5%	-21,5%
Custos e despesas operacionais	(3.193,1)	-84,0%	(5.027,5)	-101,2%	(6.494,8)	-101,3%	57,5%	29,2%	(3.315,4)	-108,2%	(2.716,0)	-93,7%	-18,1%
Resultado operacional	**608,9**	**16,0%**	**(60,2)**	**-1,2%**	**(85,3)**	**-1,3%**	**nm[5]**	**41,6%**	**(250,3)**	**-8,2%**	**181,1**	**6,3%**	**-172,4%**
Resultado não-operacional	98,1	2,6%	(34,4)	-0,7%	-	-	nm[5]	nm[5]	-	-	-	-	-
Resultado financeiro	**266,7**	**7,0%**	**106,2**	**-2,1%**	**(1.106,4)**	**-17,3%**	**-60,2%**	**nm[5]**	**151,7**	**4,9%**	**357,1**	**12,3%**	**135,4%**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**973,7**	**22,4%**	**11,6**	**0,2%**	**(1.191,7)**	**-18,6%**	**-98,8%**	**nm[5]**	**(98,6)**	**-3,2%**	**538,2**	**18,6%**	**-645,8%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(289,2)	-7,6%	256,9	5,2%	(45,5)	-0,7%	-188,8%	-117,7%	(91,2)	-3,0%	(143,1)	-4,9%	56,9%
Lucro líquido (Prejuízo)	**684,5**	**17,1%**	**268,5**	**5,4%**	**(1.237,1)**	**-19,3%**	**-60,8%**	**nm[5]**	**(189,8)**	**-6,2%**	**395,1**	**13,6%**	**nm[5]**
Ações em circulação, final	196.206,5	-	202.300,3	-	202.300,6	-	3,1%	-	202.300,6	-	228.394,3	-	12,9%
Lucro (Prejuízo) por ação (R$)	3,5	-	1,3	-	(6,1)	-	-61,9%	-	(0,9)	-	1,7	-	-288,9%
EBITDAR[4]	985,4	25,9%	600,1	12,1%	698,2	10,9%	-39,1%	16,3%	127,1	4,2%	604,1	20,9%	375,3%

(1) De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007

(2) Análise Vertical

(3) Elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela MP 449.

(4) EBITDAR (lucro operacional antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e custos com arrendamentos mercantis de aeronaves e resultados não operacionais) é um indicador não GAAP apresentado como informação adicional para nossos investidores. Normalmente apresentamos o EBITDAR, pois acreditamos que este indicador é útil para medir o desempenho operacional de companhias aéreas, inclusive o nosso, e do setor de transportes aéreos, em que parte significativa das aeronaves é arrendada e um importante item na base de custo. Acreditamos que o impacto das despesas com arrendamento de aeronaves deve ser considerado junto com o impacto de depreciação e amortização. Assim, esse indicador mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação operacional com outras empresas do setor. No entanto, nenhum número deverá ser considerado isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis brasileiras, ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia. Além disso, nossos cálculos podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias. Para reconciliação do EBITDAR com o lucro (prejuízo) líquido, ver tabela "Outras Informações" abaixo.

(5) nm: não mensurado

Comparação dos resultados operacionais nos semestres encerrados em 30 de junho de 2008 e 30 de junho de 2009.

Receitas Operacionais Brutas

As receitas operacionais brutas diminuíram em 5,1%, ou R$162,3 milhões, passando de R$3.186,6 milhões em 30 de junho de 2008 para R$3.024,4 milhões em 30 de junho de 2009, devido principalmente à redução da receita de transporte de passageiros em R$203, 4 milhões motivada pela (i) consolidação e otimização da malha aérea feita pelo governo brasileiro, que eliminou sobreposição das rotas, e pela (ii) da nova família tarifária, fruto da gestão pró-ativa dos *yields* da Companhia. As receitas de transporte de cargas diminuíram em R$11,9 milhões, em decorrência do menor volume de cargas transportado. Por fim, as outras receitas aumentaram em R$53,0 milhões devido a aumento das receitas relativas a fretamentos e tarifas de excesso de bagagem e remarcação de passagens.

Impostos e Contribuições

Os impostos e contribuições sobre a receita bruta aumentaram em R$5,7 milhões, ou 4,8%, passando de R$121,5 milhões em 30 de junho de 2008 para R$127,3 milhões no mesmo período de 2009, em razão do aumento da participação das receitas acessórias em relação a receita bruta, que passou de 7,4% em 30 de junho de 2009 para 9,1% em 30 de junho de 2009, sobre as quais incidem maior tributação do que as atividades de venda de passagens aéreas.

Receitas Operacionais Líquidas

Devido aos fatores descritos acima, as receitas operacionais líquidas diminuíram em 5,5%, ou R$168,0 milhões, para R$2.897,1 milhões em 30 de junho de 2009, comparadas a R$3.065,1 milhões de 30 de junho de 2008.

Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

Com pessoal

Os custos com pessoal aumentaram de R$488,5 milhões em 30 de junho de 2008 para R$ 523,2 milhões em 30 de junho de 2009, aumento esse de 7,1%, devido aos seguintes fatores: (i) provisão de PPR (Plano de Participação nos Resultados) de R$35,0 milhões, em função do lucro da companhia auferido durante o semestre e tendência para o exercício de 2009; (ii) dissídio salarial de 8,0%, aprovado em dezembro de 2008 e; (iii) elevação de 3,8% no quadro de funcionários, em função da internalização do *call center,* de modo a prover melhor qualidade de atendimento aos clientes e maior força de vendas por telefone.

Esses fatores foram parcialmente compensados pela modificação no perfil dos colaboradores da Companhia, que otimizou a produtividade do quadro de funcionários em decorrência da consolidação das empresas.

Combustíveis e lubrificantes

Os custos com combustíveis e lubrificantes tiveram redução de 37,3%, totalizando R$875,9 milhões em 30 de junho de 2009, em relação aos R$1.397,8 milhões gastos em 30 de junho de 2008, em função do efeito combinado (i) do reflexo da redução de 51,8% no preço médio do preço do petróleo bruto WTI no período, e de 57,1% no preço do querosene de aviação no Golfo do México, (ii) da substituição das aeronaves 767-300 por 737 *Next Generation*, mais eficientes no consumo de combustíveis e (iii) e da redução planejada da taxa de utilização das aeronaves. Esse efeito foi parcialmente compensado pela desvalorização de 25,8% da taxa média do Real frente ao Dólar no mesmo período.

Arrendamento de aeronaves

Os custos com arrendamento de aeronaves totalizaram R$353,9 milhões em 30 de junho de 2009, representando um aumento de 13,5% em comparação ao mesmo período de 2008, quando foram gastos

R$311,8 milhões devido ao aumento da frota total de 112 para 124 aeronaves entre os dois períodos e da elevação de 25,8% na taxa de câmbio média.

Comerciais e publicidade

As despesas comerciais e com publicidade passaram de R$262,6 milhões em 30 de junho de 2008 para R$168,6 milhões em 30 de junho de 2009, uma queda de 35,8%, devido a ganhos de sinergia operacionais decorrentes de nossa reestruturação societária a partir do quatro trimestre de 2008, que possibilitou menores despesas de marketing e a efetiva integração dos sistemas de reservas no primeiro trimestre de 2009. A integração da GTA com a VRG gerou maior agilidade e facilidade de compra aos passageiros, com menores despesas comerciais.

Prestação de serviços

Os custos com prestação de serviços caíram 21,7%, em relação a 30 de junho de 2008, de R$226,9 milhões para R$177,7 milhões em 30 de junho de 2009, devido à (i) redução dos serviços de rampa e *catering*, pelo encerramento das rotas intercontinentais e pelo fim da operação com os Boeing 767-300, que incorriam em maiores custos de rampa e *catering*; e (ii) redução de serviços de terceiros relacionados as operações da VRG, que passaram a ser realizados por sistemas integrados e/ou pelo quadro de funcionários da Companhia, como o exemplo do *call center*.

Material de manutenção e reparo

As despesas com materiais de manutenção e reparos aumentaram em 29,0%, para R$ 199,4 milhões em 30 de junho de 2009, quando comparada a R$ 154,6 milhões em 30 de junho de 2008. Esse aumento está relacionado a (i) aumento da frota total de 112 para 124 aeronaves, entre os dois períodos, (ii) processo de renovação e unificação da frota, substituindo areonaves 737-300 e 767-300 por 737-700/800 e (iii) despesas não-recorrentes ocorridas no primeiro trimestre, quando a Companhia realizou manutenção programada de 23 motores.

Tarifas de pouso e decolagem

As tarifas de pouso e decolagem totalizaram R$160,4 milhões em 30 de junho de 2009, ou seja, 4,9% a menos do que os R$168,6 milhões de 30 de junho de 2008, refletindo o reposicionamento da malha aérea em busca de maior rentabilidade, que gerou maior número de pousos em aeroportos nacionais.

Depreciação e amortização

A depreciação aumentou 5,5%, passando de R$65,6 milhões em 30 de junho de 2008 para R$69,2 milhões em 30 de junho de 2009, devido ao aumento da frota total de 112 para 124 aeronaves entre os dois períodos.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais (compostas principalmente por diárias, despesas de viagem e hospedagem de tripulação, despesas diretas com passageiros, locação de equipamentos e outras despesas gerais e administrativas) totalizaram R$187,7 milhões em 30 de junho de 2009, representando uma queda de 21,5% em comparação a R$239,2 milhões de 30 de junho de 2008, devido à redução das despesas com transporte terrestre, diárias de hospedagem e interrupção de voos em virtude da unificação operacional.

Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social passou de um prejuízo de R$98,6 milhões em 30 de junho de 2008 para lucro de R$538,2 milhões em 30 de junho de 2009, devido ao efeito da valorização do Real sobre o dólar de 15,7% e, consequentemente, sobre os ativos (depósitos de manutenção e de garantia de *leasings*) e passivos (endividamento financeiro) em moeda estrangeira da Companhia. Tal valorização foi o principal fator de nosso resultado financeiro líquido positivo de R$357,1

milhões em 30 de junho de 2009, em comparação a um resultado financeiro líquido positivo de R$151,7 milhões em 30 de junho de 2008.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram de R$ 91,2 milhões em 30 de junho de 2008 para R$143,0 milhões no mesmo período de 2009, em decorrência do aumento do lucro tributável.

Lucro líquido (Prejuízo) do período

Como decorrência dos fatores acima discutidos, o prejuízo líquido de R$189,8 milhões em 30 de junho de 2008 passou para um lucro líquido de R$395,1 milhões em 30 de junho de 2009.

Comparação dos resultados operacionais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008.

Nossos resultados operacionais em 2008 foram afetados pelos seguintes aspectos fundamentais:

Condições macroeconômicas. A alta recorde no preço dos combustíveis na primeira metade de 2008 e uma forte desvalorização do Real em face do Dólar na segunda metade de 2008 tiveram efeitos negativos em nossos resultados operacionais em 2008. O preço do petróleo bruto (WTI) subiu 38,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de US$72,1 por barril em 2007 para US$99,8 por barril em 2008. Em março de 2008, o petróleo bruto tipo WTI atingiu o recorde histórico de US$145,3 por barril. No contexto da crise econômica e dos mercados financeiros globais, os preços do petróleo caíram vertiginosamente no último trimestre de 2008, com o petróleo bruto tipo WTI fechando o ano de 2008 a US$57,1 o barril. Embora a taxa de câmbio média do Real em relação ao Dólar tenha caído 5,6% em relação ao mesmo período anterior, passando de R$1,95 em 2007 para R$1,84 em 2008, o Real desvalorizou-se 22,0% em termos absolutos no segundo semestre de 2008, passando de R$1,56 em julho de 2008 para a taxa recorde de R$2,34 por US$1,00 no final de 2008.

Aquisição da VRG. Em abril de 2007 a Companhia adquiriu a VRG como parte de sua estratégia de fortalecer sua posição de mercado por meio dos direitos da VRG a rotas e operação em aeroportos e de seu programa de milhagens, o maior da América do Sul. A aquisição foi aprovada pela ANAC em 3 de abril de 2007 e pelo CADE em 25 de junho de 2008. Até a aprovação pelo CADE e a subsequente reestruturação societária, concluída em 30 de setembro de 2008, tivemos que operar duas companhias aéreas totalmente independentes, o que resultou em menores taxas gerais de ocupação, coincidência de rotas, aumento de custos operacionais e indiretos e, consequentemente, em menor eficiência no exercício. Além disso, a integração operacional e tecnológica da VRG gerou custos substanciais em 2008. O lançamento e o cancelamento de nossas operações intercontinentais para destinos europeus, um negócio cuja oportunidade abraçamos no final de 2007, não se revelaram bem sucedidos e resultaram em receitas menores do que o esperado, além de custos administrativos e operacionais maiores do que o esperado. Adicionalmente, não pudemos devolver ou subarrendar todas as aeronaves Boeing 767 de fuselagem larga, que já não operamos desde o segundo semestre de 2008. Após a conclusão da reestruturação societária, começamos a consolidar nossa rede de voos padronizar a manutenção de nossas aeronaves e otimizar a alocação de funcionários, mediante a padronização de cargos, responsabilidades e salários.

Baixa utilização da frota e tarifas mais altas. Em razão dos fatores mencionados acima, nossos resultados operacionais em 2008 foram atípicos, com um aumento de 32,2% na média de tarifas e uma redução nas horas-bloco de 13,8 em 2007 para 12,1 em 2008. O cancelamento de nossas operações de longa distância e o aumento dos períodos mínimos de permanência de nossas aeronaves levou à redução de 1,7 hora-bloco na utilização de nossas aeronaves e à redução de nove trechos de voos diários em 2007 para sete trechos diários em 2008. Com base no custo por assento-quilômetro oferecido, o efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 19,7% em nossos assentos-quilômetro oferecidos em 2008. Maiores despesas com combustível nos levaram a aumentar a média das tarifas em 32,3%, o que aumentou nossos *yields* e receitas por assento-quilômetro oferecido.

Receitas Operacionais Brutas

As receitas operacionais aumentaram em 29,3%, ou R$1.513,5 milhões, para R$6.672,0 milhões em 2008, comparadas a R$5.158,4 milhões em 2007, devido ao crescimento das receitas oriundas do transporte de passageiros em R$1.388,7 milhões. Tal crescimento resultou principalmente do aumento de 15,5% no *yield*, que passou de R$20,1 em 2007 para R$23,3 em 2008. O aumento do *yield* deveu-se principalmente a um aumento de 32,3% nas tarifas médias, de R$198,0 em 2007 para R$262,0 em 2008, refletindo os aumentos nos preços dos combustíveis nos primeiros nove meses de 2008. No quarto trimestre, os *yields* continuaram em níveis elevados em razão de uma melhor gestão de *yields* no âmbito de nossa nova rede de rotas integradas, que eliminou rotas e horários coincidentes da Companhia e da VRG. As receitas de transporte de cargas aumentaram em R$47,0 milhões, em decorrência do aumento do volume transportado. Por fim, as outras receitas aumentaram em R$77,8 milhões em decorrência do aumento das receitas acessórias, tais como taxas de alterações nos voos e de bagagem em excesso, receitas de serviços de *charter* e outros serviços secundários, os quais constituem uma parcela cada vez mais importante da composição de nossas receitas.

Impostos e Contribuições

Os impostos e contribuições sobre a receita bruta aumentaram em R$71,2 milhões, ou 37,3%, passando de R$191,2 milhões em 2007 para R$262,4 milhões em 2008, devido principalmente ao aumento da receita bruta em 29,3%.

Receitas Operacionais Líquidas

Como consequência dos fatores acima descritos, as receitas operacionais líquidas aumentaram em R$1.442,3 milhões, ou 29,0%, para R$6.409,6 milhões em 2008, comparadas a R$4.967,3 milhões em 2007.

Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

Com pessoal

Os custos com pessoal aumentaram de R$794,4 milhões em 2007 para R$983,8 milhões em 2008, aumento esse de 23,8%, devido principalmente aos seguintes fatores: (i) aumento de 5,0% sobre os salários de nossos colaboradores a partir de dezembro de 2007; (ii) do aumento de 20,1% do número médio de aeronaves operacionais de 88,6 em 2007 para 106,4 em 2008; e (iii) do aumento de 1,2% no número de empregados em 2008 em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Combustíveis e lubrificantes

Os custos com combustíveis e lubrificantes aumentaram 38,6%, totalizando R$2.630,8 milhões em 2008, em relação aos R$1.898,8 milhões gastos em 2007, em razão principalmente (i) do aumento de 38,0% nos preços do petróleo tipo WTI; (ii) do crescimento de 16,0% no consumo de combustível resultante do aumento nas partidas e capacidade; e (iii) da desvalorização do Real ante o Dólar no segundo semestre de 2008.

Arrendamento de aeronaves

Os custos com arrendamento de aeronaves totalizaram R$645,1 milhões em 2008, representando um aumento de 15,5% em comparação ao mesmo período encerrado em 2007, quando foram gastos R$558,6 milhões. O aumento das despesas com arrendamento de aeronaves se deve (i) ao aumento de 20,1% no número médio de aeronaves operacionais, de 88,6 em 2007 para 106,4 em 2008; e (ii) à desvalorização do Real ante o Dólar no segundo semestre de 2008.

Comerciais e publicidade

As despesas comerciais e com publicidade passaram de R$367,9 milhões em 2007 para R$588,7 milhões em 2008, um aumento, portanto, de 60,0%, resultante (i) de despesas incorridas na operação da

Companhia e da VRG como linhas aéreas separadas até nossa reestruturação societária; (ii) do lançamento, em 2008, de um novo sistema integrado de vendas que melhorou o processo de compra, identificou sinergias operacionais e de desempenho e aprimorou o desempenho e a qualidade dos serviços de vendas *online*; e (iii) de um aumento nos incentivos a vendas principalmente durante os primeiro nove meses de 2008.

Prestação de serviços

Os custos com prestação de serviços aumentaram 21,1% em relação a 2007, de R$348,7 milhões para R$422,2 milhões em 2008, devido às rotas intercontinentais, que geralmente incorrem em maiores custos com prestadores de serviços em relação aos destinos localizados na América do Sul, bem como pelo aumento da frota média.

Material de manutenção e reparo

As despesas com materiais de manutenção e reparos totalizaram R$388,0 milhões em 2008, um aumento de 21,7% comparado as despesas de R$318,9 milhões em 2007. Esse aumento está relacionado ao crescimento no número de manutenções programadas de aeronaves durante esse período, refletindo (i) a maior frota operacional média e as menores distâncias médias de voo, o que reduziu os períodos de manutenção programada; e (ii) despesas extraordinárias com devolução de aeronaves no segundo semestre de 2008.

Tarifas de pouso e decolagem

As tarifas de pouso e decolagem aumentaram em 23,7%, totalizando R$338,4 milhões em 2008, comparado a R$273,7 milhões em 2007, principalmente em função do aumento de 21,7% nas decolagens.

Depreciação e amortização

A depreciação aumentou 35,9%, passando de R$101,7 milhões em 2007 para R$138,3 milhões em 2008, em função do aumento dos ativos fixos resultantes do acréscimo de 12 aeronaves à nossa frota consolidada durante o último trimestre de 2007, incluindo quatro 767-300 operados sob contratos de arrendamento financeiro. Isso aumentou nossos ativos fixos totais a serem depreciados durante 2008, além de causar um aumento nas partes rotativas e em outras partes, e nos estoques para fins de manutenção.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram (compostas principalmente por diárias, despesas de viagem e hospedagem de tripulação, despesas diretas com passageiros, locação de equipamentos e despesas gerais e administrativas) diminuíram 1,4%, passando de R$364,7 milhões em 2007 para R$359,5 milhões em 2008. Tal redução ocorreu principalmente em função de redução de nossas despesas administrativas.

Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição passou de lucro de R$11,6 milhões em 2007 para prejuízo de R$1.191,7 milhões em 2008, em decorrência da impacto de 31,9% da variação cambial sobre os ativos (i.e, depósitos de manutenção e de garantia de *leasings*) e passivos (endividamento financeiro) em moeda estrangeira da empresa. Tal desvalorização foi o principal fator que gerou um resultado financeiro líquido negativo de R$1.106,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, em comparação a um resultado financeiro líquido positivo de R$106,2 milhões em 31 de dezembro de 2007.

Imposto de renda e contribuição social

O crédito relativo ao imposto de renda e contribuições social passou de um valor positivo de R$257,9 milhões em 2007 para uma despesa de R$45,5 milhões em 2008, principalmente devido ao reconhecimento pontual de receitas com imposto diferido em 2007 e ao fato de que, em 2008, a GTA,

nossa antiga subsidiária operacional, apresentou um lucro tributável no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2008 que não pôde ser compensado contra os prejuízos das operações da VRG, que era uma pessoa jurídica distinta até a conclusão de nossa reestruturação societária em setembro de 2008.

Lucro líquido (Prejuízo) do período

Como resultado dos fatores acima discutidos, a Companhia auferiu prejuízo de R$1.237,1 milhões em 2008, comparado a um lucro líquido de R$268,5 milhões em 31 de dezembro de 2007.

Comparação dos resultados operacionais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2007.

Receita operacional bruta

Nossa receita operacional bruta atingiu R$5.158,4 milhões em 2007, representando um aumento de 30,5% em relação à receita operacional bruta de R$3.951,9 milhões em 2006, em razão do aumento das receitas auferidas com transporte de passageiros que passou de R$3.722,1 milhões em 2006 para R$4.742,4 milhões em 2007. Tal aumento decorre do maior volume de transporte de passageiros e do aumento de nossa capacidade operacional. As receitas com transporte de cargas aumentaram em R$45,9 milhões passando de R$126,1 milhões em 2006 para R$172,0 milhões em 2007, em decorrência do aumento do volume transportado e da maior capacidade operacional. Por fim, as outras receitas somaram R$244,0 milhões em 2007, em comparação a R$103,7 milhões em 2006, principalmente em razão do aumento das receitas acessórias, como tarifas de excesso de bagagem e remarcação de passagens.

Impostos e Contribuições

Os impostos e contribuições sobre a receita bruta aumentaram R$41,3 milhões, ou 27,6%, passando de R$149,8 milhões em 2006 para R$191,2 milhões em 2007, em razão principalmente do aumento da receita bruta.

Receita operacional líquida

Como decorrência dos fatores acima descritos, a receita operacional líquida aumentou em R$1.165,3 milhões, ou 30,6%, passando de R$3.802,0 milhões em 2006 para R$4.967,3 milhões em 2007.

Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

Com pessoal

Os custos com pessoal passaram de R$410,8 milhões em 2006 para R$794,4 milhões em 2007, aumento esse de R$383,6 milhões devido au aumento dos salários em razão da elevação de 6,0%, do custo de vida em dezembro de 2005 e do quadro de funcionários efetivos em período integral em 62,0%, que passaram para 8.840, conforme expansão por nós planejada.

Combustíveis e lubrificantes

Os custos com combustíveis e lubrificantes tiveram aumento de R$671,8 milhões, ou 54,8%, totalizando R$1.898,8 milhões em 2007, em relação aos R$1.227,0 milhões gastos em 2006, em função do principalmente do aumento do consumo de combustível em 49,6%, ou 236,3 milhões de litros, e do custo do litro do combustível em 4,1%, compensado parcialmente pela melhora na eficiência do combustível da frota, devido às aeronaves 737-800 SFP equipadas com *winglet*. O custo de combustível por assento-quilômetro oferecido diminuiu 0,7%, em razão, principalmente, do uso de aeronave com combustível mais eficiente e valorização do Real de 10,7% frente o Dólar durante o exercício em 2007, o que influenciou a determinação dos preços de combustíveis para aeronaves no Brasil.

Arrendamento de aeronaves

Os custos com arrendamento de aeronaves totalizaram R$558,6 milhões em 2007, representando um aumento de R$240,4 milhões ou 75,6% em comparação a 2006, quando foram gastos R$318,2 milhões. O aumento nas despesas com arrendamento de aeronaves se deve ao impacto do aumento do tamanho médio de nossa frota, de 34,3 para 50,1 aeronaves, parcialmente compensados pela valorização do Real em relação ao Dólar durante o ano, e pelos ganhos amortizados de R$16,0 milhões sobre as operações de *sale-lease back* para oito aeronaves 737-800 durante 2006 (amortizados sobre o prazo dos arrendamentos).

Comerciais e publicidade

As despesas comerciais e com publicidade totalizaram R$367,9 milhões em 2007, representando uma queda de R$46,7 milhões, ou 11,3%, em comparação a R$414,6 milhões gastos em 2006, principalmente devido a uma suspensão das atividades de publicidade durante o quarto trimestre de 2006 em memória às vítimas do voo 1907 e, em menor escala, a um aumento nas vendas diretas de passagens não comissionadas para 30,4% de nossas vendas totais de passagens.

Prestação de serviços

Os custos com prestação de serviços aumentaram R$149,3, ou 74,9%, em relação a 2006, passando de R$199,4 milhões para R$348,7 milhões em 2007.

Material de manutenção e reparo

As despesas com materiais de manutenção e reparos totalizaram R$318,9 milhões em 2007, em comparação a R$146,5 milhões em 2006, representando um aumento de R$172,4 milhões ou 117,7%. Esse aumento está relacionado à aquisição de 16 aeronaves adicionais, bem como a manutenção programada de 23 motores, no valor de R$77,1 milhões, principalmente de nossas aeronaves Boeing 737-300, reparos de materiais *rotable*, no valor de R$34,3 milhões e ao uso de estoque de peças sobressalentes, no valor de R$20,1 milhões.

Tarifas de pouso e decolagem

As tarifas de pouso e decolagem totalizaram R$273,7 milhões em 2007, ou seja, R$116,0 milhões a mais do que os R$157,7 milhões de 2006. Tal aumento deve-se principalmente em razão a um aumento de 36,1% em decolagens e de 21,0% nas taxas médias de tarifas de pouso. Esse aumento nas taxas domésticas de tarifas de pouso em 2006 foi substancialmente maior do que os aumentos médios em anos anteriores. Tarifas de pouso e decolagem por assento-quilômetro oferecido aumentaram 11,4%, devido ao aumento nas taxas de tarifas de pouso e dos pousos em aeroportos internacionais (que possuem taxas mais elevadas), parcialmente compensados por maior etapa média de vôo de 15,2%, e um maior índice de utilização de aeronaves.

Depreciação e amortização

Houve um aumento na depreciação de R$43,5 milhões ou 74,7%, de R$58,3 milhões em 2006 para R$101,7 milhões em 2007, devido principalmente ao aumento em nosso estoque de peças sobressalentes de aeronave e, em menor escala, a um aumento com equipamentos de tecnologia resultante da expansão de nossas operações e a adição de cinco novas aeronaves em nossa frota sujeitas à depreciação. Depreciação por assento-quilômetro oferecido aumentou 30,8% devido a um aumento para R$185,5 milhões nos ativos fixos depreciáveis, e um aumento de R$0,9 milhão relativo à depreciação de três novas aeronaves 737-.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais (compostas principalmente por diárias, despesas de viagem e hospedagem de tripulação, despesas diretas com passageiros, locação de equipamentos e despesas gerais e administrativas) totalizaram R$364,7 milhões em 2007, um aumento de R$104,1 milhões ou 39,94% em

comparação a R$260,6 milhões em 2006, devido a um aumento nas despesas gerais e administrativas decorrente da expansão de nossas operações e voos interrompidos. Outras despesas operacionais por assento-quilômetro oferecido diminuíram 7,3% em razão de reduções nas despesas com seguro, e da diminuição de 9,9% nas despesas diretas com passageiros e acomodação da tripulação de voo.

Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Como resultado dos fatores discutidos acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social diminuiu R$962,1 milhões ou 98,8% em 2007, passando de R$973,7 milhões em 2006 para R$11,6 milhões em 2007.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuições social passou de uma despesa de R$289,2 milhões em 31 de dezembro de 2006, para um valor positivo de R$256,9 milhões em 31 de dezembro de 2007, em razão do reconhecimento de benefício sobre apuração de imposto de renda e contribuição sociais diferidos em controladas.

Lucro líquido (Prejuízo) do período

Como resultado dos fatores acima discutidos, o lucro líquido (prejuízo) diminuiu R$415,9 milhões ou 58,6%, passando de R$684,5 milhões em 2006 para R$268,5 milhões em 2007.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, 2007 E 2008 E EM 30 DE JUNHO DE 2009

As tabelas abaixo apresentam um resumo dos Balanços Patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e em 30 de junho de 2009, bem como as variações ocorridas nos períodos apresentados:

Balanços Patrimoniais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em milhões de Reais)								Semestre encerrado em 30 de junho de (em milhões de Reais)		
	2006[1]	AV [2]	2007[1]	AV [2]	2008	AV [2]	Variação 07/06	Variação 08/07	2009	AV [2]	Variação 1S09/08
Ativo											
Circulante											
Disponibilidades	700,0	18,5%	916,2	15,9%	194,0	2,8%	30,9%	-78,8%	188,7	2,6%	-2,7%
Caixa Restrito	-	-	-	-	176,7	2,6%	nm[3]	nm[3]	13,2	0,2%	-92, 6%
Investimentos de curto prazo	1.006,4	26,6%	516,6	9,0%	221,0	3,2%	48,7%	-57,2%	411,9	5,6%	86,4%
Contas a receber	659,3	17,4%	916,1	15,9%	344,9	5,0%	38,9%	-62,4%	533,9	7,3%	54,8%
Estoques	75,2	2,0%	215,8	3,7%	206,4	3,0%	187,1%	-4,4%	237,1	3,2%	14,9%
Impostos diferidos e a compensar	73,5	1,9%	65,2	1,1%	110,8	1,6%	11,2%	69,8%	66,5	0,9%	-39,9%
Depósitos de manutenção	-	-	-	-	-	-	-	-	82,7	1,1%	nm[3]
Despesas antecipadas	64,5	1,7%	143,8	2,5%	123,8	1,8%	122,9%	-13,9%	108,2	1,5%	-12,6%
Créditos com empresas de arrendamento	87,8	2,3%	149,7	2,6%	129,8	1,9%	70,5%	-13,3%	111,9	1,5%	-13,8%
Outros créditos e valores	58,0	1,5%	144,5	2,5%	49,4	0,7%	149,1%	-65,8%	42,4	0,6%	-14,2%
Total do ativo circulante	**2.724,6**	**72,1%**	**3.067,9**	**53,2%**	**1.556,7**	**22,6%**	**12,6%**	**-49,3%**	**1.796,4**	**24,5%**	**15,4%**
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Depósitos em garantia	72,7	1,9%	163,5	2,8%	209,6	3,1%	124,8%	28,2%	379,7	5,2%	81,1%
Depósitos para manutenção	-	-	-	-	392,0	5,7%	-	nm[3]	327,6	4,5%	-16,4%
Caixa restrito	-	-	-	-	6,6	0,1%	-	nm[3]	7,0	0, 1%	6,1%
Impostos diferidos	23,5	0,6%	367,1	6,4%	620,5	9,0%	nm[3]	69,0%	633,0	8,6%	2,0%
Créditos com empresas de arrendamento	145,6	3,9%	-	-	-	-	-	-	-	-	nm[3]
Outros créditos e valores	2,9	0,9%	5,6	0,1%	72,8	1,1,%	93,6%	nm[3]	79,0	1,1%	8,6%
Total do realizável a longo prazo	**244,7**	**6,5%**	**536,2**	**9,3%**	**1.301,5**	**18,9%**	**119,2%**	**142,7%**	**1.426,2**	**19,4%**	**9,6%**
Ativo Permantente											
Investimentos	2,3	0,1%	884,9	15,4%	-	-	nm[3]	-	-	-	nm[3]
Imobilizado	795,4	21,0%	1.251,4	21,7%	2.998,8	43,6%	57,3%	139,6%	3.096,4	42,2%	3,3%
Intangível	-	-	-	-	1.024,3	14,9%	-	-	1.025,9	14,0%	0,2%
Diferido	13,3	0,4%	24,5	0,4%	-	-	84,6%	-100,0%	-	-	nm[3]
Total do ativo permantente	**810,9**	**21,5%**	**2.160,7**	**37,5%**	**4.023,1**	**58,5%**	**166,5%**	**86,2%**	**4.122,4**	**56,1%**	**2,5%**
Total do Ativo não circulante	**1.055,6**	**27,9%**	**2.696,9**	**46,8%**	**5.324,5**	**77,4%**	**155,5%**	**97,4%**	**5.548,6**	**75,5%**	**4,2%**
Total do ativo	**3.780,2**	**100,0%**	**5.764,8**	**100,0%**	**6.881,2**	**100,0%**	**52,5%**	**19,4%**	**7.345,0**	**100,0%**	**6,7%**
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	140,7	3,7%	824,1	14,3%	809,5	11,8%	485,8%	-1,8%	748,0	10,2%	-7,6%
Fornecedores	124,1	3,3%	326,4	5,7%	283,7	4,1%	163,0%	-13,1%	319,8	4,4%	12,7%
Arrendamentos operacionais a pagar	18,3	0,5%	36,0	0,6%	43,1	0,6%	97,2%	19,8%	48,5	0,7%	12,6%
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	-	-	157,9	2,3%	-	nm[3]	123,4	1,7%	-21,9%
Obrigações trabalhistas	87,8	2,3%	163,4	2,8%	146,8	2,1%	86,1%	-10,2%	211,1	2,9%	43, 8%
Obrigações fiscais	100,2	2,7%	68,0	1,2%	39,6	0,6%	-32,1%	-41,8%	36,2	0,5%	-8,7%
Taxas e tarifas aeroportuárias	39,2	1,0%	84,3	1,5%	97,2	1,4%	115,0%	15,3%	74,2	1,0%	-23,7%
Transportes a executar	335,3	8,9%	472,9	8,2%	572,6	8,3%	41,0%	21,1%	486,4	6,6%	-15, 0%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	43,0	1,1%	75,6	1,3%	0,6	0,0%	76,0%	-99,2%	0,6	0,0%	-
Programa de milhagem	-	-	50,1	0,9%	18,4	0,3%	-	-63,3%	57,6	0,8%	213,3%
Seguros a pagar	-	-	44,2	0,8%	54,4	0,8%	-	23,3%	-	-	-100,0%
Outras obrigações	67,0	1,8%	47,6	0,8%	278,8	4,1%	-29,0%	486,0%	125,1	1,7%	-55,1%
Total do passivo circulante	**955,5**	**25,3%**	**2.192,5**	**38,0%**	**2.502,7**	**36,4%**	**129,5%**	**14,2%**	**2.231,0**	**30,4%**	**-10,9%**
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	727,0	19,2%	1.066,1	18,5%	1.023,2	14,9%	46,6%	-4,0%	1.088,5	14,8%	6,4%
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	-	-	1.415,7	20,6%	nm[3]	nm[3]	1.237,2	16,9%	-12,6%
Impostos diferidos	-	-	-	-	327,7	4,8%	-	-	503,9	6,9%	53,7%
Provisão para contingências	5,7	0,2%	32,1	0,6%	72,3	1,1,%	461,2%	125,5%	58,1	0,8%	-19,7%
Programa de milhagem	-	-	-	-	-	-	-	-	64,0	0,9%	-
Outras obrigações	24,0	0,6%	63,1	1,1%	205,1	3,0%	163,1%	225,0%	216,1	3,0%	5,4%
Total do passivo não circulante	**756,7**	**20,0%**	**1.161,3**	**20,1%**	**3.044,1**	**44,2%**	**53,5%**	**162,1%**	**3.167,8**	**43,2%**	**4,1%**
Patrimônio líquido											
Capital social	993,7	26,3%	1.364,0	23,7%	1.364,0	19,8%	37,3%	-	1.567,5	21,3%	14,9%
Reservas de capital	89,6	2,4%	89,6	1,6%	89,6	1,3%	-	-	89,6	1,2%	-
Reservas de lucros	989,1	26,2%	954,8	16,6%	918,6	13,4%	-3,5%	-3,8%	918,6	12,5%	-
Remuneração diferida	-	-	-	-	14,4	0,2%	-	-	16,9	0,2%	17,3%
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(41,2)	-0,6%	-	-	(41,2)	-0,6%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(4,3)	-0,1%	2,7	0,1%	(16,4)	-0,2%	nm[3]	nm[3]	(5,7)	-0,1%	-65,2%
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(994,6)	-14,5%	-	-	(599,5)	-8,2%	-39,7%
Total do patrimônio líquido	**2.068,0**	**54,7%**	**2.411,0**	**41,8%**	**1.334,4**	**19,4%**	**16,6%**	**-44,7%**	**1.946,2**	**26,5%**	**45,9%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.780,2**	**100,0%**	**5.764,8**	**100,0%**	**6.881,2**	**100,0%**	**52,5%**	**19,4%**	**7.345,0**	**100,0%**	**6,6%**

(1) De acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e normas da CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2007
(2) Análise Vertical
(3) nm: não mensurado

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 e 30 de junho de 2009

Ativo

Disponibilidades

Em 30 de junho de 2009, o saldo de disponibilidades era de R$188,7 milhões, ou 2,6% inferior a 31 de dezembro de 2008, quando tal saldo era de R$194,0 milhões. Esta variação ocorreu devido ao aumento dos investimentos de curto prazo realizados pela Companhia.

Caixa restrito

Em 30 de junho de 2009, o caixa restrito era de R$13,2 milhões, 92,5% inferior a 31 de dezembro de 2008 em que o caixa restrito era de R$176,7 milhões, tal redução deve-se principalmente à liquidação de operações antecipadas de *hedge* realizadas durante o primeiro trimestre de 2009.

Investimentos de curto prazo

Em 30 de junho de 2009, os investimentos de curto prazo totalizavam R$411,9 milhões, 86,4% superior a 31 de dezembro de 2008, cujo saldo era de R$221,0 milhões. A variação ocorreu em virtude das entradas de caixa provenientes do aumento de capital de R$203,5 milhões, captação de recursos com a emissão de debêntures no montante de R$400,0 milhões e da venda de milhas antecipadas a instituições financeiras no montante aproximado de R$100,0 milhões. Esses efeitos positivos foram parcialmente compensados pelo resgate de cartas de crédito relativas aos depósitos de manutenção de aproximadamente R$250,0 milhões.

Contas a receber

Em 30 de junho de 2009, o saldo das contas a receber totalizava R$533,9 milhões, 54,8% superior a 31 de dezembro de 2008, quando tal saldo era de R$344,9 milhões. A variação ocorreu em virtude da redução do volume de desconto de recebíveis durante o primeiro semestre de 2009.

Estoques

Em 30 de junho de 2009, os estoques somavam R$237,1 milhões, 14,9% superior a 31 de dezembro de 2008, quando tal saldo era de R$206,4 milhões. Essa variação deve-se principalmente ao aumento do estoque de peças de manutenção de aeronaves.

Impostos diferidos e a compensar

Em 30 de junho de 2009, o saldo da conta de impostos diferidos e a compensar atingiu o montante de R$66,5 milhões, 39,9% menor do que o saldo em 31 de dezembro de 2008, que era de R$110,8 milhões. Essa variação refere-se substancialmente ao aumento do lucro antes de impostos.

Depósitos de manutenção, garantia e créditos com empresas de arrendamento no curto e longo prazo

Em 30 de junho de 2009, manutenção, garantia e créditos com empresas de arrendamento no curto e longo prazo atingiram o montante de R$901,8 milhões, 23,3% maior do que o saldo em 31 de dezembro de 2008, que era de R$731,4 milhões. Essa variação refere-se substancialmente ao resgate de cerca de R$230,0 milhões em cartas de crédito, que estavam como garantia desses depósitos, porém tiveram que ser substituídas por caixa da Companhia. Tal resgate foi efetuado, uma vez as cartas de crédito venciam durante o período da crise financeira mundial, que, por sua vez, teve como um de seus principais reflexos a ausência de crédito entre as principais instituições financeiras globais.

Despesas antecipadas

Em 30 de junho de 2009, o saldo das despesas antecipadas atingiu o montante de R$108,2 milhões, 12,6% menor do que o saldo em 31 de dezembro de 2008, que era de R$123,8 milhões. Essa variação refere-se substancialmente ao menor volume de despesas antecipadas no período.

Imobilizado

Em 30 de junho de 2009, o imobilizado era de R$3.096,4 milhões, 3,3% maior que em 31 de dezembro de 2008, período em que o imobilizado era de R$2.998,8 milhões. Essa variação é decorrente principalmente do aumento dos investimentos em imobilizados como bases aeroportuárias.

Intangível

Em 30 de junho de 2009, o intangível era de R$1.025,9 milhões, praticamente estável quando comparado a 31 de dezembro de 2008, período em que o intangível era de R$1.024,3 milhões.

Passivo

Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo

Em 30 de junho de 2009, o saldo da conta empréstimos e financiamentos era de R$1.836,6 milhões, praticamente estável em relação a 31 de dezembro de 2008, quando o saldo era de R$1.832,7 milhões. Essa variação deve-se principalmente ao ganho com variação cambial sobre os financiamentos denominados em Dólares, parcialmente compensada pela emissão de R$400,0 milhões de debêntures. Os empréstimos e financiamentos representavam 25,0% de nosso passivo em 30 de junho de 2009, e 26,6% em 31 de dezembro de 2008.

Fornecedores

Em 30 de junho de 2009, contas a pagar a fornecedores eram de R$319,8 milhões, representando um aumento de 12,7% em relação a R$283,7 em 31 de dezembro de 2008, decorrente do aumento do volume de contas a pagar no primeiro semestre. A conta fornecedores representava 4,4% de nosso passivo em 30 de junho de 2009, e 4,1% em 31 de dezembro de 2008.

Arrendamentos operacionais e financeiros a pagar no curto e longo prazo

Em 30 de junho de 2009, a conta de arrendamentos operacionais a pagar era de R$ 1.409,3 milhões, comparado com R$1.616,7 milhões em 31 de dezembro de 2008, demonstrando uma redução de 12,8%, basicamente devido ao efeito de ganho decorrente da variação cambial de 16,5% no período. Os arrendamentos operacionais e financeiros a pagar representavam 19,2% de nosso passivo total em 30 de junho de 2009, e 23,5% em 31 de dezembro de 2008.

Obrigações trabalhistas

Em 30 de junho de 2009, as obrigações trabalhistas eram de R$211,1 milhões, comparado a R$146,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, demonstrando um aumento de 43,8%, devido principalmente ao aumento do número de funcionários, da provisão de R$35 milhões referente ao plano de participação nos resultados e do dissídio salarial de 8,0% acordado com o sindicato a partir de dezembro de 2008. As obrigações trabalhistas representavam 2,9% de nosso passivo total em 30 de junho de 2009, e 2,1% em 31 de dezembro de 2008.

Transportes a executar

Em 30 de junho de 2009, o saldo registrado em transportes a executar era de R$486,4 milhões, comparado a R$572,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, demonstrando uma diminuição de 15,0%, basicamente devido a fatores sazonais, uma vez que o período das férias de janeiro possui maior volume de vendas antecipadas do ano, aumentando a linha de transportes a executar. O saldo registrado em

transportes a executar representava 6,6% de nosso passivo total em 30 de junho de 2009, e 8,3% em 31 de dezembro de 2008.

Impostos diferidos

Em 30 de junho de 2009, os impostos diferidos totalizavam R$503,9 milhões, comparado com R$327,7 milhões em 31 de dezembro de 2008, demonstrando um aumento de 53,7%, principalmente devido ao aumento de diferenças temporais neste período. Os impostos diferidos representavam 6,9% de nosso passivo total em 30 de junho de 2009, e 4,8% em 31 de dezembro de 2008.

Provisão para contingências

Em 30 de junho de 2009, as provisões para contingências totalizavam R$58,1 milhões, comparado com R$72,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, demonstrando uma redução de 19,7%, principalmente devido à baixa de provisões trabalhistas. As provisões para contingências representavam 0,8% de nosso passivo total em 30 de junho de 2009, e 1,1% em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou R$611,8 milhões, passando de R$1.334,4 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$1.946,2 milhões, principalmente em decorrência da geração de lucro líquido de R$395,0 milhões no período, bem como do aumento de capital no montante de R$203,5 milhões realizada no semestre.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentam variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2008 e 30 de junho de 2009.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008

Ativo

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de disponibilidades era de R$194,0 milhões, ou 78,8% inferior a 31 de dezembro de 2007, em que o saldo era de R$916,2 milhões. Esta variação ocorreu devido à geração operacional negativa de caixa nos últimos dois anos, em razão de: (i) longo período de altos custos de combustível, que representam a maior parte dos custos operacionais da Companhia, (ii) incertezas operacionais no segmento do transporte aéreo, (iii) investimentos para aquisição e desenvolvimento da VRG a partir de abril de 2007, concluída após todas as aprovações regulatórias que se concretizaram no segundo semestre de 2008.

Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2008, o caixa restrito era de R$176,7 milhões, ante a zero em 31 de dezembro de 2007. O caixa restrito foi constituído para refletir principalmente as chamadas de margem de operações de *hedge* de combustíveis, juros e câmbio contratados pela Companhia.

Investimentos de Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2008, os investimentos de curto prazo totalizavam R$221,0 milhões, 57,2% inferior a 31 de dezembro de 2007, quando os investimentos de curto prazo somaram R$516,6 milhões, devido aos mesmos fatores que levaram a redução das disponibilidades.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo das contas a receber totalizava R$344,9 milhões, 62,3% inferior a 31 de dezembro de 2007, quando tal saldo era de R$916,1 milhões. Essa variação ocorreu uma vez que parte desses ativos garantiam uma operação de capital de giro no valor de R$467,0 milhões, liquidada durante o primeiro trimestre de 2008.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta estoques era de R$206,4 milhões, 4,4% inferior a 31 de dezembro de 2007, em que o saldo era de R$215,8 milhões. Essa variação deveu-se principalmente à redução do estoque de peças de manutenção e outros.

Impostos diferidos e a compensar

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de impostos diferidos e a compensar atingiu o montante de R$110,8 milhões, 69,8% maior do que o saldo em 31 de dezembro de 2007, que era de R$65,2 milhões. Essa variação refere-se substancialmente a consolidação da VRG.

Despesas antecipadas, créditos com empresas de arrendamentos e depósitos de manutenção

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo das despesas antecipadas atingiu o montante de R$123,8 milhões, 13,9% menor do que o saldo em 31 de dezembro de 2007, que era de R$143,8 milhões. Essa variação refere-se substancialmente ao menor volume de pagamentos antecipados a fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo dos créditos com empresas de arrendamentos atingiu o montante de R$129,8 milhões, 13,3% menor do que o saldo em 31 de dezembro de 2007, que era de R$149,7 milhões. Essa variação refere-se substancialmente a substituição de disponibilidades por cartas de crédito no período.

Investimentos

Em abril de 2007, a Companhia adquiriu a VRG como parte de sua estratégia de fortalecer sua posição de mercado por meio dos direitos da VRG a rotas e operação em aeroportos e de seu programa de milhagens, o maior da América do Sul. A aquisição foi aprovada pela ANAC em 3 de abril de 2007 e pelo CADE, em 25 de junho de 2008. Até a aprovação pelo CADE e a subsequente reestruturação societária, tivemos que operar duas companhias aéreas totalmente independentes até 30 de setembro de 2008, o que resultou em menores taxas gerais de ocupação, coincidência de rotas, aumento de custos operacionais e indiretos e, consequentemente, menor eficiência no exercício. Para mais informações sobre o processo de incorporação da VRG, "Aquisição da VRG" na página 165 deste Prospecto.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2008, o imobilizado era de R$2.998,76 milhões, 139,6% maior que em 31 de dezembro de 2007, quando o imobilizado era de R$1.251,42 milhões. Essa variação é decorrente principalmente da aquisição da VRG, conforme acima descrito.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2008, o intangível era de R$1.024,3 milhões, enquanto essa linha não estava constituída no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2007. Esses ativos intangíveis foram constituídos em virtude da consolidação da VRG no balanço da Companhia, conforme também acima descrito.

Passivo

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta empréstimos e financiamentos em curto e longo prazo era de R$1.832,7 milhões, ou 3,7% superior a 31 de dezembro de 2007, quando o saldo era de R$1.890,2 milhões. Essa variação deve-se principalmente ao vencimento de parcelas de empréstimos de curto prazo. Os empréstimos e financiamentos representavam 26,6% de nosso passivo em 31 de dezembro de 2008, e 32,8% em 31 de dezembro de 2007.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2008, contas a pagar a fornecedores eram de R$283,7 milhões, representando uma redução de 13,1% em relação a 31 de dezembro de 2007, quando as contas a pagar a fornecedores eram de R$326,4 milhões, decorrente do menor volume de compras a prazo. A conta fornecedores representava 4,1% de nosso passivo em 31 de dezembro de 2008, e 5,7% em 31 de dezembro de 2007.

Arrendamentos operacionais e financeiros a pagar no curto e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2008, a conta de arrendamentos operacionais e financeiros a pagar era de R$1.616,7 milhões, comparado a R$36,0 milhões em 31 de dezembro de 2007, dado que as operações de arrendamento financeiro foram constituídos no balanço da companhia durante o exercício de 2008 pela implementação das novas regras contábeis pela Lei 11.638.

Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2008, o transporte a executar era de R$572,6 milhões, comparado a R$472,9 milhões em 31 de dezembro de 2007, demonstrando um aumento de 21,1%, basicamente devido ao aumento da capacidade operacional da Companhia. O transporte a executar representava 8,3% de nosso passivo total em 31 de dezembro de 2008, e 8,2% em 31 de dezembro de 2007.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2008, os impostos diferidos eram de R$327,7 milhões, não tendo a Companhia registrado qualquer valor na conta impostos diferidos em 31 de dezembro de 2007.

Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2008, as provisões para contingências totalizavam R$72,3 milhões, comparado a R$32,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, demonstrando um aumento de 125,5%, principalmente devido ao aumento de provisões para contingências judiciais trabalhistas e cíveis.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido diminuiu R$1.076,6 milhões, passando de R$2.411,0 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$1.334,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, principalmente em decorrência do prejuízo acumulado no período.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentam variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2007

Ativo

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de disponibilidades era de R$916,2 milhões, ou 30,9% inferior a 31 de dezembro de 2006, quando tal saldo era de R$700,00 milhões, sendo essa variação devido principalmente à aquisição da VRG em abril de 2007.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo das contas a receber totalizava R$916,1 milhões, 38,9% acima de 31 de dezembro de 2006, período em que o saldo de contas a receber era de R$659,3 milhões, devido principalmente ao maior volume de vendas durante o ano de 2007.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo da conta estoques era de R$215,8 milhões, 187,0% acima de 31 de dezembro de 2006, período em que o saldo era de R$75,2 milhões. Essa variação ocorreu devido principalmente ao aumento da frota em virtude da aquisição da VRG.

Depósitos em Garantia

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo dos depósitos em garantia atingiu o montante de R$163,5 milhões, 124,9% maior do que o saldo em 31 de dezembro de 2006, que era de R$72,7 milhões, devido ao aumento da frota em virtude da aquisição da VRG.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo da conta de imobilizado era de R$1.251,4 milhões, 57,3% maior em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2006, de R$795,4 milhões, devido à aquisição da VRG.

Passivo

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo da conta empréstimos e financiamentos em curto e longo prazo era de R$1.890,2 milhões, ou 117,8% superior a 31 de dezembro de 2006, período em que o saldo era de R$867,7 milhões. Essa variação deve-se principalmente à emissão de sênior notes com vencimento em 2017 no montante de US$225,0 milhões e ao recebimento de uma linha para aquisição de aeronaves "PDP Faciliy" no montante de US$310,0 milhões.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2007, contas a pagar a fornecedores eram de R$326,4 milhões, representando uma redução de 163,0% em relação a 31 de dezembro de 2007, quando as contas a pagar a fornecedores eram de R$124,1 milhões, decorrente do menor volume operacional.

Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2007, o transporte a executar era de R$472,9 milhões, comparado a R$335,3 milhões em 31 de dezembro de 2006, demonstrando um aumento de 41,0%, basicamente devido ao aumento da capacidade operacional da Companhia.

Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2007, as provisões para contingências totalizavam R$32,1 milhões, comparado a R$5,7 milhões em 31 de dezembro de 2006, demonstrando um aumento de 461,2%, principalmente devido ao aumento de provisões para contingências judiciais trabalhistas e cíveis.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou de R$2.068,0 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R$2.411,0 milhões em 31 de dezembro de 2007, principalmente em decorrência da emissão de ações realizada para viabilizar a aquisição da VRG.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentam variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2007.

FONTES E USOS DOS RECURSOS

Nossas principais fontes de recursos são nossas operações, emissões de valores mobiliários e financiamentos de instituições financeiras.

FLUXO DE CAIXA

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (R$ milhões)			Semestre encerrado em 30 de junho	
	2006	2007	2008	2008	2009
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	465,3	(202,9)	830,0	426,0	(309,2)
Caixa líquido proveniente das (utilizado) nas atividades de investimentos	(518,8)	(207,3)	(1.439,4)	(237,1)	(156,0)
Caixa líquido proveniente das (utilizado) nas atividades de financiamento	624,2	626,4	(112,8)	(754,1)	459,9
Aumento (redução) nas disponibilidades	700,0	916,2	194,0	565,1	(5,3)

Atividades Operacionais

Nossa geração de caixa operacional decorre substancialmente de nossas operações, podendo variar de período a período, principalmente em razão da flutuação das receitas de nossos negócios e das despesas operacionais.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, o caixa gerado por nossas atividades operacionais foi negativo em R$309,2 milhões, abaixo dos R$426,0 milhões gerados no mesmo período findo em 30 de junho de 2008. Essa variação deveu-se, principalmente, pelo resgate de cartas de crédito que cobriam depósitos de manutenção e arrendamentos de aeronaves por caixa no montante de R$250,0 milhões. Esses resgates tiveram de ser efetuados, uma vez que essas cartas venciam durante o período da crise financeira mundial que, por sua vez, teve como um de seus principais reflexos a ausência de crédito entre as principais instituições financeiras globais. Adicionalmente, durante o primeiro trimestre a Companhia incorreu em despesas extraordinárias de manutenção de aeronaves no montante de aproximadamente R$83,0 milhões. Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2009 liquidamos antecipadamente parte de nossos *hedges* de combustível e cambiais com vencimentos futuros o que geraram uma perda com efeito caixa no trimestre de R$94,2 milhões. A liquidação antecipada dessas operações de hedge durante o trimestre visou evitar possíveis aumentos em suas perdas com operações de hedge, refletindo também a menor volatilidade desses ativos no mercado financeiro. Excluindo esses fatores extraordinários e o efeito da sazonalidade, a geração de caixa operacional da companhia no semestre foi superior a R$109,0 milhões.

Nossa estratégia é depender principalmente de fluxos de caixa das operações para obter capital de giro para as operações correntes e futuras. Em 2008, geramos R$830,0 milhões em dinheiro a partir de

nossas atividades operacionais. Em 2007, ano em que adquirimos a VRG, utilizamos R$202,9 milhões de nosso caixa operacional.

Nosso fluxo de caixa deriva principalmente das nossas atividades operacionais, e pode variar de acordo com as flutuações de nossa receita operacional, custos de vendas, despesas operacionais e resultado financeiro. Nossos fluxos de caixa operacionais são afetados pelas obrigações constantes de alguns dos contratos de arrendamento operacional de aeronaves celebrados por nós, que determinam a constituição de provisões de reserva de manutenção de nossas aeronaves as quais devem ser providas de recursos em valores mínimos determinados.

Atividades de Investimento

Nos primeiros seis meses de 2009 os investimentos chegaram a R$156,0 milhões, sendo a maior parte desse valor referente a adiantamentos de pré-entrega (PDP) para aquisição de aeronaves.

Atividades de Financiamento

No encerramento do primeiro semestre de 2009, o fluxo de caixa das atividades de financiamento geraram R$459,9 milhões ante uma saída de R$754,1 em igual período do ano anterior. A Companhia realizou uma emissão de debêntures de R$400,0 milhões e uma operação de aumento de capital de R$203,5 milhões, sendo esses os principais fatores que levaram a essa geração de caixa.

LIQUIDEZ

Para administrar nossa liquidez, levamos em conta nossas disponibilidades de caixa e investimentos de curto prazo, assim como saldos de nossas contas a receber. Nossas contas a receber são afetadas pelos prazos de recebimento de nossos recebíveis de cartões de crédito. Nossos clientes podem adquirir passagens efetuando pagamentos parcelados em cartões de crédito, normalmente gerando um intervalo de um a dois meses entre o pagamento de nossos fornecedores e despesas e o efetivo recebimento das receitas de nossos serviços. Quando necessário, obtemos empréstimos para financiar nosso capital de giro, os quais podem ser garantidos por nossos recebíveis, para financiar o ciclo venda-recebimento.

A tabela abaixo demonstra certos dados chave de liquidez nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de		
	2007	**2008**	***Variação %***
	(em milhões de Reais)		
Denominados em Reais	**2.348,9**	**936,5**	**-60,1%**
Disponibilidades, investimento de curto prazo e caixa vinculado	1.432,8	591,6	-58,7%
Recebíveis de curto prazo	916,1	344,9	-62,4%
Denominados em moeda estrangeira	**695,5**	**957,2**	**37,6%**
Adiantamentos de pagamentos de pré-entrega	695,5	957,2	37,6%
Liquidez total	**3.044,4**	**1.893,7**	**-37,8%**

Em 31 de dezembro de 2008, as disponibilidades chegaram a R$591,6 milhões, incluindo R$176,7 milhões em depósitos vinculados que garantem parte de operações com o BNDES, o BDMG e operações de hedge. O saldo de R$414,9 milhões está investido em ativos com liquidez imediata. A diminuição na liquidez total em comparação com 2007 deve-se principalmente aos resultados operacionais negativos em 2008, tal como explicado acima no título — Resultados Operacionais.

Recebíveis de curto prazo incluem vendas de cartão de crédito, o programa de pagamentos parcelados Voe Fácil, contas a receber de agências de viagens e transporte de cargas. No final de 2008, pagamos antecipadamente um empréstimo para capital de giro no montante de R$467,0 milhões com recebíveis de curto prazo descontados a seu valor presente, o que resultou em uma redução de 62,4% em nossos recebíveis de curto prazo em 31 de dezembro de 2008 na comparação com 31 de dezembro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2008, tínhamos R$957,2 milhões em depósito com a Boeing a título de adiantamento para compra de aeronaves, um acréscimo de 37,6% se comparado a 31 de dezembro de 2007, principalmente em razão de um aumento no número de aeronaves a serem recebidas da Boeing sob os termos de nosso plano de frota.

Como resultado, nossa liquidez total era de R$1.893,7 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparada a R$3.044,4 em 31 de dezembro de 2007.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Tendo em vista nossa capacidade de geração de caixa e posição de liquidez descrita acima, entendemos ter a capacidade para fazer frente aos nossos compromissos financeiros, empréstimos e obrigações contratuais.

A tabela a seguir resume o vencimento das obrigações contratuais relevantes com impacto na liquidez da Companhia em 30 de junho de 2009:

	Pagamentos devidos por período (em milhões de Reais)				
	Total	**2010**	**2011 e 2012**	**2013 e 2014**	**Após 2014**
Adiantamentos para aquisição de aeronaves	R$1.778,92	R$190,94	R$509.76	R$891.27	R$186,95
Compromissos de Empréstimos de compra de aeronaves	R$13.441,78	R$1.858,97	R$1.935,29	R$4.844,64	R$4.802,88
Total	R$15.220,70	R$2.049,91	R$2.445,05	R$5.735,91	R$4.989,83

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DE COMPROMISSOS FINANCEIROS

Esperamos fazer os pagamentos relativos à aquisição de aeronaves utilizando recursos provenientes das receitas de nossas operações, de empréstimos contratados por meio de linhas de crédito de curto prazo e/ou financiamento junto ao fornecedor. Esperamos financiar o saldo do preço de aquisição das aeronaves do Boeing 737-800 *Next Generation* por meio de uma combinação de fontes, tais como disponibilidades de conta, disponibilidades decorrentes de nossas operações, contratos de financiamento bancário a juros baixos, operações de venda e arrendamento junto ao próprio fornecedor (*sale and leaseback*), ofertas de títulos de dívida ou capital e/ou financiamento junto ao fornecedor.

Os pedidos firmes de compra de aeronaves representam um compromisso financeiro significativo para a Companhia. Em 30 de junho de 2009, existiam 99 pedidos firmes e 40 opções de compra, sendo que tínhamos, nesta data, tínhamos R$600,5 milhões em disponibilidades e investimentos de curto prazo. Acreditamos que o compromisso que recebemos do *Export-Import Bank* dos Estados Unidos, para prestar garantias cobrindo aproximadamente 85,0% do preço de aquisição total das aeronaves objetos dos pedidos firmes nos possibilita obter financiamento de baixo custo para a aquisição de tais aeronaves. Podemos ter que usar nossos próprios recursos financeiros para arcar com os 15,0% remanescentes do montante total do preço de compra das referidas aeronaves. Na medida em que não contarmos com as disponibilidades de caixa suficientes para fazer tais pagamentos, podemos ser obrigados a modificar nossos planos de aquisição de aeronaves ou a incorrer em custos de financiamentos maiores do que os previstos, o que poderia ter um impacto adverso sobre nossa estratégia de crescimento e nossos negócios. Acreditamos que temos e teremos os recursos necessários disponíveis por meio da combinação de diversas fontes, como financiamentos pelo banco de desenvolvimento local e operações de venda e arrendamento junto ao próprio fornecedor (*sale and leaseback*), sem prejuízo das demais modalidades de captação de recursos junto ao mercado financeiro e de capitais.

INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS DE CAPITAL NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Nossas atividades operacionais demandam investimentos regulares em pessoal, material, ferramentas e equipamentos para manutenção em fases de nossa frota de aeronaves Boeing 737 Next Generation. Adicionalmente, em linha com nossas estratégias, procuramos investir constantemente na aquisição de novas aeronaves visando à renovação e unificação de nossa frota. Em 30 de junho de 2009 existiam 99 pedidos firmes e 40 opções de compra. Em até um ano, faremos adiantamentos para 32 aeronaves, que possuem previsão de entrega até fevereiro de 2012 e as demais com prazo superior a vinte e quatro meses. O valor aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R$15,2 bilhões (correspondendo a US$7,8 bilhões).

A tabela a seguir contém os investimentos realizados nos períodos indicados.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Semestre encerrado em 30 de junho	
	(R$ milhões)				
	2006	2007	2008	2008	2009
Pessoal	410.820	794.440	983.783	488.340	523.150
Material de manutenção e reparo	146.505	318.917	388.030	154.566	199.410
Arrendamento de aeronaves	318.192	558.625	645.089	311.776	353.894
Investimentos totais	875.517	1.671.982	2.016.902	954.682	1.076.454

Em 28 de março de 2007, a Companhia anunciou a aquisição de 100% da ações da VRG, como parte de sua estratégia de fortalecer sua posição de mercado por meio dos direitos da VRG a rotas e operação em aeroportos e de seu programa de milhagens, o maior da América do Sul, pelo valor de R$568,3 milhões, dos quais R$200,4 milhões foram pagos em moeda corrente nacional e R$367,9 milhões foram pagos mediante entrega de ações preferenciais de emissão da Companhia.

Em 4 de julho de 2007, a Companhia contratou um empréstimo de longo prazo em moeda nacional no valor de R$14,0 milhões junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), que está sendo utilizado para o financiamento parcial dos investimentos e das despesas operacionais do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais.

Não houve nos exercícios de 2006 a 2008 desinvestimentos de capital relevantes. Também não ocorreu, no mesmo período, nenhum investimento relacionado à participação em outras sociedades.

CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES

A seguir descrevemos os nossos contratos financeiros relevantes vigentes na data deste Prospecto.

Abertura de Crédito de Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia mantinha cinco linhas de crédito de curto prazo com cinco instituições financeiras que permitem empréstimos de até R$500,0 milhões. O prazo médio dos financiamentos é de 210 dias com juros de 15,0% a.a. que representam 111,5% sobre o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). Em 30 de junho de 2009, a Companhia havia tomado empréstimos no valor de R$50,0 milhões.

Empréstimo de Longo Prazo em Moeda Nacional com o BNDES

Em 29 de maio de 2006, a Companhia contratou um empréstimo de longo prazo em moeda nacional no valor de R$75,7 milhões junto ao BNDES. A linha direta de crédito aprovada pelo BNDES foi utilizada no financiamento de parte significativa da ampliação das instalações do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais, para a aquisição de equipamentos e materiais nacionais. O empréstimo BNDES tem um prazo de seis anos com juros calculados com base na TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) acrescida de 2,65% a.a. e tem garantia de contas a receber das administradoras de agências de viagem no valor de R$16,0 milhões. O principal é amortizado mensalmente em parcelas iguais no valor de R$1,2 milhões com carência de 12 meses. Em 30 de junho de 2009, o saldo devedor total era de R$43,7 milhões, sendo que R$14,2 milhões estavam classificados no curto prazo.

Empréstimo de Longo Prazo junto ao International Finance Corporation (IFC)

Em 29 de junho de 2006, a Companhia contratou um empréstimo de longo prazo junto ao *International Finance Corporation* (IFC) no valor de US$50,0 milhões correspondente a R$108,0 milhões na data da captação. O financiamento junto ao IFC está sendo utilizado pela Companhia para aquisição de peças de reposição e para capital de giro. O financiamento tem prazo de seis anos com juros calculados com base na LIBOR acrescida de 1,875% a.a. e tem garantia de peças e equipamentos pelo valor de mercado a um valor mínimo equivalente a 1,25 vezes o valor do saldo devedor. O principal é amortizado semestralmente em parcelas iguais no valor de US$4,2 milhões com

carência de 6 meses. Em 30 de junho de 2009, o saldo total devedor era de US$73,2 milhões, sendo que R$16,3 milhões estavam classificados no curto prazo.

Empréstimo de Longo Prazo em Moeda Nacional junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais)

Em 4 de julho de 2007, a Companhia contratou um empréstimo de longo prazo em moeda nacional no valor de R$14,0 milhões junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), que está sendo utilizado para o financiamento parcial dos investimentos e das despesas operacionais do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais. O empréstimo tem um prazo de cinco anos com juros calculados com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 6,0% a.a. e com garantia de contas a receber das agências de viagem no valor de R$7,3 milhões. O principal é amortizado mensalmente em parcelas iguais no valor de R$0,2 milhão com carência de 18 meses. Em 30 de junho de 2009, o saldo devedor total era de R$14,2 milhões, sendo R$2,8 milhões classificados no curto prazo.

Garantia dada em favor a controlada SKY Finance

Em 15 de outubro de 2007, a controlada SKY Finance contratou um financiamento denominado em Dólares junto a 8 bancos internacionais liderado por Calyon e Citibank, no valor de US$310,0 milhões correspondentes a R$560,0 milhões com base na taxa de câmbio em vigor na data do ingresso dos recursos, cujos recursos serão utilizados para pagamento dos adiantamentos para aquisição de 21 aeronaves Boeing 737-800 Next Generation com entrega prevista para ocorrer em 2008 e 2009. Em 15 de outubro de 2007, houve desembolso de R$273,6 milhões para pagamento de obrigações junto à Boeing (correspondente a US$151,0 milhões na data do desembolso para a Boeing) estando o restante disponível para o uso nas datas dos desembolsos programados futuros. O financiamento tem um prazo médio de 1,6 anos com juros LIBOR acrescida de 0,5% a.a. e é garantido pelo direito de compra das 21 aeronaves e pela Companhia. Em 30 de junho de 2009, o saldo devedor era de US$250,9 milhões.

Debêntures

Em 13 de maio de 2009, a Companhia aprovou a terceira emissão pública de 400 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, emitidas pela VRG, no valor nominal unitário de R$0,1 milhão totalizando R$400,0 milhões, visando o reforço do capital de giro da Companhia. O prazo de vencimento das debêntures é de 2 anos a contar da data de emissão e sua amortização será realizada em 18 pagamentos mensais e consecutivos, com 6 meses de carência, a partir do sétimo mês da data de emissão, com vencimento do último em 13 de maio de 2011. As debêntures são remuneradas a 126,5% do CDI e apresentam como garantia determinadas contas a receber das operadoras de cartão de crédito no valor de até R$250,0 milhões.

Esta emissão está sujeita ao resgate antecipado total ou parcial por parte de sua emissora a qualquer momento e a seu critério, com pagamento do prêmio de 1,0%, ou 0,5%, caso o resgate seja efetuado durante o primeiro ano, ou segundo ano contados da data de emissão, respectivamente, calculado conforme determina sua escritura. Em 30 de junho de 2009, os juros pagos mensalmente foram de R$1,9 milhão.

A Companhia possui a obrigação de cumprimento de índice financeiro nas debêntures, calculado com base nas demonstrações financeiras da Companhia, que pode requerer o vencimento antecipado na ocasião de seu não cumprimento. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado através da relação entre a geração de caixa e o serviço da dívida da Companhia. A Companhia deverá observar um índice equivalente a no mínimo 100,0% (cem por cento) no ano 2009 e 130,0% (cento e trinta por cento) no ano 2010, verificado ao final de cada exercício.

Bônus sênior e Perpétuos

Em 22 de março de 2007, a controlada Gol Finance, captou recursos mediante emissão de bônus sênior denominados em Dólares no valor nominal de US$225,0 milhões correspondentes a R$463,5 milhões na

data da captação com garantia da Companhia. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários obtidos com garantia do U.S. Exim Bank. Os bônus sênior têm vencimento em 2017, com juros de 7,5% a.a. e são considerados obrigações sênior sem garantia da Companhia.

Em 5 de abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance, captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em Dólares no valor nominal de US$200,0 milhões correspondentes a R$426,9 milhões na data da captação com garantia da Companhia. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários com garantia do U.S. Exim Bank. Os bônus perpétuos não têm vencimento determinado, podendo ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da emissão.

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 30 de junho de 2009, refletindo o reajuste frequente das cotações de mercado desses instrumentos, com base na taxa de câmbio em vigor na data do encerramento do balanço são conforme segue:

	Consolidado	
	Contábil	**Mercado**
Bônus sênior	403.409	285.477
Bônus perpétuos	346.833	202.790

Para informações adicionais acerca de nossos contratos financeiros, veja nota explicativa nº 11 às nossas demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2009, na página 513 deste Prospecto.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos, contratadas pela Companhia, se resumem em *swaps*, contratos futuros, opções cambiais e de petróleo que visam mitigar os riscos associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras, os riscos relativos a preço de combustíveis e de taxas de juros. A Política de Gestão de Riscos da Companhia estabelece controles, limites, bem como outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para monitoramento contínuo das exposições, além de proibir explicitamente a realização de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros derivativos.

OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nenhuma de nossas obrigações futuras de arrendamento operacional está refletida em nosso balanço patrimonial. Em 30 de junho de 2009, possuíamos um total de 90 aeronaves reconhecidas como arrendamento financeiro em nosso balanço patrimonial. Somos responsáveis por todos os custos de manutenção, seguro e outros custos associados com a operação destas aeronaves. No entanto, não nos comprometemos a pagar qualquer valor residual ou concedemos qualquer outra garantia para nossos credores nos termos destes contratos.

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS RISCOS DE MERCADO

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nos preços de combustíveis, taxas de câmbio e taxas de juros.

Combustível. Nossos resultados operacionais são afetados por mudanças no preço e disponibilidade de combustível. Para administrar o risco de preço, contratamos instrumentos derivativos de variação de preço de petróleo bruto. Todos os nossos instrumentos derivativos devem ter liquidez a tal ponto que nos permita ajustes de posição e tenham preços que sejam amplamente negociados. Evitamos concentração de risco de crédito. Todos os contratos são liquidados mensalmente. Não adquirimos ou contratamos instrumentos derivativos para fins especulativos ou de investimento. Em 31 de dezembro de 2008,

contratamos instrumentos derivativos de petróleo bruto, correspondendo a até 2.046.250 barris de petróleo. O valor de mercado de tais instrumentos era de R$102,3 milhões. Caso o preço de combustível em 2009 aumentasse em 10,0% em relação ao preço médio em 2008, baseado na projeção de uso de combustível de 2009, nossos custos com combustível aumentariam em aproximadamente R$207,4 milhões em 2009 em comparação com os custos com combustível em 2008, não considerando o efeito de nossos contratos derivativos. Adquirimos de um único fornecedor a maioria do combustível e dos lubrificantes que utilizamos.

Câmbio. Uma parte significativa de nossos custos e despesas operacionais, tal como serviços de manutenção de aeronaves e turbinas, pagamentos de arrendamentos mercantis e seguros de aeronaves, são denominados ou atrelados ao dólar. Para gerenciar o risco de câmbio, celebramos contratos de derivativos com diversas partes para nos proteger contra possíveis desvalorizações do Real em relação ao dólar. Em 31 de dezembro de 2008, tínhamos contratos futuros de câmbio em vigor. Como exemplo da medida de nosso risco decorrente de nossa exposição em moeda estrangeira, o aumento das despesas com serviços de manutenção de aeronaves e turbinas, pagamentos de contratos de arrendamento operacional e seguros de aeronaves incorridas em incorridas, que decorreria de uma desvalorização hipotética de R$0,10 do Real em relação ao dólar seria de aproximadamente R$58,6 milhões, não considerando o efeito de nossos instrumentos derivativos.

Juros. Nossos resultados são afetados por alterações nas taxas de juros devido ao impacto que tais alterações têm nas despesas relativas a juros de instrumentos de renda variável, contratos de arrendamento operacional de taxa variável e remuneração de rendimento gerada pelo nosso saldo de caixa e de investimentos. Em 31 de dezembro de 2008, 13,9% de nossas despesas com arrendamento de aeronaves tinham taxas de juros variáveis. Caso as taxas de juros médias sejam 10,0% superiores em 2009 do que em 2008, nossas despesas com parcelas de arrendamento operacional e de juros aumentariam aproximadamente R$8,9 milhões. Caso as taxas de juros médias sejam 10,0% inferiores em 2009 do que em 2008, nossas receitas financeiras diminuiriam aproximadamente R$10,0 milhões. Tais montantes foram determinados considerando o impacto de uma taxa de juros hipotética sobre as nossas dívidas com taxa flutuante, arrendamentos mercantis com taxa flutuante e saldos de caixa em 31 de dezembro de 2008.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes na Companhia após 30 de junho de 2009.

VISÃO GERAL DO SETOR DE AVIAÇÃO CIVIL

VISÃO GERAL

Historicamente, o transporte aéreo tem sido acessível somente ao segmento de renda mais alta da população brasileira, resultando em um nível comparativamente baixo de viagem aérea. Por esse motivo, acreditamos que o modelo de baixo custo e baixa tarifa tem potencial para aumentar substancialmente o uso do transporte aéreo no Brasil. O Brasil é o quinto maior mercado de aviação doméstica do mundo, e de acordo com a ANAC, foram efetuados em 2007, 46,0 milhões de embarques nacionais e 5,1 milhões de embarques internacionais nas companhias aéreas brasileiras no Brasil, de uma população total de aproximadamente 184,0 milhões, de acordo com o IBGE. Contrariamente, de acordo com o Departamento de Transporte americano, os Estados Unidos efetuaram em 2007, 681,0 milhões de embarques nacionais e 89,0 milhões internacionais, de uma população total de aproximadamente 304,0 milhões, de acordo com o último censo americano.

O segmento de viagens de negócios é o maior componente da demanda de viagens aéreas no Brasil e o mais lucrativo do mercado. De acordo com dados da Companhia, as viagens de negócios representaram 65% do total da demanda no Brasil para voos aéreos domésticos em 2008, o que acreditamos ser significativamente maior do que a parcela viagens de negócios domésticas na aviação civil internacional. De acordo com dados coletados junto a ANAC, os voos entre Rio de Janeiro e São Paulo responderam por 9,6% de todos os passageiros transportados em voos domésticos no Brasil em 2007. As dez principais rotas entre pares de cidades responderam por 25,9% de todos os passageiros transportados em voos domésticos no Brasil em 2007, enquanto os dez aeroportos mais cheios foram responsáveis por 72,0% e 74% de todo o tráfego doméstico de passageiros através dos aeroportos da INFRAERO em termos de chegadas e saídas em 2007 e 2008, respectivamente.

Em razão do crescimento econômico, do maior volume de passageiros e da copa do mundo programada para 2014 no Brasil, a infraestrutura de aeroportos brasileiros precisará ser aprimorada substancialmente. Além disso, em parte de 2006 e 2007, problemas técnicos e operacionais no sistema da aviação civil brasileira, incluindo a coordenação do controle de tráfego aéreo, espaço aéreo e administração de aeroportos, impactaram adversamente as operações de companhias aéreas. Várias medidas, como contratação e treinamento de pessoal adicional de controle de tráfego aéreo e investimentos em novos sistemas, terminais adicionais e capacidade de pista de aeroportos congestionados, foram tomadas pelas autoridades governamentais pertinentes, e existem discussões atualmente em andamento com um enfoque em possíveis mudanças adicionais pretendidas na estrutura organizacional do sistema de infraestrutura da aviação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre as dez rotas de maior tráfego do transporte aéreo brasileiro durante 2006 e 2007.

Par de Cidades	**Passageiros**		**Participação de Mercado da Rota**	
	2006	**2007**	**2006**	**2007**
São Paulo - Rio de Janeiro[(1)]	4.596.903	4.423.798	10,9%	9,6%
São Paulo (Congonhas) - Rio de Janeiro (Santos Dumont)	3.317.537	2.961.125	7,9%	6,4%
Rio de Janeiro (Galeão) - São Paulo (Guarulhos)	678.378	820.298	1,6%	1,8%
São Paulo (Congonhas) - Brasília	1.496.919	1.306.151	3,6%	2,8%
São Paulo (Congonhas) - Curitiba	1.292.422	1.068.056	3,1%	2,3%
São Paulo (Congonhas) - Porto Alegre	1.283.671	1.092.994	3,0%	2,4%
São Paulo (Congonhas) - Confins	1.089.284	1.015.497	2,6%	2,2%
São Paulo (Guarulhos) - Salvador	1.025.257	1.256.402	2,4%	2,7%
Rio de Janeiro (Galeão) - Salvador	780.677	883.879	1,9%	1,9%
São Paulo (Congonhas) - Florianópolis	770.707	662.087	1,8%	1,4%
São Paulo (Guarulhos) - Recife	757.726	819.480	1,8%	1,8%

Fonte: ANAC, do Anuário do Transporte Aéreo 2008
[(1)]Inclui voos entre Congonhas e Guarulhos para os aeroportos Santos Dumont ou Galeão.

A tabela abaixo apresenta o número de passageiros nos dez aeroportos de maior tráfego no Brasil em 2007 e 2008:

Aeroporto	Milhares de Passageiros (Chegadas e Partidas)	
	2007	**2008**
São Paulo—Guarulhos	18.796	20.400
São Paulo—Congonhas	15.265	13.672
Brasília	11.120	10.443
Rio de Janeiro—Galeão	10.353	10.753
Salvador	5.932	6.042
Recife	4.188	4.679
Porto Alegre	4.444	4.931
Belo Horizonte—Confins	4.340	5.189
Rio de Janeiro—Santos Dumont	3.214	3.628
Curitiba	3.907	4.281

Fonte: INFRAERO

EVOLUÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE AVIAÇÃO CIVIL

Desde 1970, a aviação civil no Brasil tem tido, na maior parte, crescimento estável medido em termos de passageiro-quilômetro transportado. De 1970 até 2008, a receita com passageiro-quilômetro nacional transportados cresceu a uma taxa anual composta de 8,7%. Nos últimos oito anos, o mercado doméstico normalmente apresentou crescimento de ano para ano em termos de passageiro-quilômetro transportado, exceto em tempos de significativa recessão econômica ou de instabilidade política, tal como a crise do petróleo nos anos 70, a crise da moratória da dívida brasileira nos anos 80 e a recessão econômica e instabilidade política no início dos anos 90.

De 2004 a 2008, a taxa de crescimento anual composta de tráfego aéreo de passageiros, em termos de passageiro-quilômetro doméstico transportado, foi de 14,0% frente a uma taxa anual composta de crescimento de capacidade disponível, em termos de assentos-quilômetro oferecidos, de 14,1%. As taxas de ocupação nacionais do setor, calculadas como passageiro-quilômetro transportado, divididas por assento-quilômetro oferecido, têm apresentado uma média de 68,8% em relação ao mesmo período. O tráfego de passageiros domésticos e a capacidade disponível para os períodos indicados são apresentados na tabela abaixo:

	2004	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
	(Em milhões, exceto percentuais)				
Assento-quilômetro Oferecido	43.034	50.182	55.608	64.597	72.841
Crescimento de Assentos-Quilômetro Oferecidos	2,6%	11,5%	10,8%	16,2%	12,8%
Passageiro-quilômetro Transportado	28.214	35.429	39.802	44.446	47.838
Crescimento de Passageiro-quilômetro Transportado	12,0%	19,4%	12,3%	11,7%	7,4%
Taxa de Ocupação	65,6%	70,2%	71,6%	68,8%	65,5%

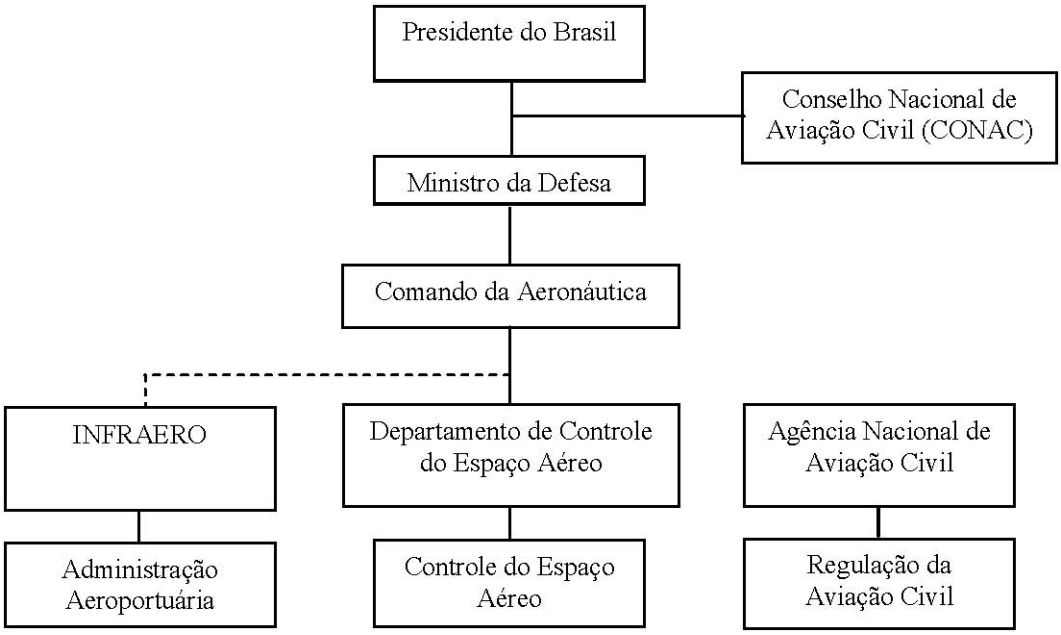
Fonte: DAC-ANAC, Anuário Estatístico, para os anos de 1999 a 2002, e Dados Comparativos Avançados, para os anos de 2004 a 2008.

REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA

Visão Geral da Regulamentação e Autoridades Brasileiras de Aviação Civil

Serviços de transporte aéreo são considerados serviços de utilidade pública e estão sujeitos à extensiva regulamentação e monitoramento do *(Comando da Aeronáutica)* do Ministério da Defesa, do CONAC e a ANAC. Serviços de transporte aéreo também são regulamentados pela Constituição Federal e pelo Código Brasileiro de Aeronáutica. O sistema brasileiro de transporte aéreo civil é controlado por várias autoridades. A ANAC é responsável pela regulamentação das companhias aéreas, o DECEA é responsável pelo controle do espaço aéreo e a INFRAERO é responsável pela administração dos aeroportos.

O seguinte quadro ilustra os principais órgãos regulatórios, suas responsabilidades e para quem se reportam dentro da estrutura governamental brasileira:



A ANAC é atualmente responsável pela orientação, planejamento, estimulação e suporte às atividades das companhias de aviação civil privadas e públicas no Brasil, e também regulamenta as questões gerais e econômicas envolvendo operações de voo que afetam o transporte aéreo, incluindo assuntos relacionados à segurança aérea, certificação e aptidão, seguro, proteção ao cliente e práticas de concorrência.

O DECEA foi criado em 5 de outubro de 2001 e se reporta indiretamente para o Ministro da Defesa do Brasil. O DECEA é responsável pelo planejamento, administração e controle das atividades relacionadas ao espaço aéreo, telecomunicações aeronáuticas e tecnologia. Isso inclui a aprovação e supervisão da implementação de equipamentos assim como navegação, meteorologia e sistemas de radar. O DECEA também controla e supervisiona o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

A INFRAERO, empresa estatal, é responsável pela administração, operação e controle de aeroportos federais, incluindo torres de controle e operações de segurança de aeroportos. Veja nessa seção "Infraestrutura dos Aeroportos".

O CONAC é órgão consultivo do Presidente da República e seu conselho consultivo é composto pelo Ministro da Defesa, o Ministro de Assuntos Exteriores, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministro do Turismo, o Ministro Chefe do Gabinete Civil, o Ministro da Justiça e o Comandante da Força Aérea. O CONAC possui competência para estabelecer políticas para a aviação civil nacional que podem ser adotadas e executadas pelo Comando da Aeronáutica e pela ANAC. O CONAC estabelece regras gerais relacionadas à adequada representação do Brasil em tratados, convenções e outras ações relacionadas com o transporte aéreo internacional, infraestrutura de aeroportos, a concessão de fundos adicionais para serem usados em benefício das companhias aéreas e aeroportos baseado em aspectos estratégicos, econômicos e de lazer, a coordenação da aviação civil, a segurança aérea, a concessão para a exploração de serviços de linhas aéreas, bem como permissão para prestação de serviços de transporte aéreo comercial.

O Código Aeronáutico brasileiro dispõe sobre as principais regras e regulamentos relacionados com a infraestrutura de aeroportos e operação, segurança de voo e proteção, certificação de companhia aérea, estrutura de arrendamento, carga, disposição, registro e licenciamento da aeronave, treinamento da equipe, concessões, inspeção e controle das linhas aéreas; serviços de companhias aéreas públicas e privadas, responsabilidade civil das linhas aéreas e multas em casos de infrações.

Recentemente, em fevereiro de 2009, o Governo Federal aprovou a nova Política Nacional de Aviação Civil (PNAC). Embora a PNAC não estabeleça nenhuma medida de imediato, ela contém as principais diretrizes para o sistema nacional de aviação civil. A política encoraja o Ministério da Defesa, o CONAC e a ANAC a

expedir regras sobre assuntos estratégicos como segurança, concorrência, questões de proteção ambiental e de defesa ao consumidor, bem como a inspecionar, revisar e avaliar as atividades de todas as companhias em operação.

O governo brasileiro reconheceu e ratificou, e deverá observar a Convenção de Varsóvia de 1929, a Convenção de Chicago de 1944 e a Convenção de Genebra de 1948, as três principais convenções internacionais relacionadas às atividades mundiais de transporte aéreo comercial.

Direitos de Rota

Rotas domésticas. Para a concessão de novas rotas e alterações nas já existentes, a ANAC avalia a capacidade real da infraestrutura do aeroporto de onde tal rota deverá ser operada. Além disso, as frequências das rotas são concedidas de acordo com as condições que são operadas em bases frequentes. Quaisquer direitos de rota de companhia aérea devem ser terminados se a companhia aérea (a) falhar em iniciar a operação de uma dada rota por um período que exceda 15 dias, (b) falhar em manter pelo menos 75% dos voos planejados em seu cronograma de transporte aéreo – HOTRAN, para qualquer período de 90 dias ou (c) suspender sua operação por um período que exceda 30 dias. A aprovação da ANAC de novas rotas ou mudanças em rotas existentes é concedida no curso de um procedimento administrativo e requer que não haja alterações em acordos existentes de concessões.

Uma vez que as rotas sejam concedidas, elas devem ser imediatamente refletidas no HOTRAN, que é o cronograma oficial de todas as rotas que uma companhia aérea pode operar. O HOTRAN prevê não só as rotas, mas também as horas de chegadas e partidas de certos aeroportos, nenhum dos quais pode ser alterado sem o consentimento prévio da ANAC. De acordo com as leis e regulamentos brasileiros, uma companhia aérea não pode vender, determinar ou transferir suas rotas para outra companhia aérea.

Rotas internacionais. Em geral, requerimentos para novas rotas internacionais, ou alterações em rotas existentes, devem ser concedidos para cada companhia aérea brasileira interessada que tenha sido previamente qualificada pela ANAC para prover serviços internacionais com a SRI (Superintendência de Relações Internacionais da ANAC), que, baseada nas provisões do acordo bilateral aplicável e políticas gerais das autoridades da aviação brasileira, submete a requisição para a ANAC para aprovação. Os direitos de rota internacional para todos os países, assim como os direitos correspondentes de trânsito, derivam de acordos de transporte aéreo bilateral negociados entre o Brasil e governos estrangeiros. De acordo com tais acordos, cada governo concede para o outro o direito de designar uma ou mais de suas companhias aéreas domésticas para operar um serviço determinado entre certos destinos em cada país. As companhias aéreas só têm o direito de pleitear novas rotas internacionais quando estas estiverem disponíveis de acordo com esses acordos. Para a concessão de novas rotas e alterações nas existentes, a ANAC tem a autoridade para aprovar as companhias aéreas brasileiras para operar novas rotas, sujeitas ao fato de que a companhia aérea tenha submetido os estudos satisfatórios para a ANAC demonstrando a viabilidade técnica e financeira de tais rotas e cumprindo certas condições com respeito à concessão de tais rotas. Quaisquer direitos de frequência de rota de companhia aérea internacional devem ser cassados se a companhia aérea falhar em manter pelo menos 80% dos voos previstos em seu cronograma de transporte aéreo HOTRAN para qualquer período de 180 dias ou suspender sua operação por um período que exceda 180 dias.

Política de slots Doméstico.

De acordo com a lei brasileira, um *slot* doméstico é uma concessão da ANAC, que se reflete no HOTRAN da companhia aérea. Cada HOTRAN representa a autorização de uma companhia aérea de decolar ou chegar a aeroportos específicos dentro de um período de tempo pré-determinado. Tal período de tempo é conhecido como "*slot* de aeroporto" e dispõe que uma companhia aérea pode operar no aeroporto específico nos momentos estabelecidos no HOTRAN. Uma companhia aérea deve requerer um *slot* adicional da ANAC com um mínimo de notificação prévia de dois meses.

Congonhas, em São Paulo, é um aeroporto coordenado no qual os *slots* devem ser alocados a uma companhia aérea para que esta possa operar lá. Atualmente, não há *slots* disponíveis nesse aeroporto. Se a capacidade de Congonhas aumentar e mais *slots* se tornarem disponíveis, 20% destes devem ser

distribuídos a novas companhias. Santos Dumont, no Rio de Janeiro, muito utilizado e com ponte aérea para São Paulo a cada 30 minutos, também é um aeroporto coordenado com certas restrições de *slots*. Vários outros aeroportos brasileiros, como o Aeroporto Internacional de Brasília e o Aeroporto Internacional de Guarulhos, por exemplo, limitaram o número de *slots* por dia em função de suas limitações estruturais.

Recentemente, a ANAC impôs restrições de horários de voo a vários aeroportos brasileiros a partir dos quais operamos. Restrições operacionais, inclusive a proibição de voos internacionais da operação da aviação civil entre as 23:00 e as 6:00, foram impostas pelo Aeroporto de Congonhas, um dos mais movimentados do Brasil e o aeroporto mais importante para nossas operações. Não podemos garantir de que esta ou outras medidas do governo não terão um efeito adverso em nossos negócios e resultados operacionais.

O CONAC tomou medidas recentes para minimizar os problemas técnicos e operacionais recentes nos aeroportos de São Paulo, redistribuindo o tráfego aéreo do aeroporto de Congonhas para os aeroportos de Guarulhos e mencionou sua intenção de ajustar as tarifas para o uso de *hubs* de aeroportos ocupados para encorajar uma maior redistribuição do tráfego aéreo.

No último trimestre de 2008, a ANAC propôs um novo regulamento para a alocação de *slots* para companhias aéreas domésticas. A regulamentação dispõe sobre a maneira de alocação dos *slots*, organizando rotatividades entre os concessionários, determinando os procedimentos para registro, qualificação, julgamento e homologação de uma requisição para concessões de *slots* em aeroportos coordenados. Além disso, tal regulamentação também estabelece as regras que permitem as transferências de *slots* entre as concessionárias. Espera-se que a resolução da ANAC seja divulgada no segundo semestre de 2009.

Ainda em 2008, a ANAC emitiu um regulamento estabelecendo um tempo mínimo para permanência de aeronaves em solo entre o pouso e a decolagem, de 40 minutos no Aeroporto Internacional de São Paulo em Guarulhos, no Aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro e nos aeroportos de Brasília, e de 30 minutos nos demais aeroportos brasileiros. Essa regulamentação afetou negativamente nossa capacidade de aumentar a utilização de nossas aeronaves minimizando o período entre os voos.

Infraestrutura Aeroportuária

A INFRAERO, empresa estatal que se reporta ao Ministério da Defesa, tem a função de gerenciar, operar e controlar os aeroportos federais, incluindo torres de controle e operações de segurança dos aeroportos.

Aeroportos menores e regionais podem pertencer a governos estaduais ou municipais do Brasil e, em tais casos, são frequentemente gerenciados por entidades governamentais locais. Nos aeroportos brasileiros mais importantes, a INFRAERO realiza as atividades de segurança, incluindo verificação de passageiros e bagagens, medidas de segurança de cargas e segurança do aeroporto.

O uso de áreas dentro de aeroportos federais, tais como hangares e balcões de *check-in*, está sujeito à concessão de uso pela INFRAERO. Caso exista mais de um candidato ao uso de determinada área do aeroporto, a concessão poderá ser outorgada pela INFRAERO por meio de procedimento de licitação.

Recebemos concessões renováveis da INFRAERO para o uso e operação de todas as nossas instalações, com prazos de um a cinco anos, nos principais aeroportos em que operamos. Nossos contratos de concessão de uso de áreas referem-se ao uso de instalações para prestação de serviços nos terminais de passageiros, incluindo balcões de *check-in*, balcões de venda em aeroportos, áreas de suporte operacional e de guarda de bagagem, e contêm disposições sobre reajustes periódicos dos valores pagos pela concessão e sobre a renovação dos prazos de concessão.

Dos 67 aeroportos brasileiros administrados atualmente pela INFRAERO, aproximadamente 20 recebem investimentos de infraestrutura. O plano de modernização dos aeroportos não exige contribuições ou investimentos por parte das companhias aéreas brasileiras e não deve ser acompanhado de aumentos nas taxas de pouso ou de passageiros nas viagens aéreas.

Concessão para Serviços de Transporte Aéreo

De acordo com a Constituição Federal, a União é responsável por serviços públicos relacionados ao transporte aéreo, bem como à infraestrutura de aeroportos, podendo prestar esses serviços diretamente ou por terceiros por meio de concessões ou autorizações. Conforme o Código Brasileiro de Aeronáutica e regulamentações emitidas pelo CONAC, o pedido de concessão para operar serviços regulares de transporte aéreo está sujeito à licença concedida pela ANAC para operar uma companhia aérea e explorar os serviços regulares de transporte aéreo. A empresa interessada deve atender a certos requisitos econômicos, financeiros, técnicos, operacionais e administrativos estabelecidos pela ANAC para que tal concessão seja outorgada. Adicionalmente, a empresa interessada em obter a concessão deve ser uma pessoa jurídica constituída no Brasil, devidamente registrada perante o Registro Aeronáutico Brasileiro, ou RAB, deve obter o Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) válido e também observar certas restrições à propriedade de suas ações ou quotas. Vide "Restrições à Propriedade de Ações de Companhias Concessionárias de Serviços de Transporte Aéreo". A ANAC possui competência para revogar uma concessão em razão do não cumprimento, pela companhia aérea, das regras do Código Brasileiro de Aeronáutica, leis e regulamentos complementares, além dos termos do contrato de concessão.

Nossa concessão foi obtida em 2 de janeiro de 2001 por ato do Alto Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa. A concessão poderá ser cassada se, entre outros fatores, deixarmos de dar atendimento a níveis específicos de serviços, cessarmos operações ou se for declarada nossa falência. Novo contrato de concessão foi firmado entre ANAC e VRG em 14 de dezembro de 2006, com prazo de vigência de 3 anos, tendo sido protocolado perante a ANAC, em 15 de julho de 2008 um pedido de renovação por mais 3 anos, mas ainda não houve resposta formal da Agência.

O Código Brasileiro de Aeronáutica e as regulamentações emitidas pelo CONAC e ANAC não estabelecem expressamente quaisquer procedimentos de licitação, e atualmente não tem sido necessário conduzir processos de licitação anteriormente à outorga de concessões para a operação de serviços de transporte aéreo. Em função do acelerado crescimento do setor de aviação civil essa norma pode ser alterada pelo governo a fim de possibilitar o aumento da concorrência ou alcançar outros objetivos políticos.

Importação de Aeronaves para o Brasil

A importação de aeronaves civis ou comerciais está sujeita à autorização prévia do COTAC, que é um sub-departamento da ANAC. A esta autorização de importação se seguem os demais procedimentos gerais para importação de bens para o Brasil, após o que o importador deve requerer o registro da aeronave no RAB.

Registro de Aeronaves

O registro de aeronaves no Brasil é regido pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, conforme o qual nenhuma aeronave está autorizada a voar no espaço aéreo brasileiro ou pousar em, e decolar do território brasileiro sem ter sido devidamente registrada. Para ser e permanecer registrada no Brasil, uma aeronave deve ter um certificado de matrícula e um certificado de aeronavegabilidade, ambos emitidos pelo RAB após inspeção técnica da aeronave pela ANAC. O certificado de matrícula emitido pela ANAC atribui nacionalidade brasileira à aeronave e comprova sua inscrição perante a autoridade competente. O certificado de aeronavegabilidade em geral é válido por 6 (seis) anos a contar da data em que a ANAC tiver inspecionado e autorizado a aeronave a voar no espaço aéreo brasileiro, sujeito à continuidade da observância de certos requisitos e condições técnicas. O registro de qualquer aeronave pode ser cancelado caso seja verificado que a aeronave não está em conformidade com os requisitos para registro e, especialmente, se a aeronave tiver deixado de se adequar a qualquer requisito de segurança especificado pela ANAC ou pelo Código Brasileiro de Aeronáutica.

Todas as informações relativas à posição contratual em que a aeronave se encontra, incluindo contratos de compra e venda, arrendamentos mercantis operacionais e hipotecas, devem ser apresentados ao RAB com a finalidade de fornecer ao público um registro atualizado de qualquer aditivo feito ao certificado de matrícula da aeronave.

Restrições à Propriedade de Ações emitidas por Companhias Concessionárias de Serviços de Transporte Aéreo

De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, para se ter direito a uma concessão para operação de serviços regulares, uma companhia aérea deve ter ao menos 80,0% de seu capital votante detido por cidadãos brasileiros e deve ter certos cargos de sua administração confiada apenas a cidadãos brasileiros. O Código Brasileiro de Aeronáutica também estabelece certas restrições na transferência do capital social das companhias concessionárias de serviços de transporte aéreo regular, tal como a VRG, incluindo o seguinte:

- as ações com direito a voto deverão ser nominativas, não podendo as ações sem direito a voto ser convertidas em ações com direito a voto;

- aprovação prévia das autoridades brasileiras de aviação civil para qualquer transferência acionária, independentemente da nacionalidade do investidor, que resulte em: mudança de controle da companhia; detenção, pelo cessionário, de mais de 10,0% do capital social da companhia; ou transferências que representem mais de 2,0% do capital social da companhia;

- a companhia deve apresentar à ANAC, no primeiro mês de cada semestre, um quadro de acionistas detalhado, incluindo uma lista de acionistas, bem como uma lista de todas as transferências de ações ocorridas no semestre anterior; e

- com base em sua revisão sobre o quadro de acionistas da companhia aérea, a ANAC pode determinar que transferências posteriores fiquem sujeitas à sua aprovação prévia.

A Companhia detém substancialmente todas as ações da VRG que é concessionária de serviços públicos de transporte aéreo regular no Brasil. Conforme o Código Brasileiro de Aeronáutica, as restrições à transferência de ações acima mencionadas aplicam-se apenas às sociedades que detêm concessões para oferecer serviços de transporte aéreo regular. Não se aplicam as restrições, portanto, à Companhia.

Legislação Ambiental

As companhias aéreas brasileiras estão sujeitas a diversas leis e regulamentações federais, estaduais e municipais sobre proteção ambiental, incluindo a disposição de resíduos o e ruído proveniente das aeronaves. Essas leis e regulamentos são aplicados por diversas autoridades governamentais e o não-cumprimento destas normas poderá sujeitar o infrator a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio-ambiente e a terceiros afetados. Na esfera civil, a legislação ambiental brasileira adota o regime da responsabilidade objetiva. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas atividades da Companhia, como a disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

Além disso, de acordo com as leis e regulamentos ambientais brasileiros, a desconsideração da personalidade jurídica pode ocorrer para que sejam garantidos recursos financeiros suficientes para a reparação dos danos causados ao meio-ambiente. Por exemplo, de acordo com uma portaria da ANAC, a operação de voos comerciais agendados partindo do ou com destino ao Aeroporto de Congonhas está sujeita a uma restrição de ruído das 23:00 às 6:00devido a sua proximidade com áreas residenciais na Cidade de São Paulo. Nossos voos agendados para o aeroporto de Congonhas têm atendido plenamente tal restrição.

Adotamos diversos procedimentos do Sistema de Gestão de Meio Ambiente (EMS) com nossos fornecedores e empregamos auditorias técnicas para fiscalizar o cumprimento de normas. Somos cautelosos e podemos recusar bens e serviços de empresas que não atendem nossos parâmetros de proteção ambiental a menos que tenhamos confirmação do cumprimento dos padrões adequados.

Estamos monitorando e analisando os desenvolvimentos em relação às alterações no protocolo de Kyoto e regulamentações de emissões nos Estados Unidos e Europa, e podemos no futuro ser obrigados a adquirir créditos de carbono para a operação de nosso negócio. Nenhuma legislação nesse sentido foi ainda aprovada no Brasil.

Lei de Falências

Em 2005, o governo brasileiro aprovou uma nova Lei de Falências, estabelecendo um novo conjunto de regras falimentares no Brasil. A reforma foi provocada pela necessidade de melhorar as possibilidades de reestruturar negócios em apuros e a recuperação de crédito.

As principais mudanças introduzidas pela nova lei de falências tratam da possibilidade de reestruturação judicial e extrajudicial. Na essência, os devedores podem negociar com os credores o reembolso de suas dívidas, incluindo reestruturações corporativas necessárias em virtude da proteção da lei.

Usando os procedimentos de recuperação extrajudicial, tomadores de empréstimos em apuros podem negociar a reestruturação diretamente com os credores sem interferência judicial. Em caso de acordo, o plano de reestruturação compromete todos os credores (reclamações fiscais e trabalhistas não estão sujeitas à reorganização extrajudicial), contanto que seja aprovada pela maioria dos credores de uma empresa e ratificado pelo tribunal de falências competente. Se o plano for rejeitado pelos credores ou não confirmado pelo tribunal de falências, o devedor pode submeter um novo plano de reestruturação amigável ou pode solicitar uma reorganização judicial.

Pela reestruturação judicial, o devedor pode apresentar um plano de reestruturação ao tribunal de falências que, se recusado por seus credores, será submetido a uma Assembleia geral de credores. A reorganização judicial compromete todos os créditos anteriores à petição (mesmo os que ainda não são devidos), exceto créditos tributários. O plano pode ser aprovado, modificado ou rejeitado. Em caso de rejeição, o devedor será declarado falido.

Entre as inovações da nova lei de falências brasileira está a mudança na ordem das reclamações, que deve seguir a seguinte ordem de prioridade: (i) reclamações trabalhistas, limitadas a um valor equivalente a 150 salários mínimos por credor, e reclamações de acidentes do trabalho; (ii) reclamações garantidas por caução, limitadas ao valor do ativo onerado; (iii) reclamações tributárias, exceto multas fiscais; (iv) reclamações com privilégios especiais; (v) reclamações com privilégios gerais; (vi) reclamações sem privilégios; (vii) multas contratuais e multas por violações criminais ou administrativas, incluindo multas fiscais; e (viii) reclamações subordinadas.

A Lei de Falências também facilita a recuperação de empresas e oferece um ambiente legal mais favorável às instituições financeiras e aos participantes de mercado de capitais oferecendo crédito e liquidez e, consequentemente, beneficia a economia brasileira como um todo reduzindo os riscos em transações de crédito.

O novo regime legal reduz os riscos dos credores priorizando, em caso de processo de falência, o pagamento de reclamações caucionadas (dívidas garantidas por caução sobre imóveis ou mercadorias) sobre reclamações tributárias. A limitação do valor designado para pagamento de reclamações trabalhistas (que é a primeira na ordem de prioridade) tende também a favorecer instituições financeiras e investidores oferecendo crédito e, consequentemente, reduzindo o risco de operações de crédito e o custo de financiamento.

A VRG é uma empresa formada de ativos e direitos da Unidade Produtiva Isolada (UPI) da antiga Varig, que apresentou pedido de falência em 17 de junho de 2005. A antiga Varig submeteu-se a uma reestruturação judicial de acordo com a nova lei de falências. A UPI foi criada pelo Plano de Recuperação de Falências da antiga Varig (incluindo as companhias aéreas Varig, Rio Sul e Nordeste, juntas, as "Empresas em recuperação"). Em virtude da Lei de falências brasileira de 2005, a UPI foi criada e vendida livre de qualquer ônus (cível, trabalhista, fiscal, previdenciária, etc.). Com a aquisição, assumimos totalmente a obrigação de assegurar que a VRG cumpra, em termos estritos, todas as condições das regras de compromisso mencionadas acima para o leilão judicial.

Acreditamos que a lei nos protege de reclamações relacionadas a falências de credores da antiga Varig no Brasil. Outros países, entretanto, podem ou não reconhecer a proteção concedida a nós em virtude dessa lei. Para mais informações, ver *"Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Companhia e ao Setor Brasileiro de Aviação Civil"* na página 90 deste Prospecto.

Legislação Pendente

Em março de 2001, o CONAC publicou, para consulta pública, uma minuta de projeto de lei em substituição ao Código Brasileiro de Aeronáutica, modernizando as leis e regulamentos básicos relacionados ao setor. De forma geral, esse projeto de lei trata de questões relativas à aviação civil, incluindo concessões de aeroportos, proteção ao consumidor, aumento da participação acionária estrangeira nas companhias aéreas, limitação de responsabilidade civil das companhias aéreas, seguros obrigatórios e multas. Esse projeto de lei ainda está sendo debatido na Câmara dos Deputados. Se aprovado, deverá ser encaminhado ao Senado Federal para nova aprovação antes de ser enviado ao Executivo para sanção presidencial.

Convenção de Cape Town

A Convenção de Cape Town pretende facilitar, para seus membros signatários, a execução de garantias e retomada das aeronaves salvaguardando os credores nas operações e estruturas internacionais que envolvem financiamento para arrendamento e compra de aeronaves. A efetiva salvaguarda dos remédios e garantias contratuais dos credores, independentemente da jurisdição em que se encontra o devedor, desde que respeitados os princípios de ordem pública locais, estimula os investimentos no setor, reduzem as taxas de juros e tornam tais operações menos onerosas para as companhias aéreas.

O *Export-Import Bank* dos Estados Unidos ("Ex-IM") estendeu sua oferta para reduzir em um terço o prêmio cobrado juntamente com garantias de financiamentos de grandes aeronaves comerciais para os países que ratificaram a Convenção de Cape Town. Se a Convenção de Cape Town for ratificada pelo governo brasileiro, futuros prêmios de garantia cobrados à Companhia pelo Ex-IM (taxas de exposição) podem ser reduzidos em até um por cento por aeronave programada para entrega antes de 31 de dezembro de 2010; contanto que o contrato de compra tenha sido confirmado até 30 de abril de 2007.

O Ex-IM também celebrou um acordo com as agências europeias de crédito à exportação pelo qual oferecerá créditos à exportação para aeronaves comerciais. Entre outros, o novo Entendimento no Setor da Aviação sobre Créditos à Exportação para Aeronaves Civis ("ASU") estabelece taxas de prêmios de garantia futuros aplicáveis a aeronaves entregues em ou após 1º de janeiro de 2011, ou por contratos firmes assinados após 30 de abril de 2007. Embora sujeitos a modificação, as taxas de exposição pagas pela Companhia nas aeronaves às quais se aplicam devem provavelmente aumentar, o valor deste aumento dependerá do risco de crédito atribuído à Companhia pelas agências de exportação participantes de acordo com os protocolos da ASU. Além disso, a Companhia não poderá mais financiar os pagamentos de amortização de empréstimos garantidos pelo Ex-Im com facilidades de empréstimo SOAR (mecanismo de alongamento de amortização e pagamento de financiamento que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento).

ATIVIDADES DA COMPANHIA

Este sumário contém um resumo das atividades e informações contábeis e operacionais da Companhia e não apresenta todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O investidor deve ler este Prospecto integralmente, incluindo as informações contidas nas seções "Fatores de Risco" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional", nas páginas 90 e 109, respectivamente, assim como nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento nas Ações.

NOSSO NEGÓCIO

Acreditamos ser uma das maiores companhias aéreas de baixo custo e baixa tarifa (*low-cost low-fare*) do mundo em termos de passageiros transportados, e a única companhia nessa categoria que oferece voos frequentes em rotas que ligam todas as principais cidades do Brasil entre si e estas às principais cidades da América do Sul. Temos uma frota operacional padronizada de 110 aeronaves Boeing 737, e oferecemos voos para grande número de destinos aos nossos clientes.

Desde o início de nossas operações em 2001, nosso serviço simples, acessível e confiável e nossa ênfase nos mercados que eram precariamente servidos ou não possuíam como alternativa bilhetes aéreos com tarifas menores, têm levado a forte reconhecimento de nossa marca e a um rápido crescimento de nossa participação de mercado. Fomos a primeira companhia a introduzir com êxito práticas e tecnologias do segmento de transportes de baixo custo na América Latina. Possuímos uma base de receita diversificada, com clientes que vão desde passageiros executivos a turistas que viajam para destinos situados em todo o Brasil e na América do Sul. Nossa estratégia é aumentar o tamanho de nossa participação de mercado atraindo novos passageiros do Brasil e da América do Sul, bem como diversificar nossas fontes de receita por meio de nossa rede consolidada de voos, moderna frota de aeronaves, marketing direcionado e nosso Programa *Smiles*. Acreditamos que o *Smiles* é o maior programa de fidelidade da América do Sul, com mais de seis milhões de associados, que oferece diversos e atraentes negócios secundários, tais como nossos serviços de transporte aéreo (Gollog) e uma variedade de mecanismos de pagamento (incluindo o Voe Fácil) concebidos para facilitar a compra de nossos bilhetes por clientes das classes de maior renda. As receitas brutas de transporte de passageiros representaram 91,9% e 90,9%, e as receitas acessórias 8,1% e 9,1%, de nossa receita bruta em 2008 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, respectivamente.

Em 30 de junho de 2009 oferecíamos cerca de 740 voos diários para 58 destinos, ligando as mais importantes cidades do Brasil, bem como os principais destinos na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Continuaremos avaliando atentamente as oportunidades de levar adiante o crescimento de nossa Companhia aumentando a frequência de voos para nossos mercados de alta demanda e oferecendo novas rotas nesses mercados (*e.g.*, para Ilha de Aruba, no Caribe), metas que serão alcançadas com nossas aeronaves Boeing 737.

Em abril de 2007, adquirimos a VRG com a intenção de aprimorar, no longo prazo, nossa posição nos competitivos setores de transporte de passageiros brasileiro e latino-americano. A VRG é uma companhia formada a partir de ativos (Unidade Produtiva Isolada) da antiga Varig, alienados sob a proteção da Lei de Falências, que buscou recuperação judicial em junho de 2005. Os direitos às rotas e à operação em aeroportos nos permitiram expandir nossas atividades no Brasil e na América do Sul e aumentar nossos *slots* no aeroporto de Congonhas em São Paulo, o mais importante para nossas operações, de 138 *slots* em 2006 para 232 *slots* no final de 2008. A aquisição foi aprovada pela ANAC em abril de 2007 e pelo CADE em junho de 2008. Em 30 de setembro de 2008, finalizamos uma reestruturação societária que resultou na incorporação de nossa antiga subsidiária operacional, GTA, pela VRG e permitiu a integração do *Smiles* à nossa rede consolidada de voos.

Após referida reestruturação societária, conseguimos melhorar nossos resultados operacionais que passaram de um resultado negativo de R$250,29 milhões, com margem operacional negativa de 8,2% no primeiro semestre de 2008, para um resultado positivo de R$181,1 milhões no primeiro semestre de

2009, com margem operacional positiva de 6,3%. Estas melhoras em nossos resultados operacionais se devem principalmente à reestruturação societária, que possibilitou a redução de nossos custos operacionais, bem como flexibilizou e aprimorou nossa estrutura operacional, permitindo-nos explorar sinergias e fornecer um serviço de transporte aéreo mais eficiente por meio de uma rede integrada de destinos no Brasil e na América do Sul, bem como fortalecer nosso Programa *Smiles*.

A tabela a seguir contém alguns dos principais indicadores financeiros e operacionais consolidados não auditados para os períodos indicados:

Informações Financeiras e Operacionais (não auditadas)	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de**		**Período encerrado em 30 de junho de**	
	2007	**2008**	**2008**	**2009**
Passageiros-quilômetro transportados (RPK)	22.670	25.308	13.734	11.616
Assento-quilômetro oferecido - ASK (em milhares)	34.349	41.107	21.735	19.183
Taxa de ocupação (%)	66,0%	61,6%	63,2%	60,5%
Yield bruto por passageiro/km (centavos)	20,9	24,2	21,5	23,7
Uso de aeronave (hora-bloco por dia)	13,8	12,1	12,6	11,3
Média da Frota Operacional	88,6	106,4	106,5	107,8
Receita operacional por assento-quilômetro oferecido(centavos)	14,5	15,6	14,1	15,1
Custo operacional por assento-quilômetro disponível (centavos)	14,6	15,8	15,3	14,2
Receita Operacional Líquida (em milhões)	4.967,3	6.409,6	3.065,1	2.897,1
Custo Operacional (em milhões)	(5.027,5)	(6.494,8)	(3.315,4)	(2.716,0)
Lucro (Prejuízo) Operacional (em milhões)	(60,2)	(85,3)	(250,3)	181,1
Margem Operacional (%)	-1,2%	-1,3%	-8,2%	6,3%
Lucro Líquido (em milhões)	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Margem Líquida (%)	5,4%	-19,3%	-6,2%	13,6%
EBITDAR (em milhões)[(2)]	600,1	698,2	127,1	604,1
Margem EBITDAR (%)	12,1%	10,9%	4,1%	20,9%

Outras Informações	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de**		**Período encerrado em 30 de junho de**	
	2007	**2008**	**2008**	**2009**
	(em R$/milhões)			
Cálculo do EBITDAR:				
Lucro (prejuízo) líquido	268,5	(1.237,1)	(189,8)	395,1
Despesas (receitas) financeiras líquidas	(106,2)	1.106,4	(151,7)	(357,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(256,9)	45,5	91,2	143,0
Depreciação e amortização	101,7	138,3	65,6	69,2
Custos com arrendamento mercantil de aeronaves	558,6	645,1	311,8	353,9
Resultados não-operacionais[(1)]	34,4	-	-	-
EBITDAR[(2)]	600,1	698,2	127,1	604,1

(1) Os resultados não-operacionais foram extintos pela MP 449 e, portanto, passaram a ser apresentados no grupo "Outras receitas (despesas) operacionais" a partir de 2008. Desta forma, o EBITDAR apresentado em 2007 e em 2008 apresenta limitações na sua comparabilidade.
(2) EBITDAR (lucro operacional antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e custos com arrendamentos mercantis de aeronaves e resultados não operacionais) é um indicador não GAAP apresentado como informação adicional para nossos investidores. Normalmente apresentamos o EBITDAR, pois acreditamos que este indicador é útil para medir o desempenho operacional de companhias aéreas, inclusive o nosso, e do setor de transportes aéreos, em que parte significativa das aeronaves é arrendada e um importante item na base de custo. Acreditamos que o impacto das despesas com arrendamento de aeronaves deve ser considerado junto com o impacto de depreciação e amortização. Assim, esse indicador mostra a capacidade de cobrir esses gastos, bem como facilita a comparação operacional com outras empresas do setor. No entanto, nenhum número deverá ser considerado isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis brasileiras, ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia. Além disso, nossos cálculos podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias.

PONTOS FORTES DA COMPANHIA

A Companhia acredita que seus principais pontos fortes são:

Mantemos baixos nossos custos operacionais. Nosso custo operacional por assento-quilômetro oferecido no período encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R$15,8 e em 30 de junho de 2009, de R$14,2. Acreditamos que nosso custo por assento-quilômetro oferecido referente aos exercícios indicados, ajustado pela média de quilômetros percorridos por voo, tenha sido ao longo do ano o menor

do mercado interno e um dos mais baixos entre as companhias aéreas de baixo custo, com base na nossa análise de dados coletados a partir de informações publicadas por outras companhias do setor e disponíveis ao público.

Nosso modelo de negócios se baseia em inovação e melhores práticas adotadas a fim de incrementar nossa eficiência operacional, dentre as quais:

> *Operação de frota nova e padronizada*. Em 30 de junho de 2009, nossa frota operacional de 110 aeronaves Boeing 737 era uma das maiores e mais jovens frotas da América Latina, com uma média de 6,8 anos. Planejamos substituir nossas aeronaves arrendadas Boeing 737-300 por Boeing 737-800 e 737-700 *Next Generation*, bem como subarrendar nossos Boeing 767 até o final de 2010. Pretendemos utilizar exclusivamente a aeronave Boeing 737-800 e 737-700 *Next Generation*, pois o fato de termos uma frota homogênea reduz nossos custos de estoque, uma vez que isto resulta na diminuição do número de peças sobressalentes necessárias, bem como da necessidade de treinar nossos pilotos para operarem diferentes tipos de aeronaves. Esse fato também simplifica nossos procedimentos operacionais e de manutenção. Dos nossos 121 pedidos firmes de compra e 40 opções de compra realizados em 2007, em 30 de junho de 2009, tínhamos 99 pedidos firmes de compra remanescentes para aeronaves Boeing 737-800 *Next Generation* a serem entregues em 2016 e 40 opções de compra adicionais. Esperamos, com isso, ser capazes de diminuir ainda mais a idade de nossa frota para controlar melhor nossos custos de manutenção.
>
> *Eficiência na manutenção*. Realizamos internamente os serviços de manutenção pesada de nossas aeronaves Boeing 737 em nosso centro de manutenção de aeronaves localizado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, Minas Gerais. Utilizamos a nova instalação para realizar manutenção pesada de fuselagem, manutenção preventiva, e reestruturações da configuração interna das aeronaves. Com nosso sistema de manutenção por fases para nossas aeronaves Boeing *Next Generation* 737-700 e 737-800, conseguimos realizar trabalho de manutenção diariamente sem sacrificar tempo de receita da aeronave e programar manutenção preventiva com maior regularidade e próximo à sua utilização, reduzindo custos. Somos uma das poucas companhias aéreas do mundo que se beneficia plenamente da filosofia de manutenção em fases do Boeing 737 *Next Generation*, sustentada por amplos investimentos em pessoal, material, ferramentas e equipamentos.
>
> *Eficiência na utilização da Internet e outros meios tecnológicos*. O uso efetivo de tecnologia nos permite manter nossos custos baixos e nossas operações altamente eficientes. Buscamos manter nossos canais de distribuição simplificados e convenientes de forma a permitir que nossos clientes interajam conosco através da Internet. Em 2008, efetuamos a maioria das vendas de passagens por meio de uma combinação de vendas em nosso site na Internet (79%) e em nosso *call center* (7%). Além disso, nossos clientes podem fazer check-in de seus voos on-line e por telefones celulares aptos a navegar na Internet. Acreditamos ser uma das maiores empresas de comércio eletrônico no Brasil e na América Latina, com R$4,8 bilhões em vendas de passagens (líquido) por meio de nosso site. Usufruímos de reduções de custo associadas à venda automatizada de passagens, tornando a seleção de opções de viagem mais conveniente para nossos clientes. Além disso, podemos oferecer a nossos clientes outros produtos relacionados a viagens utilizando taismeios tecnológicos.

Estimulamos a Demanda por nosso Serviço. Acreditamos que, por meio de nossos serviços diferenciados, criamos demanda para serviços de viagem aérea. Procuramos, em geral, manter nossas tarifas mais baixas do que as tarifas de nossos concorrentes internos. Identificamos e estimulamos uma demanda, tanto entre passageiros de viagens de negócios como entre passageiros de viagens de lazer, por viagens aéreas que sejam ao mesmo tempo seguras, convenientes, simples e acessíveis em relação às viagens aéreas, de ônibus ou de carro tradicionais. Ao combinar baixas tarifas com serviços simplificados e confiáveis, aumentamos, de maneira bem sucedida, a participação de mercado, fortalecemos a fidelização de passageiros, além de atrairmos um novo grupo de passageiros em nossos mercados. Anteriormente, estes novos passageiros não consideravam a viagem aérea como uma alternativa devido aos preços mais altos e aos procedimentos de venda mais complicados, que eram a

prática do mercado antes do início de nossas operações. Por exemplo, nossos voos noturnos, para os quais oferecemos, desde 2005, tarifas bastante competitivas, mostraram-se muito bem-sucedidos, proporcionando taxas de ocupação maiores que as de nossos outros voos. Em 2008, começamos a oferecer tarifas mais atrativas para certas rotas com tempo mínimo de permanência. Estimamos que, em média, aproximadamente 10,0% de nossos clientes sejam passageiros de primeira viagem ou que não tenham realizado nenhuma viagem aérea no último ano. Temos desenvolvido e desenvolveremos ainda mais mecanismos de pagamento flexível, como pagamentos em débito e pagamentos parcelados em longo prazo (Voe Fácil), com os quais esperamos aumentar nosso potencial de mercado e clientela a uma quantidade maior de classes sociais e, consequentemente, penetrar ainda mais nesses mercados e clientes.

Temos Forte Posição de Mercado nos Principais Aeroportos Brasileiros. Desde a aquisição da VRG, temos a maioria dos voos nos aeroportos mais movimentados do Brasil: Congonhas (São Paulo), Santos Dumont e Galeão (Rio de Janeiro), Juscelino Kubitschek (Brasília) e Confins (Belo Horizonte), conforme dados da INFRAERO. As rotas entre esses aeroportos estão entre as mais lucrativas de nossos mercados, com maiores *yields* alcançados principalmente graças aos viajantes do segmento corporativo. Em Congonhas, um aeroporto com restrições de *slots*, fomos os líderes em termos de pousos e decolagens em 2008, de acordo com dados divulgados pela INFRAERO.

Acreditamos ter o Maior Programa de Fidelidade da América Latina. Temos um programa de fidelidade (*Smiles*), que consideramos ser uma forte ferramenta de relacionamento e que está disponível a todos os passageiros. O Programa *Smiles* é uma de nossas fontes de receita, uma vez que nos permite vender milhas diretamente para empresas para fins de marketing ou utilizá-las como benefícios aos portadores de cartões de crédito de bandeira compartilhada. Mantém parcerias com cadeias de hotéis, empresas de aluguel de automóveis, editores e escolas, bem como com alguns dos maiores bancos do Brasil e da América do Sul e administradoras de cartões de crédito. Desde 2008, o Programa *Smiles* tem oferecido uma série de promoções de marketing visando envolver novamente seus associados e expandir a base de clientes. O Programa *Smiles* possuía mais de seis milhões de associados em junho de 2009. Em 30 de junho, celebramos uma parceria com o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil para emissão e administração de cartões de crédito no formato "Co-Branded". Por meio dessa parceria, as instituições financeiras poderão emitir cartões de crédito com a marca *Smiles*. Como parte do acordo, receberemos aproximadamente R$255,0 milhões (R$104 milhões já recebidos em junho de 2009), relativos à venda de milhas do Programa *Smiles*, direito de acesso e de utilização do cadastro pelas instituições financeiras e participação no faturamento registrados nos cartões emitidos.

Temos Marcas Fortes, Amplamente Reconhecidas. Acreditamos que a marca Gol tornou-se sinônimo de inovação e boa relação custo-benefício no mercado de aviação civil. Nossos clientes identificam a Gol como segura, acessível, adequada, justa e confiável, e nosso estilo moderno e simplificado na prestação de serviços de transporte aéreo nos distingue na aviação civil doméstica brasileira. Nossas marcas *Smiles*, Gollog e Voe Fácil nos permitem alcançar reconhecimento valioso do cliente em vários segmentos de negócios, além de criar para nós uma ferramenta para diversificação da marca. Nossa marca Varig é amplamente conhecida nos mercados brasileiro e sul-americano em que operamos.

Equipe Administrativa Experiente e o Alto Padrão de Governança Corporativa. Nossos acionistas controladores indiretos operam no mercado nacional de transporte de passageiros há mais de 50 anos e nossos principais executivos têm, em média, 25 anos de experiência no setor brasileiro de transporte de passageiros. Esta experiência tem nos ajudado a desenvolver os elementos mais importantes de nosso modelo de negócio de baixo custo. Nossas práticas de governança corporativa superam aquelas exibidas pela maioria, emissores na indústria de transporte e emissores de mercados emergentes, com o uso ativo e eficiente de comissões especializadas, formadas por profissionais altamente qualificados e membros da alta administração que agregam valor às decisões tomadas na gestão cotidiana de nossa Companhia. Três membros do nosso Conselho de Administração, incluindo o presidente, são conselheiros independentes. Todos os membros de nosso Conselho de Administração têm experiência ampla e internacionalmente reconhecida nas áreas da finanças corporativas, gerência de negócio, operação bancária e na indústria de transporte.

ESTRATÉGIAS DA COMPANHIA

Descrevemos abaixo os principais fatores de sucesso para o desenvolvimento de nossas atividades nos próximos anos:

Tirar Proveito de Nossa Forte Posição de Mercado no Brasil e na América Latina. Pretendemos tirar proveito de nossa forte posição de mercado, com o maior número de rotas e frequência de voos nos principais aeroportos do Brasil, da nossa malha aérea consolidada e do nosso Programa *Smiles*, a fim de aumentar a penetração em todos os segmentos de passageiros. Focamos as operações brasileiras e os destinos selecionados na América do Sul que são ou devem tornar-se lucrativos, buscando sempre aproveitar de nossa malha aérea.

Incrementar a Eficiência Operacional. Continuar a reduzir nossos custos operacionais por assento-quilômetro oferecido é uma das chaves para aumentar nossa rentabilidade. Pretendemos nos manter como uma das companhias aéreas com custos operacionais mais baixos em âmbito mundial. Pretendemos reduzir a média de idade de nossa frota com uso eficiente de combustível ao mesmo tempo em que garantimos altas taxas de utilização. Esperamos devolver ou subarrendar 21 das nossas aeronaves Boeing 737-300 e 767 até o final de 2010. Manteremos nossa política de redução dos custos operacionais em termos de passageiros por assento-quilômetro oferecido por meio da utilização eficiente de nossas aeronaves, concentrando esforços na redução do tempo de escala das aeronaves nos aeroportos e mantendo um alto número de voos diários por aeronave. Também continuaremos a utilizar inovações tecnológicas sempre que possível para reduzir nossos custos de distribuição e melhorar nossa eficiência operacional. Esperamos nos beneficiar de economias de escala e reduzir nosso custo médio por assento-quilômetro oferecido à medida que adicionamos aeronaves a uma já estabelecida e eficiente infraestrutura operacional.

Incrementar nossa Liquidez e Posição de Caixa. Acreditamos que é fundamental para nossas atividades termos liquidez e posição de caixa fortalecidas. Portanto, pretendemos reforçar nosso caixa para que possamos ter maior flexibilidade operacional e estabilidade financeira. Pretendemos utilizar os recursos provenientes da Oferta Global para reforçar o balanço patrimonial, especialmente nossas disponibilidades, proporcionando maior liquidez e capital de giro para as atividades do curso normal dos negócios da Companhia, visando alcançar nosso objetivo de contar com caixa equivalente a, no mínimo, 20,0% de nossa receita líquida operacional nos últimos 12 meses. Acreditamos que um balanço patrimonial reforçado, em conjunto com uma contínua geração de fluxo de caixa operacional, nos proporcionarão maior flexibilidade operacional, permitindo responder rapidamente às mudanças no mercado e explorar oportunidades.

Estimular a Demanda. Nossa ampla oferta de serviços de qualidade busca popularizar o transporte aéreo e estimular a demanda, especialmente de passageiros em viagens de lazer e de negócios de empresas de pequeno a médio porte, os quais, na ausência de nossos serviços, utilizariam outros meios de transporte ou não viajariam. Continuaremos oferecendo a nossos clientes formas de pagamento flexíveis, tais como pagamentos em débito, pagamentos parcelados no cartão de crédito e pagamentos parcelados mensalmente na forma de crédito direto. Por exemplo, nosso Programa Voe Fácil, que permite aos clientes qualificados pagar passagens aéreas em até 36 parcelas mensais como uma forma inovadora de aquisição de passagens aéreas, é especialmente destinado a facilitar a compra de nossas passagens por clientes pertencentes a uma maior variedade de classes de renda.

Expandir Nossa Base de Clientes. No planejamento da expansão de nossos negócios, continuaremos estabelecendo nossas rotas e frequências de voo com base no volume e no tipo de demanda nas regiões que atendemos, tanto no Brasil como na América do Sul. Estamos comprometidos em oferecer viagens aéreas a uma grande gama de viajantes. Continuaremos a popularização das viagens aéreas tornando mais acessíveis voos com tarifas baixas a uma parte maior da população, incluindo todo tipo de passageiros em viagens de negócios de pequenas e médias empresas.

Continuaremos a avaliar cuidadosamente oportunidades para atender a demanda por viagens de lazer, oferecendo mais assentos a preços mais baixos, aumentando a frequência de voos em rotas já existentes e adicionando outras rotas que contribuirão para a nossa rede e para as quais percebemos uma demanda

de mercado no Brasil. Além disso, ao oferecermos voos para destinos na América do Sul com escalas integradas em nossa rede, criamos oportunidades de aumento de tráfego e aumento de nossa taxa de ocupação, em linha com a nossa estratégia de expandir nossa rede e estimular a demanda por nossos serviços.

Acreditamos possuir a melhor plataforma para expandir nossa base de clientes no mercado em que operamos. Nossos serviços padronizados e tarifas menores atraem turistas de todas as faixas de renda. Além disso, com a integração do Programa *Smiles* às nossas operações consolidadas esperamos aumentar a penetração no segmento corporativo. Obtivemos nossa certificação de segurança de companhias aéreas (IOSA) em agosto de 2009, o que, combinado à integração do Programa *Smiles* a nossa rede consolidada de voos, acreditamos nos tornará a parceira preferida das grandes companhias aéreas internacionais que operam no Brasil, com as quais não competimos nas rotas intercontinentais. Esperamos que com essas parcerias nossos clientes possam usar suas milhas acumuladas com o Programa *Smiles* para voar até destinos internacionais na América do Norte, na Europa e na Ásia. Pretendemos fortalecer nossas parcerias existentes e estabelecer novas parcerias com as grandes companhias aéreas internacionais na forma de acordos de *code share* para aumentar ainda mais nossa rede de conexões internacionais, taxas de ocupação e lucratividade. No segundo trimestre de 2009, assinamos um acordo de cooperação comercial com a Air France-KLM que será implementado em duas fases e permitirá a integração do nosso Programa *Smiles* ao programa *Flying Blue* da Air France-KLM, abrindo caminho para um futuro acordo de *code share*. Pretendemos fortalecer nossas parcerias existentes e estabelecer novas parcerias com as grandes companhias aéreas internacionais na forma de acordos de *code share* para aumentar ainda mais nossa rede de conexões internacionais, taxas de ocupação e lucratividade. Em 2009, assinamos dois importantes acordos de *code share*, com a Air France-KLM em abril e com a American Airlines em julho.

Buscamos avaliar novas parcerias com instituições financeiras, redes de varejo, locadora de veículos e companhias de seguro. Isto porque acreditamos que tais parcerias poderão contribuir para o aumento do número de passageiros e de nossas receitas acessórias, uma vez que poderiam reforçar nossa rede de rotas, nosso Programa Smiles e nossas vendas por meio de nosso website (*e-commerce*).

Estabelecer e Aumentar Ainda Mais Nossos Negócios de Receitas Acessórias. Nossas receitas acessórias provêm de nossos negócios conjuntos Gollog, Voe Fácil, assim como taxas por cancelamento ou mudanças de voos, taxas por excesso de bagagem e outros serviços inerentes. A receita acessória representa um fluxo de receita significativo e crescente, que passou de R$234,7 milhões no primeiro semestre de 2008 para R$275,8 milhões no primeiro semestre de 2009. Queremos continuar a crescer neste negócio, que nos garante uma receita adicional sem praticamente nenhum custo adicional.

Por meio do Gollog, nosso serviço de transporte de cargas, fazemos uso eficiente de capacidade extra de nossa aeronave transportando carga. O programa Voe Fácil permite que clientes selecionados paguem por passagens aéreas em até 36 parcelas mensais, com juros. Aumentando a penetração do programa Voe Fácil, acreditamos ser capazes de incentivar a demanda por nossas passagens e aumentar nossos negócios de receitas acessórias. Estamos constantemente avaliando oportunidades para gerar outras receitas acessórias, como seguros de viagem, atividades de marketing e outros serviços que podem nos ajudar a aproveitar melhor o grande número de passageiros nos voos de nossas aeronaves e os grandes volumes de clientes usando nosso site.

Acreditamos que a oferta de produtos relacionados com viagem por meio nosso website é fundamental para o crescimento de nossas receitas acessórias. Pretendemos oferecer conforto e conveniência para nossos clientes disponibilizando em nosso website uma variedade de produtos que poderão ser comprados por meio de uma única fatura. Adicionalmente, planejamos integrar os websites do *Smiles* e da Gollog com o nosso portal de viagens para simplificar o acesso de nossos clientes.

NOSSA HISTÓRIA

A Companhia foi constituída em 12 de março de 2004 sob a forma de sociedade por ações, devidamente constituída segundo as leis do Brasil, com prazo indeterminado. Em 24 de junho de 2004, a Companhia

realizou sua oferta pública inicial de ações por meio da emissão de 18.750.000 ações preferenciais na forma de *ADSs*, nos Estados Unidos e em outros países fora do Brasil, e na forma de ações preferenciais no Brasil. Em 27 de abril de 2005, a Companhia concluiu uma oferta primária e secundária de 16.905.000 ações preferenciais na forma de *ADSs*, nos Estados Unidos e outros países fora do Brasil, e na forma de ações preferenciais no Brasil.

Aquisição da VRG

Em 28 de março de 2007, a Companhia anunciou a aquisição de 100% da ações da VRG, como parte de sua estratégia de fortalecer sua posição de mercado por meio dos direitos da VRG a rotas e operação em aeroportos e de seu programa de milhagens, o maior da América do Sul, pelo valor de R$568,3 milhões, dos quais R$200,4 milhões foram pagos em moeda corrente nacional e R$367,9 milhões foram pagos mediante entrega de ações preferenciais de emissão da Companhia. A Companhia assumiu o controle das operações em 9 abril de 2007. A aquisição foi aprovada pela ANAC em 4 de abril de 2007 e pelo CADE, autarquia antitruste brasileira, em 25 de junho de 2008. Com a aquisição da VRG, obtivemos a maioria dos voos nos aeroportos mais movimentados do Brasil: Congonhas (São Paulo), Santos Dumont (Rio de Janeiro), Juscelino Kubitschek (Brasília) e Confins (Belo Horizonte). Em Congonhas, um aeroporto com restrições de *slots*, fomos os líderes em termos de pousos e decolagens em 2008, de acordo com dados divulgados pela INFRAERO.

Reestruturação Societária

Em 23 de setembro de 2008, a ANAC aprovou o pedido de autorização para a reestruturação societária da Companhia pela qual a VRG incorporou e sucedeu a GTA e a GTI, controladas da Companhia, assumindo todos os direitos e obrigações de titularidade da GTA e da GTI. Tal reestruturação societária foi devidamente aprovada pelos órgãos competentes no dia 30 de setembro de 2008.

INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS DE CAPITAL NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Nossas atividades operacionais demandam investimentos regulares em pessoal, material, ferramentas e equipamentos para manutenção em fases de nossa frota de aeronaves Boeing 737 Next Generation. Adicionalmente, em linha com nossas estratégias, procuramos investir constantemente na aquisição de novas aeronaves visando à renovação e unificação de nossa frota. Em 30 de junho de 2009 existiam 99 pedidos firmes e 40 opções de compra. Em até um ano, faremos adiantamentos para 32 aeronaves, que possuem previsão de entrega até fevereiro de 2012 e as demais com prazo superior a vinte e quatro meses. O valor aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R$15,2 bilhões (correspondendo a US$7,8 bilhões).

A tabela a seguir contém os investimentos realizados nos períodos indicados.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Semestre encerrado em 30 de junho	
	(R$ milhões)				
	2006	2007	2008	2008	2009
Pessoal	410.820	794.440	983.783	488.340	523.150
Material de manutenção e reparo	146.505	318.917	388.030	154.566	199.410
Arrendamento de aeronaves	318.192	558.625	645.089	311.776	353.894
Investimentos totais	875.517	1.671.982	2.016.902	954.682	1.076.454

Em 28 de março de 2007, a Companhia anunciou a aquisição de 100% da ações da VRG, como parte de sua estratégia de fortalecer sua posição de mercado por meio dos direitos da VRG a rotas e operação em aeroportos e de seu programa de milhagens, o maior da América do Sul, pelo valor de R$568,3 milhões, dos quais R$200,4 milhões foram pagos em moeda corrente nacional e R$367,9 milhões foram pagos mediante entrega de ações preferenciais de emissão da Companhia.

Em 4 de julho de 2007, a Companhia contratou um empréstimo de longo prazo em moeda nacional no valor de R$14,0 milhões junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), que está sendo utilizado para o financiamento parcial dos investimentos e das despesas operacionais do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais.

Não houve nos exercícios de 2006 a 2008 desinvestimentos de capital relevantes. Também não ocorreu, no mesmo período, nenhum investimento relacionado à participação em outras sociedades.

OBJETO SOCIAL E SEDE

Nossa denominação social é Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. Nosso objeto social definido em nosso Estatuto Social é o exercício do controle acionário da VRG ou sua sucessora a qualquer título e, por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, explorar também (a) serviços de transporte aéreo regular de âmbito nacional e não regular de âmbito internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; (b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais; (c) a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças; (d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões; (e) a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves; (f) o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima; e (g) a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

A sede da Companhia está localizada na Rua Tamoios, nº 246, térreo, bairro do Jardim Aeroporto, CEP 04630-000, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil. Possuímos registro de companhia aberta junto à CVM sob o número 01956-9. O programa de DR da Companhia foi registrado na CVM em 23 de junho de 2004 sob o CVM/SRE/RDR/2004/001.

NOSSA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Companhia é uma *holding* que possui ações diretas ou indiretas de quatro subsidiárias: VRG e três subsidiárias financeiras estrangeiras, Gol Finance e GAC, sendo a última controladora direta da Sky Finance.

VRG é a subsidiária operacional da Companhia, sob a qual conduzimos nosso negócio. Em 23 de setembro de 2008, concluímos uma reestruturação societária pela qual a VRG incorporou e sucedeu a GTA e a GTI, controladas da Companhia, assumindo todos os direitos e obrigações de titularidade da GTA e da GTI. Por ser a única de nossas subsidiárias atualmente autorizada pela ANAC, por meio de concessão pública, a oferecer serviços de transporte regular de passageiros e cargas, serviços esses que representam a principal fonte de nossa receita operacional, a VRG é responsável pela quase totalidade de nossa receita.

A Gol Finance, a GAC e a Sky Finance são empresas estrangeiras estabelecidas com a finalidade de facilitar a captação de recursos no mercado financeiro e de capitais no exterior, não contribuindo de forma significativa, portanto, para a receita da Companhia.

MODELO OPERACIONAL

Rotas e Horários

Nosso modelo operacional constitui em uma malha altamente integrada com múltiplas escalas, que é diferente do modelo "ponto-a-ponto" utilizado por outras companhias aéreas de baixo custo bem-sucedidas internacionalmente. O alto nível de integração de voos em determinados aeroportos nos permite oferecer voos frequentes, sem escalas e com baixas tarifas entre os principais centros econômicos do Brasil, além de amplas conexões ao longo de nossa rede, ligando pares de cidades por meio de uma combinação de dois ou mais voos com pouco tempo de escala ou conexão. Adicionalmente, nossa rede nos permite aumentar nossas taxas de ocupação em nossas rotas de pares de cidades principais, através da utilização de aeroportos nestas cidades para permitir que nossos passageiros façam as conexões necessárias para alcançar seus destinos finais. Esta estratégia aumenta nossa taxa de ocupação, atraindo passageiros viajando para destinos secundários, os quais preferem pagar tarifas menores mesmo que isso signifique fazer uma ou mais escalas antes de chegar ao seu destino final. Mais

de 40,0% de nossos passageiros fazem conexão ou passam por um ou mais destinos antes de chegar ao destino final. Nosso modelo operacional nos possibilita estruturar nossas rotas para incluir destinos que não seriam possíveis de ser atendidos isoladamente no modelo tradicional "ponto-a-ponto", mas que se tornam possíveis de ser atendidos quando simplesmente incluídos como pontos adicionais em uma rede de rotas interligada como a nossa. Fazemos isso oferecendo voos com baixa tarifa em horários noturnos, com permanência mínima, ou durante a madrugada para destinos de menor tráfego, que são normalmente as primeiras ou últimas escalas em nossas rotas, o que nos permite aumentarmos nossa utilização de aeronaves e gerarmos receita adicional. Com a oferta de voos internacionais para destinos na América do Sul e com escalas integradas em nossa rede, criamos oportunidades de tráfego incremental, alimentando nossa rede e aumentando nossa taxa de ocupação geral e nossas vantagens competitivas e sustentando nossa estratégia de expandir nossa rede e estimulando a demanda pelos nossos serviços.

Estamos aumentando o número de voos para e com escala em Guarulhos e Galeão, dois aeroportos internacionais localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, o que esperamos resultar em novas oportunidades de crescimento nos mercados nacional e internacional e mais oportunidades de acordos de *code share* e *interline* com companhias aéreas internacionais.

Em 30 de junho de 2009, oferecíamos mais de 740 voos diários para 58 destinos ligando as mais importantes cidades do Brasil bem como os principais destinos na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Como parte de nossa estratégia de foco exclusivo no mercado brasileiro e em alguns mercados sul-americanos, decidimos, na primeira metade de 2008, interromper nossos voos intercontinentais para Frankfurt, Londres, Roma, Madrid, Cidade do México e Paris.

Serviços

Transporte de passageiros

Reconhecemos que é nosso dever oferecer ótimos serviços aos nossos clientes. Desde abril de 2009 oferecemos assentos com tarifas econômicas para turistas sensíveis a preços e passagens mais flexíveis com maior alocação de milhas *Smiles* a nossos clientes corporativos. Damos atenção especial aos detalhes que podem proporcionar uma experiência agradável e sem inconvenientes, tais como:

- viagens sem bilhetes impressos;
- vendas, *check-in*, escolha de assentos, alteração de voos e serviços de cancelamento feitos *on-line*, de forma conveniente;
- serviço de consulta on-line sobre a situação do voo;
- vendas de bilhetes e *check-in* por telefones celulares habilitados para navegação na Internet;
- *check-in* realizado pelo próprio passageiro em postos de atendimento;
- toaletes femininos exclusivos nos voos;
- serviço de bordo gentil e eficiente;
- interior da aeronave moderno;
- curtos períodos de escala das aeronaves nos terminais aeroportuários; e
- serviços grátis ou com desconto de traslado entre aeroportos e zonas de desembarque em determinadas rotas.

Buscamos alcançar operações pontuais, as quais consideramos de grande importância para nossos clientes. De acordo com nossos dados internos, que são corrigidos quanto a atrasos fora de nosso controle e alterações avisadas com antecedência em horários de voos, nossa taxa de pontualidade foi de

97,0% em 2008. De acordo com os dados da ANAC, que não são corrigidos quanto a atrasos fora de nosso controle e alterações avisadas com antecedência em horários de voos, nossa estatística de pontualidade doméstica em 2008 alcançou a média de 72,0%.

Programa de Fidelidade Smiles

Temos um programa de fidelidade (*Smiles*), que consideramos ser uma ferramenta eficiente de relacionamento disponível para todos os nossos passageiros. Os associados podem acumular milhas voando pelos voos da Gol e da Varig. Pretendemos aumentar a penetração do *Smiles* aumentando e estabelecendo parcerias com cartões de crédito afiliados ou por meio de serviços e produtos em estabelecimentos parceiros. Há quatro níveis em nosso Programa *Smiles* (*Diamante, Ouro, Prata* e *Azul*) e a qualificação para um determinado nível se baseia nas milhas voadas. O Programa *Smiles* funciona como uma fonte de receita para nós, uma vez que podemos vender milhas diretamente a empresas para fins de marketing ou utilizá-las como cartões de crédito de bandeira compartilhada. Também mantém parcerias com cadeias de hotéis, empresas de aluguel de automóveis, editores e escolas, além de manter uma parceria com alguns dos maiores bancos do Brasil e da América do Sul e administradoras de cartões de crédito. Em 2008, o programa ofereceu uma série de promoções de marketing visando envolver novamente seus associados e expandir a base de clientes. Obtivemos nossa certificação de segurança de companhias aéreas (IOSA) em agosto de 2009, o que, combinado à integração do Programa *Smiles* em nossa rede consolidada de voos, acreditamos nos tornará a parceira preferida das grandes companhias aéreas internacionais que operam no Brasil, com as quais não competimos nas rotas intercontinentais. Esperamos que com essas parcerias nossos clientes possam usar suas milhas acumuladas no Programa *Smiles* para voar até destinos internacionais na América do Norte, na Europa e na Ásia. Por exemplo, em abril de 2009 assinamos um acordo de cooperação comercial com a Air France-KLM que será implementado em duas fases e permitirá a integração do nosso Programa *Smiles* ao programa *Flying Blue* da Air France-KLM, abrindo caminho para um futuro acordo de *code share*. O Programa *Smiles* possuía mais de seis milhões de associados no final de 2008.

Receitas acessórias

Receitas acessórias, como as receitas de nossos serviços Gollog e de nosso programa Voe Fácil, além daquelas oriundas de taxas de excesso de bagagem e alterações nos voos, são uma parte cada vez mais importante de nossos negócios. O desenvolvimento adicional de nossos serviços Gollog e de nosso programa Voe Fácil é parte de nossa estratégia, e estes representaram 8,1% e 9,5% de nossas receitas consolidadas em 2008 e em 30 de junho de 2009, respectivamente.

Transporte de Cargas Gollog

Além do nosso serviço de passageiros, fazemos uso eficiente de capacidade extra no porão de nossas aeronaves através do nosso serviço de transporte de carga – Gollog. O sucesso da Gollog é o resultado do serviço único que oferecemos ao mercado: a fatura eletrônica do serviço que pode ser preenchida via Internet. O sistema Gollog oferece acesso online para essas faturas aéreas e permite aos clientes acompanhar o envio da carga de computador com acesso à Internet. Nossos 58 destinos no Brasil e na América do Sul oferecem acesso às localidades múltiplas na região. Com nossa capacidade de mais de 800 voos diários, garantimos um serviço rápido e confiável de entrega. A carga é enviada no compartimento de carga de nossas aeronaves.

Programa de parcelamento Voe Fácil

Lançamos, em novembro de 2005, o programa Voe Fácil, uma forma inovadora de compra de passagens aéreas, que permite aos clientes selecionados com base em seus históricos de crédito pagar passagens aéreas em até 36 parcelas mensais como uma forma inovadora de aquisição de passagens aéreas. O programa é especialmente destinado a clientes altamente sensíveis ao preço, muitos dos quais não têm cartões de crédito. Pagamentos parcelados são uma estratégia de vendas típica do mercado varejista brasileiro, e estamos aplicando essa técnica ao transporte de passageiros para aumentar nosso mercado e estimular a demanda por nossas passagens. Em 2008, o programa Voe Fácil aumentou seu número de vendas de passagens em 14,0% comparado a 2007.

Vendas e Distribuição

Nossos clientes podem adquirir passagens diretamente por intermédio de uma variedade de canais de distribuição, entre eles, nosso *site* na Internet, incluindo serviços de reserva pela web (BWS), GDS (Sistema de Distribuição Global), nosso *call center* e nos balcões de venda de passagens nos aeroportos.

Nosso modelo de negócios de tarifa baixa utiliza vendas de passagens no *site* da Internet como seu principal canal de distribuição. No período encerrado em 30 de junho de 2009, 72,0% de nossas receitas de transporte de passageiros, diretamente ao cliente ou por agências de viagem, foram adquiridas por meio de vendas pela Internet, tornando-nos um dos líderes mundiais nesta área. No mesmo período, 6,0% de nossas receitas de transporte de passageiros foram de passagens reservadas por meio de *call centers* e balcões de aeroportos, 21,0% por seu BWS e 1,0% de nossas vendas totais foram feitas por meio de GDS, respectivamente.

Nossos clientes podem também adquirir bilhetes indiretamente através de agências de viagem, um recurso de viagem amplamente usado no Brasil, na América do Sul, na Europa, na América do Norte e em outras regiões. Agências de viagem nos proporcionam mais de 20.000 pontos de distribuição nessas regiões. No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2009, 60,0% de nossas vendas foram para clientes que compraram os bilhetes indiretamente de agências de viagem (72,0% dessas vendas foram feitas por nosso *site*, 6,0% através de *call centers*, 21,0% por BWS (Serviços de Reserva on-line) e 1,0% por de agências de viagem por meio do sistema GDS).

O GDS nos permite acessar um grande número de profissionais de turismo aptos a vender nossas passagens a clientes em todo o mundo, e a firmar acordos de *interline* com outras companhias aéreas visando oferecer mais opções de voos e conexões a nossos passageiros, além de acrescentar um tráfego extra de passageiros à nossa malha.

Parcerias e Alianças

Nosso posicionamento no mercado nos permite negociar com êxito uma série de parcerias com as principais companhias aéreas do mundo, a maioria na forma de acordos de *code share* e *interline*. Estrategicamente, os ingressos adicionais de passageiros gerados por essas parcerias visam aumentar receitas a menores custos adicionais. Em 30 de junho de 2009 tínhamos um acordo de *code share* com a COPA Airlines e acordos de *interline* com 53 companhias aéreas, incluindo a Air France KLM, Alitalia e a TAP Air Portugal. Um acordo de *interline* é um acordo comercial entre companhias aéreas individuais para tratar de passageiros que viajam em itinerários que exigem a utilização de diferentes companhias aéreas. Tal acordo permite que seus clientes utilizem um único ticket e façam um único *check-in*, sendo a bagagem enviada ao destino final dos passageiros. Acordos de *interline* diferem dos acordos de *code share* no sentido de que acordos de *code share* geralmente se referem a numerar um voo com o código (abreviação) da companhia aérea, embora o voo seja operado por outra companhia aérea. Isso permite um melhor marketing e mais reconhecimento dos clientes sobre as ligações entre as companhias aéreas.

Desde o começo de 2009, temos um acordo de *code share* com a Air France e a KLM, segundo o qual os passageiros dessas companhias aéreas poderão fazer conexões com voos operados pela Companhia no Brasil, comercializados como voos da Air France ou da KLM. Acordos semelhantes estão sendo negociados com outras linhas aéreas internacionais. Também estamos lançando uma ligação entre nosso Programa *Smiles* e o programa Flying Blue da Air France KLM, permitindo aos clientes de ambas as companhias aéreas acumular e resgatar milhas dentro das malhas da Air France, KLM, e nossas próprias. Planejamos estabelecer acordos semelhantes com outras empresas aéreas que operam voos de longa distância que incluem o Brasil.

Um importante elemento de nossa estratégia de negócios é o atendimento ao cliente corporativo. Para estreitar ainda mais nosso relacionamento comercial com nossos clientes corporativos, também estabelecemos parcerias com redes de hotéis e empresas de aluguel de carros a fim de oferecer a nossos clientes corporativos a conveniência de transporte e acomodação combinados.

Tarifas

As companhias aéreas brasileiras têm a permissão de estabelecer suas próprias tarifas domésticas sem aprovação prévia do governo. Entretanto as tarifas domésticas são monitoradas em bases regulares pela ANAC para evitar que as companhias aéreas, que são concessionárias públicas, se envolvam em precificação predatória. As companhias aéreas têm liberdade de oferecer descontos em seus preços ou seguir outras atividades promocionais. Elas devem submeter, com uma notificação com um mínimo de cinco dias úteis de antecedência, tarifas que são estabelecidas com um desconto maior do que 65% da curva de índice das tarifas de referência por quilômetro publicada pela ANAC. Essas curvas de índice das tarifas de referência se baseiam nos custos médios operacionais, de acordo com os cálculos da ANAC.

Companhias aéreas podem estabelecer preços para tarifas internacionais vendidas no Brasil, para as quais não é necessária a aprovação prévia do governo, mas apenas o registro junto à ANAC.

Gerenciamento de Yield

O gerenciamento de *yield* envolve o uso de dados históricos e modelos de projeção estatística para produzir conhecimento sobre nossos mercados e orientação sobre como competir nos mesmos de forma a maximizar nossas receitas operacionais. O gerenciamento de *yield* e as estratégias de precificação formam a espinha dorsal de nossa estratégia de geração de receitas, e elas também estão fortemente correlacionadas com nosso planejamento de rotas e horários e nossos métodos de vendas e distribuição. Nossas práticas de gerenciamento de *yield* nos permitem não apenas reagir rapidamente em resposta a mudanças no mercado, mas também prever e introduzir tais mudanças no mercado. Por exemplo, nossos sistemas de gerenciamento de *yield* são essenciais para nos ajudar a identificar os horários e as rotas para as quais oferecemos promoções. Ao oferecermos tarifas menores para determinados assentos que nosso sistema de gerenciamento de *yield* indica que ficariam desocupadas, conseguimos auferir receita adicional e estimular a demanda dos nossos clientes.

O número de assentos que oferecemos em cada nível de tarifa em cada mercado resulta de um processo contínuo de análise e de projeção. O histórico prévio de vendas, a sazonalidade, os efeitos da concorrência e as tendências atuais de vendas são utilizados para projetar a demanda. Tarifas atuais e o conhecimento de eventos futuros em destinos que afetarão volumes de tráfego estão incluídos no modelo de projeção para alcançar uma alocação ótima de assentos para nossas tarifas em rotas específicas. Adicionalmente, nossa prática de restringir reservas de assentos e obrigar os nossos clientes a efetuar o pagamento no ato da compra ajuda a aumentar a precisão de nosso gerenciamento de *yield*. Utilizamos uma combinação de abordagens, levando em consideração *yield* e taxas de ocupação nos voos, dependendo das características dos mercados atendidos, para estruturar uma estratégia a fim de obter a maior receita por assento-quilômetro oferecido possível, equilibrando a tarifa média obtida em cada voo com o efeito correspondente em nossas taxas de ocupação. Para este fim, utilizamos uma sofisticada tecnologia de análise de projeção, otimização e concorrência, que indica a melhor composição de tarifas que podem ser oferecidas para um determinado voo, com base no histórico de comportamento de nossos clientes. Nosso sistema de gerenciamento de receitas é uma ferramenta de gerenciamento de receitas de última geração (baseada em uma plataforma Sabre Air Max RM), que é capaz de armazenar, processar, analisar e nos oferecer informações sobre os detalhes de origem e destino reais do passageiro, o que propicia à empresa uma percepção única sobre seu fluxo de passageiros, além de maximizar a receita. Essa ferramenta tem um módulo específico para companhias aéreas de baixo custo, capaz de otimizar a receita em um ambiente de tarifas sem restrições, afastando-se dos modelos tradicionais de demanda discreta entre as classes de tarifas. Trabalhamos com o Sabre para criar esta versão do produto, e fomos seu cliente de lançamento.

Segurança

Nossa maior prioridade é a segurança de nossos passageiros e funcionários. Mantemos nossas aeronaves em estrita conformidade com as especificações do fabricante e todos os regulamentos de segurança aplicáveis e desempenhamos manutenção de rotina diariamente. Nossos pilotos têm uma vasta experiência. Contamos com comandantes de voo que acumulam mais de 10.000 horas de voo em seus currículos e realizamos cursos continuamente, treinamento em simuladores de voo e seminários abordando as últimas inovações em questões de segurança. Seguimos rigorosamente os padrões estabelecidos pelo Programa de

Prevenção de Acidentes Aéreos da ANAC e instalamos um sistema denominado *Flight Operations Quality Assurance System* (Sistema de Garantia da Qualidade nas Operações Aéreas), que maximiza a prevenção pró-ativa de incidentes através da análise sistemática de nossos sistemas de gravação de dados de voo. Todas as nossas aeronaves também estão equipadas com um sistema denominado *Maintenance Operations Quality Assurance* (Garantia da Qualidade de Operações de Manutenção), um programa que monitora o desempenho e o comportamento das turbinas da aeronave. A aviação civil brasileira segue os mais elevados padrões de segurança reconhecidos mundialmente. Somos também membro ativo da *Flight Safety Foundation*, uma fundação voltada para o intercâmbio de informações sobre segurança aérea.

Frota de Aeronaves

Um elemento chave de nosso modelo comercial é operar uma frota jovem e padronizada. Em 30 de junho de 2009, tínhamos uma frota operante total de 110 aeronaves Boeing 737. Esperamos devolver todas as nossas aeronaves Boeing 737-300 durante o ano de 2009 e pretendemos concentrar nossa frota em aeronaves Boeing 737 *Next Generation*. Pretendemos operar 119 aeronaves até o final de 2012. Em 30 de junho de 2009, possuíamos seis aeronaves Boeing 767-300 arrendadas, as quais não estão em operação e que pretendemos subarrendar ou devolver em 2009/2010.

A idade média de nossas aeronaves operacionais em 31 de dezembro de 2008 era de 6,8 anos. A taxa média de utilização diária de nossa frota operacional em 2008 foi de 12,1 horas-bloco (13,8 horas-bloco em 2007).

A composição de nossa frota em 30 de junho de 2009 está descrita abaixo mais detalhadamente:

		Em 30 de junho de	
	Assentos por Aeronave	**2008**	**2009**
Frota operacional			
Boeing 737-800 *Next Generation* SFP*	187	27	37
Boeing 737-800 *Next Generation*	177	19	22
Boeing 737-700 *Next Generation*	144	32	42
Boeing 737-300	141	20	9
Boeing 767-300 ER	218	8	-
Sub total	**N/A**	**106**	**110**
Frota não operacional			
B737-300	141	4	6
B737-800 *Next Generation*	177	-	2
B767-300 ER	218	2	6
Sub Total	**N/A**	**6**	**14**
Total	**N/A**	**112**	**124**

*SFP significa *short field performance* (operação em pista curta)

Cada aeronave Boeing 737 de nossa frota é movimentada por duas turbinas CFM International Modelo CFM 56-7B22 ou por duas turbinas CFM International Modelo CFM 56-7B24.

A tabela abaixo apresenta o desenvolvimento projetado de nossa frota operacional em 31 de dezembro de 2009 e o desenvolvimento esperado de nossa frota operacional até 31 de dezembro de 2014:

Plano de Frota	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
B737-800 *Next Generation**	66	71	75	79	81	85
B737-700 *Next Generation*	42	40	40	40	40	40
Total	**108**	**111**	**115**	**119**	**121**	**125**

* Inclui aeronaves SFP (*short field performance* – operação em pista curta)

Iremos revisar esse plano de acordo com nossas projeções de crescimento potencial nos mercados em que operamos.

As aeronaves Boeing 737-700 *Next Generation* e Boeing 737-800 *Next Generation* que atualmente compõem nossa frota, são eficientes em termos de consumo de combustível e altamente confiáveis. Elas atendem satisfatoriamente às nossas necessidades de operação eficiente em termos de custo, pelas seguintes razões:

- contam com rotinas de manutenção comparativamente padronizadas;
- exigem apenas um tipo de treinamento padrão para nossas tripulações;
- utilizam em média 7,0% a menos de combustível do que outras aeronaves de tamanho comparável, de acordo com a Boeing; e
- têm um dos menores custos operacionais por ASK em sua classe.

Além de serem eficientes no consumo de combustível, as aeronaves Boeing 737-700/800 *Next Generation* são equipadas com tecnologia avançada que proporciona estabilidade de voo, permitindo uma experiência de voo mais confortável para nossos passageiros. Usamos um único tipo de aeronave para preservar a simplicidade de nossas operações. Como resultado, a introdução de qualquer novo modelo de aeronave em nossa frota apenas será feita se, após cuidadosa análise, entendermos que tal medida reduzirá nossos custos operacionais. A maior parte de nossas aeronaves Boeing 737-800 *Next Generation* arrendadas foi equipada com *blended winglets* e todas as aeronaves Boeing 737-800 *Next Generation* provenientes de nosso pedido de compra serão equipadas com *winglets*, o que reduz nossos custos com combustível e manutenção. Nossa experiência com os novos *winglets* têm demonstrado reduções de custo operacional de combustível a cerca de 3,0%. Além disso, os *winglets* melhoram o desempenho da aeronave durante pousos e decolagens em pistas curtas. Serão entregues novas aeronaves Boeing 737-800 *Next Generation* SFP (*short field performance)*, ou seja, que operam em pista curta, com modificações técnicas, as quais melhoram significativamente o desempenho do voo, a capacidade de operar voos sem escalas, reduzem o ruído durante a decolagem, e nos permite voar para o aeroporto de Santos Dumont no Rio de Janeiro, um elo importante para as rotas mais importantes do Brasil.

Em 30 de junho de 2009, arrendamos 98 de nossas 124 aeronaves, com base em contratos de arrendamento operacional, os quais têm um prazo médio de validade remanescente de 48 meses. Acreditamos que arrendar nossa frota de aeronaves com arrendamentos operacionais nos proporciona flexibilidade para ajustarmos o tamanho de nossa frota, se considerarmos que tal medida atenderá melhor nossos interesses. Fazemos pagamentos mensais, a título de arrendamento, sendo que alguns deles se baseiam em taxas variáveis, mas não somos obrigados a fazer pagamentos de valor residual ou em decorrência do término do arrendamento ao final do prazo contratual. Nos termos de nossos contratos de arrendamento operacional, não temos opções de compra das aeronaves arrendadas e em alguns de nossos contratos de arrendamento somos obrigados a manter depósitos de reserva para manutenção e a restituir as aeronaves e turbinas nas condições contratadas ao final do prazo contratual. A propriedade da aeronave permanece com o arrendador. Somos responsáveis pela manutenção, serviços, seguros, reparos e revisões gerais da aeronave durante o prazo do arrendamento. Em 30 de junho de 2009, a frota total era composta de 124 aeronaves, dentre as quais seis aeronaves 737-300 encontram-se em processo de devolução, sendo que 26 aeronaves estão classificadas como arrendamento mercantil financeiro e 98 aeronaves sob a modalidade de arrendamento operacional. Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2009, a Companhia recebeu duas aeronaves com base em contratos de arrendamento mercantil e não houve devolução de aeronaves 737-300.

Manutenção

Segundo regulamentação da ANAC, somos diretamente responsáveis pela execução e controle de todos os serviços de manutenção realizados em nossas aeronaves. A manutenção realizada em nossas aeronaves pode ser dividida em duas categorias gerais: manutenção preventiva e manutenção pesada. A manutenção preventiva consiste em verificações de manutenção pré-agendadas de rotina em nossas aeronaves, incluindo verificações pré-voo, diárias e noturnas, e quaisquer reparos e diagnósticos de rotina. Toda a manutenção preventiva é desempenhada por nossos técnicos altamente experientes alocados em nossas bases de serviços de manutenção de linha em todo o país e na América do Sul. Acreditamos que nossa prática de desempenhar manutenções preventivas nos ajuda a manter uma alta taxa de utilização de aeronaves e reduz os custos de manutenção. A manutenção pesada consiste em inspeções mais complexas e serviços em nossas aeronaves que não podem ser realizados no período noturno. Verificações de manutenção pesada são realizadas conforme uma agenda predeterminada de revisões importantes definida pelo fabricante da aeronave, baseada no número de horas de voos

realizados pela aeronave. A alta taxa de utilização de nossas aeronaves acarretará menores períodos de tempo entre as sessões de manutenção pesada as quais as aeronaves estarão submetidas, em comparação com outras companhias aéreas que apresentam menores taxas de utilização de aeronaves. Além disso, serviços de manutenção de turbinas são prestados em instalações MRO distintas. Não acreditamos que nossa alta taxa de utilização de aeronaves resultará obrigatoriamente na necessidade de efetuar reparos mais frequentes em nossas aeronaves, haja vista a durabilidade do tipo de aeronave em nossa frota. Nossas aeronaves são cobertas por garantias que possuem um prazo médio de três a cinco anos. As garantias sobre as aeronaves que recebemos em 2008 de acordo com o nosso pedido firme de compra junto a Boeing começarão a expirar em 2013.

Realizamos internamente os serviços de manutenção pesada de nossas aeronaves Boeing 737 em nosso Centro de Manutenção de Aeronaves, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, no Estado de Minas Gerais. Utilizamos a nova instalação para realizar manutenção pesada de fuselagem, manutenção preventiva, e reestruturações da configuração interna das aeronaves. Estamos no momento expandindo nosso Centro de Manutenção de Aeronaves para garantir serviços de manutenção enquanto nossa frota cresce.

Com nosso sistema de manutenção faseada para nossas aeronaves Boeing *Next Generation* 737-700 e 737-800, conseguimos realizar trabalho de manutenção diariamente sem sacrificar tempo de receita de aeronave e programar manutenção preventiva com maior regularidade e proximidade à utilização de nossa aeronave, ajudando a manter altos índices de horas voo por dia e reduzir custos. Somos uma das poucas companhias aéreas do mundo que se beneficia plenamente da filosofia de manutenção em fases do Boeing 737 *Next Generation*, sustentada por amplos investimentos em pessoal, material, ferramentas e equipamentos.

Também fomos certificados pela ANAC, nos termos do Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica, para desempenhar serviços de manutenção pesada para terceiros. Esperamos utilizar essa certificação, uma fonte potencial para receitas acessórias, apenas após a construção de instalação de manutenção adicional, atualmente contemplado a ser finalizado em 2009.

Combustível

Nossas despesas com combustível totalizaram R$875,9 milhões em 30 de junho de 2009, representando 32,2% de nossas despesas operacionais nesse período. Desde 2008, adquirimos praticamente todo o nosso combustível da Petrobras Distribuidora S.A., a subsidiária de distribuição da Petrobras, principalmente sob a modalidade de fornecimento "*into-plane*", segundo o qual a Petrobras Distribuidora S.A. nos fornece combustível e é responsável pelo abastecimento da aeronave. Em 2008, os preços de combustível nos contratos que firmamos foram reajustados a cada 30 dias e compostos por um componente fixo e um componente variável. O componente variável é definido pela refinaria e segue as variações do preço do petróleo bruto no mercado internacional, bem como da taxa de câmbio Real/Dólar. O componente fixo é um incremento cobrado pelo fornecedor, geralmente consistindo em um custo fixo por litro cobrado durante o prazo contratual. Atualmente, operamos um programa de abastecimento pelo qual reabastecemos os tanques de combustível de nossas aeronaves em regiões onde o preço do combustível é mais baixo. Também proporcionamos aos nossos pilotos treinamento em técnicas de gerenciamento de combustível, tais como selecionar atentamente altitudes de voo visando otimizar a eficiência do consumo de combustível.

Os preços de combustível são extremamente variáveis, uma vez que eles estão sujeitos a muitos fatores econômicos e geopolíticos, que não podemos controlar ou prever de forma precisa. Nossas despesas com combustível, além de estarem sujeitas a variações de preço, estão sujeitas a variações cambiais, ainda que sejam incorridas em Reais, uma vez que os preços de combustível no mercado internacional são estipulados em Dólares. Mantemos um programa de *hedge* de combustível e variação cambial, baseado nas políticas que definem volume, metas de preço e instrumentos de períodos de anos múltiplos, pelo qual firmamos contratos de *hedge* de preços do combustível e variação cambial com várias partes, visando à proteção contra a variação de preços do combustível que adquirimos. Nossas operações de *hedge* nos proporcionam cobertura de curto prazo, e são ajustadas semanalmente ou mais frequentemente conforme as circunstâncias possam exigir. Nossas operações de *hedge* são executadas

pelo nosso comitê interno de gestão de riscos e supervisionadas pelo comitê de políticas de risco, de nosso Conselho de Administração. O comitê de políticas de risco de nosso Conselho de Administração se reúne trimestralmente, ou com mais frequência, se necessário, e suas maiores responsabilidades são avaliar a eficácia de nossas políticas de gestão de risco, recomendar alterações quando e onde apropriado e dar seu parecer sobre tendências nos preços do combustível. Usamos instrumentos financeiros derivativos que guardam uma grande correlação com o preço dos ativos subjacentes de forma a reduzir nossa exposição ao risco. Todos os nossos instrumentos financeiros derivativos precisam ser líquidos para que possamos fazer ajustes de posição e ter preços que sejam amplamente divulgados. Evitamos concentração de risco de crédito e risco de produto. Não celebramos quaisquer acordos para garantir nosso fornecimento de combustível e não podemos assegurar que nosso programa de gestão de risco é suficiente para nos proteger de aumentos significativos do preço do combustível. Em 30 de junho de 2009, efetuamos *hedge* de 26,0% de nossas necessidades projetadas de combustível para 2009.

A tabela a seguir contém informações sobre nosso consumo de combustível e custos para os períodos indicados:

	Ano Encerrado em 31 de dezembro de		
	2007	**2008**	**30 de junho de 2009**
Litros consumidos (em milhares)	1.177.300	1.364.719	614,766
Despesas totais (em milhares)	R$1.898.840	R$2.630.834	R$875,860
Preço médio por litro	R$1,61	R$1,93	R$1,42
% de mudança no preço por litro	n/a	17,6%	-26,4%
Percentual das despesas operacionais	37,8%	40,5%	32,2%

CONCORRÊNCIA

Doméstico

As companhias aéreas no Brasil concorrem principalmente em termos de rotas, níveis de tarifa, frequência dos voos, capacidade, direitos operacionais e presença nos aeroportos, confiabilidade dos serviços, reconhecimento da marca, programas de fidelização e atendimento ao consumidor.

Nossa principal concorrente no Brasil é a TAM Linhas Aéreas S.A., ou TAM, companhia prestadora de serviços completos programados que oferecem voos em rotas domésticas e internacionais. Nós também enfrentamos concorrência interna de outras operadoras domésticas programadas, companhias aéreas regionais e companhias aéreas charter.

À medida que o segmento companhias aéreas brasileiras evolui, podemos enfrentar mais concorrência de nossos principais concorrentes e companhias aéreas charter (que operam voos não regulares), bem como outros novos participantes no mercado que reduzem suas tarifas para atrair novos passageiros em alguns de nossos mercados.

A tabela a seguir apresenta o histórico de participações de mercado em rotas domésticas, baseado em passageiro-quilômetro transportado, das principais companhias aéreas brasileiras, para cada um dos períodos indicados:

	Participação de mercado doméstico — Voos regulares			
	2005	**2006**	**2007**	**2008**
GOL	25,9%	34,0%	43,0%	42,5%
TAM	41,3%	47,8%	48,8%	50,3%
Outras	32,8%	18,2%	8,2%	7,2%

Fonte: Dados Comparativos Avançados – 2005 - 2008.

Em termos domésticos, também enfrentamos concorrência das alternativas de transporte terrestre, principalmente das companhias de transporte rodoviário interestadual. Em 2007, as companhias de transporte rodoviário interestadual transportaram mais de 131,0 milhões de passageiros, de acordo com dados preliminares da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Dada a ausência de serviços significativos de transporte ferroviário de passageiros no Brasil, viagens de ônibus são, tradicionalmente,

a única opção acessível de transporte de longa distância para uma parcela considerável da população brasileira. Acreditamos que nosso modelo de negócio de custo baixo nos proporcionaram a flexibilidade necessária para fixarmos nossas tarifas, de modo a estimular a demanda por viagens aéreas entre passageiros que, no passado, realizaram viagens de longas distâncias principalmente de ônibus. Em especial, as tarifas altamente competitivas que oferecemos pela viagem em nossos voos noturnos, que têm sido frequentemente comparadas às tarifas de ônibus para os mesmos destinos, tiveram o efeito de proporcionar concorrência direta às companhias de transporte rodoviário interestadual nas rotas servidas por nossos voos noturnos.

Internacional

Conforme expandimos nossos serviços internacionais na América do Sul, nosso grupo de concorrentes aumentará e teremos de enfrentar a concorrência das companhias aéreas brasileiras e sul-americanas que já estão estabelecidas no mercado internacional e que participam de alianças estratégicas e acordos de *code share*. Como parte de nossa estratégia de foco exclusivo no mercado brasileiro e em alguns mercados sul-americanos, e ainda para ter acesso a mercados intercontinentais por meio de acordos de *code share* com grandes companhias aéreas internacionais, decidimos, na primeira metade de 2008, interromper nossos voos intercontinentais para Frankfurt, Londres, Roma, Madrid, Cidade do México e Paris.

TECNOLOGIA

Para acompanhar o rápido crescimento da Companhia, sua plataforma tecnológica passou por mudanças e implementações em 2008, algumas iniciadas em 2006 e 2007, que resultaram na substituição de alguns sistemas por outros mais modernos e integrados, garantindo, assim, mais eficiência à operação.

INSUMOS E FORNECEDORES

Desde 2008, adquirimos praticamente todo o combustível e os lubrificantes que utilizamos em nossas atividades da Petrobras Distribuidora S.A.

PROPRIEDADES, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Nossas Instalações

Nossos principais escritórios corporativos estão localizados em dois edifícios em São Paulo. Detemos concessões de uso de outros edifícios em aeroportos e hangares no Brasil, dentre os quais uma parte de um hangar no aeroporto de Congonhas, onde realizamos manutenção de aeronaves. Possuímos um Centro de Manutenção de Aeronave de última geração em Confins, Estado de Minas Gerais. A certificação autoriza serviços de manutenção de Boeings 737-300s e Boeings 737-700 e 800 *Next Generation*. Utilizamos a instalação para realizar manutenção pesada de fuselagem, manutenção preventiva, e reestruturações da configuração interna das aeronaves.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Marcas

Somos titulares de diversos registros e pedidos de registro de marcas no Brasil. Entre tais marcas, destacam-se os registros das marcas "GOL","VARIG" e "VARIG SMILES", além dos pedidos de registro da marca "SMILES". Acreditamos que "GOL" é a marca que se tornou sinônimo de inovação e de boa relação custo-benefício no mercado de aviação civil brasileira.

Ainda, depositamos pedidos de registros das marcas "GOL" e "GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES" junto aos órgãos competentes para registro de marcas e patentes em outros países, e já recebemos o

registro final dessas marcas na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, União Europeia, Estados Unidos, Paraguai e Uruguai. A VRG também detém o registro de suas marcas "*Smiles*" e "Varig" em vários países.

Domínios

Além disso, a VRG é titular de diversos nomes de domínio devidamente registrados perante o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br – "NIC.br", órgão responsável pelo registro de nomes de domínio no Brasil. Dentre eles, destacam-se os domínios "voegol.com.br" e "varig.com.br".

SEGUROS

Mantemos, conforme requerido pela legislação aplicável, apólices de seguro para cada aeronave com cobertura para os riscos relacionados a perdas físicas e danos em geral, incluindo passageiros, tripulação, empregados, equipamentos e propriedades em geral (incluindo bagagens), a bordo ou em solo, e apólice de seguro para cobertura de todos os riscos de peças sobressalentes (estoques) e da franquia da apólice de seguro de cascos. Além disso, também mantemos seguro de responsabilidade civil de passageiros em valores compatíveis com a prática do mercado e mantemos seguro contra sinistros em nossas aeronaves em base compreensiva (*all risks*) e seguro de responsabilidade geral contra atos de guerra. Contratamos toda a cobertura de seguros exigida pelos termos de nossos contratos de arrendamento mercantil de aeronave, de modo a cumprir com os termos e condições estabelecidos em tais contratos de arrendamento. Acreditamos que nossa cobertura de seguros está de acordo com as práticas do mercado brasileiro e é adequada para proteger-nos de perdas relevantes no contexto das atividades que realizamos. No entanto, não podemos assegurar que o valor das coberturas de seguros que mantemos serão suficientes para nos proteger de perdas relevantes.

Em 30 de junho de 2009 a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis, é como segue:

Modalidade Aeronáutico	**R$(000)**	**US$ (000)**
Garantia – Casco	8.212.969	4.208.326
Responsabilidade Civil por ocorrência/aeronave	3.415.300	1.750.000
Garantia – Casco/Guerra	8.212.969	4.208.326
Estoques	243.950	125.000

Adicionalmente, por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro autorizou a União a assumir despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas, passageiros ou não, provocados por atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, ocorridos no Brasil ou no exterior, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, limitadas ao equivalente em Reais a um bilhão de Dólares.

SAZONALIDADE

Em regra, as atividades da Companhia atingem seus níveis mais altos durante o período de férias de verão e inverno, em janeiro e julho respectivamente, e nas duas últimas semanas de dezembro, durante a temporada de festas de final de ano. A semana de carnaval é geralmente acompanhada de uma diminuição na taxa de ocupação. Dada a nossa grande proporção de custos fixos, essa sazonalidade tende a causar variações em nossos resultados operacionais de trimestre para trimestre.

EMPREGADOS

Em 30 de junho de 2009, tínhamos 17.195 colaboradores ativos. Dentre eles, 54,0% estavam alocados em funções de aeroportos e operações de voos, 26,0% atuando como pilotos, co-pilotos e comissários de bordo, e outros 20,0% em áreas administrativas e de atendimento ao cliente. Mais de 43,0% do quadro era formado por mulheres. Colaboradores com ensino médio compõem quase 84,0% do time, seguidos de 17,0% de pessoas com ensino médio superior completo.

A tabela abaixo mostra o número de colaboradores e suas categorias no últimos 3 anos e em 30 de junho de 2009.

Categoria	Em 31 de dezembro de 2006	2007	2008	Em 30 de junho de 2009
Diretoria Executiva	12	19	22	13
Demais colaboradores	8.747	15.684	15.889	17.182
Estagiários e aprendizes	69	117	92	124
Total	8.828	15.703	15.911	17.195

Acreditamos que o nosso potencial de crescimento e o alcance de nossas metas corporativas focadas em resultados estão estreitamente relacionados a nossa habilidade de recrutar e manter os melhores profissionais disponíveis no mercado de aviação civil. Colocamos grande ênfase na seleção e no treinamento de Colaboradores motivados com potencial para agregar valor aos nossos negócios e naqueles que acreditamos serem adequados e capazes de contribuir com nossa cultura corporativa.

Investimos recursos significativos na promoção do bem-estar de nossos colaboradores. Em 2008, gastamos R$10,5 milhões em questões de segurança e saúde, treinamento, contribuições sociais, refeições para colaboradores, transporte e participação nos resultados.

Treinamos nossos próprios pilotos. Também oferecemos treinamento contínuo extensivo aos nossos pilotos, comissários de bordo e representantes de serviços ao cliente. Além do treinamento técnico necessário, que segue os mais rígidos padrões internacionais, também proporcionamos treinamento gerencial completo aos nossos pilotos e comissários de bordo através de programas de treinamento de voo orientado e treinamento de gestão de recursos de tripulação, enfatizando a importância da gestão de recursos de forma a proporcionar o melhor serviço aos nossos passageiros.

Visando manter nossos profissionais, estimulamos a abertura de canais de comunicação entre nossos colaboradores e a administração e oferecemos oportunidades de desenvolvimento de carreira na Companhia, além de avaliações periódicas. Oferecemos internamente um curso de pós-graduação em administração de empresas em conjunto com a *Fundação Getúlio Vargas*, uma das principais instituições brasileiras na formação de profissionais de administração de empresas, a fim de proporcionar treinamento gerencial para colaboradores selecionados. Nossa estratégia de remuneração ressalta nossa determinação em reter colaboradores talentosos e altamente motivados e é voltada para aliar os interesses de nossos colaboradores com os interesses de nossos acionistas. Nossos pacotes de remuneração incluem salários competitivos e participação em nosso programa de participação nos resultados. Celebramos contratos com companhias seguradoras e de previdência complementar, visando a proporcionar aos nossos colaboradores planos de assistência médica e previdência complementar a preços acessíveis.

Com o propósito de motivar nossos colaboradores e alinhar seus interesses com os nossos resultados operacionais, proporcionamos um programa anual de participação nos lucros e resultados a todos os nossos colaboradores. De acordo com a legislação brasileira, as empresas podem oferecer aos seus colaboradores programas de participação nos lucros e resultados, que definem mecanismos para a distribuição de uma parcela dos lucros, com base no alcance de metas pré-estabelecidas pela empresa. Nossos programas anuais de participação nos lucros e resultados são negociados com uma comissão formada por nossos colaboradores e aprovados pelos sindicatos da categoria, em benefício tanto dos colaboradores sindicalizados como dos colaboradores não sindicalizados. No contexto do programa de participação nos lucros e resultados, uma parcela do montante sujeito à distribuição está relacionada ao cumprimento de metas de lucro e uma parcela do montante sujeito à distribuição está relacionada ao cumprimento de metas operacionais estabelecidas para cada um de nossos departamentos.

Adotamos, também, um plano de opção de compra de ações para nossos colaboradores administrativos com direitos adquiridos ao longo de um período de 5 anos. Em fevereiro de 2009, foi concedida a opção de compra de ações sob esse plano a um total de 52 gerentes e colaboradores. Para informações adicionais sobre o nosso Plano de Opção de Compra de Ações, veja a seção "Administração – Plano de Opção de Compra de Ações", na página 102 deste Prospecto.

Não há diferencial de salário ou aumentos por tempo de serviço na Companhia entre nossos pilotos. As condições básicas de trabalho e a jornada máxima de trabalho são regulados pela legislação federal e não

estão sujeitas às negociações trabalhistas. Desde o início de nossas operações, não verificamos nenhuma paralisação do trabalho e consideramos bom o relacionamento que mantemos com nossos colaboradores.

Para informações acerca de nossas contingências trabalhistas, veja nesta seção "Procedimentos Judiciais e Administrativos – Processos de natureza trabalhista" na página 180.

Sindicatos

Um sindicato nacional de aeroviários representa os pilotos e comissários de bordo do Brasil e os sete outros sindicatos nacionais representam os Colaboradores das companhias aéreas que atuam em solo. Aproximadamente 6,0% de nossos colaboradores são sindicalizados.

Negociações relativas a aumentos salariais em decorrência da variação dos índices de inflação são conduzidas anualmente entre os sindicatos e as companhias aéreas, por meio de celebração de convenções coletivas de trabalho com o Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Sindicato Nacional dos Aeroviários, cujas datas-base são respectivamente novembro e dezembro.

CONTRATOS FINANCEIROS

Captamos recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades. Celebramos também contratos de financiamento para aquisição de novas aeronaves como parte de nossa política de renovação e manutenção de uma frota de aeronaves jovem e eficiente. Embora acreditemos que não possuímos dependência em relação a nenhum contrato financeiro específico, visto que temos livre acesso ao mercado financeiro e de capitais para obtenção de novos recursos, reconhecemos que dependemos de financiamento em geral para o desenvolvimento de nossas atividades e realização de investimentos contínuos na aquisição e manutenção de aeronaves. Para informações adicionais acerca de nossos contratos financeiros, ver seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações – Contratos Financeirs Relevantes", nas páginas 109.

CONTRATOS RELEVANTES

Nossos contratos relevantes estão diretamente relacionados a nossas atividades operacionais, como contratos relativos a arrendamento de aeronave e fornecimento de combustível, bem como contratos relativos a nossa concessão para operar como uma companhia aérea comercial. Não temos contratos relevantes que não estejam relacionados a nossas atividades operacionais. No tocante aos contratos relevantes celebrados para o desenvolvimento de nossas atividades, destacamos os seguintes contratos:

Acordo de Condições Gerais para Aeronaves entre a Boeing e a VRG

Em 2004, celebramos um acordo, conforme alterações, com a Boeing para a aquisição de aeronaves, instalação de equipamentos fornecidos por nós, serviços de suporte ao cliente e garantia do produto. Além das aeronaves fornecidas, a Boeing fornecerá programas de treinamento de manutenção e voo, bem como suporte de engenharia de operações. Em 30 de junho de 2009 existiam 99 pedidos firmes e 40 opções de compra. Em até um ano, faremos adiantamentos para 32 aeronaves, que possuem previsão de entrega até fevereiro de 2012 e as demais com prazo superior a vinte e quatro meses. O valor aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R$15,2 bilhões (correspondendo a US$7,8 bilhões). Os compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo, tem garantia pelo *Exim Bank* dos Estados Unidos, e correspondente a aproximadamente 85,0% do custo total das aeronaves, e os demais agentes financiadores percentuais iguais ou acima, chegando até 100,0%.

Contrato de Promessa de Venda Comercial entre a Petrobras Distribuidora S.A. e a VRG

Em 2001, fechamos um contrato de promessa de venda comercial para a aquisição de combustível da Petrobras, que foi renovado em 12 de abril de 2007. Concordamos em adquirir combustível exclusivamente da Petrobras em todos os aeroportos onde a Petrobras possui instalações de abastecimento de aeronaves. A Petrobras, por sua vez, concordou em satisfazer todas as nossas necessidades de combustível nos aeroportos de abastecimento por ela servidos.

Contrato de Uso de Licença de Software e Serviços de Reserva Celebrado entre a Navitaire Inc. e a VRG

Em 1º de maio de 2004, celebramos um acordo, alterado e atualizado até 1º de outubro de 2008, com a Navitaire Inc. para serviços de reserva e obtivemos uma licença para usar o software Navitaire para prover serviços de reserva aos clientes da Companhia. A Navitaire oferece diversos serviços auxiliares além dos serviços de reserva, inclusive serviços de implementação de centro de dados, configuração de rede e serviços de *design*, serviços de integração do sistema, serviços de instalação do site ao cliente e serviços de treinamento inicial.

PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES

Relacionamos a seguir os prêmios e reconhecimentos que recebemos em 2008:

- Número 1 na América Latina, na categoria Procedimentos de Divulgação da 9ª edição do IR Global Rankings. Por dois anos consecutivos, a Companhia ocupa o primeiro lugar no setor e está entre os 5 melhores *websites* da América Latina em sites de relações com investidores;

- Prêmio Top por Setor, na categoria IR Websites (Sites de RI), ficando entre as cinco melhores empresas da América Latina. O Relatório Anual Online (RAO) também foi considerado o melhor da indústria e da América Latina;

- Eleita, pela Aviation Week & Space Technology (AWST), como a empresa aérea de melhor performance do mundo entre as companhias da mesma categoria (que apresentaram receita de US$ 1 bilhão a US$ 4 bilhões);

- O Empréstimo para Financiar Adiantamentos (PDP) de Aeronaves foi premiado pela publicação britânica Jane's Transport Finance, como o Empréstimo do Ano na América do Sul;

- Nomeada, pela revista Institutional Investor, como uma das companhias mais transparentes ao investidor nos setores aerospacial, transportes e industriais;

- O Diretor Presidente (CEO) da Companhia foi classificado pela Revista Institutional Investor como o CEO No 1 nos setores aerospacial, transportes e industriais;

- Prêmio de melhor Companhia aérea de baixo custo da América do Sul, pela *Skytrax Airline Reviews*, consultoria especializada no mercado aeronáutico;

- Recebeu prêmio de "A Empresa que mais respeita o consumidor" na categoria Companhia Aérea. A pesquisa foi realizada pela *TNS InterScience* para a revista "Consumidor Moderno".

PROCEDIMENTOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS E ARBITRAIS

Geral

No curso normal de nossos negócios, somos parte em várias ações legais, que acreditamos ser incidentais em nossas operações, em grande parte relacionadas às demandas de rotina relativas aos direitos de consumidores. Em 30 de junho de 2009, a Companhia e suas controladas eram parte em processos judiciais e reclamações administrativas, sendo aproximadamente 1.280 reclamações administrativas, 10.259 ações

cíveis e 4.716 ações trabalhistas, dentre as quais, aproximadamente 1.237 reclamações administrativas, 9.634 ações cíveis e 978 ações trabalhistas surgiram em decorrência da operação da Companhia, o restante é decorrente de pedidos de reconhecimento da sucessão pela VRG, da antiga Varig.

Em 30 de junho de 2009, os depósitos judiciais relacionados às contingências cíveis e trabalhistas correspondem a R$1,6 milhão e R$23,0 milhões, respectivamente. As provisões são constituídas para as perdas prováveis e são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas para causas cíveis e trabalhistas, com base na melhor estimativa corrente.

Processos de natureza cível e regulatória

Somos parte em aproximadamente 10 mil ações cíveis decorrentes do curso normal de nossas atividades. A vasta maioria desses processos é de pequenas causas envolvendo relações com o consumidor. Em 30 de junho de 2009 nossa contingência atingia o valor de R$146,7 milhões e havíamos constituído provisões no montante total de R$23,6 milhões para fazer face a essas contingências.

Somos parte em processos de indenização relativos à colisão de nossa nova aeronave Boeing 737-800 *Next Generation* em setembro de 2006. Acreditamos que qualquer responsabilidade potencial resultante de tais ações judiciais será coberta por nossas apólices de seguros. Continuamos a cooperar integralmente com todas as agências reguladoras e órgãos investigadores para apurar as causas desse acidente e fizemos acordos com representantes de 116 dos 154 passageiros, incluindo a tripulação. Os pagamentos ao arrendador pela fuselagem foram feitos pela companhia seguradora. Provisionamos o valor segurado como passivo no balanço patrimonial e registramos o recebível correspondente ao sinistro de seguro em - Outros ativos.

Processos de natureza tributária

Desde 2001, ajuizamos diversas ações contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, por meio das quais reivindicamos o afastamento da cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) exigido na importação de aeronaves, peças e motores por meio de contrato de arrendamento mercantil. Em 30 de maio de 2007 o Supremo Tribunal Federal proferiu decisão favorável em ação de idêntico pedido ajuizada por outra companhia aérea. Várias ações relacionadas a essa questão ainda estão pendentes. Não constituímos nenhuma provisão para os montantes em questão, que, em 30 de junho de 2009, totalizavam R$207,0 milhões.

Processos de natureza trabalhista

Somos parte em 4.716 ações trabalhistas decorrentes do curso normal de nossas atividades. Em 30 de junho de 2009, havíamos estabelecido provisões para lidar com essas contingências no montante total de R$34,5 milhões, que não englobam ações trabalhistas ajuizadas em relação à Varig S.A. e por trabalhadores terceirizados.

Estamos também sujeitos a 19 ações trabalhistas relacionadas a queixas de empregados contra a Varig na Espanha. Estabelecemos provisões no valor de R$22,4 milhões para essas ações, embora consideremos que a probabilidade da execução de alguma decisão adversa a nossa Companhia no Brasil seja remota.

A companhia é parte em 4 ações trabalhistas na França decorrentes de dívidas trabalhistas da antiga Varig. Até o presente momento não há nenhum indício quanto às chances de êxito das demandas, visto não ter iniciado os respectivos desdobramentos processuais, sendo que a primeira audiência está designada para o fim de 2009. O valor envolvido nas discussões, não provisionado, é de aproximadamente R$7,7 milhões (correspondendo a 2,8 milhões de euros).

Procedimentos Arbitrais

Demos início a uma arbitragem junto à Câmara de Comércio Internacional contra os vendedores da VRG e suas controladoras relativa a ajustes no preço de aquisição da VRG. Em procedimento arbitral,

buscamos um ajuste de preço, em que entendemos que o valor máximo a ser recebido será de R$137,7 milhões.

A Companhia entende que a chance de êxito no procedimento arbitral é possível e a probabilidade de vir a desembolsar algum valor para os vendedores da VRG é remota, razão pela qual não provisionamos valores para este procedimento e ações judiciais relacionadas.

NOSSA POLÍTICA AMBIENTAL

A frota da Companhia é composta por modernas aeronaves que geram menos poluição sonora e já cumprem metas de redução de emissão de CO_2 a serem exigidas por lei apenas em 2014. Adicionalmente, a Companhia trabalha com um método inteligente de lavagem a seco das aeronaves, que economiza em 90,0% o uso de água. Essa quantidade do recurso poupado por aeronave é o suficiente para abastecer, diariamente, uma família composta por dois adultos e duas crianças. Além desse projeto, desde 2006 a Companhia desenvolve o Programa de Reciclagem, que realiza coleta seletiva de lixo em todos os escritórios e bases da empresa. Os materiais são coletados separadamente, uma vez ao dia, e encaminhados às indústrias recicladoras, por meio de cooperativas.

ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o nosso Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, somos administrados por um Conselho de Administração composto por, no mínimo, cinco e no máximo, onze membros e uma Diretoria composta por, no mínimo dois, e no máximo sete membros. De acordo com as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 introduzidas pela BM&FBOVESPA, no mínimo 20,0% dos membros de nosso Conselho de Administração são conselheiros independentes, conforme definido pela BM&BOVESPA.

Nossa Diretoria e nosso Conselho de Administração são apoiados e assessorados por uma série de comitês integrados por profissionais altamente qualificados e especializados. Esses comitês participam ativamente da tomada de decisões estratégicas e de outras decisões de nossa administração cotidiana. Acreditamos que esses comitês agregam um valor substancial à nossa Companhia. Atualmente, contamos com comitês de governança corporativa e nomeação, auditoria, políticas de gerenciamento de pessoal, políticas de risco, política financeira e contabilidade e demonstrações financeiras, compostos por membros integrantes e não integrantes do nosso Conselho de Administração.

Nosso Estatuto Social estipula que devemos prever o estabelecimento de um Conselho Fiscal não permanente composto por três a cinco membros titulares e igual número de suplentes.

Comprometemo-nos a atingir e manter altos padrões de governança corporativa. Para alcançar esta meta, estabelecemos um comitê de governança corporativa e nomeação, para monitorar e fazer recomendações a respeito das melhores práticas de governança corporativa para nosso Conselho de Administração. Além disso, como resultado de nossa listagem no Nível 2 da BM&FBOVESPA, celebraremos um contrato com a BM&FBOVESPA a fim de assegurar certos direitos adicionais aos nossos acionistas, não exigidos às empresas listadas no Nível 2, tais como direitos de venda conjunta para os acionistas detentores de ações preferenciais, no montante de 100,0% do valor pago por ação ordinária integrante do bloco de controle. Conduzimos nosso negócio com vistas à transparência e igualdade de tratamento de todos os nossos acionistas. Implementamos normas visando assegurar que todas as informações relevantes solicitadas por nossos acionistas a fim de tomar decisões abalizadas sobre investimento sejam prontamente disponibilizadas ao público e que reflitam em todo o tempo com precisão o estado de nossas operações e posições financeiras. Fazemos isso por meio de comunicados à imprensa, arquivamentos junto à SEC e à CVM, e mantendo a seção de relações com investidor de nosso *website* atualizada e completa. Adotamos também normas formais que restringem a negociação de nossas ações preferenciais por detentores de informações privilegiadas da Companhia.

Adicionalmente, de acordo com as práticas do Nível 2, a Companhia fará com que todos os novos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal assinem uma declaração de consentimento na qual eles comprometem-se a cumprir os regulamentos das Práticas de Governança Corporativa Diferenciada Nível 2, estando sua posse condicionada à assinatura daquele documento. Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal deverão também assinar uma declaração de consentimento na qual eles se comprometem a se submeter às normas de arbitragem instituídas sob a proteção da Câmara de Arbitragem da BM&FBOVESPA, qualquer deliberação de disputas e/ou controvérsias decorrentes da aplicação das normas do Regulamento Nível 2, do contrato de listagem com esta última, dos regulamentos da BM&FBOVESPA, as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das diretrizes expedidas pelas autoridades brasileiras e das outras normas aplicáveis ao mercado de capitais em geral, envolvendo a Companhia, os acionistas, os administradores e os membros do Conselho Fiscal.

Para uma descrição dos contratos ou outras obrigações relevantes existentes entre os administradores e a Companhia, ver a seção "Operações com Partes Relacionadas" na página 193 deste Prospecto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nosso Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento de nossas políticas estratégicas gerais. Entre outras atribuições, o Conselho de Administração é responsável por eleger os membros de

nossa Diretoria e supervisionar o exercício de suas funções. Atualmente, nosso Conselho de Administração é composto por oito membros. Três dos membros do Conselho de Administração se qualificam como independente em conformidade com os critérios da Bolsa de Valores de Nova York. O Conselho de Administração reúne-se em média cinco vezes por ano ou sempre que solicitado pelo presidente ou conjuntamente por quaisquer três de seus membros.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve deter no mínimo uma de nossas ações ordinárias ou preferenciais e residir no Brasil, e é em regra eleito pelos detentores de nossas ações ordinárias na Assembleia Geral Ordinária. Nosso Estatuto Social não contém restrições (i) ao poder de voto de um conselheiro sobre proposta, acordo ou contrato no qual tal conselheiro tenha interesse relevante, ou (ii) aos poderes de nossos conselheiros para obter empréstimos junto à Companhia. Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, um conselheiro é proibido de votar sobre qualquer assunto em que esse conselheiro tenha conflito de interesses com os nossos interesses.

Além disso, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas de companhias abertas, tal como é a nossa, que detiverem em conjunto ações preferenciais sem direito a voto ou com direito a voto restrito, representando no mínimo 10,0% de nosso capital social total por no mínimo três meses, têm o direito de eleger um membro do Conselho de Administração.

De acordo com nosso Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração são em regra eleitos pelos detentores de nossas ações ordinárias na Assembleia Geral Ordinária. O mandato dos membros do nosso Conselho de Administração é de um ano, simultaneamente, com direito a reeleição. O mandato de nossos atuais conselheiros termina em abril de 2010. Nosso Estatuto Social não determina idade para aposentadoria compulsória dos nossos conselheiros.

O quadro a seguir indica o nome, idade, posição e data de eleição dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia. Em seguida, uma breve descrição biográfica de cada um dos atuais membros do Conselho de Administração:

Nome	**Idade**	**Posição**	**Data de Eleição**
Álvaro de Souza	60	Conselheiro Independente e Presidente do Conselho de Administração	24 de abril de 2009
Constantino de Oliveira Junior	40	Conselheiro	24 de abril de 2009
Henrique Constantino	37	Conselheiro	24 de abril de 2009
Joaquim Constantino Neto	44	Conselheiro	24 de abril de 2009
Ricardo Constantino	46	Conselheiro	24 de abril de 2009
Antônio Kandir	55	Conselheiro Independente	24 de abril de 2009
Luiz Kaufmann	63	Conselheiro Independente	24 de abril de 2009
Richard F. Lark Jr	42	Conselheiro	24 de abril de 2009

Álvaro de Souza é membro independente do Conselho de Administração desde agosto de 2004, e se tornou presidente do conselho em abril 2009. O Sr. Souza é diretor da AdS – Gestão, Consultoria e Investimentos Ltda., presidente do Conselho de Administração da Unidas S/A, presidente do Conselho de Administração do World Wildlife Group (WWF), vice-presidente do Conselho de Administração da Quinsa (Argentina) e membro da comissão de auditoria da AMBEV**.** Foi Diretor-Presidente do Citibank Brasil de 1991 a 1994 e Vice-Presidente Executivo do Citigroup em Nova York de 1995 a 2003*.* O Sr. Souza graduou-se em Economia e Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ele é membro independente de nosso Conselho de Administração segundo exigência da SEC e normas de listagem da NYSE e é membro de nosso Comitê de Auditoria.

Constantino de Oliveira Júnior é membro do Conselho de Administração da Companhia e nosso Diretor-Presidente desde que a Companhia foi fundada em 2001. Sr. Oliveira introduziu o conceito de "custo baixo, tarifa baixa" na aviação civil brasileira e foi nomeado como "Executivo de Valor" pelo jornal Valor Econômico em 2001 e 2002. Como "Executivo Líder" no setor de logística pelos leitores do jornal Gazeta Mercantil, jornal financeiro brasileiro em 2003, Em 2003 e 2008, foi nomeado "Executivo Ilustre" na categoria Transporte Aéreo na premiação GALA (Galería Aeronáutica Latinoamericana), patrocinada pela Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA). Antes de ingressar na Companhia, o Sr. de Oliveira

participou como diretor do grupo Áurea (1994-2000). Sr. de Oliveira estudou Administração de Empresas na *Universidade do Distrito Federal* e participou do Programa Executivo de Gestão Corporativa para o Brasil conduzido pela *Association for Overseas Technical Scholarships*.

Henrique Constantino é membro de nosso Conselho de Administração desde março de 2004. O Sr. Constantino também é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2003. Ele é diretor financeiro do grupo Áurea desde 1994 e é diretor da Comporte S.A. Ele participou da criação da Companhia e participou do conselho de diretores financeiros de janeiro de 2001 a março de 2003, quando ele se tornou um membro do conselho. O Sr. Henrique Constantino é também membro do Conselho de Administração da Providência S.A. e da BR Vias S.A. O Sr. Constantino possui formação em Direito pelo *CEUB – Centro de Ensino Unificado* de Brasília e pós-graduação em Administração Financeira pela *EAESP-FGV (Fundação Getúlio Vargas – São Paulo)*. O Sr. Constantino é membro de nossos Comitês de Políticas Fiscais, Políticas de Gerenciamento de Pessoas e Política Financeira.

Joaquim Constantino Neto é membro do Conselho de Administração desde março de 2004, sendo também membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2001. Adicionalmente, ocupa o cargo de Diretor de Operações do Grupo Áurea, desde 1994. De 1984 a 1990, o Sr. Constantino Neto esteve encarregado das operações de Reunidas Paulista. Desde 1990 até a presente data, ele é o Presidente da Breda Serviços, uma companhia de transporte rodoviário de passageiros. O Sr. Joaquim Constantino Neto também é membro do Conselho de Administração da Providência S.A.

Ricardo Constantino é membro do Conselho de Administração desde março de 2004, sendo também membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2001. Adicionalmente, ocupa o cargo de Diretor Técnico e de Manutenção do Grupo Áurea desde 1994.

Antonio Kandir é membro independente de nosso Conselho de Administração desde agosto de 2004. O Sr. Kandir é consultor financeiro. O Sr. Kandir é também parceiro do Governança e Gestão e é membro do Conselho de Administração da Medial Saúde e Providência S.A. O Sr. Kandir foi Deputado Federal por dois mandatos, Ministro do Planejamento e Orçamento e Secretário de Política Econômica, além de Presidente do Conselho Nacional de Desestatização. Graduou-se em engenharia de produção na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e obteve graus de Mestre e Doutor (PHD) em Economia na Universidade Estadual de Campinas. O Sr. Kandir é membro independente de nosso Conselho de Administração segundo exigência da SEC e normas de listagem da NYSE e é membro de nosso Comitê de Auditoria.

Luiz Kaufmann é membro independente de nosso Conselho de Administração desde dezembro de 2004. O Sr. Kaufmann é Sócio da L. Kaufmann Consultores Associados e membro do Conselho de Administração da VIVO e da Providência S.A. O Sr. Kaufmann presidiu diversas empresas como Aracruz Celulose S.A., Vésper, Petropar, Grupo Multiplic, Arthur D. Little e foi sócio da GP Investimentos. Ele foi membro do Conselho de Administração de várias empresas, incluindo Pioneer Hi-Bred International, América Latina Logística e Lojas Americanas. Foi membro do Conselho Consultivo do Global Corporate Governance, composto por 20 principais executivos internacionais renomados de 16 países diferentes, criado para incrementar o conhecimento sobre deveres e responsabilidades dos Conselhos de Administração de companhias internacionais. O Sr. Kaufmann é membro independente de nosso Conselho de Administração segundo exigência da SEC e normas de listagem da NYSE. Ele é membro de nosso Comitê de Auditoria e perito financeiro do mesmo comitê, conforme definido normas atuais da SEC.

Richard F. Lark Jr. integra nosso Conselho de Administração desde junho de 2008. O Sr. Lark foi nosso Vice-Presidente Executivo, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores de abril de 2003 a junho de 2008. O Sr. Lark também é presidente da Endurance Capital Partners S.A e presidente dos conselhos de administração da Bioclean Energy Brasil S.A. e da Sequoia Desenvolvimento Imobiliário S.A. Entre 2000 e 2003, o Sr. Lark atuou como diretor financeiro da Americanas.com, uma das principais companhias brasileiras de comércio eletrônico. Antes de ir para a Americanas.com, o Sr. Lark foi vice-presidente da divisão de investimentos do Morgan Stanley & Co. em Nova York e São Paulo entre 1994 e 2000, parceiro de investimentos do Citicorp Chile em 1993 e analista financeiro do The First Boston Corporation em Nova Iorque e Londres de 1988 a 1990. O Sr. Lark integrou a junta diretora da Sociedade Americana de São Paulo de 2003 a 2008, tendo sido seu presidente no biênio 2005-2007. O Sr. Lark é mestre em Administração de Empresas (MBA) pela Anderson School da Universidade da Califórnia em Los

Angeles (UCLA), turma de 1994, e possui bacharelado em Filosofia e Finanças e Economia Empresarial pela Universidade de Notre Dame, turma de 1988. O Sr. Lark é membro de nossos Comitês de Política de Riscos, Política Financeira e de Políticas e Demonstrações Contábeis.

Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino são irmãos. Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino controlam nosso Acionista Controlador Fundo de Investimento em Participações Asas em proporções iguais.

DIRETORIA

Os diretores são os nossos representantes legais, responsáveis, principalmente, pela nossa administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da Diretoria deve ser residente no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, até, no máximo, um terço dos cargos da Diretoria poderão ser preenchidos por membros do Conselho de Administração.

Conforme nosso Estatuto Social, os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de um ano, sendo permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, serem por ele destituídos. Atualmente a nossa Diretoria é composta de um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente Técnico, um Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Vice-Presidente de Marketing e Serviços e um Diretor Vice-Presidente de Planejamento e Tecnologia de Informação. Qualquer diretor pode ser afastado pelo Conselho de Administração antes do término de seu mandato. O mandato atual de todos os nossos diretores termina em março de 2010.

Nossos diretores têm experiência significativa nos setores de transporte de passageiros doméstico e internacional, e pudemos nos valer desta vasta experiência para desenvolver nossa estrutura de operação a baixos custos. Os diretores são responsáveis pelo gerenciamento usual de nossos negócios. Cada diretor tem responsabilidade individual estabelecida pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração.

O quadro abaixo mostra o nome, idade, função e data de eleição de cada um de nossos diretores. Após o quadro, uma breve descrição biográfica de cada um.

Nome	Idade	Função	Data de Eleição
Constantino de Oliveira Junior	40	Diretor-Presidente	19 de março de 2009
Fernando Rockert de Magalhães	58	Diretor Vice-Presidente Técnico	19 de março de 2009
Leonardo Porciúncula Gomes Pereira	50	Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	19 de março de 2009
Tarcisio Geraldo Gargioni	62	Diretor Vice-Presidente de Marketing e Serviços	19 de março de 2009
Wilson Maciel Ramos	62	Diretor Vice-Presidente de Planejamento e Tecnologia de Informação	19 de março de 2009

Constantino de Oliveira Junior. Ver "Conselho de Administração" acima.

Fernando Rockert de Magalhães é diretor desde agosto de 2007. Fernando entrou na Companhia em janeiro de 2004 e assumiu a função de Diretor de Operações de Voo da em março de 2005. É um piloto experiente com mais de 16.000 horas de voo. O Sr. Rockert graduou-se em Administração. Ele também conquistou um MBA (Mestrado em Administração Financeira) pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. O Sr. Rockert também é professor de Direito Aéreo. O Sr. Rockert iniciou sua carreira na década de 1970 como piloto da Rio Sul, uma empresa aérea regional brasileira. Também trabalhou como piloto da VASP por mais de 18 anos, sendo seu último cargo o de Capitão e Instrutor de MD-11. Por três anos, o Sr. Rockert foi instrutor de simulação estabelecido em Seul, Coreia do Sul, da Flight Safety Boeing (atualmente Alteon), onde treinou pilotos da Korean Airlines.

Leonardo P. G. Pereira atua como diretor desde fevereiro de 2009. Antes de vir para a Companhia, o Sr. Pereira atuou dois anos como Diretor-Presidente da Companhia do Vale do Araguaia, uma companhia brasileira de florestamento comercial, e seis anos como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da NET Serviços, uma das principais provedoras de internet a cabo da América Latina, com ações negociadas na BM&FBOVESPA (Nível 2), na NASDAQ e na Latibex. Antes, o Sr. Pereira atuou cinco anos como Diretor de Planejamento da Globopar, sociedade de participações em setores da mídia, e 13 anos em diversos cargos no Citibank Corporate Finance Bank no Brasil, Ásia, América Latina e nos Estados Unidos, inclusive como líder da equipe de Aviação Latino-Americana. O Sr. Pereira integra o comitê de governança corporativa da Câmara Americana de Comércio, seção São Paulo. O Sr. Pereira é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Economia pela Universidade Cândido Mendes. Além disso, é mestre em Administração de Empresas (MBA) pela Universidade de Warwick (Inglaterra). Também estudou Finanças no IMD na Suíça e Administração Geral na *Wharton Business School*, frequentou a *Association for Overseas Technical Scholarship* (AOTS) no Japão e concluiu o Programa Educacional para Altos Executivos da Universidade de Columbia.

Tarcisio Geraldo Gargioni é diretor desde maio de 2004. De 1990 a 2000, foi Diretor Comercial da VASP. O Sr. Gargioni formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e fez pós-graduação em Engenharia de Transportes na COOPEAD/RJ, Brasil. Gargioni recebeu certificado de especialização em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Wilson Maciel Ramos é diretor desde março de 2004. De 1999 a 2000, foi um consultor independente para empresas de transportes urbanos. De 1997 a 1999, o Sr. Ramos foi Presidente da Transurb, um Sindicato de Empresas de Transportes Urbanos em São Paulo. De 1993 a 1997, o Sr. Ramos foi Diretor de Tecnologia na VASP. O Sr. Ramos é engenheiro mecânico graduado pela *Universidade do Rio Grande do Sul* e é mestre em engenharia de produção pela Universidade de Santa Catarina.

A nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Praça Comte Linneu Gomes, S/N, Portaria 3, Jardim Aeroporto, CEP 04626-020, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. O responsável por esta Diretoria é o Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira. O número de telefone de nosso departamento de relações com investidores é +55 11 2128-4700, o nosso número de telefone geral é +55 11 2128-4000 e o endereço de correio eletrônico é ri@golnaweb.com.br. Nosso *website* é www.voegol.com.br.

COMITÊS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA

Comitê de Auditoria. Nosso comitê de auditoria, que não é equivalente nem comparável a um comitê de auditoria dos EUA, fornece assistência ao nosso Conselho de Administração em questões envolvendo nossa contabilidade, controles internos, divulgação de informações financeiras e cumprimento. O comitê de auditoria recomenda a indicação de nossos auditores independentes ao nosso Conselho de Administração, revisa a remuneração de nossos auditores independentes e realiza coordenação conjunta com esses auditores. O comitê de auditoria também avalia a eficácia de nossos controles de observância legal e controles financeiros internos. O comitê de auditoria é composto por 3 (três) integrantes, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo estes 3 (três) Conselheiros Independentes, para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. Os atuais membros de nosso comitê de auditoria são Álvaro de Souza, Antônio Kandir e Luiz Kaufmann. Todos os membros do comitê de auditoria atendem aos requisitos de independência como membro do comitê de auditoria da SEC e os padrões de independência e outros da NYSE. Luiz Kaufmann é o "perito financeiro" do comitê de auditoria dentro do escopo das normas adotadas pela SEC relativas à divulgação de peritos financeiros de comitês de auditoria em arquivamentos periódicos de acordo com a Lei de Mercado de Capitais de 1934 dos EUA.

Comitê de Pessoas e Governança Corporativa. O comitê de gestão de pessoas e governança corporativa é responsável pela coordenação, implementação e revisão periódica das melhores práticas da governança corporativa, por monitorar e manter nosso Conselho de Administração informado sobre as recomendações de legislação e de mercado que façam referência a governança corporativa. Também revisa e recomenda ao nosso Conselho de Administração as formas de remuneração a serem pagas aos funcionários, incluindo salário, bônus e opções de compra de ações, e analisa nossos planos de carreira e

de sucessão para a administração. O comitê é formado por até, 5 (cinco) integrantes eleitos pelo Conselho de Administração, sendo estes: o Presidente do Conselho de Administração; 1 (um) Conselheiro, 2 (dois) especialistas externos e o Diretor Vice-Presidente de Pessoas e Gestão, para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. O comitê de pessoas e governança corporativa atualmente é composto por Henrique Constantino, membro de nosso conselho de administração, Betania Tanure de Barros, Álvaro de Souza, Paulo César Aragão e Ricardo Kharaja.

Comitê Financeiro e de Política de Risco. O comitê financeiro e de política de risco conduz revisões periódicas sobre as medidas adotadas pela Companhia em nos proteger contra variações cambiais, alterações no preço dos combustíveis e das taxas de juros, bem como analisa o efeito das referidas mudanças sobre nossa receita e despesa, fluxo de caixa e balanço patrimonial. Também prepara e aprova as nossas políticas de finanças corporativas e examina sua eficiência e implementação; examina periodicamente nossos planos de investimento e financiamento e faz recomendações ao Conselho de Administração e determina parâmetros para a manutenção das estruturas de liquidez e capital desejadas, monitora sua execução e aprova as políticas que devem ser usadas no trimestre seguinte. O comitê financeiro e de política de risco avalia a eficácia das medidas de hedge adotadas no trimestre anterior e aprova recomendações para futuras mudanças, bem como conduz revisões de atividade de gerenciamento de caixa. O comitê financeiro e de política de risco reúne-se trimestralmente e é composto por 07 (sete) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo estes 03 (três) Conselheiros, 1 (um) Diretor Vice-Presidente Financeiro (CFO), 1 (um) auditor interno e 02 (dois) especialistas externos, para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. Atualmente, o comitê é composto por Henrique Constantino, um de nossos conselheiros, Richard F. Lark, Jr., Leonardo Porciúncula Gomes Pereira, nosso Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, Luiz Kaufmann, Charles B. Holland, Barry Siler, especialista em hedge de combustíveis e Diretor-Presidente da Kodiak Fuels e Marco Provetti.

Comitê de Estratégia. O comitê de estratégia recomenda ao Conselho de Administração a revisão periódica da missão e dos valores da Companhia, a direção e estratégia básica da Companhia, o posicionamento Institucional da Companhia, revisa o plano estratégico proposto pela Diretoria e recomenda-o ao Conselho de Administração. Também recomenda a revisão do plano anual de negócios, de metas e orçamento, e à Diretoria da empresa, a metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento do plano estratégico, de forma a assegurar que o plano seja participativo e abrangente. O comitê de estratégia é composto por até 9 (nove) integrantes, todos nomeados pelo Conselho de Administração, sendo estes: o Presidente do Conselho de Administração; o Diretor Presidente (CEO); o Diretor Vice Presidente Financeiro (CFO); o Diretor Vice Presidente de Pessoas e Gestão; o Diretor Vice Presidente de Marketing; o Diretor Vice Presidente de Tecnologia da Informação/Planejamento, e 3 (três) Conselheiros, para mandatos de 6 (seis) meses. É composto por Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, um de nossos conselheiros, Leonardo Pereira, nosso Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, Luiz Kaufmann, Álvaro de Souza e Antônio Kandir.

Sub-Comitê de Políticas Contábeis, Tributárias e Demonstrações Financeiras. O sub-comitê de políticas contábeis, tributárias e demonstrações financeiras conduz revisões periódicas sobre as políticas contábeis e demonstrações financeiras da Companhia, também avalia e acompanha o cumprimento dessas políticas. O sub-comitê é um órgão de apoio ao Conselho de Administração, responsável por efetuar observações e recomendações sobre as políticas contábeis e demonstrações financeiras da Companhia. O sub-comitê de políticas contábeis, tributárias e demonstrações financeiras, reúne-se trimestralmente e será composto por no mínimo 3 (três) integrantes, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo estes: o Diretor Vice-Presidente Financeiro da Companhia, 1 (um) membro do Conselho de Administração ou 1 (um) membro do Comitê de Auditoria e 1 (um) membro independente, para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição. Os atuais membros do comitê são Richard F. Lark, Jr., Leonardo Pereira, nosso Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores e Charles B. Holland e Marcos da Cunha Carneiro.

CONSELHO FISCAL

De acordo com as Leis das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal, ou Comitê Fiscal, é o órgão societário independente da administração e dos auditores independentes da Companhia. O Conselho Fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto não permanente, caso em que atuará durante

um exercício fiscal específico conforme determinado pelos acionistas. O Conselho Fiscal não equivale, tampouco se compara ao Comitê de Auditoria dos Estados Unidos. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal é fiscalizar as atividades da administração e rever as demonstrações contábeis da Companhia, e reportar suas conclusões aos acionistas. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10,0% do valor médio pago anualmente aos diretores da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações também exige que o Conselho Fiscal seja composto por, no mínimo, três e no máximo, cinco membros e seus respectivos suplentes.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal não poderá conter membros que (i) sejam membros do nosso Conselho de Administração, (ii) sejam membros da nossa Diretoria, (iii) sejam empregados de nossa Companhia, de uma das sociedades que controlamos, ou (iv) sejam cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer membro de nossa Administração. Nosso Estatuto Social prevê um Conselho Fiscal não permanente a ser eleito exclusivamente por solicitação dos nossos acionistas na competente Assembleia Geral. O Conselho Fiscal eleito deverá ter, no mínimo, três e no máximo, cinco membros e igual número de suplentes. Em 2008, nossos acionistas não solicitaram a eleição de um comitê fiscal.

ENDEREÇO COMERCIAL DOS CONSELHEIROS E DIRETORES

O endereço comercial de nossos administradores é Praça Comte. Linneu Gomes, S/N, Portaria 3 – Prédio 07, Jardim Aeroporto, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

TITULARIDADE DE AÇÕES

A tabela abaixo indica o número de ações detidas diretamente pelos nossos Conselheiros e Diretores e o percentual que suas participações individuais diretas representam no número total de ações emitidas na data deste Prospecto, ou seja, em relação à totalidade do nosso capital social.

Conselheiros/Diretores	Número de Ações		Percentual (%)
	Ordinárias	Preferenciais	
Álvaro de Souza	1	-	-
Constantino de Oliveira Junior[1]	4	1.857.705	0,8%
Henrique Constantino[2]	3	-	-
Joaquim Constantino Neto [3]	3	-	-
Ricardo Constantino[4]	3	-	-
Antônio Kandir	1	-	-
Luiz Kaufmann	1	-	-
Richard F. Lark Jr	-	84.502	0,1%
Fernando Rockert de Magalhães	-	-	-
Leonardo Porciúncula Gomes Pereira	-	-	-
Tarcisio Geraldo Gargioni	-	-	-
Wilson Maciel Ramos	-	-	-
Total	16	1.942.207	0,9%

(1) *Detém indiretamente, por meio do Fundo Asas, fundo esse que é controlado por Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino, 59.795.617 ações preferenciais e 114.197.138 ações ordinárias, correspondentes a 52,4% e 100%, respectivamente, do capital social da Companhia.*

(2) *Detém indiretamente, por meio do Fundo Asas, fundo esse que é controlado por Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino, 59.795.617 ações preferenciais e 114.197.138 ações ordinárias, correspondentes a 52,4% e 100%, respectivamente, do capital social da Companhia.*

(3) *Detém indiretamente, por meio do Fundo Asas, fundo esse que é controlado por Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino, 59.795.617 ações preferenciais e 114.197.138 ações ordinárias, correspondentes a 52,4% e 100%, respectivamente, do capital social da Companhia.*

(4) *Detém indiretamente, por meio do Fundo Asas, fundo esse que é controlado igualmente por Constantino de Oliveira Junior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino, 59.795.617 ações preferenciais e 114.197.138 ações ordinárias, correspondentes a 52,4% e 100%, respectivamente, do capital social da Companhia.*

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Remuneração Base

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. Conforme disposto no nosso Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos administradores e ao Conselho de Administração realizar a distribuição dos valores aos seus membros e aos membros da Diretoria.

A remuneração global paga aos conselheiros e diretores pelos serviços prestados em suas respectivas áreas de atuação e nos períodos em questão foi (i) de R$3,0 milhões, em 31 de dezembro de 2006, e (ii) de R$7,6 milhões, em 31 de dezembro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2008, a remuneração global dos administradores foi fixada pelos acionistas em R$6,5 milhões. Desse montante, (i) R$0,7 milhão foi destinado ao pagamento da remuneração fixa dos conselheiros; e (ii) R$5,8 milhões ao pagamento da remuneração fixa e variável dos diretores, sendo que R$2,2 milhões foi pago a título de remuneração fixa (direta e indireta) e R$3,6 milhões a título de remuneração variável.

Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral realizada em 24 de abril de 2009 fixou a remuneração dos administradores (i.e., conselheiros e diretores) no montante de até R$13,8 milhões, não tendo os acionistas definido a parcela que será destinada respectivamente ao pagamento da remuneração fixa e remuneração variável de nossos administradores. Tal montante não engloba os valores que serão por eles recebidos a título de realização das opções outorgadas pela Companhia no âmbito do plano de opção de compra de ações. Para mais informações sobre o plano de opção de compra de ações, ver item "Plano de Opção de Compra de Ações" abaixo.

Adicionalmente, oferecemos um programa anual de participação nos lucros e resultados a todos os seus colaboradores, de acordo com a legislação brasileira, e cujo pagamento é feito no mês de abril de cada ano. No contexto do programa de participação nos lucros e resultados, uma parcela do montante sujeito à distribuição está relacionada ao cumprimento de metas de lucro e uma parcela do montante sujeito à distribuição está relacionada ao cumprimento de metas operacionais estabelecidas para cada um de nossos departamentos. Distribuímos, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, a título de participação nos lucros, R$22,9 milhões, R$44,9 milhões e R$17,4 milhões, respectivamente. A Companhia registrou uma provisão estimada em 30 de junho de 2009, no montante de R$35,0 milhões, baseado nas expectativas dos administradores. Essa provisão pode ser alterada de acordo com o cumprimento de metas e desempenho conforme descrito acima.

Ganhos dos Administradores no Longo Prazo

Adotamos, também, um plano de opção de compra de ações para nossos colaboradores administrativos. Se computadas as opções de compra de ações já outorgadas no âmbito do plano de opção de compra de ações, nos termos do nosso Plano de Opção de Compra de Ações abaixo descrito, ou seja, um total de 890.004, sendo 150.659 exercíveis em 30 de junho de 2009, os beneficiários de tais opções, se exercidas, receberiam um ganho adicional a título de remuneração indireta. Em 30 de junho de 2009, realizamos pagamentos baseados em ações no montante de R$2,5 milhões, sendo que R$1,9 milhões foram destinados aos nossos administradores. Para informações adicionais sobre o nosso Plano de Opção de Compra de Ações, veja a seção "Administração – Plano de Opção de Compra de Ações", na página 102 deste Prospecto.

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Nosso plano de opção de compra de ações foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de julho de 2004. O propósito deste plano é promover nossos interesses motivando nossos funcionários com cargos administrativos a contribuir significativamente para nosso sucesso através da concessão de

opções de compra de nossas ações. O plano é administrado por nosso comitê de gestão de pessoas e governança corporativa e pelo nosso Conselho de Administração.

Os participantes do plano de opção de compra de ações são selecionados pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa, à condição que eles tenham sido presidente, vice-presidente, diretor, assistente do diretor ou do vice-presidente, ou gerente geral da Companhia. A opção de compra de ações a ser outorgada pelo plano de opção de compra de ações confere direitos apenas às nossas ações preferenciais, e a um limite de ações que não exceda 5,0% de nossas ações. O comitê de gestão de pessoas e governança corporativa estabelece o preço de exercício da opção de compra de ações a ser outorgada, a qual deve ser igual ao preço médio de nossas ações preferenciais registrado nos últimos 60 pregões anteriores a data de outorga da opção, corrigido pelo IGP-M. As opções que podem ser livremente exercidas devem sê-lo até o décimo aniversário da data de outorga da opção.

O plano é válido por dez anos. Em caso de rescisão do contrato pela Companhia com o detentor de uma opção de compra de ações, com ou sem justa causa (exceto no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte), todas as opções outorgadas ao participante, e que ainda não forem exercíveis, expirarão automaticamente.

Em 2007, emitimos opção de compra de até 113.379 de nossas ações preferenciais a nossos conselheiros e determinados funcionários a uma média ponderada do preço de exercício de R$65,85 por ação. Em 2008, emitimos até 190.296 opções de compra de ações, ao preço de exercício médio ponderado de R$45,46 por ação. Em 4 de fevereiro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a continuação do plano de opções de compra de ações em 2009 e a emissão de até 925.800 opções para nossas ações preferenciais ao preço de exercício médio ponderado de R$10,52 por ação. A decisão aumenta o número de opções outorgadas para 1,2 milhão nos últimos três anos, ou 0,6% da totalidade de nossas ações. A finalidade de nosso plano de opções de compra de ações é alinhar os interesses dos acionistas aos da alta administração.

Apresentamos abaixo a movimentação das opções outorgadas pela Companhia existentes em 30 de junho de 2009:

	Opções de compra	**Preço de exercício médio ponderado**
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2008	366.987	48,05
Concedidas	925.800	10,52
Opções em circulação em 31 de março de 2009	1.292.787	21,17
Canceladas	(402.783)	10,82
Opções em circulação em 30 de junho de 2009	890.004	25,86
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2008	151.436	46,23
Quantidade de opções exercíveis em 31 de março de 2009	151.569	46,20
Quantidade de opções exercíveis em 30 de junho de 2009	150.659	46,18

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções *Black-Scholes* com base nas seguintes premissas:

	Planos de opções de compra de ações				
	2005	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
Total de opções concedidas	87.418	99.816	113.379	190.296	925.800
Preço de exercício da opção	33,06	47,30	65,85	45,46	10,52
Valor justo da opção na data da concessão	29,22	51,68	46,61	29,27	8,53
Volatilidade estimada do preço da ação	32,5%	39,9%	46,5%	41,0%	76,9%
Dividendo esperado	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%	-
Taxa de retorno livre de risco	17,2%	18,0%	13,2%	11,2%	12,7%
Duração da opção (em anos)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0

RELAÇÕES FAMILIARES ENTRE QUAISQUER ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E ENTRE OS ADMINISTRADORES E OS ACIONISTAS CONTROLADORES

O Fundo Asas é um fundo controlado diretamente pelos Srs. Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino, respectivamente, que detém atualmente 100,0% do capital social votante da Companhia. Os Srs. Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino são administradores da Companhia.

CONTRATOS OU OBRIGAÇÕES RELEVANTES ENTRE OS ADMINISTRADORES E A NOSSA COMPANHIA

Não há contratos ou obrigações relevantes entre os administradores e a nossa Companhia.

PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS ENVOLVENDO NOSSOS ADMINISTRADORES

Nenhum dos administradores da Companhia figura como réu ou foi condenado em processos judiciais ou administrativos em razão do exercício de suas funções na Companhia.

PRINCIPAL ACIONISTA E ACIONISTA VENDEDOR

O nosso capital social é composto por ações ordinárias e ações preferenciais.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas no nosso capital social por cada um de nossos acionistas titulares de 5,0% ou mais de ações do capital social na data deste Prospecto, inclusive por todos os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria em conjunto, indicando suas respectivas participações antes e depois da Oferta:

	Antes da Oferta					
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Preferenciais**	**%**	**Total de Ações**	**%**
Fundo Asas	114.197.142	100,0%	59.795.617	52,4%	173.992.759	76,2%
Conselheiros e Diretores	16	0,0%	2.064.787	1,8%	2.064.803	0,9%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	1.574.200	1,4%	1.574.200	0,7%
Mercado (free float)	0	0,0%	50.762.551	44,5%	50.762.551	22,2%
Total	**114.197.158**	**100,0%**	**114.197.155**	**100,0%**	**228.394.313**	**100,0%**

	Após a Oferta[(1)]					
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Preferenciais**	**%**	**Total de Ações**	**%**
Fundo Asas	133.199.642	100,0%	40.793.117	30,6%	173.992.759	65,3%
Conselheiros e Diretores	16	0,0%	2.064.787	1,6%	2.064.803	0,8%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	1.574.200	1,2%	1.574.200	0,6%
Mercado (free float)	0	0,0%	88.767.551	66,6%	88.767.551	33,3%
Total	**133.199.658**	**100,0%**	**133.199.655**	**100,0%**	**266.399.313**	**100,0%**

(1) Sem considerar o exercício das Opções de Lote Suplementar.

A tabela abaixo apresenta a posição acionária do nosso principal acionista até o nível de pessoa física, titular de participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5,0% do capital social:

Fundo Asas	Quotas	(%)
Constantino de Oliveira Junior	10.000	25,0
Henrique Constantino	10.000	25,0
Joaquim Constantino Neto	10.000	25,0
Ricardo Constantino	10.000	25,0
Total	40.000	100,0

A totalidade dos membros do nosso Conselho de Administração, inclusive os conselheiros independentes, foi eleita pela Acionista Controladora, conforme descrito acima.

ACIONISTA CONTROLADOR

Fundo Asas

O Fundo Asas teve suas quotas integralizadas em 14 de março de 2006, as quais são detidas exclusivamente em iguais proporções pelos Srs. Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino em igualdade de condições. Na data deste Prospecto o Fundo Asas é nosso Acionista Controlador e detentor de participação equivalente a 100,0% do nosso capital social votante.

ACORDO DE ACIONISTAS

Na data deste Prospecto não há nenhum acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

ALTERAÇÕES RELEVANTES RECENTES DA PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE

Não houve alterações relevantes da participação indireta de membros do Grupo de Controle.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Regulamento Nível 2, a companhia deverá encaminhar e divulgar à BM&FBOVESPA as informações relativas a todo e qualquer contrato firmado entre a Companhia e suas companhias afiliadas e associadas, seus administradores, seu acionista controlador, conforme o caso, bem como outras corporações que componham um grupo de tais pessoas, seja de fato ou por lei, sempre que atingirem, com um simples contrato ou com contratos sucessivos, com ou sem o mesmo propósito, em qualquer período de um ano, uma quantia de R$0,2 milhão ou mais, ou uma quantia de 1,0% ou mais sobre o patrimônio líquido da companhia, o que for maior.

Tais informações anunciadas deverão descrever o escopo do acordo, o prazo, o preço, as condições de rescisão ou conclusão e qualquer possível influência do acordo na administração ou na realização de negócios da companhia.

Realizamos uma série de operações com partes relacionadas, nenhuma das quais envolveu a prestação de garantias. A contratação de qualquer operação com partes relacionadas é feita diretamente pela Diretoria, órgão responsável por analisar e avaliar previamente se as condições de tais operações são equivalentes àquelas oferecidas pelo mercado. Acreditamos que todos os contratos firmados com nossas partes relacionadas observam condições equânimes de mercado (*arms´ length basis*), além de estarem em linha com o nosso objeto social e buscarem atender sempre os interesses em geral de nossos acionistas.

Acordos de Transporte com a Áurea Administração e Participações S.A.

A Companhia celebrou com Expresso União Ltda. e Breda Transportes e Serviços S.A., sociedades pertencentes ao grupo Áurea, contratos de prestação de serviços de fretamento de veículos para transporte diário de passageiros da Companhia, de suas bagagens e de seus empregados, entre pontos específicos determinados pela Companhia e principais aeroportos localizados nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo e grande São Paulo. Tais contratos de prestação de serviços foram celebrados por prazos determinados que variam de 12 a 24 meses, podendo ser renovados por iguais períodos pela manifestação expressa das partes envolvidas. Nos termos dos aludidos contratos, a remuneração pelos serviços prestados ocorre mediante pagamentos fixos e/ou variáveis mensais, dependendo do número de viagens e itinerários feitos pelos veículos fretados. A Companhia realizou pagamentos para tais empresas no montante total de R$6,9 milhões em 2007 e de R$5,3 milhões em 2008.

Acordo Comercial com Unidas Rent a Car

Em março de 2009, a Companhia assinou um acordo comercial com a Unidas Rent a Car ("Unidas"), uma companhia brasileira de aluguel de carros, criando um serviço inovador no mercado brasileiro, com ofertas de venda efetuadas através dos canais *web* votadas aos segmentos pessoa física, agências e operadoras de turismo, que proporciona serviço integrado de viagem aérea e terrestre. Tal acordo comercial, com duração mínima de 24 meses contados de sua assinatura, garante aos nossos clientes, dentre outros benefícios, um desconto de 50,0% no valor das diárias de aluguel de veículos, quando efetuarem a compra de bilhetes aéreos da Companhia vinculada à reserva para locação de veículos da Unidas por meio do *website* da Companhia. Em contraprestação ao espaço exclusivamente (links ou conexões de webservices) disponibilizado no *website* da Companhia, haverá a cobrança de uma taxa de serviço fixa e de uma comissão variável a serem pagas pela Unida à Companhia, esta última calculada com base no número de diárias de aluguel de veículos e proteções associadas geradas pela Companhia para a Unidas. O presidente do Conselho de Administração da Companhia, Álvaro de Souza, é também presidente do conselho de administração da Unidas Rent a Car.

Bônus Sênior e Bônus Perpétuos

Em 22 de março de 2007, a controlada Gol Finance, captou recursos mediante emissão de bônus sênior denominados em Dólares no valor nominal de US$225,0 milhões correspondentes a R$463,5 milhões na data da captação com garantia da Companhia. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários obtidos

com garantia do U.S. Exim Bank. Os bônus sênior têm vencimento em 2017, com juros de 7,5% a.a. e são considerados obrigações sênior sem garantia da Companhia.

Em 5 de abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance, captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em Dólares no valor nominal de US$200,0 milhões correspondentes a R$426,9 milhões na data da captação com garantia da Companhia. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários com garantia do U.S. Exim Bank. Os bônus perpétuos não têm vencimento determinado, podendo ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da emissão.

Para mais informações acerca destes títulos, ver seções "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações – Contratos Financeiros" e Informações sobre Valores Mobiliários Emitidos e o Mercado de Negociação – Bônus Sênior e Perpétuos" nas páginas 146 e 218 deste Prospecto, respectivamente.

Locação

A VRG, na qualidade de sucessora da GTA, é parte em um contrato de locação firmado pela GTA com a Patrimony Administradora de Bens S.A., sociedade pertencente ao grupo Áurea, para a locação do imóvel onde está localizada nossa sede, na Rua Tamoios, 246, São Paulo, SP. O contrato de locação, com prazo de vencimento previsto para 05 de abril de 2010, determina um pagamento de aluguel mensal de R$35,6 mil, ajustado anualmente pelo IGP-M.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Segue, abaixo, sumário descritivo de algumas disposições do Estatuto Social da Companhia, da Lei das Sociedades por Ações, e das regras da CVM e do Nível II de Governança Corporativa, a administração, informações periódicas e eventuais, bem como de outros aspectos societários que se aplicam à Companhia. Este sumário não é exaustivo com relação a qualquer dos assuntos aqui tratados, descrevendo em linhas gerais algumas disposições do Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações, das regras da CVM e do Nível II de Governança Corporativa.

GERAL

Somos uma sociedade por ações, aberta, de capital autorizado, constituída de acordo com as leis do Brasil. Nossa sede está localizada na Rua Tamoios, nº 246, térreo, bairro do Jardim Aeroporto, CEP 04630-000, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil. Nossos atos societários de constituição estão devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.314.441, e na CVM sob o nº 019569.

OBJETO SOCIAL

A Companhia tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG. ou sua sucessora a qualquer título e, por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, explorar também (a) serviços de transporte aéreo regular de âmbito nacional e não regular de âmbito internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; (b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais; (c) a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças; (d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões; (e) a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves; (f) o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima; e (g) a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de 228.394.313 ações, dividido em 114.197.158 ações ordinárias e 114.197.155 ações preferenciais.

CAPITAL AUTORIZADO

De acordo com nosso Estatuto Social, mediante aprovação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, em até R$4,0 bilhões. Nossos acionistas precisam aprovar qualquer aumento de capital que exceder nosso capital autorizado. De acordo com nosso Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, se emitirmos ações adicionais em uma operação privada, os atuais acionistas terão direitos de preferência para subscrever ações proporcionalmente de acordo com suas detenções.

AÇÕES EM TESOURARIA

Na data deste Prospecto, mantínhamos 1.574.200 ações preferenciais em tesouraria, com valor contábil de R$41,2 milhões, adquiridas em exercícios anteriores com recursos oriundos das reservas de lucros para posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução do capital social. Na data deste Prospecto, não mantínhamos nenhuma ação ordinária em tesouraria.

HISTÓRICO DO CAPITAL SOCIAL

Em 28 de abril de 2005, a Companhia concluiu uma oferta primária e secundária de 16.905.000 ações preferenciais na forma de ADSs, nos Estados Unidos e outros países fora do Brasil, e na forma de ações preferenciais no Brasil. Além disso, durante 2005, nossos diretores executivos exerceram opções de compra de ações relativas a um total de 703.579 ações preferenciais. Durante 2006, nossos diretores realizaram opção de ações em um total de 233.833 ações preferenciais. Em 2007, aumentamos nosso capital social e, em consequência de 6,1 milhões de ações emitidas para a aquisição da VRG e 11.569 ações emitidas relacionadas a nosso programa de planos de opção de compra de ações, em 31 de dezembro de 2007 nossa estrutura de capital consistia em 107.590.792 ações ordinárias e 94.709.463 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Em 20 de março de 2009, nosso Conselho de Administração aprovou um aumento de capital social por meio da emissão de 6.606.366 ações com direito a voto e 19.487.356 ações sem direito a voto, com o propósito de melhorar a posição de caixa e a estrutura de capital da Companhia e garantir o nível dos investimentos planejados. As ações ordinárias e preferenciais foram emitidas ao valor de R$7,8 por ação. Nosso Acionista Controlador subscreveu e integralizou praticamente a totalidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas em 20 de março de 2009, pelo valor total de R$203,53 milhões, respeitado o direito de preferência e demais direitos conferidos aos acionistas, tendo o Conselho de Administração da Companhia homologado referido aumento de capital em 02 de junho de 2009.

NEGOCIAÇÃO EM BOLSAS DE VALORES

A negociação de nossas ações preferenciais na BM&FBOVESPA teve início em 24 de junho de 2004. A tabela a seguir apresenta os preços de venda finais máximos e mínimos informados de nossas ações preferenciais na BM&FBOVESPA, nos períodos indicados.

	Reais por Ação Preferencial		
	Mínimo	**Máximo**	**Média [1]**
2006			
Anual	54,60	82,50	68,19
2007			
Anual			
Primeiro trimestre	52,99	67,26	60,70
Segundo trimestre	54,99	65,47	60,31
Terceiro Trimestre	36,61	63,00	47,36
Quarto Trimestre	42,00	48,49	45,55
2008			
Anual			
Primeiro trimestre	25,40	42,40	31,84
Segundo trimestre	17,92	29,12	24,51
Terceiro Trimestre	11,51	19,10	14,96
Quarto Trimestre	6,90	13,05	9,37
Últimos Seis Meses			
Março de 2009	6,65	9,80	8,04
Abril de 2009	6,58	7,63	7,29
Maio de 2009	7,61	9,40	8,70
Junho de 2009	8,80	11,62	10,42
Julho de 2009	10,93	15,21	13,19
Agosto de 2009	14,14	20,50	17,57
Setembro de 2009 (até 18 de setembro)	17,58	18,80	18,31

Fonte: Bloomberg
(1) Calculado como média dos preços de fechamento no período.

Nos Estados Unidos, nossas ações preferenciais são negociadas sob a forma de *ADSs*. A partir de dezembro de 2005, cada *ADS* passou a representar uma ação preferencial emitida pelo The Bank of New York, na qualidade de Depositário, em conformidade com um Acordo de Depósito. Em 13 de dezembro de 2005, efetuamos um desdobramento de 2:1 *ADS*, o qual alterou a proporção de uma *ADS* representando duas ações preferenciais para uma *ADS* representando uma ação preferencial, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia em 8 de novembro de 2005. A negociação das *ADSs* na NYSE teve início em 24 de junho de 2004. Em 30 de junho de 2009, as *ADSs* representavam 24,1% de nossas ações preferenciais e 45,0% de nosso atual *float* global público.

A tabela a seguir apresenta os preços de venda máximos e mínimos de fechamento das *ADSs* informados na NYSE nos períodos indicados.

	US$ por *ADS*		
	Mínimo	**Máximo**	**Média (1)**
2006			
Anual	25,16	40,09	31,42
2007			
Anual			
Primeiro trimestre	25,78	32,03	28,89
Segundo trimestre	27,20	34,30	30,44
Terceiro Trimestre	19,19	32,96	24,79
Quarto Trimestre	23,07	27,62	25,48
2008			
Anual			
Primeiro trimestre	14,76	23,99	18,40
Segundo trimestre	11,26	17,83	14,83
Terceiro Trimestre	5,95	12,00	9,04
Quarto Trimestre	2,93	6,97	4,14
Últimos Seis Meses			
Março de 2009	2,83	4,16	3,46
Abril de 2009	2,86	3,57	3,31
Maio de 2009	3,58	4,55	4,20
Junho de 2009	4,50	6,10	5,35
Julho de 2009	5,65	8,02	6,79
Agosto de 2009	7,66	11,08	9,53
Setembro de 2009 (até 18 de setembro)	9,90	10,46	9,98

Fonte: Bloomberg
(1) Calculado como média dos preços de fechamento no período.

RESTRIÇÕES A INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Não existem restrições em geral sobre a propriedade de nossas ações preferenciais ou ordinárias por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil, exceto aquelas relativas a companhias aéreas. Para maiores informações, ver seção "Regulamentação do Mercado de Aviação Civil Brasileiro" na página 151 deste Prospecto.

Entretanto, o direito de converter pagamento de dividendos e recursos decorrentes da venda de ações preferenciais ou ordinárias em moeda estrangeira e remeter esses valores para fora do Brasil está sujeito a restrições segundo a legislação de investimento estrangeiro, a qual geralmente exige, entre outras coisas, o registro do investimento em questão no Banco Central.

Os investidores estrangeiros podem registrar seus investimentos nos termos da Lei nº 4.131, ou da Resolução CMN nº 2.689 e da Instrução CVM 325. O Registro sob a Lei nº 4.131 ou sob a Resolução CMN nº 2.689 permite, de modo geral, que investidores convertam em moedas estrangeiras dividendos, outras distribuições e produtos de vendas recebidos juntamente com investimentos registrados, e que enviem tais montantes para o exterior. A Resolução CMN nº 2.689 oferece tratamento fiscal favorável a investidores estrangeiros que não forem residentes em um paraíso fiscal, definido segundo as leis fiscais brasileiras como um país que não tributa ou no qual a alíquota de imposto de renda máxima é inferior a 20,0% ou que restringe a divulgação da composição acionária ou a titularidade de investimentos.

Segundo a Resolução CMN nº 2.689, investidores estrangeiros podem investir em quase todos ativos e se envolver em quase todas as transações disponíveis nos mercados de capital e financeiro brasileiros, desde que determinados requisitos sejam atendidos. De acordo com a Resolução CMN nº 2.689, a definição de investidor estrangeiro inclui pessoas físicas ou jurídicas, fundos mútuos e outras entidades de investimentos coletivos domiciliadas ou sediadas no exterior. Segundo a Resolução nº 2.690 os investidores não podem transferir a propriedade de investimentos feitos de acordo com a Resolução CMN nº 2.689 a outros detentores não-brasileiros por meio de transações privadas.

Segundo a Resolução CMN nº 2.689, investidores estrangeiros devem:

- Indicar pelo menos um representante no Brasil com poderes para realizar as ações referentes ao investimento estrangeiro;

- Preencher o formulário de registro de investidor estrangeiro pertinente;
- Registrar-se como investidor estrangeiro na CVM;
- Registrar o investimento estrangeiro junto ao Banco Central;
- Indicar um representante fiscal no Brasil; e
- Obter um número de CPF junto às autoridades fiscais federais brasileiras.

Montantes investidos em nossas ações preferenciais por um Detentor Não-Brasileiro que se enquadrar na Resolução CMN nº 2.689 e obtém um registro junto à CVM, ou pelo depositário representando um detentor de *ADS*, são elegíveis para registro junto ao Banco Central. Esse registro (o montante então registrado é referido como capital registrado) permite a remessa fora do Brasil da moeda estrangeira, convertida na taxa de mercado comercial, adquirida com o recurso obtido com as distribuições sobre, e montantes realizados por meio de, através de alienações de nossas ações preferenciais. O capital registrado por ação preferencial adquirida na forma de uma *ADS*, ou adquirida no Brasil e depositada com o depositário em troca de uma *ADS*, será igual ao seu preço de aquisição (fixado em Dólares). O capital registrado por ação preferencial retirado mediante cancelamento de uma *ADS* será o equivalente em Dólares (i) do preço médio de uma ação preferencial na bolsa de valores brasileira na qual a maioria das ações preferenciais foi negociada no dia da retirada ou, (ii) se nenhuma ação preferencial foi negociada naquele dia, o preço médio na bolsa de valores brasileira no qual a maioria das ações preferenciais foi negociada nos quinze pregões imediatamente anteriores a essa retirada. O equivalente em Dólares será determinado com base nas taxas de mercado comerciais médias cotadas pelo Banco Central nessas datas.

Um detentor não-brasileiro de ações preferenciais poderá enfrentar demoras ao efetuar o registro no Banco Central, que poderá atrasar remessas ao exterior. Essa demora poderá afetar desfavoravelmente o montante em Dólares recebido pelo detentor não-brasileiro.

Um certificado de registro é emitido em nome do depositário em relação às *ADSs* e é mantido pelo custodiante em nome do depositário. De acordo com o certificado de registro, o custodiante e o depositário podem converter dividendos e outras distribuições em relação às ações preferenciais representadas por nossas *ADSs* em moeda estrangeira e remeter os recursos para fora do Brasil. No caso de um detentor de *ADSs* trocar essas *ADSs* por ações preferenciais, tal detentor terá o direito de continuar a contar com o certificado de registro do depositário por cinco dias úteis após essa troca, após o que esse detentor deve buscar obter seu próprio certificado de registro junto ao Banco Central.

Depois disso, qualquer detentor de ações preferenciais não poderá converter em moeda estrangeira e remeter para fora do Brasil os recursos obtidos com a alienação de, ou distribuições em relação a, essas ações preferenciais, a menos que o detentor seja um investidor devidamente qualificado segundo a Resolução CMN nº 2.689 ou obtenha seu próprio certificado de registro.

Se o acionista não se enquadrar na Resolução CMN nº 2.689 registrando junto à CVM e ao Banco Central e indicando um representante no Brasil, o detentor estará sujeito a um tratamento fiscal brasileiro menos favorável do que o detentor de *ADSs*. Apesar da qualificação na Resolução CMN nº 2.689, residentes em paraísos fiscais estão sujeitos a um tratamento fiscal menos favorável do que outros investidores estrangeiros.

Segundo a legislação brasileira em vigor, o governo federal poderá impor restrições temporárias nas remessas de capital estrangeiro para o exterior no caso de um grave desequilíbrio ou um grave desequilíbrio antecipado na balança de pagamentos do Brasil. Durante aproximadamente seis meses em 1989 e no início de 1990, o governo brasileiro congelou todos os repatriamentos de capital e dividendos detidos pelo Banco Central, que eram devidos a investidores de capital estrangeiro, a fim de conservar as reservas de moeda estrangeira do Brasil. Esses montantes foram em seguida liberados de acordo com diretrizes do governo federal. Não se pode ter certeza de que o governo brasileiro não imporá restrições semelhantes nos repatriamentos estrangeiros no futuro.

DIREITOS CONFERIDOS ÀS AÇÕES

Direito à Voto

Cada ação ordinária confere a seu detentor o direito a um voto em nossas assembleias de acionistas. As ações preferenciais não têm direitos de voto, ressalvado que cada ação preferencial confere a seu detentor o direito a um voto e em nossas assembleias de acionistas para decidir determinadas questões, como:

- qualquer transformação da companhia em outro tipo societário; qualquer incorporação, fusão ou cisão da companhia;
- aprovação de quaisquer operações entre a companhia e sua controladora ou partes associadas à controladora;
- aprovação de qualquer avaliação de ativos a ser entregue à companhia no pagamento de ações emitidas em um aumento de capital;
- nomeação de um perito para estabelecer o justo valor da companhia com relação a qualquer baixa de registro e de listagem da oferta de venda;
- quaisquer alterações nesses direitos de voto; e
- aprovação de uma alteração de nosso objeto social.

Os detentores de ações preferenciais têm o direito de comparecer em assembleias de acionistas e participar de discussões. A Lei das Sociedades por Ações estabelece que ações sem direito de voto, como as ações preferenciais, poderão adquirir direitos de voto se a companhia não distribuir dividendos fixos ou mínimos com relação a essas ações por três exercícios fiscais consecutivos e reterão esses direitos até a distribuição de tais dividendos.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer alteração nos direitos ou nas preferências de nossas ações preferenciais, ou na criação de uma classe de ações com prioridade sobre nossas ações preferenciais, a menos que essa alteração esteja autorizada por nosso Estatuto Social, o que exigiria a aprovação de nossos acionistas preferenciais em uma assembleia geral de acionistas, além da aprovação pela maioria dos detentores de nossas ações votantes em circulação. Os detentores de ações preferenciais votariam como uma classe na assembleia extraordinária.

A Lei das Sociedades por Ações concede (i) aos detentores de ações preferenciais sem direitos de voto (ou com direitos de voto restritos) que representarem 10,0% do total do capital social emitido e (ii) aos detentores de nossas ações ordinárias que não forem parte do grupo controlador e representam no mínimo 15,0% do capital social votante o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração mediante votação durante a assembleia geral ordinária de acionistas. Se nenhum de nossos detentores não controladores de ações ordinárias ou preferenciais atingir os respectivos limites acima descritos, os detentores de ações preferenciais ou ordinárias que representarem no mínimo 10,0% do capital acionário poderão agrupar suas detenções para nomear um membro e um substituto para nosso Conselho de Administração. Esses direitos somente poderão ser exercidos por esses acionistas que provarem que detêm a participação exigida, sem interrupção, durante no mínimo três meses diretamente anteriores a nossa assembleia geral ordinária de acionistas.

Os detentores de ações ordinárias fazem jus a determinados direitos que não poderão ser aditados mediante alterações no estatuto social ou em uma assembleia geral de acionistas, o que inclui (i) o direito de votar em assembleias gerais de acionistas; (ii) o direito de participar de distribuições de dividendos e lucro sobre o capital e dividir o restante dos ativos da companhia na hipótese de liquidação; (iii) os direitos preferenciais em determinadas circunstâncias, e (iv) o direito de retirar-se da companhia em determinados casos. Além desses direitos, o estatuto social ou uma maioria dos acionistas votantes poderá estabelecer direitos adicionais e, igualmente, excluí-los. Atualmente, nosso Estatuto Social não estabelece nenhum direito além daqueles já estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações. O Nível 2

das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, as quais serão por nós cumpridas, estabelece a concessão de direitos de voto a detentores de ações preferenciais com relação a determinadas questões, inclusive reestruturação societária, incorporações e operações com partes associadas.

Os acionistas controladores poderão nomear e eleger uma maioria dos membros do Conselho de Administração de companhias brasileiras. Em uma companhia brasileira, a administração não tem o direito de nomear conselheiros para eleição em nome dos acionistas. Os acionistas não controladores e os detentores de ações sem direito de voto têm o direito de eleger representantes para o conselho, conforme acima descrito. Os detentores de uma porcentagem-limite de ações votantes também poderão solicitar, até 48 horas antes de qualquer assembleia geral de acionistas, que a eleição dos conselheiros esteja sujeita a votação cumulativa. A porcentagem-limite exigida para votação cumulativa para uma sociedade como a nossa é atualmente de 5,0% das ações em circulação. Os acionistas que votarem para eleger um representante dos acionistas minoritários não poderão proferir votos cumulativos para eleger outros membros do conselho.

De acordo com nosso Estatuto Social, nossas ações preferenciais não têm direitos a voto. Entretanto, em determinadas circunstâncias restritas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações e conforme descrito nesta seção, os detentores de nossas ações preferenciais poderão ter direito a voto. Mediante liquidação, os detentores de ações preferenciais têm o direito de receber distribuições antes de os detentores de nossas ações ordinárias.

De acordo com nosso Estatuto Social, os detentores de nossas ações preferenciais têm o direito de serem incluídos em uma oferta pública caso nossa controladora venda sua participação controladora e o preço mínimo a ser oferecido para cada ação preferencial seja 100,0% do preço pago por ação da participação controladora.

Segundo as leis brasileiras, as proteções oferecidas aos acionistas minoritários são diferentes daquelas nos Estados Unidos. Em particular, a orientação jurídica relativa a disputas de acionistas está menos estabelecida em menor grau segundo as leis brasileiras do que segundo as leis americanas e há exigências procedimentais diferentes para instauração de ações judiciais por acionistas, tais como por ações derivadas de acionistas. Como resultado, na prática, poderá ser mais difícil para nossos acionistas minoritários executar seus direitos contra nós ou nossos conselheiros ou Acionista Controlador do que seria para acionistas de uma empresa norte-americana.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social e tampouco as deliberações adotadas pelos nossos acionistas em assembleia geral podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos:

- direito de participar na distribuição dos lucros;
- direito a participar, na proporção de sua participação no capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de nossa liquidação;
- direito de fiscalizar nossa administração, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas nesta seção, em "Direito de Preferência" abaixo; e
- direito a retirar-se de nossa Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito nas seções "Direito de Recesso e Resgate" abaixo.

Direito de conversão

Nossos acionistas podem, a qualquer momento, converter as ações ordinárias em preferenciais, à taxa de uma ordinária para uma preferencial, na medida em que estas ações sejam devidamente pagas e contanto que o montante de ações preferenciais não exceda 50,0% do montante total das ações restantes. Qualquer pedido de conversão deve ser entregue a nossa diretoria e, uma vez aceito por ela,

deve ser confirmado pelo conselho administrativo na primeira assembleia após a data do pedido de conversão.

ASSEMBLEIAS GERAIS

A Lei das Sociedades por Ações não permite aos acionistas aprovarem questões por consentimento escrito obtido em resposta a um procedimento de solicitação de consentimento. Todas as questões sujeitas à aprovação dos acionistas devem ser aprovadas em assembleia geral ordinária, devidamente convocada conforme a Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas podem ser representados numa assembleia de acionistas por procuradores que sejam (i) acionistas da empresa, (ii) um advogado brasileiro, (iii) um membro da administração ou (iv) uma instituição financeira.

As assembleias gerais ordinárias e extraordinárias de acionistas poderão ser convocadas por publicação de convocação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de circulação geral na jurisdição de nossa sede social no mínimo 15 dias antes da assembleia. As assembleias extraordinárias são convocadas da mesma maneira que as assembleias ordinárias e podem ocorrer imediatamente antes ou depois de uma assembleia ordinária.

Em assembleia devidamente convocada, nossos acionistas têm o poder de realizar qualquer ação pertinente aos nossos negócios. Os acionistas têm o direito exclusivo, durante nossa Assembleia Geral Ordinária que deve ser realizada no prazo de 120 dias do término do exercício fiscal, aprovar nossas demonstrações financeiras e determinar a destinação de nosso lucro líquido e a distribuição de dividendos relacionados com o exercício fiscal imediatamente anterior ao da assembleia. Os membros do nosso Conselho de Administração são geralmente eleitos na Assembleia Geral Ordinária. Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, eles também podem ser eleitos em Assembleias Gerais Extraordinárias. Caso seja requerido por nossos acionistas detentores de um número suficiente de ações, um Conselho Fiscal poderá ser criado e seus membros eleitos em qualquer Assembleia Geral de acionistas.

Assembleias Gerais Extraordinárias podem ser convocadas simultaneamente à Assembleia Geral Ordinária e em outras ocasiões durante o ano. Nossos acionistas podem executar as seguintes ações, entre outras, exclusivamente em Assembleias Gerais de Acionistas:

- eleição e demissão de membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal, caso os acionistas tenham requerido o estabelecimento da última;
- aprovação da remuneração total dos membros do nosso Conselho de Administração e diretoria, assim como a remuneração dos membros do conselho fiscal, caso este tenha sido estabelecido;
- alteração do Estatuto Social da Companhia;
- aprovação de fusão, consolidação ou cisão da Companhia;
- aprovação de dissolução ou liquidação da Companhia, assim como eleição e demissão de liquidantes e a aprovação de suas contas;
- concessão de prêmios em ações e aprovação de desdobramentos ou agrupamento de ações;
- aprovação de plano de opção de ações para a nossa administração e nossos funcionários, bem como para a administração e funcionários de outras companhias diretamente ou indiretamente controladas por nós;
- aprovação, de acordo com proposta submetida pelo nosso Conselho de Administração, da distribuição de nosso lucro líquido e pagamento de dividendos;
- autorização para retirada da Companhia do Nível 2 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, para se tornar uma companhia fechada, exceto se a retirada for devido a uma

violação ao Regulamento Nível 2 por parte da administração, e para contratar uma firma especializada para elaborar o relatório de avaliação no que se refere ao valor de nossas ações, em tais circunstâncias;

- aprovação das contas da administração e de nossas demonstrações financeiras;
- aprovação de qualquer oferta pública primária de nossas ações ou valores mobiliários conversíveis em nossas ações; e
- deliberar sobre qualquer assunto apresentado pelo Conselho de Administração.

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a assembleia geral é instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25,0% do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia, o quorum de instalação, em primeira convocação, será de pelo menos dois terços das ações com direito a voto e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas.

De modo geral, a manifestação de acionistas que comparecerem pessoalmente ou por meio de procurador a uma assembleia geral, e que representem no mínimo a maioria das ações presentes à assembleia, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo. A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto é necessária, todavia, para deliberar sobre as seguintes matérias, entre outras:

- a redução do dividendo obrigatório;
- a mudança do objeto social da companhia;
- a fusão da companhia, ou sua incorporação em outra;
- a cisão da companhia;
- a participação em grupo de sociedades;
- a cessação do estado de liquidação da companhia;
- a dissolução da companhia;
- a incorporação das ações da companhia em outra sociedade; e
- a saída da companhia do Nível 2.

Convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as assembleias gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial da União ou do Estado em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação. Nossas publicações são atualmente feitas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, e no Jornal Valor Econômico, sendo a primeira convocação realizada, no mínimo, 15 dias antes da assembleia, e a segunda convocação realizada com oito dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, determinar que a primeira convocação para assembleias gerais de acionistas seja feita com até 30 dias de antecedência da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas.

Local da Realização da Assembleia Geral

A Lei das Sociedades por Ações determina que as assembleias gerais devem ser realizadas na sede social da companhia, atualmente nossa sede social está localizada em São Paulo. A Lei das Sociedades por Ações permite que as assembleias gerais sejam realizadas fora da sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na localidade da sede, portanto, em São Paulo, e a respectiva convocação contenha indicação expressa e inequívoca do local em que a assembleia geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembleias Gerais

Compete, normalmente, ao Conselho de Administração convocar as assembleias gerais, sem prejuízo de que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

- qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 dias, a convocação contida em previsão legal ou estatutária;
- acionistas que representem 5,0%, no mínimo, do capital social, caso os administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembleia solicitada através de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;
- acionistas que representem 5,0%, no mínimo, do capital votante quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembleia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e
- Conselho Fiscal, caso o Conselho de Administração retarde por mais de um mês a convocação da assembleia geral ordinária. O Conselho Fiscal poderá também convocar assembleia geral extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes.

Legitimação e Representação

As pessoas presentes à assembleia geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendam exercer o direito de voto.

Os acionistas podem ser representados na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista da companhia, administrador ou advogado, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados pelo seu administrador.

CONSELHO FISCAL

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da companhia. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas. Nos termos do nosso Estatuto Social, o Conselho Fiscal não tem caráter permanente, só sendo eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, nos casos previstos em lei.

ALOCAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Valores Disponíveis para Distribuição

A cada assembleia geral ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação pelos acionistas. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, os montantes relativos ao IRPJ e à CSLL e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores no lucro da companhia.

Reservas

As demonstrações financeiras das sociedades constituídas sob a legislação brasileira apresentam, normalmente, duas principais contas de reservas no patrimônio líquido: as reservas de lucros e as reservas de capital.

Reservas de lucros

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as reservas de lucros compreendem a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva para contingências, as reservas estatutárias e a reserva de retenção de lucros.

Do lucro líquido do exercício, 5,0% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá em mais de 20,0% o capital social. Não obstante, poderemos deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido das demais reservas de capital constituídas, exceder em 30,0% o nosso capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social. Seus valores devem ser aprovados em assembleia geral ordinária de acionistas e podem ser utilizados exclusivamente para compensar prejuízos ou aumentar o capital social, não estando, porém, disponíveis para pagamento de dividendos. Em 30 de junho de 2009, o saldo na nossa conta de reservas de lucro era de R$918,6 milhões.

Reservas estatutárias

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer companhia pode criar uma reserva estatutária, a qual deverá ser descrita em seu estatuto social. O estatuto social que autorizar a destinação de uma porcentagem do lucro líquido da companhia a essa reserva estatutária deve também indicar o propósito, critério de alocação e o limite máximo da reserva. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. Nosso Estatuto Social não estabelece qualquer reserva estatutária.

Reserva para contingências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada a reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição. Em 30 de junho de 2009, não registrávamos montantes a título de reserva para contingências.

Retenção de lucros

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital. Em 30 de junho de 2009, o saldo na nossa conta de reservas de retenção de lucros era de R$918,6 milhões.

Reserva de lucros a realizar

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o valor do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores (i) o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial e (ii) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes. Em 30 de junho de 2009, não registrávamos montantes a título de reserva de lucros a realizar.

Reserva de Capital

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital consiste em ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação, alienação de partes beneficiárias, alienação de bônus de subscrição, prêmio na emissão de debêntures, incentivos fiscais e doações e subvenções para investimentos. As quantias destinadas à nossa reserva de capital não são consideradas para efeito de determinação do dividendo obrigatório. O saldo existente na nossa reserva de capital somente poderá ser utilizado para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os prejuízos acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; ou (iii) incorporação ao capital social. Em 30 de junho de 2009, o saldo na nossa conta de reservas de capital era de R$89,6 milhões.

Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A Lei das Sociedades por Ações geralmente requer que os estatutos de cada sociedade brasileira especifiquem um percentual mínimo dos montantes disponíveis para distribuição por tal sociedade, para cada exercício fiscal, que deve ser distribuído aos acionistas como dividendos, também conhecido como distribuição obrigatória.

A distribuição obrigatória se baseia em um percentual de renda líquida não consolidada ajustada, não inferior a 25,0%. Caso o estatuto social da companhia não contenha disposição diversa, o percentual considerado é de 50,0%. De acordo com nosso Estatuto Social, pelo menos 25,0% de nossa renda líquida não consolidada ajustada, como calculado de acordo com os BR GAAP e ajustado pela Lei das Sociedades por Ações (que é significativamente diferente da renda líquida como calculada pelas IFRS) para o exercício fiscal precedente deve ser distribuída como um dividendo anual obrigatório. Renda líquida ajustada significa a renda líquida, após qualquer dedução para reservas legal e para contingências, e quaisquer reversões das reservas para contingências criadas em exercícios fiscais precedentes. A Lei das Sociedades por Ações, no entanto, permite que uma companhia de capital aberto, como é o nosso caso, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício fiscal no qual o Conselho de Administração reporte para a assembleia geral de acionistas que a distribuição seria desaconselhável diante de nossa situação financeira. A suspensão está sujeita à aprovação na assembleia geral de acionistas e à revisão pelos membros do conselho fiscal. Embora a lei não estabeleça as circunstâncias em que o pagamento do dividendo obrigatório seria desaconselhável com base na condição financeira da companhia, é de consenso geral que uma companhia não precisa pagar o dividendo obrigatório se tal pagamento ameaçar a existência da companhia como uma preocupação ou um prejuízo no curso normal de suas operações. No caso de companhias abertas, o conselho de administração deve arquivar uma justificação para tal suspensão com a CVM dentro de cinco dias da assembleia geral de acionistas pertinente. Caso o dividendo obrigatório não seja pago e haja fundos disponíveis, esses fundos deverão ser atribuídos a uma conta de reserva especial. Caso não absorvido por prejuízos subsequentes, esses fundos deverão ser pagos como dividendos tão logo a condição financeira da companhia o permita.

O Conselho de Administração também pode decidir fazer a distribuição do dividendo obrigatório na forma de juros atribuíveis ao patrimônio líquido, que é dedutível ao calcular os impostos de contribuição de renda e social.

Dividendos

A Lei das Sociedades por Ações nos obriga a realizar uma reunião geral de acionistas anual até 30 de abril de cada ano, ocasião em que, entre outras coisas, os acionistas devem decidir sobre o pagamento de um dividendo anual. Adicionalmente, dividendos intermediários podem ser declarados pelo Conselho de Administração. Qualquer detentor de ações na data da declaração de dividendos tem direito a receber dividendos. Os dividendos pagos às ações detidas por intermédio de depositários são pagos ao depositário para distribuição ulterior aos acionistas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos devem ser pagos de modo geral ao detentor em data de declaração de dividendo em até 60 dias após os dividendos terem sido declarados, exceto se, por deliberação dos acionistas, outra data para pagamento tiver sido determinada, a qual deverá ocorrer antes do encerramento do exercício fiscal no qual os dividendos foram declarados. De

acordo com nossos estatutos, dividendos não reclamados não acumulam juros, não são corrigidos monetariamente e são revertidos em nosso favor, três anos após terem sido declarados.

Nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários ou juros atribuíveis ao patrimônio líquido com base na renda verificada em demonstrações financeiras semestrais. O Conselho de Administração também poderá declarar dividendos com base em demonstrações financeiras preparadas para períodos mais curtos, desde que o total de dividendos pagos em cada período de seis meses não ultrapasse as reservas de capital exigido parágrafo 1º, artigo 182, da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários ou juros atribuíveis ao patrimônio líquido dos lucros retidos ou das reservas de renda registradas no ultimo balanço patrimonial anual. Qualquer pagamento de dividendos intermediários pode ser realçado em relação ao montante de dividendos obrigatórios em relativos à renda líquida auferida no ano em que os dividendos intermediários não foram pagos.

Nosso estatuto não exige que ajustemos o montante de nenhum pagamento de dividendos à inflação.

De modo geral, os acionistas não residentes no Brasil deverão registrar seu investimento em participações societárias junto ao Banco Central para poder remeter ao exterior dividendos, o produto da venda ou outros valores referentes às suas ações. As ações preferenciais subjacentes às *ADSs* são detidas no Brasil pelo Itaú Unibanco S.A., também designado custodiante, na qualidade de agente do depositário, que é o titular segundo os registros do agente de escrituração das nossas ações. O depositário registra as ações preferenciais subjacentes às *ADSs* com o Banco Central e, portanto, pode remeter ao exterior dividendos, o produto da venda ou outros valores referentes às suas ações preferenciais. O atual agente de escrituração é o Itaú Unibanco S.A..

Os pagamentos de dividendos e distribuições em dinheiro, se houver, são efetuados em Reais ao custodiante por conta do depositário, que subsequentemente converte tal produto em Dólares e faz com que os Dólares sejam entregues ao depositário para distribuição aos detentores de *ADSs*. Caso o custodiante não possa converter imediatamente a moeda brasileira recebida a título de dividendos em Dólares, o valor em Dólares pagável aos detentores de *ADSs* poderá ser prejudicado por desvalorizações da moeda brasileira ocorridas antes de os dividendos serem convertidos. De acordo com a atual Lei das Sociedades por Ações, os dividendos pagos a pessoas não residentes no Brasil, incluindo detentores de *ADSs*, não estão sujeitos ao imposto brasileiro de retenção na fonte, exceto no caso de dividendos declarados com base em lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995, que estarão sujeitos ao imposto brasileiro de retenção na fonte a alíquotas de impostos variadas

Os detentores de *ADSs* detêm o benefício do registro eletrônico obtido junto ao Banco Central, que permite que o depositário e o custodiante convertam dividendos e demais distribuições ou o produto da venda referentes às ações preferenciais representadas pelas *ADSs* em moeda estrangeira e remetam o produto para o exterior. Caso o detentor permute as *ADSs* por ações preferenciais, o detentor terá direito de continuar a se valer do certificado de registro do depositário por cinco dias úteis a contar da permuta. Subsequentemente, a fim de converter moeda estrangeira e remeter para fora do Brasil o produto da venda ou distribuições referentes às ações preferenciais, o detentor deverá obter um novo certificado de registro em seu próprio nome que permitirá a conversão e remessa de tais pagamentos por meio do mercado de câmbio comercial.

Se o detentor não for investidor devidamente qualificado e não obtiver certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, deverá ser obtida autorização especial do Banco Central a fim de remeter ao exterior quaisquer pagamentos referentes às ações preferenciais por meio do mercado de câmbio de taxas comerciais. Sem essa autorização especial, o detentor poderá atualmente remeter pagamentos referentes às ações preferenciais por meio do mercado de câmbio flutuante, embora nenhuma garantia possa ser dada de que o mercado de câmbio flutuante estará acessível para esse fim no futuro.

De acordo com a legislação brasileira em vigor, o Governo Federal poderá impor restrições temporárias à remessa de capital estrangeiro para o exterior na hipótese de sério desequilíbrio ou previsão de sério desequilíbrio da balança de pagamentos do Brasil.

Juros sobre capital próprio

Conforme a legislação tributária brasileira em vigor a partir de 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras passaram a poder distribuir aos acionistas juros sobre capital próprio e tratar esses pagamentos como despesa para fins de imposto de renda e, a partir de 1998, também para fins de contribuição social. A finalidade da alteração da legislação tributária é incentivar a utilização de investimento em ações, em oposição à dívida, para financiar atividades corporativas. O pagamento de tais juros pode ser efetuado de acordo com critério estabelecido pelo nosso Conselho de Administração, sujeito a aprovação dos acionistas em assembleia geral. O valor de qualquer pagamento de -juros nocionais aos detentores de valores mobiliários está de modo geral limitado, com relação a qualquer exercício específico, à variação diária da TJLP, conforme determinada pelo Banco Central do Brasil de tempos em tempos, e não poderá exceder ao que for maior entre:

- 50,0% do lucro líquido (após a dedução de provisões para contribuição social sobre o lucro líquido, mas antes de levar em consideração a provisão para imposto de renda e juros sobre o capital próprio) para o período pelo qual o pagamento é efetuado; ou

- 50,0% dos lucros acumulados e reservas de lucro no início do exercício fiscal em relação ao qual o pagamento é efetuado.

Segundo a legislação brasileira, o montante total distribuído na forma de juros sobre o capital próprio e como dividendos deverá ser no mínimo equivalente ao dividendo obrigatório. Para fins contábeis do BR GAAP, embora a cobrança de juros deva ser refletida na declaração de operações para ser dedutível, a cobrança é revertida antes que seja calculado o lucro líquido nas demonstrações financeiras estatutárias e deduzida do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo. Qualquer pagamento de juros referente a ações preferenciais (inclusive as *ADSs*) está sujeito à retenção de imposto de renda na fonte à alíquota de 15,0% ou 25,0% no caso de acionista domiciliado em paraíso fiscal. Se tais pagamentos forem computados, por seu valor líquido, como parte de qualquer dividendo obrigatório, o imposto é pago pela companhia por conta de seus acionistas, quando da distribuição dos juros. Se distribuirmos juros sobre o capital próprio em qualquer exercício fiscal e tal distribuição não for imputada como parte da distribuição do dividendo obrigatório, o imposto de renda deverá ser arcado pelos acionistas. Para fins contábeis da IFRS, os juros sobre o capital próprio são refletidos como pagamento de dividendos.

De acordo com nosso Estatuto Social, os juros sobre o capital próprio podem ser tratados como pagamento de dividendos para fins do dividendo obrigatório.

Política de Dividendos

Pretendemos declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, na forma do disposto na Lei das Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, calculado com base em nossas demonstrações financeiras não consolidadas trimestrais ou semestrais. A declaração anual de dividendos, incluindo dividendos acima da distribuição obrigatória, requer aprovação pelo voto majoritário dos detentores de nossas ações ordinárias.

Independente do valor fixado, é assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício apurado nas demonstrações financeiras, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que, caso seja necessário, a Companhia ao final do exercício promoverá o pagamento de dividendos complementares, a não ser que os administradores informem à Assembleia Geral que a distribuição seria incompatível com a condição financeira e a distribuição do dividendo obrigatório, hipótese em que a distribuição do dividendo mínimo seria suspensa.

O montante de quaisquer distribuições dependerá de diversos fatores, tais como nossos resultados operacionais, situação financeira, necessidades de caixa, perspectivas e outros fatores que nosso Conselho de Administração e nossos acionistas entenderem relevantes, não havendo intenção da Companhia em modificar esta política para estabelecer outros fatores determinantes para a decisão de distribuir dividendos. Desde 2004, a Companhia distribuiu R$664,7 milhões em dividendos aos seus

acionistas. Dentro do contexto do nosso planejamento tributário, podemos continuar a distribuir juros sobre o capital próprio se entendermos que tal alternativa é mais vantajosa para a Companhia.

A tabela a seguir indica as distribuições de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio realizadas nos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, bem como nos dois primeiros trimestres de 2009:

Período encerrado em 31 de dezembro de	Datas de Pagamento	Pagamento por Ação	Pagamento por *ADS* (1)	Valor Total Distribuído (2)	Quociente de distribuição bruto(3)	Quociente de distribuição líquido (4)
2004:						
Primeiro trimestre	Abril de 2005	0,32	0,32	60,7	27,0%	27,0%(5)
Segundo trimestre	-	-	-	-	-	-
Terceiro trimestre.....	-	-	-	-	-	-
Quarto trimestre.....	-	-	-	-	-	-
Total.....		0,32	0,32	60,7	27,0%	27,0%
2005:						
Primeiro trimestre	-	-	-	-	-	-
Segundo trimestre	Abril de 2006	0,60	0,60	100,8	29,1%	25,0%
Terceiro trimestre.....	-	-	-	-	-	-
Quarto trimestre.....	-	-	-	-	-	-
Total.....		0,60	0,60	100,8	29,1%	25,0%
2006:						
Primeiro trimestre	Maio de 2006	0,22	0,22	43,5	28,5%	25,0%
Segundo trimestre	Agosto de 2006	0,16	0,16	32,1	34,4%	29,2%
Terceiro trimestre.....	Novembro/Dezembro de 2006	0,32	0,32	62,1	28,1%	26,1%
Quarto trimestre.....	Fevereiro/Março de 2007	0,22	0,22	43,5	23,7%	21,5%
Total.....		0,90	0,90	181,2	27,9%	25,0%
2007:						
Primeiro trimestre.....	Maio de 2007	0,35	0,35	73,7	84,7%	78,9%
Segundo trimestre.....	Agosto de 2007	0,35	0,35	76,0	50,9%	47,5%
Terceiro trimestre.....	Novembro de 2007	0,35	0,35	76,5	163,0%	150,8%
Quarto trimestre.....	Fevereiro de 2008	0,35	0,35	76,5	n/a	n/a
Total.....		1,39	1,39	302,8	118,7%	110,2%
2008:						
Primeiro trimestre.....	Junho de 2008	0,18	0,18	36,4	n/a	n/a
Segundo trimestre.....		0,18	0,18	36,4	n/a	n/a
Terceiro trimestre.....	-	-	-	-	-	-
Quarto trimestre.....	-	-	-	-	-	-
Total.....	-	-	-	-	-	-
2009						
Primeiro trimestre.....	-	-	-	-	-	-
Segundo trimestre.....	-	-	-	-	-	-
Total.....						

(1) Ajustado para a alteração da proporção de ADS de 2:1 em dezembro de 2005.
(2) Em milhões de Reais, líquido.
(3) Representa a distribuição dividida pelo lucro líquido, conforme calculado de acordo com os BR GAAP e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações brasileira.
(4) Líquido de imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio.
(5) O quociente de distribuição em 2004 foi superior ao mínimo obrigatório de 25% em razão da diminuição do lucro líquido ajustado quando do refazimento das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2004 determinado pela CVM.

Com base na política de dividendos e no resultado acumulado, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no primeiro trimestre de 2008. Em 6 de agosto de 2008, o Conselho de Administração decidiu suspender a distribuição de dividendos trimestrais pelo restante do ano de 2008 e início de 2009, devido ao fato de que essa distribuição não mais se compatibilizava com a previsão de resultado para aquele ano. Independente da suspensão da mencionada política, a Companhia pretende efetuar o pagamento do dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício aos acionistas.

DIREITO DE RECESSO E RESGATE

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, um acionista dissidente ou não votante tem o direito de retirar de uma companhia e ser reembolsado pelo valor das ações preferenciais ou ordinárias detidas sempre que uma decisão for tomada em uma assembleia geral de acionistas, mediante voto dos acionistas representando no mínimo 50,0% do total do capital votante em circulação, para:

- criar uma nova classe de ações preferenciais ou aumentar desproporcionalmente uma classe existente de ações preferenciais com relação às outras classes de ações, a menos que essa medida esteja prevista ou autorizada em nosso Estatuto Social (ou nosso Estatuto Social nos permita atuar dessa forma);

- modificar uma preferência, um privilégio ou uma condição de resgate ou amortização concedido a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criar uma nova classe com mais privilégios do que as classes existentes de ações preferenciais;

- reduzir a distribuição obrigatória de dividendos;

- incorporar-se ou fundir-se com outra companhia;

- participar de um grupo de empresas, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações e sujeito às condições estabelecidas naquela Lei;

- alterar nosso objeto social, inclusive a venda do controle votante da Companhia a um terceiro;

- transferir todas as nossas ações para outra companhia ou receber ações de outra companhia a fim de tornar a companhia cujas ações foram transferidas uma subsidiária integral daquela companhia, conhecida como incorporação de ações;

- conduzir uma cisão que resulte em (a) alteração de nossos objetos sociais, exceto se os ativos e os passivos da companhia cindida forem contribuídos para uma companhia que exerce substancialmente as mesmas atividades, (b) redução no dividendo obrigatório ou (c) qualquer participação em um grupo centralizado de empresas, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações; ou

- dissolver a companhia ou rescindir um estado de liquidação.

Na hipótese de a pessoa jurídica resultante de uma incorporação, fusão ou incorporação de ações ou cisão de uma companhia lista não se tornar uma companhia listada dentro de 120 dias após a assembleia de acionistas na qual essa decisão foi tomada, os acionistas dissidentes ou não votantes também poderão exercer seu direito de retirada.

Se for aprovada uma deliberação para (a) nossa incorporação ou consolidação com outra companhia, (b) incorporação de ações, (c) participação em um grupo de empresas, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, ou (d) aquisição de controle de outra companhia, os direitos de retirada são praticáveis somente se nossas ações não atenderem determinados testes de liquidez e dispersão do tipo ou classe de ações no mercado, no momento da assembleia geral.

Somente os detentores de ações prejudicadas pelas alterações mencionadas nos primeiro e segundo itens acima poderão retirar suas ações.

O direito de retirada prescreve 30 dias após a publicação da ata da assembleia geral de acionistas em questão que aprovou os atos societários descritos acima. Na hipótese das alterações mencionadas nos itens (a) e (b) acima, a deliberação está sujeita à confirmação pelos acionistas preferenciais que deverá ser obtida em uma assembleia extraordinária realizada dentro de um ano. Nestes casos, o prazo de 30 dias é contado a partir da data da publicação da ata da assembleia extraordinária. Teremos o direito de reconsiderar qualquer medida que desencadear os direitos de avaliação, dentro de 10 dias após a expiração desses direitos, se o resgate de ações de acionistas dissidentes ou não votantes prejudicaria nossa estabilidade financeira. As ações a ser compradas por nós dos acionistas dissidentes ou não votantes que exercerem os direitos de avaliação serão avaliadas a um valor igual ao que for menor entre a parte proporcional atribuível a essas ações em nosso patrimônio líquido, conforme indicado no último balanço patrimonial aprovado em uma assembleia geral de acionistas (valor escritural), e a parte proporcional atribuível a essas ações no valor econômico da companhia, segundo um relatório de avaliação apresentado de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações. Se tiverem decorrido mais de 60 dias desde a data do referido balanço patrimonial, os acionistas dissidentes poderão

exigir que o valor escritural de suas ações seja calculado com base em um novo balanço patrimonial. Como norma geral, os acionistas que adquirirem suas ações após a primeira convocação da assembleia geral de acionistas ou após a respectiva nota à imprensa relativa à assembleia ser publicada não farão jus aos direitos de avaliação.

Com relação aos direitos de retirada, o conceito de acionista dissidente segundo a Lei das Sociedades por Ações inclui não apenas aqueles acionistas que votarem contra uma deliberação específica, mas também aqueles que se abstiverem de votar, que não comparecerem na assembleia de acionistas ou que não tiverem direitos de voto.

REGISTRO DAS AÇÕES

As nossas ações são mantidas sob a forma escritural junto ao Itaú Unibanco S.A.. A transferência das ações é realizada por meio de um lançamento pelo escriturador em seus sistemas de registro a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

DIREITO DE PREFERÊNCIA

Cada um de nossos acionistas tem geralmente um direito de preferência para subscrever ações ou valores mobiliários conversíveis em ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação. Um período mínimo de 30 dias, a menos que um período menor seja estabelecido por nosso Conselho de Administração, após a publicação de uma notificação de aumento de capital, é permitido para o exercício do direito e o direito é negociável. Na hipótese de aumento de capital que manteria ou aumentaria a proporção do capital representado por ações preferenciais, os detentores de *ADSs* ou ações preferenciais teriam direitos de preferência para subscrever somente ações preferenciais recentemente emitidas.

Na hipótese de aumento de capital que reduziria a proporção de capital representada por ações preferenciais, os detentores de *ADSs* ou ações preferenciais teriam direitos de preferência para subscrever ações preferenciais na proporção de suas participações, e quanto a ações ordinárias, somente na medida necessária para impedir a diluição de sua participação acionária. Nosso Estatuto Social estabelece que nosso Conselho de Administração poderá, dentro do limite de seu capital autorizado, retirar direitos de preferência a atuais acionistas com relação a aumento no capital social por meio da venda em bolsa de valores, ofertas públicas ou ofertas de troca pública. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações estabelece que a concessão ou o exercício de opções de ações segundo determinados planos de opção de ações não está sujeito a direitos de preferência.

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358 e em nosso Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia ("Manual") quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Sendo assim, nós, nosso Acionista Controlador, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, quando instalado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária (considerados *insiders* para efeito da Lei do Mercado de Valores Mobiliários), bem como aqueles que têm acesso a informação relevante ou conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia e/ou em suas Subsidiárias, devem abster-se de negociar valores mobiliários de nossa emissão, inclusive no contexto de operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de nossa emissão, nas seguintes condições, dentre outras:

- anteriormente à divulgação ao público de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos nossos negócios;

- sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas Subsidiárias e/ou outra sociedade sob controle comum;

- na hipótese de transformação, fusão, incorporação, cisão de parte ou da totalidade de nossos ativos, ou ainda de nossa reorganização societária;

- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação das ITR – Informações Trimestrais e DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas; ou

- relativamente aos nossos acionistas controladores, conselheiros e diretores, na hipótese de comprarmos ou vendermos ações de nossa própria emissão ou na hipótese de compra ou venda de ações de nossa própria emissão por qualquer uma de nossas sociedades controladas ou coligadas ou por qualquer outra sociedade sob controle comum conosco.

- no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos, de desdobrar agrupar ou emitir outros valores mobiliários, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

As proibições acima não se aplicam às operações com ações em tesouraria, através de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela assembléia geral da Companhia e as eventuais recompras pela Companhia, também através de negociação privada, dessas ações.

Ainda, de acordo com nosso Manual, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública, através da publicação de fato relevante, (i) a celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia; (ii) a outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou (iii) a existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

Sem prejuízo do disposto acima, caso qualquer um de nossos administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, estes não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia: (i) pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento; (ii) até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria.

O Diretor de Relações com Investidores poderá, independentemente de justificação ou da existência de ato ou fato relevante ainda não divulgado, fixar períodos em que não será permitido negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados.

Nós, os membros do nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria e o Acionista Vendedor celebraremos um acordo de não disposição de ações, por meio do qual nos obrigaremos a não alienar as ações de nossa emissão de nossa titularidade e a não contratar derivativos lastreados em tais ações no prazo de 90 dias a contar da data do Prospecto Definitivo, sujeito a determinadas exceções. Para informações adicionais ver seção "Informações Relativas à Oferta Global", na página 50 deste Prospecto.

RESTRIÇÕES A OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de:

- realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia;
- receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e
- intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

CONTRATOS COM O MESMO GRUPO

Segundo o Regulamento Nível 2, a Companhia deve enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu Acionista Controlador, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do Acionista Controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$0,2 milhão, ou valor igual ou superior a 1,0% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia. Ver a seção "Operações com Partes Relacionadas" na página 193 deste Prospecto.

DIVULGAÇÃO DE NEGOCIAÇÕES COM AÇÕES REALIZADAS POR ACIONISTA CONTROLADOR, CONSELHEIRO, DIRETOR OU MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Os administradores e membros do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar ao Diretor de Relações com Investidores, que deverá comunicar à CVM e à BM&FBOVESPA, a quantidade e espécie de valores mobiliários de nossa emissão, incluindo derivativos (no caso do Acionista Controlador), que são detidos por eles ou por pessoas próximas ligadas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas posições dentro do prazo de dez dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorrerem.

Adicionalmente, o Regulamento Nível 2 exige que os acionistas controladores também forneçam informações relativas à negociação dos valores mobiliários por nós emitidos, incluindo derivativos e planos para negociação no futuro. Essas informações devem conter:

- nome e qualificação do comunicante;
- quantidade, preço, espécie e/ou classe, nos casos de ações movimentadas, ou características, no caso de outros valores mobiliários; e
- forma de aquisição (transação privada, transação feita na bolsa de valores etc.).

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que for elevada em pelo menos 5,0% a participação dos acionistas controladores e/ou qualquer indivíduo ou sociedade, seja individualmente ou em conjunto com outros indivíduos ou sociedades com o mesmo interesse, tais acionistas ou grupo de acionistas deverão comunicar à nossa Companhia, as seguintes informações:

- nome e qualificação do comunicante;

- quantidade, preço, espécie e/ou classe, nos casos de ações adquiridas, ou características, no caso de outros valores mobiliários;
- forma de aquisição (transação privada, transação feita na bolsa de valores etc.);
- razões e objetivo da aquisição;
- informação sobre quaisquer acordos regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de nossa emissão; e
- cotações médias dos valores mobiliários da espécie e/ou classe adquiridos, nos últimos 90 dias, no âmbito da BM&FBOVESPA.

Aprovamos, em reunião do Conselho de Administração de 26 de maio de 2004, nossa Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, que tem por objetivo estabelecer as nossas práticas de divulgação e uso de informações relevantes, nos termos da Instrução CVM 358, da Instrução CVM 369, de 11 de junho de 2002 e da Instrução CVM 449, de 15 de março de 2007, estabelecendo as obrigações o os mecanismos de divulgação dessas informações relevantes no mercado.

ARBITRAGEM

Com relação a nossa listagem no Nível 2, nós, nosso Acionista Controlador, e nossos conselheiros, diretores e membros do conselho fiscal comprometemo-nos a encaminhar para arbitragem todas e quaisquer controvérsias decorrentes das normas do Regulamento Nível 2 ou de quaisquer outras questões corporativas. Segundo nosso Estatuto Social, quaisquer controvérsias entre nós, nossos acionistas e nossa administração com relação à aplicação das normas do Regulamento Nível 2, da Lei das Sociedades por Ações ou à aplicação das normas e dos regulamentos relativas ao mercado de capitais brasileiros serão resolvidas por arbitragem conduzida segundo as normas e a Câmara de Arbitragem da BM&FBOVESPA. Quaisquer controvérsias entre os acionistas, inclusive os detentores de *ADSs*, e controvérsias entre nós e os acionistas, inclusive detentores de *ADSs*, serão submetidas à arbitragem de acordo com as normas e a Câmara de Arbitragem da BM&FBOVESPA.

CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, somente podemos nos tornar uma companhia de capital fechado se nós, nosso Acionista Controlador ou o grupo de acionistas controladores, realizarmos uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação.

De acordo com as normas do Regulamento Nível 2 e com nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição exigido a ser feito caso a companhia seja transformada em uma companhia fechada, deverá ser equivalente ao valor econômico determinado no relatório de avaliação elaborado por uma empresa especializada, independente e renomada, a ser selecionada na Assembleia Geral Ordinária entre três empresas sugeridas pelo Conselho de Administração.

Além das normas do Regulamento Nível 2 e do nosso Estatuto Social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso registro como companhia de capital aberto com ações negociadas em bolsa de valores será cancelado apenas se nós ou nossos acionistas controladores diretos ou indiretos fizerem uma oferta pública de aquisição do total de ações em circulação no Mercado (que pode ser a mesma oferta exigida pelas normas do Regulamento Nível 2 e nosso Estatuto Social), a um valor justo, por preço, no mínimo, igual à nossa avaliação, determinado segundo os seguintes critérios, adotados separada ou conjuntamente: patrimônio líquido contábil, patrimônio líquido a preço de mercado, fluxo de caixa descontado, comparações múltiplas, preço de mercado de nossas ações ou quaisquer outros critérios adotados pela CVM. Acionistas detentores de no mínimo 10,0% das nossas ações em circulação podem requerer que nossa administração revise o preço ofertado pelas ações, e nesse caso a administração deverá convocar Assembleia Geral Extraordinária a fim de determinar a realização de outra avaliação usando o mesmo método de avaliação ou um método diferente. Tal pedido deverá ser feito dentro de 15

dias após a divulgação do preço a ser pago pelas ações na oferta pública de aquisição, e deverá ser devidamente justificado. Os acionistas que fizerem tal pedido, bem com aqueles que votarem em seu favor, devem nos reembolsar por qualquer custo envolvido na preparação da nova avaliação, caso o valor da avaliação seja inferior ou igual ao valor original de avaliação. Caso o novo valor da avaliação seja maior do que o valor original da avaliação, a oferta pública deverá ser feita ao novo preço de avaliação.

SAÍDA DO NÍVEL 2 DE PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Podemos, a qualquer momento, retirar nossas ações do segmento Nível 2, desde que isto seja aprovado por acionistas representando a maioria do capital votante da companhia na Assembleia Geral Ordinária e que enviemos comunicado por escrito à BM&FBOVESPA com 30 dias de antecedência. Caso decidamos nos retirar do segmento Nível 2.

Para que nossas ações sejam disponibilizadas para negociação fora do segmento Nível 2, nossos acionistas controladores devem realizar uma oferta pública para aquisição de nossas ações dentro do prazo legal, tendo por base o valor econômico determinado no relatório de avaliação elaborado por uma empresa especializada e independente, renomada, a ser selecionada na Assembleia Geral Ordinária dentre três companhias sugeridas pelo Conselho de Administração. A oferta pública deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e imediatamente divulgada ao mercado após a Assembleia Geral de Acionistas em que a retirada foi aprovada. Caso a saída do segmento Nível 2 resulte do cancelamento do nosso registro na qualidade de companhia aberta, nosso Acionista Controlador deverão observar os demais requisitos aplicáveis para se tornar uma companhia fechada.

A saída do segmento Nível 2 não implica no cancelamento da negociação de nossas ações na BM&FBOVESPA.

Caso nosso controle acionário seja transferido dentro do período de 12 meses após a saída do segmento Nível 2, o acionista controlador alienante e o comprador deverão oferecer aos outros acionistas a aquisição de suas ações a preço e condições fornecidos ao acionista controlador vendendo as ações, ajustado pela inflação.

Após a saída do segmento Nível 2, não podemos solicitar a listagem de nossas ações no segmento Nível 2 por dois anos subsequentes ao cancelamento, exceto em caso de mudança em nosso controle acionário após a saída do Nível 2.

MECANISMOS DE PROTEÇÃO À AQUISIÇÃO HOSTIL

Nosso Estatuto Social exige que qualquer parte que adquirir nosso controle estenda a oferta de compra a ações ordinárias e preferenciais detidas por acionistas não controladores com o mesmo preço de compra pago aos acionistas controladores.

ALIENAÇÃO DE CONTROLE

De acordo com nosso Estatuto Social, a alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES

Na ocorrência, em um mesmo momento, de mais de uma das situações descritas em "- Alienação de Controle" acima, que ensejem a realização de OPA, é facultada formulação de uma única OPA,

objetivando a mais de uma finalidade, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja, ainda, obtida autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

REQUISITOS PARA DIVULGAÇÃO

Na condição de companhia aberta, devemos atender às exigências relativas à divulgação previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função de nossa listagem no segmento do Nível 2, devemos também seguir as exigências relativas à divulgação contidas no Regulamento do Nível 2.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES EVENTUAIS E PERIÓDICAS

A Lei de Mercado de Valores Mobiliários estabelece que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BM&FBOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as demonstrações financeiras padronizadas, as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Esta legislação prevê também a obrigação de a companhia arquivar junto à CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de assembleias gerais, bem como as cópias das atas destas assembleias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, devemos, conforme previsto no Regulamento do Nível 2, apresentar demonstrações financeiras após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa, a qual deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos.

Ainda, tendo em vista do disposto no Regulamento Nível 2, desde a divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício social após a obtenção de autorização para listar nossas ações no Segmento Nível 2, devemos:

- no máximo quatro meses após o encerramento do exercício social, (i) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, em Reais ou Dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo os princípios contábeis brasileiros, bem como a proposta da destinação do resultado e parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os princípios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes; e

- no máximo quinze dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, acompanhadas de parecer ou relatório de revisão especial dos auditores independentes.

Para atender o disposto acima, bem como as normas da SEC, às quais estamos sujeitos em razão de termos nossas ações preferenciais negociadas sob a forma de *ADS* na NYSE, temos divulgado nossas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nos Estados Unidos (US GAAP). No entanto, com o intuito de prover nossas informações financeiras em uma base única e consistente, e que ao mesmo tempo atenda aos requerimentos dos reguladores em todos os

mercados onde nossas ações são negociadas, adotamos em 2008, quando da elaboração de nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o padrão contábil internacional (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, beneficiando os investidores com tais informações e favorecendo o processo de aderência plena à Lei nº 11.638 e à MP 449, posteriormente convertida em Lei n.º 11.941.

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E ANUAIS

Em suas informações trimestrais, além das informações exigidas pela legislação aplicável, uma companhia listada no segmento do Nível 2 deve apresentar, também, as seguintes informações:

- balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, se houver;
- informe da posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5% do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física;
- informe de forma consolidada da quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que os acionistas controladores, os administradores e os membros do conselho fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente;
- informe da evolução da participação dos acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores;
- informe da quantidade de ações em circulação e seu percentual em relação ao total de ações emitidas; e
- informe da existência e vinculação à cláusula compromissória de arbitragem.

As informações relativas à quantidade e características das ações da companhia direta ou indiretamente detidas pelos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, a evolução do volume de ações detidas por estas pessoas dentro dos 12 meses imediatamente anteriores, e a existência e a vinculação à cláusula compromissória devem também estar incluídas nas Informações Anuais - IAN da companhia, no quadro "Outras Informações Consideradas Importantes para o Melhor Entendimento da Companhia".

DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

De acordo com a Lei do Mercado de Valores Mobiliários, devemos informar à CVM e à BM&FBOVESPA a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos nossos negócios. Devemos também publicar um aviso sobre tal ato ou fato. Um ato ou fato é considerado relevante se tiver o efeito de influenciar o preço dos valores mobiliários de nossa emissão, a decisão de investidores de negociar os valores mobiliários de nossa emissão ou a decisão de investidores de exercer quaisquer direitos na qualidade de titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

Em circunstâncias especiais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante.

REUNIÃO PÚBLICA COM ANALISTAS

A Companhia e seus administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

CALENDÁRIO ANUAL

A Companhia e seus administradores deverão enviar à BM&FBOVESPA e divulgar, até o final de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo as informações constantes Regulamento Nível 2.

INFORMAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS E O MERCADO DE NEGOCIAÇÃO

GERAL

As nossas ações ordinárias e preferenciais são negociadas no segmento do Nível 2 da BM&FBOVESPA sob os códigos "GOLL3" e "GOLL4", respectivamente, conforme o Contrato de Adoção do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 firmado com a BM&FBOVESPA.

Debêntures

Em 13 de maio de 2009, a Companhia aprovou a terceira emissão pública de 400 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, emitidas pela VRG, no valor nominal unitário de R$0,1 milhão, totalizando R$400,0 milhões, visando o reforço do capital de giro da Companhia. O prazo de vencimento das debêntures é de dois anos a contar da data de emissão e sua amortização será realizada em 18 pagamentos mensais e consecutivos, com seis meses de carência, a partir do sétimo mês da data de emissão, com vencimento do último em 13 de maio de 2011. As debêntures são remuneradas a 126,5% do CDI e apresentam como garantia determinadas contas a receber das operadoras de cartão de crédito no valor de até R$250,0 milhões. Esta emissão está sujeita ao resgate antecipado total ou parcial por parte de sua emissora a qualquer momento e a seu critério, com pagamento do prêmio de 1,0%, ou 0,5%, caso o resgate seja efetuado durante o primeiro ano, ou segundo ano contados da data de emissão, respectivamente, calculado conforme determina sua escritura.

Bônus sênior e Perpétuos

Em 22 de março de 2007, a controlada Gol Finance, captou recursos mediante emissão de bônus sênior denominados em Dólares no valor nominal de US$225,0 milhões correspondentes a R$463,5 milhões na data da captação com garantia da Companhia. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários obtidos com garantia do U.S. Exim Bank. Os bônus sênior têm vencimento em 2017, com juros de 7,5% a.a. e são considerados obrigações sênior sem garantia da Companhia.

Em 5 de abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance, captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em Dólares no valor nominal de US$200,0 milhões correspondentes a R$426,9 milhões na data da captação com garantia da Companhia. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários com garantia do U.S. Exim Bank. Os bônus perpétuos não têm vencimento determinado, podendo ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da emissão.

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 30 de junho de 2009, refletindo o reajuste frequente das cotações de mercado desses instrumentos, com base na taxa de câmbio em vigor na data do encerramento do balanço são conforme segue:

Consolidado (em milhões)	**Contábil**	**Mercado**
Bônus sênior	403,4	285,5
Bônus perpétuos	346,8	202,8

NEGOCIAÇÃO NA BM&FBOVESPA

Em 2000, a Bolsa de Valores de São Paulo foi reorganizada por meio da assinatura de memorandos de entendimentos entre as bolsas de valores brasileiras. Segundo os memorandos, todos os valores mobiliários são atualmente negociados somente na Bolsa de Valores de São Paulo, com exceção dos títulos de dívida pública negociados eletronicamente e de leilões de privatização, que são negociados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Em 8 de maio de 2008 a Bolsa de Valores de São Paulo e a Bolsa de Mercadorias e Futuros do Brasil fundiram-se para criar a nova BM&FBOVESPA. Juntas, as duas companhias criaram a terceira maior bolsa de valores do mundo em termos de valor de mercado, a segunda maior das Américas e a principal bolsa de valores da América Latina.

Quando acionistas negociam ações ordinárias e preferenciais na BM&FBOVESPA, a liquidação ocorre três dias úteis após a data da negociação, sem correção inflacionária do preço de compra. O vendedor, via de regra, deve entregar as ações à bolsa no segundo dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por meio das instalações da Câmara de Compensação, Liquidação e Gerenciamento de Riscos de Operações do Segmento Bovespa administrado pela BM&FBOVESPA.

A BM&FBOVESPA é uma companhia listada com fins lucrativos com autoridade regulamentar sobre seus mercados negociadores. A negociação na BM&FBOVESPA só pode ser realizada pelas corretoras-membro e por um número limitado de não-membros autorizados. A BM&FBOVESPA tem duas sessões de pregão por dia, das 10h00 às 18h00, hora de São Paulo, para todos os valores mobiliários negociados em todos os mercados, exceto durante o período do horário de verão no Brasil. Durante o período de horário de verão no Brasil, os pregões em geral são das 11:00 às 17:00, horário de São Paulo, de forma a espelhar os horários de negociação da NYSE. As negociações também ocorrem das 11:00 às 18:00 ou entre 10:00 e 17:00 durante o período de horário de verão nos Estados Unidos, em um sistema automatizado denominado Sistema de Negociação Assistida por Computador na BM&FBOVESPA e no Sistema Eletrônico de Negociação Nacional. Trata-se de um sistema computadorizado eletronicamente interligado às sete outras bolsas de valores regionais menores. A BM&FBOVESPA também permite negociações das 17:45 às 19:00 por um sistema *on-line* denominado *after market* (após o mercado), conectado a corretoras tradicionais e a corretoras que operam pela Internet. As negociações no *after market* estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelas corretoras que operam pela Internet. Não há especialistas ou formadores de mercado reconhecidos oficialmente para nossas ações no Brasil.

A fim de manter um melhor controle sobre volatilidade, a BM&FBOVESPA adotou um sistema *circuit breaker* de acordo com o qual as sessões de negociação podem ser suspensas por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que os índices da BM&FBOVESPA caírem abaixo dos limites de 10,0% ou 15,0%, respectivamente, com relação ao índice registrado na sessão de negociação anterior.

A BM&FBOVESPA apresenta liquidez significativamente menor que a NYSE ou outras das principais bolsas de valores do mundo. Em dezembro de 2008, a capitalização bursátil total da BM&FBOVESPA era equivalente a R$1,4 trilhões e as 10 maiores companhias listadas na BM&FBOVESPA representaram 53,1% da capitalização bursátil total de todas as empresas listadas. Por outro lado, a título de comparação, em dezembro de 2007, a capitalização bursátil total da NYSE era US$17,0 trilhões. Embora quaisquer das ações em circulação de uma companhia listada possam ser negociadas na BM&FBOVESPA, na maioria dos casos menos da metade das ações listadas estão efetivamente disponíveis para negociação pelo público, sendo o restante detido por pequenos grupos de controladores, por intermédio de entidades governamentais ou por um único acionista principal. Para mais informações, ver seção "Fatores de Riscos - Riscos relativos às Nossas Ações Preferenciais e às *ADSs*", na página 98 deste Prospecto. A relativa volatilidade e falta de liquidez dos mercados brasileiros de valores poderá limitar substancialmente sua capacidade de vender as ações preferenciais subjacentes às *ADSs* pelo preço e na data desejados.

A negociação na BM&FBOVESPA por um detector não considerado domiciliado no Brasil para fins fiscais e regulamentadores, um detentor não brasileiro, está sujeita a certas limitações, de acordo com a legislação brasileira de investimentos estrangeiros. Com exceções limitadas, os detentores não-brasileiros podem negociar somente em bolsas de valores brasileiras em conformidade com as exigências da Resolução CMN nº 2.689. A Resolução CMN nº 2.689 requer que valores mobiliários de detentores não-brasileiros sejam mantidos sob custódia de instituições financeiras ou em contas de depósito junto a instituições financeiras, e que sejam registrados em câmara de compensação. As instituições financeiras e a câmara de compensação deverão estar devidamente autorizadas a atuar como tal pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a Resolução CMN nº 2.689 exige que os detentores não-brasileiros restrinjam a negociação de seus valores mobiliários a operações em bolsas de valores brasileiras ou mercados de

balcão qualificados. Com exceções limitadas, os detentores não-brasileiros não poderão transferir a propriedade de investimentos efetuados nos termos da Resolução CMN nº 2.689 a outros detentores não-brasileiros por meio de operação privada. Para informações acerca da descrição de certos benefícios fiscais concedidos a detentores não-brasileiros que se qualifiquem nos termos da Resolução CMN nº 2.689.

COTAÇÃO HISTÓRICA DAS AÇÕES DE NOSSA EMISSÃO

Em 24 de junho de 2004, a Companhia realizou sua oferta pública inicial de 18.750.000 ações preferenciais na forma de *ADSs*, nos Estados Unidos e em outros países fora do Brasil, e na forma de ações preferenciais no Brasil. Em 28 de abril de 2005, a Companhia concluiu uma oferta primária e secundária de 16.905.000 ações preferenciais na forma de *ADSs*, nos Estados Unidos e outros países fora do Brasil, e na forma de ações preferenciais no Brasil. Tais ofertas foram registradas na CVM sob o nº CVM/SRE/REM/2004/003 e CVM/SRE/SEC/2004/003, em 24 de junho de 2004, e CVM/SRE/REM/2005/004 e CVM/SRE/SEC/2005/005, em 28 de abril de 2005, respectivamente.

As ações preferenciais de nossa emissão começaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA em 25 de junho de 2004. A tabela abaixo indica as cotações mínima, média e máxima das ações preferenciais de nossa emissão na BM&FBOVESPA, para os períodos indicados.

	Reais por Ação Preferencial		
	Mínimo	**Máximo**	**Média [1]**
2006			
Anual	54,60	82,50	68,19
2007			
Anual			
Primeiro trimestre	52,99	67,26	60,70
Segundo trimestre	54,99	65,47	60,31
Terceiro Trimestre	36,61	63,00	47,36
Quarto Trimestre	42,00	48,49	45,55
2008			
Anual			
Primeiro trimestre	25,40	42,40	31,84
Segundo trimestre	17,92	29,12	24,51
Terceiro Trimestre	11,51	19,10	14,96
Quarto Trimestre	6,90	13,05	9,37
Últimos Seis Meses			
Março de 2009	6,65	9,80	8,04
Abril de 2009	6,58	7,63	7,29
Maio de 2009	7,61	9,40	8,70
Junho de 2009	8,80	11,62	10,42
Julho de 2009	10,93	15,21	13,19
Agosto de 2009	14,14	20,50	17,57
Setembro de 2009 (até 15 de setembro)	12,53	18,60	18,18

Fonte: Bloomberg
[1] Calculado como média dos preços de fechamento no período.

As nossas *ADSs* são negociadas na NYSE desde 25 de junho de 2004. A tabela a seguir apresenta os preços de venda máximos e mínimos de fechamento das *ADSs* informados na NYSE nos períodos indicados.

	US$ por *ADS*		
	Mínimo	**Máximo**	**Média [1]**
2006			
Anual	25,16	40,09	31,42
2007			
Anual			
Primeiro trimestre	25,78	32,03	28,89
Segundo trimestre	27,20	34,30	30,44
Terceiro Trimestre	19,19	32,96	24,79
Quarto Trimestre	23,07	27,62	25,48
2008			
Anual			
Primeiro trimestre	14,76	23,99	18,40
Segundo trimestre	11,26	17,83	14,83
Terceiro Trimestre	5,95	12,00	9,04
Quarto Trimestre	2,93	6,97	4,14
Últimos Seis Meses			
Março de 2009	2,83	4,16	3,46
Abril de 2009	2,86	3,57	3,31
Maio de 2009	3,58	4,55	4,20
Junho de 2009	4,50	6,10	5,35
Julho de 2009	5,65	8,02	6,79
Agosto de 2009	7,66	11,08	9,53
Setembro de 2009 (até 15 de setembro)	9,40	10,30	9,89

Fonte: Bloomberg
[1] Calculado como média dos preços de fechamento no período.

REGULAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

O mercado brasileiro de valores mobiliários é regulado pela CVM e sua competência inclui a regulamentação das bolsas de valores e mercado de balcão, bem como pelo Banco Central, que tem, entre outros poderes, a autoridade para licenciar corretoras de valores e para regular investimentos estrangeiros e operações de câmbio. Estes regulamentos, entre outros, determinam os requisitos de divulgação de informações aplicáveis a emissoras de valores mobiliários publicamente negociados, as sanções penais por negociação de ações utilizando informação privilegiada e manipulação de preço, e a proteção de acionistas minoritários. Tais leis e regras também regulam o licenciamento e supervisão das corretoras de valores e a governança das bolsas de valores brasileiras. Em 25 de janeiro de 2006, foi criado o Coremec (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização), ente responsável por coordenar os órgãos públicos federais que fiscalizam e regulam as atividades dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros e de Previdência e Capitalização.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode ser aberta (e listada) ou fechada (e não listada). Todas as companhias listadas estão registradas na CVM e ficam sujeitas a obrigações de divulgação periódica de informações e de divulgação de quaisquer atos ou fatos relevantes. Uma companhia registrada na CVM pode negociar seus valores mobiliários na BM&FBOVESPA ou no mercado de balcão brasileiro. Ações de companhias listadas na BM&FBOVESPA não podem ser negociadas simultaneamente nos mercados de balcão brasileiros. As ações de uma companhia listada também podem ser negociadas fora de bolsa, observadas as diversas limitações impostas a este tipo de negociação. Para ser listada na BM&FBOVESPA, uma companhia deve requerer o registro à BM&FBOVESPA e à CVM.

A negociação de valores mobiliários na BM&FBOVESPA pode ser interrompida mediante solicitação de uma companhia antes da publicação de fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da BM&FBOVESPA ou da CVM, com base em, ou devido a, entre outros motivos, indícios de que a companhia tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou forneceu respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela BM&FBOVESPA.

A negociação na BM&FBOVESPA por não-residentes no Brasil está sujeita a limites previstos na legislação brasileira de investimento estrangeiro e na legislação tributária brasileira. O custodiante brasileiro das ações preferenciais subjacentes às *ADSs* deverá, por conta do depositário das *ADSs*, obter registro do Banco Central para remeter ao exterior Dólares destinados a pagamentos de dividendos, de quaisquer outras distribuições em dinheiro ou quando da alienação das ações e respectivo produto de venda. Caso o acionista permute suas *ADSs* por ações preferenciais, terá direito de continuar a se valer do certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro do custodiante por cinco dias úteis a contar da permuta.

Subsequentemente, o acionista talvez não consiga obter e remeter moeda não-brasileira ao exterior quando da alienação das ações preferenciais ou distribuições relativas às ações preferenciais, e ficará sujeito a tratamento fiscal menos favorável no tocante a ganhos com relação às ações preferenciais, a menos que o investidor obtenha novo certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro ou se qualifique nos termos de regulamentos brasileiros de investimento estrangeiro que conferem a alguns investidores estrangeiros o direito de comprar e vender ações na BM&FBOVESPA sem necessidade de obter certificados eletrônicos de registro de capital estrangeiro separados. Para maiores informações, ver seção "Descrição do Capital Social – Restrições a Investimento Estrangeiro" na página 197 deste Prospecto.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa a nós aplicáveis, e deve ser analisada conjuntamente com as Seções "Descrição do Capital Social" e "Administração" nas páginas 195 e 182 deste Prospecto.

INTRODUÇÃO

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas *(accountability)*; e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, Colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. A *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos especiais para negociação de valores mobiliários no mercado de ações, conhecidos como Níveis 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado. O objetivo foi criar um mercado secundário para valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras que sigam as melhores práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir boas práticas de governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação a eles fornecida.

ADESÃO AO NÍVEL 2

Em maio de 2004, celebramos um acordo com a BM&FBOVESPA para estar em conformidade com os requisitos para nos tornarmos uma Companhia Nível 2. Além de cumprir com os requisitos do Regulamento Nível 2, concedemos direitos de venda conjunta (tag-along) que permitem aos detentores de nossas ações preferenciais o recebimento de 100% do preço pago por ação ordinária dos acionistas do bloco controlador, juntamente com uma transação que resulte em uma transferência. Além disso, preparamos demonstrações financeiras trimestrais de acordo com as IFRS. Fomos incluídos nos seguintes índices (a) em 2005: IbrX-100 (Índice Brasil), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado) e MSCI (Índice do Morgan Stanley Capital International); (b) em 2006: IbrX-50 (Índice Brasil 50): e (c) em 2007: Índice BOVESPA, todos refletindo nossa maior capitalização de mercado e a maior liquidez de nossas ações preferenciais.

CÓDIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade, de forma a: (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a

prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, adotamos as seguintes:

- política "uma ação igual a um voto";
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, que comprometam sua independência;
- estatuto social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembleia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- convocações de assembleia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sempre objetivando a realização de assembleias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembleias ou reuniões, quando solicitado;
- vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia;
- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras;
- previsão estatutária de vedação ao acesso de informações e de direito de voto de conselheiros em situações de conflito de interesse;
- a oferta de compra de ações que resulte em transferência de controle deve ser dirigida a todos os acionistas, que terão a opção de vender as suas ações nas mesmas condições do controlador, incluindo a participação no prêmio de controle, se houver; e
- o número de membros do Conselho de Administração varia entre cinco e sete membros.

DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS ENTRE NOSSAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E OS PADRÕES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA NYSE

Estamos sujeitos aos padrões de listagem de governança corporativa da NYSE. Como somos um emissor privado estrangeiro, os padrões que se aplicam a nós são consideravelmente diferentes dos padrões aplicados a companhias listadas americanas. Segundo as normas da NYSE, devemos apenas: (a) ter um comitê de auditoria ou junta fiscal, de acordo com uma isenção aplicável disponível a emissores privados estrangeiros, que satisfaz alguns requisitos, conforme discutido abaixo, (b) providenciar certificação imediata por parte do nosso diretor-presidente de qualquer não cumprimento relevante de quaisquer normas de governança corporativa, e (c) providenciar uma breve descrição das diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e a prática de governança corporativa da NYSE que deve ser seguida por companhias listadas americanas. A discussão sobre as diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e aquelas exigidas das companhias listadas americanas encontra-se a seguir.

Maioria dos Membros Independentes do Conselho

As normas da NYSE exigem que a maioria do conselho deve ser composta por conselheiros independentes. A independência é definida por vários critérios, inclusive a ausência de uma relação

importante entre os conselheiros e a companhia listada. A legislação brasileira não tem um requisito semelhante. Segundo a legislação brasileira, não é exigido que nem nosso Conselho de Administração nem nossa administração testem a independência dos conselheiros antes de sua eleição ao conselho. Contudo, tanto a Lei das Sociedades por Ações quanto a CVM estabeleceram normas que exigem que os conselheiros satisfaçam certos requisitos de qualificação e que direcionem a remuneração e as obrigações e responsabilidades de, bem como as restrições aplicáveis a, diretores e conselheiros de uma companhia. Enquanto nossos conselheiros satisfizerem aos requisitos de qualificação da Lei das Sociedades por Ações e da CVM, não acreditamos que a maioria de nossos conselheiros seria considerada independente segundo o teste da NYSE para a independência dos conselheiros. A Lei das Sociedades por Ações exige que nossos conselheiros sejam eleitos por nossos acionistas em uma assembleia geral de acionistas. Todos os nossos conselheiros são eleitos por nosso Acionista Controlador e cinco de nossos conselheiros os representam.

Sessões Executivas

As normas da NYSE exigem que os conselheiros não-administrativos reúnam-se em sessões programadas regularmente sem a presença da administração. A Lei das Sociedades por Ações não tem um dispositivo semelhante. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, até um terço dos membros do Conselho de Administração pode ser eleito a partir da administração. O Sr. Constantino de Oliveira Jr., nosso diretor-presidente, é membro do nosso Conselho de Administração. Não há exigência de que conselheiros não-administrativos reúnam-se em regularmente sem a presença da administração. Como consequência, os conselheiros não-administrativos em nosso conselho não se reúnem tipicamente em sessão executiva.

Comitê de Nomeação/Governança Corporativa

As normas da NYSE exigem que companhias listadas tenham um comitê de nomeação/governança corporativa composto inteiramente de conselheiros independentes e regido por um estatuto escrito direcionando a finalidade exigida do comitê e detalhando suas responsabilidades exigidas, que incluem, entre outras, a identificação e seleção de candidatos qualificados ao conselho e o desenvolvimento de um conjunto de princípios de governança corporativa aplicável à companhia. Nosso comitê de governança corporativa e nomeação é responsável pela coordenação, implementação e revisão periódica Nível 2 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e por monitorar e manter nosso Conselho de Administração informado sobre a legislação e recomendações de mercado direcionadas à governança corporativa. O comitê também indica pessoas para serem consideradas para a eleição do nosso Conselho de Administração. O comitê consiste em até cinco membros eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um mandato de um ano. Atualmente, o comitê de governança corporativa e nomeação é composto por Charles Barnsley Holland, Paulo César Aragão e Betania Tanure de Barros.

Comitê de Política de Gestão de Pessoas

As normas da NYSE exigem que companhias listadas tenham um comitê de remuneração composto inteiramente por conselheiros independentes e regido por um estatuto escrito direcionando o propósito exigido do comitê e detalhando suas responsabilidades exigidas, que incluem, entre outras, a revisão de metas corporativas relevantes à remuneração do diretor-presidente, avaliação do desempenho do diretor-presidente, aprovação dos níveis de remuneração do diretor-presidente e recomendação ao conselho sobre a remuneração que não do diretor-presidente, remuneração de incentivo e planos baseados em ações. A legislação brasileira aplicável não exige que tenhamos um comitê de remuneração. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o montante total disponível para a remuneração dos nossos conselheiros e diretores e para pagamentos de participação nos lucros e resultados aos nossos diretores é estabelecido pelos nossos acionistas na assembleia geral ordinária. O Conselho de Administração é responsável então pela determinação da remuneração individual e participação nos lucros e resultados de cada diretor, bem como pela remuneração dos membros do comitê e do conselho. Fazendo tais determinações, o conselho analisa o desempenho dos diretores, inclusive o desempenho do nosso diretor-presidente, que tipicamente isenta-se de discussões relativas ao seu desempenho e remuneração.

Nosso comitê de remuneração analisa e recomenda ao nosso Conselho de Administração as formas de remuneração, incluindo salário, bônus e opções de compra de ações, a serem pagas aos nossos

conselheiros e diretores. O comitê de remuneração também revisa e recomenda revisões às políticas de remuneração aplicáveis aos nossos conselheiros e diretores e revisa os planos de sucessão e carreira da nossa administração. O comitê de remuneração é composto de até três membros eleitos pelo nosso Conselho de Administração por um mandato de um ano. O comitê de remuneração atualmente é composto por Henrique Constantino, um dos nossos conselheiros, Marco Antonio Pelar, diretor de recursos humanos e qualidade da Companhia, e Marcos Morales, consultor de recursos humanos da Watson Wyatt.

Comitê de Auditoria

As normas da NYSE exigem que companhias listadas tenham um comitê de auditoria que (i) seja composto de no mínimo três conselheiros independentes, todos com boa formação financeira, (ii) cumpra as normas da SEC relativas aos comitês de auditoria para companhias listadas, (iii) tenha pelo menos um membro que seja especialista em administração financeira ou contabilidade e (iv) seja regido por um estatuto escrito direcionando a finalidade exigida do conselho e detalhando suas responsabilidades exigidas. Entretanto, como um emissor privado estrangeiro, precisamos cumprir apenas como o requisito de que o comitê de auditoria cumpra as normas da SEC relativas aos comitês de auditoria para companhias listadas na medida em que sejam compatíveis com a Lei das Sociedade por Ações brasileira. Estabelecemos um comitê de auditoria, equivalente a um comitê de auditoria americano, que oferece assistência ao nosso Conselho de Administração em questões envolvendo nossa contabilidade, controles internos, relatório financeiro e cumprimento. O comitê de auditoria recomenda a indicação de nossos auditores independentes para o nosso Conselho de Administração e analisa a remuneração de nossos auditores independentes e efetua a coordenação conjunta com esses auditores independentes. O comitê de auditoria também avalia a efetividade dos nossos controles financeiros internos e observância legal. O comitê de auditoria é composto por até três membros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano. Os atuais membros do nosso comitê de auditoria são Álvaro Souza, Antônio Kandir e Luiz Kaufmann. Todos os membros de nosso comitê de auditoria enquadram-se nos requisitos de independência estipulados pela SEC e pela NYSE. Luiz Kaufmann é o "perito financeiro" do comitê de auditoria dentro do escopo das normas adotadas pela SEC relativa à prestação de informações por parte de peritos financeiros integrantes de comitês de auditoria em informativos periódicos arquivados conforme a Lei de Mercado de Capitais de 1934 dos Estados Unidos.

Aprovação dos Acionistas para os Planos de Remuneração de Ações

As normas da NYSE exigem que seja dada aos acionistas a oportunidade de votar em todos os planos de remuneração de ações e revisões relevantes a elas, com exceções limitadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas devem aprovar todos os planos de opção de compra de ações. Além disso, qualquer emissão de novas ações que exceda nosso capital autorizado está sujeita à aprovação dos acionistas.

Diretrizes de Governança Corporativa

As normas da NYSE exigem que as companhias listadas adotem e divulguem diretrizes de governança corporativa. Não adotamos nenhuma diretriz de governança corporativa formal além daquelas exigidas pela legislação brasileira aplicável. Adotamos e observamos uma política de divulgação, que exige a divulgação pública de todas as informações relevantes de acordo com diretrizes estabelecidas pela CVM, bem como políticas de informações privilegiadas, que, entre outras coisas, estabelece períodos de *black-out* e exige que as pessoas com informações privilegiadas informem a administração sobre todas as transações envolvendo nossas ações.

Código de Conduta e Ética Empresarial

As normas da NYSE exigem que companhias listadas adotem e divulguem um código de conduta e ética empresarial para conselheiros, diretores e funcionários, e divulguem prontamente quaisquer dispensas do código para conselheiros ou diretores executivos. A legislação brasileira aplicável não tem um requisito semelhante. Adotamos um Código de Ética e Conduta aplicável aos nossos diretores, conselheiros e

funcionários em todo o mundo, inclusive no nível subsidiário. Acreditamos que esse código abranja as questões requeridas de acordo com as normas da NYSE.

Função da Auditoria Interna

As normas da NYSE exigem que companhias listadas mantenham uma função de auditoria interna para fornecer à administração e ao comitê de auditoria avaliações contínuas sobre os processos de gestão de risco da Companhia e o sistema de controle interno. Nosso departamento de auditoria interna e de cumprimento foi criado em 2004 e está sob a supervisão do nosso diretor financeiro e nosso comitê de auditoria, sendo responsável pelo nosso cumprimento das exigências da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA de 2002, com relação ao controle interno sobre a divulgação de informações financeiras. O departamento de auditoria interna e cumprimento se reporta ao nosso diretor-presidente e ao comitê de auditoria.

Para informações adicionais sobre outras práticas de governança corporativa adotadas pela nossa Companhia, vide as Seções "Descrição do Capital Social" e "Administração", nas páginas 195 e 182 deste Prospecto.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

Por ter sido criada em um contexto de grande preocupação com as questões socioambientais, a Companhia já nasceu comprometida com a sustentabilidade e estrutura suas operações, processos e ações, para que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas.

O relacionamento com os diversos públicos envolvidos em sua rotina são conduzidos com base na ética, transparência e responsabilidade socioambiental na busca da sustentabilidade empresarial.

Além dos processos que garantem a continuidade e a rentabilidade da Companhia a longo prazo, adotamos processos com o objetivo de minimizar seus impactos, trazer benefícios ao meio ambiente e levar desenvolvimento à sociedade.

Como uma companhia aérea em um país de proporções continentais e de profundos contrastes sociais, a Companhia apoia entidades empenhadas em repartir, compartilhar e semear desenvolvimento e inclusão social.

A Associação Vaga Lume, Bolshoi, Caravana do Esporte e da Música, Fundação Gol de Letra, Instituto Ayrton Senna, Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias foram algumas das instituições que receberam apoio da Companhia, além de atletas Olímpicos e Paraolímpicos e projetos ambientais. A Companhia doou cerca de 1.500 passagens em apoio a diversos projetos sociais e de cinema, artes e música.

ANEXOS

[Página intencionalmente deixada em branco]

[Página intencionalmente deixada em branco]

ESTATUTO SOCIAL
DA
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO.

ARTIGO 1º - A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. é uma sociedade por ações, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 2º - A Sociedade tem por objeto o exercício do controle acionário da Gol Transportes Aéreos S.A. ou sua sucessora a qualquer título e, por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, explorar também (a) serviços de transporte aéreo regular de âmbito nacional e não regular de âmbito internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; (b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais; (c) a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças; (d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões; (e) a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves; (f) o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima; e (g) a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

Parágrafo único – A alienação do controle acionário da Gol Transportes Aéreos S.A. será considerada uma mudança no objeto social para fins do exercício do direito de retirada pelos acionistas da Sociedade.

ARTIGO 3º - A Sociedade tem sede e foro na Rua Tamoios, nº 246, térreo, bairro do Jardim Aeroporto, CEP 04630-000, na Cidade e Estado de São Paulo, podendo criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, sempre por deliberação do Conselho de Administração.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.363.945.806,91 (um bilhão, trezentos e sessenta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e seis reais e noventa e um centavos), representativos de 202.300.591 (duzentos e dois milhões, trezentos mil e quinhentas e noventa e uma) ações, sendo 107.590.792 (cento e sete milhões, quinhentas e noventa mil, setecentos e noventa e duas) ações ordinárias e 94.709.799 (noventa e quatro milhões, setecentos e nove mil, setecentos e noventa e nove) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

§ 1º - As ações da Sociedade serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural, que serão mantidas em contas de depósito abertas em nome de seu titulares, em instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

§ 2º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembléias Gerais.

§ 3º - As ações preferenciais não terão direito a voto, exceto quanto às matérias especificadas no parágrafo 4.º abaixo, consistindo as preferências em:

(a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; e

(b) direito de serem incluídas na oferta pública em decorrência de alienação de controle, ao mesmo preço pago por ação do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

§ 4º - As ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembléia Geral sobre (a) transformação, incorporação, cisão e fusão da Sociedade; (b) aprovação de contratos entre a Sociedade e o Acionista Controlador (conforme definido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA), diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades, nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em assembléia geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Sociedade; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico

(conforme definido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA) da Sociedade, conforme o item 10.1.1. do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BOVESPA ("Regulamento"); (e) mudança do objeto social da Sociedade; (f) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1. do Regulamento, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 (conforme definido no Regulamento); e (g) qualquer alteração aos direitos de voto previstos neste parágrafo.

§ 5º - Na hipótese de retirada de acionistas, o montante a ser pago pela Sociedade a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei nº 6.404/76, conforme alterações posteriores, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76.

§ 6º - Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

ARTIGO 6º - Observados os limites legais cabíveis, a Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social até R$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º - Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

§ 2º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição

pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

§ 3º - A Sociedade poderá, dentro do limite de capital autorizado neste artigo e de acordo com plano aprovado pela assembléia geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou à sociedade sob seu controle.

ARTIGO 7º - É vedado à Sociedade emitir partes beneficiárias.

CAPÍTULO III
ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 8º - A Assembléia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo convocada, instalada e realizada para os fins e na forma prevista em lei, tomando-se as deliberações com o quorum legalmente previsto.

§ 1.º - A Assembléia Geral deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

§ 2.º - Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em Assembléia Geral serão disponibilizados aos acionistas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, bem como na sede social, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação referido no parágrafo anterior.

ARTIGO 9º - A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e, em sua falta ou impedimento, por um outro membro do Conselho de Administração ou ainda, na falta destes, por qualquer dos Diretores da Sociedade presentes.

Parágrafo único - O Presidente da Assembléia escolherá um ou mais secretários.

ARTIGO 10 - Os acionistas se reunirão em Assembléia Geral Ordinária dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas em lei.

ARTIGO 11 - Os acionistas se reunirão em Assembléia Geral Extraordinária sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

ARTIGO 12 - A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

§ 1º - A Assembléia Geral fixará o montante global da remuneração dos Administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.

§ 2º - Os suplentes de membros do Conselho de Administração serão remunerados mediante importância fixa, por reunião a que comparecerem, salvo quando assumam o cargo de Conselheiro, em caso de vaga do titular.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 13 - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 11 (onze) membros, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A Assembléia Geral designará também o Presidente do Conselho.

§ 1º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes (conforme definido no Regulamento).

§ 2º - A Assembléia Geral poderá eleger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração.

§ 3º - Na eleição dos membros do Conselho de Administração, a Assembléia Geral primeiro determinará, pelo voto majoritário, o número dos membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

§ 4º - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, sendo a posse condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores (conforme

definido no Regulamento). Os Conselheiros deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

§ 5º - Os membros do Conselho de Administração não reeleitos exercerão suas atribuições até a posse dos seus substitutos.

§ 6º - As vagas dos membros do Conselho de Administração, não havendo suplente, poderão ser preenchidas pelo próprio Conselho de Administração, até a primeira Assembléia Geral que deliberar sobre o preenchimento da vaga, cujo substituto completará o mandato do substituído.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente ou por 03 (três) de seus membros. Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração através de conferência telefônica ou vídeo-conferência.

§ 1º - A convocação será feita com antecedência mínima de 7 (sete) dias, por carta protocolada, ou outros meios escritos, com breve descrição da ordem do dia, considerando-se regularmente convocado o membro presente à reunião.

§ 2º - Das reuniões serão lavradas atas.

§ 3º - As reuniões serão instaladas estando presentes pelo menos a maioria relativa dos membros do Conselho, nas 2 (duas) primeiras convocações, e com a presença de qualquer número de membros na terceira convocação, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dentre os membros presentes, não cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§ 4º - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros.

§ 5º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal podem comparecer às reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz, mas não a voto.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as matérias descritas no art. 142 da Lei nº 6.404/76 (e, quando for o caso, manifestar-se favoravelmente às deliberações privativas da assembléia geral), pelo voto favorável da maioria dos presentes ressalvado o disposto no Artigo 16 abaixo.

ARTIGO 16 – Compete ao Conselho de Administração, observado o artigo 29:

a) Determinar a orientação geral dos negócios da Sociedade;

b) Eleger e destituir os Diretores da Sociedade;

c) Avocar e decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembléia Geral ou da Diretoria;

d) Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76;

e) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

f) Escolher e destituir os auditores independentes;

g) Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;

h) Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembléia Geral;

i) Aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução;

j) Aprovar a constituição de subsidiária e a participação da Sociedade no capital de outras sociedades, no País ou no exterior;

k) Estabelecer alçada da Diretoria para alienação ou oneração de bens do ativo permanente, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

l) Autorizar a Sociedade a prestar garantias a obrigações de terceiros;

m) Autorizar a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Sociedade;

n) Deliberar sobre a aquisição pela Sociedade de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

o) Outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas;

p) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

q) Autorizar a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate;

r) Dispor, observadas as normas deste Estatuto e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e

s) Autorizar qualquer aumento do capital social da Sociedade mediante emissão de ações preferenciais até o limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 6.º deste Estatuto Social.

§ 1º - A Sociedade e os administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

§ 2º - Compete ainda ao Conselho de Administração a instituição de Comitês e o estabelecimento dos respectivos regimentos e competências, sendo de funcionamento permanente os Comitês de Auditoria, Remuneração e Governança Corporativa e Indicação.

DIRETORIA

ARTIGO 17 - A Diretoria será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 7 (sete) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice Presidente Financeiro, um Diretor de Relação com Investidores e 4 (quatro) Diretores Vice Presidentes, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.

§ 1º - As atribuições dos Diretores serão especificadas pelo Conselho de Administração que também estabelecerá a remuneração fixa de cada membro da Diretoria e distribuirá, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela Assembléia Geral.

§ 2º - Compete fundamentalmente aos Diretores zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social.

§ 3º - Ao Diretor Presidente cabe, especialmente, coordenar o andamento das atividades normais da Sociedade, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembléias Gerais, nas reuniões do Conselho de administração e nas suas próprias reuniões, administrar, gerir e superintender os negócios sociais, e emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários.

§ 4º - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e os respectivos vencimentos.

§ 5º - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, e a sua convocação cabe ao Diretor-Presidente, que também presidirá a reunião.

§ 6º - A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria.

§ 7º - As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio.

§ 8º - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, sendo a posse condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores (conforme definido no Regulamento). Os Diretores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

ARTIGO 18 - A Diretoria terá todos os poderes e atribuições que a Lei, o Estatuto Social e o Conselho de Administração da Sociedade lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade, podendo decidir da

prática de todos os atos e realizações de todas as operações que se relacionarem com o objeto da sociedade e que não forem da competência privativa da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, ou ainda que deste último não exigirem prévia manifestação.

§ 1º - Observado o disposto acima, compete à Diretoria:

a) a representação da Sociedade, na forma estatutária, em juízo ou fora dele, observadas as atribuições de lei, além da nomeação de procuradores ad negotia ou ad judicia;

b) a elaboração e execução dos planos e da política de investimentos e desenvolvimento, bem como os respectivos orçamentos, observada a competência deliberativa do Conselho de Administração; e

c) o controle e a análise do comportamento das sociedades controladas, coligadas e subsidiárias com vistas aos resultados esperados.

§ 2° - A Diretoria poderá designar um dos seus membros para representar a Sociedade em atos e operações no País ou no Exterior, ou constituir um procurador apenas para a prática de ato específico, devendo a ata que contiver a resolução de Diretoria ser arquivada na Junta Comercial, se necessário.

ARTIGO 19 - Além das atribuições do § 3° do artigo 15 supra, são poderes privativos do Diretor Presidente da Sociedade convocar e presidir as reuniões da Diretoria e fiscalizar o cumprimento das deliberações gerais.

ARTIGO 20 - Todos os atos que criarem responsabilidade para com a Sociedade, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, incluindo a representação da Sociedade em juízo, ativa e passivamente, só serão válidos se aprovados de acordo com o estatuto Social e se tiverem:

a) a assinatura do Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor; ou

b) a assinatura conjunta de dois Diretores; ou

c) a assinatura de um Diretor em conjunto com um procurador; ou

d) a assinatura conjunta de dois procuradores da Sociedade.

§ 1º - Os mandatos serão sempre assinados por dois membros da Diretoria, um dos quais obrigatoriamente o Diretor Presidente, e serão outorgados para fins específicos e por prazo determinado, salvo os que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicia*.

§ 2º - A Sociedade será representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de prestação de depoimento pessoal, e na qualidade de prepostos em audiências.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

ARTIGO 21 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, não tendo caráter permanente, e só será eleito e instalado pela Assembléia Geral a pedido de acionistas, nos casos previstos em lei.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, sendo a posse condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal (conforme definido no Regulamento). Os Conselheiros Fiscais deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

ARTIGO 22 - O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que convocado por qualquer um de seus membros, em periodicidade de, no mínimo, uma vez por trimestre. O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembléia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo os seus membros serem reeleitos.

ARTIGO 23 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger.

CAPÍTULO VI
EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

ARTIGO 24 - O exercício social terá a duração de um ano, e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano.

ARTIGO 25 - Ao fim de cada exercício social serão elaborados, com base na escrituração mercantil da Sociedade, as seguintes demonstrações financeiras previstas em lei:

a) balanço patrimonial;

b) demonstrações das mutações do patrimônio líquido;

c) demonstração do resultado do exercício; e

d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

§ 1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembléia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na lei.

§ 2º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados.

§ 3º - A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes.

§ 4º - O valor, pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais.

§ 5º - Dividendos intermediários e intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

ARTIGO 26 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

§ 1º - Sobre o lucro remanescente apurado na forma do caput deste artigo, será calculada a participação estatutária dos Administradores, até o limite máximo legal.

§ 2º - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á:

a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado;

b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas;

c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembléia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei n.º 6.404/76; e

d) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pelo Conselho de Administração, no pressuposto da aprovação pela Assembléia Geral e caso esta não delibere diversamente.

CAPÍTULO VII
LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 27 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembléia Geral, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação.

Parágrafo único - O Conselho de Administração nomeará o liquidante, as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 28 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Sociedade.

ARTIGO 29 - A Sociedade observará os acordos de acionistas registrados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembléia Geral e ao Presidente do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.

CAPÍTULO IX
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA DESCONTINUIDADE DE PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

ARTIGO 30 - A alienação do controle da sociedade, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Sociedade, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante (conforme definido no Regulamento).

§1º - O preço da oferta pública a que se refere o caput deste artigo será o mesmo preço pago por ação do bloco de controle, para os titulares de ações ordinárias e ações preferenciais com direito a voto, sem direito a voto ou com voto restrito, de emissão da Sociedade.

ARTIGO 31 - A oferta pública referida no artigo anterior ainda será exigida:

a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia (conforme definido no Regulamento); e

b) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia (conforme definido no Regulamento), sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA, o valor atribuído à sociedade nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

ARTIGO 32 - Aquele que já detiver ações da Sociedade e venha a adquirir o Poder de Controle da mesma, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 30 deste Estatuto Social; e

b) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da Alienação de Controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa por ações da sociedade , devidamente atualizado.

ARTIGO 33 – A Sociedade não registrará qualquer transferência de ações para o Comprador do Poder de Controle (conforme definido no Regulamento), ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores (conforme definido no Regulamento).

ARTIGO 34 - A Sociedade não registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício de Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

ARTIGO 35 – Fica estabelecida a obrigatoriedade de o Acionista Controlador ou a Sociedade efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento do registro de companhia aberta. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação de que trata o item 10.1 do Regulamento.

ARTIGO 36 – Fica estabelecida a obrigatoriedade:

a) de o Acionista Controlador efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Sociedade, no caso de descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 para que as ações da Sociedade passem a ter registro para negociação fora do Nível 2; e

b) de o Acionista Controlador efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Sociedade, na hipótese de reorganização societária da qual a companhia resultante não seja classificada como detentora de padrão de governança corporativa do Nível 2 da BOVESPA.

§1º - Em ambos os casos, o preço a ser ofertado deverá corresponder, no mínimo, ao Valor Econômico, a ser apurado na forma prevista na Seção X do Regulamento, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 37 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos 35 e 36 deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da sociedade, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei n.º 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da referida Lei.

§ 1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Sociedade é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação (conforme definido no Regulamento) presentes naquela assembléia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

ARTIGO 38 – Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº. 6.404/76.

ARTIGO 39 – A Sociedade, seus Acionistas, Administradores (conforme definido no Regulamento) e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, intepretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Sociedade, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como das demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento, do Contrato de Adoção de

Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BOVESPA e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Abritragem do Mercado.

[aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24/04/2008]

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

C.N.P.J./M.F. n.º 06.164.253/0001-87
N.I.R.E. 35.300.314.441

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2009

Data, Hora e Local: 10 de setembro de 2009, às 09:00 horas, na Praça Comte. Linneu Gomes, S/N, Portaria 3 – Prédio 07 – Sala de reuniões do Conselho de Administração, Jardim Aeroporto, São Paulo, SP. **Presença**: Presentes acionistas representando a totalidade do capital social votante. **Mesa**: Presidente: Sr. Constantino de Oliveira Junior, Secretária: Sra. Priscilla Helena Martins de Souza. **Convocação**: Edital de Convocação publicado nas edições dos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2009 do Valor Econômico e nas edições dos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2009, do Diário Oficial do Estado de São Paulo. **Ordem do Dia**: Deliberar acerca da proposta de alteração do art. 6º do Estatuto Social, para aumentar o valor do capital autorizado da Companhia. **Deliberações tomadas:** Prestados os esclarecimentos necessários, foi deliberado, por unanimidade, a alteração do art. 6º, caput, do Estatuto Social da Companhia, para aumentar o limite do capital autorizado da Companhia de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) para R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), que passará a viger com a seguinte nova redação: "*ARTIGO 6º - Observados os limites legais cabíveis, a Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social até 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais*). (...)". Permanecem inalterados os parágrafos 1º e 2º e demais artigos do Estatuto Social. **Atas e Publicações:** Foi autorizada pelos acionistas presentes a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130 da LSA, conforme alterada. **Aprovação e Assinatura da Ata:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém o fez, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida, conferida e assinada pelo Presidente e Secretária da mesa.

São Paulo, 10 de setembro de 2009.

Constantino de Oliveira Junior
Presidente

Priscilla Helena Martins de Souza
Secretária

Declarações da Companhia, do Acionista Vendedor e do Coordenador Líder nos Termos do art. 56 da Instrução CVM 400

[Página intencionalmente deixada em branco]

À
Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, nº 111, 33º andar
Rio de Janeiro – RJ

Superintendência de Registros de Valores Mobiliários - SRE
At.: Sr. Felipe Claret da Mota

Ref.: **DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES PREFERENCIAIS E ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.**
DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

Prezados Senhores:

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., companhia aberta de capital autorizado, com sede na Rua Tamoios, nº 246, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.164.253/0001-87, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais e ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, as quais se encontram livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravames, sendo novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia ("Ações Ordinárias e Preferenciais da Distribuição Primária") e ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Asas ("Acionista Vendedor" e "Ações Preferenciais da Distribuição Secundária"), coordenada, entre outras instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), com a distribuição simultânea, a ser realizada em mercado de balcão não-organizado, de ações ordinárias e ações preferenciais no Brasil, e ações preferenciais sob a forma de *American Depositary Shares* ("ADSs"), representados por *American Depositary Receipts* ("ADRs") no exterior ("Oferta Global"), vem, respeitosamente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, desta D. Comissão ("Instrução CVM 400").

Considerando que:

(i) a Companhia constituiu, juntamente com o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder, consultores legais para lhes auxiliar na realização da Oferta Global;

(ii) foi efetuada diligência legal na Companhia, que prosseguirá até a data da divulgação do Prospecto Definitivo;

(iii) a Companhia disponibilizou todos os documentos que considerou relevantes para a Oferta Global;

(iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder e seus respectivos consultores legais documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

SÃO GJ
Jurídico
Aprovado
GOL

(v) foram disponibilizados pela Companhia, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia;

A Companhia declara que:

(i) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será preparado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM 400;

(ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta Global e fornecidas ao mercado durante a Oferta Global;

(iii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, bem como as informações prestadas por ocasião do pedido de registro da Oferta Global e fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes do registro de companhia aberta da Companhia, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global.

São Paulo, 17 de setembro de 2009.

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

Nome: [illegible] MACIEL RAMOS
Cargo: VICE PRESIDENTE DE PLANEJAMENTO & T.I.

Nome: Fernando Rockert de Magalhães
Cargo: Vice-Presidente Técnico
SAO-DO

SAO GJ
Jurídico
Aprovado
GOL

À
Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, nº 111, 33º andar
Rio de Janeiro – RJ

Superintendência de Registros de Valores Mobiliários - SRE
At.: Sr. Felipe Claret da Mota

Ref.: **DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES PREFERENCIAIS E ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.**
DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

Prezados Senhores:

Fundo de Investimento em Participações Asas, fundo de investimento em participações constituído de acordo com as leis do Brasil, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.672.313/0001-35, neste ato representado na forma de seu Regulamento pelo seu administrador Banco Santander (Brasil) S.A., sucessor por incorporação da Santander Investimentos em Participações S.A., com sede à Rua Amador Bueno, 474, na capital do Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42 ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais e ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), as quais se encontram livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravames, sendo novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia ("Ações Ordinárias e Preferenciais da Distribuição Primária") e ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor ("Ações Preferenciais da Distribuição Secundária"), coordenada, entre outras instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), com a distribuição simultânea, a ser realizada em mercado de balcão não-organizado, de ações ordinárias e ações preferenciais no Brasil, e ações preferenciais sob a forma de *American Depositary Shares* ("ADSs"), representados por *American Depositary Receipts* ("ADRs") no exterior ("Oferta Global"), vem, respeitosamente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, desta D. Comissão ("Instrução CVM 400").

Considerando que:

(i) a Companhia constituiu, juntamente com o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder, consultores legais para lhes auxiliar na realização da Oferta Global;

(ii) foi efetuada diligência legal na Companhia, que prosseguirá até a data da divulgação do Prospecto Definitivo;

(iii) a Companhia disponibilizou todos os documentos que considerou relevantes para a Oferta Global;

(iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder e seus respectivos consultores legais documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

Santander
Ana Maria I.Correa
Diretoria Jurídica

(v) foram disponibilizados pela Companhia, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia;

o Acionista Vendedor declara que:

(i) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será preparado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM 400;

(ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta Global e fornecidas ao mercado durante a Oferta Global;

(iii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, bem como as informações prestadas por ocasião do pedido de registro da Oferta Global e fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes do registro de companhia aberta da Companhia, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global.

São Paulo, 17 de setembro de 2009.

Fundo de Investimento em Participações Asas

Nome: LUCIANE RIBEIRO
Cargo: DIRETORA EXECUTIVA

Luciane Ribeiro
Diretora Executiva

Nome:
Cargo:

José Berenguer
Vice Presidente Executivo

Santander
Ana Maria I.Correa
Diretoria Jurídica

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

BANCO ITAÚ BBA S.A. instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), no âmbito do pedido de registro da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), que compreende: (i) da distribuição pública primária de novas ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e novas ações preferenciais, inclusive sobre a forma de *ADS*s (conforme definido abaixo) ("Ações Preferenciais da Oferta Primária"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais com direito de voto restrito a determinadas matérias, ("Distribuição Primária"), e (ii) a distribuição pública secundária de ações preferenciais nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Asas ("Acionista Vendedor"), sendo as ações preferenciais com direito de voto restrito a determinadas matérias, ("Ações Preferenciais da Oferta Secundária" e, em conjunto com as Ações Preferenciais da Oferta Primária, "Ações Preferenciais") , inclusive sob a forma de *ADS*s (conforme definido abaixo) ("Distribuição Secundária"), a serem realizadas no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais (Ações Ordinárias e Ações Preferenciais conjuntamente denominadas "Ações") no Brasil e no exterior, exceto nos Estados Unidos da América, inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* ("*ADSs*"), representados por *American Depositary Receipts* ("*ADRs*"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e da Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008, considerando que:

I o Coordenador Líder foi assessorado por consultores legais na implementação da Oferta Global;

II por solicitação do Coordenador Líder, os auditores independentes da Companhia estão participando da revisão do prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e participarão da revisão do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo"), bem como emitirão carta conforto nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA nº12, de 7 de março de 2006 sobre certas informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

III para realização da Oferta Global, está sendo realizada auditoria jurídica na Companhia e em suas controladas, iniciada em 14 de agosto de 2009 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a data do Prospecto Definitivo;

IV a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideram relevantes para a Oferta Global;

V além dos documentos a que se refere o item IV, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor;

VI conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise do Coordenador Líder e dos consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Global; e

VII a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus consultores legais.

o Coordenador Líder declara que **(i)** o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, na sua respectiva data de publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, sobre a Oferta Global, as Ações, a Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400; e **(ii)** tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, por ocasião do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, e fornecidas ao mercado durante a Oferta Global, fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante a Oferta Global, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia que tenham integrado o Prospecto Preliminar e que integrarão o Prospecto Definitivo, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global.

São Paulo, 17 de setembro de 2009.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome: Jean-Marc Etlin
Cargo: Vice-Presidente Executivo

Nome: Cristiano Guimarães
Cargo: Investment Banking

Formulário das Informações Anuais – IAN Referente ao Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2008
(Exceto Pelas Informações Que Já Constem Deste Prospecto)

[Página intencionalmente deixada em branco]

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
019569	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06164253000187

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A

5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR
-

6 - NIRE	7 - SITE
35300314441	www.voegol.com.br
8 - DATA DE CONSTITUIÇÃO DA CIA	9 - DATA DE REGISTRO DA CIA NA CVM
12/03/2004	09/06/2004

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
RUA TAMOIOS 246	JD AEROPORTO

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
04630-000	SAO PAULO	SP

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
011	2128-4700	-	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
011	5098-7888	-	-	

15 - E-MAIL
RI@GOLNAWEB.COM.BR

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME
RODRIGO DE MACEDO ALVES

2 - CARGO
GERENTE GERAL DE RI

3 - ENDEREÇO COMPLETO	4 - BAIRRO OU DISTRITO
PRAÇA COMANDANTE LINEU GOMES S/N, PORTARIA 3, PRÉDIO 3	AEROPORTO

5 - CEP	6 - MUNICÍPIO	7 - UF
04626-900	SÃO PAULO	SP

8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
011	2128-4946	2128-4943	2128-4700	
13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX	
011	5098-7888	-	-	

17 - E-MAIL
RMACEDOALVES@GOLNAWEB.COM.BR

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME
BANCO ITAU S/A

19 - CONTATO
JOSÉ NILSON CORDEIRO

20 - ENDEREÇO COMPLETO	21 - BAIRRO OU DISTRITO
AV. ENG. ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA, 707 - TORRE EUDORO VILELA, 5º ANDAR	JABAQUARA

22 - CEP	23 - MUNICÍPIO	24 - UF
04309-010	SÃO PAULO	SP

25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
011	5029-7780	-	-	
30 - DDD	31 - FAX	32 - FAX	33 - FAX	
	5098-7888	-	-	

34 - E-MAIL
RI@GOLNAWEB.COM.BR

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37- UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
LEONARDO GOMES PEREIRA					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA TAMOIOS 246				JD AEROPORTO	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
04630-000	SAO PAULO				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
011	2128-4700	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
011	5098-7888	-	-		
16 - E-MAIL					
RI@GOLNAWEB.COM.BR					
17 - DIRETOR BRASILEIRO	18 - CPF	18 - PASSAPORTE			
SIM	606.399.897-72				

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/2008	31/12/2008

3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/2009	31/12/2009

5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES	00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	8 - CPF DO RESP. TÉCNICO
JOSÉ DOMINGOS DO PRADO	022.486.308-83

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO

[ ] BVBAAL	[ ] BVMESB	[ ] BVPR	[ ] BVRJ	[ ] BVST
[ ] BVES	[ ] BVPP	[ ] BVRG	[X] BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO	
Bolsa	
3 - TIPO DE SITUAÇÃO	
Operacional	
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE	
3140 - Emp. Adm. Part. - Serviços Transporte e Logística	
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL	6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES
GESTAO DE PARTICIPAÇOES SOCIETARIAS	NÃO

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO

Privada Nacional

2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.

X	Ações		Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
	Debêntures Conversíveis em Ações		Notas Promissórias (NP)
	Ações Resgatáveis		BDR
	Partes Beneficiárias		Outros
	Debêntures Simples		
	Bônus de Subscrição		
	Certificado de Investimento Coletivo (CIC)		

DESCRIÇÃO

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
05/03/2009	27/04/2009
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
09/04/2009	20/03/2009

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SP	SP
02	VALOR ECONOMICO	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
18/09/2009	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	ALVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA	249.630.118-91	24/04/2009	1 ANO	2	NÃO	29	Presidente do Conselho (Independente)
02	CONSTANTINO DE OLIVEIRA JUNIOR	417.942.901-25	19/03/2009	1 ANO	3	SIM	33	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente
03	RICARDO CONSTANTINO	546.988.806-10	24/04/2009	1 ANO	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	JOAQUIM CONSTANTINO NETO	084.864.028-40	24/04/2009	1 ANO	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	HENRIQUE CONSTANTINO	443.609.911-34	24/04/2009	1 ANO	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
06	ANTONIO KANDIR	146.229.631-91	24/04/2009	1 ANO	2	NÃO	27	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
07	RICHARD FREEMAN LARK, JR.	214.996.428-73	24/04/2009	1 ANO	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
08	FERNANDO ROCKERT DE MAGALHAES	276.178.827-34	19/03/2009	1 ANO	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
09	TARCISIO GERALDO GARGIONI	133.272.919-34	19/03/2009	1 ANO	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
10	WILSON MACIEL RAMOS	096.377.109-49	19/03/2009	1 ANO	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
12	LUIZ KAUFMANN	036.200.699-72	24/04/2009	1 ANO	2	NÃO	27	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
13	LEONARDO PORCIUNCULA GOMES PEREIRA	606.399.897-72	19/03/2009	1 ANO	1		19	Diretor Vice Presidente e DRI

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
RCA	25/04/2008	16.157	301	NÃO	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
SIM	0	0,00	50.760.551	44,45	50.760.551	22,22

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001	FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIP. ASAS	07.672.313-0001/35	BRASILEIRA	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
114.197	100,00	59.796	52,36	173.993	76,18	14/03/2006		SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

997	AÇÕES EM TESOURARIA									
	0	0,00	1.574	1,38	1.574	0,69				

998	OUTROS									
	0	0,00	52.827	46,26	52.827	23,13				

999	TOTAL									
	114.197	100,00	114.197	100,00	228.394	100,00				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001	FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIP. ASAS	14/03/2006

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001	HENRIQUE CONSTANTINO	443.609.911-34	BRASILEIRO	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
33.217	25,00	0	0,00	33.217	25,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001002	RICARDO CONSTANTINO	546.988.806-10	BRASILEIRO	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
33.217	25,00	0	0,00	33.217	25,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001003	JOAQUIM CONSTANTINO NETO	084.864.028-40	BRASILEIRO	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
33.217	25,00	0	0,00	33.217	25,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001004	CONSTANTINO DE OLIVEIRA JUNIOR	417.942.901-25	BRASILEIRO	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
33.217	25,00	0	0,00	33.217	25,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
132.868	100,00	0	0,00	132.868	100,00	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 02/06/2009

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		114.197	776.926	776.926
02	PREFERENCIAIS	ESCRITURAL		114.197	790.551	790.551
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			228.394	1.567.477	1.567.477

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
08	20/04/2006	993.180	237	Plano de Opção de Compra	78	3,0400000000
09	28/06/2006	993.653	473	Plano de Opção de Compra	156	3,0400000000
10	29/01/2007	993.830	176	Plano de Opção de Compra	5	35,2115000000
12	16/03/2007	993.869	39	Plano de Opção de Compra	1	47,6900000000
13	14/06/2007	1.363.729	369.860	Subscrição Particular em Dinheiro	6.082	60,8100000000
14	06/08/2007	1.363.752	23	Plano de Opção de Compra	1	34,7400000000
15	30/10/2007	1.363.934	182	Plano de Opção de Compra	5	35,7200000000
16	28/01/2008	1.363.946	12	Plano de Opção de Compra	0	36,3500000000
17	02/06/2009	1.567.476	203.531	Subscrição Particular em Dinheiro	26.094	7,8000000000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
0	0	

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

05.01 - AÇÕES EM TESOURARIA

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	3 - CLASSE	4 - REUNIÃO	5 - PRAZO PARA AQUISIÇÃO	6 - QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA (Mil)	7 - MONTANTE A SER DESEMBOLSADO (Reais Mil)	8 - QUANTIDADE JÁ ADQUIRIDA (Mil)	9 - MONTANTE JÁ DESEMBOLSADO (Reais Mil)
10	PREFERENCIAIS		28/01/2008	27/01/2009	5.000	0	1.574	41.180

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

05.02 - PARTES BENEFICIÁRIAS, BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO OU OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - VALOR MOBILIÁRIO	3 - DATA DA DELIBERAÇÃO	4 - DELIBERAÇÃO EVENTO	5 - DATA DA EMISSÃO	6 - QUANTIDADE EM CIRCULAÇÃO (Mil)	7 - VALOR NOMINAL (Reais Mil)	8 - VENCIMENTO	9 - CONVERSÍVEL/ EXERCÍVEL
01	Opção de Compra de Ações	25/05/2004	AGE	25/10/2004	937.412	3,04	25/01/2010	SIM
02	Opção de Compra de Ações	09/12/2004	AGE	19/01/2005	87.418	33,06	09/12/2014	SIM
03	Opção de Compra de Ações	20/12/2005	RCA	20/12/2005	99.816	47,30	02/01/2016	SIM
04	Opção de Compra de Ações	13/12/2006	RCA	02/01/2007	113.379	65,85	02/01/2017	SIM
05	Opção de Compra de Ações	20/12/2007	RCA	01/01/2008	190.296	45,46	01/01/2018	SIM
06	Opção de Compra de Ações	04/02/2009	RCA	04/02/2009	925.800	10,52	04/02/2019	SIM

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 -VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS.
12.1 - VALOR DISTRIBUIDO		12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO				
11	31/12/2006	684.472	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	09/03/2006	ORDINÁRIA		19.765	0,1800000000	0
0,0000000000		0,0000000000	23/05/2006	0,0000000000	21/03/2006					
12	31/12/2006	684.472	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	09/03/2006	PREFERENCIAL		15.625	0,1800000000	0
0,0000000000		0,0000000000	23/05/2006	0,0000000000	21/03/2006					
13	31/12/2006	684.472	DIVIDENDO	RCA	20/04/2006	ORDINÁRIA		4.512	0,0400000000	0
0,0000000000		0,0000000000	23/05/2006	0,0000000000	08/05/2006					
14	31/12/2006	684.472	DIVIDENDO	RCA	20/04/2006	PREFERENCIAL		3.567	0,0400000000	0
0,0000000000		0,0000000000	23/05/2006	0,0000000000	08/05/2006					
15	31/12/2006	684.472	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	16/06/2006	ORDINÁRIA		17.893	0,1600000000	0
0,0000000000		0,0000000000	15/08/2006	0,0000000000	20/06/2006					
16	31/12/2006	684.472	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	16/06/2006	PREFERENCIAL		14.158	0,1600000000	0
0,0000000000		0,0000000000	15/08/2006	0,0000000000	20/06/2006					
17	31/12/2006	684.472	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	15/09/2006	ORDINÁRIA		16.180	0,1500000000	0
0,0000000000		0,0000000000	14/11/2006	0,0000000000	20/09/2006					
18	31/12/2006	684.472	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	15/09/2006	PREFERENCIAL		13.326	0,1500000000	0
0,0000000000		0,0000000000	14/11/2006	0,0000000000	20/09/2006					
19	31/12/2006	684.472	DIVIDENDO	RCA	27/10/2006	ORDINÁRIA		17.872	0,1700000000	0
0,0000000000		0,0000000000	26/12/2006	0,0000000000	13/11/2006					
20	31/12/2006	684.472	DIVIDENDO	RCA	27/10/2006	PREFERENCIAL		14.720	0,1700000000	0
0,0000000000		0,0000000000	26/12/2006	0,0000000000	13/11/2006					
21	31/12/2006	684.472	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	13/12/2006	ORDINÁRIA		14.773	0,1400000000	0
0,0000000000		0,0000000000	10/02/2007	0,0000000000	19/12/2006					

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 -VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS.
12.1 - VALOR DISTRIBUIDO		12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO				
22	31/12/2006	684.472	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	13/12/2006	PREFERENCIAL		12.168	0,1400000000	0
0,0000000000		0,0000000000	10/02/2007	0,0000000000	13/12/2006					
23	31/12/2006	684.472	DIVIDENDO	RCA	29/01/2007	ORDINÁRIA		9.095	0,0800000000	0
0,0000000000		0,0000000000	26/03/2007	0,0000000000	29/01/2007					
24	31/12/2006	684.472	DIVIDENDO	RCA	29/01/2007	PREFERENCIAL		7.492	0,0800000000	0
0,0000000000		0,0000000000	26/03/2007	0,0000000000	29/01/2007					
25	31/12/2007	268.527	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	16/03/2007	ORDINÁRIA		18.429	0,1700000000	0
0,0000000000		0,0000000000	04/05/2007	0,0000000000	16/03/2007					
26	31/12/2007	268.527	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	16/03/2007	PREFERENCIAL		15.179	0,1700000000	0
0,0000000000		0,0000000000	04/05/2007	0,0000000000	16/03/2007					
27	31/12/2007	268.527	DIVIDENDO	RCA	16/03/2007	ORDINÁRIA		21.993	0,2000000000	0
0,0000000000		0,0000000000	04/05/2007	0,0000000000	16/03/2007					
28	31/12/2007	268.527	DIVIDENDO	RCA	16/03/2007	PREFERENCIAL		18.115	0,2000000000	0
0,0000000000		0,0000000000	04/05/2007	0,0000000000	16/03/2007					
29	31/12/2007	268.527	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	14/06/2007	ORDINÁRIA		18.504	0,1700000000	0
0,0000000000		0,0000000000	03/08/2007	0,0000000000	14/06/2007					
30	31/12/2007	268.527	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	14/06/2007	PREFERENCIAL		16.288	0,1700000000	0
0,0000000000		0,0000000000	03/08/2007	0,0000000000	14/06/2007					
31	31/12/2007	268.527	DIVIDENDO	RCA	14/06/2007	ORDINÁRIA		21.928	0,2000000000	0
0,0000000000		0,0000000000	03/08/2007	0,0000000000	14/06/2007					
32	31/12/2007	268.527	DIVIDENDO	RCA	14/06/2007	PREFERENCIAL		19.301	0,2000000000	0
0,0000000000		0,0000000000	03/08/2007	0,0000000000	14/06/2007					

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 -VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS.
12.1 - VALOR DISTRIBUIDO		12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO				
33	31/12/2007	268.527	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	25/09/2007	ORDINÁRIA		20.260	0,1900000000	0
0,0000000000		0,0000000000	05/11/2007	0,0000000000	25/09/2007					
34	31/12/2007	268.527	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	25/09/2007	PREFERENCIAL		17.834	0,1900000000	0
0,0000000000		0,0000000000	05/11/2007	0,0000000000	25/09/2007					
35	31/12/2007	268.527	DIVIDENDO	RCA	25/09/2007	ORDINÁRIA		20.435	0,1900000000	0
0,0000000000		0,0000000000	05/11/2007	0,0000000000	25/09/2007					
36	31/12/2007	268.527	DIVIDENDO	RCA	25/09/2007	PREFERENCIAL		17.988	0,1900000000	0
0,0000000000		0,0000000000	05/11/2007	0,0000000000	25/09/2007					
37	31/12/2007	268.527	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	11/12/2007	ORDINÁRIA		20.262	0,1900000000	0
0,0000000000		0,0000000000	01/02/2008	0,0000000000	11/12/2007					
38	31/12/2007	268.527	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	11/12/2007	PREFERENCIAL		17.836	0,1900000000	0
0,0000000000		0,0000000000	01/02/2008	0,0000000000	11/12/2007					
39	31/12/2007	268.527	DIVIDENDO	RCA	11/12/2007	ORDINÁRIA		20.435	0,1900000000	0
0,0000000000		0,0000000000	01/02/2008	0,0000000000	11/12/2007					
40	31/12/2007	268.527	DIVIDENDO	RCA	11/12/2007	PREFERENCIAL		17.988	0,1900000000	0
0,0000000000		0,0000000000	01/02/2008	0,0000000000	11/12/2007					
41	31/12/2008	-1.234.114	DIVIDENDO	RCA	25/04/2008	ORDINÁRIA		19.366	0,1800000000	0
0,0000000000		0,0000000000	20/06/2008	0,0000000000	25/04/2008					
42	31/12/2008	-1.237.114	DIVIDENDO	RCA	25/04/2008	PREFERENCIAL		17.048	0,1800000000	0
0,0000000000		0,0000000000	20/06/2008	0,0000000000	25/04/2008					

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		50,00	SIM	PN	PLENO	100,00		
		0,00	0,00000						
02	PREFERENCIAL		50,00	NÃO		RESTRITO	100,00	SIM	DISTRIBUIÇÃO MÍNIMA DE DIVIDENDOS DE 25% DO LUCRO LÍQUIDO APURADO.
NÃO	MÍNIMO	25,00	0,00000	NÃO	NÃO	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
24/04/2008	25,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	13.800	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2008

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2007

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	44.883	22.867
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	268.527	684.472
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	-1.237.114	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
01	VRG LINHAS AÉREAS S.A.	07.575.651/0001-59	FECHADA CONTROLADA	100,00	49,81

7 - TIPO DE EMPRESA	8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2008	31/12/2008	1.785.396

11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)
01/01/2007	31/12/2007	1.015.450			0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	91,94
02	SERVICO DE TRANSPORTES DE CARGA	3,33
03	OUTROS SERVIÇOS	4,73

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR				9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
01	COMBUSTIVEL	NÃO	0	SIM	SIM
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	NÃO LIGADO				44,24
02	AERONAVES	SIM	286.647	NÃO	SIM
BOEING CAPITAL COORPORATION	NÃO LIGADO				6,68
03	SERVIÇO DE RAMPA	NÃO	0	SIM	NÃO
SWISSPORT BRASIL LTDA.	NÃO LIGADO				1,39
04	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	NÃO	0	SIM	NÃO
ALMAP BBDO PUBLICIDADE E COMUN. LTDA.	NÃO LIGADO				0,71
05	AERONAVES ARRENDADAS	SIM	28.708	SIM	SIM
GENERAL ELETRIC CAPITAL AVIATION	NÃO LIGADO				0,67

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	2,17	10,67	SIM	34.471	42.171
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	10,64	52,40	SIM	0	207.040
03	OUTRAS	7,54	37,13	SIM	23.583	146.700

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01956-9	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A	06.164.253/0001-87

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
VRG LINHAS AÉREAS S.A.

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

01956-9 GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A 06.164.253/0001-87

19.11 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : VRG LINHAS AÉREAS S.A.

Dados Financeiros Selecionados

Apresentamos no quadro a seguir nossos resultados dos exercícios de 2007 e 2008:

	Nota	2008	2007
Receita operacional bruta			(Não auditado)
Transporte de passageiros		**2.351.950**	721.171
Transporte de cargas		**51.771**	15.166
Outras		**230.687**	26.724
		2.634.408	**763.061**
Impostos e contribuições		**(88.986)**	(27.348)
Receita operacional líquida		**2.545.422**	**735.713**
Custo dos serviços prestados	17	**(2.522.576)**	(1.149.956)
Lucro bruto		**22.846**	**(414.243)**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	17	**(244.026)**	(155.447)
Despesas administrativas	17	**(252.029)**	(77.539)
Despesas financeiras	18	**(971.723)**	(29.695)
Receitas financeiras	18	**424.279**	121.994
Outras receitas operacionais		**-**	30.283
		(1.043.499)	(110.404)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(1.020.653)**	(524.647)
Imposto de renda e contribuição social	7	**76.096**	300.577
Prejuízo do exercício		**(944.557)**	(224.070)
Quantidade de ações em circulação no final do exercício		**1.785.396.513**	1.015.450.271
Prejuízo por ação (R$)		**(0,53)**	(0,22)

01956-9 GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A 06.164.253/0001-87

19.11 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : VRG LINHAS AÉREAS S.A.

Dados Operacionais Selecionados

	Ano Encerrado em 31 de dezembro de	
	2007	2008
Informações Operacionais (não auditadas):		
Passageiros pagantes (em milhares)	23.689	25.664
Passageiro-quilômetro transportado (em milhões)	22.670	25.308
Assentos-quilômetro oferecidos (em milhões)	34.349	41.107
Taxa de ocupação	66,0%	61,6%
Taxa de ocupação *breakeven*	65,9%	62,5%
Utilização de aeronave (horas por dia)	13,8	12,1
Tarifa média	198	262
Yield por passageiro-quilômetro (centavos)	20,1	23,3
Receita de passageiros por assento-quilômetro oferecido (centavos)	13,3	14,3
Receita operacional por assento-quilômetro oferecido (centavos)	14,4	15,6
Despesa operacional por assento-quilômetro oferecido (centavos)	14,4	15,8
Despesa operacional menos despesa com combustível por assento-quilômetro oferecido (centavos)	8,9	9,4
Decolagens	237.287	268.540
Decolagens por dia	650	736
Destinos atendidos	66	59
Distância média de voo (quilômetros)	960	933
Número médio de aeronaves operacionais no período	88,6	106,4
Funcionários efetivos no final do período	15.722	15.911
Litros de combustível consumidos (em milhares)	1.177.300	1.364.719
Porcentagem de vendas através da Internet no período	80%	79%
Porcentagem de vendas através da Internet e *call center* no período	90%	86%

(1) Nossas ações preferenciais não dão direito a preferência no recebimento de dividendos fixos, mas sim a receber dividendos por ação na mesma quantia paga aos detentores de nossas ações ordinárias. Consequentemente, nosso lucro (prejuízo) por ação é computado por meio da divisão do lucro pela média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o ano.

(2) Contas a receber e outros créditos relacionados a recebíveis de administradores de cartões de crédito, agências de viagem, vendas parceladas por meio do programa Voe Fácil, agências de cargas e outros. Esses créditos são reconhecidos ao valor de custo deduzido das provisões para créditos de liquidação duvidosa, que se aproxima de seu valor justo em razão de sua natureza de curto prazo.

(3) A margem operacional representa o lucro operacional dividido pela receita operacional líquida.

Deliberações Societárias do Acionista Vendedor relativa à Oferta

[Página intencionalmente deixada em branco]

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ASAS

CNPJ/MF Nº 07.672.313/0001-35

ADMINISTRADO PELO SANTANDER INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES S.A.

Data, horário e Local: Realizada no dia 24 de agosto de 2009, às 10:00 horas, na Rua Amador Bueno, nº 474, CEP 04752-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Presença: A totalidade dos cotistas conforme assinaturas lançadas na Lista de Presença de Cotistas.

Convocação: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos cotistas.

Mesa: Presidente – Luciane Ribeiro; Secretária – Maria Voivodic.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a alienação de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Asas ("Fundo"), mediante distribuição pública secundária de ações preferenciais no Brasil e de *American Depositary Shares* ("ADSs") no exterior a ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("SEC"); **(ii)** a outorga de opção de aquisição de ações preferenciais suplementares ao Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. e de opção de aquisição de ADSs suplementares ao Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated; **(iii)** a autorização para o Santander Investimentos em Participações S.A. ("Administrador"), na qualidade de administrador do Fundo, adotar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da distribuição pública mencionada no item (i) acima, e **(iv)** a ratificação de todos os demais atos já praticados pelo Administrador com vistas à conclusão dessa operação.

Deliberações: Foram apreciadas e aprovadas pela unanimidade dos cotistas:

(i) A alienação, por meio de distribuição pública secundária ("Distribuição Secundária"), de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Ações Preferenciais") e de titularidade do Fundo, inclusive Ações Preferenciais sob a forma de *American Depositary Shares* ("ADSs"), a ser realizada (a) no Brasil, de acordo com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), na Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471") e no Código da ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas ("Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas"), sob a coordenação de Banco de Investimentos Merrill Lynch S.A. ("Banco Merrill Lynch"), Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), Banco Morgan Stanley S.A. ("Banco Morgan Stanley"), Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI") e BB Banco de Investimento S.A. ("BB BI"), com esforços de colocação das Ações Preferenciais no exterior, exceto nos Estados Unidos da América, de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor não residente no Brasil, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei 4.131, da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325, e (b) no exterior, de acordo com os procedimentos previstos no *Securities Act*, sob a coordenação de Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Itaú USA Securities Inc., Morgan Stanley & Co. Incorporated e Bradesco Securities, Inc. ("Coordenadores da Oferta Internacional"). A Distribuição Secundária deverá ser feita concomitantemente com a distribuição

Santander
Ana Maria I.Correa
Diretoria Jurídica

pública primária de ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, a ser realizada pela Companhia simultaneamente no Brasil e no exterior, nas mesmas condições da distribuição secundária ("Distribuição Primária" e em conjunto com a Distribuição Secundária, a "Oferta Global"). O Fundo poderá, de comum acordo com os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional, acrescer à quantidade total de ações objeto da Oferta Global um lote adicional de Ações Preferenciais, inclusive Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs*, equivalente a até 20% (vinte por cento) das ações inicialmente ofertadas no âmbito da Distribuição Secundária, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, incluindo Ações Preferenciais na forma de *ADSs* ("Ações Adicionais"). O preço de venda das Ações Preferenciais e das Ações Adicionais será fixado de acordo com o preço de emissão das ações preferenciais emitidas pela Companhia objeto da distribuição primária, o qual será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia oportunamente após o *roadshow* e a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos coordenadores da Oferta Brasileira no Brasil e pelos coordenadores da Oferta Internacional no exterior, o qual refletirá o valor pelo qual os investidores institucionais apresentarão suas ordens de compra no contexto da Oferta Global, em consonância com os artigos 23, parágrafo 1º, e 44 da Instrução CVM 400.

(ii) A outorga de uma opção para aquisição de lote suplementar de Ações Preferenciais, inclusive Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs*, equivalente a até 15% do total das ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global ("Opção de Ações Suplementares" e "Opção de ADSs Suplementares", respectivamente). Tal Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., total ou parcialmente, mediante notificação aos demais Coordenadores da Oferta Brasileira, e a Opção de *ADSs* Suplementares poderá ser exercida por Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, total ou parcialmente, mediante notificação aos demais Coordenadores da Oferta Internacional e desde que a decisão de sobrealocação de ações preferenciais e *ADSs*, conforme o caso, tenha sido tomada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional, respectivamente, no momento em que for fixado o preço por ação e por *ADS*, ambas a partir da data de publicação do anúncio de início, em uma ou mais vezes, e por um período de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data de publicação do Anúncio de Início da Distribuição Pública Primária e Secundária, nas mesmas condições e preço das ações inicialmente ofertadas, e serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global.

(iii) A autorização ao Administrador do Fundo, desde já, a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à obtenção do registro da Distribuição Secundária junto à CVM e à SEC, bem como à realização da Oferta Global. Para tanto, o Administrador do Fundo, dentro de suas responsabilidades, está investido de plenos poderes para tomar todas as providências necessárias à realização da Oferta Global e, em especial, dos poderes de representação do Fundo junto à CVM, Banco Central do Brasil, Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), BM&FBOVESPA, *New York Stock Exchange*, SEC e *Financial Industry Regulatory Authority* ("FINRA"), podendo praticar, ou fazer com que sejam praticados, quando necessários, quaisquer atos e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos, ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da distribuição pública, incluindo, mas sem se limitar ao *Registration Statement on Form F-3* a ser arquivado perante a SEC, o Prospecto de Distribuição a ser arquivado perante a CVM, o *Underwriting Agreement*, o Contrato de Coordenação e Garantia Firme de Subscrição, Aquisição e Colocação de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., o Contrato de Estabilização de Preço de Ações Preferenciais de Emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., o Contrato de Empréstimo de Ações Preferenciais, a declaração de veracidade de que

trata o artigo 56 da Instrução CVM 400, e todas as petições, cartas e correspondências para a CVM, ANBID, BM&FBOVESPA e *New York Stock Exchange*;

(iv) A ratificação de todos os demais atos já praticados pelo Administrador com vistas à Oferta Global.

Em virtude do comparecimento da totalidade dos quotistas do Fundo na presente Assembleia, o Administrador foi dispensado pelos próprios quotistas da obrigação de envio do resumo das decisões tomadas na presente data.

ENCERRAMENTO: Nada mais a ser deliberado, a Assembléia teve seu encerramento às 11:00 horas, sendo a presente ata lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Presidente: Sra. Luciane Ribeiro. Secretária: Sra. Maria Voivodic.

Quotista		Assinatura
1.	CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR	
CPF:	417.942.901-25	
2.	RICARDO CONSTANTINO	
CPF:	546.988.806-10	
3.	HENRIQUE CONSTANTINO	
CPF:	443.609.911-34	
4.	JOAQUIM CONSTANTINO NETO	
CPF:	084.864.028-40	

SANTANDER INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Administrador

Maria Voivodic
Private Banking

Luciane Ribeiro
Diretora Executiva

Luciane Ribeiro – Presidente

Maria Voivodic - Secretária

Maria Voivodic
Private Banking

Santander
Ana Maria I.Correa
Diretoria Jurídica

LISTA DE QUOTISTAS DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ASAS

CNPJ/MF Nº 07.672.313/0001-35

REALIZADA EM 24/08/2009

Quotista		Assinatura
1.	CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR	
CPF:	417.942.901-25	
2.	RICARDO CONSTANTINO	
CPF:	546.988.806-10	
3.	HENRIQUE CONSTANTINO	
CPF:	443.609.911-34	
4.	JOAQUIM CONSTANTINO NETO	
CPF:	084.864.028-40	

Santander
Ana Maria I.Correa
Diretoria Jurídica

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ASAS

CNPJ/MF Nº 07.672.313/0001-35

ADMINISTRADO PELO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Data, horário e Local: Realizada no dia 08 de outubro de 2009, às 10:00 horas, na Rua Amador Bueno, nº 474, CEP 04752-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Presença: A totalidade dos cotistas conforme assinaturas lançadas na Lista de Presença de Cotistas.

Convocação: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos cotistas.

Mesa: Presidente – Luciane Ribeiro; Secretário – Francisco Di Roberto Jr.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a aprovação da venda de 19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Asas ("Fundo"), em distribuição pública aprovada em Assembleia Geral de Quotistas do dia 24 de agosto de 2009; **(ii)** a aprovação do Prospecto Definitivo relativo à Oferta Brasileira (conforme definida abaixo) e do *Registration Statement on Form F-3* relativo à Oferta Internacional (conforme definida abaixo); **(iii)** a autorização para o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de administrador e gestor do Fundo ("Administrador" e "Gestor"), adotar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da venda mencionada no item (i) acima, e **(iv)** a ratificação de todos os demais atos já praticados pelo Administrador e pelo Gestor com vistas à conclusão dessa operação.

Deliberações: Foram apreciadas e aprovadas pela unanimidade dos cotistas:

(i) A aprovação da venda de 19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) ações preferenciais, de R$16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) por ação preferencial, em distribuição pública aprovada em Assembleia Geral de Quotistas de 24 de agosto de 2009. O preço de emissão das Ações Preferenciais foi determinado após a conclusão do procedimento de *bookbuilding* realizado pelo Banco Itaú BBA S.A., Banco Merrill Lynch de Investimento S.A., Banco Morgan Stanley S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimento S.A. ("Coordenadores da Oferta Brasileira"), no

âmbito da Oferta Brasileira (conforme definida abaixo) e pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Itaú USA Securities Inc., Morgan Stanley & Co. Incorporated e Banco Bradesco BBI S.A. (agindo por meio de sua afiliada, Bradesco Securities, Inc.) ("Coordenadores da Oferta Internacional"), no âmbito da Oferta Internacional (conforme definida abaixo), e é o mesmo preço de emissão das ações preferenciais e ações ordinárias emitidas pela Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia nesta data.

(ii) A aprovação do Prospecto Definitivo a ser utilizado na Oferta Brasileira, bem como o *Registration Statement on Form F-3*, que contém o Prospecto Definitivo a ser utilizado na Oferta Internacional.

(iii) A autorização ao Administrador e ao Gestor do Fundo, desde já, a tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários à obtenção do registro junto à CVM e à SEC, realização e conclusão da distribuição pública secundária de ações no Brasil (a "Oferta Brasileira") e no exterior (a "Oferta Internacional"), inclusive sob a forma de ADSs (*American Depositary Shares*) (sendo a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional referidas em conjunto como a "Oferta Global"), podendo praticar, ou fazer com que sejam praticados, quando necessários, quaisquer atos e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos, ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta Global, incluindo, mas sem se limitar ao *Registration Statement on Form F-3* a ser arquivado perante a SEC, o Prospecto Definitivo a ser arquivado perante a CVM, o *Underwriting Agreement*, o Contrato de Coordenação e Garantia Firme de Subscrição, Aquisição e Colocação de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., o Contrato de Estabilização de Preço de Ações Preferenciais de Emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., o Contrato de Empréstimo de Ações Preferenciais, e todas as petições, cartas e correspondências para a CVM, ANBID, BM&FBOVESPA, SEC e *New York Stock Exchange*;

(iv) A ratificação de todos os demais atos já praticados pelo Administrador e pelo Gestor com vistas à Oferta Global.

Encerramento e Lavratura da Ata: Em virtude do comparecimento da totalidade dos cotistas do Fundo na presente Assembleia, o Administrador foi dispensado pelos próprios cotistas da obrigação de envio do resumo das decisões tomadas na presente data. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada.

	Quotista	Assinatura
1.	CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR	
CPF:	417.942.901-25	

2.	RICARDO CONSTANTINO	
CPF:	546.988.806-10	
3.	HENRIQUE CONSTANTINO	
CPF:	443.609.911-34	
4.	JOAQUIM CONSTANTINO NETO	
CPF:	084.864.028-40	

São Paulo, 08 de outubro de 2009.

Banco Santander (Brasil) S.A.

Administrador

MESA:

Luciane Ribeiro – Presidente

Francisco Di Roberto Jr. – Secretário

Santander
Fernando Daruj
Diretoria Jurídica

LISTA DE QUOTISTAS DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ASAS

CNPJ/MF Nº 07.672.313/0001-35

REALIZADA EM 08/10/2009

Quotista		Assinatura
1.	CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR	
CPF:	417.942.901-25	
2.	RICARDO CONSTANTINO	
CPF:	546.988.806-10	
3.	HENRIQUE CONSTANTINO	
CPF:	443.609.911-34	
4.	JOAQUIM CONSTANTINO NETO	
CPF:	084.864.028-40	

Santander
Fernando Daruj
Diretoria Jurídica

Deliberações Societárias da Companhia relativas à Oferta

[Página intencionalmente deixada em branco]

JUCESP

28 08 09

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

C.N.P.J. nº 06.164.253/0001-87
N.I.R.E. 35.300.314.441

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2009

Data, horário e Local: Realizada no dia 24 de agosto de 2009, às 10:00 horas, na sede da companhia, na Rua Tamoios, nº 246, térreo, Jardim Aeroporto, CEP 04630-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença**: Totalidade dos conselheiros de administração. **Convocação:** Dispensada, face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa**: Assumindo a Presidência da mesa, o Sr. Constantino de Oliveira Júnior convidou a mim, Claudia Karpat, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(a)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização de distribuição pública primária de ações ordinárias e preferenciais, no Brasil, e a distribuição de ações preferenciais no exterior na forma de *American Depositary Shares* ("ADSs"), cada uma representando 1 (uma) ação preferencial e evidenciadas por *American Depositary Receipts* ("ADRs"), mediante oferta pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("SEC"); **(b)** a ratificação de todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da distribuição pública mencionada no item (a) acima; **(c)** a forma de colocação das ações a serem emitidas; **(d)** a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição das novas ações; **(e)** a convocação de Assembléia Geral Extraordinária para deliberar sobre a alteração do artigo 6º do Estatuto Social, visando ao aumento do limite de capital social autorizado da Companhia e **(f)** a contratação de empresas de auditorias independentes para prestação de serviços profissionais em conexão com as distribuições publicas mencionadas no item "a" acima. **Deliberações**: Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos, o seguinte: **(a)** autorizar a Diretoria, desde já, a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização de distribuição pública primária de ações preferenciais e ordinárias, sem valor nominal, a ser realizada simultaneamente no Brasil, por meio de oferta registrada junto à CVM, e no exterior, por meio da oferta de *ADSs* a ser registrada junto à SEC. A referida distribuição pública primária de ações ordinárias e preferenciais será realizada concomitantemente à distribuição pública secundária de ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade do Fundo de

JUCESP

28 08 09

Investimento em Participações Asas ("Acionista Vendedor"), sendo ambas as distribuições registradas na CVM e na SEC. Para tanto, a Diretoria está investida de plenos poderes para tomar todas as providências necessárias à realização das distribuições públicas acima mencionadas e, em especial, dos poderes de representação da Companhia junto à CVM, Banco Central do Brasil, Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), BM&FBOVESPA, *New York Stock Exchange*, SEC e *Financial Industry Regulatory Authority* ("FINRA"), podendo praticar, ou fazer com que sejam praticados, quando necessários, quaisquer atos e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos, ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da distribuição pública, incluindo, mas sem se limitar ao *Registration Statement on Form F-3* a ser arquivado perante a SEC, o Prospecto de Distribuição a ser arquivado perante a CVM, o *Underwriting Agreement*, o Contrato de Coordenação e Garantia Firme de Subscrição, Aquisição e Colocação de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., o Contrato de Estabilização de Preço de Ações Preferenciais de Emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., o Contrato de Empréstimo de Ações Preferenciais, a declaração de veracidade de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400, e todas as petições, cartas e correspondências para a CVM, ANBID, BM&FBOVESPA e *New York Stock Exchange*; **(b)** ratificar todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas às distribuições públicas mencionadas no item (a) acima; **(c)** aprovar a colocação das ações objeto do aumento de capital mediante oferta pública no Brasil (a "Oferta Brasileira") e no exterior (a "Oferta Internacional"), na forma de ADSs (*American Depositary Shares*) (sendo a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional referidas em conjunto como a "Oferta Global"). A Oferta Brasileira será realizada em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (a "Instrução CVM 400"), pelo procedimento descrito em Aviso ao Mercado a ser publicado pela Companhia a respeito da Oferta Brasileira, bem como no prospecto preliminar e nos demais documentos da oferta, de acordo com o disposto nos artigos 33, §3º e 24 da Instrução CVM 400, e submetida a registro na CVM. Por sua vez, a Oferta Internacional será realizada em conformidade com o *United States Securities Act of 1933*, conforme alterado, e submetida a registro na SEC; **(d)** aprovar que o aumento de capital a ser deliberado oportunamente será feito com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações, em conformidade com o disposto no artigo 172 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e nos termos do Estatuto Social da Companhia; **(e)** convocar uma Assembléia Geral de Acionistas para deliberar sobre a alteração do artigo 6º do Estatuto Social, visando ao aumento do limite de capital social

JUCESP

28 08 09

autorizado e **(f)** conforme aprovado pelo Comitê de Auditoria da Companhia, a contratação das empresas de auditoria Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e Ernst & Young Auditores Independentes S.S., nos termos das respectivas Cartas de Contratação, que serão firmadas na presente data, para prestação de serviços profissionais em conexão com as distribuições publicas mencionadas no item "a" acima, em especial a emissão de Carta Conforto e demais documentos e atos que se façam necessários. Sendo certo que, eventuais atos já praticados pelas referidas empresas no âmbito da presente deliberação, são, neste ato, plenamente ratificados. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém o fez, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida, conferida e segue pelos presentes assinada. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.*

São Paulo, 24 de agosto de 2009

MESA:

Constantino de Oliveira Júnior - Presidente

Claudia Karpat - Secretária

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 303.716/09-5
ANA CRISTINA DE S. F. CALANDRA
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

C.N.P.J. nº 06.164.253/0001-87
N.I.R.E. 35.300.314.441

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2009

Data, horário e Local: Realizada no dia 08 de outubro de 2009, às 18 horas, na Praça Comte. Lineu Gomes S/N, Portaria 3 - Prédio 07 - Sala de Reuniões do Conselho de Administração, Jardim Aeroporto, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença**: Totalidade dos conselheiros de administração. **Convocação**: Dispensada, face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa**: Assumindo a Presidência da mesa, o Sr. Henrique Constantino convidou a mim, Carla A. F. Coelho, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(a)** a fixação do preço de emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais objeto do aumento de capital autorizado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de setembro de 2009 ("Ações Ordinárias e Ações Preferenciais"), e respectiva justificativa; **(b)** o aumento do capital social da Companhia e a quantidade de ações Ordinárias e Preferenciais a serem emitidas; **(c)** a forma de subscrição e integralização das Ações Ordinárias e Ações Preferenciais; **(d)** o procedimento a ser adotado nas ofertas públicas realizadas no Brasil e no exterior, bem como o tratamento que será dado aos interessados em subscrever ou adquirir as Ações Ordinárias e Ações Preferenciais objeto da Oferta Global (conforme definida abaixo); **(e)** os direitos das novas Ações Ordinárias e Ações Preferenciais; **(f)** a aprovação do Prospecto Definitivo relativo à Oferta Brasileira (conforme definida abaixo) e do *Registration Statement on Form F-3* relativo à Oferta Internacional (conforme definida abaixo); e **(i)** a autorização para a Diretoria praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução da Oferta Global (conforme definida abaixo) das Ações Ordinárias e Ações Preferenciais. **Deliberações**: Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos, o seguinte: **(a)** fixar o preço de emissão das ações em R$16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) por ação ordinária e R$16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) por ação preferencial. O preço de emissão das Ações Ordinárias e Preferenciais foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento de *bookbuilding* realizado pelo Banco Itaú BBA S.A., Banco Merrill Lynch de Investimento S.A., Banco Morgan Stanley S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimento S.A. ("Coordenadores da Oferta Brasileira"), no âmbito da Oferta Brasileira (conforme definida abaixo) e pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Itaú USA Securities Inc., Morgan Stanley & Co. Incorporated e Banco Bradesco BBI S.A. (agindo por meio de sua afiliada, Bradesco Securities, Inc.) ("Coordenadores da Oferta Internacional"), no âmbito da Oferta Internacional (conforme definida abaixo), em consonância com o disposto no Artigo 170, Parágrafo Primeiro, inciso III da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações (a "Lei das Sociedades por Ações"), tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as ações. Foi considerada, para a definição do preço de emissão das Ações

Ordinárias e Preferenciais, a indicação do interesse de investidores institucionais para a subscrição e aquisição das Ações Ordinárias e Preferenciais de emissão da Companhia. Nos termos do artigo 170, parágrafo 7.º da Lei das Sociedades por Ações, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos, que a escolha do critério de preço de mercado das ações para a determinação do preço das Ações Ordinárias e Preferenciais a serem emitidas é devidamente justificada, tendo em vista que a distribuição pública primária de Ações Ordinárias e Preferenciais será realizada concomitantemente à distribuição pública secundária de ações preferenciais a serem vendidas pelo Fundo de Investimento em Participações Asas ("Acionista Vendedor"), em que o valor de mercado das Ações Ordinárias e Preferenciais a serem emitidas/vendidas é aferido com a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*), o qual reflete o valor pelo qual os investidores apresentam suas intenções de compra das Ações Ordinárias e Preferenciais no contexto da oferta pública primária e secundária, sendo, portanto, o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações Ordinárias e Preferenciais a serem emitidas pela Companhia e alienadas pelo Acionista Vendedor. **(b)** aprovar o aumento do capital social da Companhia, que passará de R$1.567.476.838,51 (um bilhão, quinhentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos) para R$2.194.559.338,51 (dois bilhões, cento e noventa e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos), um aumento, portanto, no montante de R$627.082.500,00 (seiscentos e vinte e sete milhões, oitenta e dois mil e quinhentos reais), mediante a emissão para subscrição pública de 19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) ações ordinárias e 19.002.500 (dezenove milhões, duas mil e quinhentas) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, respectivamente. **(c)** aprovar a forma de integralização das Ações Ordinárias e Preferenciais que deverá ser feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente do País. **(d)** aprovar a colocação das ações objeto do aumento de capital mediante oferta pública no Brasil (a "Oferta Brasileira") e no exterior (a "Oferta Internacional"), inclusive sob a forma de ADSs (*American Depositary Shares*) (sendo a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional referidas em conjunto como a "Oferta Global"). A Oferta Brasileira será realizada em mercado de balcão não organizado, sob o procedimento descrito no Aviso ao Mercado publicado em 23 de setembro de 2009, nos termos do disposto nos Artigos 33, §3º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo sido concedido aos acionistas o prazo de 2 (dois) dias úteis, entre o dia 30 de setembro de 2009, inclusive, e o dia 01 de outubro de 2009, inclusive, , nos termos do Aviso ao Mercado acima referido, para a realização dos pedidos de reserva de subscrição das Ações Ordinárias e Preferenciais, e aos investidores não institucionais o prazo de 4 (quatro) dias úteis, entre o dia 02 de setembro de 2009, inclusive, e o dia 07 de setembro de 2009, inclusive, nos termos do Aviso ao Mercado acima referido, para a realização dos pedidos de reserva de subscrição das Ações Preferenciais, nas condições descritas no referido Aviso ao Mercado, sendo que as Ações Ordinárias e Preferenciais de emissão da Companhia que não tiverem sido objeto de pedidos de reserva de subscrição serão destinadas à colocação pública junto a investidores institucionais, pelas instituições financeiras coordenadoras da Oferta Global. Por sua vez, a Oferta Internacional será realizada em conformidade com o *United States Securities Act of 1933*, conforme alterado, e submetida a registro na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). **(e)** aprovar a outorga aos titulares das Ações

Ordinárias e Preferenciais objeto do presente aumento de capital, a partir da data de sua emissão, dos mesmos direitos conferidos às atuais ações ordinárias e preferenciais pelo Estatuto Social da Companhia e pela legislação aplicável, fazendo jus à participação nos resultados da Companhia e direito de voto em Assembléias Gerais, no caso dos titulares de Ações Ordinárias, bem como conferir aos titulares de Ações Preferenciais o recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados e/ou conferidos pela Companhia aos seus acionistas, a partir de sua data de emissão. **(f)** Aprovar o prospecto definitivo a ser utilizado na Oferta Brasileira, bem como o *Registration Statement on Form F-3*, que contém o prospecto definitivo a ser utilizado na Oferta Internacional. **(g)** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os demais atos necessários à consecução da Oferta Global, bem como a assinatura de todos e quaisquer contratos e documentos necessários à sua realização, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Coordenação e Garantia Firme de Subscrição, Aquisição e Colocação de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., o Contrato de Estabilização de Preço de Ações Preferenciais de Emissão da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., o Contrato de Empréstimo de Ações Preferenciais, o Contrato de Prestação de Serviços da BM&F BOVESPA, e o *Underwriting and Placement Agreement*. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém o fez, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida, conferida e segue pelos presentes assinada. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.*

São Paulo, 08 de outubro de 2009.

Carla A. F. Coelho
Secretária

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[Página intencionalmente deixada em branco]

Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, respectivas notas explicativas dos exercícios findos naquelas datas e respectivos pareceres dos auditores independentes

[Página intencionalmente deixada em branco]

Demonstrações Financeiras

GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

31 de dezembro de 2007 e 2006
com Parecer dos Auditores Independentes

[Página intencionalmente deixada em branco]

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
CNPJ n◦ 06.164.253/0001-87

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (GLAI) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Societárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP) estão disponíveis na seção de Relações com Investidores do nosso site www.voegol.com.br. A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu release de resultados no site www.voegol.com.br/ri.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em linha com sua visão de negócios, a GLAI adquiriu a VRG Linhas Aéreas S.A. (VRG) em abril de 2007. Mais do que o principal acontecimento do ano, acreditamos que este talvez tenha sido um dos passos mais importante de nossa história. Com a incorporação da VRG, ampliamos nossa abrangência no mercado, nossa capilaridade operacional, passando a oferecer serviços diferenciados ao mercado, especificamente em pontos estratégicos que concentram a maior parte dos passageiros que viajam a negócios. Por outro lado, a GOL Transportes Aéreas S.A. (GTA) mantém sua forte orientação à popularização do transporte aéreo no Brasil e na América do Sul, em total consonância com seu conceito de baixo custo, baixa tarifa. Com a ampliação de nossa capacidade de expansão nos mercados doméstico e internacional, nos tornamos uma das maiores empresas aéreas do continente sul-americano.

O fato da aquisição da VRG ter ocorrido em um ano atípico para o setor mostra o quanto estamos dispostos e preparados para gerenciar adversidades, sem permitir que ocorrências pontuais abalem nosso plano estratégico de crescimento de longo prazo.

Ainda, ao final do ano, anunciamos a ampliação do nosso plano de renovação de frota e assinamos um novo contrato para a aquisição de mais 40 aeronaves para entrega entre 2012 e 2014. Esse novo contrato reduzirá ainda mais nossos custos e permitirá que a Companhia continue modernizando sua frota com aeronaves novas. O acordo, que aumenta o número de aeronaves encomendadas de 121 para 161, faz parte da nossa política de reduzir os custos com a operação de uma frota padronizada e melhorar a qualidade de nossos serviços.

Mesmo diante de algumas adversidades em 2007, o número de passageiros transportados (RPK) no mercado doméstico cresceu 11,2% e a subsidiária GOL, mais uma vez, superou este índice crescendo 30,0%. No mercado internacional, que sofreu uma redução de 6,0%, a GOL cresceu 83,4% em comparação com 2006. Os usuários de serviços aéreos ficaram muito sensíveis diante dos transtornos acarretados pelo prolongamento da crise iniciada em 2006, o que naturalmente repercutiu nos resultados da Companhia. Afetado por este contexto, e pela incorporação da VRG, o lucro operacional foi negativo em R$ 60,2 milhões em 2007, ante o resultado positivo de R$ 608,9 milhões alcançado em 2006.

No entanto, com todos os desafios apresentados, 2007 foi também o marco de uma transição e do amadurecimento do setor diante de problemas estruturais como as condições dos aeroportos e a situação dos controladores de vôo. O mesmo ocorreu em relação às próprias autoridades governamentais que se mobilizaram em busca de soluções para recuperar a credibilidade da aviação aérea brasileira abalada pela crise.

Também nos aperfeiçoamos e acreditamos ter feito nossa parte, concentrando esforços na adoção de medidas para minimizar os transtornos causados aos passageiros. Confiamos que este esforço concentrado resultará – a médio e longo prazo – em efetivas e necessárias melhorias.

Cientes de que em situações de estresse a falta de informação é um grande indutor de atrito, redobramos o empenho no atendimento das principais necessidades dos passageiros e de nossos colaboradores. Para isso, criamos um projeto específico de comunicação – o Projeto SERVIR – que começou no final de 2006 e se prolongou por 2007, com investimentos em sistemas de informações que beneficiaram simultaneamente passageiros e colaboradores.

Durante o ano expandimos o processo de aprimoramento da qualidade tecnológica dos nossos serviços em outras frentes. Colocamos em funcionamento uma nova versão do sistema de ERP Oracle, que aumentará a eficiência, a transparência e a segurança dos processos administrativos; contratamos uma nova ferramenta de suporte para a área de operações da Empresa, composta por sistemas de gerenciamento das áreas de engenharia e manutenção de aeronaves, e outros sistemas dedicados à gestão de tripulantes e controle da operação. Todos estes *softwares* funcionam integrados, resultando em aumento da eficiência da operação e na redução de custos; aprimoramos o sistema de *check-in* pela Internet que passou a ser disponibilizado inclusive para passageiros com bagagem.

Em 2007 reformulamos e internalizamos a operação de atendimento (call center), o que representou a contratação de aproximadamente 1.000 novos colaboradores, com um impacto significativo na redução de custos e ganhos expressivos em qualidade no atendimento aos nossos clientes.

O ano de 2007 foi pautado por muitos investimentos, como a aquisição da VRG, ampliação da frota, treinamento de pessoal, manutenção e fortalecimento institucional das marcas GOL e VARIG, além de investimentos em tecnologia para incrementar os sistemas de informação que suportam as operações. A Companhia continua a acreditar no crescimento e no futuro do transporte aéreo no país.

Para 2008, nosso desafio é integrar todos estes sistemas com os sistemas da VARIG, obtendo ganhos em eficiência e qualidade.

Sabemos da complexidade do nosso negócio, do perfil cíclico que caracteriza nossas operações e dos desvios de rota muitas vezes impostos por fatores externos que fogem ao nosso controle. Por isso, mais do que nunca, estamos cientes de que precisamos da força e do comprometimento do nosso "Time de Águias" para superar as dificuldades e continuarmos ampliando nossos horizontes.

Constantino de Oliveira Junior

Diretor-Presidente

CENÁRIO ECONÔMICO-SETORIAL

Durante o ano de 2007, a economia brasileira manteve-se estável, com reflexo positivo no desempenho do mercado financeiro. O real valorizou-se 10,8% em relação ao dólar norte-americano e a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, encerrou o ano em 4,5%. A taxa SELIC, em linha com o movimento dos últimos dois anos, continuou a sofrer redução ao longo de 2007, de 13,25% ao ano para 11,25% ao ano, a menor nos últimos 27 anos. O PIB apresentou crescimento estimado de 5,2%.

Apesar das dificuldades operacionais, ocasionada pelo prolongamento da crise aérea iniciada em 2006 e agravada posteriormente pelos eventos ocorridos no Aeroporto de Congonhas na cidade de São Paulo, no mês de julho, o setor aéreo brasileiro apresentou um crescimento de 11,2% em 2007, 2,2 vezes superior ao crescimento estimado do PIB do país.

A proibição de conexões no Aeroporto de Congonhas e a diminuição do número de pousos e decolagens por hora, exigindo o remanejamento de vôos para outros aeroportos, não só teve impacto negativo na qualidade dos serviços prestados aos usuários, como inibiu o crescimento da demanda, frustrando as expectativas otimistas anunciadas em 2006.

O volume de passageiros que utilizaram o transporte aéreo da GLAI em 2007 foi de 23,7 milhões de usuários, entre os quais 89% no mercado doméstico e 11% nas rotas internacionais.

Em 2007 a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) implantou medidas que permitiram maior regulamentação para o setor, superando obstáculos, em continuidade ao trabalho iniciado em 2006, ano de sua fundação, mantendo a aviação nacional como líder na América do Sul. O Brasil é classificado como "nível um" em relação aos parâmetros de segurança de vôo, sendo que os aviões brasileiros voam com os mesmos padrões de segurança das companhias norte-americanas, obedecendo às regras definidas pela ICAO – International Civil Aviation Organization (Organização Internacional de Aviação Civil).

CICLO VIRTUOSO

O modelo de negócios da Gol Linhas Aéreas Inteligentes é baseado em estruturas, sistemas e controles que privilegiam a qualidade dos serviços, a alta tecnologia, a padronização da frota, a motivação e a produtividade da equipe, mantendo foco constante na redução de custos, o que possibilita ofertar mais assentos a preços acessíveis. Dois mil e sete foi um ano de muitos investimentos, o que traduz a confiança da Companhia no ciclo virtuoso e na expansão contínua do setor no médio e longo prazo.

Dois mil e oito, por sua vez, começa com mais mudanças positivas. Entre janeiro e fevereiro, tanto a GOL como a VARIG redefiniram suas estratégias de negócios para melhor atender seus segmentos de passageiros e maximizar as vantagens competitivas. As medidas incluem a otimização da malha, com o aumento da eficiência e o aprimoramento da qualidade dos serviços.

A GOL reformulou as operações de média distância na América do Sul, com a suspensão dos vôos diretos para Santiago. A medida deve-se ao perfil dos usuários de vôos com duração acima de quatro horas, na maioria clientes corporativos, que preferem serviços dentro do modelo tradicional, como a classe executiva. Esse público já é atendido pela VARIG, que opera vôos diretos para a capital chilena com Boeing 767-300ER e serviço de bordo diferenciado. A GOL continuará a operar o destino a partir de Buenos Aires, mantendo sua estrutura nessa base. Também manterá o modelo

low cost para integrar outros países da América do Sul, partindo da premissa de que custos menores permitem a oferta de tarifas mais baixas, estimulando a demanda. Dessa forma, a Companhia reforça seu ciclo virtuoso baseado em *short-haul* e tarifas baixas, identificando demandas em mercados ainda não atendidos e aumentando não apenas seu *market share,* como também o tamanho do mercado como um todo.

No caso da VARIG, uma nova malha aérea doméstica foi concebida, visando oferecer horários e freqüências adequadas aos passageiros, especialmente aos que viajam a negócios. A Empresa ligará os principais centros de negócio e turismo e fará uso da sinergia proporcionada pelo retorno das conexões em Congonhas. Foram iniciados, recentemente, os trechos Porto Alegre-Brasília, Belo Horizonte (Confins)-Rio de Janeiro (Galeão) e Belo Horizonte (Confins)-Brasília, que serão operados com aeronaves Boeing 737 Next Generation. No campo internacional, a Empresa concentrará seu serviço de longo curso do Brasil para Europa em dois destinos, oferecendo conexões para outras cidades por meio de companhias aéreas parceiras. Os vôos, diretos, serão operados com aeronaves Boeing 767-300ER para o Aeroporto de Charles de Gaulle, em Paris, onde a VARIG tem um acordo de *interline* com o grupo Air France-KLM, e para o Aeroporto de Barajas em Madri, onde possui acordo de *code-share* com a Air Europa e de *interline* com a Iberia. Através dessas parcerias, os clientes da VARIG poderão viajar do Brasil para os principais destinos na Europa, Ásia, África e Oriente Médio. As rotas para Bogotá e Colômbia também passarão a ser operadas com o Boeing 767-300ER, visando oferecer um serviço de maior conforto e classe executiva. Ainda em 2008, serão inaugurados vôos para Nova York, nos Estados Unidos. Dessa forma, a VARIG reforça seu ciclo virtuoso baseado em serviço premium em *short*, *medium* e *long-haul*, para melhor atender o nicho que prefere serviço diferenciado.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Ampliação da Frota

- Frota - Adição de 28 aeronaves, sendo 15 737-800NG na GOL e 13 na VRG, distribuídos entre 6 aeronaves 737 e 7 aeronaves 767-300ER. Adicionalmente à expansão, a Companhia manteve os índices de utilização de aeronaves, sendo GOL com 14,2 horas médias de uso, utilização das maiores entre as empresas aéreas de todo mundo e VRG com 11,7 horas de uso.

- Contrato de Compra Adicional com a Boeing – Em dezembro de 2007, a Companhia ampliou o contrato de compra de aeronaves junto à Boeing de 121 para 161 aeronaves, sendo 127 pedidos firmes e 34 opções para compra da nova aeronave Boeing 737-800 Next Generation. Os pedidos firmes têm valor aproximado de US$6,4 bilhões, baseado na lista de preços da aeronave, e estão programados para serem entregues entre 2008 e 2014. A pedido da Companhia, a Boeing desenvolveu as aeronaves 737-800 Short Field Performance (SFP) para pousos e decolagens em pistas curtas. Os novos 737-800 são equipados com *winglets*, que proporcionam uma redução de até 3% no consumo de combustível. Estas aeronaves transportam cerca de 30% mais passageiros que as aeronaves 737-700.

- Centro de Manutenção Gol – Desde setembro de 2006, a Companhia mantém um centro de manutenção de aeronaves no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins - MG, considerado um dos melhores e mais bem estruturados do país. O Centro oferece tecnologia de última geração para a manutenção de aeronaves. Com a expansão da frota, o Centro garante qualidade, autonomia, procedimentos mais eficientes e preventivos, além de maior flexibilidade na aplicação dos serviços de manutenção. Antecipando-se às necessidades futuras delineadas em seu plano de expansão da frota, a Companhia dará início, em janeiro de 2008, à construção do segundo módulo do Centro de Manutenção. Com previsão de entrega para dezembro de 2009, o espaço deve dobrar a capacidade de manutenção da Companhia e gerar uma redução de custos de R$ 2 milhões por ano.

Com esta iniciativa, aliada ao conceito de padronização da frota, a GOL espera favorecer o melhor desempenho dos pilotos, aumentar o nível de segurança, qualidade e eficiência das aeronaves, além de diminuir o custo de manutenção e investimentos em estoque de peças.

- Manutenção Faseada – Um dos principais motivos que levam a Companhia a otimizar a utilização de sua frota é o processo de manutenção faseada de suas aeronaves "*narrow bodies*", colocado em prática nas subsidiárias GOL e VRG. A manutenção é realizada sem tirar as aeronaves das operações diárias. Com segurança, a Companhia mantém as aeronaves em pleno funcionamento durante todo o ano.

Tecnologia da Informação

O ano de 2007 foi dedicado a organizar a área de TI para alcançar níveis elevados de governança, compatíveis com o grau de complexidade tomado pelo ambiente de negócios da companhia. Em março foi implementada a nova organização da área de informática, decorrente de projeto levado a efeito pela equipe da empresa com o suporte da IBM Consulting. Uma nova estrutura organizacional e funcional foi definida com ênfase nos seguintes pilares: maior interação entre TI e as áreas de negócio, com vistas a obter melhor assertividade no desenvolvimento de soluções e a viabilização de soluções inovadoras; aumentar a disponibilidade e adequação planejada da capacidade da infra-estrutura; otimizar a arquitetura de hardware e software; implementar metodologias e processos para melhorar a governança de TI; controlar eficientemente o desenvolvimento de projetos.

Com a aquisição da VRG em abril, a oportunidade dessa nova organização de TI se mostrou ainda mais importante. O trabalho de avaliação dos softwares instalados na VRG, o desenho da solução para a sustentação dos sistemas e a contratação de um *full outsourcing* foi realizado no prazo de sete meses, ao mesmo tempo em que se definia uma nova solução para o sistema chave para uma

empresa aérea, seu sistema de reservas. As mudanças introduzidas na VRG propiciaram à companhia uma redução de despesas da ordem de R$ 6 milhões anuais.

Ainda durante o ano de 2007 a Companhia realizou um trabalho de revisão da plataforma de softwares de forma a adequá-la ao novo porte da organização e à complexidade de seus processos. Estudos e projetos foram realizados para a reimplantação total do ERP, já concluídos, com base em redesenho e otimização dos processos financeiros e de suprimentos, que são suportados por esta aplicação. Nas áreas operacionais, novas soluções foram estudadas e contratadas para o suporte às áreas de engenharia e manutenção de aeronaves, incluindo as operações de hangar, que passaram a ser necessárias em razão da inauguração do Centro de Manutenção em Confins em fins de 2006. No tocante à operação, novos e sofisticados softwares para gerenciamento de tripulantes e controle da operação foram estudados e contratados. Nesse ínterim, novo software para o sistema de reservas da Gol foi desenvolvido em conjunto com a provedora da solução, a Navitaire, e o da VRG foi contratado junto ao Sabre, cada um deles adequado aos requisitos de negócio das companhias. Todas essas novas soluções estarão sendo implementadas em 2008, juntamente com outras iniciativas.

Expansão

- Aquisição da VRG – Com a aquisição da VRG em 2007, a Companhia abriu novas frentes de operação, passando a atuar no mercado de vôos internacionais de longa distância para a Europa e América do Norte. A estratégia da VARIG é continuar oferecendo uma malha de vôos diretos domésticos e internacionais, operando com conceitos de gestão de baixos custos e oferecendo serviços diferenciados e programa de milhagem para atender o segmento de passageiros que viajam a negócios ou a lazer para os principais destinos do mundo. Essa aquisição permitirá a expansão da oferta de assentos no mercado doméstico e internacional.

- Crescimento da oferta – A Companhia, através das subsidiárias GOL e da recém adquirida VRG, registrou crescimento de 69,5%, medido pelo crescimento de assentos-quilômetro disponível (ASK), sendo 44,1% na GOL. O aumento do número de destinos nacionais e internacionais, ofertas e promoções e políticas de tarifas baixas na subsidiária GOL, aliados ao crescimento do mercado, possibilitaram a Companhia atingir esse crescimento em 2007.

- Novos Destinos na América do Sul e Europa – A Companhia, através da subsidiária GOL, ampliou sua malha doméstica para quatro novos destinos: Marabá – PA, Cruzeiro do Sul – AC, São José dos Campos – SP e Presidente Prudente – SP e para um destino internacional: Lima - Peru. Ao final de dezembro, a GOL cresceu 83,4% no mercado internacional diante de uma queda de 6,0% no setor

Através da aquisição da VRG, passou a contar com novos destinos internacionais e ter mais opções de vôos para Buenos Aires - Argentina, bem como iniciou vôos para novos destinos na Europa. Adicionalmente, a VRG passou a firmar alianças estratégicas com empresas aéreas tradicionais na Europa e nos Estados Unidos da América.

- Liderança em e-commerce no Brasil – A Companhia continua crescendo suas atividades de e-commerce, mantendo a posição entre as maiores empresas do Brasil, comercializando, através da subsidiária GOL, R$ 3,4 bilhões em vendas de passagens aéreas em 2007, por meio de seu website www.voegol.com.br. Esse montante corresponde a 80% de suas vendas brutas em 2007. Ao longo

do último trimestre de 2007, o website da GOL recebeu uma média de 2,1 milhões de visitantes únicos por mês, um crescimento de 37% em comparação ao mesmo período de 2006. A subsidiária VRG comercializa cerca de 8,8% de suas vendas através do website www.varig.com, com planos para expandir esse percentual de atendimento a médio prazo.

- Transporte de cargas – O serviço de transporte de cargas da Companhia, nomeado Gollog, é realizado através da subsidiária GOL, e oferece facilidades aos passageiros. Os clientes podem preencher o formulário e fazer o acompanhamento da carga pela Internet. O Gollog registrou alta de 55,3% no volume transportado de 64.000 toneladas, quando comparado às 41.200 toneladas transportadas em 2006 e de 36,4 % na receita bruta, que atingiu R$ 172 milhões em comparação a R$ 126 milhões em 2006. O serviço do Gollog conta com duas bases próprias no Estado de São Paulo, situadas nos aeroportos de Congonhas e Cumbica, contando ainda com 48 unidades franqueadas no Brasil.

Foco no Cliente

A Companhia através de suas subsidiárias GOL e VRG, foca sua atuação no cliente, primando pela segurança, pontualidade, estímulo à demanda pela realização de promoções, bem como pela oferta de novos meios de pagamento, programa de milhagem e gerenciamento de alianças com outras empresas aéreas, para oferecer mais opções de destino, conforme destacado abaixo:

- Segurança – A segurança dos passageiros e colaboradores foi sempre prioridade na Gol Linhas Aéreas Inteligentes. A Companhia mantém programas de treinamento em segurança para seus pilotos, co-pilotos, comissários de bordo, técnicos e colaboradores responsáveis pela manutenção das aeronaves. A GLAI é membro da *Flight Safety Foundation*, entidade mundial de segurança de vôo, e seus técnicos e engenheiros formam uma equipe experiente, com média de 25 anos de atuação no setor de aviação.

- Pontualidade – Segundo a ANAC, em 2007 as subsidiárias de GLAI, GOL e VRG, apresentaram índices médios de pontualidade de 50% e 77% no mercado doméstico, respectivamente, com desempenho muito aquém quando comparadas com anos anteriores, em função da crise de infra-estrutura e controle de vôo observada no sistema aéreo brasileiro desde o quarto trimestre de 2006. No mercado internacional, os índices foram de 47% e 66% para GOL e VRG respectivamente.

No entanto, os índices de regularidade da GOL no mercado doméstico foi de 87%, tendo o mercado internacional 86%. Já a VRG obteve 64% no mercado doméstico e 22,5% no mercado internacional.

- Estímulo à Demanda – A Companhia continua inovando em suas estratégias para estimular a demanda. Além de oferecer tarifas mais baixas e promoções atraentes para seus consumidores, desenvolveu programas que facilitam a compra e os meios de pagamento, como:

- O programa Voe Fácil, lançado em 2005, que permite aos clientes da GOL o parcelamento de passagens em até 36 vezes, mesmo sem possuir um cartão de crédito que, em 2007, atingiu 649 mil clientes inscritos.

- Gol Negócios, que é um cartão de crédito para pequenas e médias empresas, que oferece a conversão de 1,9% da fatura do cartão em créditos para compras de passagens, permitindo a redução de despesas dos clientes em viagens de negócios.
- Os leilões de passagens, pela internet para grupo de pessoas viajando juntas que a GOL realiza com freqüência,
- Promoções que são realizadas com freqüência pelo website.

- Programa de Milhagem Smiles – O programa Smiles, oferecido pela VRG Linhas Aéreas e presente em mais de 200 países, é o maior Programa de Milhagem da América Latina, contando com mais de 5 milhões de filiados no Brasil e no exterior. O Smiles mantém parcerias com empresas de diversos ramos de atividade como as principais cadeias de hotéis, locadoras de veículos, restaurantes, seguradoras, editoras e estabelecimentos de ensino, dentre outros. Também tem parcerias com as principais instituições bancárias e administradoras de cartões de crédito no Brasil e no exterior. Em 2007 o programa ofereceu diversas promoções, visando à fidelização e a expansão da sua base de clientes.

- **Gerenciamento de Alianças** - Como parte do trabalho de absorção das operações da VRG, a GLAI criou em 2007 uma Gerência de Alianças. Entre setembro e dezembro de 2007, foram assinados 40 acordos comerciais com companhias internacionais, entre elas, a Continental Air Lines, Delta Air Lines, Air France e Air Europa.

Responsabilidade Social – A GLAI encerrou 2007 com cerca de R$ 3,5 milhões investidos em ações de responsabilidade social em todo o Brasil. A Companhia patrocinou a arrecadação de alimentos e materiais escolares, incentivou atividades de promoção e incentivo da cultura e da educação, bem como iniciativas de proteção ao meio ambiente. A Copa Social, projeto interno que contou com 32 equipes participantes, arrecadou 3,5 toneladas de alimento, 229 itens de limpeza, 5.540 produtos de higiene pessoal, 561 brinquedos, 1.478 peças de vestuário e 2.459 livros. A Companhia, através de processo interno de reciclagem e coleta seletiva de lixo, encerrou 2007 com 20 toneladas de papel, papelão e plásticos coletados, sendo deste total aproximadamente 14 toneladas deste material serão transformados em novos produtos, poupando o corte de 200 árvores.

A SOS Mata Atlântica, AACD, Ashoka, Fundação Gol de Letra, Futebol dos Atores, Canto Cidadão, Projeto Felicidade, Care Brasil, Eu Quero Ajudar, Expedicionários da Saúde, Pastoral da Criança, Centro Infantil Boldrini, Expedição VagaLume e Instituto Criar de TV foram algumas das instituições que receberam apoio da Companhia em 2007, além do suporte à produção do cinema brasileiro. A GLAI doou cerca de 5.495 passagens aéreas para projetos sociais e de cinema, artes e música.

A Política de Recursos Humanos da GLAI – Em 2007, a GLAI criou 4.788 postos de trabalho, encerrando o ano com 15.722 colaboradores. Entre as principais áreas de foco na gestão de pessoas, destacam-se: Desenvolvimento de Competências, Plano de Carreira, Desenvolvimento de Lideranças, Remuneração e Diversidade. A Companhia incentiva o talento das pessoas, respeita a diversidade étnica, cultural e racial, além de investir em um programa de inclusão de Portadores de Necessidades Especiais (PNE). A GLAI acredita que seu sucesso somente é possível por meio do trabalho dedicado, capacitação e da habilidade de seus colaboradores em superar desafios.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- Receita Operacional – As receitas operacionais líquidas cresceram 30,6% e alcançaram R$ 5 bilhões em 2007, com 22,7 bilhões de Passageiros-Quilomêtros Transportados (RPK). A taxa média de ocupação consolidada foi de 66,0%, individualmente 68,4% de GOL e, 52,5% de VRG.

- Custo Operacional - O impacto negativo da conjuntura setorial brasileira foi atenuado pela forte política de operação com custos reduzidos que caracteriza a Companhia. Destacamos que a Companhia manteve seu posto de empresa com os menores custos operacionais do setor com CASK de R$ 14,6, alcançando em 2007 uma redução total de 7,4% em relação a 2006 (CASK de R$ 15,8). Com a aquisição da VRG, a área técnica da GOL passou a compartilhar todas as atividades relacionadas à manutenção, segurança de vôo, *security*, frotas e suprimentos.

- Rentabilidade e Retorno – Ainda que sob impacto dos problemas de infra-estrutura no setor aéreo, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 268,5 milhões, uma redução de 60,8% em relação a R$ 684,5 milhões registrados em 2006. O lucro líquido por ação foi de R$ 1,33 com redução de 61,9% em relação a 2006. O retorno sobre o capital investido foi de 6,2% e o retorno sobre o patrimônio líquido foi de 11,1%.

- Liquidez – A liquidez total da Companhia, composta pelo caixa e recebíveis, manteve-se em R$ 2,3 bilhões ao final de 2007, com valor praticamente igual a 2006. A capitalização da Companhia é sólida, sendo sua relação endividamento total (incluindo arrendamentos não considerados no balanço patrimonial)/capitalização (patrimônio líquido + a dívida total) de 70,6%.

- Captações para Investimentos – Em linha com o alto nível de investimentos efetuados em 2007 e programados para os anos seguintes, a Companhia captou recursos no mercado financeiro principalmente para o financiamento da expansão da frota de aeronaves, através das seguintes operações:

- **Bônus Sênior** – Em 22 de março de 2007, a subsidiária Gol Finance concluiu a oferta de bônus sênior denominados em dólares norte-americanos, no valor principal de US$ 225 milhões, pagando juros de 7,50% ao ano, com vencimento em 2017, sem garantias, cujos recursos estão sendo utilizados no financiamento da aquisição de aeronaves. Tais bônus receberam rating de crédito BB+ da Fitch.

- **Financiamento para Aquisição de Aeronaves** - Em 15 de outubro de 2007, a subsidiária Sky Finance contratou financiamento denominado em dólares norte-americanos junto a um consórcio de bancos internacionais, no valor de US$ 310 milhões, com juros LIBOR acrescido de 0,5% ao ano, com prazo médio de 1,6 anos. Esses recursos estão sendo utilizados para pagamento dos adiantamentos para aquisição de aeronaves.

- **Financiamento para Investimentos no Centro de Manutenção de Aeronaves** – A subsidiária GOL contratou empréstimo de longo prazo no valor de R$ 14 milhões,

denominado em moeda nacional, com juros calculados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescidos de 6% ao ano, garantido por contas a receber das agências de viagem, para utilização no financiamento parcial dos investimentos e despesas operacionais do Centro de Manutenção de Aeronaves.

- Ratings – A tabela a seguir apresenta os ratings da GLAI em 31 de dezembro de 2007:

Agência	Classificação	Tipo
Fitch	AA- (bra), Perspectiva Estável	Escala Nacional
	BB+ (IDR), Perspectiva Estável	Moeda Local
	BB+ (IDR), Perspectiva Estável	Moeda Estrangeira
	BB+ (IDR)	Emissão de US$ 225mm Bônus Senior / Emissão de US$200mm Bônus Perpétuos
Moody's	A3.br, Perspectiva Estável	Escala Nacional
	Ba2, Perspectiva Estável	Escala Global Moeda Local
	Ba2	Moeda Estrangeira

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A GLAI conduz seus negócios de forma alinhada às boas práticas de governança corporativa. A Companhia está listada no Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa desde o lançamento simultâneo de suas ações nas bolsas de valores brasileira e norte americana, em 2004 e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no seu Estatuto Social.

Para garantir a transparência da gestão e dos negócios em beneficio de todos os acionistas e investidores, a Companhia conta com uma Política de Negociação de suas ações, que estabelece regras e procedimentos para pessoas vinculadas à Companhia (executivos e colaboradores), com acesso a informações relevantes.

Também possui uma Política de Divulgação de Fatos Relevantes, que define os critérios, o momento e o responsável pela divulgação de tais informações aos investidores para garantir que os dados para o mercado sejam distribuídos de forma ampla, transparente e homogênea. Para amparar esse trabalho, mantém um Comitê de Divulgação, integrado por profissionais de diversas áreas da Companhia que não participam diretamente do processo de elaboração de relatórios divulgados ao mercado de capitais. Eles são responsáveis pela checagem, consistência e cruzamento de dados dos relatórios, quando aplicável.

A Companhia foi uma das primeiras Emissoras Privadas Estrangeiras (FPIs) na América do Sul a se adequar às exigências da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e utiliza o critério estabelecido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission (COSO) para controles internos. A Companhia também se adequou à Seção 302 da mesma Lei, que determina que diretores

executivos devam declarar pessoalmente que são responsáveis pelos controles e procedimentos de divulgação de informações. Com essas certificações a Companhia aprimorou seus processos internos e ratificou seu compromisso com as melhores práticas de Governança Corporativa.

- Conselho de Administração – O Conselho de Administração da GLAI é composto por oito membros, dos quais três independentes. Em abril de 2007, os três membros independentes do Conselho de Administração da Companhia foram reeleitos em Assembléia Geral Ordinária para um novo mandato de um ano.

- Conselho Fiscal – Constituído e eleito em abril de 2007, é formado por três membros efetivos, todos com mandato anual. Integrado à política de transparência e governança corporativa, o Conselho Fiscal se reúne a cada trimestre para acompanhar os atos administrativos, rever as demonstrações financeiras da Companhia e reportar suas conclusões aos acionistas.

- Diretoria Executiva – Responsável pela gestão direta dos negócios, é formada por um diretor-presidente e quatro diretores vice-presidentes, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de um ano, que pode ser renovado.

- Comitês de Gestão – A GLAI também dispõe de cinco Comitês de Gestão não estatutários compostos por membros do Conselho de Administração, executivos e auditores independentes (Comitê de Governança Corporativa e Indicação, Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas, Comitê de Políticas de Risco, Comitê de Política Financeira e Comitê de Auditoria).

MERCADO DE CAPITAIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A GLAI fez sua oferta inicial de ações em uma operação simultânea nas Bolsas de Valores de São Paulo (BOVESPA) e de Nova Iorque (NYSE) em junho de 2004, tornando-se a segunda empresa brasileira a abrir o capital simultaneamente no Brasil e nos Estados Unidos da América.

Diante de uma valorização de 44% apresentada pelo Ibovespa (Índice da Bolsa de Valores de São Paulo) em 2007, as ações preferenciais da GOL perderam 31% de valor em reais, encerrando o ano cotadas a R$ 43,78. Esse desempenho é reflexo das dificuldades relacionadas à coordenação do sistema aéreo brasileiro, que trouxe impacto em todo o setor de transporte aéreo do País.

Por sua vez, os ADSs listados na NYSE atingiram a cotação de US$ 24,82 no último pregão do ano, acumulando uma valorização de 176% desde o IPO em 2004. No mesmo período, os índices Dow Jones e XAL (*New York Exchange Airlines Index* – índice que mede a performance das ações de companhias aéreas norte-americanas) apresentaram uma valorização de 6% e desvalorização de 41% respectivamente. Em 2007, os ADSs apresentaram uma desvalorização de 13% em relação ao ano anterior e, no mesmo período, o XAL sofreu uma desvalorização de 41% em função, principalmente, da forte volatilidade do petróleo verificada ao longo do ano. As ações da Companhia registraram um volume médio diário de negociação de R$ 83 milhões, equivalente a US$ 43 milhões no ano, o que permitiu sua classificação como uma das ações de maior liquidez entre as companhias aéreas no mundo e entre as empresas brasileiras de capital aberto.

As ações da Companhia também integram os índices IGC, de Ações com Governança Corporativa Diferenciada; ITAG, de Ações com Tag Along Diferenciado; IBRX-50, que reúne as 50 empresas que apresentam os maiores índices de liquidez da Bovespa; e o IBOVESPA, o mais importante indicador do desempenho do mercado brasileiro de ações.

A partir do lucro líquido consolidado em 2007, de R$ 268 milhões e a constituição de reserva legal, a GLAI distribuiu aos seus acionistas, sob a forma de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda e dividendos, R$ 297 milhões, valor 71,7% maior que o montante do ano de 2006 e que representa um *yield* de aproximadamente 3,2%, atribuíveis ao exercício de 2007.

O relacionamento da Companhia com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela divulgação de informações com transparência e caracterizado pelo respeito aos princípios legais e éticos. A área de Relações com Investidores faz contatos com investidores e analistas de mercado, promovendo eventos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da Companhia. A GLAI mantém um site de relações com investidores contendo informações específicas, segmentadas e direcionadas para públicos distintos: analistas, investidores institucionais e investidores pessoas físicas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em linha com o Inciso III, artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar seu Comitê de Auditoria para assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços não relacionados à auditoria. Durante o exercício de 2007 não contratamos serviços não relacionados à auditoria de demonstrações financeiras junto aos nossos auditores externos.

PREMIAÇÕES

O reconhecimento do mercado à atuação da GOL foi confirmado com os seguintes prêmios conquistados pela Companhia durante o ano:

- Nº 1 na América Latina, na categoria Procedimentos de Divulgação da 9ª edição do IR Global Rankings. Por dois anos consecutivos, a GOL ocupa o primeiro lugar no setor e está entre os 5 melhores websites da América Latina em sites de relações com investidores.
- Prêmio Top por Setor, na categoria IR Websites (Sites de RI), ficando entre as cinco melhores empresas da América Latina. O Relatório Anual Online (RAO) também foi considerado o melhor da indústria e da América Latina.
- Eleita, pela Aviation Week & Space Technology (AWST), como a empresa aérea de melhor performance do mundo entre as companhias da mesma categoria (que apresentaram receita de US$ 1 bilhão a US$ 4 bilhões).
- O Empréstimo para Financiar Adiantamentos (PDP) de Aeronaves foi premiado pela publicação britânica Jane's Transport Finance, como o Empréstimo do Ano na América do Sul.
- Nomeada, pela revista Institutional Investor, como uma das companhias mais transparentes ao investidor nos setores aerospacial, transportes e industriais.
- O Chief Executive Officer (CEO) da GOL foi classificado pela Revista Institutional Investor como o CEO Nº 1 nos setores aerospacial, transportes e industriais.

PERSPECTIVAS

A GLAI prosseguirá com seu modelo de negócios bem sucedido de baixos custos, com foco na qualidade e no desenvolvimento da malha das suas subsidiárias GOL e VRG. Para isso, investe na padronização da frota e na utilização inteligente de seus ativos, o que inclui aeronaves modernas e submetidas a um criterioso programa de manutenção pautado pela excelência e a adoção de conceitos operacionais que visam ao melhor aproveitamento e planejamento das rotas, de acordo com a demanda do mercado.

Com a aquisição da VRG Linhas Aéreas S.A, em 2007, a Companhia abriu novas frentes de operação, passando a atuar no mercado de vôos internacionais de longa distância para a Europa e América do Norte. A estratégia da VRG é continuar oferecendo, preferencialmente, uma malha de vôos diretos domésticos e internacionais, com serviços diferenciados e programa de milhagem para atender o segmento de passageiros que viajam a negócios ou a lazer para os principais destinos do mundo. Por meio de acordos de *interline* e *code-share* assinados entre a VRG e companhias estrangeiras, os clientes poderão viajar do Brasil para os principais destinos na Europa, Ásia, África e Oriente Médio.

Para 2008, a Companhia prevê a renovação da frota, com a completa substituição das aeronaves Boeing 737-300 por aeronaves Next Generation, entre os modelos 737-700 e 737-800. A frota para vôos internacionais de longo curso também será ampliada, com aeronaves Boeing 767-300ER. A frota consolidada será de 111 aeronaves ao final do ano de 2008, sendo 81 na GOL e 30 na VRG. A Companhia continuará a oferecer o melhor custo benefício aos seus passageiros, adicionando novos vôos no mercado interno onde há demanda suficiente e em outros centros de alta densidade de tráfego localizados na América do Sul, América do Norte e Europa, intensificando as ações

promocionais inovadoras e prosseguindo em busca da oferta de novas formas de pagamento e facilidades para que cada vez mais pessoas possam voar utilizando os serviços de GOL e VRG. O foco de nossas atenções continuará a ser o atendimento ao cliente.

INFRA-ESTRUTURA PARA O FUTURO

Em 2007 criamos uma infra-estrutura com alicerces sólidos, mediante investimentos significativos na expansão de frota, na aquisição da VRG e em tecnologia, para suportar o crescimento futuro da Companhia no médio e longo prazo, com expectativa e foco na apuração de resultados positivos.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e agentes de viagem. Destacamos a dedicação das autoridades ligadas às nossas atividades, dos representantes da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, da INFRAERO, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA e do Ministério do Turismo na busca pelo desenvolvimento do setor aéreo nacional.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2007 e 2006

Índice

Parecer dos Auditores Independentes .....

Demonstrações Financeiras Auditadas

Balanços Patrimoniais .....
Demonstrações do Resultado .....
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos .....
Demonstrações do Fluxo de Caixa .....
Demonstrações do Valor Adicionado .....
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras .....

[Página intencionalmente deixada em branco]

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado – DVA, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado - DVA foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, dos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na Nota 2 às demonstrações financeiras.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2008
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-1

Maria Helena Pettersson
CRC-1SP119891/O-0

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2007	2006	2007	2006
ATIVO					
Circulante					
Disponibilidades		**98.656**	136.332	**916.164**	699.990
Investimentos de curto prazo	3	**169.485**	473.166	**516.637**	1.006.356
Contas a receber	4	**-**	-	**916.133**	659.306
Estoques	5	**-**	-	**215.777**	75.165
Impostos diferidos e a compensar	6	**36.139**	13.467	**65.247**	73.451
Dividendos a receber		**138.049**	173.372	**-**	-
Despesas antecipadas		**2.323**	464	**143.756**	64.496
Créditos com empresas de arrendamento		**142.098**	86.047	**149.729**	87.808
Outros créditos e valores		**30**	265	**144.484**	58.009
Total do ativo circulante		**586.780**	883.113	**3.067.927**	2.724.581
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos em garantia	7	**-**	-	**163.480**	72.709
Impostos diferidos	6	**40.725**	-	**367.088**	23.466
Créditos com empresas de arrendamento		**-**	130.068	**-**	145.593
Créditos com empresas relacionadas	16	**90.832**	-	**-**	-
Outros créditos e valores		**740**	-	**5.601**	2.893
Total do realizável a longo prazo		**132.297**	130.068	**536.169**	244.661
Ativo Permanente					
Investimentos	8	**1.784.827**	1.179.229	**884.847**	2.281
Imobilizado (inclui adiantamentos para aquisição de aeronaves de R$ 695.538 em 2007 e R$ 436.911 em 2006)	9	**-**	-	**1.251.423**	795.393
Diferido	10	**274**	-	**24.462**	13.252
Total do ativo permanente		**1.785.101**	1.179.229	**2.160.732**	810.926
Total do ativo não circulante		**1.917.398**	1.309.297	**2.696.901**	1.055.587
Total do ativo		**2.504.178**	2.192.410	**5.764.828**	3.780.168

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2007 e 2006

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2007**	**2006**	**2007**	**2006**
PASSIVO					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	**-**	-	**824.132**	140.688
Fornecedores		**597**	185	**326.364**	124.110
Arrendamentos a pagar		**-**	-	**35.982**	18.250
Obrigações trabalhistas		**-**	-	**163.437**	87.821
Provisão para imposto de renda e contribuição social		**1.592**	44.478	**68.013**	100.177
Taxas e tarifas aeroportuárias		**-**	-	**84.319**	39.217
Transportes a executar	2a e 12	**-**	-	**472.860**	335.268
Dividendos e juros sobre o capital próprio		**75.610**	42.961	**75.610**	42.961
Programa de milhagem	13	**-**	-	**50.080**	-
Outras obrigações		**561**	36.827	**91.727**	67.023
Total do passivo circulante		**78.360**	124.451	**2.192.524**	955.515
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	**-**	-	**1.066.102**	726.981
Provisão para contingências	14	**-**	-	**32.075**	5.715
Contas a pagar a empresas relacionadas		**7.926**	-	**-**	-
Outras obrigações		**6.900**	-	**63.135**	23.998
Total do passivo não circulante		**14.826**	**-**	**1.161.312**	**756.694**
Patrimônio líquido					
Capital social		**1.363.946**	993.654	**1.363.946**	993.654
Reservas de capital		**89.556**	89.556	**89.556**	89.556
Reservas de lucros		**954.823**	989.071	**954.823**	989.071
Ajustes de avaliação patrimonial	2r	**2.667**	(4.322)	**2.667**	(4.322)
Total do patrimônio líquido		**2.410.992**	2.067.959	**2.410.992**	2.067.959
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.504.178**	2.192.410	**5.764.828**	3.780.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2007**	**2006**	**2007**	**2006**
Receita operacional bruta					
Transporte de passageiros	2	**-**	-	**4.742.439**	3.722.046
Transporte de cargas	2	**-**	-	**171.968**	126.096
Outras	2	**-**	-	**244.019**	103.716
		-	-	**5.158.426**	3.951.858
Impostos e contribuições		**-**	-	**(191.164)**	(149.841)
Receita operacional líquida		**-**	-	**4.967.262**	3.802.017
Custo dos serviços prestados	19	**-**	-	**(4.403.438)**	(2.577.111)
Lucro bruto		**-**	-	**563.824**	1.224.906
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	19	**-**	-	**(367.866)**	(414.597)
Despesas administrativas	19	**(8.436)**	(8.664)	**(256.182)**	(201.367)
Despesas financeiras	20	**(131.821)**	(11.241)	**(407.415)**	(132.678)
Receitas financeiras	20	**136.509**	238.201	**513.613**	399.376
Outras receitas		**-**	48.665	**-**	-
		(3.748)	266.961	**(517.850)**	(349.266)
Resultados de participações societárias					
Equivalência patrimonial		**227.133**	536.315	**-**	-
Resultados não-operacionais	9	**-**	-	**(34.354)**	98.071
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**223.385**	803.276	**11.620**	973.711
Imposto de renda e contribuição social	6	**45.142**	(118.804)	**256.907**	(289.239)
Lucro líquido do exercício		**268.527**	684.472	**268.527**	684.472
Quantidade de ações em circulação no final do exercício		**202.300.255**	196.206.466	**202.300.255**	196.206.466
Lucro por ação (R$)		**1,33**	3,49	**1,33**	3,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros				
	Capital subscrito	**Capital a realizar**	**Ágio na conferência de ações**	**Reserva especial de ágio de controlada**	**Reserva legal**	**Reserva para reinvestimento**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2005	992.943	(1.739)	60.369	29.187	33.215	452.529	6.411	-	1.572.915
Aumento de capital	711	1.739	-	-	-	-	-	-	2.450
Resultado não-realizado de hedge, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	(10.733)	-	(10.733)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	684.472	684.472
Destinação dos lucros:									
Reserva Legal	-	-	-	-	34.224	-	-	(34.224)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(181.145)	(181.145)
Reserva para reinvestimento	-	-	-	-	-	469.103	-	(469.103)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	**993.654**	**-**	**60.369**	**29.187**	**67.439**	**921.632**	**(4.322)**	**-**	**2.067.959**
Aumento de capital em 9 de abril de 2007	**369.860**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**369.860**
Aumentos de capital por exercício de opções de compra de ações	**432**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**432**
Resultado não-realizado de hedge, líquido de impostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.989**	**-**	**6.989**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**268.527**	**268.527**
Reversão de parcela da reserva para reinvestimento	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(47.674)**	**-**	**47.674**	**-**
Destinação dos lucros:									
Reserva Legal	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.426**	**-**	**-**	**(13.426)**	**-**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(302.775)**	**(302.775)**
Saldos em 31 de dezembro de 2007	**1.363.946**	**-**	**60.369**	**29.187**	**80.865**	**873.958**	**2.667**	**-**	**2.410.992**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2007	2006	2007	2006
ORIGENS DE RECURSOS					
Recursos gerados pelas operações:					
Lucro líquido do exercício		**268.527**	684.472	**268.527**	684.472
Das operações:					
Itens que não afetam o capital circulante:					
Equivalência patrimonial		**(227.133)**	(536.315)	**-**	-
Variação cambial de investimento		**30.688**	-	**-**	-
Resultado não realizado de hedge, líquido de impostos em empresas investidas		**(6.821)**	-	**-**	-
Depreciações e amortizações	19	**-**	-	**101.741**	58.252
Impostos diferidos	6	**(40.725)**	(37.782)	**(343.622)**	(31.533)
		24.535	110.375	**26.646**	711.191
Dos acionistas:					
Aumento de capital	17 a	**370.292**	2.450	**370.292**	2.450
		370.292	2.450	**370.292**	2.450
De terceiros:					
Efeito líquido dos itens não circulantes integrantes do acervo da VRG		**-**	-	**27.116**	-
Aumento do passivo não circulante		**7.926**	-	**64.336**	727.279
Reclassificações do ativo circulante para não circulante		**130.068**	-	-	-
Transferências do ativo circulante para o não circulante referente a créditos com empresas de arrendamento		-	-	**175.163**	-
Empréstimos		**-**	-	**465.635**	-
Recebimento de dividendos		**173.717**	-	**-**	-
Redução dos investimentos		**-**	395.763	**-**	-
Resultado não-realizado de hedge, liquido de impostos	23	**6.989**	-	**6.989**	-
Total das origens de recursos		**713.527**	508.588	**1.136.177**	1.440.920
APLICAÇÕES DE RECURSOS					
Nas operações					
Dividendos e juros sobre o capital próprio		**302.775**	181.145	**302.775**	181.145
Investimentos em controladas		**569.148**	-	**883.296**	452
Aquisição de bens do imobilizado, incluindo adiantamentos para aquisição de aeronaves		**-**	-	**564.564**	273.654
Resultado não-realizado de hedge, liquido de impostos		**-**	10.733	**-**	10.733
Aplicações no ativo diferido		**-**	-	**16.157**	-
Transferências para o passivo circulante		**-**	-	**132.116**	-
Aumento de crédito com empresas relacionadas e outros		**91.846**	47.191	**130.932**	99.051
Total das aplicações de recursos		**963.769**	239.069	**2.029.840**	565.035
Aumento (diminuição) do capital circulante líquido		**(250.242)**	269.519	**(893.663)**	875.885
Variação do capital circulante líquido					
Ativo circulante:					
No final do exercício		**586.780**	883.113	**3.067.927**	2.724.581
No início do exercício		**883.113**	608.447	**2.724.581**	1.546.707
		(296.333)	274.666	**343.346**	1.177.874
Passivo circulante:					
No final do exercício		**78.360**	124.451	**2.192.524**	955.515
No início do exercício		**124.451**	119.304	**955.515**	653.526
		(46.091)	5.147	**1.237.009**	301.989
Aumento do capital circulante líquido		**(250.242)**	269.519	**(893.633)**	875.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Lucro líquido do exercício	268.527	684.472	268.527	684.472
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação	-	-	101.741	58.252
Provisão para devedores duvidosos	-	-	12.931	5.476
Impostos diferidos	(45.142)	(37.782)	(368.035)	(31.533)
Equivalência patrimonial	(227.133)	(536.315)	-	-
Variação cambial de investimentos	30.688	-	-	-
Variação cambial de empréstimos	-	-	(137.114)	-
Resultado não-realizado de hedge, líquido de impostos	(6.821)	-	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(232.533)	(100.824)
Estoques	-	-	(129.319)	(34.482)
Despesas antecipadas, tributos a recuperar e outros créditos e valores	53.398	(135.533)	(50.904)	(298.615)
Fornecedores	412	185	137.469	50.186
Transportes a executar	-	-	98.800	117.468
Programa de milhagem	-	-	(20.810)	-
Impostos a pagar	(42.886)	27.427	(32.168)	42.991
Obrigações trabalhistas	-	-	72.169	69.904
Provisão para contingências e outras	-	-	26.360	298
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	(58.521)	-	(58.521)
Outras obrigações	(103.545)	36.056	49.978	(6.711)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(72.502)	(20.011)	(202.908)	498.361
Atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	303.681	(262.758)	489.719	(266.625)
Atividades de investimentos	(201.297)	571.897	(194.087)	(452)
Dividendos recebidos	173.717			
Depósitos em garantia de contratos de arrendamento	-	-	54.822	(11.169)
Aquisição de imobilizado, incluindo adiantamentos para aquisição de aeronaves	-	-	(541.573)	(273.654)
Outros	-	-	(16.157)	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimentos	276.101	309.139	(207.276)	(551.900)
Atividades de financiamentos:				
Empréstimos	-	-	867.633	813.653
Aumento de capital	2.441	2.450	2.441	2.450
Dividendos pagos	(250.705)	(181.145)	(250.705)	(181.145)
Resultados não-realizados de hedge, líquido de impostos	6.989	(10.733)	6.989	(10.733)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	(241.275)	(189.428)	626.358	624.225
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa	(37.676)	99.700	216.174	570.686
Disponibilidades no início do exercício	136.332	36.632	699.990	129.304
Disponibilidades no final do exercício	98.656	136.332	916.164	699.990
Informações suplementares:				
Juros pagos durante o ano	-	-	163.764	64.786
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o ano	-	81.022	85.070	251.868
Transações que não afetam o caixa:				
Reserva especial de ágio	5.838	5.838	5.838	5.838
Aumento de capital mediante emissão de ações para aquisição da VRG	367.851	-	367.851	-
Ágio apurado sobre passivo a descoberto da VRG	-	-	507.827	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
RECEITAS				
Transporte de passageiros, cargas e outras receitas de passageiros	**-**	-	**5.158.426**	3.951.858
Provisão para devedores duvidosos	**-**	-	**(12.931)**	(10.366)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)				
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	**-**		**(1.898.840)**	(1.227.001)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(8.121)**	(8.664)	**(1.181.079)**	(666.954)
Seguros de aeronaves	**-**	-	**(44.646)**	(30.169)
Comerciais e publicidade	**-**	-	**(354.935)**	(414.597)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**(8.121)**	(8.664)	**1.665.995**	1.602.771
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	**-**	-	**(101.740)**	(58.252)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**(8.121)**	(8.664)	**1.564.255**	1.544.519
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Créditos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	**45.142**	-	**368.035**	-
Resultados de participação societárias	**227.133**	536.315	**-**	-
Resultado financeiro	**51.233**	226.960	**289.568**	266.698
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**270.718**	679.389	**2.221.858**	1.752.116
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	**(21)**	-	**(659.244)**	(410.820)
Governo	**(2.168)**	(118.804)	**(469.839)**	(439.080)
Financiadores	**(2)**	-	**(162.715)**	(64.786)
Lessores	**-**	-	**(661.533)**	(276.845)
Acionistas	**(302.775)**	(181.145)	**(302.775)**	(181.145)
Reinvestido	**34.248**	(379.440)	**34.248**	(379.440)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**(270.718)**	(679.389)	**(2.221.858)**	(1.752.116)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (Companhia ou GLAI) é a controladora das companhias aéreas brasileiras Gol Transportes Aéreos S.A. (GOL), companhia de baixo custo e baixa tarifa e VRG Linhas Aéreas S.A. (VRG), companhia de serviços diferenciados. A estratégia da Companhia é crescer e aumentar os lucros de seus negócios, popularizando e estimulando a demanda de transporte aéreo seguro e de alta qualidade para passageiros em viagens de negócios e lazer, mantendo seus custos entre os menores dentre as empresas de transporte aéreo mundiais. A frota simplificada da Companhia está entre as mais novas e modernas do setor e é operada com baixos custos e altos índices de utilização e eficiência. A Companhia oferece classe única de serviços na GOL e na VRG para vôos domésticos e classes econômica e executiva, para vôos internacionais na VRG.

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. foi constituída em 12 de março de 2004, tendo como acionistas as empresas do Grupo Áurea: Aeropar Participações S.A e Comporte Participações S.A. Em março de 2006, em decorrência de reorganização societária, as participações da Aeropar Participações S.A. e da Comporte Participações S.A. foram transferidas para o Fundo de Investimento em Participações ASAS.

A controlada GOL, constituída em 1º de agosto de 2000, tem como objeto social principal o transporte aéreo regular e não-regular nacional e internacional de passageiros, carga e mala postal, sob o regime de concessão conforme autorização da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (antigo Departamento de Aviação Civil – DAC), do Ministério da Aeronáutica, por meio da Portaria n° 1109/DGAC de 18 de agosto de 2000.

A GOL é uma companhia aérea de baixo custo e baixa tarifa que oferece serviços de transporte aéreo regular e não-regular entre cidades brasileiras e também para cidades na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile e Peru. Em 31 de dezembro de 2007 a GOL operava uma frota de 78 aeronaves, composta por 36 Boeing 737-800, 30 Boeing 737-700 e 12 Boeing 737-300. Em 31 de dezembro de 2007, a GOL operava vôos para 59 destinos sendo 51 no Brasil, 3 na Argentina, 1 na Bolívia, 1 no Paraguai, 1 no Uruguai, 1 no Chile e 1 no Peru.

1. Contexto Operacional--Continuação

Em 9 de abril de 2007, a Companhia assumiu o controle da VRG Linhas Aéreas S.A. (VRG). A VRG opera vôos domésticos e internacionais com a marca VARIG oferecendo serviços diferenciados e incorporando um modelo operacional de alta eficiência com as melhores práticas de gestão. A aquisição da VRG foi aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) em 4 de abril de 2007. A aquisição da VRG está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A VRG foi adquirida e integrada incorporando as melhores práticas de eficiência operacional e oferece serviços diferenciados de transporte aéreo regular nos principais centros econômicos do país e em mercados de alto tráfego na América do Sul e na Europa. A VRG opera no mercado doméstico com classe única de serviços e em rotas internacionais de longa distância oferece serviços nas classes econômica e executiva. A VRG oferece também um programa de milhagem (Smiles). Em 31 de dezembro de 2007, a VRG operava uma frota de 33 aeronaves, composta por 7 Boeing 737-800, 1 Boeing 737-700, 16 Boeing 737-300 e 9 Boeing 767-300. Em 31 de dezembro de 2007, a VRG operava vôos para 23 destinos sendo 14 no Brasil, 1 na Argentina, 1 na Colômbia, 1 na Venezuela, 1 na Alemanha, 1 na França, 1 na Itália, 1 na Inglaterra, 1 no México e 1 no Chile.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 com a Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC e de Ações com Tag Along Diferenciado – ITAG, criados para diferenciar as empresas que se comprometem a adotar práticas diferenciadas de governança corporativa. As Informações Trimestrais da Companhia contemplam as exigências adicionais do Novo Mercado BOVESPA.

As demonstrações financeiras estão apresentadas com observância do pronunciamento do IBRACON NPC 27 – Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações. A autorização para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração do dia 12 de fevereiro de 2008.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras incluem as contas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e das controladas diretas Gol Transportes Aéreos S.A., GTI S.A., GAC Inc., e Gol Finance e indiretas VRG Linhas Aéreas S.A. e SKY Finance.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2007 não são comparáveis àquelas apresentadas em 31 de dezembro de 2006 em decorrência da aquisição da controlada VRG, consolidada a partir de 9 de abril de 2007. A VRG iniciou suas operações como concessionária para prestação de serviços de transportes aéreos em 14 de dezembro de 2006 e em razão do seu processo de formação e histórico recente, não existem informações para elaboração de demonstrações financeiras pro-forma dos períodos anteriores para fins de comparabilidade.

As Demonstrações de Informações de Natureza Ambiental e Social – elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (não auditadas), estão apresentadas como informação suplementar consideradas relevantes para o mercado.

As rubricas de outros créditos e valores e de créditos com empresas de arrendamento no ativo circulante, depósitos em garantia, outros créditos e valores e do diferido no ativo não circulante e dos arrendamentos a pagar, seguros e participação dos empregados nos lucros no passivo circulante foram agrupadas, segregadas ou reclassificadas para adequação com a apresentação atual. Durante 2007, a Companhia revisou a apresentação dos juros sobre o capital próprio nas demonstrações financeiras com o objetivo de melhorar o entendimento dos seus resultados operacionais. As informações detalhadas sobre os juros sobre o capital próprio encontram-se na Nota 17.

As principais práticas contábeis e os critérios de consolidação adotados pela Companhia estão descritos a seguir:

a) Reconhecimento de receitas

As receitas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas de transporte de passageiros são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços. As passagens vendidas e correspondentes aos transportes a executar são demonstrados no passivo circulante, tendo como prazo de utilização o período de um ano.

As receitas de transporte de cargas são reconhecidas quando o transporte é executado. As outras receitas são representadas por serviços de fretamento, taxas de alteração de reservas de vôos e outros serviços, as quais são reconhecidas quando os serviços são prestados.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

b) Disponibilidades, aplicações financeiras e investimentos de curto prazo

As aplicações financeiras com vencimento não superior a 90 dias da data do balanço são classificadas como disponibilidades e estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. Os investimentos de curto prazo em títulos de renda fixa, renda variável, títulos públicos e Certificados de Depósitos Bancários – CDB, referem-se a aplicações financeiras resgatáveis em prazo superior a 90 dias da data do balanço e são representados por títulos adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, classificados como títulos disponíveis para negociação. Tais investimentos são avaliados e contabilizados pelo valor justo de mercado determinado com base em cotações obtidas em um mercado ativo, decorrente de transações realizadas entre partes independentes. Caso não haja um mercado ativo para o investimento, são efetuadas estimativas com base em valores obtidos em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares ou por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação. Os ganhos e perdas realizados e não realizados referentes aos investimentos de curto prazo são reconhecidos no resultado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas estimadas, mediante análise histórica dos valores em atraso na realização das contas a receber considerando os riscos relacionados à natureza dos créditos.

d) Estoques

Os estoques são compostos por materiais de consumo, peças e materiais de manutenção, incluem as importações em andamento e estão apresentados ao seu custo de aquisição, reduzido por provisões para obsolescência, quando aplicável, não superando o valor de mercado.

e) Depósitos em garantia

Incluem os depósitos em garantia de contratos e depósitos judiciais. Conforme requerido pelos contratos de arrendamento operacional, a Companhia efetua depósitos como garantias para as empresas de arrendamento mercantil. Esses depósitos são denominados em dólares norte-americanos, não rendem juros e são reembolsáveis ao término dos contratos.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, utilizando as demonstrações financeiras das controladas elaboradas na mesma data, com base em práticas contábeis consistentes com as da Companhia. As demonstrações financeiras da Gol Finance, GAC Inc. e SKY Finance são convertidas para reais considerando que sua moeda funcional é o Real e que determinados itens não monetários são mantidos ao custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio histórica da data da transação. Os itens monetários são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data do balanço, com as correspondentes variações cambiais reconhecidas no resultado financeiro.

O ágio decorrente da aquisição de investimentos, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura será amortizado de acordo com a projeção de realização dos lucros no prazo máximo de até 10 anos a partir da data em que os benefícios comecem a ser gerados. A análise da recuperação do ágio é efetuada anualmente com base nas projeções dos resultados atualizadas aprovadas pelo Conselho de Administração.

g) Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, que inclui os encargos financeiros incorridos durante a fase de construção das aeronaves, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. As benfeitorias em bens de terceiros, aeronaves, móveis e bases aeroportuárias são depreciadas com base no prazo dos contratos de aluguel ou arrendamentos. A recuperação dos ativos imobilizados no curso das operações futuras é avaliada periodicamente.

No imobilizado também são registrados os pré-pagamentos de aeronaves em construção que incluem os encargos financeiros incorridos durante a fase de construção das aeronaves.

Os resultados auferidos nas transações de sale-leaseback são reconhecidos integralmente na data da transação no resultado não operacional.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

h) Diferido

O diferido é composto pelo saldo remanescente dos gastos pré-operacionais, gastos com projetos e despesas que beneficiarão exercícios futuros e são amortizáveis no prazo de 2 a 5 anos.

i) Ativos e obrigações em moeda estrangeira ou sujeitos a indexação

São atualizados com base nas taxas de câmbio e índices vigentes na data do balanço.

j) Programa de milhagem

A VRG oferece um programa de milhagem denominado Smiles que consiste na conversão de milhas acumuladas pelos passageiros ao utilizarem os vôos da VRG e os serviços e produtos contratados com empresas não-aéreas do segmento financeiro, petroleiro, hoteleiro e securitário em prêmios e passagens. As obrigações relacionadas com milhas emitidas, acumuladas e não resgatadas são reconhecidas por meio de uma provisão registrada em contrapartida de despesas comerciais. A provisão é estimada utilizando o total estimado de bilhetes a conceder e valorizados com base no custo incremental que consiste no custo adicional por passageiro embarcado. As receitas decorrentes de milhas vendidas para parceiros do programa de milhagem Smiles são registradas como outras receitas quando vendidas.

l) Arrendamentos operacionais

As obrigações contratuais mensais decorrentes dos contratos de arrendamento operacional de aeronaves sem cláusula de opção de compra são apropriadas ao resultado quando incorridas. Adicionalmente, os contratos de arrendamento estabelecem as condições em que as aeronaves devem ser retornadas ao término do período do arrendamento. Dependendo das condições de utilização e manutenção das aeronaves e de seus componentes, na data do término dos contratos, a Companhia poderá ser requerida a efetuar pagamentos adicionais às empresas de arrendamento relativos a essas obrigações contratuais. A Companhia provisiona esses custos, se algum, na data em que os mesmos possam ser estimados e que o desembolso seja provável.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

m) Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras representam os juros auferidos, variações cambiais de ativos, ganhos com investimentos financeiros e com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras incluem as despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais e monetárias de passivos e perdas com instrumentos financeiros derivativos.

n) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 ao ano, e a contribuição social é constituída à alíquota de 9% sobre a base tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são decorrentes dos prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e das adições temporárias ao lucro tributável. Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos acumulados e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros observadas as limitações legais.

o) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação dos empregados nos lucros é constituída, mensalmente, condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas e registrada como despesas com pessoal.

p) Provisão para contingências

A provisão para contingências é constituída com amparo em pareceres de consultores jurídicos por montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

q) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativas com base em premissas que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

r) Consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma horizontalmente os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação das participações da controladora no capital, na reserva e no resultado acumulado das controladas. Os fundos exclusivos registrados como investimentos de curto prazo estão consolidados.

s) Destinação do lucro

As demonstrações financeiras refletem a proposta do Conselho de Administração para a destinação do lucro líquido do exercício sujeitas à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

t) Derivativos

Para proteger uma parte da exposição da Companhia das variações das taxas de câmbio e do aumento dos preços dos combustíveis e taxa de juros, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos de petróleo, câmbio e taxa de juros. Esses instrumentos consistem principalmente em futuros, opções, collars e swaps.

Como não existe um mercado futuro para combustível de aviação no Brasil, a Companhia usa derivativos internacionais para gerenciar sua exposição aos aumentos do preço de combustível. Existe alta correlação entre preços internacionais de petróleo e os preços do combustível de aviação no Brasil, tornando os derivativos de petróleo efetivos na compensação de variações nos preços de combustível de aviação e servindo como proteção de curto-prazo contra aumentos bruscos no preço médio de combustível de aviação.

A Companhia mensura a efetividade dos derivativos em relação às variações nos preços dos ativos objeto de *hedge*. Como a maioria dos derivativos de combustível da Companhia não é negociada em bolsa, a Companhia estima seus valores justos a partir de métodos de avaliação do valor presente por desconto de fluxos de caixa futuros, ou por modelos de avaliação de opções, os quais utilizam premissas sobre os preços de mercado das commodities. Adicionalmente, como não há um mercado futuro confiável para combustível de aviação no Brasil, a Administração estima os preços futuros de combustível de aviação com base nas curvas futuras internacionais para mensurar a efetividade dos derivativos em compensar as variações nos preços.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

t) Derivativos--Continuação

Visando registrar, demonstrar e divulgar as transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas pela Companhia e suas controladas, amparadas nas suas políticas formais de gerenciamento de riscos, a Companhia e as controladas mensuram a efetividade dos instrumentos financeiros derivativos utilizados com o propósito específico de cobertura de riscos de mercado com base em seus valores justos, e reconhecer a parcela não-efetiva dos resultados realizados das transações com instrumentos financeiros derivativos diretamente no resultado financeiro do exercício, ao passo que a parcela efetiva dos resultados é reconhecida de forma a ajustar as receitas e despesas relacionadas aos itens objeto da cobertura contratada. Conforme as normas de contabilidade de *hedge*, os ganhos e perdas de derivativos em operações de *hedge* efetivas são mantidos líquidos de impostos, na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, e reconhecidos no resultado na mesma data em que as despesas objeto da cobertura são incorridas.

A política contábil para mensuração da efetividade dos instrumentos derivativos foi definida com base na política de gerenciamento de riscos da Companhia que considera efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em práticas usuais de mercado, usando os valores de fechamento no período e cotações subjacentes relevantes, exceto para os contratos de opção, cujos valores são determinados por meio da adoção de metodologia de precificação (*Black & Scholes*), sendo as variáveis e informações relativas aos coeficientes de volatilidade obtidas por meio de reconhecidos provedores de informações de mercado.

u) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço.

v) Informação por segmento de negócios

As informações por segmento estão apresentadas de forma consistente com as informações apresentadas nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América – USGAAP e incluem as receitas segregadas geograficamente.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

x) Conciliação com as divulgações USGAAP

As ações preferenciais da Companhia são negociadas sob a forma de American Depositary Shares – ADS na New York Stock Exchange – NYSE nos Estados Unidos da América, e a Companhia está sujeita às normas da Securities and Exchange Commission – SEC. A Companhia elabora demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América – USGAAP. Visando atender às necessidades de informações dos mercados em que opera, a Companhia tem por prática divulgar suas demonstrações financeiras societárias e USGAAP simultaneamente.

As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem dos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América – USGAAP aplicáveis ao ramo de transportes aéreos. Em 31 de dezembro de 2007, o resultado do exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é maior em R$166.014 (R$126.120 em 31 de dezembro de 2006) e o patrimônio líquido apresentado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia é maior em R$ 35.729 (menor em R$ 126.424 em 31 de dezembro de 2006) em comparação com as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o USGAAP.

Em 31 de dezembro de 2007, a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido é como segue:

	Patrimônio Líquido	**Lucro Líquido**
Pela legislação societária	2.410.992	268.527
Programa de milhagem	(28.931)	(28.931)
Depósitos para manutenção	322.354	58.704
Arrendamento de aeronaves	8.964	8.565
Imposto de renda diferido	(100.230)	(29.950)
Resultados das transações de sale-leaseback	(823)	57.524
Despesas diferidas	(21.980)	(8.765)
Efeitos da aquisição da VRG	(230.294)	(224.155)
Outros	15.211	994
USGAAP	2.375.263	102.513

Existem ainda certas diferenças de classificação, de itens do ativo, passivo e resultados.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

z) Lei 11.638

Em 28 de dezembro de 2007 a Lei No. 11.638 foi sancionada pelo presidente da república. A Lei No. 11.638 altera e revoga dispositivos da Lei No. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei No. 6.385 de 7 de dezembro de 1976.

Os requerimentos desta Lei aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados a partir de 1º. de janeiro de 2008, contemplando as seguintes modificações aplicáveis à Companhia:

- Os lançamentos de ajustes contábeis efetuados exclusivamente para atender às normas contábeis, não são tributáveis ou dedutíveis;
- Em algumas combinações de negócios realizadas entres partes não relacionadas, os ativos e passivos adquiridos serão contabilizados pelo valor de mercado;
- Os bens objeto de arrendamento mercantil financeiro devem ser registrados no ativo imobilizado;
- Alguns ativos financeiros destinados devem ser avaliados pelo valor de mercado;
- Alguns ativos e passivos devem ser ajustados ao seu valor presente, especialmente os de longo prazo;
- Os ajustes a valor de mercado dos ativos e passivos devem ser registrados em uma nova conta denominada ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido;

A Administração da Companhia entende que ainda não é possível antecipar os efeitos da Lei No. 11.638 sobre os resultados das operações e sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia para o exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2008 e, retrospectivamente, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, quando apresentadas comparativamente com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008.

3. Investimentos de Curto Prazo

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Investimentos de curto prazo:				
Certificados de depósito bancário – CDB	**72.024**	289.373	**125.720**	449.374
Títulos públicos	**97.461**	183.793	**107.211**	207.057
Aplicações de renda fixa no exterior	**-**	-	**283.706**	349.925
	169.485	473.166	**516.637**	1.006.356

A Companhia e suas controladas detêm 100% das quotas de fundos de investimento exclusivos, constituídos sob a forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração e que têm neutralidade tributária, resultando em benefícios para seus quotistas. As aplicações nos fundos de investimento exclusivos têm liquidez diária. A administração das carteiras dos fundos exclusivos é realizada por administradores externos que seguem as políticas de investimento determinadas pela Companhia.

Os fundos de investimento participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que visam administrar a exposição da Companhia a riscos de mercado e taxas de câmbio. Em 31 de dezembro de 2007, existem aplicações financeiras no valor de R$ 8.210 (R$9.565 em 31 de dezembro de 2006), vinculadas a garantias de contrato de *hedge*. As informações relativas às políticas de gerenciamento de riscos e as posições dos instrumentos financeiros derivativos abertos encontram-se detalhadas na Nota 23.

Os investimentos em CDB apresentam remuneração média, líquida de impostos, de aproximadamente 0,90% a.m. com base na variação do CDI e podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da receita reconhecida.

As aplicações em títulos de renda fixa no exterior referem-se a títulos emitidos por bancos internacionais (“time deposits” e swaps) que, conjuntamente, rendem juros de aproximadamente 0,83% a.m., títulos federais emitidos pelo Governo Austríaco, que rendem juros, líquidos de impostos, de aproximadamente 0,65% a.m. e títulos do Governo Americano (T-Bills).

4. Contas a Receber

	Consolidado	
	2007	**2006**
Moeda Nacional:		
Administradoras de cartões de crédito	**674.380**	524.296
Agências de viagens	**117.933**	68.320
Vendas parceladas	**76.017**	38.826
Agências de cargas	**18.178**	10.330
Outros	**21.810**	7.191
	908.318	648.963
Moeda Estrangeira	**31.112**	20.709
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(23.297)**	(10.366)
	916.133	659.306

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2007	**2006**
Saldo no início do exercício	**10.366**	4.890
Adições	**19.865**	8.037
Recuperações	**(6.934)**	(2.561)
Saldo no final do exercício	**23.297**	10.366

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2007	**2006**
A vencer	**899.032**	656.682
Vencidas até 30 dias	**20.447**	1.762
Vencidas de 31 a 60 dias	**2.694**	1.064
Vencidas de 61 a 90 dias	**3.091**	382
Vencidas de 91 a 180 dias	**2.964**	1.287
Vencidas de 181 a 360 dias	**3.219**	3.675
Vencidas acima de 360 dias	**7.983**	4.820
	939.430	669.672

Conforme descrito na Nota 11, em 31 de dezembro de 2007, as contas a receber de administradoras e agências de viagem no valor de R$ 21.262 (R$ 25.664 em 31 de dezembro de 2006) estão vinculadas a garantias de contratos de empréstimos.

5. Estoques

	Consolidado	
	2007	**2006**
Materiais de consumo	**17.958**	4.701
Peças e materiais de manutenção	**103.833**	45.763
Adiantamentos a fornecedores	**44.492**	20.024
Importações em andamento	**44.528**	-
Outros	**4.966**	4.677
	215.777	75.165

Conforme descrito na Nota 11, em 31 de dezembro de 2007, o penhor de peças e equipamentos no valor de R$ 91.395 estão vinculados a garantia de contrato de empréstimo.

6. Impostos Diferidos e a Compensar e Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Impostos a recuperar ou compensar				
PIS e COFINS	**-**	26	**1.293**	1.349
ICMS	**-**	-	**2.541**	
Antecipações de IRPJ e CSSL	**8.164**	5.799	**9.358**	37.500
IRRF sobre aplicações financeiras	**9.616**	-	**10.074**	9.386
Retenção de impostos de órgãos públicos	**-**	-	**6.960**	-
Imposto de valor agregado recuperável	**-**		**7.250**	
Outros	**6.723**	424	**8.093**	12.161
	24.503	6.249	**45.569**	60.396
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Créditos sobre prejuízos fiscais acumulados	**38.501**	5.308	**141.281**	5.308
Base negativa de contribuição social	**13.860**	1.910	**52.361**	1.910
	52.361	7.218	**193.642**	7.218
Diferenças temporárias:				
Provisões para perda com ativos	**-**	-	**132.554**	-
Provisão para contingências	**-**	-	**15.422**	12.158
Provisão para devedores duvidosos	**-**	-	**24.843**	3.524
Provisão para manutenção de equipamentos	**-**	-	**7.500**	-
Outros	**-**	-	**5.022**	-
	-	-	**185.341**	15.682
Créditos fiscais resultantes de incorporação	**-**	-	**7.783**	13.621
	52.361	7.218	**386.766**	36.521
	76.864	13.467	**432.335**	96.917
Curto prazo	**(36.139)**	(13.467)	**(65.247)**	(73.451)
Longo prazo	**40.725**	-	**367.088**	23.466

6. Impostos Diferidos e a Compensar e Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social--Continuação

Os créditos fiscais decorrentes da incorporação da BSSF II Holdings Ltda. pela controlada GOL, ocorrida em 29 de março de 2004, estão sendo amortizados de forma linear em 60 meses desde maio de 2004.

Em 31 de dezembro de 2007, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. As projeções de geração de lucros tributáveis futuros, tecnicamente elaboradas e amparadas nos planos de negócio da Companhia e das suas controladas indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização dos créditos fiscais diferidos no prazo estimado de cinco anos. Os créditos fiscais da controlada recém adquirida VRG foram avaliados levando-se em consideração as projeções de lucros futuros elaboradas sob a responsabilidade da nova Administração, com base em estudos e premissas econômico-financeiras e de negócios que consideram a sua reestruturação societária financeira e operacional.

A Companhia revisou suas projeções de geração de lucros tributáveis, em decorrência das condições operacionais adversas do exercício de 2007 e da aquisição da VRG. A estimativa de realização dos créditos fiscais, considerando o período de 12 meses de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, é como segue:

	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Controladora	11.636	18.430	22.295	-	-	52.361
GOL	5.837	27.865	-	-	-	33.702
VRG	2.080	49.120	70.270	89.225	89.883	300.578
GTI	125	-	-	-	-	125
Consolidado	19.678	95.415	92.565	89.225	89.883	386.766

6. Impostos Diferidos e a Compensar e Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social--Continuação

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação da alíquota fiscal estatutária combinada com os valores refletidos no resultado, está demonstrada a seguir:

	Imposto de renda e contribuição social			
	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2007**	**2006**	**2007**	**2006**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**223.385**	803.276	**11.620**	973.711
Alíquota fiscal combinada	**34,00%**	34,00%	**34,00%**	34,00%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**(75.950)**	(273.114)	**(3.951)**	(331.062)
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Imposto de renda sobre equivalência patrimonial	**60.523**	114.215	**-**	-
Benefício sobre apuração de IRPJ e CSLL diferidos em controladas	**-**	-	**171.886**	9.956
Imposto de renda sobre diferenças permanentes	**11.408**	(2.027)	**39.811**	(10.255)
Efeito tributário de juros sobre capital próprio	**49.161**	42.122	**49.161**	42.122
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social	**45.142**	(118.804)	**256.907**	(289.239)
Alíquota efetiva	**-**	17,50%	**-**	34,00%
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	(81.022)	**(111.128)**	(257.706)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**45.142**	(37.782)	**368.035**	(31.533)
	45.142	(118.804)	**256.907**	(289.239)

7. Depósitos em Garantia

	Consolidado	
	2007	**2006**
Depósitos em garantia de contratos de arrendamentos de aeronaves	**97.439**	40.787
Depósitos judiciais	**66.041**	31.922
	163.480	72.709

Os depósitos em garantia de contratos de arrendamento são denominados em dólares norte-americanos e são integralmente resgatados por ocasião do vencimento dos contratos de arrendamento caso não ocorra a inadimplência nos pagamentos das obrigações contratuais.

Os depósitos judiciais referem-se a garantias de passivos contingentes relativos a processos trabalhistas, cíveis e tributários.

8. Investimentos em Controladas

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Gol Transportes Aéreos S.A.	**717.799**	700.692	**-**	-
GTI S.A.	**615.657**	-	**-**	-
GAC Inc.	**451.371**	478.537	**-**	-
VRG Linhas Aéreas S.A.	**-**	-	**883.296**	-
Outros investimentos	**-**	-	**1.551**	2.281
	1.784.827	1.179.229	**884.847**	2.281

Em 28 de março de 2007, a Companhia por meio de sua controlada GTI S.A., anunciou a aquisição de 100% da ações da VRG Linhas Aéreas S.A. (VRG) pelo valor de R$ 568.263, dos quais R$ 200.412 foram pagos em moeda corrente nacional e R$ 367.851 foram pagos mediante entrega de ações preferenciais da emissão da Companhia. A Companhia assumiu controle das operações da VRG em 9 de abril de 2007. Como parte desta aquisição, a controlada GTI S.A. assumiu as obrigações decorrentes do Edital do Leilão de alienação judicial da Unidade Produtiva Varig realizado em 20 de julho de 2006 pelo juízo da 1ª. Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, que deu origem à VRG. O acervo líquido adquirido, refletindo os ajustes contábeis ao balanço de abertura da VRG estava representado por um passivo a descoberto no valor de R$ 507.828.

O ágio apurado, considerando os ajustes ao acervo líquido adquirido totalizou R$883.296, excluindo os créditos capitalizáveis, no valor de R$ 192.795. O ágio está fundamentado na expectativa de lucros futuros, amparada em estudos técnicos elaborados por peritos independentes com base em premissas econômico-financeiras, e será amortizado em proporção aos benefícios esperados.

O balanço patrimonial condensado em 31 de dezembro de 2007 e a demonstração do resultado condensada do período de 9 de abril a 31 de dezembro de 2007 da controlada VRG Linhas Aéreas S.A. estão apresentados a seguir:

8. Investimentos em Controladas--Continuação

Balanço Patrimonial Condensado

Ativo		**Passivo**	
Ativo circulante	733.484	Passivo circulante	499.137
Ativo não circulante	425.568	Passivo não circulante	1.019.543
		Total do passivo	1.518.680
		Passivo a descoberto	(359.628)
Total do ativo	1.159.052	Total do passivo e passivo a descoberto	1.159.052

Demonstração do Resultado Condensada

Receita operacional bruta	595.915
Impostos e contribuições	(12.273)
Receita operacional líquida	583.642
Custo dos serviços prestados	(826.922)
Prejuízo bruto	(243.280)
Despesas operacionais	(10.282)
Prejuízo operacional	(253.562)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	300.578
Lucro líquido do período	47.016

Em decorrência de cláusula contratual de ajuste do preço de aquisição, o preço pago e, conseqüentemente, o ágio, poderão ser reduzidos em processo de arbitragem que envolve cerca de R$ 153.000, quando definido o ajuste e cumprido o contrato em conjunto com os vendedores.

8. Investimentos em Controladas--Continuação

As movimentações dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, estão demonstrados a seguir:

	Gol Transportes Aéreos S.A.	GAC Inc.	Gol Finance	GTI	Total dos Investimentos
Saldos em 31 de dezembro de 2005	685.699	-	352.978	-	1.038.677
Resultado de equivalência patrimonial	475.342	75.557	(14.584)	-	536.315
Resultados não-realizados de hedge	(10.733)	-	-	-	(10.733)
Antecipação de dividendos	(310.202)	-	-	-	(310.202)
Juros sobre capital próprio	(139.414)	-	-	-	(139.414)
Aporte de capital	-	-	64.586	-	64.586
Transferências de ativos	-	402.980	(402.980)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	700.692	478.537	-	-	1.179.229
Resultado de equivalência patrimonial	183.255	4.939	(7.833)	46.772	227.133
Resultados não-realizados de hedge	7.084	-	-	(263)	6.821
Dividendos	(173.716)	-	-	-	(173.716)
Aporte de capital	-	-	-	569.148	569.148
Variação cambial sobre investimento no exterior	484	(32.105)	933	-	(30.688)
Passivo a descoberto reclassificado	-	-	6.900	-	6.900
Saldos em 31 de dezembro de 2007	717.799	451.371	-	615.657	1.784.827

As informações relevantes sobre as controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2007, estão sumariadas a seguir:

Controladas	Quantidade total de ações possuídas	Participação %	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido das controladas
Diretas					
Gol Transportes Aéreos S.A.	451.072.648	100	526.489	717.799	138.586
GTI S.A.	799.999	100	169.148	615.657	46.772
Gol Finance	1	100	-	(7.833)	(5.008)
GAC Inc.	1	100	-	451.371	4.939
Indiretas					
VRG Linhas Aéreas S.A.	1.015.450.268	100	307.395	(359.628)	47.016
SKY Finance	1	100	-	(7.372)	(7.372)

Os créditos e transações entre a controladora e suas controladas estão detalhados na Nota 16. As controladas não possuem ações negociadas em bolsa.

Como parte do processo de aquisição da VRG, em 9 de abril de 2007, a Companhia efetuou aporte de capital de R$ 507.000 na controlada GTI S.A. dos quais R$107.000, foram integralizados em moeda corrente nacional e R$ 400.000 integralizados em ações da emissão própria da Companhia e destinados à reserva de capital.

8. Investimentos em Controladas--Continuação

A SKY Finance foi constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e sua atividade está relacionada com captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves, conjuntamente com sua controladora, a GAC Inc.

9. Imobilizado

		2007			2006
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de vôo					
Peças de conjuntos de reposição	20%	423.890	(158.077)	265.813	150.333
Motores sobressalentes	20%	98.703	-	98.703	69.441
Reconfigurações de aeronaves	5%	76.080	(33.999)	42.081	26.664
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20%	1.234	(362)	872	760
Ferramentas	10%	9.111	(1.217)	7.894	4.330
		609.018	(193.655)	415.363	251.528
Imobilizado de uso					
Direitos de uso de *software*	20%	47.480	(16.295)	31.185	15.103
Veículos	20%	6.241	(2.295)	3.946	2.084
Máquinas e equipamentos	10%	14.941	(2.478)	12.463	10.217
Móveis e utensílios	10%	12.014	(2.612)	9.402	7.252
Computadores e periféricos	20%	20.330	(7.852)	12.478	8.728
Equipamentos de comunicação	10%	1.713	(501)	1.212	1.144
Instalações	10%	3.839	(762)	3.077	2.678
Centro de manutenção Confins	7,65%	36.893	(3.271)	33.622	34.851
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	4.985	(3.121)	1.864	1.641
Obras em andamento	-	31.273	-	31.273	23.256
		179.709	(39.187)	140.522	106.954
		788.727	(232.842)	555.885	358.482
Adiantamentos para aquisição de aeronaves	-	695.538	-	695.538	436.911
		1.484.265	(232.842)	1.251.423	795.393

Os adiantamentos para aquisição de aeronaves, líquidos de devoluções, referem-se aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 63 aeronaves 737-800 Next Generation (76 aeronaves em 2006), conforme detalhado na Nota 21 no valor de R$ 695.538 e outros pagamentos vinculados a aquisição de futuras aeronaves, e incluindo os juros capitalizados de R$ 18.721 (R$33.068 em 2006).

9. Imobilizado--Continuação

Conforme descrito na Nota 11, em 31 de dezembro de 2007, os adiantamentos para aquisição de aeronaves no valor de R$ 310.000 estão vinculados a garantia de contrato de empréstimo.

Durante 2007, a Companhia realizou transações de *sale-leaseback* de 5 aeronaves 737-800 Next Generation que resultaram em perda de R$ 34.354, integralmente reconhecida no resultado não operacional.

10. Diferido

	Consolidado			
	31.12.2007			31.12.2006
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Gastos pré-operacionais	15.337	(8.720)	6.617	9.544
Projetos de expansão e modernização	31.976	(14.168)	17.808	3.671
Outros	37	-	37	37
	47.350	(22.888)	24.462	13.252

11. Empréstimos e Financiamentos

	Taxa média efetiva de juros ao ano		Consolidado	
Circulante:	2007	2006	2007	2006
Moeda Nacional:				
Capital de giro	**10,77%**	15,50%	**496.788**	127.524
Empréstimo BNDES	**9,15%**	9,60%	**14.962**	9.648
Empréstimo BDMG	**9,45%**	-	**72**	-
Juros			**3.731**	780
			515.553	137.952
Moeda Estrangeira:				
Empréstimo para adiantamento para aquisição de aeronaves	**6,73%**	-	**169.173**	-
Empréstimos bancários	**5,21%**	5,39%	**106.278**	-
Empréstimo IFC	**7,26%**	7,03%	**17.800**	2.736
Juros			**15.328**	-
			308.579	2.736
			824.132	140.688
Longo Prazo:				
Moeda Nacional:				
Empréstimo BDMG	**9,45%**	-	**14.243**	-
Empréstimo BNDES	**9,15%**	9,60%	**50.813**	54.626
			65.056	54.626
Moeda Estrangeira:				
Empréstimo para adiantamento para aquisição de aeronaves	**6,73%**	-	**174.439**	-
Empréstimos bancários	**5,21%**	5,39%	**-**	128.303
Empréstimo IFC	**7,26%**	7,03%	**73.804**	107.150
Bônus sênior	**7,50%**	-	**398.543**	-
Bônus perpétuos	**8,75%**	8,75%	**354.260**	436.902
			1.001.046	672.355
			1.066.102	726.981
			1.890.234	867.669

11. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando o período de 12 meses de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano são como segue:

	2009	2010	2011	2012	Após 2012	Total
Moeda Nacional:						
Empréstimo BDMG	2.848	2.848	2.849	2.849	2.849	14.243
Empréstimo BNDES	14.181	14.181	14.181	8.270	-	50.813
Moeda Estrangeira:						
Empréstimo para adiantamento de aquisição de aeronaves	174.439	-	-	-	-	174.439
Empréstimos bancários						
Empréstimo IFC	14.760	14.761	14.761	14.761	14.761	73.804
Bônus sênior	-	-	-	-	398.543	398.543
	206.228	31.790	31.791	25.880	416.153	711.842
Bônus perpétuos						354.260
Total						1.066.102

Capital de giro

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia mantém cinco linhas de crédito de curto prazo com três instituições financeiras que permitem empréstimos de até R$577.000 (R$ 332.000 em 31 de dezembro de 2006). O prazo médio dos financiamentos é de 56 dias com juros de 103% a 104% sobre o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). Em 31 de dezembro de 2007, havia empréstimos no valor de R$496.788 (R$ 127.524 em 31 de dezembro de 2006).

Empréstimos bancários

Em abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada GAC Inc., contratou um empréstimo em moeda estrangeira junto ao Credit Suisse com limite de US$ 60 milhões, correspondente a R$ 126.930 na data da captação, garantido por notas promissórias. O prazo do empréstimo é de 2 anos e 8 meses, com juros Libor de 3 meses (5,36% a.a.). Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor do principal do empréstimo é de R$ 106.278 (R$ 128.303 em 31 de dezembro de 2006).

11. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

Outros empréstimos e financiamentos

Em 29 de maio de 2006, a GOL contratou um empréstimo de longo prazo em moeda nacional no valor de R$ 75.700 junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A linha direta de crédito aprovada pelo BNDES foi utilizada no financiamento de parte significativa da ampliação das instalações do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais, para a aquisição de equipamentos e materiais nacionais. O empréstimo BNDES tem um prazo de cinco anos com juros calculados com base na TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) acrescida de 2,65% a.a. e tem garantia de contas a receber das administradoras de agências de viagem no valor de R$ 17.930. O principal é amortizado mensalmente em parcelas iguais no valor de R$ 1.182 com carência de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor é de R$ 65.775 (R$ 54.626 em 31 de dezembro de 2006).

Em 29 de junho de 2006, a GOL contratou um empréstimo de longo prazo junto ao International Finance Corporation (IFC) no valor de US$ 50 milhões correspondente a R$ 108.000 na data da captação. O financiamento junto ao International Finance Corporation (IFC) está sendo utilizado pela GOL para aquisição de peças de reposição e para capital de giro. O financiamento tem prazo de seis anos com juros calculados com base na LIBOR acrescida de 1,875% a.a. e tem garantia de peças e equipamentos pelo valor de mercado a um valor mínimo equivalente a 1,25 vezes o valor do saldo devedor. O principal é amortizado semestralmente em parcelas iguais no valor de R$ 7.380 com carência de 18 meses. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor é de R$ 91.604 (R$ 107.150 em 31 de dezembro de 2006).

Em 4 de julho de 2007, a GOL contratou um empréstimo de longo prazo em moeda nacional no valor de R$ 14.000 junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), que está sendo utilizado para o financiamento parcial dos investimentos e das despesas operacionais do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais. O empréstimo tem um prazo de cinco anos com juros calculados com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 6% a.a. e com garantia de contas a receber das agências de viagem no valor de R$ 3.332. O principal é amortizado mensalmente em parcelas iguais no valor de R$ 237 com carência de 18 meses. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor é de R$ 14.315.

11. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

Outros empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 15 de outubro de 2007, a controlada SKY Finance contratou um financiamento denominado em dólares norte-americanos junto a 8 bancos internacionais liderado por Calyon e Citibank, no valor de US$ 310 milhões correspondentes a R$ 560.418 com base na taxa de câmbio em vigor na data do ingresso dos recursos, cujos recursos serão utilizados para pagamento dos adiantamentos para aquisição de 21 aeronaves Boeing 737-800 Next Generation com entrega prevista para ocorrer em 2008 e 2009. Em 15 de outubro de 2007, houve desembolso de R$ 273.592 para pagamento de obrigações junto à Boeing (correspondente a US$ 151 milhões na data do desembolso para a Boeing) estando o restante disponível para o uso nas datas dos desembolsos programados futuros. O financiamento tem um prazo médio de 1,6 anos com juros LIBOR acrescida de 0,5% a.a. e é garantido pelo direito de compra das 21 aeronaves e pela GOL. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor é de R$ 343.612.

Bônus sênior

Em 22 de março de 2007, a controlada Gol Finance, captou recursos mediante emissão de bônus sênior denominados em dólares norte-americanos no valor nominal de US$225 milhões correspondentes a R$ 463.545 na data da captação com garantia da Companhia e da GOL. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários obtidos com garantia do U.S. Exim Bank. Os bônus sênior têm vencimento em 2017, com juros de 7,50% a.a. e são considerados obrigações sênior sem garantia da Companhia e da GOL. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor é de R$398.543.

O valor justo dos bônus sênior, em 31 de dezembro de 2007, refletindo o reajuste freqüente das cotações de mercado desse instrumento é de R$ 363.421 correspondentes a US$ 205,2 milhões com base na taxa de câmbio em vigor na data do encerramento do exercício.

11. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

Bônus perpétuos

Em 5 de abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance, captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em dólares norte-americanos no valor nominal de US$ 200 milhões correspondentes a R$426.880 na data da captação com garantia da Companhia e da GOL. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários com garantia do U.S. Exim Bank. Os bônus perpétuos não têm vencimento determinado, podendo ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da emissão. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor é de R$ 354.260 (R$ 436.902 em 31 de dezembro de 2006).

O valor justo dos bônus perpétuos, em 31 de dezembro de 2007, refletindo o reajuste freqüente das cotações de mercado desse instrumento é de R$ 336.658 correspondentes a US$ 190,1 milhões com base na taxa de câmbio em vigor na data do encerramento do exercício.

Condições contratuais restritivas (financial covenants)

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia não estava aderindo a dois índices financeiros nos seus contratos de empréstimos com o IFC e com o BNDES cujo saldo devedor totaliza R$ 157.379. A Companhia obteve consentimentos específicos dos credores para manter os índices de cobertura acima dos valores especificados em cada um dos contratos que permitem a manutenção da classificação da parcela de R$124.617 no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia estava aderente a todos os índices financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos.

12. Transportes a Executar

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de transportes a executar de R$ 472.860 (R$335.268 em 31 de dezembro de 2006) é representado por 2.211.591 (1.417.436 em 31 de dezembro de 2006) cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados com prazo médio de utilização de 70 dias.

13. Programa de Milhagem

Em 31 de dezembro de 2007, o programa de milhagem Smiles apresentava 3.376.584 de trechos conquistados por seus participantes e ainda não resgatados.

A movimentação do saldo das obrigações do programa de milhagem, considerando a quantidade de milhas acumuladas, está demonstrada a seguir:

Saldo inicial em 09 de abril de 2007	70.891
Milhas concedidas e acumuladas	61.033
Milhas resgatadas e utilizadas ou expiradas	(81.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	50.080

A premiação consiste na utilização de milhas para troca por bilhetes ou para mudança de classe nos vôos da VRG conforme o regulamento do programa. As milhas conquistadas pelos participantes têm validade de três anos, a contar do mês da sua emissão, enquanto os bilhetes emitidos com utilização de milhas são válidos por um ano.

14. Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e reclamações administrativas, sendo 915 reclamações administrativas, 6.373 ações cíveis e 1.796 ações trabalhistas, dentre as quais, 828 reclamações administrativas, 5.946 ações cíveis e 289 ações trabalhistas surgiram em decorrência da operação da Companhia, o restante é decorrente de pedidos de reconhecimento da sucessão pela VRG, da antiga Varig.

As provisões constituídas para contingências cíveis, trabalhistas e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	2007			**2006**
	Provisão	**(-) Depósitos judiciais**	**Provisão líquida dos depósitos**	Provisão líquida dos depósitos
Trabalhistas	22.133	(9.364)	12.769	(298)
Cíveis	9.942	(69)	9.873	4.936
	32.075	(9.433)	22.642	4.638

14. Provisão para Contingências--Continuação

A movimentação das provisões para contingências é como segue:

	Contingências		
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Total**
Saldo sem 31 de dezembro de 2006	772	4.943	5.715
Constituição de provisões	21.361	4.999	26.360
Saldos em 31de dezembro de 2007	22.133	9.942	32.075

As provisões são constituídas para as perdas prováveis e são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas para causas cíveis e trabalhistas, com base na melhor estimativa corrente.

A Companhia está discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da Administração da Companhia essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato, o qual jamais integrará o patrimônio da Companhia. Ausente a caracterização da circulação de mercadoria, não originando, portanto, o fato gerador ICMS. O valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento, é de R$ 173.887 em 31 de dezembro de 2007 (R$ 45.248 em 31 de dezembro de 2006) atualizados monetariamente e não incluindo encargos moratórios. A Administração, com base na avaliação do tema pelos seus assessores legais e amparada em ações da mesma natureza julgadas favoravelmente aos contribuintes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) no segundo trimestre de 2007, entende que as chances de perda são remotas. As práticas contábeis adotadas na elaboração das suas demonstrações financeiras, consistentes com os padrões internacionais, não requerem a constituição de provisão para perdas.

Embora o resultado dessas ações e processos não possa ser previsto, na opinião da Administração amparada por consultas aos seus assessores jurídicos externos, o julgamento final dessas ações não terá um efeito adverso relevante sobre a posição financeira, os resultados operacionais e o fluxo de caixa da Companhia.

15. Outras Obrigações – Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia e suas controladas possuem obrigações legais relativas a tributos em discussão judicial no valor de R$ 30.768 (R$ 22.423 em 31 dezembro de 2006), classificadas na rubrica outras obrigações no passivo não circulante.

15. Outras Obrigações – Não Circulante--Continuação

A Companhia está discutindo judicialmente diversos aspectos relacionados à incidência e cálculo base de PIS e COFINS sobre suas operações que encontram-se registradas como obrigações fiscais de longo prazo. Em um dos processos judiciais a Companhia discute a incidência das chamadas contribuições "PIS/COFINS-Importação", em razão da inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo dos tributos. O outro processo relevante discute o direito da Companhia de suspender a incidência das contribuições PIS e COFINS sobre transporte aéreo de cargas pelo regime não-cumulativo.

16. Transações com Partes Relacionadas

A GOL mantém contrato com as empresas ligadas para transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos e transporte de funcionários, pactuados em condições usuais de mercado.

A GOL é locatária do imóvel situado à Rua Tamoios, 246 em São Paulo – SP, pertencente a empresa ligada, cujo contrato tem vencimento em 31 de março de 2008 e cláusula de reajuste anual com base no IGP-M.

Os saldos a pagar às empresas ligadas, no valor de R$ 482 (R$ 127 em 2006) estão incluídos no saldos de fornecedores juntamente com operação de terceiros. O valor das despesas que afetaram o resultado de 2007 é de R$ 19.526 (R$ 4.152 em 2006).

A Companhia mantém transações de contratos de mútuos com suas controladas. Em 31 de dezembro de 2007 os saldos a receber das controladas GAC Inc. no valor de R$ 30.290, R$ 60.252 da VRG Linhas Aéreas S.A e R$ 290 da GTI S.A., decorrentes de contratos de mútuo sem previsão de encargos financeiros, avais e garantias, estão classificados como ativo não circulante e R$ 7.926 a pagar para a Gol Transportes Aéreos S.A..

17. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2007, o capital social está representado por 202.300.255 ações, sendo 107.590.792 ações ordinárias e 94.709.463 ações preferenciais. A composição acionária é como segue:

	2007			2006		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
Fundo ASAS	**100,00%**	**37,84%**	**70,90%**	100,00%	35,79%	71,00%
Outros	-	**2,74%**	**1,28%**	-	3,04%	1,37%
Mercado	-	**59,42%**	**27,82%**	-	61,17%	27,63%

100,00%	**100,00%**	**100,00%**	100,00%	100,00%	100,00%

17. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 2.000.000. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. A critério do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações preferenciais, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. É vedada a emissão de partes beneficiárias nos termos do estatuto social da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto quanto à ocorrência de fatos específicos estabelecidos em lei. Essas ações têm como preferência: prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e direito de serem incluídas na oferta pública em decorrência de alienação de controle, ao mesmo preço pago por ação do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Em 9 e 10 de abril de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital social no valor de até R$ 518.100 mediante a emissão de 8.519.979 ações preferenciais nos termos do Contrato de Compra e Venda do Controle Acionário da VRG.

Em 14 de junho de 2007, a Companhia homologou o aumento de seu capital mediante emissão de 6.082.220 ações preferenciais, das quais 6.049.185 no valor de R$ 367.851 foram utilizadas para integralizar capital na controlada GTI S.A., mediante constituição de uma reserva de capital e posteriormente transferidas para terceiros nos termos do Contrato de Compra e Venda do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A.

A cotação das ações da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., em 31 de dezembro de 2007, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondeu a R$43,76 e US$ 24,82 na New York Stock Exchange – NYSE. O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 11,92 (R$ 10,54 em 31 de dezembro de 2006).

17. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Reservas de capital

i. Reserva especial de ágio de controlada

A controlada Gol Transportes Aéreos S.A. constituiu reserva especial de ágio, no valor de R$ 29.187, correspondente ao valor do benefício fiscal decorrente da amortização de ágio apurado pela BSSF II Holdings Ltda. absorvido na incorporação dessa empresa. A reserva especial de ágio poderá ser capitalizada ao final de cada exercício social, na medida em que o benefício fiscal tenha sido realizado mediante uma efetiva diminuição dos tributos pagos pela controlada. A realização fiscal desse crédito beneficia indistintamente todos os acionistas da Companhia nas datas da sua realização. O benefício fiscal realizado foi de R$5.838 (R$ 5.838 em 2006) e o benefício realizado acumulado em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 21.404 (R$ 15.566 em 2006).

ii. Ágio na conferência de ações

A reserva de ágio foi apurada na conferência das ações em decorrência da mais valia do acervo líquido recebido em relação ao valor aportado como aumento de capital e beneficia indistintamente todos os acionistas.

c) Reservas de lucros

i. Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

ii. Reinvestimentos

A reserva para reinvestimento destina-se a atender aos investimentos previstos no orçamento de capital da companhia.

A parcela do lucro líquido do exercício de 2006 remanescente após a constituição da reserva legal reduzida dos dividendos e juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 469.103, foi destinada para reinvestimento conforme orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e aprovação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2007.

Em 2007 uma parcela da reserva de lucros para reinvestimento no valor de R$47.674 foi revertida contra lucros acumulados para fazer face a proposta de distribuição de dividendos do exercício de 2007, sujeita à aprovação da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada dentro do prazo estabelecido pela legislação vigente.

17. Patrimônio Líquido--Continuação

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração aprovou uma Política de Dividendos para o exercício de 2007 com base na qual, sem prejuízo ao disposto no Estatuto Social da Companhia, aprova a distribuição de dividendos intercalares trimestrais fixos no valor de R$ 0,35 (trinta e cinco centavos), por trimestre, por ação ordinária e preferencial da Companhia de acordo com a Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Com base nesta proposta, a Companhia distribuiu dividendos intercalares no valor de R$ 302.775, sendo R$ 144.592 sob a forma de juros sobre capital próprio e R$ 158.183 como dividendos. Os dividendos intercalares superaram o dividendo mínimo obrigatório conforme demonstrado a seguir:

	2007	**2006**
Lucro líquido do exercício	**268.527**	684.472
Reserva legal	**(13.426)**	(34.224)
Lucro base para cálculo do dividendo	**255.101**	650.248
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**63.775**	162.562
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos:		
Juros sobre capital próprio - R$ 71,47 por lote de cem ações (R$ 59,05 por lote de cem ações em 2006)	**144.592**	115.851
Dividendos propostos - R$ 78,19 por lote de cem ações (R$ 117,41 por lote de cem ações em 2006)	**158.183**	57.257
	302.775	173.108
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio	**(5.530)**	(8.036)
	297.245	181.144

A proposta da Administração para distribuição de dividendos relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, atende aos direitos garantidos, estatutariamente, e está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à ratificação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada dentro do prazo estabelecido pela legislação societária vigente.

Os juros sobre o capital próprio foram imputados ao dividendo do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia. Esses juros foram contabilizados no resultado operacional conforme requerido pela legislação fiscal e foram revertidos contra lucros acumulados, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no valor de R$ 49.161 em 31 de dezembro de 2007 (R$39.389 em 31 de dezembro de 2006).

18. Informações Geográficas das Receitas

A Companhia opera vôos domésticos e internacionais. A segmentação geográfica da receita bruta, apresentada a seguir, foi compilada tomando-se por base as receitas de passageiros e cargas no local de origem do respectivo transporte.

	2007	**%**	**2006**	**%**
Doméstico	**4.718.659**	**91,5**	3.710.795	93,9
Internacional	**439.767**	**8,5**	241.063	6,1
	5.158.426	**100,0**	3.951.858	100,0

19. Custos dos Serviços Prestados, Despesas Comerciais e Administrativas

	Consolidado						
	2007					**2006**	
	Custos dos serviços prestados	**Despesas comerciais**	**Despesas administrativas**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
Com pessoal	**693.380**	**-**	**101.060**	**794.440**	**15,8**	410.820	12,9
Combustíveis e lubrificantes	**1.898.840**	**-**	**-**	**1.898.840**	**37,8**	1.227.001	38,4
Arrendamento de aeronaves	**558.625**	**-**	**-**	**558.625**	**11,1**	318.192	10,0
Comerciais e publicidade	**-**	**367.866**	**-**	**367.866**	**7,3**	414.597	13,0
Prestação de serviços	**216.896**	**-**	**131.836**	**348.732**	**6,9**	199.431	6,2
Material de manutenção e reparo	**318.917**	**-**	**-**	**318.917**	**6,3**	146.505	4,6
Tarifas de pouso e decolagem	**273.655**	**-**	**-**	**273.655**	**5,4**	157.695	4,9
Depreciação e amortização	**92.188**	**-**	**9.553**	**101.741**	**2,0**	58.252	1,8
Outras despesas operacionais	**350.937**	**-**	**13.733**	**364.670**	**7,3**	260.582	8,2
	4.403.438	**367.866**	**256.182**	**5.027.486**	**100,0**	3.193.075	100,0

Em 2007, as despesas com combustíveis incluem ganhos de R$ 33.167 (R$ 2.464 em 2006), decorrentes de resultados nas transações com instrumentos derivativos representados por resultados de contratos de *hedge* de combustíveis expirados e mensurados como efetivos para proteger as despesas das flutuações do preço dos combustíveis.

A remuneração dos administradores totalizou R$ 6.584 em 2007 (R$ 3.022 em 2006).

20. Resultado Financeiro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	**(2)**	-	**(162.715)**	(64.786)
Variações cambiais de passivos	**(131.103)**	(8.781)	**(92.876)**	(28.972)
Perdas com fundos de investimentos	**-**	-	**(7.348)**	-
Perdas com instrumentos financeiros	**1.408**	-	**(51.724)**	(13.085)
CPMF	**(1.874)**	(2.158)	**(15.045)**	(13.922)
Variações monetárias de passivos	**-**	-	**(5.035)**	(4.901)
Outros	**(250)**	(302)	**(72.672)**	(7.012)
	(131.821)	(11.241)	**(407.415)**	(132.678)
Receitas financeiras:				
Juros e ganhos em aplicações financeiras	**51**	389	**94.667**	42.568
Variações cambiais de ativos	**84.321**	12.607	**152.649**	25.916
Ganhos com instrumentos financeiros	**42.782**	57.012	**193.615**	131.786
Juros capitalizados	**-**	-	**22.156**	16.733
Variações monetárias de ativos	**1.547**	743	**6.299**	5.431
Bônus financeiros com garantias prestadas	**-**	167.450	**-**	167.450
Outros	**7.808**	-	**44.227**	9.492
	139.509	238.201	**513.613**	399.376
Resultado financeiro líquido	**4.688**	226.960	**106.198**	266.698

21. Compromissos

A Companhia e suas controladas arrendam as aeronaves, motores e locam terminais dos aeroportos, outras instalações aeroportuárias, escritórios e outros equipamentos. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia e suas controladas mantém contratos de arrendamento operacional de 109 aeronaves, sendo 78 na GOL e 31 na VRG (65 aeronaves na GOL em 2006), com prazos de expiração de 2008 a 2019.

A Companhia possui um contrato de compra de aeronaves com a Boeing para aquisição de aeronaves Boeing 737-800 Next Generation. Em 31 de dezembro de 2007 existem 102 pedidos firmes e 64 opções de compra. O valor aproximado dos pedidos firmes é de R$ 8.155.237 (correspondendo a aproximadamente US$ 4,6 bilhões), com base no preço de lista das aeronaves, incluindo estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção das aeronaves. A Companhia vem efetuando os pagamentos iniciais devidos durante a fase de construção relativos às aquisições dessas aeronaves, utilizando recursos próprios provenientes de ofertas primárias de ações, de empréstimos e de financiamento do fornecedor. Os compromissos de compra de aeronaves, incluem a parcela que será financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo Exim Bank dos Estados Unidos (Exim), correspondente a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves.

21. Compromissos--Continuação

Os compromissos futuros decorrentes de contratos de arrendamento operacional são denominados em dólares norte-americanos. A Companhia contratou cartas de crédito no valor de R$ 69.757 (US$ 39,4 milhões) para garantir arrendamentos e R$205.573 (US$ 116 milhões) para garantia de obrigações relacionadas com manutenção dos bens arrendados.

As obrigações de curto e longo prazo, decorrentes de compromissos de arrendamento operacional e dos compromissos de compra de aeronaves, em 31 de dezembro de 2007 estão demonstrados a seguir:

	2008	2009	2010	2011	2012	Após 2012	Total
Contratos de arrendamento operacional	588.987	523.973	447.149	425.271	358.030	920.584	3.263.994
Adiantamentos para aquisição de aeronaves	145.128	161.479	141.191	65.472	1.529	-	514.799
Compromissos de compra de aeronaves	1.435.924	1.874.464	2.048.875	1.578.907	1.217.067	-	8.155.237
Total	2.170.039	2.559.916	2.637.215	2.069.650	1.576.626	920.584	11.934.030

22. Colaboradores

A Companhia mantém plano de participação nos resultados e planos de opção de compra de ações para seus colaboradores. O plano de participação nos resultados é vinculado aos resultados econômico-financeiros mensurados com base em indicadores de desempenho que pressupõem o cumprimento de metas de desempenho da Companhia, das unidades de negócios e individuais. Em 31 de dezembro de 2007, a provisão constituída com base nas estimativas e expectativas da Administração é de R$44.883 (R$ 22.867 em 2006).

Em 20 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, para o exercício de 2008 e aprovou a outorga de 190.296 opções de compra de ações preferenciais da Companhia ao preço de R$ 45,46 por ação (113.379 opções de compra de ações preferenciais da Companhia ao preço de R$ 65,85 por ação em 31 de dezembro de 2006).

22. Colaboradores--Continuação

A movimentação das opções existentes está apresentada a seguir:

	Opções de compra	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de Dezembro de 2005	321.251	11,21
Concedidas	99.816	47,30
Exercidas	(233.833)	3,04
Opções em circulação em 31 de Dezembro de 2006	187.234	40,65
Concedidas	113.379	65,85
Exercidas	(11.569)	34,49
Canceladas	(12.135)	50,52
Opções em circulação em 31 de Dezembro de 2007	276.909	50,79
Quantidade de opções exercíveis em 31 de Dezembro de 2006	17.484	33,06
Quantidade de opções exercíveis em 31 de Dezembro de 2007	91.350	44,92

O valor justo médio ponderado das opções de compra em circulação é de R$ 25,59 em 31 de dezembro de 2007 (R$ 27,20 em 31 de dezembro de 2006) e foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes, assumindo pagamento de dividendos de 2,60%, volatilidade estimada de 49,88%, taxa livre de risco média ponderada de 11,25 % e maturidade média de 3,13 anos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem o reconhecimento das despesas com remuneração por meio de opções de compra de ações. Caso a Companhia tivesse registrado as despesas com remuneração por meio de opções de compra de ações, com base no valor justo das opções na data da concessão das mesmas, o resultado do exercício teria sido menor em R$ 1.562 (R$ 3.239 em 2006).

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média ponderada das opções em circulação, bem como o intervalo de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de dezembro de 2007 estão resumidos a seguir:

Opções em Circulação				Opções exercíveis	
Intervalos dos preços de exercício	Opções em circulação em 31/12/2007	Maturidade média ponderada remanescente	Preço de exercício médio ponderado	Opções exercíveis em 31/12/2007	Preço de exercício médio ponderado
33,06	74.463	2,00	33,06	39.496	33,06
47,30	93.130	3,00	47,30	33.241	47,30
65,85	109.316	4,00	65,85	18.613	65,85
33,06 - 65,85	276.909	3,13	50,79	91.350	44,92

23. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente os efeitos de mudanças de preço de combustível e risco de taxa de câmbio, visto que suas receitas são geradas em reais e a Companhia tem compromissos significativos denominados em dólares norte-americanos, riscos de crédito e riscos de taxas de juros. A Companhia utiliza instrumentos derivativos para minimizar esses riscos. As atividades de gerenciamento de risco seguem uma política formal de gerenciamento de riscos sob a gestão de seus diretores, seu Comitê de Políticas de Risco e seu Conselho de Administração.

A administração desses riscos é efetuada com base na política formal e de controle, que estabelece limites, bem como outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para monitoramento contínuo das exposições. Os fundos de investimento exclusivo dos quais a Companhia e suas controladas são titulares são utilizados como veículos para a contratação de cobertura de riscos conforme a política de gerenciamento de risco da Companhia.

a) Risco de preço de combustíveis

As companhias aéreas estão expostas aos efeitos das variações nos preços do combustível de aviação. O combustível de aviação consumido em 2007 e 2006 representou 37,8% e 38,4%, respectivamente, dos custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas da Companhia. Para gerenciar esses riscos, a Companhia utiliza contratos futuros, swaps e opções de petróleo e seus derivados. O objeto do *hedge* de combustível é a despesa operacional com combustível. Como o combustível de aviação não é negociado em uma bolsa de mercadorias, a liquidez e as alternativas para contratação de operações de *hedge* desse item são limitadas. Entretanto, a Companhia encontra commodities eficazes para proteger os custos de combustível de aviação, principalmente o petróleo bruto. Historicamente, os preços do petróleo têm sido altamente correlacionados aos preços de combustível de aviação, o que torna os derivativos de petróleo eficazes na compensação das flutuações dos preços do combustível de aviação, de forma a fornecer proteção a curto prazo, relativamente aos aumentos bruscos dos preços do combustível. Os contratos futuros são listados na bolsa NYMEX, os swaps são contratados com bancos internacionais de primeira linha, e as opções podem ser tanto as listadas na bolsa NYMEX quanto aquelas transacionadas com bancos internacionais de primeira linha.

23. Instrumentos Financeiros Derivativos--Continuação

a) Risco de preço de combustíveis--Continuação

Os contratos derivativos da Companhia, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, estão sumariados a seguir (em milhares, exceto quando indicado):

	2007	2006
Em 31 de Dezembro:		
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício	**R$ 23.302**	R$ (4.573)
Prazo médio (meses)	**2**	3
Volume hedgeado (barris)	**1.388.000**	1.804.000
Acumulado do exercício:		
Ganhos (perdas) com efetividade do hedge reconhecidos em despesas com combustível de aeronaves	**R$ 33.167**	R$ (8.665)
Ganhos (perdas) com inefetividade do hedge reconhecidos em despesas financeiras	**R$ 12.182**	R$ (1.125)
Percentual atual do consumo hedgeado durante o ano	**56%**	77%

A Companhia utiliza instrumentos derivativos financeiros para prazos curtos e longos e mantém posições para meses futuros. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia detém uma combinação de opções call, estruturas de collar e swaps para hedgear aproximadamente 29% e 7% de seu consumo de combustível de aviação para o primeiro trimestre de 2008 e segundo trimestre de 2008, a preços médios de petróleo equivalentes a aproximadamente US$ 85,13 e US$ 62,88 por barril, respectivamente.

A Companhia classifica o *hedge* de combustível como "*hedge* de fluxo de caixa", e reconhece as variações de valor justo de mercado de *hedges* efetivos contabilizados no patrimônio líquido até que o combustível objeto do *hedge* seja consumido. A efetividade dos *hedges* de combustível é estimada com base em métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das despesas com combustível que são compensadas pela variação do valor justo de mercado dos derivativos. Os resultados de *hedges* efetivos são registrados como redução ou aumento do custo de aquisição de combustível, e os resultados de *hedges* que não sejam efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira. *Hedges* inefetivos ocorrem quando a variação no valor dos derivativos não fica entre 80% a 125% da variação do valor do combustível hedgeado. Quando o combustível de aviação é consumido e o respectivo instrumento derivativo financeiro é liquidado, os ganhos ou perdas não-realizados registrados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado retificando as despesas com combustível. A Companhia está exposta ao risco de que variações periódicas no valor justo dos instrumentos derivativos contratados não sejam efetivas para compensar as variações do preço do combustível, ou que os ganhos ou perdas não-realizados dos instrumentos derivativos contratados não mais sejam qualificados para permanecer no patrimônio líquido. À medida que os instrumentos derivativos se tornam inefetivos, os contratos são reconhecidos no resultado do período.

23. Instrumentos Financeiros Derivativos--Continuação

a) Risco de preço de combustíveis--Continuação

A inefetividade é inerente à atividade de hedgear combustível por meio de instrumentos derivativos baseados em outras commodities relacionada ao petróleo, especialmente dada a recente volatilidade nos preços dos produtos refinados. Quando a Companhia determina que certos contratos em vigor não vão ser efetivos no período remanescente até o seu vencimento, quaisquer alterações nos valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado no período em que a variação ocorrer.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia reconheceu R$ 33.167 (US$ 18.725 mil) de ganhos líquidos retificando as despesas com combustíveis, relacionados a contratos de *hedges* encerrados e avaliados como efetivos e R$ 12.182 (US$ 6.877 mil) de ganhos líquidos em despesas financeiras, relacionados à inefetividade de seus *hedges* e a perdas na contabilização de certos instrumentos de *hedge*. Em 31 de dezembro de 2007, havia ganhos não realizados de *hedges* de combustível no valor de R$ 5.051 (R$ 3.018 em 2006) referente à parcela efetiva de *hedges* contratados para períodos futuros registrados no patrimônio líquido.

O valor justo de mercado dos swaps é estimado com base nos métodos de fluxo de caixa descontado, e o valor justo de opções é estimado com base no modelo Black-Scholes adaptado às opções de commodities.

Fator de risco de mercado: Preço do combustível
Mercado de bolsa
Contratos futuros comprados

	1T08	2T08	Total
Volume nominal em barris (mil)	1.148	240	1.388
Volume nominal em litros (mil)	181.384	37.920	219.304
Taxa contratada a futuro por barril (USD) *	85,13	62,88	77,15
Total em reais **	173.108	26.729	189.681

* Média ponderada entre os strikes de collars e callspreads.

** A taxa de câmbio em 31/12/2007 era de R$ 1,7713/ US$ 1,00 (R$ 2,1380 / US$ 1,00 em 31/12/2006)

23. Instrumentos Financeiros Derivativos--Continuação

b) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2007, os principais ativos e passivos denominados em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial estão relacionados aos arrendamentos e a instrumentos de captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2007 e 2006 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2007	**2006**
Ativo		
Caixa e bancos e aplicações financeiras	**1.170.526**	788.136
Contas a receber de empresas de arrendamento	**149.729**	203.401
Depósitos em garantias de contratos de arrendamentos	**14.218**	69.630
Depósitos IATA (Câmara de compensação)	**22.006**	-
Despesas antecipadas de arrendamentos	**31.928**	20.223
Outros	**55.032**	15.405
	1.443.439	1.096.795
Passivo		
Fornecedores estrangeiros	**42.334**	25.249
Arrendamentos mercantis a pagar	**17.169**	18.270
Prêmios de seguro a pagar	**44.150**	44.897
	103.653	88.416
Exposição cambial em R$	**1.339.786**	1.008.379
Exposição cambial total em US$	**756.386**	471.646
Obrigações não registradas no balanço		
Obrigações futuras em US$ decorrentes de contratos de arrendamento operacional	**3.263.994**	1.948.607
Obrigações futuras em US$ decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	**8.155.237**	11.549.004
	11.419.231	13.497.611
Total da exposição cambial R$	**12.759.017**	14.505.990
Total da exposição cambial US$	**7.203.194**	6.784.841

A exposição cambial relativa a valores a pagar resultante de operações de arrendamentos operacionais, seguros, manutenção, e a exposição às variações no preço de combustível causadas pela taxa de câmbio são administradas por meio de estratégias de *hedge* com contratos futuros de dólar e de opções de dólar listados na BM&F. As contas de despesa que são objeto de *hedge* de taxa de câmbio são: despesas com combustível, arrendamento, manutenção, seguros e serviços internacionais de informática.

23. Instrumentos Financeiros Derivativos--Continuação

b) Risco de taxa de câmbio--Continuação

A Administração da Companhia acredita que os derivativos dos quais se utiliza são altamente correlacionados com a variação da taxa de câmbio dólar/real, de forma a fornecer proteção a curto prazo, relativamente às variações da taxa de câmbio. A Companhia classifica o *hedge* de exposição à variação do dólar como "*hedge* de fluxo de caixa", e reconhece as variações de valor justo de mercado de *hedges* altamente efetivos no mesmo período em que ocorrem as despesas previstas que são objeto do *hedge*. As variações de valor de mercado de *hedges* altamente efetivos são registradas em receitas ou despesas financeiras até a data em que o item hedgeado seja reconhecido no resultado, quando então são reconhecidas como redução ou aumento das despesas incorridas. As variações de valor de mercado de *hedges* que não forem altamente efetivos são reconhecidas como receita ou despesa financeira. A efetividade dos *hedges* de dólar é estimada por métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das despesas que é compensada pela variação do valor justo de mercado dos derivativos.

O valor justo de mercado dos swaps é estimado com base no fluxo de caixa descontado. O valor justo de opções é estimado com base no modelo Black-Scholes adaptado às opções de moedas; e o valor justo de futuros refere-se ao último ajuste devido ou a receber, já apurado e ainda não liquidado.

A Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de curto prazo. A posição dos contratos derivativos de câmbio (em milhares, exceto quando indicado, está apresentado a seguir:

	2007	2006
Em 31 de Dezembro:		
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício	**R$ 1.049**	R$ (275)
Período remanescente mais longo (meses)	**3**	2
Volume hedgeado	**202.250**	180.127
Exercício encerrado em 31 de Dezembro:		
Perdas com efetividade do hedge reconhecidos em despesas operacionais	**R$ (14.935)**	R$ (2.868)
Perdas com inefetividade do hedge reconhecidos em despesas financeiras	**R$ (12.280)**	R$ (1.269)
Percentual atual do consumo hedgeado durante o ano	**47%**	51%

23. Instrumentos Financeiros Derivativos--Continuação

b) Risco de taxa de câmbio--Continuação

Em 31 de dezembro de 2007, as perdas não realizadas com transações de *hedge* de taxa de câmbio mensuradas como efetivas, registradas no patrimônio líquido totalizaram R$ 872 (ganho de R$ 1.275 em 2006).

Fator de risco de mercado: Taxa de câmbio Mercado de bolsa Contratos futuros comprados	**1T08**
Valor nominal em dólar	146.250
Taxa contratada a futuro	1,95
Total em reais	285.188

c) Risco de crédito dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia são realizados com contrapartes de alta qualidade de crédito, sendo bancos internacionais de "rating" AA+ ou melhor segundo as agências Moody's e Fitch, ou bolsas de futuros internacionais ou a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). A Administração da Companhia acredita que o risco de não receber as quantias devidas por suas contrapartes nas operações de derivativos não é significativo.

d) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são afetados por flutuações nas taxas de juros internacionais devido ao impacto de tais alterações nas despesas de arrendamento mercantil operacional. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia contratou derivativos através de contratos de swap-lock (termo de swap) de juros para proteger-se das oscilações de taxas de juros dos contratos de arrendamento de aeronaves. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia reconheceu R$ 2.630 (US$1.485 mil) de perdas líquidas em receitas financeiras. As variações de valor de mercado são reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras. Os instrumentos financeiros utilizados não foram considerados *hedge*.

23. Instrumentos Financeiros Derivativos--Continuação

d) Risco de taxa de juros--Continuação

Os resultados da Companhia são também afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes no Brasil, incidentes sobre as aplicações financeiras, os investimentos de curto prazo, as obrigações em reais, ativos e obrigações indexados ao dólar. Essas flutuações afetam o valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos realizados no Brasil, o valor de mercado de títulos pré-fixados em reais, e na remuneração do saldo de caixa e aplicações financeiras. A Companhia utiliza contratos futuros de Depósito Interfinanceiro da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) para proteger-se de flutuações nas taxas de juros domésticas sobre a parcela pré-fixada dos seus investimentos. Em 31 de dezembro de 2007, o valor nominal dos contratos de futuros de Depósito Interfinanceiro negociados na Bolsa de Mercadoria e Futuros (BM&F) totalizava R$ 71.400 (R$ 68.500 em 2006) com prazos de até 22 meses, com um valor justo de mercado total de R$ (6) (R$ (24) em 2006) , o qual se refere ao último ajuste devido ou a receber, já apurado e ainda não liquidado. A totalidade das variações de valor de mercado, pagamentos e recebimentos relacionados aos futuros de DI são reconhecidos como aumento ou redução das receitas financeiras no mesmo período que ocorrem.

e) Derivativos utilizados na gestão do caixa

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos na sua gestão de caixa. A Companhia utiliza a operação de "box", registrada na CETIP e realizada com bancos de primeira linha, com o objetivo de aplicar recursos a taxas pré-fixadas. Em 31 de dezembro de 2007, o total de operações de "box" era de R$ 66.845, com prazo médio de 225 dias. A Companhia utiliza contratos de swap com bancos de primeira linha para transformar a rentabilidade de suas aplicações para CDI. As aplicações em box são casadas com swaps de taxas pré-fixadas para CDI, e as aplicações em títulos denominados em dólares são casadas com *swaps* de rentabilidade cambial para CDI. Em 31 de dezembro de 2007, o valor nominal das operações de swap de taxas pré-fixadas era de R$ 61.200, com um valor de mercado de R$ 379, e o valor nominal das operações de swap cambial era de R$ 132.848, com um valor de mercado de R$ 28.089. As alterações no valor justo dos contratos são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a variação.

24. Cobertura de Seguros

A Administração mantém cobertura de seguros por montantes que considera necessários para fazer face aos eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade, observando os limites fixados nos contratos de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2007 a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves da GOL e da VRG e em relação aos valores máximos indenizáveis, é como segue:

Modalidade Aeronáutico	**R$ (000)**	**US$ (000)**
Garantia – Casco	6.064.211	3.423.593
Responsabilidade Civil por ocorrência/aeronave	3.099.775	1.750.000
Garantia – Casco/Guerra	6.064.211	3.423.593
Estoques	380.930	215.000

Por meio da Lei 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assumiu compromisso de complementar eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, pelos quais a GOL e a VRG possam vir a ser exigidas, para os montantes que excederem o limite da apólice de seguros vigente em 10 de setembro de 2001, limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares norte-americanos.

Em 29 de Setembro de 2006, a aeronave do vôo 1907 da Companhia entre Manaus e Rio de Janeiro com escala em Brasília se envolveu em uma colisão no ar com um avião da Excel Air. A aeronave da GOL, um novo Boeing 737-800 Next Generation, caiu na Floresta Amazônica e não houve sobreviventes entre os 148 passageiros e 6 tripulantes. A aeronave da Excel Air, um Embraer Legacy 135 BJ novo realizou um pouso de emergência e todos os seus 7 ocupantes saíram ilesos. A Companhia continua a colaborar totalmente com todas as agências regulatórias e de investigação para determinar a causa desse acidente. A Companhia mantém seguros para cobertura de riscos e exigibilidades decorrentes do sinistro. O pagamento do casco ao lessor foi efetuado diretamente pela seguradora. A Administração não espera que quaisquer passivos advindos do acidente com o vôo 1907 tenham efeito adverso material sobre a posição financeira ou resultados das suas operações.

25. Informações Financeiras Consolidadas Trimestrais (Não auditadas)

Os resultados trimestrais incluindo o quarto trimestre estão sumariados a seguir:

2007	Primeiro trimestre	Segundo trimestre	Terceiro trimestre	Quarto trimestre
Receita operacional líquida	1.041.272	1.150.966	1.285.011	1.490.013
Lucro (prejuízo) operacional	88.423	(121.628)	(3.459)	82.638
Lucro (prejuízo) líquido do período	91.578	157.074	49.416	(29.541)
Lucro (prejuízo) por ação em R$	0,47	0,78	0,24	(0,15)

2006	Primeiro trimestre	Segundo trimestre	Terceiro trimestre	Quarto trimestre
Receita operacional líquida	863.016	844.028	1.082.971	1.012.002
Lucro operacional	184.282	115.895	234.997	216.579
Lucro líquido do período	160.678	98.169	232.232	193.393
Lucro por ação em R$	0,82	0,50	1,18	0,99

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA AMBIENTAL E SOCIAL (NÃO AUDITADO)

	2007	2006
1) Base de Cálculo		
Receita líquida (RL)	4.967.262	3.802.017
Resultado operacional (RO)	60.616	751.753
Folha de pagamento bruta (FPB)	235.299	123.432

	2007			2006		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	37.714	16,03	0,76	20.702	16,77	0,54
Encargos sociais compulsórios	177.843	75,58	3,58	84.390	68,37	2,22
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.303	3,53	0,17	4.652	3,77	0,12
Previdência Privada	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Transporte de funcionários	10.908	4,64	0,22	4.320	3,50	0,11
Segurança e medicina do trabalho	2.143	0,91	0,04	1.570	1,27	0,04
Participação nos lucros ou resultados	44.883	19,07	0,90	44.517	36,07	1,17
Total-Indicadores Sociais Internos	281.794	119,76	5,67	160.151	129,75	4,20

	2007			2006		
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	231	0,10	0,00	85	0,07	0,00
Cultura	1.720	0,73	0,03	2.577	2,09	0,07
Esporte e lazer	-	0,00	0,00	255	0,21	0,01
Saúde e saneamento	2.688	1,14	0,05	533	0,43	0,01
Tributos (excluídos encargos sociais)	296.464	125,99	5,97	448.747	363,56	11,80
Total-Indicadores Sociais Externos	301.093	127,96	6,05	452.197	366,36	11,89

4) Indicadores do Corpo Funcional	2007	2006
Número de empregados ao final do exercício	15.722	8.840
Número de empregados	15.703	8.828
Número de terceirizados	6.891	3.538
Número de administradores	19	12
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	497.686	120.746
Administradores	6.584	2.686
Terceirizados	121.373	76.388

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA AMBIENTAL E SOCIAL (NÃO AUDITADO)--Continuação

4) Indicadores do Corpo Funcional--Continuação	2007	2006
Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando empregados e administradores (salário)	115	96
Total de prestadores de serviços terceirizados	65	49
Número de admissões durante o exercício	6.338	4.019
Número de demissões durante o exercício	1.550	635
Número de estagiários	86	43
Número de portadores de necessidades especiais	344	299
Total de empregados por faixa etária:		
Menores de 18 anos	19	12
De 18 a 35 anos	10.891	6.809
De 36 a 60 anos	4.761	1.999
Acima de 60 anos	51	20
Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
Analfabetos	-	-
Com ensino fundamental	269	79
Com ensino médio	12.543	5.626
Com ensino técnico	67	-
Com ensino superior	2.763	3.064
Pós-graduados	80	71
Número de mulheres que trabalham na Companhia	8.857	3.487
Percentual de mulheres em cargos de chefia	28%	17%
Número de negros que trabalham na Companhia	225	147
Ações trabalhistas, segregadas por:		
Número de processos movidos contra a entidade	1.796	189
Número de processos julgados procedentes	253	75
Número de processos julgados improcedentes	36	38
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	43	243
Dados de interação com clientes:		
Número de reclamações recebidas diretamente na entidade	349	342
Número de reclamações recebidas por meio de órgãos de proteção e defesa do consumidor	912	562
Número de reclamações recebidas por meio da Justiça	6.204	2.421
Número de reclamações atendidas em cada instância arrolada	1.715	738
Montante de multas e indenizações a clientes, determinados órgão de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	2.603	1.160
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	49.818	59.524

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA AMBIENTAL E SOCIAL (NÃO AUDITADO)--Continuação

4) Indicadores do Corpo Funcional--Continuação	2007	2006
Meio ambiente		
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente	171	175
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	-	-
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a Companhia	-	-
Valor das multas e indenizações relativas a material ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-	-
Passivos e contingências ambientais	-	-

5) Indicadores Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial em 2007 e 2006

	2007	2006
Número total de acidentes de trabalho	167	110

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos:	( ) pela direção	(X) direção e gerências	( ) todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	( ) pela direção	(X) direção e gerências	( ) todos os empregados

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA AMBIENTAL E SOCIAL (NÃO AUDITADO)--Continuação

5) Indicadores Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial em 2007 e 2006--Continuação

A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) pela direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	( ) não se envolve	(X) apóia e incentiva	( ) organiza
Indicadores de interação com clientes:	( ) não se envolve	(X) apóia e incentiva	( ) organiza
Indicadores de meio ambiente:	( ) não se envolve	(X) apóia e incentiva	( ) organiza

[Página intencionalmente deixada em branco]

Demonstrações Financeiras

GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

31 de dezembro de 2008 e 2007
com Parecer dos Auditores Independentes

[Página intencionalmente deixada em branco]

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
CNPJ n◦ 06.164.253/0001-87
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (GLAI) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Societárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos internacionalmente (IFRS) estão disponíveis na seção de Relações com Investidores do nosso site www.voegol.com.br/ri.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2008 foi caracterizado por uma significativa transformação na GOL, visando fortalecer os pilares que sustentam o conceito de baixo custo e baixo preço da Companhia. Investimos fortemente na padronização da frota, em tecnologia, na qualificação e motivação da equipe, sendo que tivemos como maior desafio, a unificação das duas companhias (GOL e VARIG), com culturas e estruturas de serviço complementares.

Tal integração nos permitiu aproveitar as melhores características de cada empresa, o que resultou em uma Companhia única e fortalecida, operando em plataforma de baixo custo e com oferta de serviços diferenciados. Estamos orgulhosos de termos conseguido superar esse desafio em tão curto espaço de tempo.

Como resultado dessa consolidação, a GOL passa a atuar com mais intensidade em sua estratégia de longo prazo, focando em rotas rentáveis e na captura das sinergias operacionais e estratégicas que poderão ser continuamente aproveitadas e ampliadas.

Nesse sentido, a marca VARIG passou por um processo de reposicionamento, sendo explorada nos voos internacionais de média duração, para Bogotá (Colômbia), Caracas (Venezuela) e Santiago (Chile), além de oferecer um voo diário para Buenos Aires (Argentina). Sua frota foi totalmente renovada e hoje é composta exclusivamente por aeronaves 737-700 e 737-800 Next Generation.

Com cerca de 6 milhões de participantes cadastrados, o SMILES também passou por um processo de reformulação. Seus benefícios foram estendidos a todos os passageiros da companhia unificada e o processo de acumulo e utilização das milhas simplificado. Trata-se de uma marca amplamente reconhecida pelo público, aumentando nossa atratividade comercial e nos permitindo atuar no segmento de parcerias com grandes corporações, como o programa de vendas diretas de milhas, que possibilita que essas empresas possam criar suas iniciativas de marketing e programas de fidelização, com benefício adicional de atrelar esses programas e suas marcas ao SMILES.

Em outubro, lançamos a nova malha aérea, eliminando a sobreposição de rotas e horários entre GOL e VARIG, que teve como destaque a otimização da utilização dos *slots* em Congonhas. Uma conseqüência importante desse processo, foi a nova ponte aérea Rio-São Paulo da GOL, que passou a oferecer freqüência de embarque a cada meia hora em dias úteis, partindo do Aeroporto de Congonhas.

Também lançamos o serviço de transporte de carga – o GOLLOG Próximo Voo -, e aprovamos também o novo serviço GOLLOG Express, o qual está previsto para ser lançado no primeiro semestre de 2009.

Esses serviços agregam valor à nossa marca GOLLOG. Essas ofertas de transporte de carga aumentam as opções de serviços prestados e já resultaram, em 2008, no incremento de 3% em nossas receitas.

Além das transformações estruturais e do lançamento de novos serviços, outro foco da Companhia é se manter como uma das empresas mais eficientes e seguras do mundo. Para elevar ainda mais seu nível de segurança operacional e aprimorar sua habilidade em gerenciar os riscos do negócio, a Companhia continua investindo fortemente na modernização de sua frota, composta predominantemente por Boeings 737 Next Generation. Modernas, seguras e confortáveis, as aeronaves têm custo de manutenção reduzido, baixo consumo de combustível e excelentes índices de eficiência operacional.

Os resultados do dos últimos meses do ano já refletem parcialmente essas iniciativas que são totalmente relacionadas ao nosso DNA estratégico de baixo custo e baixa tarifa, que certamente serão a tônica do ano de 2009.

Constantino de Oliveira Júnior - Diretor-presidente

CENÁRIO ECONÔMICO-SETORIAL

Durante o ano de 2008, a economia brasileira manteve-se estável, com reflexo positivo no desempenho do mercado financeiro, apesar de um movimento de desaceleração ter se iniciado mundialmente a partir do inicio do quarto trimestre. Apesar da desvalorização do real frente ao dólar e da crise financeira internacional, a demanda por transporte aéreo doméstico brasileiro (RPKs) apresentou crescimento de 7,4% em 2008 e a oferta de assentos (ASK) cresceu 12,8% no período.

A boa demanda, porém, não foi suficiente para manter positivos os resultados das companhias aéreas. Isso ocorreu principalmente devido aos altos preços do petróleo, que perduraram por praticamente todo o ano de 2008, e aos reflexos do efeito cambial nas dívidas e em 60% dos custos que são atrelados ao dólar americano. O barril do petróleo chegou a ser negociado a mais de US$ 140, enquanto o dólar alcançou a cotação de R$ 2,49, o que também afetou negativamente o resultado financeiro.

Em relação ao transporte aéreo internacional, contou positivamente a liberação dos descontos para tarifas entre países da América do Sul, cuja primeira fase (com flexibilização dos descontos em até 50%) entrou em vigor em setembro de 2008. As principais companhias aéreas brasileiras são beneficiadas por poderem oferecer descontos mais agressivos.

Reestruturação societária

Em 25 junho de 2008 a GOL recebeu a aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para a aquisição da VRG e em 25 de setembro, a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) emitiu autorização para a reestruturação societária das subsidiárias GTA e VRG.

Então, em 30 de setembro de 2008 foi anunciada a reestruturação societária de suas subsidiárias transformando em uma única companhia aérea. Com isso a Companhia pôde implementar sinergias nas suas operações, ampliando a oferta de vôos e horários aos clientes e, conseqüentemente, favorecendo a dinâmica do setor de transportes aéreos como um todo. Ademais, a integração das operações das duas empresas permitiu à Companhia alcançar otimização de receitas e redução de custos nos campos financeiro, operacional e tributário. Os investimentos prosseguirão em áreas como tecnologia da informação, melhoria da qualidade de serviços e ampliação da malha aérea de forma orgânica e por meio de acordos operacionais.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Ampliação da Frota

Frota: A Companhia está em fase final do seu plano de substituição das aeronaves 737-300 e 767-300 por 737-800 Next Generation e 737-700, para operação em rotas nacionais e internacionais de curto e médio percursos. Os 737-700 permitem flexibilidade para operar em aeroportos que apresentem restrições e também a oferta de mais voos diretos a mercados com demanda reduzida. Os 737NG são equipados com winglets, tecnologia que proporciona melhor performance durante a decolagem, permite voos mais longos sem escalas e economiza até 3% no consumo de combustível ao ano. Todas as aeronaves do modelo 737-800 SFP seguem os regulamentos de segurança internacionais e são certificadas por autoridades norte-americanas e brasileiras para decolar e pousar em pistas curtas.

Durante o ano de 2008, como parte do programa de renovação da frota, foram substituídas 11 aeronaves Boeing 737-300, por aeronaves Boeing Next Generation, sendo sete Boeing 737-700 e quatro 737-800. A Companhia também desativou 12 aeronaves Boeing 767-300 de sua frota operacional, das quais cinco foram devolvidas e as outras sete serão destinadas a subarrendamentos ou utilizadas para fretamentos ou serviços de transporte de carga.

Contrato de Compra de Aeronaves com a Boeing: No final de 2008, a GOL tinha 95 pedidos firmes para Boeing 737-800 NG para serem entregues entre 2008 e 2014 e mais 40 opções de um pedido total de 167 aeronaves 737-800NG com a Boeing (33 já havia sido entregues no final de 2008). Este é um dos maiores contratos do mundo para Boeings 737-800 e garante a expansão e posição da GOL entre uma das maiores empresas aéreas de baixo custo do mundo. Nosso pedido com a Boeing nos permite a possibilidade de converter posições de 737-800 em 737-700, nos permitindo rápida adaptação às condições de mercado.

Centro de Manutenção GOL: Desde setembro de 2006, a Companhia mantém um centro de manutenção de aeronaves no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins - MG, considerado um dos melhores e mais bem estruturados do país. O Centro oferece tecnologia de última geração para a manutenção de aeronaves. Com a expansão da frota, o Centro garante qualidade, autonomia, procedimentos mais eficientes e preventivos, além de maior flexibilidade na aplicação dos serviços de manutenção. Antecipando-se às necessidades futuras delineadas em seu plano de expansão da frota, a Companhia deu início à construção do segundo módulo do Centro de Manutenção. Com previsão de entrega para segundo semestre de 2009, o espaço deve dobrar a capacidade de manutenção da Companhia e gerar uma redução de custos de R$ 2 milhões por ano.

Ao término das obras, a capacidade de manutenção será ampliada para 120 aeronaves, permitindo que a Empresa mantenha a excelência de suas operações e seu plano de crescimento (já com a incorporação da VARIG), reforçando o fator custo como grande diferencial competitivo.

Manutenção Faseada: Um dos principais motivos que levam a Companhia a otimizar a utilização de sua frota é o processo de manutenção faseada de suas aeronaves “narrow bodies”, colocado em prática nas subsidiárias GOL e VRG. A manutenção é realizada sem tirar as aeronaves das operações diárias. Com segurança, a Companhia mantém as aeronaves em pleno funcionamento durante todo o ano.

Tecnologia da Informação

Para acompanhar o rápido crescimento da GOL, sua plataforma tecnológica passou por mudanças e implementações em 2008, algumas iniciadas ainda em 2006 e 2007, que resultaram na substituição de alguns sistemas por outros mais modernos e integrados, garantindo, assim, mais eficiência à operação.

Malha Aérea: A partir de 19 de outubro, as malhas aéreas de GOL e VARIG foram integradas, eliminando a sobreposição de rotas e horários entre as duas companhias operacionais, o que aumentou o aproveitamento dos voos e permitiu elevar a oferta em mercados nos quais a Companhia está consolidada, além de viabilizar a criação de ligações entre cidades até então não conectadas.

Com o objetivo de estimular um maior número de passageiros em viagens de lazer, foi implantada uma série de promoções vinculadas ao número de dias em que o cliente permanece no destino, possibilitando melhor aproveitamento de ocupação das aeronaves. Ao planejar suas viagens com três dias de antecedência, por exemplo, os passageiros encontraram preços até 40% mais baixos do que a menor tarifa anteriormente praticada pela Companhia.

Transporte de Cargas: Em 2008, a GOLLOG transportou 61 mil toneladas, um incremento de 32% em relação ao ano anterior. O bom desempenho é resultado de seu modelo de baixo custo e baixa tarifa, do atendimento diferenciado a cada perfil de cliente e da utilização de uma malha aérea ampla.

Neste ano, a GOLLOG ampliou seu leque de produtos com o lançamento do novo serviço, GOLLOG Próximo Vôo, e também com o Gollog Express que deverá ser lançado no primeiro semestre de 2009. Os serviços foram desenvolvidos para satisfazer a crescente demanda do mercado de cargas expressas.

Foco no Cliente

Marcas: A Companhia possui marcas importantes e reconhecidas na indústria brasileira de aviação: GOL, VARIG, GOLLOG, SMILES e VOE FÁCIL:

GOL: Reconhecida por popularizar o transporte aéreo no Brasil, a marca GOL é sinônimo de inovação e modernidade, graças às diversas ações promovidas para oferecer um serviço simplificado, seguro e eficiente para um público específico, que busca preços baixos.

VARIG: marca tradicional, com mais de 80 anos de presença no mercado nacional e cerca de 55 anos no mercado internacional. Foi renovada sob a gestão da GOL e opera nas rotas internacionais de médio percurso da Companhia, para Bogotá (Colômbia), Caracas (Venezuela) e Santiago (Chile), além de oferecer um voo diário para Buenos Aires (Argentina).

GOLLOG: é o serviço de transporte de cargas da Companhia, que também incorpora facilidades e inovações, como o serviço de cargas pré-pago, com tarifa única para envio de remessas de até um quilo. O seu moderno sistema permite ainda ao cliente acesso online ao documento e acompanhamento da entrega da carga por qualquer computador conectado à internet, gerado através do preenchimento do formulário do AWB (Conhecimento Aéreo) via web.

SMILES: Maior programa de milhagem da América Latina, o SMILES está presente em presente em 212 países e conta com uma base de aproximadamente seis milhões de participantes.Em 2008, a Companhia anunciou que clientes em viagens tanto pela VARIG quanto pela GOL podem acumular milhas no programa Smiles que podem ser trocadas por passagens para todos os destinos servidos pela Companhia.

VOE FÁCIL: Este é o programa de venda parcelada de passagens da Companhia, mais uma inovação, que atingiu aproximadamente 820 mil de inscritos em 2008, desde seu lançamento, em 2005. O cartão foi lançado para estimular a demanda e permite aos clientes da GOL aquisição de passagens pela

internet, sem a necessidade de possuir cartão de crédito e com a possibilidade de parcelamento em até 36 vezes.

Responsabilidade Social: Por ter sido criada em um contexto de grande preocupação com as questões socioambientais, a GOL já nasceu comprometida com a sustentabilidade e estrutura suas operações, processos e ações, para que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas.

O relacionamento com os diversos públicos envolvidos em sua rotina são conduzidos com base na ética, transparência e responsabilidade socioambiental na busca da sustentabilidade empresarial.

Além dos processos que garantem a continuidade e a rentabilidade da empresa a longo prazo, a GOL adota processos com o objetivo de minimizar seus impactos, trazer benefícios ao meio ambiente e levar desenvolvimento à sociedade.

Como empresa aérea em um país de proporções continentais e de profundos contrastes sociais, a Companhia apoia entidades empenhadas em repartir, compartilhar e semear desenvolvimento e inclusão social.

A Associação Vaga Lume, Bolshoi, Caravana do Esporte e da Música, Fundação Gol de Letra, Instituto Ayrton Senna, Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias foram algumas das instituições que receberam apoio da Companhia, além de atletas Olímpicos e Paraolímpicos e projetos ambientais. A GOL doou cerca de 1.500 passagens em apoio a projetos sociais e de cinema, artes e música.

Responsabilidade Ambiental: A frota da Companhia é composta por modernas aeronaves que geram menos poluição sonora e já cumprem metas de redução de emissão de CO2 a serem exigidas por lei apenas em 2014.

A GOL trabalha com um método inteligente de lavagem a seco das aeronaves, que economiza em 90% o uso de água. Essa quantidade do recurso poupado por aeronave é o suficiente para abastecer, diariamente, uma família composta por dois adultos e duas crianças. Além desse projeto, desde 2006 a GOL desenvolve o Programa de Reciclagem, que realiza coleta seletiva de lixo em todos os escritórios e bases da empresa. Os materiais são coletados separadamente, uma vez ao dia, e encaminhados às indústrias recicladoras, por meio de cooperativas.

Política de Recursos Humanos: O sucesso da Companhia é construído dia-a-dia pelos seus colaboradores, que trabalham com dinamismo e eficiência para levar os melhores serviços aos clientes que viajam com a GOL. Sendo assim, a Companhia investe no aprimoramento contínuo de seu quadro de profissionais, de maneira a manter a melhor equipe do setor.

Dentre os 15.558 colaboradores que compuseram o quadro da Companhia em 2008, 52% estão alocados em funções de aeroportos e operações de voos, 29% atuando como pilotos, co-pilotos e comissários de bordo, e outros 19% em áreas administrativas e de atendimento ao cliente. Mais de 40% do quadro é formado por mulheres e a maioria dos colaboradores tem entre 18 e 35 anos, mas também são contratados aprendizes e pessoas acima de 60 anos. Colaboradores com ensino médio compõem quase 70% do time, seguidos de 29% de pessoas com ensino superior completo.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional: As receitas operacionais líquidas cresceram 29,0% e alcançaram R$ 6,4 bilhões em 2008, com 25,3 bilhões de Passageiros-Quilomêtros Transportados (RPK). A taxa média de ocupação consolidada foi de 61,6%.

Custo Operacional: O impacto negativo da conjuntura setorial brasileira foi atenuado pela forte política de operação com custos reduzidos que caracteriza a Companhia. Os custo operacional por assento-quilômetro oferecido (CASK) da GOL foi de R$ 15,9 , resultando em 2008 um aumento total de 8,8% em relação a 2007 (CASK de R$ 14,6). Apesar do aumento, a Companhia manteve seu posto de empresa com os menores custos operacionais do setor

EBITDAR: O EBITDAR por ASK foi de 1,58 centavos de Real em 2008, comparado aos 1,75 centavos de Real registrados em 2007. O EBITDAR totalizou R$648,0 milhões em 2008, um aumento de 8,0%, quando comparado ao resultado de R$600,1 milhões no 4T07. O arrendamento de aeronaves representa uma despesa operacional significativa para a Companhia. Como a GOL atualmente arrenda a maior parte de suas aeronaves. A Companhia acredita que o EBITDAR, equivalente ao EBITDA antes das despesas com arrendamento de aeronaves (denominado em dólares), é um indicador útil para medir o desempenho operacional relativo de nossas demonstrações financeiras para nossos investidores e usuários.

Resultado Financeiro: No ano 2008, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R$1.106,4 milhões ante uma receita de R$ 106,2 milhões em 2007. O efeito não-caixa da desvalorização cambial no valor de R$ 1.049,3 milhões sobre os passivos da Companhia foi o fator preponderante para esse impacto adverso nos resultados.

Rentabilidade: Principalmente sob impacto dos problemas de infra-estrutura no setor aéreo, forte oscilação do preço do combustível e variação cambial, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R$ 1.237.1 milhões, em relação a um lucro líquido de R$ 268,5 milhões registrados em 2007. O lucro líquido por ação foi de R$ 6,12.

Endividamento: final do exercício de 2008, o endividamento total apresentou um crescimento de 31,6% em comparação ao 4T07, atingindo R$2,991 milhões, com prazo médio de 7,2 anos, com taxa média de 12,0% nas obrigações em moeda local e 6,0% nas obrigações em dólar. O principal fator que levou a esse aumento da dívida foi o efeito da variação cambial sobre os endividamentos denominados em dólar e em menor escala, a adição de 6 aeronaves para o leasing financeiro na comparação trimestral.

Os financiamentos relacionados a aquisição de aeronaves, totalizaram R$ 2.271,3 milhões, incluindo R$ 1,573,6 se referem a operações de leasing financeiros de 25 aeronaves e R$ 697,7 milhões relacionados uma linha de crédito para financiar os adiantamentos para aquisição de aeronaves (PDP Facility) que serão entregues até o mês de fevereiro de 2010, cujos financiamentos de longo prazo já estão com suas estruturas de financiamento de longo prazo equacionadas e serão uma combinação de sale lease-back, ou empréstimos de longo prazo de instituições financeiras com suporte do EXIMBANK dos Estados Unidos.

O endividamento total excluindo o financiamento de aeronaves (R$ 2.271,3 milhões) atingiu R$ 720,6 milhões, sendo que desse montante R$ 87,9 milhões terão vencimento no curto prazo, ante a uma posição de disponibilidades (caixa + aplicações financeiras) de R$ 591,6 milhões.

Investimentos: A Companhia investiu em 2008 R$2,3 bilhões para aquisição de imobilizado, sendo grande parte em adiantamento para aquisição de aeronaves e peças. Em 31 de dezembro de 2008, a frota total era composta de 115 aeronaves, dentre as quais 15 aeronaves 737-300 encontram-se em processo de devolução, sendo que 90 aeronaves estão classificadas como arrendamento mercantil operacional e 25 aeronaves sob a modalidade de arrendamento mercantil financeiro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia recebeu 11 aeronaves com base em contratos de arrendamento mercantil financeiro.

Governança Corporativa: A Companhia pauta suas ações pelas melhores práticas de governança corporativa adotadas no Brasil e no mundo. Desde o lançamento de suas ações, em 2004, está listada no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Também tem suas ações negociadas na Bolsa de Nova York (NYSE).

A empresa foi uma das primeiras da América Latina a implantar procedimentos e controles internos, seguindo as recomendações da Sarbanes-Oxley (SOX). Em 2006, um ano antes do prazo exigido pela SEC, a GOL obteve a certificação referente aos controles requeridos pela seção 404 desta lei.

Para manter um alto nível de transparência da gestão e dos negócios, a GOL iniciou em 2008 um processo de análise e reestruturação de novos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, que foi aprovada no início de 2009. Foi criado um novo comitê para auxiliar na aplicação e divulgação das novas normas contábeis nacionais e internacionais: o Comitê de Políticas Contábeis e Demonstrações Financeiras.

Comitês de Gestão - A GOL também dispõe de cinco Comitês de Gestão não estatutários compostos por membros do Conselho de Administração, executivos e auditores independentes (Comitê de Governança Corporativa e Indicação, Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas, Comitê de Políticas de Risco, Comitê de Política Financeira e Comitê de Auditoria).

MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da GOL é composto por 202,3 milhões de ações ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais estão listadas desde 2004 na Bolsa de Valores de São Paulo (GOLL4) e na Bolsa de Valores de Nova York (GOL). As ações em circulação (free float) correspondem a 25% do total de ações, 54% das preferenciais. Do total de ações preferenciais que compunham o capital da empresa no final de 2008, 55% são negociados na Bovespa e 45% na NYSE, sob a forma de American Depositary Shares (ADS). Na bolsa brasileira, as ações GOLL4 apresentaram volumes médios diários de 1.034,7 mil ações, girando R$ 19,7 milhões por dia, em média, quando o volume médio diário em 2007, foi de 747,1 mil ações, equivalentes a R$ 38,6 milhões. Já os ADSs GOL tiveram, em 2008, um volume médio diário de 515,5 mil ações, com uma movimentação de US$ 6,1 milhões, comparado a um volume médio diário de 827,6 mil ADSs e um giro médio diário de US$ 22,7 milhões em 2007.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em linha com o Inciso III, artigo 2º da Instrução CVM no 381/03, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar seu Comitê de Auditoria para assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços não relacionados à auditoria. Durante o exercício de 2008 os serviços não relacionados à auditoria de demonstrações financeiras totalizaram R$975,1mil.

CLAUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADESAO À CÂMARA DE ARBITRAGEM

"Cláusula Compromissória" consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus Acionistas, Administradores, membros do conselho fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes deste Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Participação no Nível 2 da Bovespa.

PERSPECTIVAS

Segundo o Banco Central do Brasil, em março de 2009, a estimativa de crescimento do PIB brasileiro (Produto Interno Bruto) de 0,43% no ano de 2009. A estimativa da taxa SELIC para o final do ano de 2009 era de 9,68%a.a. e o taxa de cambio de dólar era R$ 2,30. Apesar do cenário macroeconômico menos favorável do que o observado nos anos anteriores, a Companhia está trabalhando diariamente na criação de valor aos acionistas, com sua estratégia de focar em baixo custo e baixas tarifas, proporcionando uma experiência diferenciada no segmento de transportes aeroviários.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e agentes de viagem. Destacamos a dedicação das autoridades ligadas às nossas atividades, dos representantes da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, da INFRAERO, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA e do Ministério do Turismo na busca pelo desenvolvimento do setor aéreo nacional

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2008 e 2007

Índice

Parecer dos auditores independentes .....

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais .....
Demonstrações do resultado .....
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....
Demonstrações do valor adicionado .....
Demonstrações dos fluxos de caixa .....
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....

[Página intencionalmente deixada em branco]

Parecer dos auditores independentes

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
São Paulo, SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme descrito na nota 1, a Companhia refez as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, para refletir ajustes identificados, principalmente, na apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos relativos aos efeitos da adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08.

5. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva datado de 14 de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º. de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

6. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das normas internacionais de contabilidade. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na nota 4 às demonstrações financeiras.

São Paulo, 19 de março de 2009, com exceção das notas 1 e 24 cuja data é 4 de maio de 2009.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-1

Maria Helena Pettersson
Contadora CRC-1SP119891/O-0

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2008	2007	2008	2007
ATIVO		(Ajustado)		(Ajustado)	
Circulante					
Disponibilidades	5	**3.520**	98.656	**193.947**	916.164
Caixa restrito	5	**160.501**	-	**176.697**	-
Investimentos de curto prazo	5	**52.264**	169.485	**220.967**	516.637
Contas a receber	6	**-**	-	**344.927**	916.133
Estoques	7	**-**	-	**206.365**	215.777
Impostos diferidos e a compensar	8	**28.100**	36.139	**110.767**	65.247
Dividendos a receber		**-**	138.049	**-**	-
Despesas antecipadas		**8.289**	2.323	**123.797**	143.756
Créditos com empresas de arrendamento		**104.463**	142.098	**129.748**	149.729
Outros créditos e valores		**-**	30	**49.440**	144.484
Total do ativo circulante		**357.137**	586.780	**1.556.655**	3.067.927
Não-circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos em garantia		**548**	-	**209.637**	163.480
Depósitos para manutenção		**-**	-	**391.989**	-
Caixa restrito	5	**-**	-	**6.589**	-
Impostos diferidos	8	**39.620**	40.725	**620.485**	367.088
Créditos com empresas relacionadas	9	**1.146.224**	90.832	**-**	-
Outros créditos e valores		**58.794**	740	**72.762**	5.601
Total do realizável a longo prazo		**1.245.186**	132.297	**1.301.462**	536.169
Ativo Permanente					
Investimentos	10	**699.923**	1.784.827	**-**	884.847
Imobilizado (inclui adiantamentos para aquisição de aeronaves de R$ 957.204 em 2008 e R$ 695.538 em 2007)	11	**957.559**	-	**2.998.755**	1.251.423
Diferido		**-**	274	**-**	24.462
Intangível	12	**-**	-	**1.024.290**	-
Total do ativo permanente		**1.657.482**	1.785.101	**4.023.045**	2.160.732
Total do ativo não circulante		**2.902.668**	1.917.398	**5.324.507**	2.696.901
Total do ativo		**3.259.805**	2.504.178	**6.881.162**	5.764.828

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2008	2007	2008	2007
PASSIVO		(Ajustado)		(Ajustado)	
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**719.120**	-	**809.504**	824.132
Fornecedores		**3.700**	597	**283.719**	326.364
Arrendamentos operacionais a pagar	21	**-**	-	**43.109**	35.982
Arrendamentos financeiros a pagar	21	**-**	-	**157.948**	-
Obrigações trabalhistas		**-**	-	**146.805**	163.437
Obrigações fiscais		**2.241**	1.592	**39.605**	68.013
Taxas e tarifas aeroportuárias		**-**	-	**97.210**	84.319
Transportes a executar	14	**-**	-	**572.573**	472.860
Dividendos e juros sobre o capital próprio		**577**	75.610	**577**	75.610
Programa de milhagem	15	**-**	-	**18.399**	50.080
Seguros a pagar		**674**	-	**54.422**	44.150
Outras obrigações	17	**141.013**	561	**278.813**	47.577
Total do passivo circulante		**867.325**	78.360	**2.502.684**	2.192.524
Não-circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**980.230**	-	**1.023.224**	1.066.102
Arrendamentos financeiros a pagar	21	**-**	-	**1.415.657**	-
Impostos diferidos		**41.032**	-	**327.738**	-
Provisão para contingências	16	**-**	-	**72.323**	32.075
Provisão para perdas com investimentos	10	**-**	7.926	**-**	-
Outras obrigações		**36.825**	6.900	**205.143**	63.135
Total do passivo não circulante		**1.058.087**	14.826	**3.044.085**	1.161.312
Patrimônio líquido	18				
Capital social		**1.363.946**	1.363.946	**1.363.946**	1.363.946
Reservas de capital		**89.556**	89.556	**89.556**	89.556
Reservas de lucros		**918.565**	954.823	**918.565**	954.823
Remuneração diferida		**14.444**	-	**14.444**	-
Ações em tesouraria		**(41.180)**	-	**(41.180)**	-
Ajustes de avaliação patrimonial		**(16.373)**	2.667	**(16.373)**	2.667
Prejuízos acumulados		**(994.565)**	-	**(994.565)**	-
Total do patrimônio líquido		**1.334.393**	2.410.992	**1.334.393**	2.410.992
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.259.805**	2.504.178	**6.881.162**	5.764.828

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2008	2007	2008	2007
		(Ajustado)		(Ajustado)	
Receita operacional bruta					
Transporte de passageiros	4	-	-	**6.131.170**	4.742.439
Transporte de cargas	4	-	-	**218.937**	171.968
Outras	4	-	-	**321.859**	244.019
		-	-	**6.671.966**	5.158.426
Impostos e contribuições		-	-	**(262.388)**	(191.164)
Receita operacional líquida		-	-	**6.409.578**	4.967.262
Custo dos serviços prestados	19	-	-	**(5.540.265)**	(4.403.438)
Lucro bruto		-	-	**869.313**	563.824
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	19	-	-	**(588.735)**	(367.866)
Despesas administrativas	19	**(21.346)**	(8.436)	**(365.842)**	(256.182)
Despesas financeiras	20	**(600.061)**	(133.229)	**(1.858.738)**	(407.415)
Receitas financeiras	20	**270.433**	137.917	**752.344**	513.613
		(350.974)	(3.748)	**(2.060.971)**	(517.850)
Resultados de participações societárias					
Equivalência patrimonial		**(825.041)**	227.133	-	-
Resultados não-operacionais		-	-	-	(34.354)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**(1.176.015)**	223.385	**(1.191.658)**	11.620
Imposto de renda e contribuição social	8	**(61.099)**	45.142	**(45.456)**	256.907
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		**(1.237.114)**	268.527	**(1.237.114)**	268.527
Quantidade de ações em circulação no final do exercício		**202.300.591**	202.300.255	**202.300.591**	202.300.255
Lucro (Prejuízo) por ação (R$)		**(6,12)**	1,33	**(6,12)**	1,33

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros						
	Capital subscrito	Ágio na conferência de ações	Reserva especial de ágio de controlada	Reserva legal	Reserva para reinvestimento	Remuneração diferida	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006	993.654	60.369	29.187	67.439	921.632	-	-	(4.322)	-	2.067.959
Aumento de capital em 9 de abril de 2007	369.860	-	-	-	-	-	-	-	-	369.860
Aumentos de capital por exercício de opções de compra de ações	432	-	-	-	-	-	-	-	-	432
Variação dos resultados não-realizados de hedge, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	6.989	-	6.989
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	268.527	268.527
Reversão de parcela da reserva para reinvestimento	-	-	-	-	(47.674)	-	-	-	47.674	-
Destinação dos lucros:										
Reserva Legal	-	-	-	13.426	-	-	-	-	(13.426)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(302.775)	(302.775)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	1.363.946	60.369	29.187	80.865	873.958	-	-	2.667	-	2.410.992
Ajustes da adoção inicial da Lei 11.638/07, líquido de impostos	-	-	-	-	-	**9.082**	-	-	**247.911**	**256.993**
Variação dos resultados não-realizados de hedge, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	**(15.039)**	-	**(15.039)**
Ganho (perda) não realizado de título disponível para venda	-	-	-	-	-	-	-	**(4.001)**	-	**(4.001)**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	**(1.237.114)**	**(1.237.114)**
Opções de compra de ações outorgadas	-	-	-	-	-	**5.362**	-	-	**(5.362)**	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	**(41.180)**	-	-	**(41.180)**
Proposta da Adm. para alocação dos dividendos intercalares:										
Distribuição de lucros anteriores a ser aprovada pela AGO	-	-	-	-	**(36.258)**	-	-	-	-	**(36.258)**
Saldos em 31 de dezembro de 2008	**1.363.946**	**60.369**	**29.187**	**80.865**	**837.700**	**14.444**	**(41.180)**	**(16.373)**	**(994.565)**	**1.334.393**

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
	(Ajustado)		**(Ajustado)**	
RECEITAS				
Transporte de passageiros, cargas e outras receitas de passageiros	**-**	-	**6.671.966**	5.158.426
Provisão para devedores duvidosos	**-**	-	**(34.238)**	(12.931)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)				
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	**-**	-	**(2.630.834)**	(1.898.840)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(14.541)**	(8.121)	**(1.465.306)**	(1.181.079)
Seguros de aeronaves	**-**	-	**(42.813)**	(44.646)
Comerciais e publicidade	**-**	-	**(554.497)**	(354.935)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**(14.541)**	(8.121)	**1.944.278**	1.665.995
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	**-**	-	**(138.282)**	(101.740)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**(14.541)**	(8.121)	**1.805.996**	1.564.255
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Créditos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	**-**	45.142	-	368.035
Resultados de participação societárias	**(825.041)**	227.133	-	-
Resultado financeiro	**(236.772)**	6.564	**(900.897)**	289.568
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**(1.076.354)**	270.718	**905.099**	2.221.858
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	**(9.695)**	(21)	**(807.176)**	(659.244)
Governo	**(61.110)**	(2.168)	**(484.451)**	(469.839)
Financiadores	**(92.856)**	(2)	**(205.497)**	(162.715)
Lessores	**2.901**	-	**(645.089)**	(661.533)
Acionistas	**(36.258)**	(302.775)	**(36.258)**	(302.775)
Reinvestido	**1.273.372**	34.248	**1.273.372**	34.248
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**1.076.354**	(270.718)	**(905.099)**	(2.221.858)

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A

Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
	(Ajustado)		(Ajustado)	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(1.237.114)	268.527	(1.237.114)	268.527
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação	-	-	104.900	101.741
Provisão para devedores duvidosos	-	-	34.238	12.931
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	(7.739)	-
Provisão para contingências e outros	-	-	40.248	26.360
Outras provisões	-	-	102.615	-
Impostos diferidos	54.054	(45.142)	(11.882)	(368.035)
Equivalência patrimonial	825.041	(227.133)	-	-
Variações cambiais e monetárias, líq.	264.221	30.688	705.415	(137.114)
Resultado não-realizado de hedge, líquido de impostos	-	(6.821)	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638	242.550	-	242.550	-
Contas a receber	-	-	536.968	(232.533)
Estoques	-	-	7	(129.319)
Despesas antecipadas, tributos a recuperar e outros créditos e valores	74.060	53.398	58.397	(50.904)
Fornecedores	3.103	412	(42.645)	137.469
Transportes a executar	-	-	99.713	98.800
Programa de milhagem	-	-	(31.681)	(20.810)
Impostos a pagar	(3.229)	(42.886)	12.295	(32.168)
Obrigações trabalhistas	-	-	(16.632)	72.169
Pagamentos baseados em ações	14.444	-	14.444	-
Outras obrigações	96.017	(103.545)	225.886	49.978
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	333.146	(72.502)	829.981	(202.908)
Atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	117.222	303.681	295.670	489.719
Caixa restrito	(160.501)	-	(176.697)	-
Atividades de investimentos	259.863	(201.297)	884.847	(194.087)
Dividendos recebidos	-	173.717	-	-
Depósitos em garantia de contratos de arrendamento	(548)	-	(46.157)	54.822
Depósitos para manutenção	37.635	-	(372.008)	-
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	(41.180)	-	(41.180)	-
Aquisição de imobilizado, incluindo adiantamentos para aquisição de aeronaves	(957.559)	-	(984.040)	(541.573)
Intangível	-	-	(1.024.290)	-
Outros	274	-	24.461	(16.157)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimentos	(744.795)	276.101	(1.439.394)	(207.276)
Atividades de financiamentos:				
Empréstimos	1.435.129	-	(57.506)	867.633
Créditos com empresas relacionadas	(1.063.318)	-	-	-
Aumento de capital	-	2.441	-	2.441
Dividendos pagos	(36.258)	(250.705)	(36.258)	(250.705)
Resultados não-realizados de hedge, líquido de impostos	(19.040)	6.989	(19.040)	6.989
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	316.513	(241.275)	(112.804)	626.358
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa	(95.136)	(37.676)	(722.217)	216.174
Disponibilidades no início do exercício	98.656	136.332	916.164	699.990
Disponibilidades no final do exercício	3.520	98.656	193.947	916.164
Informações suplementares:				
Juros pagos durante o ano	92.856	-	205.497	163.764
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o ano	7.045	-	57.338	85.070
Transações que não afetam o caixa:				
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	1.573.607	-
Reserva especial de ágio	5.838	5.838	5.838	5.838
Aumento de capital mediante emissão de ações para aquisição da VRG	-	367.851	-	367.851
Ágio apurado sobre passivo a descoberto da VRG	-	-	-	507.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Refazimento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008, publicadas originalmente em 31 de março de 2009, foram ajustadas, após a sua publicação, para refletir incorreções identificadas, principalmente, na apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes no balanço inicial na data de transição para a adoção da Lei 11.638/07 e a MP 449/08, os quais encontram-se detalhados na nota 3. Conforme detalhado a seguir, os ajustes resultaram no aumento do imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante, correspondido por uma redução no patrimônio líquido inicial na data de transição, cuja movimentação em 2008 resultou em uma redução da despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos e, consequentemente, uma redução do prejuízo do exercício no montante de R$149.321 nas demonstrações financeiras consolidadas e um aumento da despesa de imposto de renda e contribuição social e do prejuízo do período no montante de R$4.138 nas demonstrações financeiras da controladora. Adicionalmente, a Nota 8 – Impostos diferidos e a compensar e provisão para imposto de renda e contribuição social (anteriormente Nota 7) foi refeita para demonstrar a composição e a movimentação do imposto de renda diferido, bem como, a conciliação da alíquota efetiva após as correções. A Nota 4x (anteriormente 3x) também foi refeita para demonstrar a nova conciliação com as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", as quais também foram refeitas em decorrência, principalmente, de ajustes na aquisição da VRG e na apuração do imposto de renda diferido.

Os saldos das contas afetadas pelo refazimento em 31 de dezembro de 2008 estão demonstrados a seguir:

1. Refazimento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008-- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	Publicado	**Ajustado**	**Publicado**	**Ajustado**
ATIVO				
Circulante				
Impostos diferidos e a compensar	**29.086**	**28.100**	**133.906**	**110.767**
Despesas antecipadas	**4.588**	**8.289**	**120.100**	**123.797**
Total do ativo circulante	**354.422**	**357.137**	**1.576.097**	**1.556.655**
Não-circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos diferidos	**6.274**	**39.620**	**363.105**	**620.485**
Outros créditos e valores	**7.844**	**58.794**	**21.812**	**72.762**
Total do realizável a longo prazo	**1.160.890**	**1.245.186**	**993.132**	**1.301.462**
Ativo Permanente				
Investimentos	**676.098**	**699.923**	**-**	**-**
Diferido	**274**	**-**	**-**	**-**
Total do ativo permanente	**1.633.931**	**1.657.482**	**4.023.045**	**4.023.045**
Total do ativo não circulante	**2.794.821**	**2.902.668**	**5.016.177**	**5.324.507**
Total do ativo	**3.149.243**	**3.259.805**	**6.592.274**	**6.881.162**

	Controladora		Consolidado	
	Publicado	**Ajustado**	**Publicado**	**Ajustado**
PASSIVO				
Circulante				
Impostos diferidos	**753**	**-**	**63.715**	
Outras obrigações	**133.837**	**141.013**	**271.643**	**278.813**
Total do passivo circulante	**860.902**	**867.325**	**2.559.229**	**2.502.684**
Não-circulante				
Impostos diferidos	**4.064**	**41.032**	**49.476**	**327.738**
Outras obrigações	**-**	**36.825**	**168.318**	**205.143**
Total do passivo não circulante	**984.294**	**1.058.087**	**2.728.998**	**3.044.085**
Patrimônio líquido				
Prejuízos acumulados	**(1.024.911)**	**(994.565)**	**(1.024.911)**	**(994.565)**
Total do patrimônio líquido	**1.304.047**	**1.334.393**	**1.304.047**	**1.334.393**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.149.243**	**3.259.805**	**6.592.274**	**6.881.162**

1. Refazimento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008-- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	Divulgado	**Refeito**	**Divulgado**	**Refeito**
Receitas financeiras	**272.125**	**270.433**	**754.036**	**752.344**
Imposto de renda e contribuição social	**(56.961)**	**(61.099)**	**(194.777)**	**(45.456)**
Equivalência patrimonial	**(978.773)**	**(825.041)**	**-**	**-**
Prejuízo do exercício	**(1.384.743)**	**(1.237.114)**	**(1.384.743)**	**(1.237.114)**
Prejuízo por ação (R$)	**(6,84)**	**(6,12)**	**(6,84)**	**(6,12)**

As demonstrações das mutações do patrimônio liquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado também foram refeitas para refletir, principalmente, o efeito da redução do prejuízo do exercício decorrente do ajuste de imposto de renda e contribuição social diferidos.

2. Contexto operacional

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (Companhia ou GLAI) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras. A Sociedade tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. (VRG) e, por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, explorar essencialmente: (i) os serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (ii) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Nova Iorque (New York Exchange – NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC e de Ações com *Tag Along* Diferenciado – ITAG, criados para diferenciar as empresas que se comprometem a adotar práticas diferenciadas de governança corporativa.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e adoção inicial da lei n°. 11.638/07 e da Medida Provisória n°. 449/08

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ajustadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de maio de 2009.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Plano de Contas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória n°. 449/08, alinhados com as práticas contábeis internacionais especificas do setor, emanadas das normas internacionais de contabilidade, quando da ausência de normas locais especificas.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 1° de janeiro de 2008. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

O CPC 13 desobrigou as companhias de aplicar o disposto na NPC 12 e Deliberação CVM nº. 506/06 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, na adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08. Essa deliberação requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, as companhias demonstrem o balanço de abertura para as contas ou grupo de contas relativos ao período mais antigo, para fins de comparação, bem como que os demais valores comparativos sejam apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.

A Companhia exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007, e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e adoção inicial da lei n°. 11.638/07 e da Medida Provisória n°. 449/08

As alterações nas práticas contábeis, que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2008, foram mensuradas e registradas com base nos pronunciamentos contábeis descritos abaixo, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários:

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº. 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº. 527, de 1º de novembro de 2007;
- CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; aprovado pela Deliberação CVM nº. 534, de 29 de janeiro de 2008;
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008;
- CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº. 553, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº. 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº. 554, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº. 557, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 10 – Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº. 562, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº. 564, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, aprovado pela Deliberação CVM nº. 566, de 17 de dezembro de 2008.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e adoção inicial da lei n°. 11.638/07 e da Medida Provisória n°. 449/08

O balanço patrimonial inicial de 31 de dezembro de 2007 (data de transição) foi preparado considerando as exceções requeridas e as seguintes isenções opcionais, permitidas pelo pronunciamento contábil CPC 13:

a) Isenção sobre a apresentação de demonstrações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras de 2007 foram preparadas nas bases contábeis vigentes em 2007. A opção constante do CPC 13 de não ajustar as demonstrações financeiras de 2007 aos padrões contábeis de 2008 foi adotada pela Companhia. A Companhia já apresentava as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado e optou por não mais apresentar as demonstrações das origens e aplicações de recursos para os exercícios encerrados a partir de 1º de janeiro de 2008.

b) Isenção sobre as considerações de cálculo do ajuste ao valor presente

A Companhia avaliou as situações nas quais existem diferenças entre o valor nominal e o valor futuro dos fluxos de caixa descontados a uma taxa de juros de mercado. A avaliação resultou no ajuste de determinadas contas a receber de longo prazo, decorrentes de renegociações com arrendadores, cujo efeito líquido dos efeitos fiscais não foi considerado relevante no patrimônio líquido e no resultado e por este motivo não foi registrado. Anteriormente à Lei 11.638/07, as receitas das vendas de passagens financiadas pelos clientes já eram registradas pelo valor da passagem excluindo os encargos financeiros dos parcelamentos eleitos pelos clientes.

c) Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08

A Companhia e sua controlada direta deverão optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº. 449/08, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas com base nos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº. 371. A Companhia irá consignar referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e adoção inicial da lei n°. 11.638/07 e da Medida Provisória n°. 449/08

As seguintes práticas contábeis adotadas a partir de 1º de janeiro de 2008 foram modificadas ou passaram a ser adotadas em decorrência da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08:

Arrendamento mercantil financeiro

Os bens objeto de contratos de arrendamento mercantil vigentes na data de transição e classificados sob a modalidade de arrendamento financeiro foram reconhecidos no ativo imobilizado pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente do saldo de pagamentos mínimos previstos na data inicial dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde a data inicial do contrato até a data de transição, com base nas taxas de depreciação praticadas pela Companhia de acordo com a natureza de cada bem.

Anteriormente à data de transição para a adoção da Lei 11.638/07 e Medida Provisória n° 449/08 todos os contratos de arrendamento eram classificados como arrendamentos mercantis operacionais e alocados ao resultado a medida do pagamento das contraprestações.

Gastos com manutenção

Em decorrência do reconhecimento no ativo imobilizado dos contratos de arrendamento mercantil classificados sob a modalidade de arrendamento financeiro, a Companhia passou a contabilizar os gastos com manutenção dos bens reconhecidos no imobilizado de acordo com o método de parada programada, com base no qual os custos incorridos com manutenções regulares relevantes são incluídos como componente específico do imobilizado e depreciados até a próxima parada programada com a concomitante baixa do custo e da depreciação acumulada dos componentes substituídos. Os gastos com manutenção das aeronaves objeto de contratos de arrendamentos mercantis operacionais, são registrados como despesa de manutenção quando a manutenção é realizada.

Os depósitos para manutenção de aeronaves e motores efetuados com base em determinados contratos de arrendamento, registrados como despesas com arrendamentos até 31 de dezembro de 2007, passaram a ser reconhecidos no ativo enquanto as manutenções não ocorrem. As despesas com manutenções são reconhecidas no resultado quando da efetiva realização das manutenções. O ajuste, líquido dos efeitos tributários, relativo ao saldo inicial no valor de R$212.753 foi efetuado na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e adoção inicial da lei n°. 11.638/07 e da Medida Provisória n°. 449/08--Continuação

Gastos com manutenção--Continuação

Custos de devolução de aeronaves arrendadas sob a modalidade de arrendamento operacional

A Companhia é contratualmente requerida a devolver as aeronaves arrendadas em um nível definido de atividade. A Companhia reconhece as obrigações relacionadas com os custos de devolução das aeronaves nas condições contratualmente requeridas quando as condições da aeronave não estejam em conformidade com as condições contratuais de devolução.

Depreciação

Em função da classificação das aeronaves arrendadas sob a modalidade de arrendamento mercantil financeiro no ativo imobilizado, a estimativa de vida útil econômica e as taxas de depreciação dos motores sobressalentes e peças de conjuntos de reposição foram revisadas e alteradas para 5% ao ano, tendo em vista o alinhamento com a depreciação dos componentes das aeronaves. O ajuste líquido relativo ao saldo inicial no valor de R$83.164 foi efetuado na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Instrumentos financeiros

A Companhia já adotava anteriormente a 31 de dezembro de 2007 práticas de contabilização de transações de *hedge* alinhadas com as normas internacionais e com as práticas já adotadas por instituições financeiras no Brasil, de forma que não houve impactos relevantes na adoção inicial da Lei nº. 11.638/07.

Remuneração com base em ações

A Companhia mantém um plano de remuneração por meio de opções de compra de ações, cujos efeitos foram divulgados e não estavam reconhecidos nas demonstrações financeiras até 31 de dezembro de 2007. O ajuste inicial no valor de R$9.082 relativo à adoção da Lei nº. 11.638 foi efetuado contra lucros acumulados. O resultado do exercício e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 foram diminuídos em R$5.362 em decorrência do registro contábil das despesas com remuneração por meio de opções de compra de ações.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e adoção inicial da lei n°. 11.638/07 e da Medida Provisória n°. 449/08--Continuação

Ativo diferido

O saldo do ativo diferido no valor de R$15.383, líquido dos efeitos tributários, efetuados nas demonstrações financeiras consolidadas na data de transição, representado principalmente por despesas pré-operacionais e gastos com desenvolvimento de projetos e sistemas foi baixado contra lucros ou prejuízos acumulados.

Moeda funcional, moeda de apresentação das demonstrações financeiras e conversão de transações denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e consolidadas. A moeda funcional da controlada avaliada com base no método de equivalência patrimonial e incluída na consolidação também é o Real. As controladas localizadas no exterior, também utilizam o real como moeda funcional e por não possuírem independência econômica, administrativa e operacional, se configuram como uma extensão das atividades da Companhia e foram tratadas como filiais, de forma que os seus ativos, passivos, receitas, despesas e fluxos de caixa em Reais foram distribuídos, linha a linha, nas demonstrações financeiras da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Os ajustes, líquidos dos efeitos tributários, efetuados a conta de prejuízos acumulados em decorrência da adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08 estão sumariados a seguir:

Aumento / (diminuição) do patrimônio líquido:	**(Ajustado)**
Capitalização de arrendamentos financeiros, líquidos de depreciação	58.646
Custos de devolução de aeronaves	(87.005)
Depósitos para manutenção	212.753
Baixa do ativo diferido	(15.383)
Remuneração com base em opções de compra de ações	(9.082)
Depreciação de componentes de aeronaves classificadas como arrendamentos financeiros	83.163
Outros	4.819
Ajustes da adoção inicial da Lei 11.638/07 em 1º de janeiro de 2008 líquido de impostos, após a retificação das incorreções na apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos.	247.911

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e adoção inicial da lei n°. 11.638/07 e da Medida Provisória n°. 449/08--Continuação

Reclassificações

Além dos ajustes decorrentes das mudanças de prática contábil com efeito no patrimônio líquido na data de transição, a Companhia identificou as reclassificações sumariadas a seguir, principalmente em decorrência da criação do subgrupo intangível para registrar os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, que incluem o ágio oriundo da aquisição da VRG Linhas Aéreas S.A., fundamentado na expectativa de resultados futuros, no valor de R$883.296 na data de transição e os direitos de uso de softwares:

	Saldos em 01.01.2008		
Conta	**Antes das reclassificações**	**Valores**	**Após as reclassificações**
Despesas antecipadas (a)	**143.756**	**(13.335)**	**130.421**
Investimentos (b e d)	**884.847**	**(884.847)**	**-**
Imobilizado (c)	**1.251.423**	**(31.188)**	**1.220.235**
Diferido (d)	**24.462**	**(1.154)**	**23.308**
Intangível (b, c e d)	**-**	**917.189**	**917.189**
Empréstimos - não circulante (a)	**(1.066.102)**	**13.335**	**(1.052.767)**
	1.238.386	**-**	**1.238.386**

(a) Reclassificação dos gastos com emissão de títulos de dívidas anteriormente classificados como despesas antecipadas e amortizados ao longo do prazo dos respectivos instrumentos como conta redutora dos respectivos passivos;
(b) Reclassificação do ágio oriundo da aquisição da VRG anteriormente classificado como investimentos para o intangível;
(c) Reclassificação de direitos de utilização de softwares anteriormente registrados no imobilizado para o intangível;
(d) Reclassificação de gastos com desenvolvimento e implantação de projetos e sistemas anteriormente classificados no diferido para o ativo intangível.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e adoção inicial da lei n°. 11.638/07 e da Medida Provisória n°. 449/08--Continuação

Efeitos da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07e Medida Provisória nº. 449/08 em 31 de dezembro de 2008:

Estão apresentados a seguir uma breve descrição e os efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória n° 449/08, demonstrando o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

	Consolidado	
	Resultado do Exercício	**Patrimônio líquido**
Saldo não considerando as alterações da Lei 11.638/07 e MP 449/08	**(1.099.076)**	**1.192.986**
Arrendamentos financeiros, líquidos de depreciação	(353.902)	(265.045)
Custos de devolução de aeronaves	29.211	(102.615)
Depósitos para manutenção	69.635	391.989
Baixa do ativo diferido	(6.627)	(29.935)
Despesas com remunerações com base em ações	(5.362)	-
Instrumentos financeiros	(18.453)	4.001
Transações de sale-leaseback de aeronaves	23.431	22.606
Outros	55.681	181.685
Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre os ajustes	68.348	(61.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2008 (ajustado)	(1.237.114)	1.334.393

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das suas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e das controladas diretas VRG Linhas Aéreas S.A., que incorporou e sucedeu a Gol Transportes Aéreos S.A. e a GTI S.A.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

a) Critérios de consolidação--Continuação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma horizontalmente os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação das participações da controladora no capital, na reserva e no resultado acumulado das controlada e dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas entre a Companhia a controlada. Os fundos exclusivos registrados como investimentos de curto prazo estão consolidados.

b) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de transporte de passageiros são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços. As obrigações por passagens vendidas correspondentes aos transportes a executar são demonstradas no passivo circulante, tendo como prazo de utilização o período de um ano. As receitas de transporte de cargas são reconhecidas quando o transporte é executado. As outras receitas são representadas por serviços de fretamento, taxas de alteração de reservas de vôos, receitas com venda de milhas e outros serviços, as quais são reconhecidas quando os serviços são prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado.

c) Disponibilidades

Incluem caixa, saldos em conta movimento e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias da data do balanço e com risco insignificante de mudança no seu valor de mercado. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, são classificadas na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos, conforme descrito a seguir:

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem os ativos financeiros adquiridos com o propósito de venda e recompra no curto prazo, designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, mensurados pelo seu valor justo sendo os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

b. Ativos ou passivos financeiros mantidos até o vencimento: incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros, utilizando uma taxa de desconto que, quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros não derivativos--Continuação

c. Empréstimos (concedidos) e recebíveis: incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, os quais após o reconhecimento inicial são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

d. Disponíveis para venda: incluem os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias acima, mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, e reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Os investimentos de curto prazo em títulos de renda fixa, renda variável, títulos públicos e Certificados de Depósitos Bancários – CDB se referem às aplicações financeiras resgatáveis em prazo superior a 90 dias da data do balanço e são adquiridos com propósito de reduzir a deterioração do caixa no tempo. A política de caixa da Companhia determina que sejam adquiridos títulos que tenham as características de serem rapidamente conversíveis em caixa, custos reduzidos de transação, sejam de natureza altamente líquida e contratados com instituições financeiras de primeira linha. A Companhia não pratica investimentos em títulos com objetivo especulativos ou de realizar negociações.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros não derivativos--Continuação

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são remensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são remensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Diante da inexistência de mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, a referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, a análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

Como parte do seu programa de gerenciamento de risco, a Companhia utiliza uma variedade de instrumentos financeiros, incluindo opções de compra de petróleo, estruturas de "collar" de petróleo, acordos de swap de preço fixo de petróleo e contratos futuros em moeda estrangeira. A Companhia não detém ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins de negociação.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Como não há um mercado de futuros de combustível para aviação no Brasil, a Companhia utiliza derivativos internacionais de petróleo bruto para proteger a sua exposição em relação a aumentos no preço do combustível de aviação. Historicamente, tem existido uma alta correlação entre os preços de petróleo bruto internacionais e os preços do combustível brasileiro para aviação no Brasil, fazendo com que os derivativos de petróleo bruto sejam efetivos na compensação das flutuações dos preços de combustível para aviação fornecendo proteção de curto prazo contra um aumento brusco nos preços médios do combustível de aviação.

Dado que a maioria dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia para o combustível não são negociados em um mercado de bolsa, a Companhia estima seus valores justos dependendo do tipo de instrumento mediante a utilização de um método de valorização a valor presente ou um modelo padrão de precificação de opções com premissas sobre preços de commodities amparado em observações nos mercados respectivos. Da mesma forma, como não há um mercado de futuros confiável para combustível de aviação, a Companhia estima os preços futuros de combustível para aviação a fim de medir a eficácia dos instrumentos de hedge na compensação de mudanças nos preços.

A Companhia também utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos futuros de moeda e de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e são posteriormente remensurados. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros, quando o valor justo apresenta ganho e como passivos financeiros quando o valor justo apresenta perda.

O valor justo de contratos futuros de moeda é a diferença entre a taxa de câmbio futura e a taxa do contrato. A taxa futura de câmbio é referenciada à taxa de câmbio atual para contratos com vencimento e características semelhantes. O valor justo dos contratos de swaps de taxas de juros é determinado por referência a valores de mercado para instrumentos similares.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Para fins de contabilização de hedge, o instrumento de hedge é classificado como hedge de fluxo de caixa quando proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início de uma transação de hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser *protegido* e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. A expectativa é que tais instrumentos de hedges sejam altamente efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido altamente efetivos durante todo o período para as quais foram designados.

Os instrumentos de hedges que estiverem em conformidade com o critério de contabilização de hedge acima descrito estão registrados da seguinte forma:

Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda no instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, enquanto qualquer porção inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado quando o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge. Quando o item objeto da cobertura de hedge é o custo de um ativo ou passivo não-monetário, os montantes alocados ao patrimônio líquido são reconhecidos pelo valor contábil inicial de um ativo ou passivo não-monetário.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

Hedge de fluxo de caixa--Continuação

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogada, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

Os contratos derivativos em aberto são designados como hedge de fluxo de caixa para fins de contabilização. Enquanto em abertos, esses contratos são registrados pelo valor justo no balanço patrimonial com a porção efetiva da mudança em seu valor justo registrada no patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial em resultados não realizado de hedge. Todas as mudanças no valor justo dos instrumentos considerados efetivos, por definição, são registradas em resultado não realizado de hedge até que a exposição se realize, como por exemplo, o combustível seja consumido. As alterações no valor justo que não são consideradas efetivas são registradas como receitas ou despesas financeiras na demonstração do resultado.

A Companhia mensura a efetividade dos instrumentos de hedge para compensar as variações de preços com base na política contábil para mensuração da efetividade dos instrumentos derivativos definida na política de gerenciamento de riscos da Companhia, que considera efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da variação no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

Qualquer ganho ou perda decorrente de alterações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o ano que não são qualificados para contabilização de hedge, bem como, a porção inefetiva dos instrumentos designados para contabilização de hedge são reconhecidos diretamente ao resultado.

Classificação circulante e não-circulante

Instrumentos financeiros derivativos inefetivos são classificados como circulante e não-circulante ou segregados entre circulante e não-circulante conforme avaliação dos fatos e circunstâncias.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

Classificação circulante e não-circulante--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos que são designados como hedge e efetivos são classificados de maneira consistente com a classificação do item objeto do hedge. O instrumento financeiro derivativo é segregado entre circulante e não-circulante somente se esta segregação puder ser feita de forma confiável.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é determinado usando os valores de fechamento no período e cotações subjacentes relevantes, exceto para os contratos de opção, cujos valores são determinados por meio da adoção de metodologia de precificação (Black & Scholes), sendo as variáveis e informações relativas aos coeficientes de volatilidade obtidas por meio de reconhecidos provedores de informações de mercado.

e) Contas a Receber

Estão apresentadas a valores de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja realização é incerta, mediante análise de riscos e analise histórica da recuperação dos valores em atraso.

f) Estoques

Os estoques são compostos por materiais de consumo e de manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado, incluem as importações em andamento e estão reduzidos por provisões para estoques com baixa movimentação e obsolescência, quando aplicável.

g) Depósitos em garantia

Incluem os depósitos em garantia de contratos de arrendamento e os depósitos judiciais. Conforme requerido pelos contratos de arrendamento, a Companhia efetua depósitos como garantias para as empresas de arrendamento mercantil, os quais são denominados em dólares norte-americanos, não rendem juros e são reembolsáveis ao término dos contratos.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

h) Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Os contratos de arrendamento de aeronaves estabelecem que a Companhia, é responsável pela manutenção das aeronaves arrendadas. A Companhia efetua depósitos para manutenção para aeronaves e motores que serão aplicados em eventos futuros de manutenção. O valor dos depósitos é determinado nos contratos de arrendamento com base em medidas de desempenho, como horas de vôo ou ciclos, e os depósitos são utilizados para pagamento das manutenções efetuadas, podendo ser reembolsados à Companhia ao término dos contratos de arrendamento. Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia das obrigações contratuais relativas à manutenção ou o risco associado às atividades e aos custos de manutenção das aeronaves de sua responsabilidade como arrendatária. A Companhia detém o direito de escolher os fornecedores para realizar as manutenções ou realizá-las internamente. Os custos com manutenção são reconhecidos no resultado quando efetivamente incorridos, de acordo com a política de contabilização de gastos com manutenção. Alguns dos contratos estabelecem que os depósitos existentes, em excesso aos custos com manutenção incorridos não são reembolsáveis à Companhia. Tais excessos podem ocorrer se os valores anteriormente utilizados para manutenção forem menores que os valores depositados. Quaisquer excessos detidos pelo arrendador na data de expiração do contrato, os quais não são considerados significativos, são reconhecidos como despesa adicional de arrendamento a partir da data em que não mais seja provável que os depósitos existentes serão utilizados para manutenção. A Companhia efetua análise das condições das aeronaves no início do contrato de arrendamento e em bases trimestrais e anuais ou quando ocorrerem eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que os montantes não serão recuperáveis com o objetivo de avaliar uma potencial perda de substância desses valores.

A política contábil de gastos com manutenção requer que a Companhia estima o custo de todas as manutenções requeridas durante o período do arrendamento. Essas estimativas são baseadas na experiência da Administração da Companhia e nos dados da indústria disponíveis, incluindo relatórios estatísticos de histórico de operação da frota publicados pelos fabricantes de motores e componentes das aeronaves. Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir os depósitos por cartas de crédito para permitir a utilização dos depósitos para cobrir outros desembolsos relativos aos contratos de arrendamento. Muitos dos contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

h) Depósitos para manutenção de aeronaves e motores--Continuação

A Administração efetua análises regulares da recuperação dos depósitos para manutenção e acredita que os valores refletidos no balanço consolidado como depósitos para manutenção de aeronaves e motores são recuperáveis. Não há indicadores de deterioração dos depósitos de manutenção.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são registrados e avaliados com base no método de equivalência patrimonial reconhecida no resultado como receita ou despesa operacional, utilizando as demonstrações financeiras da controlada elaboradas na mesma data, com base em práticas contábeis consistentes com as práticas da Companhia. Os investimentos em empresas controladas que representam na essência uma extensão da Companhia no exterior, foram incluídos linha a linha nas demonstrações individuais e consolidadas e os demais investimentos reconhecidos e avaliados ao custo de aquisição.

j) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção que incluem juros e demais encargos financeiros. No imobilizado são também registrados os pré-pagamentos de aeronaves em fabricação que incluem os juros e encargos financeiros incorridos durante a fase de fabricação das aeronaves e as benfeitorias em bens de terceiros. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. As benfeitorias em bens de terceiros, aeronaves, móveis e bases aeroportuárias são depreciadas com base no prazo dos contratos de aluguel ou arrendamentos.

Os gastos com manutenção de componentes do imobilizado são registrados de acordo com o método de parada programada, com base no qual os custos diretos relacionados a peças a serem substituídas durante a manutenção são registrados como um componente específico do imobilizado depreciado ao longo da vida útil, que é definida como o período até a próxima manutenção programada.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

k) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil classificados sob a modalidade financeira são reconhecidos no ativo e no passivo com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de inicio do contrato de arrendamento quando o contrato de arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem a Companhia. . Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante com base no valor presente das contraprestações remanescentes a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor total das contraprestações vincendas é apropriada ao resultado como despesa financeira pelo prazo remanescente do contrato com base no método do custo amortizado e na taxa de juros efetiva.

Os valores registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica remanescente estimada e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os valores dos arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado a medida que ocorrem os pagamentos das contraprestações.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de sale-leaseback são reconhecidos imediatamente no resultado quando for certo que a transação foi estabelecida a valor justo, exceto se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado, quando os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o período que se espera que o ativo seja utilizado. Na hipótese do preço de venda ser superior ao valor justo do bem, o valor excedente ao valor justo é diferido e amortizado como uma redução das despesas com arrendamentos, durante o período em que se espera que o ativo será utilizado.

l) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os direitos de uso de softwares e o ágio apurado na aquisição de empresas decorrente da expectativa de rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e, são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

l) Ativos intangíveis--Continuação

O ágio decorrente de aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e seria amortizado na proporção da geração de lucros no prazo máximo de 10 anos da data de sua formação. Com base nas projeções de resultados da empresa adquirida, que contemplavam a sua reestruturação, concluída no último trimestre de 2008, não houve amortização do ágio em 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009 o ágio não será mais amortizado e será submetido a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

m) Programa de milhagem

O programa de milhagem denominado Smiles consiste na conversão de milhas acumuladas pelos passageiros ao utilizarem os vôos da Companhia e os serviços e produtos contratados com empresas não-aéreas do segmento financeiro, petroleiro, hoteleiro e securitário em prêmios e passagens. As obrigações relacionadas com milhas emitidas, acumuladas e não resgatadas são reconhecidas em contrapartida de despesas comerciais. As obrigações são estimadas utilizando o total estimado de bilhetes a conceder, os quais são valorizados com base no custo incremental que consiste no custo adicional por passageiro embarcado, assumindo-se que os assentos ofertados pelo programa não seriam ocupados por passageiros pagantes. As receitas decorrentes de milhas vendidas para empresas não aéreas parceiras do programa de milhagem Smiles são registradas como outras receitas quando as milhas são vendidas.

n) Redução ao valor recuperável

i) Deterioração de ativos não-financeiros

A Companhia avalia se há qualquer indício de deterioração em todos os ativos não-financeiros, inclusive o ágio, o imobilizado, outros intangíveis e outros ativos para cada data de divulgação. A recuperação do ágio é testada anualmente ou, em outros momentos, quando existem indícios de perda do valor recuperável. O montante recuperável tem sido determinado com base no valor em uso da unidade geradora de caixa consolidada. O valor em uso é determinado utilizando premissas para determinar o fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, estabelecidas pela Administração mediante o uso de estimativas.

Outros ativos não-financeiros também são testados para perda de valor recuperável quando existem indícios de que o valor contábil pode não ser recuperado.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

n) Redução ao valor recuperável--Continuação

ii) Deterioração de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia reconhece as mudanças no valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda no patrimônio líquido. Quando existe uma redução no valor justo destes ativos, a Administração faz julgamentos sobre este declínio para determinar se existe perda no valor recuperável a ser reconhecida no resultado.

o) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

p) Custo para devolução de aeronaves sob a modalidade de arrendamento operacional

A Companhia é contratualmente requerida a devolver as aeronaves arrendadas em um nível definido de atividade. A Companhia reconhece as obrigações relacionadas com os custos de devolução das aeronaves nas condições contratualmente requeridas quando as condições da aeronave não estejam em conformidade com as condições contratuais de devolução usando estimativas amparadas na experiência da Administração e em dados da indústria disponíveis.

q) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 ao ano, e a contribuição social é constituída à alíquota de 9% sobre a base tributável.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

q) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são decorrentes dos prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social, das adições temporárias ao lucro tributável e das diferenças temporárias decorrentes da neutralidade para fins tributários, mediante a opção da Companhia e sua controlada direta pelo Regime Tributário de Transição (RTT) na adoção da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08. Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos acumulados e base negativa de contribuição social são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros futuros para sua utilização, observando-se as limitações legais, com base em projeções de resultados futuros fundamentadas em premissas internas aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia, e em cenários econômicos futuros, sujeitos a alterações.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativas com base em premissas que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: valor residual do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos (somente em 2008); a mensuração do valor justo de remunerações baseadas em ações e de instrumentos financeiros (somente em 2008); as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis (somente em 2008); a quantidade de bilhetes que serão emitidos decorrentes de milhagem auferida pelos clientes, as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM n°. 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

s) Remuneração com base em ações

As despesas com remuneração decorrentes da concessão de opções de compra de ações da Companhia são reconhecidas nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo na data da outorga. Após o reconhecimento inicial, os valores de transações que serão liquidados por meio da emissão de ações não são ajustados. As despesas são reconhecidas no resultado durante o período de aquisição dos direitos estabelecidos no plano de remuneração com base em opções de compra de ações das opções concedidas.

t) Ajuste ao valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

u) Conversão de saldos e transações denominadas em moeda estrangeira

A moeda funcional utilizada para preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e controladas é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por não possuírem independência administrativa, financeira e operacional, elas se configuram como uma extensão das atividades comerciais da controladora no Brasil e foram tratadas como filiais da Companhia. Dessa forma, os seus ativos, passivos, receitas, despesas e fluxos de caixa são considerados em Reais e distribuídos, linha a linha, nas demonstrações financeiras da controladora.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

u) Conversão de saldos e transações denominadas em moeda estrangeira--Continuação

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

v) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

w) As Demonstrações de Informações de Natureza Ambiental e Social – DINAS, não auditadas

As Demonstrações de Informações de Natureza Ambiental e Social – DINAS, não auditadas, foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e estão apresentadas como informação suplementar considerada relevante para o mercado.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

x) Conciliação com as divulgações IFRS

As ações preferenciais da Companhia são negociadas sob a forma de *American Depositary Shares* – ADS na *New York Stock Exchange* – NYSE nos Estados Unidos da América, e desta forma, a Companhia está sujeita às normas da *Securities and Exchange Commission* – SEC. Com o objetivo de prover informações em uma base única e consistente, e que ao mesmo tempo atenda aos requerimentos dos reguladores em todos os mercados onde suas ações são negociadas, a Companhia adotou em 2008 o padrão contábil internacional emitido pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*", beneficiando os usuários das informações e favorecendo o processo de aderência plena à Lei nº. 11.638/07 na elaboração das demonstrações financeiras societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Conforme facultado pela SEC e visando atender às necessidades de informações dos mercados em que opera, a Companhia divulga suas demonstrações financeiras societárias e em IFRS simultaneamente.

Considerando o atual estágio da convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade, ainda existem diferenças entre as demonstrações financeiras societárias da Companhia e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais emitidas pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*". Em 31 de dezembro de 2008, a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido é como segue:

	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Conforme legislação societária (ajustado)	1.334.393	(1.237.114)
Programa de milhagem	(29.663)	(3.385)
Efeitos da aquisição de empresas	(232.422)	-
Imposto de renda diferido	(700)	1.152
Conforme IFRS (ajustado)	**1.071.608**	**(1.239.347)**

a) Programa de milhagem

Para fins de IFRS, o valor justo da parcela da receita de vendas de passagens relativa as milhas é identificada, segregada das receitas de passagens e diferida para ser reconhecida no resultado quando o transporte do passageiro contemplado com a utilização das milhas é efetuado, enquanto que nas demonstrações financeiras societárias a prática contábil conhecida como custo incremental é adotada.

4. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras--Continuação

x) Conciliação com as divulgações IFRS

b) Diferença na contabilização de aquisições de empresas

Para fins de IFRS o método de alocação do preço de compra com base nos valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos é utilizado, sendo o ágio resultante não amortizado. Nas demonstrações financeiras societárias o ágio apurado nas aquisições de empresas ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foi determinado com base no patrimônio líquido contábil.

c) Imposto de renda diferido

Diferenças temporárias relativas as diferenças de critérios contábeis entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais emitidas pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*".

5. Disponibilidades, investimentos de curto e longo prazo e caixa restrito

	2008	
	Controladora	**Consolidado**
Disponível		
Caixa e equivalentes de caixa	**3.520**	**148.715**
Hedge de fluxo de caixa de moeda estrangeira	**-**	**4.245**
Depósitos com vencimento de até três meses	**-**	**40.987**
	3.520	**193.947**

	2008	
	Controladora	**Consolidado**
Investimentos de curto prazo		
Ativos financeiros disponíveis para venda	**52.264**	**213.932**
Hedge de fluxo de caixa de moeda estrangeira	**-**	**7.035**
	52.264	**220.967**

5. Disponibilidades, investimentos de curto e longo prazo e caixa restrito--Continuação

Os ativos financeiros classificados como disponível para venda são compostos pelos fundos exclusivos, cuja carteira inclui investimentos em certificados de depósitos bancários (CDB), FIDC, operações de "box", títulos públicos, títulos de renda fixa, *swaps* e outros investimentos.

O *hedge* de fluxo de caixa consiste em instrumentos financeiros derivativos de futuro e opções de compra de dólares americanos registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que visam administrar a exposição da Companhia a riscos de mercado e taxas de câmbio que se encontram detalhadas na nota 22.

O caixa restrito representa os depósitos de margem de garantia vinculados às operações de *hedge* e empréstimos do BNDES e BDMG e incluem a remuneração das aplicações.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	2008	**2007**
Moeda Nacional		
Administradoras de cartões de crédito	**95.097**	674.380
Agências de viagens	**116.270**	117.933
Vendas parceladas	**92.913**	76.017
Agências de cargas	**15.505**	18.178
Outros	**48.723**	21.810
	368.508	908.318
Moeda Estrangeira	**21.117**	31.112
	389.625	939.430
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(44.698)**	(23.297)
	344.927	916.133

6. Contas a receber--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2008	**2007**
Saldo no início do exercício	**(23.297)**	(10.366)
Adições	**(28.936)**	(19.865)
Recuperações	**7.535**	6.934
Saldo no final do exercício	**(44.698)**	(23.297)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2008	**2007**
A vencer	**327.721**	899.032
Vencidas até 30 dias	**13.103**	20.447
Vencidas de 31 a 60 dias	**3.555**	2.694
Vencidas de 61 a 90 dias	**4.455**	3.091
Vencidas de 91 a 180 dias	**13.011**	2.964
Vencidas de 181 a 360 dias	**8.194**	3.219
Vencidas acima de 360 dias	**19.586**	7.983
	389.625	939.430

7. Estoques

	Consolidado	
	2008	**2007**
Materiais de consumo	**15.169**	17.958
Peças e materiais de manutenção	**108.408**	103.833
Adiantamentos a fornecedores	**68.206**	44.492
Importações em andamento	**14.752**	44.528
Outros	**4.105**	4.966
Provisão para obsolescência	**(4.275)**	-
	206.365	215.777

8. Impostos diferidos e a compensar e provisão para imposto de renda e contribuição social (ajustada)

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Impostos a recuperar ou compensar				
PIS e COFINS	**-**	-	**782**	1.293
ICMS		-	**4.184**	2.541
Antecipações de IRPJ e CSSL	**26.433**	8.164	**45.106**	9.358
IRRF sobre aplicações financeiras	**1.642**	9.616	**25.837**	10.074
Retenção de impostos de órgãos públicos	**-**	-	**17.193**	6.960
Imposto de valor agregado recuperável	**-**	-	**15.968**	7.250
Outros	**25**	6.723	**1.697**	8.093
	28.100	24.503	**110.767**	45.569
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Créditos sobre prejuízos fiscais acumulados	**-**	38.501	**272.027**	285.046
Base negativa de contribuição social	**-**	13.860	**37.365**	52.361
Diferenças temporárias	**-**	-	**36.556**	36.554
	-	52.361	**345.948**	373.961
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07	**(1.412)**	-	**(61.281)**	-
Outros	**-**	-	**8.080**	12.805
	(1.412)	52.361	**292.747**	386.766
	26.688	76.864	**403.514**	432.335
Ativo – Circulante	28.100	36.139	110.767	65.247
Ativo - Não Circulante	39.620	40.725	620.485	367.088
Passivo - Não Circulante	(41.032)	-	(327.738)	-

A Companhia e sua controlada têm prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora		Controlada (VRG)	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Prejuízo Fiscal Acumulado	**144.786**	154.002	**1.183.236**	415.164
Base Negativa de Contribuição Social	**144.786**	154.002	**1.183.236**	415.164

Em 30 de setembro de 2008, os créditos fiscais no valor de R$52.361, relativos aos prejuízos fiscais e base negativa acumulados da controladora Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (GLAI) foram baixados em razão da sua realização após a reestruturação societária depender da implementação de novas estratégias.

8. Impostos diferidos e a compensar e provisão para imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 31 de dezembro de 2008, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. A Administração da Companhia entende que com a reestruturação operacional das companhias e após a reestruturação societária descrita na nota 10, é provável que os lucros tributários futuros da controlada VRG Linhas Aéreas S.A. serão suficientes para a realização dos seus créditos fiscais reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As projeções revisadas de lucros tributáveis futuros, tecnicamente elaboradas e amparadas nos planos de negócio da Companhia, aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia, indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização dos créditos fiscais diferidos no prazo estimado de três anos, considerando o período de 12 meses de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, é como segue:

	2009	2010	2011	Total
VRG	61.204	240.939	43.805	345.948

8. Impostos diferidos e a compensar e provisão para imposto de renda e contribuição social--Continuação

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação da alíquota fiscal estatutária combinada com os valores refletidos no resultado, está demonstrada a seguir:

	Imposto de renda e contribuição social			
	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2008**	**2007**	**2008**	**2007**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1.176.015)**	223.385	**(1.191.658)**	11.620
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**399.845**	(75.950)	**405.164**	(3.951)
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Imposto de renda sobre equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos no exterior	**(409.813)**	60.523	**(98.921)**	-
Benefício sobre apuração de IRPJ e CSLL diferidos em controladas	**-**	-	**(3.876)**	171.886
Benefício não constituído sobre prejuízo fiscal	**-**	-	**(330.654)**	-
Despesas indedutíveis das controladas	**-**	-	**(30.281)**	-
Imposto de renda sobre diferenças permanentes	**(3)**	11.408	**11.865**	39.811
Efeito tributário de juros sobre capital próprio	**-**	49.161	**-**	49.161
Ajustes da adoção da Lei 11.638/07 e MP 449/08	**(1.823)**	-	**(1.823)**	-
Benefício fiscal da compensação de prejuízos fiscais	**(49.305)**	-	**3.070**	-
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social	**(61.099)**	45.142	**(45.456)**	256.907
Alíquota efetiva	-	20%	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(7.045)**	-	**(57.338)**	(111.128)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(54.054)**	45.142	**11.882**	368.035
	(61.099)	45.142	**(45.456)**	256.907

9. Transações com partes relacionadas

A controlada VRG Linhas Aéreas S.A. mantém contrato com as empresas ligadas para transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos e transporte de funcionários, pactuados em condições usuais de mercado e é locatária do imóvel situado à Rua Tamoios, 246 em São Paulo – SP, pertencente a empresa ligada, cujo contrato tem vencimento em 04 de abril de 2009 e cláusula de reajuste anual com base no IGP-M.

Os saldos a pagar às empresas ligadas, no valor de R$281 (R$482 em 2007) estão incluídos no saldos de fornecedores juntamente com as operação realizadas com terceiros. O valor das despesas que afetaram o resultado em 2008 é de R$8.589 (R$19.526 em 2007).

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

A Companhia mantém transações de contratos de mútuos com suas controladas, sem previsão de encargos financeiros, avais e garantias, cuja composição está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	Contas a Receber	
	2008	**2007**
VRG Linhas Aéreas S.A.	**1.146.224**	60.252
GTI S.A.	**-**	290
GAC Inc.	**-**	30.290
Total	**1.146.224**	90.832

A controlada VRG Linhas Aéreas S.A. adquiriu no mercado notas sênior e bônus perpétuos, emitidos pela Companhia por meio da sua controlada no exterior GAC Inc., correspondente ao valor de face de R$ 35.055 das notas sênior com vencimento em abril de 2017 e R$49.077 dos bônus perpétuos que foram registrados no consolidado como amortização do principal. A recompra de títulos de dívida no mercado gerou um ganho líquido de R$ 3.832.

Remuneração dos Administradores

	2008	**2007**
Encargos sociais	**3.622**	2.383
Salários e benefícios	**6.928**	7.588
Remuneração baseada em ações	**3.599**	3.448
Total	**14.149**	13.419

Remuneração com base em opções de compra de ações

Em 20 de dezembro de 2007 o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovou a outorga de 190.296 opções de compra de ações preferenciais da Companhia ao preço de R$45,46 por ação para o exercício de 2008.

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

Remuneração com base em opções de compra de ações--Continuação

A movimentação das opções existentes em 31 de dezembro de 2008 está apresentada a seguir:

	Opções de compra	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2007	241.857	50,67
Concedidas	190.296	45,46
Exercidas	(336)	36,35
Canceladas	(69.916)	49,21
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2008	361.901	48,26
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2007	91.013	44,97
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2008	151.436	46,23

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes com base nas seguintes premissas:

	Planos de opções de compra de ações			
	2004	2005	2006	2007
Total de opções concedidas	87.418	99.816	113.379	190.296
Preço de exercício da opção	33,06	47,30	65,85	45,46
Valor justo da opção na data da concessão	29,22	51,68	46,61	29,27
Volatilidade estimada do preço da ação	32,5%	39,9%	46,5%	41,0%
Dividendo esperado	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%
Taxa de retorno livre de risco	17,2%	18,0%	13,2%	1,2%
Duração da opção (em anos)	10,00	10,00	10,00	10,00

As despesas com remuneração por meio de opções de compra de ações avaliada com base no valor justo das opções na data da concessão das mesmas, no valor de R$5.362 foram registradas como despesas operacionais a partir de 1º. de janeiro de 2008.

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

Remuneração com base em opções de compra de ações--Continuação

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média ponderada das opções em circulação, bem como o intervalo de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de dezembro de 2008 estão resumidos a seguir:

Opções em Circulação				Opções exercíveis	
Intervalos dos preços de exercício	**Opções em circulação em 31/12/2008**	**Maturidade média ponderada remanescente**	**Preço de exercício médio ponderado**	**Opções exercíveis em 31/12/2008**	**Preço de exercício médio ponderado**
33,06	**55.724**	**6,00**	**33,06**	**47.516**	**33,06**
47,30	**69.194**	**7,00**	**47,30**	**41.053**	**47,30**
65,85	**77.353**	**8,00**	**65,85**	**30.941**	**65,85**
45,46	**159.630**	**9,00**	**45,46**	**31.926**	**45,46**
33,06-65,85	**361.901**	**7,84**	**48,26**	**151.436**	**46,23**

10. Investimentos (ajustada)

	Controladora		Consolidado
	2008	**2007**	**2007**
VRG Linhas Aéreas S.A.	**699.923**	-	883.296
Gol Transportes Aéreos S.A.	-	717.799	-
GTI S.A.	-	615.657	-
GAC Inc.	-	451.371	-
Outros investimentos	-	-	1.551
	699.923	1.784.827	884.847

Histórico da aquisição da VRG:

Em 28 de março de 2007, a Companhia anunciou a aquisição de 100% da ações da VRG Linhas Aéreas S.A. (VRG) pelo valor de R$568.263, dos quais R$200.412 foram pagos em moeda corrente nacional e R$367.851 foram pagos mediante entrega de ações preferenciais de emissão da Companhia.

A aquisição da VRG foi aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) em 4 de abril de 2007.

10. Investimentos (ajustada)--Continuação

Histórico da aquisição da VRG--Continuação

A Companhia assumiu o controle das operações da VRG em 9 de abril de 2007 e, como parte desta aquisição, assumiu as obrigações decorrentes do Edital do Leilão de alienação judicial da Unidade Produtiva Varig realizado em 20 de julho de 2006 pelo juízo da 1ª. Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, que deu origem à VRG.

Como parte do processo de aquisição da VRG, em 9 de abril de 2007, a Companhia efetuou aporte de capital de R$507.000 na controlada GTI S.A., dos quais R$107.000, foram integralizados em moeda corrente nacional e R$400.000 integralizados em ações da emissão própria da Companhia e destinados à reserva de capital. Com base nos dispositivos do contrato de aquisição da VRG, a Companhia iniciou um processo de arbitragem objetivando efetivar o ajuste ao preço de compra que envolve ressarcimento de cerca de R$153.000.

O ágio total apurado na aquisição no valor de R$980.223 foi determinado com base no patrimônio líquido da empresa adquirida refletindo todos os ativos e passivos identificados e mensuráveis existentes na data da aquisição, excluindo créditos capitalizáveis para com o antigo acionista no valor de R$192.795. Conforme descrito na nota 4, em decorrência da aplicação da Lei 11.638, o ágio oriundo da aquisição da VRG anteriormente classificado na rubrica investimentos, passou a ser classificado no intangível.

Em 25 de junho de 2008 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a aquisição e em 23 de setembro de 2008, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou o pedido de autorização para a reestruturação societária da Companhia reunindo suas controladas GOL Transportes Aéreos S.A. (“GOL”) e VRG Linhas Aéreas S.A. (“VRG”), em uma única companhia aérea, a VRG Linhas Aéreas S.A., que assumiu os direitos e obrigações de titularidade da GOL.

10. **Investimentos**--Continuação

Histórico da aquisição da VRG--Continuação

Em decorrência da reorganização societária ocorrida em 30 de setembro de 2008, a Gol Transportes Aéreos S.A. e a GTI S.A. foram incorporadas, passando o seu acervo patrimonial a integrar o patrimônio da VRG Linhas Aéreas S.A., que as sucedeu em todos os bens, direitos e obrigações. O patrimônio líquido da Gol Transportes Aéreos S.A. foi vertido com base no valor contábil apresentado no balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2008.

As movimentações dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, estão demonstrados a seguir:

	VRG Linhas Aéreas S.A.	**GOL Transportes Aéreos S.A.**	**GAC Inc.**	**Gol Finance**	**GTI S.A.**	**Total dos Investimentos**
Saldos em 31 de dezembro de 2006	-	700.692	478.537	-	-	1.179.229
Resultado de equivalência patrimonial	-	183.255	4.939	(7.833)	46.772	227.133
Resultados não-realizados de hedge	-	7.084	-	-	(263)	6.821
Antecipação de dividendos	-	(173.716)	-	-	-	(173.716)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	569.148	569.148
Aporte de capital	-	484	(32.105)	933	-	(30.688)
Transferências de ativos	-	-	-	6.900	-	6.900
Saldos em 31 de dezembro de 2007	-	717.799	451.371	-	615.657	1.784.827
Resultado de equivalência patrimonial	**(238.186)**	**120.967**	-	-	**(707.829)**	**(825.048)**
Dividendos	-	**(19.335)**	-	-	-	**(19.335)**
Transferência para VRG do saldo do resultado de equivalência patrimonial devido a reestruturação societária	**726.515**	**(817.523)**	-	-	**91.008**	-
Resultados não-realizados de hedge	**(40.580)**	**(1.908)**	-	-	**1.164**	**(41.324)**
Ajustes da adoção inicial da Lei 11.638/07	**252.174**	-	**(451.371)**	-	-	**(199.197)**
Saldos em 31 de dezembro de 2008	**699.923**	**-**	**-**	**-**	**-**	**699.923**

10. Investimentos--Continuação

Histórico da aquisição da VRG--Continuação

A controlada VRG Linhas Aéreas S.A. não possui ações negociadas em bolsa. As informações relevantes sobre a mesma em 31 de dezembro de 2008, estão sumariadas a seguir:

Controlada	Quantidade total de ações possuídas	Participação %	Capital social integralizado	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido das controladas
VRG Linhas Aéreas S.A.	**1.015.450.271**	**100%**	**1.077.340**	**676.098**	**(1.238.609)**

11. Imobilizado

		Consolidado 2008			2007
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de vôo					
Aeronaves sob arrendamento financeiro	5%	**1.390.625**	**(82.063)**	**1.308.562**	-
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	5%	**604.802**	**(52.064)**	**552.738**	364.516
Reconfigurações de aeronaves	13%	**87.053**	**(52.999)**	**34.054**	42.081
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20%	**1.259**	**(470)**	**789**	872
Ferramentas	10%	**9.645**	**(1.961)**	**7.684**	7.894
		2.093.384	**(189.557)**	**1.903.827**	415.363
Imobilizado de uso					
Direitos de uso de *software*	20%	**-**	**-**	**-**	31.185
Veículos	20%	**6.360**	**(3.363)**	**2.997**	3.946
Máquinas e equipamentos	10%	**18.673**	**(3.989)**	**14.684**	12.463
Móveis e utensílios	10%	**14.668**	**(4.021)**	**10.647**	9.402
Computadores e periféricos	20%	**28.795**	**(12.984)**	**15.811**	12.478
Equipamentos de comunicação	10%	**2.040**	**(690)**	**1.350**	1.212
Instalações	10%	**4.283**	**(1.212)**	**3.071**	3.077
Centro de manutenção Confins	7%	**61.777**	**(5.888)**	**55.889**	33.622
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	**6.055**	**(3.368)**	**2.687**	1.864
Obras em andamento	-	**30.588**	**-**	**30.588**	31.273
		173.239	**(35.515)**	**137.724**	140.522
		2.266.623	**(225.072)**	**2.041.551**	555.885
Adiantamentos para aquisição De aeronaves	-	**957.204**	**-**	**957.204**	695.538
		3.223.827	**(225.072)**	**2.998.755**	1.251.423

11. **Imobilizado**--Continuação

Os adiantamentos para aquisição de aeronaves, líquidos de devoluções, referem-se aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 58 aeronaves 737-800 Next Generation (63 aeronaves em 2007), conforme detalhado na Nota 21 no valor de R$957.204, incluindo os juros e encargos capitalizados de R$33.955 (R$18.721 em 2007).

Conforme descrito na Nota 13, em 31 de dezembro de 2008, os adiantamentos para aquisição de aeronaves no valor de R$957.204 estão vinculados a garantia de contrato de empréstimo.

Durante 2008, a Companhia por meio de sua subsidiária GAC Inc. realizou transações de sale-leaseback de 2 aeronaves 737-800 Next Generation que resultaram em prejuízos de R$20.008, registrado na rubrica de despesa antecipada no ativo a ser amortizado proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia apurou prejuízos de R$34.354, relativos ao mesmo tipo de transação, os quais foram reconhecidos integralmente no resultado não operacional daquele exercício.

A partir de 1º. de janeiro de 2008, a vida útil econômica de peças e conjuntos de reposição e motores sobressalentes foi revisada de 20% a.a. para 5% a.a. Em conseqüência dessa mudança, a despesa com depreciação desses itens foram R$63.887 menores em relação ao ano anterior.

12. Intangível

	Vida útil definida	**Vida útil indefinida**	
	Software	**Ágio**	**Saldo Líquido**
Vida útil	5 anos	-	
Saldos em 1º de janeiro de 2008	33.893	883.296	917.189
Adições	20.582	96.927	117.509
Amortizações	(10.408)	-	(10.408)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	**44.067**	980.223	**1.024.290**

12. **Intangível**--Continuação

O ágio total apurado na aquisição da VRG Linhas Aéreas S.A. no valor de R$980.223, foi determinado com base no balanço da empresa adquirida refletindo todos os ativos e passivos identificados e mensuráveis existentes na data da aquisição, excluindo créditos capitalizáveis para com o antigo acionista no valor de R$192.795. O ágio na aquisição da VRG está fundamentado na expectativa de lucros futuros, amparada em estudos técnicos elaborados por peritos independentes com base em premissas econômico-financeiras, e o critério de amortização definido foi amortizá-lo em proporção aos benefícios esperados no prazo de até dez anos da data da aquisição da VRG, a partir do mês em que os benefícios econômicos passassem efetivamente a ser gerados mediante a reestruturação das operações. Mesmo diante do atual cenário econômico adverso a Administração não identificou indicadores de perda de substância econômica do ágio, cujos benefícios econômicos foram mensurados com base no valor em uso da unidade geradora de caixa consolidada incluindo todas as receitas geradas pela capacidade operacional adicional advinda desta aquisição.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa consolidada. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa e futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Uso do modelo de fluxo de caixa descontado para avaliação do valor em uso;

- Taxa de desconto derivada da taxa média ponderada de custo do capital da Companhia, ajustada para riscos específicos do mercado;

- Taxa de crescimento de longo prazo que reflete o consenso do mercado para o negócio da Companhia;

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor estimado de mercado excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

12. **Intangível**--Continuação

Com base na analise de sensibilidade dos cenários econômicos, caso ocorram mudanças nas premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso da unidade geradora de caixa, essas mudanças não resultariam em valor recuperável inferior ao valor contábil dos ágios e demais ativos intangíveis na data da avaliação.

13. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média efetiva de juros ao ano		Controladora	Consolidado	
Circulante:	2008	2007	2008	2008	2007
Moeda Nacional:					
Capital de giro	**15,00%**	10,77%	-	**50.000**	496.788
Empréstimo BNDES	**8,90%**	9,15%	-	**14.181**	14.962
Empréstimo BDMG	**12,79%**	9,45%	-	**2.567**	72
Juros			-	**1.686**	3.731
			-	**68.434**	515.553
Moeda Estrangeira:					
Empréstimo para adiantamento Para aquisição de aeronaves	**3,51%**	6,73%	**697.719**	**697.719**	169.173
Empréstimos bancários	-	5,21%	-	-	106.278
Empréstimo IFC	**5,50%**	7,26%	-	**19.475**	17.800
Juros			**21.401**	**23.876**	15.328
			719.120	**741.070**	308.579
			719.120	**809.504**	824.132
Longo Prazo:					
Moeda Nacional:					
Empréstimo BNDES	**8,90%**	9,15%	-	**36.633**	50.813
Empréstimo BDMG	**12,79%**	9,45%	-	**12.593**	14.243
			-	**49.226**	65.056
Moeda Estrangeira:					
Empréstimo para adiantamento Para aquisição de aeronaves	**3,51%**	6,73%	-	-	174.439
Empréstimo IFC	**5,50%**	7,26%	-	**77.900**	73.804
Bônus sênior	**7,50%**	7,50%	**516.685**	**481.630**	398.543
Bônus perpétuos	**8,75%**	8,75%	**463.545**	**414.468**	354.260
			980.230	**973.998**	1.001.046
			980.230	**1.023.224**	1.066.102
			1.699.350	**1.832.728**	1.890.234

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando o período de 12 meses de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano são como segue:

	2010	2011	2012	2013	Após 2013	Total
Moeda Nacional:						
Empréstimo BNDES	14.653	14.653	7.327	-	-	**36.633**
Empréstimo BDMG	3.096	3.096	3.096	3.096	209	**12.593**
Moeda Estrangeira:						
Empréstimo IFC	19.475	19.475	19.475	19.475	-	**77.900**
Bônus sênior	-	-	-	-	481.630	**481.630**
Bônus perpétuos	-	-	-	-	414.468	**414.468**
Total	**37.224**	**37.224**	**29.898**	**22.571**	**896.307**	**1.023.224**

Capital de giro

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia mantém cinco linhas de crédito de curto prazo com cinco instituições financeiras que permitem empréstimos de até R$500.000 (R$577.000 em 31 de dezembro de 2007). O prazo médio dos financiamentos é de 210 dias com juros de 15,00% a.a. que representam 111,50% sobre o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia havia tomado empréstimos no valor de R$50.000 (R$496.788 em 31 de dezembro de 2007).

Outros empréstimos e financiamentos

(i) Em 29 de maio de 2006, a GOL contratou um empréstimo de longo prazo em moeda nacional no valor de R$75.700 junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A linha direta de crédito aprovada pelo BNDES foi utilizada no financiamento de parte significativa da ampliação das instalações do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais, para a aquisição de equipamentos e materiais nacionais. O empréstimo BNDES tem um prazo de seis anos com juros calculados com base na TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) acrescida de 2,65% a.a. e tem garantia de contas a receber das administradoras de agências de viagem no valor de R$16.000. O principal é amortizado mensalmente em parcelas iguais no valor de R$1.190 com carência de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor é de R$50.814 (R$65.775 em 31 de dezembro de 2007).

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Outros empréstimos e financiamentos--Continuação

(ii) Em 29 de junho de 2006, a GOL contratou um empréstimo de longo prazo junto ao International Finance Corporation (IFC) no valor de US$50 milhões correspondente a R$108.000 na data da captação. O financiamento junto ao International Finance Corporation (IFC) está sendo utilizado pela GOL para aquisição de peças de reposição e para capital de giro. O financiamento tem prazo de seis anos com juros calculados com base na LIBOR acrescida de 1,875% a.a. e tem garantia de peças e equipamentos pelo valor de mercado a um valor mínimo equivalente a 1,25 vezes o valor do saldo devedor. Em 31 de dezembro de 2008, o valor das peças e equipamentos dadas em garantia era de R$207.831 (R$91.395 em 31 de dezembro de 2007). O principal é amortizado semestralmente em parcelas iguais no valor de US$4.167 mil com carência de 6 meses. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor é de R$97.375 (R$91.604 em 31 de dezembro de 2007).

(iii) Em 4 de julho de 2007, a GOL contratou um empréstimo de longo prazo em moeda nacional no valor de R$ 14.000 junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), que está sendo utilizado para o financiamento parcial dos investimentos e das despesas operacionais do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais. O empréstimo tem um prazo de cinco anos com juros calculados com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 6% a.a. e com garantia de contas a receber das agências de viagem no valor de R$ 7.332. O principal é amortizado mensalmente em parcelas iguais no valor de R$233 com carência de 18 meses. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor é de R$15.160 (R$14.315 em 31 de dezembro de 2007).

(iv) Em 15 de outubro de 2007, a controlada SKY Finance contratou um financiamento denominado em dólares norte-americanos junto a 8 bancos internacionais liderado por Calyon e Citibank, no valor de US$310 milhões correspondentes a R$560.418 com base na taxa de câmbio em vigor na data do ingresso dos recursos, cujos recursos serão utilizados para pagamento dos adiantamentos para aquisição de 21 aeronaves Boeing 737-800 Next Generation com entrega prevista para ocorrer em 2008 e 2009. Em 15 de outubro de 2007, houve desembolso de R$273.592 para pagamento de obrigações junto à Boeing (correspondente a US$151 milhões na data do desembolso para a Boeing) estando o restante disponível para o uso nas datas dos desembolsos programados futuros. O financiamento tem um prazo médio de 1,6 anos com juros LIBOR acrescida de 0,50% a.a. e é garantido pelo direito de compra das 21 aeronaves e pela GOL. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor é de R$697.719 (R$343.612 em 31 de dezembro de 2007).

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Bônus sênior

Em 22 de março de 2007, a controlada Gol Finance, captou recursos mediante emissão de bônus sênior denominados em dólares norte-americanos no valor nominal de US$225 milhões correspondentes a R$ 463.545 na data da captação com garantia da Companhia e da GOL. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários obtidos com garantia do U.S. Exim Bank. Os bônus sênior têm vencimento em 2017, com juros de 7,50% a.a. e são considerados obrigações sênior sem garantia da Companhia e da GOL. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor é de R$481.630 (R$ 398.543 em 31 de dezembro de 2007).

Bônus perpétuos

Em 5 de abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance, captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em dólares norte-americanos no valor nominal de US$200 milhões correspondentes a R$426.880 na data da captação com garantia da Companhia e da GOL. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários com garantia do U.S. Exim Bank. Os bônus perpétuos não têm vencimento determinado, podendo ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da emissão. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor é de R$ 414.468 (R$ 354.260 em 31 de dezembro de 2007).

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 31 de dezembro de 2008, refletindo o reajuste freqüente das cotações de mercado desses instrumentos, com base na taxa de câmbio em vigor na data do encerramento do balanço é conforme segue:

	Consolidado	
	Contábil	**Mercado**
Bônus sênior	481.630	242.318
Bônus perpétuos	414.468	161.054

Condições contratuais restritivas

Os contratos com o IFC e com o BNDES prevêem obrigações e restrições, incluindo exigências de manutenção de índices de liquidez e de cobertura das despesas financeiras definidos. Em períodos anteriores a Companhia não estava aderindo a 2 índices financeiros estabelecidos nesses contratos tendo obtido os consentimentos específicos dos credores que permitiram a manutenção da classificação das respectivas dividas no longo prazo.

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Condições contratuais restritivas--Continuação

Em relação ao contrato com o IFC, em 20 de maio de 2008, a Companhia e o IFC (International Finance Corporation) assinaram um aditivo contratual modificando as condições inicialmente estabelecidas com relação aos índices financeiros. Em 31 de Dezembro de 2008, a Companhia encontrava-se aderente aos novos índices pactuados com o IFC.

Em relação ao BNDES, de acordo com consentimentos obtidos, a Companhia vem apresentando cartas de fiança bancária nos prazos e condições estabelecidos no contrato, enquanto permanecer em desacordo com os índices estabelecidos.

14. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de transportes a executar de R$ 572.573 (R$472.860 em 31 de dezembro de 2007) é representado por 2.010.347 (2.211.591 em 31 de dezembro de 2007) cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados com prazo médio de utilização de 80 dias.

15. Programa de milhagem

Em 31 de dezembro de 2008, o programa de milhagem Smiles apresentava 2.953.050 de trechos estimados conquistados por seus participantes e ainda não resgatados.

A movimentação do saldo das obrigações do programa de milhagem, considerando a quantidade de milhas acumuladas, está demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2007	50.080
Milhas concedidas e acumuladas	84.610
Milhas resgatadas e utilizadas ou expiradas	(116.291)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	**18.399**

15. **Programa de milhagem**--Continuação

A premiação consiste na utilização de milhas para troca por bilhetes ou benefícios e privilégios como mudança de classe nos vôos, bônus sobre as milhas voadas, central de atendimento exclusiva, atendimento diferenciado no *check-in*, maior franquia de bagagem e acesso a salas VIP em aeroportos, conforme o regulamento do programa. As milhas auferidas pelos participantes têm validade de três anos, a contar do mês da sua emissão, enquanto os bilhetes emitidos com utilização de milhas são válidos por um ano.

16. **Provisão para contingências**

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e reclamações administrativas, sendo aproximadamente 800 reclamações administrativas, 9.000 ações cíveis e 4.200 ações trabalhistas, dentre as quais, aproximadamente 700 reclamações administrativas, 8.500 ações cíveis e 700 ações trabalhistas surgiram em decorrência da operação da Companhia, o restante é decorrente de pedidos de reconhecimento da sucessão pela VRG, da antiga Varig.

As obrigações estimadas relativas aos processos cíveis e trabalhistas estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2008	**2007**
Cíveis	**20.898**	9.942
Trabalhistas	**51.425**	22.133
	72.323	32.075

Os depósitos judiciais relativos as provisões para contingências trabalhistas e cíveis correspondem a R$18.189 e R$1.605, respectivamente (R$ 9.364 e R$ 69 em 31 de dezembro de 2007, respectivamente).

16. Provisão para contingências--Continuação

A Companhia está discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da Administração da Companhia essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato, o qual jamais integrará o patrimônio da Companhia. Ausente a caracterização da circulação de mercadoria, não originando, portanto, o fato gerador ICMS. O valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento, é de R$201.760 em 31 de dezembro de 2008 (R$173.887 em 31 de dezembro de 2007) atualizados monetariamente e não incluindo encargos moratórios. A Administração, com base na avaliação do tema pelos seus assessores legais e amparada em ações da mesma natureza julgadas favoravelmente aos contribuintes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) no segundo trimestre de 2007, entende que as chances de perda são remotas. Embora o resultado dessas ações e processos não possa ser previsto, na opinião da Administração amparada por consultas aos seus assessores jurídicos externos, o julgamento final dessas ações não terá um efeito adverso relevante sobre a posição financeira, os resultados operacionais e o fluxo de caixa da Companhia.

Existem outros processos no montante de R$4.930, cujos riscos de perda foram avaliados pelos assessores jurídicos como remoto.

17. Outras obrigações (ajustada)

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Resultado de *hedge* a apropriar	**121.883**	-	**125.739**	-
Custo de devolução de aeronaves	**-**	-	**102.615**	-
Contratos onerosos	**-**	-	**8.250**	-
Outros	**19.130**	561	**42.209**	47.577
	141.013	561	**278.813**	47.577

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social está representado por 202.300.591 ações, sendo 107.590.792 ações ordinárias e 94.709.799 ações preferenciais. A composição acionária é como segue:

	2008			2007		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
Fundo ASAS	**100,00%**	**42,60%**	**73,13%**	100,00%	37,84%	70,90%
Ações em tesouraria	-	**1,66%**	**0,78%**	-	-	-
Outros	-	**3,84%**	**1,80%**	-	2,74%	1,28%
Mercado	-	**51,90%**	**24,29%**	-	59,42%	27,82%
	100,00%	**100,00%**	**100,00%**	100,00%	100,00%	100,00%

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2008 é de R$2.000.000. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. A critério do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações preferenciais, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. É vedada a emissão de partes beneficiárias nos termos do estatuto social da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto quanto à ocorrência de fatos específicos estabelecidos em lei. Essas ações têm como preferência: prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e direito de serem incluídas na oferta pública em decorrência de alienação de controle, ao mesmo preço pago por ação do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Em 9 e 10 de abril de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital social no valor de até R$518.100 mediante a emissão de 8.519.979 ações preferenciais nos termos do Contrato de Compra e Venda do Controle Acionário da VRG.

18. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 14 de junho de 2007, a Companhia homologou o aumento de seu capital mediante emissão de 6.082.220 ações preferenciais, das quais 6.049.185 no valor de R$367.851 foram utilizadas para integralizar capital na controlada GTI S.A., mediante constituição de uma reserva de capital e posteriormente transferidas para terceiros nos termos do Contrato de Compra e Venda do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A.

A cotação das ações da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., em 31 de dezembro de 2008, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondeu a R$ 9,91 e US$ 4,23 na New York Stock Exchange – NYSE. O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2008 é de R$ 6,45 (R$11,92 em 31 de dezembro de 2007).

b) Reservas de capital

i. Reserva especial de ágio de controlada

A controlada Gol Transportes Aéreos S.A., posteriormente incorporada pela VRG, constituiu reserva especial de ágio, no valor de R$29.187, correspondente ao valor do benefício fiscal decorrente da amortização de ágio apurado pela BSSF II Holdings Ltda. absorvido na incorporação dessa empresa. A reserva especial de ágio poderá ser capitalizada ao final de cada exercício social, na medida em que o benefício fiscal tenha sido realizado mediante uma efetiva diminuição dos tributos pagos pela controlada. A realização fiscal desse crédito beneficia indistintamente todos os acionistas da Companhia nas datas da sua realização. O benefício fiscal realizado foi de R$5.838 (R$5.838 em 2007) e o benefício realizado acumulado em 31 de dezembro de 2008 é de R$27.242 (R$21.404 em 2007).

ii. Ágio na conferência de ações

A reserva de ágio foi apurada na conferência das ações em decorrência da mais valia do acervo líquido recebido em relação ao valor aportado como aumento de capital e beneficia indistintamente todos os acionistas.

18. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reservas de lucros

i. Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº. 6.404/76.

ii. Reinvestimentos

A reserva para reinvestimento destina-se a atender aos investimentos previstos no orçamento de capital da companhia.

Em 2007 uma parcela da reserva de lucros para reinvestimento no valor de R$47.674 foi revertida contra lucros acumulados para fazer face a proposta de distribuição de dividendos do exercício de 2007, aprovada na Assembléia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2008.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Durante o exercício de 2007, o Conselho de Administração aprovou uma Política de Dividendos com base na qual, sem prejuízo ao disposto no Estatuto Social da Companhia, aprovou a distribuição de dividendos intercalares trimestrais fixos no valor de R$0,35 (trinta e cinco centavos), por trimestre, por ação ordinária e preferencial da Companhia de acordo com a Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Com base na sua política de dividendos e nos lucros auferidos a Companhia distribuiu dividendos intercalares no 1º trimestre de 2008 no valor de R$36.258.

Em 6 de agosto de 2008, o Conselho de Administração deliberou a suspensão da distribuição de dividendos trimestrais para o restante do ano de 2008 em razão desta distribuição não mais ser compatível com o resultado previsto para o exercício de 2008.

18. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio--Continuação

Os dividendos intercalares relativos ao primeiro trimestre de 2008, haviam sido inicialmente registrados como conta redutora dos lucros acumulados. Em 30 de setembro, diante da situação de prejuízos acumulados e com base na proposta da Administração, que depende de ratificação pela Assembléia Geral Ordinária a ser realizada dentro do prazo previsto pela legislação vigente, os dividendos intercalares foram apropriados às reservas de lucros existentes.

Durante o exercício de 2007, a Companhia distribuiu dividendos intercalares no valor de R$302.775, sendo R$144.592 sob a forma de juros sobre capital próprio e R$158.183 como dividendos. Os dividendos intercalares superaram o dividendo mínimo obrigatório conforme demonstrado a seguir:

	2007
Lucro líquido do exercício	**268.527**
Reserva legal	**(13.426)**
Lucro base para cálculo do dividendo	**255.101**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**63.775**
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos:	
Juros sobre capital próprio - R$71,47 por lote de cem ações	**144.592**
Dividendos propostos - R$78,19 por lote de cem ações	**158.183**
	302.775
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio	**(5.530)**
	297.245

Os juros sobre o capital próprio foram imputados ao dividendo do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia. Esses juros foram contabilizados no resultado operacional conforme requerido pela legislação fiscal e foram revertidos contra lucros acumulados, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no valor de R$49.161 em 31 de dezembro de 2007.

18. Patrimônio líquido--Continuação

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de janeiro de 2008, aprovou um programa de recompra de ações preferenciais com o objetivo de geração de valor aos acionistas para manutenção em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução do capital social. A quantidade total de ações da Companhia a ser adquirida é de até 5.000.000 (cinco milhões), equivalentes a 5,3% das ações dessa classe. Em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº. 10/80, o prazo máximo para a realização da operação é de 365 dias a partir de 28 de janeiro de 2008. Não ocorreram novas aquisições de ações de emissão própria no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Desde o início do programa de aquisição de ações de sua emissão, a Companhia adquiriu 1.574.200 ações preferenciais a um custo médio de R$26,16 , sendo que o custo mínimo foi de R$19,98 e o custo máximo foi de R$30,28. Em 31 de dezembro de 2008 estavam registradas no patrimônio líquido 1.574.200, na rubrica Ações em tesouraria, que totalizavam R$41.180 cujo valor de mercado corresponde a R$15.600 .

19. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Consolidado						
	2008					2007	
	Custos dos serviços prestados	**Despesas comerciais**	**Despesas administrativas**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
Com pessoal	876.789	-	106.994	983.783	**15,1**	794.440	15,8
Combustíveis e lubrificantes	2.630.835	-	-	2.630.835	**40,5**	1.898.840	37,8
Arrendamento de aeronaves	645.089	-	-	645.089	**9,9**	558.625	11,1
Comerciais e publicidade	-	588.735	-	588.735	**9,1**	367.866	7,3
Prestação de serviços	194.840	-	227.337	422.177	**6,5**	348.732	6,9
Material de manutenção e reparo	388.030	-	-	388.030	**6,0**	318.917	6,3
Tarifas de pouso e decolagem	338.370	-	-	338.370	**5,2**	273.655	5,5
Depreciação e amortização	123.135	-	15.148	138.283	**2,1**	101.741	2,0
Outras despesas operacionais	343.177	-	16.363	359.540	**5,5**	364.670	7,3
	5.540.265	**588.735**	**365.842**	**6.494.842**	**100,0**	5.027.486	100,0

Em 2008, as despesas com combustíveis incluem ganhos de R$32.928 (R$33.167 em 2007), decorrentes de resultados nas transações com instrumentos derivativos representados por resultados de contratos de *hedge* de combustíveis expirados e mensurados como efetivos para proteger as despesas das flutuações do preço dos combustíveis.

20. Resultado financeiro líquido (ajustado)

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	**(92.856)**	(2)	**(205.497)**	(162.715)
Variações cambiais de passivos	**(441.566)**	(131.103)	**(1.049.303)**	(92.876)
Variações cambiais de arrendamentos	**-**	-	**(380.937)**	-
Perdas com fundos de investimentos	**(15)**	-	**(15.939)**	(7.348)
Perdas com instrumentos financeiros	**(46.801)**	-	**(159.335)**	(51.724)
CPMF	**-**	(1.874)	**-**	(15.045)
Variações monetárias de passivos	**-**	-	**(6.016)**	(5.035)
Outros	**(18.823)**	(250)	**(41.711)**	(72.672)
	(600.061)	(133.229)	**(1.858.738)**	(407.415)
Receitas financeiras:				
Juros e ganhos em aplicações financeiras	**15.131**	51	**65.605**	94.667
Variações cambiais de ativos	**174.743**	84.321	**599.592**	152.649
Ganhos com instrumentos financeiros	**15.745**	44.190	**12.744**	193.615
Juros capitalizados	**27.179**	-	**27.179**	22.156
Juros sobre capital próprio	**33.647**	1.547	**-**	6.299
Variações monetárias de ativos	**2.602**	-	**15.357**	-
Outros	**1.386**	7.808	**31.867**	44.227
	270.433	137.917	**752.344**	513.613
Resultado financeiro líquido	**(329.628)**	4.688	**(1.106.394)**	106.198

21. Compromissos

A Companhia possui um contrato de compra com a Boeing para aquisição de aeronaves Boeing 737-800 Next Generation. Em 31 de dezembro de 2008 existem 94 pedidos firmes e 36 opções de compra. O valor aproximado dos pedidos firmes é de R$15.820.109 (correspondendo a US$6,8 bilhões), com base no preço de lista das aeronaves (que exclui os descontos contratuais de construção), incluindo estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção das aeronaves e depósitos em garantia. Os compromissos de compra de aeronaves, incluem a parcela que será financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo Exim Bank dos Estados Unidos (Exim), correspondente a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazos e de financiamento de fornecedor.

A seguinte tabela apresenta um resumo dos pagamentos relativos aos compromissos com aquisições de aeronaves para os próximos anos:

21. **Compromissos**--Continuação

	Até um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Adiantamentos para aquisição de aeronaves	170.530	665.394	6.743	842.667
Compromissos de compra de aeronaves	1.958.781	10.750.588	3.110.740	15.820.109
Total	**2.129.311**	**11.415.982**	**3.117.483**	**16.662.776**

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2008, a frota total era composta de 115 aeronaves, dentre as quais 15 aeronaves 737-300 encontram-se em processo de devolução, sendo que 90 aeronaves estão classificadas como arrendamento mercantil operacional e 25 aeronaves sob a modalidade de arrendamento mercantil financeiro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia recebeu 11 aeronaves com base em contratos de arrendamento mercantil financeiro e devolveu 5 aeronaves 737-300.

a) Arrendamentos mercantis financeiros

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2008 estão detalhados a seguir:

	2008
Até 1 ano	**222.222**
Acima de 1 e abaixo de 5 anos	**881.186**
Acima de 5 anos	**972.318**
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	**2.075.726**
Menos total de juros	**(502.121)**
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	**1.573.605**
Menos parcela de curto prazo	**(157.948)**
Parcela de longo prazo	**1.415.657**

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves arrendadas para 15 anos por meio da utilização da estrutura SOAR (mecanismo de alongamento de amortização e pagamento de financiamento) estrutura que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2007 o valor dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento é de R$13.556 (R$1.861 em 31 de dezembro de 2007).

21. **Compromissos**--Continuação

b) Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia arrenda aeronaves, terminais dos aeroportos, outras instalações aeroportuárias, escritórios e outros equipamentos na modalidade de arrendamento mercantil operacional com prazos entre 2009 e 2018.

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacional não canceláveis estão denominados em US$ dólares em 31 de dezembro de 2008 essas obrigações estão demonstradas como segue:

	2008
Até 1 ano	**916.298**
Acima de 1 e abaixo de 5 anos	**3.080.918**
Acima de 5 anos	**678.204**
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	**4.675.420**

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações, principalmente os efeitos de mudanças de preço de combustível e risco de taxa de câmbio, riscos de crédito e riscos de taxas de juros.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para minimizar esses riscos com base em uma política formal de gerenciamento de riscos sob a gestão de seus diretores, seu Comitê de Políticas de Risco e seu Conselho de Administração. A Política de Gestão de Risco da Companhia estabelece controles, limites, bem como outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para monitoramento contínuo das exposições, além de proibir explicitamente a realização de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros derivativos, os quais são utilizados somente com finalidade de *hedge*. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos exóticos ou qualquer outro tipo de operação com alavancagem.

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os fundos de investimento exclusivo dos quais a Companhia e suas controladas são titulares são utilizados como veículos para a contratação de cobertura de riscos conforme a política de gerenciamento de risco da Companhia.
As informações relevantes relativas aos principais riscos que afetam as operações da Companhia estão detalhadas a seguir:

a) Risco de preço de combustíveis

As companhias aéreas estão expostas aos efeitos da elevação dos preços do combustível de aviação. O combustível de aviação consumido em 2008 e 2007 representou 40,5% e 37,8%, respectivamente, dos custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas da Companhia. Para gerenciar esses riscos, a Companhia utiliza contratos futuros, swaps e opções de petróleo e seus derivados. O objeto do *hedge* de combustível é a despesa operacional com combustível. Como o combustível de aviação não é negociado em uma bolsa de mercadorias, a liquidez e as alternativas para contratação de operações de *hedge* desse item são limitadas. Entretanto, a Companhia encontra commodities eficazes para proteger os custos de combustível de aviação, principalmente o petróleo bruto. Historicamente, os preços do petróleo têm sido altamente correlacionados com os preços de combustível de aviação, o que torna os derivativos de petróleo eficazes na compensação das flutuações dos preços do combustível de aviação, de forma a fornecer proteção a curto prazo, relativamente aos aumentos bruscos dos preços do combustível. Os contratos futuros são listados na bolsa NYMEX, os swaps são contratados com bancos internacionais de primeira linha, e as opções podem ser tanto as listadas na bolsa NYMEX quanto aquelas transacionadas com bancos internacionais de primeira linha.

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

a) Risco de preço de combustíveis--Continuação

Os contratos derivativos da Companhia, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, estão sumariados a seguir (em milhares, exceto quando indicado):

Em 31 de Dezembro:	**2008**	**2007**
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício (R$)	(102.387)	23.302
Prazo médio (meses)	6	2
Volume objeto de instrumentos financeiros derivativos designados como hedge (barris)	2.046.250	1.388.000
Exercício encerrado em 31 de dezembro:	**2008**	**2007**
Ganhos (perdas) com efetividade do s instrumentos financeiros derivativos designados como hedge reconhecidos como retificador das despesas com combustível de aeronaves (R$)	-	33.167
Ganhos (perdas) com inefetividade do instrumentos financeiros derivativos designados como hedge reconhecidos como despesas financeiras	(40.583)	12.182
Percentual do consumo objeto de hedge durante o ano	56%	56%

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para prazos curtos e longos e mantém posições para meses futuros, entretanto, a Companhia não contrata proteção para a totalidade do seu consumo futuro de combustível de aviação, estando, portanto, sujeita aos riscos decorrentes da volatilidade do preço do combustível de aviação para a parcela do seu consumo que não é objeto de contratação de proteção. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia detém uma combinação de opções call, estruturas de collar e swaps para *hedgear* aproximadamente 12%, 37%, 39%, 9% e 2% de seu consumo de combustível de aviação para o primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2009 e primeiro trimestre de 2010, respectivamente.

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

a) Risco de preço de combustíveis--Continuação

A Companhia classifica os instrumentos financeiros derivativos de *hedge* de combustível como "*hedge* de fluxo de caixa", e reconhece as variações de valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos efetivos no patrimônio líquido até que o combustível objeto do *hedge* seja consumido. A efetividade dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedges* de combustível é estimada com base em métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das despesas com combustível que são compensadas pela variação do valor justo de mercado dos derivativos. Os resultados de *hedges* efetivos são registrados como redução ou aumento do custo de aquisição de combustível, e os resultados de *hedges* que não sejam efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira. *Hedges* inefetivos ocorrem quando a variação no valor dos derivativos não fica entre 80% a 125% da variação do preço do combustível objeto de hedge. Quando o combustível de aviação é consumido e o respectivo instrumento derivativo financeiro é liquidado, os ganhos ou perdas não-realizados registrados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado retificando as despesas com combustível.

A Companhia está exposta ao risco de que variações periódicas no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados não sejam efetivas para compensar as variações do preço do combustível de aviação, ou que os ganhos ou perdas não-realizados dos instrumentos derivativos contratados não mais sejam qualificados para permanecer no patrimônio líquido. À medida que os instrumentos derivativos se tornam inefetivos, os contratos são reconhecidos no resultado do período como receitas ou despesas financeiras.

A inefetividade é inerente às transações efetuadas com o objetivo de proteger uma exposição por meio de instrumentos financeiros derivativos baseados em commodities relacionadas ao petróleo, especialmente dada a recente volatilidade dos preços dos produtos refinados. Quando a Companhia determina que certos contratos em vigor não vão ser efetivos no período remanescente até o seu vencimento, quaisquer alterações nos valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado no período em que a variação ocorrer.

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

a) Risco de preço de combustíveis--Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não reconheceu perdas ou ganhos líquidos decorrentes de contratos de *hedges* encerrados e avaliados como efetivos retificando as despesas com combustíveis (R$33.167 de ganhos em 31 de Dezembro de 2007), e reconheceu perdas líquidas de R$40.583 (R$12.182 de ganhos em 2007) em despesas financeiras, relacionados à inefetividade de seus instrumentos financeiros derivativos designados como *hedges*. Para os contratos de competências futuras considerados inefetivos, houve perdas no total de R$40.318 (R$41 de perdas em 2007) reconhecidas nas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2008, haviam perdas não realizadas de *hedges* de combustível no valor de R$90.580 (R$5.051 de ganhos em 31 de dezembro de 2007) referente à parcela efetiva de instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* contratados para períodos futuros registrados no patrimônio líquido.

O valor justo de mercado dos swaps é estimado com base nos métodos de fluxo de caixa descontado, e o valor justo de opções é estimado com base no modelo Black-Scholes adaptado às opções de commodities, neste caso o petróleo.

Fator de risco de mercado: Preço do combustível
Mercado de bolsa
Contratos futuros comprados

	1T09	2T09	3T09	4T09	1T10	Total
Volume nominal em barris (mil)	381	1.208	1.334	293	58	3.274
Volume nominal em litros (mil)	60.571	192.048	212.079	46.581	9.221	520.500
Taxa contratada a futuro por barril (US$) *	96,56	71,40	72,11	66,19	62,45	73,99
Total em reais **	85.977	201.569	224.807	45.323	8.465	566.141

* Média ponderada entre os strikes de collars e callspreads.
** A taxa de câmbio em 31/12/2008 era de R$2,3370/ US$1,00 (R$1,7713/ US$1,00 em 31/12/2007)

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Risco de taxa de câmbio

A exposição cambial relativa aos valores a pagar decorrentes de arrendamentos mercantis, seguros, manutenção, e a exposição às variações no preço de combustível causadas pela taxa de câmbio são administradas por meio de instrumentos financeiros derivativos representados por contratos futuros de dólar e de opções de dólar negociados na BM&F. As contas de despesa, que são objeto de *hedge* de taxa de câmbio, são: despesas com combustível, arrendamentos, manutenção, seguros e serviços internacionais de informática.

Em 31 de dezembro de 2008, os principais ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão relacionados aos arrendamentos e a instrumentos de captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2008 e 2007 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2008	**2007**
Ativo		
Caixa e bancos e aplicações financeiras	**281.286**	1.170.526
Contas a receber de empresas de arrendamento	**104.465**	149.729
Depósitos em garantias de contratos de arrendamentos	**111.326**	14.218
Depósitos de manutenção de aeronaves	**391.989**	-
Despesas antecipadas de arrendamentos	**45.596**	31.928
Outros	**53.533**	77.038
	988.195	1.443.439
Passivo		
Fornecedores estrangeiros	**37.336**	42.334
Empréstimos e financiamentos	**1.715.068**	1.309.625
Arrendamentos financeiros	**1.573.607**	-
Outros arrendamentos mercantis a pagar	**15.863**	17.169
Prêmios de seguro a pagar	**54.422**	44.150
	3.396.296	1.413.278
Exposição cambial em R$	**2.408.101**	(30.161)
Exposição cambial total em US$	**1.030.424**	(17.028)
Obrigações não registradas no balanço		
Obrigações futuras em US$ decorrentes de contratos de arrendamento operacional	**4.675.420**	3.263.994
Obrigações futuras em US$ decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	**16.662.776**	8.155.237
	21.338.196	11.419.231
Total da exposição cambial R$	**23.746.297**	11.389.070
Total da exposição cambial US$	**10.161.017**	6.429.780

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Risco de taxa de câmbio--Continuação

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos de taxas de câmbio para proteger sua exposição a este risco relacionadas às obrigações de curto prazo, e, portanto, uma parcela substancial da sua exposição cambial não é objeto de proteção.

A Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de curto prazo. A posição dos contratos derivativos de câmbio (em milhares, exceto quando indicado, está apresentada a seguir:

Em 31 de dezembro:	**2008**	**2007**
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício (R$)	**9.416**	1.049
Período remanescente mais longo (meses)	**12**	3
Volume hedgeado (US$)	**139.750**	202.250

Exercício encerrado em 31 de dezembro:	**2008**	**2007**
Ganhos (perdas) com efetividade do *hedge* reconhecidos em despesas operacionais (R$)	**65.295**	(14.935)
Ganhos (perdas) com inefetividade do *hedge* reconhecidos em despesas financeiras (R$)	**(1.828)**	(12.280)
Percentual atual do consumo hedgeado durante o ano	**52%**	47%

O valor justo de mercado dos swaps é estimado com base no fluxo de caixa descontado. O valor justo de opções é estimado com base no modelo Black-Scholes adaptado às opções de moedas; e o valor justo de futuros refere-se ao último ajuste devido ou a receber, já apurado e ainda não liquidado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os ganhos realizados com instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de taxa de câmbio mensuradas como efetivas, registradas no patrimônio líquido totalizaram R$50.387 (R$872 de perdas em 31 de Dezembro de 2007).

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Risco de taxa de câmbio--Continuação

As obrigações futuras denominadas em dólares norte americanos objeto de contratação de instrumentos financeiros derivativos designados como hedge estão demonstradas a seguir:

Fator de risco de mercado: Taxa de câmbio
Mercado de bolsa
Contratos futuros comprados

	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Valor nominal em dólar	124.750	-	3.000	12.000	139.750
Taxa contratada a futuro	2,8121	-	2,0000	2,0000	2,7249
Total em reais	350.809	-	6.000	24.000	380.809

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que a contraparte venha a não cumprir suas obrigações gerando uma perda financeira para a Companhia.

A Companhia está exposta a riscos de crédito decorrentes de suas atividades operacionais, principalmente, contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo os depósitos em bancos, ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, e instrumentos financeiros derivativos. O risco de crédito das contas a receber é minimizado por ser substancialmente representado por contas a receber das maiores operadoras de cartões de crédito, as quais em sua maioria são liquidadas em 30 dias.

O risco de crédito dos instrumentos financeiros derivativos é representado pelo risco das contrapartes nos contratos não cumprirem suas obrigações. A Companhia avalia os riscos das contrapartes e limita sua exposição a uma única contraparte. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia são realizados com contrapartes de alta qualidade de crédito, como bancos internacionais com "rating" AA+ ou melhor segundo as agências Moody's e Fitch, ou bolsas de futuros internacionais ou a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). A Administração da Companhia acredita que o risco de não receber as quantias devidas por suas contrapartes nas operações de derivativos não é significativo.

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

d) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são afetados por flutuações nas taxas de juros internacionais devido ao impacto de tais alterações nas despesas de arrendamento mercantil operacional. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos swap-lock (termo de swap) de juros para proteger-se das oscilações de taxas de juros dos contratos de arrendamento de aeronaves. As variações do valor justo de mercado desses instrumentos são reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras para instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge*, e para aqueles designados como *hedge,* as parcelas efetivas das variações do valor justo de mercado são registradas no patrimônio líquido até a data em que os fluxos de caixa objeto de *hedge* gerem resultado.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de swap-lock (termo de swap) de juros para proteger-se das oscilações das taxas de juros internacionais. Em 31 de dezembro de 2008, o valor nominal dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa, de R$141.564 (US$60.575 mil) com valor justo de mercado de perdas de R$3.878 , cujo valor de R$3.873, líquido de impostos, correspondente a perdas não realizadas foi registrado na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia reconheceu R$211 de perdas relacionadas com pagamentos de juros como despesa financeira.

Para os instrumentos financeiros não designados como *hedge*, em 31 de dezembro de 2008, foram contratados instrumentos financeiros derivativos no valor nominal de R$203.786 (US$87.200 mil) com valor de mercado de perdas de R$30.903 e foram reconhecidas perdas líquidas de R$38.390 (US$16.427 mil) em despesas financeiras. As variações do valor justo de mercado são reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras.

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

d) Risco de taxa de juros--Continuação

Os resultados da Companhia são também afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes no Brasil, incidentes sobre as aplicações financeiras, os investimentos de curto prazo, as obrigações em reais, ativos e obrigações indexadas ao dólar. Essas flutuações afetam o valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos realizados no Brasil, o valor de mercado de títulos pré-fixados em reais, e na remuneração do saldo de caixa e das aplicações financeiras. A Companhia utiliza contratos futuros de Depósito Interfinanceiro da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) para proteger-se de flutuações nas taxas de juros domésticas sobre a parcela pré-fixada dos seus investimentos. Em 31 de dezembro de 2008, o valor nominal dos contratos de futuros de Depósito Interfinanceiro negociados na Bolsa de Mercadoria e Futuros (BM&F) totalizava R$3.100 (R$71.400 em 31 de dezembro de 2007) com prazos de até 9 meses, com uma perda de valor justo total de R$0,09 (perda de R$6 em 31 de dezembro de 2007), o qual se refere ao último ajuste devido ou a receber, já apurado e ainda não liquidado. A totalidade das variações de valor de mercado, pagamentos e recebimentos relacionados aos futuros de DI são reconhecidas como aumento ou redução das receitas financeiras no mesmo período que ocorrem.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos na sua gestão de caixa. A Companhia utiliza a operação de "box", registrada na CETIP e realizada com bancos de primeira linha, com o objetivo de aplicar recursos a taxas pré-fixadas. Em 31 de dezembro de 2008, o total de operações de "box" era de R$35.068 , com prazo médio de 644 dias. A Companhia utiliza contratos de swap com bancos de primeira linha para transformar a rentabilidade de suas aplicações para CDI. As aplicações em box são casadas com swaps de taxas pré-fixadas para CDI, e as aplicações em títulos denominados em dólares são casadas com *swaps* de rentabilidade cambial para CDI. Em 31 de dezembro de 2008, o valor nominal das operações de swap de taxas pré-fixadas era de R$32.500 , com um valor justo de mercado de R$1.802 de perdas e não havia operações de swap cambial. As alterações do valor justo de mercado dos contratos são reconhecidas no resultado no período em que ocorre a variação.

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

1. Demonstrativo de valores dos instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2008, o valor nocional dos instrumentos financeiros derivativos, o valor justo de mercado, e o impacto de caixa gerado por eles, são sumariados a seguir:

Descrição	Valor de referência (nocional)		Valor Justo		Efeito Acumulado (período atual)	
	Trimestre atual 4T 2008	Trimestre anterior 3T 2008	Trimestre atual 4T 2008	Trimestre Anterior 3T 2008	Valor a receber /(recebido)	Valor a pagar/ (pago)
Contratos Futuros:						
Compromisso de compra:						
Moeda estrangeira (R$)	58.425	141.180	(1.864)	(4.225)	23.838	-
Contrato de Opções						
Posição titular – Compra						
Moeda estrangeira (R$)	428.255	887.757	11.280	34.936	59.841	-
Hedge de Combustível (000 barris)	3.274 barril	102 barril	R$(102.387)	R$212	-	R$(39.247)
Contratos de "*swap*"						
Posição Ativa						
Taxa – ativa pós (BOX - Swap) (R$)	32.500	3.900	33.718	4.105	-	
Taxa – ativa pós (FUT DI) (R$)	(3.100)	(1.500)	(0)	(2)	-	(5)
Taxa – ativa pós (oper. Juros Libor) (R$)	141.768	356.204	(34.809)	(1.355)	-	
Total: Taxa - ativa pós (onshore) (R$)	**29.400**	**2.400**	**33.718**	**4.104**	**-**	**(5)**
Posição passiva						
Taxa - passiva pré (BOX - Swap) (R$)	32.500	3.900	(35.520)	(4.016)	-	(1.802)
Taxa - passiva pré (FUT DI) (R$)	(3.100)	(1.500)	-	-	-	
Taxa - passiva pré (oper. Juros Libor) (R$)	141.768	356.204	-	-	-	(3.410)
Total: Taxa - passiva pré (onshore) (R$)	**29.400**	**2.400**	**(35.520)**	**(4.016)**	**-**	**(1.802)**

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

2. Demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, tomados isoladamente, à flutuação do principal fator de risco, para o cenário provável, e os cenários adversos possível e remoto considerou os seguintes elementos:

- O cenário provável é definido como o cenário esperado pela Administração da Companhia, estabelecido através da volatilidade de cada ativo.
- O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável impactante do valor justo do instrumento derivativo.
- O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável impactante do valor justo do instrumento derivativo.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Companhia e o efeito caixa para os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2008 com base nos cenários acima descritos:

Operação	**Risco**	**Cenário Provável**	**Cenário Adverso Possível**	**Cenário Adverso Remoto**
Combustível	Queda do preço de WTI (NYMEX)	US$ 44.60 / barril R$ (62.939)	US$ 33.45 / barril R$ (115.872)	US$ 22.30 / barril R$ (178.219)
	Queda do preço de Heating Oil (NYMEX)	US$ 1.442 / galão R$ (67.959)	US$ 1.082 / galão R$ (97.531)	US$ 0.721 / galão R$ (122.604)
Dólar	Queda da cotação do Futuro dólar (BM&F)	R$ 2.337 / US$ R$ (1.864)	R$ 1.753 / US$ R$ (16.603)	R$ 1.169 / US$ R$ (31.341)
	Queda da cotação do Opção de dólar (BM&F)	R$ 2.337 / US$ R$ 11.280	R$ 1.753 / US$ R$ 1.473	R$ 1.169 / US$ R$ 23
Taxa de juros offshore	Queda da taxa *Libor*	Libor de 6 meses: (1.75% a.a.) R$ (34.809)	Libor de 6 meses: (1.31% a.a.) R$ (42.825)	Libor de 6 meses: (0.88% a.a.) R$ (50.840)

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

2. Demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

As seguintes considerações são importantes para o entendimento da analise de sensibilidade da Administração:

I) Operações com instrumentos derivativos de combustível:

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia detém 29 contratos de opções collar de petróleo tipo *WTI* que representam um valor nocional de 2.465 mil barris e apresentam vencimentos entre janeiro de 2009 e dezembro de 2009. A Companhia contrata também opções collar que contêm a opção de compra de petróleo para o tipo WTI e a opção de venda de petróleo para o tipo Heating Oil. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia detém 13 contratos que apresentam um valor nocional de 809 mil barris e com vencimentos entre janeiro de 2009 e agosto de 2009.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de combustível em mercados de balcão (OTC) com as seguintes instituições financeiras:

Contraparte	**Mês de vencimento**	**Tipo de contrato**
British Petroleum	dezembro-08	Collar WTI
	janeiro-09	Collar WTI
		Collar WTI-HO
	abril-09	Collar WTI
	maio-09	Collar WTI
	julho-09	Collar WTI
		Collar WTI-HO
	agosto-09	Collar WTI-HO
	setembro-09	Collar WTI
	outubro-09	Collar WTI

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

2. Demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

I) Operações com instrumentos derivativos de combustível--Continuação

Contraparte	Mês de Vencimento	Tipo de Contrato
Deutsche Bank	fevereiro-09	Collar WTI
	março-09	Collar WTI
		Collar WTI-HO
	maio-09	Collar WTI-HO
	junho-09	Collar WTI-HO
Morgan Stanley	dezembro-08	Collar WTI-HO
	fevereiro-09	Collar WTI-HO
	março-09	Collar WTI-HO
	abril-09	Collar WTI
		Collar WTI-HO
	maio-09	Collar WTI
	junho-09	Collar WTI
		Collar WTI-HO
	julho-09	Collar WTI
		Collar WTI-HO
	agosto-09	Collar WTI
		Collar WTI-HO
	setembro-09	Collar WTI
	novembro-09	Collar WTI
	dezembro-09	Collar WTI

Em 31 de dezembro de 2008, existem ativos financeiros no valor de R$137.534 vinculados a margem de garantia na contratação de instrumentos derivativos de *hedge* de combustível.

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

2. Demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

I) Operações com instrumentos derivativos de combustível--Continuação

O cenário considerado provável pela Administração é de que o preço do petróleo tipo *WTI* atinja uma média de US$44,60 por barril o que resultaria em uma saída de caixa, de R$ 62.939 caso ocorresse a liquidação dos contratos, que seriam registrados das despesas com combustível, se os instrumentos forem mensurados como efetivos ou registrados como despesa financeira caso os instrumentos sejam mensurados como inefetivos. A Administração estima que o cenário possível é a redução do preço do petróleo tipo *WTI* para US$33,45 por barril e um cenário remoto que o preço possa atingir US$22,30 por barril. Caso o cenário possível ou remoto se materializem a Companhia contabilizaria perdas no valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos correspondentes a respectivamente R$115.872 e R$178.219 para os cenários de queda do preço do petróleo devido ao fato da Companhia possuir contratos do tipo collar de *WTI*. A Companhia contrata opções de collar vinculados com petróleo tipo *Heating Oil*. O cenário provável para esse tipo de commodity é que o preço atinja uma média de US$1,442 por galão o que resultaria em uma saída de caixa de R$67.959. Para o cenário possível e remoto a Administração considera uma cotação média do *Heating Oil* de US$1,082 por galão e US$0,721 por galão o que resultaria em uma saída de caixa de R$97.531 e R$122.604, respectivamente

II) Operações com instrumentos derivativos de dólar

Em 31 de dezembro de 2008, existem 21 contratos futuros de dólar com valor nocional de R$268.171 (US$114.750 mil) e 8 contratos de opção de compra de dólar com valor nocional de R$58.425 (US$25.000 mil). Os prazos de vencimentos dos contratos futuros variam entre fevereiro de 2009 a janeiro de 2010 e os contratos de opção de compra variam entre janeiro de 2009 a fevereiro de 2009.

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

2. Demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

II) Operações com instrumentos derivativos de dólar--Continuação

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de dólar são realizados junto a BM&F. O valor dos ativos financeiros vinculados a depósitos de margem em 31 de dezembro de 2008 é de R$14.000 representado por através de CDB de bancos de primeira linha.

O cenário provável para as operações com contratos de futuros de dólar é a expectativa de que a cotação da moeda alcance R$2,337 por dólar norte-americano o que irá gerar entrada de caixa no valor líquido de R$9.416 (contratos futuros e contratos de opção de compra) compensando os pagamentos de despesas atreladas à variação do dólar caso houvesse liquidação dos contratos em 31 de dezembro de 2008. Para um cenário considerado possível, a cotação estimada do dólar seria de R$1,753 por dólar norte-americano ocasionando perdas e desembolso de caixa no valor líquido de R$15.130, enquanto o cenário remoto considera a desvalorização da moeda para R$1,169 por dólar norte-americano gerando perdas e desembolso de caixa no valor líquido de R$31.318.

III) Operações com instrumentos derivativos de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui 2 contratos de *Swap Amortizing* que apresentam um valor nocional de R$141.564 (US$60.575 mil) e vencimento até julho de 2010 com propósito de proteger as suas despesas de arrendamento de aeronave das variações das taxas de juros. A Companhia possui ainda 9 contratos de *Swap-Lock* de juros com valor nocional de R$203.786 (US$87.200 mil) com vencimentos entre fevereiro de 2017 e dezembro de 2022. As operações de *hedge* de taxas de juros são realizadas por meio de contratos com instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui contratos em aberto com as seguintes instituições financeiras:

22. Riscos inerentes às operações da Companhia e analise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

2. Demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

III) Operações com instrumentos derivativos de taxa de juros--Continuação

Contraparte	Mês de vencimento	Tipo de contrato
Calyon	julho-10	swap libor - amortizing
Citibank	julho-10	swap libor - amortizing
	dezembro-08	swap-lock
	fevereiro-17	swap-lock
	março-17	swap-lock
	março-21	swap-lock
Merrill	agosto-21	swap-lock
Lynch	dezembro-21	swap-lock
	janeiro-22	swap-lock
	outubro-22	swap-lock
	novembro-22	swap-lock
	dezembro-22	swap-lock

O valor dos ativos financeiros vinculados a depósitos de margem , em 31 de dezembro de 2008 é de R$22.926.

A Administração estima que o cenário provável é que a taxa Libor atinja de 1,75 % a.a., enquanto que para os cenários possível e remoto as taxas consideradas são de 1,31% a.a. e 0,88% a.a., respectivamente. As perdas estimadas para os cenários provável, possível e remoto são de, respectivamente, R$34.809, R$42.825 e R$50.840.

23. Cobertura de seguros

A Administração mantém cobertura de seguros por montantes que considera necessários para fazer face aos eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade, observando os limites fixados nos contratos de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2008 a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis, é como segue:

Modalidade Aeronáutico	**R$ (000)**	**US$ (000)**
Garantia – Casco	9.307.208	3.982.545
Responsabilidade Civil por ocorrência/aeronave	4.089.750	1.750.000
Garantia – Casco/Guerra	9.307.208	3.982.545
Estoques	584.250	250.000

Por meio da Lei 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assumiu compromisso de complementar eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, pelos quais a VRG possa vir a ser exigida, para os montantes que excederem o limite da apólice de seguros vigente em 10 de setembro de 2001, limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares norte-americanos.

24. Eventos subseqüentes

Em 20 de março de 2009 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social em R$203.531.031,60, mediante a emissão de 26.093.722 ações, sendo 6.606.366 ordinárias e 19.487.356 preferenciais. O preço de emissão das ações ordinárias e preferenciais foi fixado em R$ 7,80 por ação ordinária e preferencial, com base na cotação das ações preferenciais na BM&F Bovespa S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&F BOVESPA") na data de 20 de março de 2009, apurada após o encerramento das negociações, nos termos do artigo 170, § 1º, III da Lei nº 6.404/76. O preço de emissão equivale a 90,9% da cotação média das ações preferenciais nos últimos 30 pregões, que foi de R$8,58 e a 83,2% da cotação média nos últimos 60 pregões, que foi de R$9,37.

Anexo I – Demonstrações de informações de natureza ambiental e social (não auditadas)

1) Base de Cálculo	2008	2007
Receita líquida (RL)	**6.409.578**	4.967.262
Resultado operacional (RO)	**(85.264)**	60.616
Folha de pagamento bruta (FPB)	**653.362**	235.299

	2008			2007		
2) Indicadores Sociais Internos	**Valor (R$ mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (R$ mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação e refeição	**49.298**	**7,55**	**0,77**	37.714	16,03	0,76
Encargos sociais compulsórios	**233.003**	**35,66**	**3,64**	177.843	75,58	3,58
Capacitação e desenvolvimento profissional	**10.479**	**1,60**	**0,16**	8.303	3,53	0,17
Transporte de funcionários	**26.429**	**4,05**	**0,41**	10.908	4,64	0,22
Segurança e medicina do trabalho	**2.311**	**0,35**	**0,04**	2.143	0,91	0,04
Participação nos lucros ou resultados	**17.380**	**2,66**	**0,27**	44.883	19,07	0,90
Total-Indicadores Sociais Internos	**338.900**	**51,87**	**5,29**	281.794	119,76	5,67

	2008			2007		
3) Indicadores Sociais Externos	**Valor (R$ mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (R$ mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Educação	**117**	**0,02**	**0,0018**	231	0,10	-
Cultura	**-**	**-**	**-**	1.720	0,73	0,03
Esporte e lazer	**470**	**0,07**	**0,0073**	-	-	-
Saúde e saneamento	**523**	**0,08**	**0,0082**	2.688	1,14	0,05
Tributos (excluídos encargos sociais)	**307.844**	**47,12**	**4,80**	296.464	125,99	5,97
Total-Indicadores Sociais Externos	**308.954**	**47,29**	**4,82**	301.103	127,96	6,05

Anexo I – Demonstrações de informações de natureza ambiental e social (não auditadas)--Continuação

4) Indicadores do Corpo Funcional

	2008	**2007**
Número de empregados ao final do exercício	**15.911**	15.722
Número de empregados	**15.889**	15.703
Número de terceirizados	**-**	6.891
Número de administradores	**22**	19
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	**643.357**	497.686
Administradores	**14.149**	6.584
Terceirizados	**-**	121.373

	2008	2007
Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando empregados e administradores (salário)	**113**	115
Total de prestadores de serviços terceirizados	**-**	65
Número de admissões durante o exercício	**3.897**	6.338
Número de demissões durante o exercício	**3.584**	1.550
Número de estagiários	**48**	86
Número de portadores de necessidades especiais	**287**	344
Total de empregados por faixa etária:		
Menores de 18 anos	**48**	19
De 18 a 35 anos	**11.020**	10.891
De 36 a 60 anos	**4.782**	4.761
Acima de 60 anos	**61**	51
Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
Analfabetos	**-**	-
Com ensino fundamental	**101**	269
Com ensino médio	**10.965**	12.543
Com ensino técnico	**27**	67
Com ensino superior	**4.661**	2.763
Pós-graduados	**157**	80

Anexo I – Demonstrações de informações de natureza ambiental e social (não auditadas)--Continuação

4) Indicadores do Corpo Funcional--Continuação

	2008	2007
Número de mulheres que trabalham na Companhia	**6.827**	8.857
Percentual de mulheres em cargos de chefia	**29%**	28%
Número de negros que trabalham na Companhia	**273**	225
Ações trabalhistas, segregadas por:		
Número de processos movidos contra a entidade	**4.188**	1.796
Número de processos julgados procedentes	**736**	253
Número de processos julgados improcedentes	**177**	36
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	**450**	43
Dados de interação com clientes:		
Número de reclamações recebidas diretamente na entidade	**350**	349
Número de reclamações recebidas por meio de órgãos de proteção e defesa do consumidor	**1.980**	912
Número de reclamações recebidas por meio da Justiça	**9.013**	6.204
Número de reclamações atendidas em cada instância arrolada	**3.230**	1.715
Montante de multas e indenizações a clientes, determinados órgão de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	**7.652**	2.603
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	**50.241**	49.818

Anexo I – Demonstrações de informações de natureza ambiental e social (não auditadas)—Continuação

4) Indicadores do Corpo Funcional--Continuação

	2008	2007
Meio ambiente		
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente	**35**	171
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	-	-
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a Companhia	-	-
Valor das multas e indenizações relativas a material ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-	-
Passivos e contingências ambientais	-	-

5) Indicadores Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial em 2008 e 2007

	2008	2007
Número total de acidentes de trabalho	**248**	167

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos:	( ) Pela direção	(X) direção e gerências	( ) Todos os empregados

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	( ) Pela direção	(X) direção e gerências	( ) Todos os empregados

Anexo I – Demonstrações de informações de natureza ambiental e social (não auditadas)--Continuação

5) Indicadores Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial em 2008 e 2007 — Continuação

	( )	( )	(X)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	Pela direção	direção e gerências	Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de repon-	( )	( )	(X)
responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia	não são considerados	são sugeridos	são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de	( )	(X)	( )
trabalho voluntário, a Companhia:	não se envolve	apóia e incentiva	organiza
Indicadores de interação com clientes:	( )	(X)	( )
	não se envolve	apóia e incentiva	organiza
Indicadores de meio ambiente:	( )	(X)	( )
	não se envolve	apóia e incentiva	organiza

[Página intencionalmente deixada em branco]

Demonstrações Financeiras da Companhia para os semestres encerrados em 30 de junho de 2008 e 2009 e o respectivo relatório de revisão especial dos auditores independentes

[Página intencionalmente deixada em branco]

GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

Relatório de Revisão dos
Auditores Independentes
Informações Financeiras Trimestrais
Segundo Trimestre – 2009

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

[Página intencionalmente deixada em branco]

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A

Informações financeiras trimestrais

30 de junho de 2009

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial .....

Informações Trimestrais – ITR

Balanços patrimoniais .....
Demonstrações do resultado .....
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....
Demonstrações dos fluxos de caixa .....
Demonstrações do valor adicionado .....
Notas explicativas às Informações financeiras trimestrais - ITR.....

[Página intencionalmente deixada em branco]

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR (individuais e consolidadas) da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia") e de suas controladas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. Os balanços patrimoniais (individual e consolidado), levantados em 31 de março de 2009, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão especial, datado de 13 de maio de 2009.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações do resultado (individual e consolidada) e as respectivas notas explicativas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM nº 506/06. Essas demonstrações do resultado (individual e consolidada) e respectivas notas explicativas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, ajustadas e reapresentadas, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sobre revisão especial, sem ressalvas, datado de 6 de agosto de 2008.

6. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das normas internacionais de contabilidade. Informações relativas à natureza e os efeitos de tais diferenças estão descritos na nota explicativa nº 2 às Informações Trimestrais.

São Paulo, 10 de agosto de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Domingos do Prado
Contador
CRC nº 1 SP 185087/O-0

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 31 DE MARÇO DE 2009
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	06/2009	03/2009	06/2009	03/2009
ATIVO					
Circulante					
Disponibilidades	3	**6.157**	6.401	**188.646**	186.834
Caixa restrito	3	**1.199**	13.576	**13.199**	13.576
Investimentos de curto prazo	3	**28.871**	42.658	**411.881**	194.194
Contas a receber	4	**-**	-	**533.912**	326.625
Estoques	5	**-**	-	**237.064**	187.716
Impostos diferidos e a compensar	6	**29.581**	28.838	**66.543**	60.669
Depósitos de manutenção		**-**	-	**82.655**	-
Despesas antecipadas		**31.846**	16.106	**108.243**	109.954
Créditos com empresas de arrendamento		**87.159**	103.398	**111.848**	136.775
Outros créditos e valores		**639**	-	**42.405**	49.398
Total do ativo circulante		**185.452**	210.977	**1.796.396**	1.265.741
Não-circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos em garantia		**585**	557	**379.674**	222.437
Depósitos para manutenção		**-**	-	**327.571**	396.426
Caixa restrito	3	**-**	-	**6.988**	6.859
Impostos diferidos	6	**33.843**	33.641	**633.045**	632.688
Créditos com empresas relacionadas	7	**1.165.474**	1.257.133	**-**	-
Outros créditos e valores		**68.260**	70.604	**78.947**	81.559
Total do realizável a longo prazo		**1.268.162**	1.361.935	**1.426.225**	1.339.969
Ativo Permanente					
Investimentos	8	**969.425**	748.403	**-**	-
Imobilizado (inclui adiantamentos para aquisição de aeronaves de R$953.501 em 30 de junho de 2009 e R$957.932 em 31 de março de 2009)	9	**953.501**	957.932	**3.096.436**	2.998.755
Intangível	10	**311**	333	**1.025.912**	1.025.090
Total do ativo permanente		**1.923.237**	1.706.668	**4.122.348**	4.023.845
Total do ativo não circulante		**3.191.399**	3.068.603	**5.548.573**	5.363.814
Total do ativo		**3.376.851**	3.279.580	**7.344.969**	6.629.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 31 DE MARÇO DE 2009
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**06/2009**	**03/2009**	**06/2009**	**03/2009**
PASSIVO					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	**506.856**	707.763	**748.012**	791.515
Fornecedores		**1.017**	2.732	**319.811**	231.977
Arrendamentos operacionais a pagar	19	**-**	-	**48.521**	54.865
Arrendamentos financeiros a pagar	19	**-**	-	**123.421**	156.488
Obrigações trabalhistas		**-**	-	**211.085**	153.632
Obrigações fiscais		**8**	19	**36.162**	36.773
Taxas e tarifas aeroportuárias		**-**	-	**74.159**	72.459
Transportes a executar	12	**-**	-	**486.425**	422.049
Dividendos e juros sobre o capital próprio		**577**	577	**577**	577
Programa de milhagem	13	**-**	-	**57.642**	17.247
Seguros a pagar		**-**	-	**-**	11.095
Outras obrigações	15	**20.994**	35.301	**125.141**	166.226
Total do passivo circulante		**529.452**	746.392	**2.230.956**	2.114.903
Não-circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	**820.499**	972.226	**1.088.533**	1.006.336
Arrendamentos financeiros a pagar	19	**-**	-	**1.237.224**	1.376.371
Impostos diferidos	6	**47.436**	47.763	**503.859**	373.387
Provisão para contingências	14	**-**	-	**58.054**	72.748
Programa de milhagem	13	**-**	-	**64.000**	-
Outras obrigações		**33.239**	35.032	**216.118**	207.643
Total do passivo não circulante		**901.174**	1.055.021	**3.167.788**	3.036.485
Patrimônio líquido	16				
Capital social		**1.567.477**	1.464.031	**1.567.477**	1.464.031
Reservas de capital		**89.556**	89.556	**89.556**	89.556
Reservas de lucros		**918.565**	918.565	**918.565**	918.565
Remuneração diferida		**16.940**	15.888	**16.940**	15.888
Ações em tesouraria		**(41.180)**	(41.180)	**(41.180)**	(41.180)
Ajustes de avaliação patrimonial		**(5.687)**	(28.706)	**(5.687)**	(28.706)
Prejuízos acumulados		**(599.446)**	(939.987)	**(599.446)**	(939.987)
Total do patrimônio líquido		**1.946.225**	1.478.167	**1.946.225**	1.478.167
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.376.851**	3.279.580	**7.344.969**	6.629.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

		Controladora			
	Nota	01/2009 a 06/2009	01/2008 a 06/2008	04/2009 a 06/2009	04/2008 a 06/2008
Receita operacional bruta					
Transporte de passageiros		-	-	-	-
Transporte de cargas		-	-	-	-
Outras		-	-	-	-
		-	-	-	-
Impostos e contribuições		-	-	-	-
Receita operacional líquida		-	-	-	-
Custo dos serviços prestados		-	-	-	-
Lucro bruto		-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais		**(200)**	(489)	**(200)**	(43)
Despesas administrativas		**(7.293)**	(5.761)	**(2.570)**	(3.122)
Despesas financeiras	18	**(125.819)**	(87.430)	**(58.006)**	(60.011)
Receitas financeiras	18	**282.476**	154.254	**209.767**	110.786
		149.164	60.574	**148.991**	47.610
Resultados de participações societárias					
Equivalência patrimonial		**250.830**	(251.259)	**193.400**	(220.536)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**399.994**	(190.685)	**342.391**	(172.926)
Imposto de renda e contribuição social	6	**(4.876)**	861	**(1.851)**	1.281
Lucro líquido (Prejuízo) do período		**395.118**	(189.824)	**340.540**	(171.645)
Quantidade de ações em circulação no final do período		**228.394.313**	202.300.591	**228.394.313**	202.300.591
Lucro (Prejuízo) por ação (R$)		**1,73**	(0,94)	**1,49**	**(0,85)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

		Consolidado			
	Nota	01/2009 a 06/2009	01/2008 a 06/2008	04/2009 a 06/2009	04/2008 a 06/2008
Receita operacional bruta					
Transporte de passageiros		**2.748.542**	2.951.949	**1.301.770**	1.396.946
Transporte de cargas		**92.769**	104.632	**47.528**	56.260
Outras		**183.061**	130.016	**102.856**	64.643
		3.024.372	3.186.597	**1.452.154**	1.517.849
Impostos e contribuições		**(127.262)**	(121.528)	**(61.694)**	(61.789)
Receita operacional líquida		**2.897.110**	3.065.069	**1.390.460**	1.456.060
Custo dos serviços prestados	17	**(2.298.936)**	(2.857.183)	**(1.063.386)**	(1.531.704)
Lucro bruto (Prejuízo)		**598.174**	207.886	**327.074**	(75.644)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	17	**(168.648)**	(262.585)	**(86.571)**	(122.378)
Despesas administrativas	17	**(248.453)**	(195.590)	**(154.134)**	(105.007)
Despesas financeiras	18	**(583.330)**	(317.744)	**(290.452)**	(158.501)
Receitas financeiras	18	**940.403**	469.394	**660.388**	293.802
		(60.028)	(306.525)	**129.231**	(92.084)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**538.146**	(98.639)	**456.305**	(167.728)
Imposto de renda e contribuição social	6	**(143.028)**	(91.185)	**(115.765)**	(3.917)
Lucro líquido (Prejuízo) do período		**395.118**	(189.824)	**340.540**	(171.645)
Quantidade de ações em circulação no final do período		**228.394.313**	202.300.591	**228.394.313**	202.300.591
Lucro (Prejuízo) por ação (R$)		**1,73**	(0,94)	**1,49**	(0,85)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO E 30 DE JUNHO DE 2009
(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros						
	Capital subscrito	**Capital a integralizar**	**Ágio na conferência de ações**	**Reserva especial de ágio de controlada**	**Reserva legal**	**Reserva para reinvestimento**	**Remuneração diferida**	**Ações em tesouraria**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.363.946	-	60.369	29.187	80.865	837.700	14.444	(41.180)	(16.373)	(994.565)	1.334.393
Aumento de capital em 20 de março de 2009	203.531	(103.447)	-	-	-	-	-	-	-	-	100.084
Variação dos resultados não-realizados de hedge, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.333)	-	(12.333)
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.579	54.579
Opções de compra de ações outorgadas	-	-	-	-	-	-	1.444	-	-	-	1.444
Saldos em 31 de março de 2009 (não auditados)	1.567.477	(103.447)	60.369	29.187	80.865	837.700	15.888	(41.180)	(28.706)	(939.986)	1.478.167
Integralização de capital	-	**103.447**	-	-	-	-	-	-	-	-	**103.447**
Variação dos resultados não-realizados de hedge, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	**23.019**	-	**23.019**
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**340.540**	**340.540**
Opções de compra de ações outorgadas	-	-	-	-	-	-	**1.052**	-	-	-	**1.052**
Saldos em 30 de junho de 2009 (não auditados)	**1.567.477**	**-**	**60.369**	**29.187**	**80.865**	**837.700**	**16.940**	**(41.180)**	**(5.687)**	**(599.446)**	**1.946.225**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora			
	04/2009 a 06/2009	**04/2008 a 06/2008**	**01/2009 a 06/2009**	**01/2008 a 06/2008**
Lucro líquido (Prejuízo) do período	**340.540**	(171.645)	**395.118**	(189.824)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortizações	**(22)**	(22)	**(44)**	(44)
Impostos diferidos	**(529)**	(44.641)	**12.181**	(46.892)
Equivalência patrimonial	**(193.401)**	220.536	**(250.830)**	251.259
Pagamentos baseados em ações	**1.052**	1.547	**2.496**	11.767
Variações cambiais e monetárias, líq.	**(258.374)**	(104.025)	**(271.714)**	(125.932)
Juros sobre empréstimos e outros	**(11.267)**	(8.088)	**(2.827)**	(1.199)
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638/07	**-**	(129.627)	**-**	242.548
Despesas antecipadas, tributos a recuperar e outros créditos e valores	**(14.778)**	13.938	**(35.017)**	(34.593)
Fornecedores	**(1.715)**	-	**(2.683)**	(597)
Impostos a pagar	**(11)**	10.854	**(2.233)**	9.947
Seguros	**-**	-	**(674)**	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	**-**	3.585	**-**	(51.375)
Outras obrigações	**(1.506)**	(1.956)	**(116.982)**	48.430
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	**(140.011)**	(209.544)	**(273.209)**	113.495
Atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	**9.185**	115.141	**15.408**	137.846
Caixa restrito	**12.377**	8.636	**159.302**	-
Atividades de investimentos	**-**	134.484	**(1)**	215.693
Depósitos em garantia de contratos de arrendamento	**(28)**	-	**(37)**	-
Depósitos para manutenção	**-**	(1.096)	**-**	16.915
Aquisições de imobilizado	**(67.282)**	(8.244)	**(72.188)**	(762.949)
Aumento de intangível	**(289)**	22	**(267)**	318
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimentos	**(46.037)**	248.943	**102.217**	(392.177)
Atividades de financiamentos:				
Empréstimos	**(9.302)**	40.290	**(10.652)**	1.250.735
Créditos com empresas relacionadas	**91.659**	(162.498)	**(19.250)**	(938.024)
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	**-**	(20.316)	**-**	(41.180)
Dividendos pagos	**-**	(35.974)	**-**	(72.388)
Aumento de capital	**103.447**	-	**203.531**	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	**185.804**	(178.498)	**173.629**	199.143
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa	**(244)**	(139.099)	**2.637**	(79.539)
Disponibilidades no início do período	**6.401**	158.216	**3.520**	98.656
Disponibilidades no final do período	**6.157**	19.117	**6.157**	19.117
Informações suplementares:				
Juros pagos durante o período	**2.638**	8.028	**4.452**	16.564
Transações que não afetam o caixa:				
Adiantamentos para aquisição de aeronaves	**71.340**	(42.485)	**75.518**	(150.559)
Resultados não-realizados de hedge	**(23.019)**	(8.680)	**(10.686)**	(8.775)

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	04/2009 a 06/2009	04/2008 a 06/2008	01/2009 a 06/2009	01/2008 a 06/2008
Lucro líquido (Prejuízo) do período	**340.540**	(171.645)	**395.118**	(189.824)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortizações	**32.465**	38.349	**69.162**	65.615
Provisão para devedores duvidosos	**5.384**	4.709	**11.385**	11.530
Provisão para contingências e outros	**(14.694)**	(3.668)	**(14.269)**	25.777
Outras provisões	**(19.615)**	31.935	**(23.292)**	105.980
Impostos diferidos	**130.115**	133.138	**163.561**	156.708
Pagamentos baseados em ações	**1.052**	1.547	**2.496**	11.767
Variações cambiais e monetárias, líq.	**(448.395)**	(179.503)	**(534.472)**	(226.762)
Resultados não-realizados de hedge, líquido de impostos	**23.019**	8.680	**10.686**	8.775
Juros sobre empréstimos e outros	**(1.640)**	(1.270)	**29.273**	16.126
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638/07	**-**	(129.627)	**-**	242.548
Contas a receber	**(212.671)**	9.682	**(200.370)**	564.705
Estoques	**(49.348)**	68.076	**(30.699)**	72.663
Depósitos	**(164.564)**	20.343	**(190.661)**	(310.706)
Despesas antecipadas, tributos a recuperar e outros créditos e valores	**5.442**	(30.179)	**60.628**	49.185
Fornecedores	**87.834**	(2.046)	**36.092**	(76.468)
Transportes a executar	**64.376**	127.025	**(86.148)**	(53.394)
Programa de milhagem	**104.395**	(5.015)	**103.243**	(7.485)
Impostos a pagar	**(611)**	(9.990)	**(3.443)**	(20.253)
Obrigações trabalhistas	**57.453**	(11.416)	**64.280**	(9.059)
Seguros	**(11.095)**	(19.395)	**(54.422)**	(44.150)
Dividendos e juros sobre capital próprio	**-**	(256)	**-**	(38.902)
Taxas e tarifas aeroportuárias	**1.700**	19.586	**(23.051)**	24.131
Outras obrigações	**(48.896)**	(59.492)	**(94.261)**	47.469
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	**(117.754)**	**(160.432)**	**(309.164)**	**425.976**
Atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	**(217.687)**	83.086	**(190.914)**	205.163
Caixa restrito	**248**	(3.200)	**163.099**	(17.965)
Atividades de investimentos	**-**	-	**-**	(95.376)
Aquisições de imobilizado	**(86.757)**	(72.176)	**(121.652)**	(307.491)
Aumento de intangível	**(3.291)**	(11.620)	**(6.526)**	(21.395)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**(307.487)**	**(3.910)**	**(155.993)**	**(237.064)**
Atividades de financiamentos:				
Empréstimos	**379.295**	6.550	**363.943**	(509.913)
Captação	***435.261***	84.962	***525.412***	306.600
Pagamento	***(55.966)***	(78.412)	***(161.469)***	(816.513)
Pagamentos de arrendamentos financeiros	**(55.689)**	(26.037)	**(107.618)**	(130.601)
Aumento de capital	**103.447**	-	**203.531**	-
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	**-**	(20.316)	**-**	(41.180)
Dividendos pagos	**-**	(35.974)	**-**	(72.388)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	**427.053**	**(75.777)**	**459.856**	**(754.082)**
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa	**1.812**	**(240.119)**	**(5.301)**	**(565.170)**
Disponibilidades no início do período	**186.834**	591.113	**193.947**	916.164
Disponibilidades no final do período	**188.646**	**350.994**	**188.646**	**350.994**
Informações suplementares:				
Juros pagos durante o período	**(21.831)**	(27.009)	**(55.630)**	(66.212)
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o período	**-**	-	**(2.757)**	(60.060)
Transações que não afetam o caixa:				
Juros capitalizados, líquidos	**(3.534)**	2.080	**(4.969)**	9.816
Arrendamentos financeiros	**109.344**	106.386	**110.496**	1.051.165
Adiantamentos para aquisição de aeronaves	**71.340**	(42.485)	**75.518**	(150.559)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora			
	04/2009 a 06/2009	**04/2008 a 06/2008**	**01/2009 a 06/2009**	**01/2008 a 06/2008**
RECEITAS				
Transporte de passageiros, cargas e outras receitas de passageiros	-	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**566**	(1.090)	**(4.124)**	(2.978)
Comerciais e publicidade	**(200)**	(489)	**(200)**	(489)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**366**	(1.579)	**(4.324)**	(3.467)
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	**(22)**	(22)	**(44)**	(44)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**344**	(1.601)	**(4.368)**	(3.511)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultados de participação societárias	**193.401**	(220.536)	**250.830**	(251.259)
Receita financeira	**209.767**	110.786	**282.476**	154.254
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**403.512**	(111.351)	**528.938**	(100.516)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	**3.126**	1.560	**3.126**	2.729
Governo	**1.840**	(1.277)	**4.875**	(851)
Financiadores	**58.006**	60.011	**125.819**	87.430
Acionistas	**-**	35.974	**-**	72.389
Reinvestido	**340.540**	(207.619)	**395.118**	(262.213)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**403.512**	(111.351)	**528.938**	(100.516)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	04/2009 a 06/2009	**04/2008 a 06/2008**	**01/2009 a 06/2009**	**01/2008 a 06/2008**
RECEITAS				
Transporte de passageiros, cargas e outras receitas de passageiros	**1.452.154**	1.517.849	**3.024.372**	3.186.597
Provisão para devedores duvidosos	**(5.660)**	(4.524)	**(11.799)**	(24.417)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)				
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	**(434.247)**	(738.095)	**(883.797)**	(1.404.909)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(326.140)**	(459.721)	**(685.763)**	(762.623)
Seguros de aeronaves	**(13.030)**	(13.839)	**(31.214)**	(21.007)
Comerciais e publicidade	**(81.470)**	(118.462)	**(157.818)**	(239.236)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**591.607**	183.208	**1.253.981**	734.405
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	**(32.463)**	(38.349)	**(69.162)**	(65.615)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**559.144**	144.859	**1.184.819**	668.790
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receita financeira	**660.388**	293.802	**940.403**	469.394
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**1.219.532**	438.661	**2.125.222**	1.138.184
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	**230.888**	201.943	**433.541**	397.663
Governo	**221.243**	107.328	**359.339**	300.824
Financiadores	**290.452**	158.502	**583.330**	317.745
Lessores	**136.409**	142.533	**353.894**	311.776
Acionistas	**-**	35.974	**-**	72.389
Reinvestido	**340.540**	(207.619)	**395.118**	(262.213)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**1.219.532**	438.661	**2.125.222**	1.138.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (Companhia ou GLAI) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras. A Sociedade tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. (VRG) e, por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, explorar essencialmente: (i) os serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (ii) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Nova Iorque (New York Exchange – NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC e de Ações com *Tag Along* Diferenciado – ITAG, criados para diferenciar as empresas que se comprometem a adotar práticas diferenciadas de governança corporativa.

2. Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais

A autorização para a conclusão destas Informações trimestrais ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2009.

As Informações Trimestrais da Companhia e de suas controladas, do período findo em 30 de junho de 2009, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Plano de Contas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, alinhadas com as práticas contábeis internacionais especificas do setor, emanadas das normas internacionais de contabilidade, quando da ausência de normas locais específicas aplicadas de forma consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

2. Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais -- Continuação

Efeitos da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, em 30 de junho de 2008:

A demonstração de resultado do período findo em 30 de junho de 2008, está sendo reapresentada para refletir os efeitos da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08, convertida na Lei nº. 11.941/09, e portanto, diferem daquele arquivado em 12 de agosto de 2008. Os efeitos no resultado consolidado, encontram-se descritos e quantificados a seguir:

	Resultado do Período 01/2008 a 06/2008
Saldo em 30 de junho de 2008 não considerando as alterações da Lei 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09	**(290.865)**
Arrendamentos financeiros, líquidos de depreciação	101.303
Custos de devolução de aeronaves	25.846
Depósitos para manutenção	9.081
Baixa do ativo diferido	(2.182)
Despesas com remunerações com base em ações	(2.685)
Instrumentos financeiros	(5.585)
Transações de sale-leaseback de aeronaves	816
Outros	27.882
Efeito de imposto de renda e contribuição diferidos sobre os ajustes	(53.435)
Saldo em 30 de junho de 2008 após ajustes da adoção da Lei 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09	**(189.824)**

Efeitos de novos pronunciamentos

Em 27 de maio de 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/09, que substituiu porém, não introduziu alterações relevantes à MP nº 449/08, de 3 de dezembro de 2008, aplicável à Companhia cujos efeitos estão descritas na Nota nº 3 às demonstrações financeiras anuais refeitas da Companhia datadas de 07 de maio de 2009.

Com base nos novos pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis que foram aprovados em 08 de maio de 2009 e 26 de junho de 2009 respectivamente, CPC 20 – Custos de Empréstimos e CPC 27 – Ativo Imobilizado, para os quais terão aplicação obrigatória nas divulgações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia avaliou e adotou antecipadamente nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, através da adoção dos pronunciamentos internacionais - IAS 32 – Custos de Empréstimos e IAS 16 – Ativo Imobilizado.

2. Base de preparação e apresentação das Informações trimestrais -- Continuação

Reconciliação com as divulgações IFRS

As ações preferenciais da Companhia são negociadas sob a forma de *American Depositary Shares* – ADS na *New York Stock Exchange* – NYSE nos Estados Unidos da América, e desta forma, a Companhia está sujeita às normas da *Securities and Exchange Commission* – SEC. Com o objetivo de prover informações em uma base única e consistente, e que ao mesmo tempo atenda aos requerimentos dos reguladores em todos os mercados onde suas ações são negociadas, a Companhia adotou do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o padrão contábil internacional emitido pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*", beneficiando os usuários das informações e favorecendo o processo de aderência plena à Lei nº. 11.638/07 na elaboração das demonstrações financeiras societárias. Conforme facultado pela SEC e visando atender às necessidades de informações dos mercados em que opera, a Companhia divulga suas demonstrações financeiras societárias e em IFRS simultaneamente.

Considerando o atual estágio da convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade, ainda existem diferenças entre as demonstrações financeiras societárias da Companhia e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais emitidas pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*". Em 30 de junho de 2009, a conciliação do patrimônio líquido e do resultado do período é como segue:

	Patrimônio Líquido
Conforme legislação societária	1.946.225
Programa de milhagem (a)	(15.697)
Efeitos da aquisição de empresas (b)	(238.698)
Impostos diferido (c)	11.612
Conforme IFRS	**1.703.442**

	Resultado	
	04/2009 a 06/2009	**01/2009 a 06/2009**
Conforme legislação societária	340.540	395.118
Programa de milhagem (a)	3.579	13.966
Impostos diferidos (c)	9.570	6.039
Conforme IFRS	**353.689**	**415.123**

2. Base de preparação e apresentação das Informações trimestrais -- Continuação

Reconciliação com as divulgações IFRS

a) Programa de milhagem

A controlada VRG opera um programa de milhagem, o Smiles ("Programa de Milhagem") que proporciona viagens e outros prêmios a membros baseado nas milhas por eles acumuladas.

A parcela de receita de vendas de passagens relativa às milhas é diferida, a fim de que o seu reconhecimento no resultado seja somente quando o transporte do passageiro contemplado com a utilização de milhas for efetuado. Para fins de IFRS, a receita diferida é registrada ao valor justo com base em uma estimativa de preço de mercado que a Companhia pagaria a terceiros para a assunção das obrigações do Programa de Milhagem. Enquanto que, nas demonstrações financeiras em BRGAAP as obrigações são reconhecidas com base no custo incremental que consiste no custo adicional da prestação de serviços. Consequentemente, a variação do saldo acumulado da receita diferida em IFRS é maior do que no BRGAAP, gerando uma redução de R$ 15.697 no patrimônio da Companhia em IFRS, quando comparado com o patrimônio em BRGAAP.

Em decorrência do processo de revitalização do Programa de Milhagem, a Companhia vem estimulando a utilização das milhas acumuladas com promoções e a possibilidade de uso das aeronaves da Companhia, gerando um aumento de realização de receita no resultado da mesma. O efeito líquido da realização da receita foi de R$ 13.966 a maior em IFRS em comparação com o BRGAAP.

b) Diferença na contabilização de aquisições de empresas

De acordo com o IFRS, a alocação do preço de compra da VRG foi efetuada com base no valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos, inclusive dos passivos contingentes, sendo o excesso do valor de compra registrado como ágio da operação. Nas demonstrações financeiras em BRGAAP, o ágio foi calculado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição e o patrimônio líquido da empresa adquirida.

c) Impostos diferidos

Diferenças temporárias relativas as diferenças de critérios contábeis entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais emitidas pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*".

3. Disponibilidades, investimentos de curto e longo prazo e caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	06/2009	**03/2009**	**06/2009**	**03/2009**
Disponível				
Caixa e equivalentes de caixa	**6.104**	2.340	**147.795**	120.568
Depósitos com vencimento de até três meses	**53**	4.061	**40.851**	66.266
	6.157	6.401	**188.646**	186.834
Investimentos de curto prazo				
Ativos financeiros disponíveis para venda	**28.871**	42.658	**410.289**	194.194
Hedge de fluxo de caixa de moeda estrangeira	**-**	-	**1.592**	-
	28.871	42.658	**411.881**	194.194

Os ativos financeiros classificados como disponível para venda são compostos pelos fundos exclusivos, cuja carteira inclui investimentos em certificados de depósitos bancários (CDB), FIDC, operações de "box", títulos públicos, títulos de renda fixa, *swaps* e outros investimentos.

O *hedge* de fluxo de caixa consiste em instrumentos financeiros derivativos de futuro e opções de compra de dólares americanos registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que visam administrar a exposição da Companhia a riscos de mercado e taxas de câmbio que se encontram detalhadas na Nota No. 20.

O caixa restrito representa os depósitos de margem de garantia vinculados às operações de *hedge* e empréstimos do BNDES e BDMG e incluem a remuneração das aplicações.

4. Contas a receber

	Consolidado	
	06/2009	**03/2009**
Moeda Nacional		
Administradoras de cartões de crédito	**324.990**	85.851
Agências de viagens	**143.920**	155.972
Vendas parceladas	**65.619**	70.142
Agências de cargas	**15.217**	14.372
Outros	**21.582**	30.719
	571.328	357.056
Moeda Estrangeira	**18.667**	20.268
	589.995	377.324
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(56.083)**	(50.699)
	533.912	326.625

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	06/2009	**03/2009**
Saldo no início do trimestre	**(50.699)**	(44.698)
Adições	**(9.356)**	(9.426)
Recuperações	**3.972**	3.425
Saldo no final do trimestre	**(56.083)**	(50.699)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	06/2009	**03/2009**
A vencer	**511.147**	304.819
Vencidas até 30 dias	**8.152**	11.238
Vencidas de 31 a 60 dias	**5.418**	6.203
Vencidas de 61 a 90 dias	**5.457**	4.164
Vencidas de 91 a 180 dias	**15.292**	7.083
Vencidas de 181 a 360 dias	**10.266**	13.302
Vencidas acima de 360 dias	**34.263**	30.515
	589.995	377.324

5. Estoques

	Consolidado	
	06/2009	**03/2009**
Materiais de consumo	**15.156**	14.617
Peças e materiais de manutenção	**115.141**	112.528
Adiantamentos a fornecedores	**79.595**	43.704
Importações em andamento	**28.497**	16.080
Outros	**2.950**	5.062
Provisão para obsolescência	**(4.275)**	(4.275)
	237.064	187.716

6. Impostos diferidos e a compensar e provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	06/2009	**03/2009**	**06/2009**	**03/2009**
Impostos a recuperar				
ICMS	**-**	-	**5.079**	3.923
Antecipações de IRPJ e CSSL	**29.419**	28.799	**36.668**	32.273
IRRF sobre aplicações financeiras	**136**	13	**1.491**	1.277
Retenção de impostos de órgãos públicos	**-**	-	**15.308**	14.474
Imposto de valor agregado recuperável no exterior (IVA)	**-**	-	**6.435**	7.087
Outros	**26**	26	**1.562**	1.635
	29.581	28.838	**66.543**	60.669
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Créditos sobre prejuízos fiscais acumulados	-	-	**103.791**	103.791
Base negativa de contribuição social	-	-	**37.365**	37.365
Diferenças temporárias:				
Provisões para perda com ativos	-	-	**127.812**	127.812
Provisão para contingências	-	-	**19.156**	19.156
Provisão para devedores duvidosos	-	-	**29.054**	29.054
Provisão para manutenção de equipamentos	-	-	**7.500**	7.500
IR s/result.de hedge ajustado a mercardo	-	-	**10.235**	24.469
	-	-	**334.913**	349.147
Ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09	**(13.593)**	(14.122)	**(211.861)**	(96.467)
Outros	**-**	-	**6.134**	6.621
	(13.593)	(14.122)	**129.186**	259.301
	15.988	14.716	**195.729**	319.970
Ativo – Circulante	**29.581**	28.838	**66.543**	60.669
Ativo - Não Circulante	**33.843**	33.641	**633.045**	632.688
Passivo - Não Circulante	**47.436**	47.763	**503.859**	373.387

6. Impostos diferidos e a compensar e provisão para imposto de renda e contribuição social -- Continuação

A Companhia e sua controlada têm prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora		Controlada (VRG)	
	06/2009	03/2009	06/2009	03/2009
Prejuízo Fiscal Acumulado	**191.375**	150.452	**1.194.726**	1.179.939
Base Negativa de Contribuição Social	**191.375**	150.452	**1.194.726**	1.179.939

Em 30 de junho de 2009, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. A Administração da Companhia entende que com a reestruturação operacional das companhias e após a reestruturação societária descrita na Nota No. 8, é provável que os lucros tributários futuros da controlada VRG Linhas Aéreas S.A. serão suficientes para a realização dos seus créditos fiscais reconhecidos nas Informações trimestrais.

As projeções revisadas de lucros tributáveis futuros, tecnicamente elaboradas e suportadas nos planos de negócio da Companhia, aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia, indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização dos créditos fiscais diferidos no prazo estimado de seis anos, considerando o período de 12 meses de 1º de julho a 30 de junho de cada ano, é como segue:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
VRG	20.809	81.919	40.256	41.510	61.525	88.894	334.913

6. Impostos diferidos e a compensar e provisão para imposto de renda e contribuição social -- Continuação

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação da alíquota fiscal estatutária combinada com os valores refletidos no resultado, está demonstrada a seguir:

	Imposto de renda e contribuição social			
	Controladora		Consolidado	
Descrição	**01/2009 a 06/2009**	**01/2008 a 06/2008**	**01/2009 a 06/2009**	**01/2008 a 06/2008**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**399.994**	(190.685)	**538.146**	(98.639)
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**(135.998)**	64.833	**(182.970)**	33.537
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Imposto de renda sobre equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos no exterior	**147.707**	(57.689)	**77.238**	-
Benefício sobre apuração de IRPJ e CSLL diferidos em controladas	**-**	(5.370)	**(3.660)**	18.136
Benefício não reconhecido sobre prejuízo fiscal de controladas	**(15.736)**	-	**(19.643)**	(147.180)
Despesas indedutíveis das controladas	**-**	-	**(14.811)**	5.235
Imposto de renda sobre diferenças permanentes	**(849)**	-	**818**	-
Ajustes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09	**-**	(913)	**-**	(913)
Imposto de renda e contribuição social	**(4.876)**	861	**(143.028)**	(91.185)
Alíquota efetiva	**1%**	**-**	**27%**	**-**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	-	**(264)**	(43.657)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(4.876)**	861	**(142.764)**	(47.528)
	(4.876)	861	**(143.028)**	(91.185)

7. Transações com partes relacionadas

A controlada VRG Linhas Aéreas S.A. mantém contrato com as empresas ligadas para transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos e transporte de funcionários e é locatária do imóvel situado à Rua Tamoios, 246 em São Paulo – SP, pertencente a empresa ligada, cujo contrato tem vencimento em 05 de abril de 2010 e cláusula de reajuste anual com base no IGP-M.

Em 30 de junho de 2009, os saldos a pagar às empresas ligadas, no valor de R$767 (R$1.227 em 31 de março de 2009) estão incluídos nos saldos de fornecedores juntamente com as operações realizadas com terceiros. O valor das despesas que afetaram o resultado no segundo trimestre de 2009 foram de R$2.545 (R$3.136 em 30 de junho de 2008).

7. Transações com partes relacionadas -- Continuação

A Companhia mantém transações de contratos de mútuo com sua controlada VRG Linhas Aéreas S.A, sem previsão de encargos financeiros, avais e garantias, que totaliza em R$1.165.474 em 30 de junho de 2009 (R$1.257.133 em 31 de março de 2009).

Em 30 de junho de 2008, a controlada VRG Linhas Aéreas S.A. mantinha em seus investimentos notas sênior e bônus perpétuos, recompradas da controlada Gol Finance, com valores de face correspondentes a, respectivamente, R$35.055 e R$49.077. A recompra de títulos de dívida no mercado gerou um ganho líquido de R$3.832. No período findo em 30 de junho de 2009, não houve novas recompras de títulos de dívida.

Remuneração dos Administradores

	04/2009 a 06/2009	**04/2008 a 06/2008**	**01/2009 a 06/2009**	**01/2008 a 06/2008**
Encargos sociais	**1.054**	845	**1.935**	1.635
Salários e benefícios	**2.885**	11.062	**5.387**	13.244
Remuneração baseada em ações	**725**	788	**1.927**	1.575
Total	**4.664**	12.695	**9.249**	16.454

Participação nos resultados

A Companhia mantém plano de participação nos resultados e planos de opção de compra de ações para seus colaboradores. O plano de participação nos resultados é vinculado aos resultados econômico-financeiros mensurados com base em indicadores de desempenho que pressupõem o cumprimento de metas de desempenho da Companhia, das unidades de negócios e individuais.

A Companhia registrou uma provisão estimada em 30 de junho de 2009, no montante de R$35.000, baseado nas expectativas de Administração. Essa provisão pode ser alterada de acordo com o cumprimento de metas e desempenho conforme descrito acima.

Remuneração com base em opções de compra de ações

A movimentação das opções existentes em 30 de junho de 2009 está apresentada a seguir:

	Opções de compra	**Preço de exercício médio ponderado**
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2008	366.987	48,05
Concedidas	925.800	10,52
Opções em circulação em 31 de março de 2009	1.292.787	21,17
Canceladas	(402.783)	10,82
Opções em circulação em 30 de junho de 2009	890.004	25,86
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2008	151.436	46,23
Quantidade de opções exercíveis em 31 de março de 2009	151.569	46,20
Quantidade de opções exercíveis em 30 de junho de 2009	150.659	46,18

7. Transações com partes relacionadas -- Continuação

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes com base nas seguintes premissas:

	Planos de opções de compra de ações				
	2005	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
Total de opções concedidas	87.418	99.816	113.379	190.296	925.800
Preço de exercício da opção	33,06	47,30	65,85	45,46	10,52
Valor justo da opção na data da concessão	29,22	51,68	46,61	29,27	8,53
Volatilidade estimada do preço da ação	32,5%	39,9%	46,5%	41,0%	76,9%
Dividendo esperado	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%	-
Taxa de retorno livre de risco	17,2%	18,0%	13,2%	11,2%	12,7%
Duração da opção (em anos)	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00

Durante os três meses findos em 30 de Junho de 2009, a Companhia registrou uma despesa de pagamentos baseados em ações de R$2.496 (R$2.685 nos três meses findos em 30 de junho de 2008), registrada na demonstração de resultado como custo com pessoal.

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média ponderada das opções em circulação, bem como o intervalo de preços de exercício para as opções exercíveis em 30 de junho de 2009 estão resumidos a seguir:

Opções em Circulação				Opções exercíveis	
Intervalos dos preços de exercício	**Opções em circulação em 30/06/2009**	**Maturidade média ponderada remanescente**	**Preço de exercício médio ponderado**	**Opções exercíveis em 30/06/2009**	**Preço de exercício médio ponderado**
33,06	60.810	6,00	33,06	47.516	33,06
47,30	69.194	7,00	47,30	41.053	47,30
65,85	76.253	8,00	65,85	30.501	65,85
45,46	157.947	9,00	45,46	31.589	45,46
10,52	525.800	10,00	10,52	-	10,52
10,52-65,85	**890.004**	**9,14**	**25,86**	**150.659**	**46,18**

8. Investimentos

	Controladora	
	06/2009	**03/2009**
VRG Linhas Aéreas S.A.	**969.425**	748.403

Devido a adoção da Lei No 11.638, o ágio no montante de R$ 980.223 oriunda da aquisição da VRG em 09 de abril de 2007 foi reclassificado para o grupo do intangível. Em 30 de setembro de 2008 foi autorizada a reorganização societária, e a Gol Transportes Aéreos S.A. e a GTI S.A. foram incorporadas, passando o seu acervo patrimonial a integrar o patrimônio da VRG Linhas Aéreas S.A., que as sucederam em todos os bens, direitos e obrigações. O patrimônio líquido da Gol Transportes Aéreos S.A. foi vertido com base no valor contábil apresentado no balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2008.

As movimentações dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2009 estão demonstrados a seguir:

	VRG Linhas Aéreas S.A.
Saldos em 31 de dezembro de 2008	699.923
Resultado de equivalência patrimonial	57.430
Resultados não-realizados de hedge	(8.950)
Saldos em 31 de março de 2009	748.403
Resultado de equivalência patrimonial	**193.400**
Resultados não-realizados de hedge	**27.622**
Saldos em 30 de junho de 2009	**969.425**

A controlada VRG Linhas Aéreas S.A. não possui ações negociadas em bolsa. As informações relevantes sobre a mesma em 30 de junho de 2009, estão sumariadas a seguir:

Controlada	**Quantidade total de ações possuídas**	**Participação %**	**Capital social integralizado**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido da controlada**
VRG Linhas Aéreas S.A.	1.785.396.513	100%	1.077.340	969.425	250.830

9. Imobilizado

		Consolidado			
		30/06/09			31/03/09
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de vôo					
Aeronaves sob arrendamento financeiro (a)	4%	**1.502.522**	**(127.051)**	**1.375.471**	1.290.513
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes (a)	4%	**630.143**	**(52.508)**	**577.635**	561.508
Reconfigurações de aeronaves (a)	4%	**87.051**	**(63.193)**	**23.858**	29.185
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20%	**1.259**	**(525)**	**734**	763
Ferramentas	10%	**9.657**	**(2.369)**	**7.288**	7.492
		2.230.632	**(245.646)**	**1.984.986**	1.889.461
Imobilizado de uso					
Veículos	20%	**6.900**	**(3.853)**	**3.047**	3.358
Máquinas e equipamentos	10%	**19.194**	**(4.793)**	**14.401**	14.392
Móveis e utensílios	10%	**15.308**	**(4.746)**	**10.562**	10.569
Computadores e periféricos	20%	**29.798**	**(15.413)**	**14.385**	15.288
Equipamentos de comunicação	10%	**2.081**	**(791)**	**1.290**	1.297
Instalações	10%	**4.232**	**(1.481)**	**2.751**	2.966
Centro de manutenção Confins	7%	**84.232**	**(7.366)**	**76.866**	69.110
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4%	**23.867**	**(5.169)**	**18.698**	19.556
Obras em andamento	-	**15.949**	**-**	**15.949**	14.826
		201.561	**(43.612)**	**157.949**	151.362
		2.432.193	**(289.258)**	**2.142.935**	2.040.823
Adiantamentos para aquisição de aeronaves	-	**953.501**	**-**	**953.501**	957.932
		3.385.694	**(289.258)**	**3.096.436**	2.998.755

(a) Durante o segundo trimestre de 2009, a Companhia revisou as taxas de depreciação utilizadas para as aeronaves sob arrendamento financeiro, reconfigurações de aeronaves e para peças e conjuntos de reposição e motores sobressalentes, de 5% para 4%, para melhor compatibilização com o tempo de vida útil desses bens. A mudança de vida útil econômica está amparada por estudos técnicos aprovados pelos órgãos da Administração da Companhia e foi aplicada de forma prospectiva e produzirá efeitos a partir de 1º de abril de 2009. O impacto de redução de depreciação decorrente da alteração da vida útil no trimestre findo em 30 de junho de 2009 é de R$4.242.

Os adiantamentos para aquisição de aeronaves, referem-se aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 99 aeronaves 737-800 Next Generation (92 aeronaves em 31 de março de 2009), no valor de R$953.501 (R$957.932 em 31 de março de 2009), incluindo os juros e encargos capitalizados de R$28.986 (R$32.520 em 31 de março de 2009).

Conforme descrito na Nota No.11, em 30 de junho de 2009, os adiantamentos para aquisição de aeronaves no valor de R$489.735, estão vinculados a garantia de contrato de empréstimo.

10. Intangível

	Vida útil definida	Vida útil indefinida	
	Software	**Ágio**	**Saldo Líquido**
Vida útil	5 anos	-	-
Saldos em 31 de março de 2008	32.852	980.223	1.013.075
Adições	13.096	-	13.096
Amortizações	(4.118)	-	(4.118)
Saldos em 30 de junho de 2008	**41.830**	**980.223**	**1.022.053**
Vida útil	5 anos	-	-
Saldos em 31 de março de 2009	44.867	980.223	1.025.090
Adições	3.291	-	3.291
Amortizações	(2.469)	-	(2.469)
Saldos em 30 de junho de 2009	**45.689**	**980.223**	**1.025.912**

O ágio total apurado na aquisição da VRG Linhas Aéreas S.A. no valor de R$980.223 está fundamentado na expectativa de lucros futuros, amparada em estudos técnicos elaborados por peritos independentes com base em premissas econômico-financeiras, e o critério de amortização definido foi amortizá-lo em proporção aos benefícios esperados no prazo de até dez anos da data da aquisição da VRG, a partir do mês em que os benefícios econômicos passassem efetivamente a ser gerados mediante a reestruturação das operações. Entretanto, a partir de 2009, com a adoção da Lei nº 11.638/07, o ágio está somente sujeito a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável ("impairment"), conforme preconizado pela CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

Em 31 de dezembro de 2008, o teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor estimado de mercado excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

11. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média efetiva de juros ao ano		Controladora		Consolidado	
Circulante:	**06/2009**	**03/2009**	**06/2009**	**03/2009**	**06/2009**	**03/2009**
Moeda Nacional:						
Capital de giro	**11,41%**	14,02%	**-**	-	**50.000**	50.000
Empréstimo BNDES	**8,90%**	8,90%	**-**	-	**14.181**	14.181
Empréstimo BDMG	**11,33%**	10,85%	**-**	-	**2.800**	2.800
Debêntures	**12,02%**	-	**-**	-	**153.259**	-
Juros			**-**	-	**3.424**	1.576
			-	-	**223.664**	68.557
Moeda Estrangeira (em dólares norte americanos)						
Empréstimo para adiantamento para aquisição de aeronaves	**1,02%**	1,21%	**489.735**	677.479	**489.735**	677.479
Empréstimo IFC	**3,34%**	3,34%	**-**	-	**16.263**	14.470
Juros			**17.121**	30.284	**18.350**	31.009
			506.856	707.763	**524.348**	722.958
			506.856	707.763	**748.012**	791.515
Longo Prazo:						
Moeda Nacional:						
Empréstimo BNDES	**8,90%**	8,90%	**-**	-	**29.543**	33.088
Empréstimo BDMG	**11,33%**	10,85%	**-**	-	**11.426**	12.019
Debêntures	**12,02%**	-	**-**	-	**240.401**	-
			-	-	**281.370**	45.107
Moeda Estrangeira (em dólares norte americanos)						
Empréstimo IFC	**3,34%**	3,34%	**-**	-	**56.921**	72.350
Bônus sênior	**7,5%**	7,50%	**432.683**	512.580	**403.409**	477.852
Bônus perpétuos	**8,75%**	8,75%	**387.816**	459.646	**346.833**	411.027
			820.499	972.226	**807.163**	961.229
			820.499	972.226	**1.088.533**	1.006.336
			1.327.355	1.679.989	**1.836.545**	1.797.851

Debêntures

Em 13 de maio de 2009, a Companhia aprovou a terceira emissão pública de 400 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, emitidas pela VRG, no valor nominal unitário de R$1.000, totalizando R$400.000, visando o reforço do capital de giro da Companhia. O prazo de vencimento das debêntures é de 2 anos a contar da data de emissão e sua amortização será realizada em 18 pagamentos mensais e consecutivos, com 6 meses de carência, a partir do sétimo mês da data de emissão, com vencimento do último em 13 de maio de 2011. As debêntures são remuneradas a 126,50% do CDI e apresentam como garantia determinadas contas a receber das operadoras de cartão de crédito no valor de até R$ 250.000.

Esta emissão está sujeita ao resgate antecipado total ou parcial por parte de sua emissora a qualquer momento e a seu critério, com pagamento do prêmio de 1%, ou 0,5%, caso o resgate seja efetuado durante o primeiro ano, ou segundo ano contados da data de emissão, respectivamente, calculado conforme determina sua escritura.

11. Empréstimos e financiamentos --Continuação

Debêntures – continuação

Em 30 de junho de 2009, os juros pagos mensalmente e registrados são de R$1.911. As despesas com sua emissão totalizaram R$6.616 e estão sendo classificadas como conta redutora dos respectivos empréstimos, apropriadas no período total da dívida conforme determina o CPC 08.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando o período de 12 meses de 1º de julho à 30 de junho de cada ano são como segue:

	2010	2011	2012	2013	Após 2013	Total
Moeda Nacional:						
Empréstimo BDMG	1.524	3.216	3.216	3.216	254	**11.426**
Empréstimo BNDES	7.090	14.181	8.272	-	-	**29.543**
Debêntures	131.128	109.273	-	-	-	**240.401**
	139.742	**126.670**	**11.488**	**3.216**	**254**	**281.370**
Moeda Estrangeira (em dólares norte americanos):						
Empréstimo IFC	9.487	15.812	15.811	15.811	-	**56.921**
Bônus sênior	-	-	-	-	403.409	**403.409**
	149.229	142.482	27.299	19.027	403.663	**741.700**
Bônus perpétuos	-	-	-	-	346.833	**346.833**
Total	**149.229**	**142.482**	**27.299**	**19.027**	**750.496**	**1.088.533**

Bônus Sênior e Perpétuos

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 30 de junho de 2009, refletindo o reajuste freqüente das cotações de mercado desses instrumentos, com base na taxa de câmbio em vigor na data do encerramento do balanço são conforme segue:

	Consolidado	
	Contábil	**Mercado**
Bônus sênior	403.409	285.477
Bônus perpétuos	346.833	202.790

Condições contratuais restritivas

Os contratos com o IFC e com o BNDES prevêem obrigações e restrições, incluindo exigências de manutenção de índices de liquidez e de cobertura das despesas financeiras definidos. Em 30 de junho de 2009, a Companhia não cumpriu a dois índices financeiros estabelecidos nesses contratos. Em 30 de junho de 2009, a Companhia obteve consentimento específico do IFC que estabeleceu novos índices financeiros a serem atingido até 31 de dezembro de 2009.

11. Empréstimos e financiamentos --Continuação

Condições contratuais restritivas – continuação

Em relação ao BNDES, de acordo com consentimentos obtidos, a Companhia apresentou cartas de fiança bancária com prazo de 180 dias a contar a partir de junho de 2009.

A Companhia possui a obrigação de cumprimento de índice financeiro nas debêntures, calculado com base nas demonstrações financeiras da Companhia, que pode requerer o vencimento antecipado na ocasião de seu não cumprimento. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado através da relação entre a geração de caixa e o serviço da dívida da Companhia. A companhia deverá observar um índice equivalente a no mínimo 100% (cem por cento) no ano 2009 e 130% (cento e trinta por cento) no ano 2010, verificado ao final de cada exercício.

12. Transportes a executar

Em 30 de junho de 2009, o saldo de transportes a executar de R$486.425 (R$422.049 em 31 de março de 2009) é representado por 2.171.802 (1.571.755 em 31 de março de 2009) cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados com prazo médio de utilização de 95 dias (69 dias em 31 de março de 2009).

13. Programa de milhagem

Em 30 de junho de 2009, o programa de milhagem Smiles apresentava 2.630.573 (2.768.230 em 31 de março de 2009) trechos estimados conquistados por seus participantes e ainda não resgatados.

A movimentação do saldo das obrigações do programa de milhagem, considerando a quantidade de milhas acumuladas, está demonstrada a seguir:

Passivo Circulante:	
Saldos em 31 de março de 2009	17.247
Milhas concedidas e acumuladas	41.690
Adiantamento de milhas – "co-branded"	40.157
Milhas resgatadas e utilizadas ou expiradas	(41.452)
Saldos em 30 de junho de 2009	**57.642**
Passivo não circulante:	
Adiantamento compra de milhas – "co-branded"	64.000
Saldos em 30 de junho de 2009	**64.000**

13. Programa de milhagem -- Continuação

A premiação consiste na utilização de milhas para troca por bilhetes ou benefícios e privilégios como mudança de classe nos vôos, bônus sobre as milhas voadas, central de atendimento exclusiva, atendimento diferenciado no *check-in*, maior franquia de bagagem e acesso a salas VIP em aeroportos, conforme o regulamento do programa. As milhas auferidas pelos participantes têm validade de três anos, a contar do mês da sua emissão, enquanto os bilhetes emitidos com utilização de milhas são válidos por um ano.

Em 30 de junho de 2009 a Companhia, por meio de sua subsidiária VRG concluiu uma parceria com o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. por meio de um Acordo Operacional para emissão e administração de cartões de crédito no formato "Co-Branded". Como parte do acordo, em 30 de junho de 2009 a Companhia recebeu a título de adiantamento de compra de milhas do programa SMILES, o montante de R$104 milhões das duas instituições financeiras descritas acima. A Companhia tem expectativas de receber no prazo de 5 anos o montante de R$151 milhões, mais a remuneração condicionada ao direito de acesso e de utilização do cadastro pelas instituições financeiras e participação no faturamento registrados nos cartões emitidos.

14. Provisão para contingências

Em 30 de junho de 2009, a Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e reclamações administrativas, sendo aproximadamente 1.280 reclamações administrativas, 10.254 ações cíveis e 4.716 ações trabalhistas, dentre as quais, aproximadamente 1.237 reclamações administrativas, 9.634 ações cíveis e 978 ações trabalhistas surgiram em decorrência da operação da Companhia, o restante é decorrente de pedidos de reconhecimento da sucessão pela VRG, da antiga Varig.

As obrigações estimadas relativas aos processos cíveis e trabalhistas estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	06/2009	**03/2009**
Cíveis	**23.583**	20.684
Trabalhistas	**34.471**	52.064
	58.054	72.748

Em 30 de junho de 2009, os depósitos judiciais relativos as provisões para contingências cíveis e trabalhistas correspondem a R$1.632 e R$22.980, respectivamente (R$1.633 e R$21.570 em 31 de março de 2009, respectivamente).

As provisões são constituídas para às perdas prováveis e são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas para causas cíveis e trabalhistas, com base na melhor estimativa corrente.

14. Provisão para contingências -- Continuação

A companhia é parte em 4 ações trabalhistas na França decorrentes de dívidas da antiga Varig S.A. Até o presente momento não há nenhum indício quanto às chances de êxito das demandas, visto não ter iniciado os respectivos desdobramentos processuais, sendo que a primeira audiência está designada para o fim de 2009. O valor envolvido nas discussões, não provisionado, é de aproximadamente R$7.672 (correspondendo a € 2,8 milhões).

A Companhia está discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da Administração da Companhia essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato, o qual jamais integrará o patrimônio da Companhia. Ausente a caracterização da circulação de mercadoria, não originando, portanto, o fato gerador ICMS.

O valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento, é de R$207.040 em 30 de junho de 2009 (R$204.271 em 31 de março de 2009) atualizados monetariamente e não incluindo encargos moratórios. A Administração, com base na avaliação do tema pelos seus assessores legais e amparada em ações da mesma natureza julgadas favoravelmente aos contribuintes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) no segundo trimestre de 2007, entende que as chances de perda são remotas.

Embora o resultado dessas ações e processos não possa ser previsto, na opinião da Administração amparada por consultas aos seus assessores jurídicos externos, o julgamento final dessas ações não terá um efeito adverso relevante sobre a posição financeira, os resultados operacionais e o fluxo de caixa da Companhia.

15. Outras obrigações de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	06/2009	**03/2009**	**06/2009**	**03/2009**
Resultado de *hedge* a apropriar	**8.497**	27.578	**11.845**	31.813
Custo de devolução de aeronaves	**-**	-	**79.323**	107.188
Ganhos diferidos com transações de sale-leaseback	**7.172**	7.172	**7.172**	7.172
Outros	**5.325**	551	**26.801**	20.053
	20.994	35.301	**125.141**	166.226

O custo de devoluções de aeronaves inclui provisões para os custos que atendem às condições contratuais de devolução de aeronaves mantidas sob arrendamento operacional. Incluem também as aeronaves Boeing 767-300/200 e 737-300 que se encontram fora de operação e estão mantidas sob arrendamento operacional.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2009, o capital social está representado por 228.394.313 ações, sendo 114.197.158 ações ordinárias 114.197.155 ações preferenciais. A composição acionária é como segue:

	06/2009			**03/2009**		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
Fundo ASAS	**100,00%**	**52,36%**	**76,18%**	100,00%	42,60%	73,13%
Outros	-	**1,81%**	**0,90%**	-	2,18%	1,02%
Ações em tesouraria	-	**1,38%**	**0,69%**	-	1,66%	0,78%
Mercado	-	**44,45%**	**22,23%**	-	53,56%	25,07%
	100,00%	**100,00%**	**100,00%**	100,00%	100,00%	100,00%

O capital social autorizado em 30 de junho de 2009 é de R$2.000.000. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

A critério do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações preferenciais, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. É vedada a emissão de partes beneficiárias nos termos do estatuto social da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto quanto à ocorrência de fatos específicos estabelecidos em lei. Essas ações têm como preferência: prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e direito de serem incluídas na oferta pública em decorrência de alienação de controle, ao mesmo preço pago por ação do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

16. Patrimônio líquido -- Continuação

a) Capital social -- Continuação

Em 20 de março de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o aumento do capital social em R$203.531, mediante a emissão de 26.093.722 ações, sendo 6.606.366 ordinárias e 19.487.356 preferenciais. O preço de emissão das ações ordinárias e preferenciais foi fixado em R$ 7,80 por ação, com base na cotação das ações preferenciais na BM&F Bovespa S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&F BOVESPA") na data de 20 de março de 2009, apurada após o encerramento das negociações, nos termos do artigo 170, § 1º, III da Lei nº 6.404/76. Em 02 de junho de 2009, o Conselho de Administração autorizou a subscrição das ações , em sua totalidade e homologou um aumento de capital social da Companhia no valor de R$203.531. As ações que foram emitidas são idênticas às ações já existentes e farão jus aos mesmos direitos conferidos às demais ações da mesma espécie, incluindo a percepção de dividendos e juros sobre o capital próprio.

A cotação das ações da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., em 30 de junho de 2009, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondeu a R$10,89 e US$ 5,67 na New York Stock Exchange – NYSE. O valor patrimonial por ação em 30 de junho de 2009 é de R$ 8,52 (R$7,31 em 31 de março de 2009).

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Ações em tesouraria

A Companhia possui 1.574.200 ações preferenciais de sua própria emissão registradas no patrimônio líquido na rubrica Ações em tesouraria, adquiridas em exercícios anteriores com recursos oriundos das reservas de lucros, ao custo médio de R$26,16 para posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução do capital social. O custo mínimo foi de R$19,98 e o custo máximo foi de R$30,28, totalizando R$ 41.180 com o valor de mercado de R$17.143 (R$10.468 em 31 de março de 2009)

17. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

2T09	**Consolidado**						
	04/2009 a 06/2009					**04/2008 a 06/2008**	
	Custos dos serviços prestados	**Despesas comerciais**	**Despesas administrativas**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
Com pessoal	**199.467**	**-**	**77.253**	**276.720**	**21,2**	246.521	14,0
Combustíveis e lubrificantes	**429.796**	**-**	**-**	**429.796**	**33,0**	733.642	41,7
Arrendamento de aeronaves	**136.409**	**-**	**-**	**136.409**	**10,5**	142.533	8,1
Comerciais e publicidade	**-**	**86.571**	**-**	**86.571**	**6,6**	122.378	7,0
Prestação de serviços	**44.321**	**-**	**47.026**	**91.347**	**7,0**	109.482	6,2
Material de manutenção e reparo	**75.801**	**-**	**-**	**75.801**	**5,8**	151.759	8,6
Tarifas de pouso e decolagem	**79.752**	**-**	**-**	**79.752**	**6,1**	82.282	4,7
Depreciação e amortização	**24.480**	**-**	**7.985**	**32.465**	**2,5**	38.349	2,2
Outras despesas operacionais	**73.360**	**-**	**21.870**	**95.231**	**7,3**	132.143	7,5
	1.063.386	**86.571**	**154.134**	**1.304.091**	**100,0**	1.759.089	100,0

1S09	**Consolidado**						
	01/2009 a 06/2009					**01/2008 a 06/2008**	
	Custos dos serviços prestados	**Despesas comerciais**	**Despesas administrativas**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
Com pessoal	**413.289**	**-**	**109.861**	**523.150**	**19,5**	488.340	14,7
Combustíveis e lubrificantes	**875.860**	**-**	**-**	**875.860**	**32,2**	1.397.774	42,2
Arrendamento de aeronaves	**353.894**	**-**	**-**	**353.894**	**13,0**	311.776	9,4
Comerciais e publicidade	**-**	**168.648**	**-**	**168.648**	**6,2**	262.585	7,9
Prestação de serviços	**88.614**	**-**	**89.116**	**177.730**	**6,5**	226.927	6,8
Material de manutenção e reparo	**199.410**	**-**	**-**	**199.410**	**7,3**	154.566	4,7
Tarifas de pouso e decolagem	**160.428**	**-**	**-**	**160.428**	**5,9**	168.582	5,1
Depreciação e amortização	**57.097**	**-**	**12.065**	**69.162**	**2,5**	65.615	2,0
Outras despesas operacionais	**150.344**	**-**	**37.411**	**187.755**	**6,9**	239.193	7,2
	2.298.936	**168.648**	**248.453**	**2.716.037**	**100,0**	3.315.358	100,0

Em 30 de junho de 2009, as despesas com combustíveis não incluem ganho ou perda (ganho de R$32.676 em 30 de junho de 2008), decorrentes de resultados nas transações com instrumentos derivativos representados por resultados de contratos de *hedge* de combustíveis expirados e mensurados como efetivos para proteger as despesas das flutuações do preço dos combustíveis.

18. Resultado financeiro líquido

	Controladora			
	01/2009 a 06/2009	**01/2008 a 06/2008**	**04/2009 a 06/2009**	**04/2008 a 06/2008**
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	**(42.173)**	(45.685)	**(20.462)**	(22.269)
Variações cambiais de passivos	**(73.730)**	(41.738)	**(39.745)**	(33.166)
Variações cambiais de arrendamentos	**-**	(7)	**-**	-
Perdas com instrumentos financeiros	**(5.827)**	-	**5.996**	-
Outros	**(4.089)**	-	**(3.795)**	(4.576)
	(125.819)	(87.430)	**(58.006)**	(60.011)
Receitas financeiras:				
Juros e ganhos em aplicações financeiras	**1.918**	23.364	**770**	19.891
Variações cambiais de ativos	**258.764**	88.266	**199.521**	70.003
Ganhos com instrumentos financeiros	**20.450**	15.718	**8.856**	6.058
Juros sobre capital próprio	**-**	22.431	**-**	11.740
Variações monetárias de ativos	**1.344**	1	**620**	1
Outros	**-**	4.474	**-**	3.093
	282.476	154.254	**209.767**	110.786
Resultado financeiro líquido	**156.657**	66.824	**151.761**	50.775

	Consolidado			
	01/2009 a 06/2009	**01/2008 a 06/2008**	**04/2009 a 06/2009**	**04/2008 a 06/2008**
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	**(137.668)**	(95.333)	**(83.973)**	(41.249)
Variações cambiais de passivos	**(254.516)**	(170.804)	**(147.857)**	(73.945)
Variações cambiais de arrendamentos	**-**	(22.815)	**26.279**	(11.205)
Perdas com fundos de investimentos	**(1.869)**	(8.843)	**(891)**	(7.255)
Perdas com instrumentos financeiros	**(165.560)**	(5.585)	**(65.377)**	(13.843)
Outros	**(23.717)**	(14.364)	**(18.633)**	(11.004)
	(583.330)	(317.744)	**(290.452)**	(158.501)
Receitas financeiras:				
Juros e ganhos em aplicações financeiras	**12.754**	35.826	**3.942**	23.300
Variações cambiais de ativos	**526.593**	397.298	**375.034**	260.648
Variações cambiais de arrendamentos	**263.428**	-	**221.512**	-
Ganhos com instrumentos financeiros	**122.584**	15.720	**52.078**	-
Juros sobre capital próprio	**-**	-	**-**	525
Variações monetárias de ativos	**1.047**	1.382	**674**	676
Outros	**13.997**	19.168	**7.148**	8.653
	940.403	469.394	**660.388**	293.802
Resultado financeiro líquido	**357.073**	151.650	**369.936**	135.301

19. Compromissos

A Companhia possui contrato com a Boeing para aquisição de aeronaves. Em 30 de junho de 2009 existem 99 pedidos firmes e 40 opções de compra. Em até um ano, faremos adiantamentos para 32 aeronaves, que possuem previsão de entrega até fevereiro de 2012 e as demais com prazo superior a vinte e quatro meses. O valor aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R$15.220.704 (correspondendo a US$7,8 bilhões). Os compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo Exim Bank dos Estados Unidos (Exim), correspondente a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves e os demais agentes financiadores percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento de fornecedor.

A seguinte tabela apresenta um resumo dos pagamentos relativos aos compromissos com aquisições de aeronaves para os próximos anos:

	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014	Total
Adiantamentos para aquisição de aeronaves	190.939	140.333	369.426	520.246	371.025	186.954	1.778.923
Compromissos de compra de aeronaves	1.858.973	1.281.984	653.306	1.678.920	3.165.718	4.802.880	13.441.781
Total	**2.049.912**	**1.422.317**	**1.022.732**	**2.199.166**	**3.536.743**	**4.989.834**	**15.220.704**

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros. Em 30 de junho de 2009, a frota total era composta de 124 aeronaves, dentre as quais 6 aeronaves 737-300 encontram-se em processo de devolução, sendo que 26 aeronaves estão classificadas como arrendamento mercantil financeiro e 98 aeronaves sob a modalidade de arrendamento mercantil operacional. Durante o período findo em 30 de junho de 2009, a Companhia recebeu duas aeronaves com base em contratos de arrendamento mercantil financeiro e não houve devolução de aeronaves 737-300.

19. Compromissos - Continuação

a) Arrendamentos mercantis financeiros

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro em 30 de junho de 2009 estão detalhados a seguir:

	06/2009	03/2009
2010	**188.402**	220.221
2011	**188.200**	220.066
2012	**186.002**	218.526
2013	**185.225**	217.143
2014	**185.225**	214.596
Após 2014	**858.566**	911.503
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	**1.791.620**	2.002.055
Menos total de juros	**(430.975)**	(469.196)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	**1.360.645**	1.532.859
Menos parcela de curto prazo	**(123.421)**	(156.488)
Parcela de longo prazo	**1.237.224**	1.376.371

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves arrendadas para 15 anos por meio da utilização da estrutura SOAR (mecanismo de alongamento de amortização e pagamento de financiamento) estrutura que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 30 de junho de 2009 o valor dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento é de R$19.846 (R$19.191 em 31 de março de 2009).

b) Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia arrenda aeronaves, terminais dos aeroportos, outras instalações aeroportuárias, escritórios e outros equipamentos na modalidade de arrendamento mercantil operacional com prazos entre 2009 e 2021.

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacional não canceláveis estão denominados em U.S dólares em 30 de junho de 2009 essas obrigações estão demonstradas como segue:

	06/2009	03/2009
2010	**611.004**	553.855
2011	**550.236**	647.382
2012	**529.510**	623.648
2013	**476.384**	577.057
2014	**367.169**	492.201
Após 2014	**439.425**	630.982
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	**2.973.728**	3.525.125

20. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e considera como riscos mais relevantes os efeitos das mudanças de preço de combustível, taxa de câmbio, taxas de juros e riscos de crédito.

Estes riscos são gerenciados através da utilização de instrumentos financeiros para proteção disponíveis no mercado financeiro tais como: *swaps*, contratos futuros, opções cambiais e de petróleo. As operações que envolvem combustível são listadas na bolsa NYMEX ("*New York Mercantile Exchange*"), as operações que envolvem moeda estrangeira são negociadas na BM&F Bovespa e os *swaps* são contratados através de bancos internacionais de primeira linha (*ratings* superiores a AA+ segundo agências Moody's e Fitch). A utilização destes instrumentos é orientada em uma Política de Gestão de Riscos formal sob a gestão dos diretores da Companhia, seu Comitê de Políticas de Risco e seu Conselho de Administração.

A Política de Gestão de Riscos da Companhia estabelece controles, limites, bem como outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para monitoramento contínuo das exposições, além de proibir explicitamente a realização de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados somente com finalidade de proteção ("*hedge*"). Adicionalmente, a Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos exóticos ou qualquer outro tipo de operação com alavancagem.

O Comitê de Políticas de Risco recomenda para aprovação do Conselho de Administração programas de longo prazo **e** visa proteger a Companhia contra possíveis variações de preço dos ativos no mercado durante o prazo de 12 meses em bases contínuas, podendo estender-se caso sejam atingidos os preços pré-determinados.

Historicamente a Companhia não contrata a proteção para a totalidade de sua exposição, tanto para o consumo de combustível como a exposição cambial e juros estando, portanto, sujeita aos riscos decorrentes das variações do mercado. A porção da exposição a ser protegida é determinada trimestralmente em consonância com as estratégias determinadas nos Comitês de Políticas de Risco e são acompanhadas periodicamente. Esta porção poderá atingir a totalidade da exposição.

A Companhia e suas controladas são titulares de fundos de investimento exclusivo os quais são utilizados como veículos para a contratação de cobertura de riscos conforme a Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A efetividade dos instrumentos financeiros designados como *hedges* é estimada com base em métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das despesas com o objeto protegido que é compensada pela variação do valor justo de mercado dos derivativos. A Companhia classifica os instrumentos financeiros derivativos de *hedge* como "*hedge* de fluxo de caixa" e reconhece as variações do valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos efetivos no patrimônio líquido até que o objeto do *hedge* atinja sua competência.

20. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Os resultados de *hedges* efetivos são registrados como redução ou aumento do custo operacional, e os resultados de *hedges* que não sejam efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira. Os *Hedges* são registrados como inefetivos quando a variação no valor dos derivativos não fica entre 80% e 125% da variação do preço do objeto de *hedge*. Quando o objeto protegido é consumido e o respectivo instrumento derivativo financeiro é liquidado, os ganhos ou perdas não-realizados registrados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado.

O valor justo de mercado dos *swaps* é estimado com base nos métodos de fluxo de caixa descontado, e o valor justo de opções é estimado com base no modelo Black-Scholes (adaptado às opções de commodities no caso o petróleo).

As informações relevantes relativas aos principais riscos que afetam as operações da Companhia estão detalhadas a seguir:

a) Risco do preço de combustíveis

Para as companhias aéreas um dos principais custos isolado é o combustível de aviação e estão expostas aos efeitos da variação de seus preços. O combustível de aviação consumido no segundo trimestre de 2009 e 2008 representou 33,0% e 41,7%, respectivamente, dos custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas da Companhia. O objeto do *hedge* de combustível é a despesa operacional com combustível. Como o combustível de aviação não é negociado em uma bolsa de mercadorias, a liquidez e as alternativas para contratação de operações de *hedge* desse item são limitadas. Historicamente, os preços do petróleo têm alta correlação com os preços de combustível de aviação, o que torna os derivativos de petróleo bruto eficazes na compensação das flutuações dos preços do combustível de aviação, de forma a fornecer proteção imediata.

20. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Os contratos derivativos da Companhia estão sumariados a seguir (em milhares, exceto quando indicado):

Saldo final em:	**30.06.2009**	**31.03.2009**
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ao final do período (R$)	**23.586**	2.386
Prazo médio (meses)	**2**	4
Volume objeto de instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* para períodos futuros (mil barris)	**971**	1.355
Perdas com efetividade dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de impostos (R$)	**(23.030)**	(86.645)

Período de três meses encerrado em 30 de Junho de:	**2009**	**2008**
Ganhos com efetividade dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* reconhecidos como retificador das despesas com combustível de aeronaves (R$)	**-**	35.787
Perdas com inefetividade dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* reconhecidos como despesas financeiras com competência no período (R$)	**(52.583)**	(908)
Ganhos com inefetividade dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* reconhecidos como receitas financeiras com competências futuras (R$)	**17.529**	2.580
Total de ganhos (perdas) com inefetividade dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge reconhecidos como despesas financeiras (R$)	**(35.054)**	1.672
Percentual do consumo objeto de *hedge* durante o período	**23%**	55%

Em 30 de junho de 2009, a Companhia possuí majoritariamente opções *call* além de estruturas de *collar* para proteger aproximadamente 32% e 16% de seu consumo de combustível de aviação para o terceiro e quarto trimestres de 2009, respectivamente.

Durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2009, a Companhia não reconheceu ganhos ou perdas decorrentes de contratos de *hedges* encerrados e avaliados como efetivos retificando as despesas com combustíveis (R$35.787 de ganhos em 30 de junho de 2008), e reconheceu perdas líquidas de R$ 52.583 (R$908 de perdas líquidas em 30 de junho de 2008) em despesas financeiras, relacionados à inefetividade de seus instrumentos financeiros derivativos designados como *hedges*. Para os contratos de competências futuras considerados inefetivos, houve ganhos no total de R$17.529 (R$2.580 de ganhos em 30 de junho de 2008) reconhecidas nas receitas financeiras. Em 30 de junho de 2009, haviam perdas não realizadas de *hedges* de combustível no valor líquido de imposto de R$23.030 (R$86.645 de perdas em 31 de março de 2009) referentes à parcela efetiva de instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* contratados para períodos futuros registrados no patrimônio líquido.

20. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Fator de risco de mercado: Preço do combustível
Mercado de bolsa
Contratos futuros comprados

	3T09	4T09	Total
Volume nominal em barris (mil)	1.023	530	1.553
Volume nominal em litros (mil)	162.637	84.259	246.896
Taxa contratada a futuro por barril (US$) *	81,90	53,05	72,05
Total em reais **	163.512	54.872	218.384

* Média ponderada entre os strikes de collars e callspreads.
** A taxa de câmbio em 30/06/2009 era de R$1,9516/ US$1,00.

b) Risco de taxa de câmbio

As contas de despesa, que são objeto de *hedge* de taxa de câmbio, são: despesas com combustível, arrendamentos, manutenção, seguros e serviços internacionais. Em 30 de junho de 2009, os principais ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estavam relacionados aos arrendamentos e a instrumentos de captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves.

A exposição cambial da Companhia em 30 de junho de 2009 e 31 de março de 2009 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30.06.2009	31.03.2009
Ativo		
Caixa e bancos e aplicações financeiras	**167.270**	185.835
Contas a receber de empresas de arrendamento	**93.415**	111.719
Depósitos em garantias de contratos de arrendamentos	**125.196**	122.485
Depósitos de manutenção de aeronaves	**37.358**	396.426
Despesas antecipadas de arrendamentos	**-**	43.996
Outros	**81.751**	48.434
	504.990	908.895
Passivo		
Fornecedores estrangeiros	**41.343**	41.433
Empréstimos e financiamentos	**1.331.511**	1.684.187
Arrendamentos financeiros	**1.360.645**	1.532.859
Outros arrendamentos mercantis a pagar	**25.964**	27.294
Prêmios de seguro a pagar	**0**	11.095
	2.759.463	3.296.868
Exposição cambial em R$	**2.254.473**	2.387.973
Exposição cambial total em US$	**1.155.192**	1.021.811
Obrigações futuras		
Obrigações futuras em US$ decorrentes de contratos de arrendamento operacional	**2.973.728**	3.525.125
Obrigações futuras em US$ decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	**15.220.704**	16.353.179
	18.194.432	19.878.304
Total da exposição cambial R$	**20.448.905**	22.266.277
Total da exposição cambial US$	**10.478.021**	9.527.718

20. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

A posição dos contratos derivativos de câmbio (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:

Saldo final em:	**06/2009**	**03/2009**
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ao final do período (R$)	**1.401**	**-**
Período remanescente mais longo (meses)	**2**	**-**
Volume *hedgeado* para períodos futuros (US$)	**95.000**	**-**
Ganhos com efetividade dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de impostos (R$)	**5.369**	24.904

Período de três meses encerrado em 30 de junho:	**2009**	**2008**
Perdas com efetividade do *hedge* reconhecidos em despesas operacionais (R$)	**(669)**	**(7.510)**
Ganhos (perdas) com inefetividade do *hedge* reconhecidos em despesas financeiras (R$)	**15.804**	**(1.550)**
Perdas com inefetividade dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* reconhecidos como despesas financeiras com competências futuras (R$)	**(904)**	**(3.892)**
Total de ganhos (perdas) com inefetividade dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* reconhecidos como despesas financeiras (R$)	**14.900**	**(5.442)**
Percentual atual da exposição *hedgeada* durante o período	**10%**	**51%**

Durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2009, os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de taxa de câmbio efetivos registradas no patrimônio líquido totalizaram ganhos não realizados de R$5.369 (líquido de imposto) (R$24.904 de ganhos em 31 de março de 2009). Em 30 de junho de 2009, foram registrados em receita financeira ganhos com inefetividade o valor total de R$ 15.804 (R$1.550 de perdas em 30 de junho de 2008) das operações de *hedge* de câmbio já liquidadas. No trimestre findo em 30 de junho de 2009, também foram reconhecidas perdas de R$ 904 (R$ 3.892 de perdas em 30 de junho de 2008) em despesas financeiras relacionadas a inefetividade dos contratos *hedges* de competências futuras.

As obrigações futuras denominadas em dólares norte americanos objeto de contratação de instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* estão demonstradas a seguir:

Fator de risco de mercado: Taxa de câmbio
Mercado de bolsa
Contratos futuros comprados

	3T09
Valor nominal em dólar	95.000
Taxa contratada a futuro	2,0498
Total em reais	194.731

20. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que a contraparte venha a não cumprir suas obrigações gerando uma perda financeira para a Companhia.

A Companhia está exposta a riscos de crédito decorrentes de suas atividades operacionais, principalmente, contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo os depósitos em bancos, ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, e instrumentos financeiros derivativos. O risco de crédito do contas a receber é minimizado por ser substancialmente representado por contas a receber das maiores operadoras de cartões de crédito. Além disso, a Companhia avalia os riscos das contrapartes e diversifica sua exposição.

Assim, a Administração da Companhia acredita que o risco de não receber as quantias devidas por suas contrapartes nas operações de derivativos não é significativo.

d) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são afetados por flutuações nas taxas de juros internacionais devido ao impacto de tais alterações nas despesas de arrendamento mercantil operacional. Em 30 de junho de 2009, a Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos *swap-lock* (termo de *swap*) de juros para proteger-se das oscilações de taxas de juros dos contratos de arrendamento de aeronaves. As variações do valor justo de mercado desses instrumentos são reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras para instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge*. Para os instrumentos designados como *hedge,* as parcelas efetivas das variações do valor justo de mercado são registradas no patrimônio líquido até a data em que os fluxos de caixa objeto de *hedge* gerem resultado.

Em 30 de junho de 2009, o valor nominal dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa, foi de R$118.219 (US$ 60.575 mil) (R$140.244 ou US$60.575 mil em 31 de março de 2009) com valor justo de mercado de R$ 3.348 de perdas (R$4.235 de perdas em 31 de março de 2009), cujo valor líquido de impostos de R$2.206 (R$4.232 de perdas em 31 de março de 2009), correspondente a perdas não realizadas, foi registrado na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquido de impostos. Durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2009, a Companhia reconheceu R$664 de perdas (R$2 de ganhos em 30 de junho de 2008) relacionados aos pagamentos de juros como despesa financeira.

20. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

d) Risco de taxa de juros -- Continuação

Para os instrumentos financeiros não designados como *hedge*, em 30 de junho de 2009, foram contratados instrumentos financeiros derivativos no valor nominal de R$84.895 (US$43.500 mil) (R$100.711 ou US$43.500 mil em 31 de março de 2009) com valor de mercado de R$8.497 de perdas (R$19.765 de perdas em 31 de março de 2009) e foram reconhecidos ganhos líquidos de R$8.164 (US$ 4.183 mil) (R$5.992 de ganhos em 30 de junho de 2008) em receitas financeiras. No trimestre findo em 30 de junho de 2009, as variações do valor justo de mercado são reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras.

Os resultados da Companhia também são afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes no Brasil, incidentes sobre as aplicações financeiras, os investimentos de curto prazo, as obrigações em reais, ativos e obrigações indexadas ao dólar. Essas flutuações afetam o valor de mercado dos instrumentos financeiros realizados no Brasil, o valor de mercado de títulos pré-fixados em reais, e na remuneração do saldo de caixa e das aplicações financeiras.

Em 30 de junho de 2009, a Companhia possuía 220 contratos futuros de Depósito Interfinanceiro negociados na BM&F BOVESPA, com prazo máximo de 18 meses e valor justo de R$5,9.

1. Demonstrativo de valores dos instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2009, o valor nocional dos instrumentos financeiros derivativos, o valor justo de mercado, e o impacto de caixa gerado por eles, são sumariados a seguir:

Descrição		Valor de referência (Nocional)		Valor Justo (Reais)		Valores a Pagar ou Receber no Período	
	Un.	30.06.09	31.03.09	30.06.09	31.03.09	Valor a receber/ Recebido	Valor a Pagar/ Pago
Dólar:							
Contratos Futuros:							
Compromisso de compra	**USD**	31.750	-	(191)	-	89.736	-
Contrato de Opções:							
Posição titular – Compra	**USD**	63.250	-	1.592	-	-	2.495
Commodities – WTI NYMEX							
Contrato de Opções:			-		-		
Posição titular - Compra	**Barris**	1.261	1.764	20.090	14.118	639	-
Posição titular e lançada - *Collar*	**Barris**	292	404	3.496	(11.732)	-	(4.773)
Taxa de Juros - LIBOR							
Contratos a Termo			-		-		
Contratos de swap	**BRL**	203.114	240.955	(11.845)	(24.000)	-	663

20. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

1. Demonstrativo de valores dos instrumentos financeiros derivativos – Continuação

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de combustível em mercados de balcão (OTC) com as seguintes instituições financeiras: British Petroleum, Deutsche Bank, Goldman Sachs, MF Global, Mitsui e Morgan Stanley.

2. Demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos tomados isoladamente à flutuação do principal fator de risco considerou os seguintes elementos:

- O cenário provável é definido como o cenário esperado pela Administração da Companhia, estabelecido através da volatilidade de cada ativo.
- O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável determinante do valor justo do instrumento financeiro.
- O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável determinante do valor justo do instrumento financeiro.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Companhia e o efeito caixa para os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2009 com base nos cenários acima descritos:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Adverso Possível	Cenário Adverso Remoto
Combustível	Queda na curva do preço do WTI (NYMEX)	US$ 69,89/bbl R$ 23.586	US$ 52,42/bbl R$ 2.214	US$ 34,95/bbl R$ (3.203)
Dólar	Queda na curva do Dólar(BM&F)	R$ 1,952/US$ R$ 1.401	R$ 1,464/US$ R$ (15.832)	R$ 0,976/US$ R$ (31.475)
Libor	Queda da taxa *Libor*	1,11% a.a. R$ (11.845)	0,83% a.a. R$ (12.121)	0,63% a.a. R$ (12.328)

Além da análise de sensibilidade de acordo com os padrões acima descritos, é realizada também a análise do impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado da empresa e sobre o seu patrimônio liquido considerando:

- Aumento e queda de 10 pontos percentuais no preço do combustível, mantendo-se constante todas as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constante todas as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de juros *Libor*, mantendo-se constante todas as demais variáveis.

20. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

2. Demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos – Continuação

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Companhia em aberto em 30 de junho de 2009 e 30 de junho de 2008 com base nos cenários acima descritos:

Combustível:

	Posição em 30 de junho de 2009		Posição em 30 de junho de 2008	
Aumento / (redução) no preço de combustível (porcentagem)	**Efeito no lucro antes do IR (R$milhões)**	**Efeito no patrimônio líquido (R$milhões)**	Efeito no lucro antes do IR (R$milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R$milhões)
+10	**(99,1)**	**(71,0)**	(155,4)	(104,5)
-10	**99,1**	**42,1**	155,4	101,0

Câmbio - Dólar:

	Posição em 30 de junho de 2009		Posição em 30 de junho de 2008	
Valorização/ (desvalorização) em dólar US/ (taxa percentual)	**Efeito no lucro antes do IR (R$milhões)**	**Efeito no patrimônio líquido (R$milhões)**	Efeito no lucro antes do IR (R$milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R$milhões)
+10	**(135,4)**	**(80,0)**	(220,0)	(149,7)
-10	**135,4**	**94,4**	220,0	151,9

Taxa de Juros – *Libor*:

	Posição em 30 de junho de 2009		Posição em 30 de junho de 2008	
Aumento / (redução) na taxa de juros *Libor* para todos os vencimentos, em percentual	**Efeito no lucro antes do IR (R$milhões)**	**Efeito no patrimônio líquido (R$milhões)**	Efeito no lucro antes do IR (R$milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R$milhões)
+10	**(0,4)**	**(2,4)**	(1,4)	(1,4)
-10	**0,4**	**(2,0)**	1,4	1,1

20. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

As seguintes considerações são importantes para o entendimento das análises de sensibilidade da Administração:

I) Operações com instrumentos derivativos de combustível:

Em 30 de junho de 2009, a Companhia detém 2 contratos de opções *collar* e 14 contratos de opções de compra (*Call*) de petróleo tipo *West Texas Intermediate* ("*WTI"*) que representam valores nocionais de 176 mil e 1.261 mil barris, respectivamente. Esses contratos apresentam, respectivamente, vencimentos entre Julho e Outubro de 2009 e entre Junho e Novembro de 2009. Houveram também dois contratos do tipo *collar* com opção de compra de *WTI* e opção de venda de *Heating Oil* cujo vencimentos foram em 30 de junho de 2009 representados por um valor nocional total de 116 mil barris.

Existem em 30 de junho de 2009, ativos financeiros no valor de R$1.199 vinculados a margem de garantia na contratação de instrumentos derivativos de *hedge* de combustível.

O cenário considerado provável pela Administração é de que o preço do petróleo tipo *WTI* atinja uma média de US$ 69,89 por barril o que resultaria em um valor justo dos seus instrumentos derivativos, de R$ 23.586, caso ocorresse a liquidação dos contratos. Esses instrumentos são registrados em despesas de combustível se forem mensurados como efetivos ou registrados em receita financeira caso sejam mensurados como inefetivos.

A Administração estima que o cenário adverso possível seja a redução do preço do petróleo tipo *WTI* para US$ 52,42 por barril e um cenário adverso remoto em que o preço possa atingir US$ 34,95 por barril. Caso o cenário possível ou remoto se materializem e houvesse a liquidação dos contratos em 30 de junho de 2009, a Companhia contabilizaria , respectivamente, uma entrada de caixa de R$ 2.214 e uma saída no valor de R$ 3.203 devido ao fato da Companhia possuir contratos do tipo *collar* de *WTI*.

II) Operações com instrumentos derivativos de dólar

Em 30 de junho de 2009, existem 26 contratos futuros de dólar com valor nocional (*notional amount*) de R$61.963 (US$31.750 mil) e 17 contratos de opção de compra de dólar com valor nocional de R$123.439 (US$63.250 mil). Os prazos de vencimentos dos contratos futuros estão entre Julho a Agosto de 2009 e os contratos de opção de compra estão entre Agosto a Setembro de 2009.

20. Riscos inerentes às operações da Companhia e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

II) Operações com instrumentos derivativos de dólar - Continuação

O valor dos ativos financeiros vinculados a depósitos de margem em 30 de junho de 2009 é de R$12.000 representados por CDBs de bancos de primeira linha.

O cenário provável para as operações com contratos de futuros de dólar e opção de compra de dólar é a expectativa de que a cotação da moeda alcance R$ 1,952 por dólar norte-americano o que irá gerar entrada de caixa no valor total líquido de R$ 1.401 (contratos futuros e contratos de opção de compra) compensando os pagamentos de despesas atreladas à variação do dólar caso houvesse liquidação dos contratos em 30 de junho de 2009.

Para um cenário considerado possível, a cotação estimada do dólar seria de R$ 1,464 por dólar norte-americano ocasionando perdas e desembolso de caixa no valor líquido de R$ 15.832, enquanto o cenário remoto considera a desvalorização da moeda para R$ 0,976 por dólar norte-americano gerando perdas e desembolso de caixa no valor líquido de R$ 31.475.

III) Operações com instrumentos derivativos de taxa de juros

Em 30 de junho de 2009, a Companhia possui 2 contratos de *Swap Amortizing* que apresentam um valor nocional de R$118.219 (US$60.575 mil) e vencimento até Julho de 2010 com propósito de proteger as suas despesas de arrendamento de aeronave das variações das taxas de juros. A Companhia possui ainda 6 contratos de *Swap-Lock* de juros com valor nocional de R$84.895 (US$43.500 mil) com vencimentos entre Agosto de 2021 e Dezembro de 2022. As operações de *hedge* de taxas de juros são realizadas por meio de contratos com instituições financeiras de primeira linha. Em 30 de junho de 2009, a Companhia possui contratos em aberto com as seguintes instituições financeiras: Calyon, Citibank e Merril Lynch

A companhia não possui ativos financeiros vinculados a depósitos de margem em 30 de junho de 2009.

A Administração estima que o cenário provável seja que a taxa *Libor* atinja de 1,11% a.a., enquanto que para os cenários possível e remoto as taxas consideradas são de 0,83% a.a. e 0,63% a.a., respectivamente. As perdas e desembolsos de caixa estimados para os cenários provável, possível e remoto são de, respectivamente, R$11.845, R$ 12.121 e R$ 12.328.

21. Cobertura de seguros

A Administração mantém cobertura de seguros por montantes que considera necessários para fazer face aos eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade, observando os limites fixados nos contratos de arrendamento. Em 30 de junho de 2009 a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis, é como segue:

Modalidade Aeronáutico	**R$ (000)**	**US$ (000)**
Garantia – Casco	8.212.969	4.208.326
Responsabilidade Civil por ocorrência/aeronave	3.415.300	1.750.000
Garantia – Casco/Guerra	8.212.969	4.208.326
Estoques	243.950	125.000

Por meio da Lei nº10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assumiu compromisso de complementar eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, pelos quais a VRG possa vir a ser exigida, para os montantes que excederem o limite da apólice de seguros vigente em 10 de setembro de 2001, limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares norte-americanos.

[Página intencionalmente deixada em branco]